

N.º 6 | 2015

# CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM  
– CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
TRANSDISCIPLINAR  
«CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA»

## NESTE NÚMERO:

### DOSSIER TEMÁTICO

«O(s) Outro(s)»

(eds. Cláudia Sofia Pinto Ribeiro  
e Luís Alberto Marques Alves)

### RECENSÕES

### NOTÍCIAS



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



**CEM N.º 6**  
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

## CEM N.º 6 CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

**Edição:** CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)/ Edições Afrontamento

**Directora:** Maria Cristina Almeida e Cunha

**Editores do dossier temático:** Cláudia Sofia Pinto Ribeiro | Luís Alberto Marques Alves

**Foto da capa:** «O(s) Outro(s)», fotografia by Scala

**Design gráfico:** www.hldesign.pt

**Composição, impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda.

**Distribuição:** Companhia das Artes

**N.º de edição:** 1673

**Tiragem:** 500 exemplares

**Depósito Legal:** 321463/11

**ISSN:** 2182-1097-06

**Periodicidade:** Anual

Revista sujeita a *peer-review*.

Revista indexada em: DOAJ, Fonte Académica (EBSCO), Academic Journals Database e Google Scholar.

A edição *online* respeita os critérios do OA (*open access*) disponível em: [HYPERLINK "http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349&sum=sim"](http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349&sum=sim)["http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349&sum=sim"](http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349&sum=sim).

Novembro 2015

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04059/2013.



## EDITORIAL *pág. 5*

## APRESENTAÇÃO

«OS OUTROS»

- Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Luís Alberto Marques Alves *pág. 7*

## DOSSIER TEMÁTICO

OS OUTROS NA IDADE MÉDIA – FANTASMAS E REVENANTS

- Marta Miriam Ramos Dias *pág. 11*

ON OTHERNESS AND INDIA: O LIVRO DE DUARTE BARBOSA (C. 1516) SEEN IN CONTEXT

- Cristina Osswald *pág. 23*

NAS ORIGENS DE UMA REPÚBLICA MARÍTIMA E MERCANTIL. O ACOLHIMENTO AO ESTRANGEIRO NOS PORTOS MEDIEVAIS E MODERNOS

- Amândio Barros *pág. 39*

ONDE MORAVAM OS OUTROS? – A CASA CORRENTE NA ÉPOCA MODERNA (A CIDADE DE VISEU COMO ESTUDO DE CASO)

- Liliana A. de Matos e Castilho *pág. 61*

JAPONESES E EUROPEUS E SUAS MANEIRAS DE CURAR O CORPO VISTO POR UM JESUÍTA DO SÉCULO XVI

- Ismael C. Vieira *pág. 73*

A COMUNIDADE DE ARTISTAS GALEGOS NO ALTO MINHO NOS SÉCULOS XVIII E XIX. LEGADO ARTÍSTICO

- Paula Cristina M. Cardona *pág. 95*

HENRIQUETA EMÍLIA DA CONCEIÇÃO: DUALIDADES HISTÓRICAS E LITERÁRIAS DE UMA MERETRIX (1845-1874)

- Cidália Dinis e Francisco Miguel Araújo *pág. 109*

FOTOGRAFIA E PROFILAXIA SOCIAL. A VISÃO DO «OUTRO» NAS CAMPANHAS DA LPPS

- Beatriz de las Heras e Jorge Fernandes Alves *pág. 125*

ALIADOS VERSUS INIMIGOS DA NAÇÃO: SOCIABILIDADES NO PORTO DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

- Francisco Miguel Araújo *pág. 145*

A PRISÃO – UM LUGAR DOS «OUTROS»: REVISITANDO A CADEIA DA RELAÇÃO

DO PORTO (1925-1933) A PROPÓSITO DO CAPITÃO TITO LÍVIO CAMEIRA

- Maria José Moutinho Santos *pág. 161*

A MEMÓRIA DO OUTRO: O SISTEMA DE VALORES DOS TRANSMONTANOS NO ESTADO NOVO

- Albano Viseu *pág. 179*

UN-EQUAL WOMEN IN THE SYSTEM OF EDUCATION AGAINST THE EQUALITY TRANSFORMATION IN TODAY'S POLAND

- Anna Chodorowska *pág. 199*

O ENSINO TÉCNICO: UM SUBSISTEMA INOVADOR MAS MARGINAL

- Helena Vieira *pág. 213*

LOS IMPERIOS PORTUGUÉS Y ESPAÑOL.

UN ANÁLISIS DE SU TRATAMIENTO EN LOS LIBROS DE TEXTO DE AMBOS PAÍSES DURANTE LAS DICTADURAS Y LOS AÑOS INMEDIATAMENTE POSTERIORES

- Juan Esteban Rodríguez Garrido *pág. 229*

PERSPECTIVAS DESENCONTRADAS SOBRE A GUERRA FRIA EM MANUAIS DE HISTÓRIA EUROPEUS

- Cristina Maia *pág. 249*

OS «OUTROS» NO ENSINO DE HISTÓRIA: A PLURALIDADE CULTURAL COMO REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NOS CURRÍCULOS ESCRITOS DE HISTÓRIA NO BRASIL

- Tatyana Maia *pág. 269*

O LUGAR DO «OUTRO» NA ESCOLA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

- José Firmino *pág. 281*

O «OUTRO» NO CINEMA FICCIONAL E NARRATIVO: SIGNIFICADO E VITALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DO REAL

- Pedro Miguel Barbosa Alves *pág. 295*

TENSÕES E CRUZAMENTOS EM PÚBLICO OU PRIVADO – O «OUTRO» EM JÚLIO DINIS E ALGUNS ESCRITORES INGLESES

- Carmen Matos Abreu *pág. 309*

## VARIA

DOS DOCUMENTOS AOS FORMULÁRIOS, NO NORTE DE PORTUGAL: ANÁLISE TIPOLOGICA NO CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DOS SÉCULOS XI-XIII

- José Marques *pág. 325*

«HOME IS WHERE YOUR HEART IS». EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS FAMILIARES DE TOPOFILIA E DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

- Fátima Velez de Castro *pág. 345*

REPÚBLICA E REPUBLICANISMO NA REGIÃO DURIENSE, 1910-1926: CONTRIBUTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA

- Carla Sequeira *pág. 359*

MOVIMENTO DOS MARINHEIROS: EXPERIÊNCIAS E DEMANDAS DOS MARINHEIROS DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA (1962-1964)

- Robert Wagner P. da Silva Castro e Edgar Ávila Gandra *pág. 371*

IDENTIDADE DE CLASSE: UM OLHAR SOBRE OS ESTIVADORES DO PORTO DO RIO GRANDE/RS

- Thiago Cedrez da Silva e Edgar Ávila Gandra *pág. 393*

RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOSOFIA OU A COMPLEXIDADE DA REFLEXÃO HISTÓRICO-FILOSÓFICA EM RAZÃO E HISTÓRIA (1940), DE VITORINO MAGALHÃES GODINHO

- Nuno Moreira *pág. 409*

ESTUDIAR HISTÓRIA DESDE LA LITERATURA: LA BATALLA DE INGLATERRA

- Juan Esteban Rodríguez Garrido *pág. 423*

OUTROS HOMENS, OUTROS TEMPOS E OUTROS LUGARES: OS LIVROS DOS OUTROS E OS OUTROS NOS LIVROS

- Isabel Leite *pág. 437*

## RECENSÕES

«APRENDER DEL CINE: NARRATIVA Y DIDÁCTICA»

- Rui Pereira *pág. 449*

«LA HISTORIA RECIENTE EN LA ESCUELA: SABERES Y PRÁCTICAS DOCENTES EN TORNO A LA ÚLTIMA DICTADURA»

- Tatyana Maia *pág. 454*

«INFÂNCIA MARGINALIZADA E DELINQUENTE NA 1.ª REPÚBLICA (1910-1926) – DE PERDIDOS A PROTEGIDOS... E EDUCADOS»

- Cláudia Ribeiro *pág. 457*

«LUANDA HÁ 50 ANOS: CRÍTICAS, PRÊMIOS, PROTESTOS E SILENCIAMENTO»

- Elsa Pereira *pág. 459*

«AS PALAVRAS DA HISTÓRIA: ENSAIO DE POÉTICA DO SABER»

- Nuno Bessa Moreira *pág. 461*

## NOTÍCIAS *pág. 463*



### **Conselho Editorial**

Maria Cristina Almeida e Cunha  
John Greenfield  
Luís Alberto Marques Alves  
Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim  
Zulmira Coelho dos Santos  
Isabel Pereira Leite  
Ana Paula Soares  
Marlene Cruz

### **Conselho Consultivo**

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)  
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)  
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)  
Francisco Bettencourt (Universidade de Oxford)  
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)  
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)  
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)  
Jochen Vogt (Universidade de Essen)  
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)  
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)  
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)  
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)  
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)  
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)  
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)  
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)  
Philippe Braunstein (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris)  
Ricardo Mar (Universidade Rovira i Virgil, Tarragona)  
Roberto Rusconi (Universidade Roma Tre)  
Vitor Manuel de Aguiar e Silva (Universidade do Minho)  
Vittorio Parsi (Universidade Católica de Milão)

### **Secretariado**

Marlene Cruz

### **Contactos**

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL  
Tel: 226 077 177; <http://www.citcem.org>; E-mail: [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

Para os Centros de investigação I&D portugueses, 2015 corresponde ao início de um novo ciclo, resultado do processo de avaliação externa a que foram submetidos em 2013 e 2014. O CITCEM viu o seu Projecto Estratégico até 2020 aprovado, o que significa, por um lado, a certeza de ter, no mínimo até 2017, disponibilidade financeira para atingir os objetivos a que se propôs (se não na sua totalidade, pelo menos em parte, já que as verbas concedidas foram inferiores às solicitadas), e, por outro, o aumento da responsabilidade de cada investigador em cumprir o seu papel no âmbito do Grupo de Investigação a que pertence.

Na sequência do referido processo de avaliação, a estrutura do CITCEM conheceu algumas alterações, nomeadamente no que respeita aos Grupos de Investigação, que passaram a ser quatro («Memória Património e Construção de Identidades», «História das Populações», «Memória, Literatura e Diálogo Internacional», e «Sociabilidades, Práticas e Formas de Sentimento Religioso»), no seio dos quais os investigadores continuam a desenvolver a sua atividade dando corpo a projetos individuais ou de grupo. A transversalidade de muitas das temáticas abordadas levou igualmente à criação de quatro Linhas de Investigação («Culturas Marítimas e Ambiente», «Coesão Territorial», «População e Saúde» e «Diversidade e Transversalidade Cultural») que cruzam os vários Grupos de Investigação, visando sempre a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

A CEM 6 sai num ano em que, mais uma vez, se pôde constatar o crescimento das atividades de investigação e do número de investigadores do Centro, assim como uma tendencial inserção do trabalho realizado em redes nacionais e internacionais. Foram desenvolvidos diversos projetos individuais e coletivos, concretizando assim um ambiente de trabalho transdisciplinar que caracteriza o CITCEM desde os seus primórdios, e que visa a coerência, a produtividade, a inovação, a eficácia e a circulação do conhecimento. A este nível, merece destaque a atribuição do Prémio CITCEM/Afrontamento, destinado a teses de Doutoramento de investigadores do Centro, bem como a prossecução da política editorial que tem permitido dar à estampa numerosos volumes resultantes da investigação efectuada. De toda esta atividade, o site, não descurando outras formas de divulgação, como o *facebook*, vai dando conta a quem o visita. A articulação da investigação com a formação avançada continuou a constituir outro pilar da Unidade, traduzido na participação de um grande número de investigadores em Cursos de Mestrado e Doutoramento, tanto na FLUP como em outras universidades nacionais e estran-

geiras, bem como na integração de estudantes de 2.º e 3.º ciclo nos projectos de investigação que se desenvolvem no âmbito do CITCEM.

A Revista CEM 6 deixa transparecer o labor investigativo a que nos referimos mais acima. A maioria dos artigos resulta do trabalho de membros do CITCEM, e reflete perspectivas, tão diversas como reveladoras, da dinâmica que o Centro tem vindo a adquirir. O dossier temático, sobre «Os outros», potencia as sinergias científicas dos investigadores que buscam compreender a construção de identidades culturais independentemente da escala territorial que adotam, em Portugal, na Europa e no mundo, através da memória e do património, incluindo a língua e a literatura, numa perspectiva comparativa com outras realidades nacionais ou internacionais. Como habitualmente, a Revista abriu-se a outros estudos, que constituem a *Varia*, e termina com algumas recensões a obras recentes e notícias de alguns eventos em que participaram membros do CITCEM.

Resta-nos agradecer aos responsáveis pelo dossiê temático, Doutores Luís Alberto Marques Alves e Cláudia Pinto Ribeiro, o trabalho que desenvolveram para dar corpo ao número que agora se publica, agradecimento que naturalmente estendemos aos autores dos artigos que muito reforçam o valor científico da CEM. Como nos anos anteriores, foi imprescindível o apoio da FCT para assegurar a edição, bem como o papel desempenhado pelo Dr. João Leite e pela D. Ana Paula Soares nos processos de indexação da Revista e de arbitragem científica dos artigos. Finalmente, devemos agradecer à Dra. Marlene Cruz, que pacientemente serviu de *pivot* entre todos os que estiveram envolvidos na realização deste número da CEM, para além de ter assegurado sozinha todo o trabalho que o secretariado do CITCEM naturalmente implica. Uma palavra também para os Bolseiros Ana Moreira, Patrícia Costa e Vasco Sistelo que, já na recta final, colaboraram activamente para que a Revista saísse sem qualquer «*defeito de forma*». A todos, o nosso ‘muito obrigado’!

**Maria Cristina Cunha**

(Coordenadora Científica do CITCEM)



# APRESENTAÇÃO

## «OS OUTROS»

«*Be yourself; everyone else is already taken*». Oscar Wilde. O mesmo é dizer: «Sê tu mesmo, porque todos os outros já estão ocupados». Com o sentido de humor britânico que lhe é característico, Wilde afirma com graça o que Bauman diria décadas mais tarde: ser o mesmo, em oposição a ser o outro, o estranho, aquele a que dificilmente se acede.

Bem mais recente, em março de 2015, publicou-se em França «*Le goût des autres*» (Didier Francfort, Denis Saillard (ed.), Presses Universitaires de Nancy, 2015), uma obra coletiva que, seguindo um roteiro gastronómico de fazer «crescer água na boca», observa «o gosto dos outros», os seus hábitos culinários, o exótico, o igual e o diferente na comida estrangeira. Um «rio tranquilo» que corre ao longo do tempo e que mostra o que rejeitamos por ser estranho e do que nos apropriamos porque é diferente... Critérios opostos para a mesma coisa.

Em «*Regarding the Pain of Others*» («*Olhando o sofrimento dos outros*», Quetzal Editores, 2015), Susan Sontag alerta para a banalização da violência naquele que viria a ser o seu último ensaio. Violência que é veiculada pela fotografia que aproxima aquele que vê do sofrimento do outro, e que o distancia desse mesmo sofrimento pela lente que os separa.

São vários os outros que povoam o nosso imaginário. Por isso, o CITCEM decidiu organizar e editar, no 2.º semestre de 2015, um volume da revista *CEM/Cultura, Espaço & Memória*, com o tema «Os Outros».

Num cenário mundializado e globalizado, a construção do «sujeito único», com direitos universais, aparentemente homogêneos mas muitas vezes hegemónicos, reflexo de uma racionalidade mais imposta que assumida, caracteriza-se pela lógica da neutralização das diferenças e pela naturalização das desigualdades.

Neste contexto, é importante afirmar e defender o direito e o respeito pela diferença, garantindo uma perspetiva multicultural. Gramsci referia-se às «classes subalternas», Hannah Arendt à «cultura do alheamento», Boaventura Sousa Santos à «necessidade de descolonizar saberes», Rancière à necessidade de criar «processos de emancipação» em relação à realidade que nos submerge e violenta e Bauman fala-nos na «indispensabilidade do outro» para um efetivo conhecimento do «mesmo».

Uma unidade como o CITCEM que tem inscrita na sua matriz a apologia da transdisciplinaridade, que tem nos seus objetivos estratégicos um cruzamento de saberes entre

as várias propostas dos seus grupos, não pode deixar de criar um espaço de reflexão que integre, num processo efetivo de inclusão, as várias dinâmicas investigativas que têm como centro esta preocupação moderna ou pós-moderna, mas inquestionável, de «olhar para o outro lado do(s) saber(es)», dos «produtos de investigação».

Foi este o desafio: dar páginas em branco aos investigadores que nas suas pesquisas e nos seus percursos de investigação já se depararam muitas vezes com o *outro* mas sem lhe atribuir o protagonismo escrito que agora pretendemos.

O desafio lançado foi agarrado por uma mão cheia de colaboradores que das páginas imaculadas arrancaram a angústia da ausência de palavras e fizeram-nas surgir, juntando as letras que deram sentido a *outras* palavras.

Assim, no dossier temático, apostou-se em muitos *outros*: os fantasmas tornaram-se menos fugidios graças às palavras de Marta Dias; a alteridade das comunidades portuguesas na Índia é abordada por Cristina Osswald; Amândio Barros fala-nos do modo como o estrangeiro era acolhido nos portos medievais e modernos; com Liliana Castilho visitamos as casas dos *outros*, daqueles que não são nobres, nem possuem habitações que façam adivinhar a nobilitação; Paula Cardona visita o Minho e o legado artístico das comunidades de artistas galegos nos séculos XVIII e XIX; Cidália Dinis e Francisco Araújo apostam na transgressão e passam a pente fino o diário de Henriqueta Emília da Conceição, uma meretriz dos finais do século XIX; Jorge Alves e Beatriz de las Heras escrevem sobre a fotografia e a visão do *outro* nas campanhas da Liga Portuguesa de Profilaxia Social; Francisco Araújo reincide com *outro* artigo, desta vez subordinado aos aliados e aos inimigos de Portugal durante a Primeira Guerra Mundial, olhando para os cidadãos estrangeiros no Porto; Maria José Moutinho Santos escreve sobre a prisão como um espaço dos *outros*; a memória do *outro*: o sistema de valores dos transmigrantes no Estado Novo é a proposta de conversa com Albano Viseu; e a polaca Anna Chodorowska aproveita a oportunidade para falar das mulheres não iguais no sistema de educação no contexto de transformação de igualdade na Polónia contemporânea; com Helena Vieira frequentamos o *outro* ensino, o técnico, um subsistema inovador mas marginal; e o espanhol Juan Esteban Rodríguez Garrido colabora com a CEM com um artigo sobre os impérios português e espanhol e o modo como são tratados nos manuais escolares de Portugal e Espanha durante o período de ditadura e anos posteriores; Cristina Maia dá-nos a perspetiva europeia de como a Guerra Fria é abordada pelos manuais escolares de História Europeus; e a brasileira Tatyana de Amaral Maia contribui com um olhar sobre *eles e nós* no Ensino da História: uma análise comparativa das relações Portugal-Brasil nos atuais livros didáticos portugueses e brasileiros; se passámos pelas salas do ensino técnico, falta-nos observar o lugar do *outro* na escola pública: uma perspetiva inclusiva, algo que José Eduardo Ricardo Firmino se propõe fazer nas linhas que escreve; Pedro Miguel Barbosa Alves assiste à sétima arte quando visiona o *outro* no cinema ficcional e narrativo: sentido, significado e vitalidade na representação da realidade; e a literatura é lida no final do dossier temático, quando Carmen Matos Abreu nos conta sobre tensões e cruzamentos entre público e privado – «O *Outro*» em Júlio Dinis, Jane Austen e Charles Dickens.

Os textos que apresentamos de seguida são, como já dissemos, fragmentos da leitura que fazemos do *outro*. Um *outro* disperso, fugidio, que se atreve... não passam de sombras, de olhares, de pontos de vista dos autores que lhes apontaram holofotes. Muitas *outras* perspetivas podem ser aditadas a estas. A sua perspetiva, caro leitor.

**Cláudia Ribeiro | Luís Alberto Alves**

(Editores da CEM 2014)



# OS OUTROS NA IDADE MÉDIA – FANTASMAS E REVENANTS

MARTA MIRIAM RAMOS DIAS\*

**Resumo:** Os relatos de aparições de fantasmas e de testemunhos das viagens além-túmulo de *revenants* são uma constante na literatura da Idade Média entre os séculos XII e XV. Esses eventos foram registados essencialmente em escritos de carácter moralizante – os *exempla* – de forma a incitar os fiéis a reger-se por uma conduta estabelecida pela Igreja mas, sobretudo, como meio de afirmação de um terceiro local de permanência no Além: o Purgatório.

Este artigo pretende definir e distinguir os conceitos de fantasma e de *revenant*, elencar as principais obras acerca destas temáticas e os *exempla* nas quais se alicerçaram, e expor de que forma contribuíram para subsanciar a crença no Purgatório.

**Palavras-chave:** fantasma; *revenant*; purgatório; *exempla*.

**Abstract:** The reports of ghost's apparitions and testimonies of beyond-the-grave journeys of the *revenants* were constant between the 12<sup>th</sup> and the 15<sup>th</sup> centuries in the literature of the Middle Ages. Those events were recorded essentially in scripts of moralizing character – the *exempla* – not only to impel Christians to abide to a conduct imposed by the Holy Church, but mainly as a means to establish a third place of permanence in the afterlife: Purgatory.

This article's intent is to define and distinguish the concepts of ghost and *revenant*, to list the main works about these thematics and the *exempla* in which they lay upon and to explain in which way they contributed to substantiate the belief in Purgatory.

**Keywords:** ghost; *revenant*; purgatory; *exempla*.

A revisão analítica da historiografia da morte na Idade Média, desenvolvida ao longo do século XX e inícios do século XXI, permitiu notar que não existe em Portugal um estudo incisivo acerca de relatos da aparição de fantasmas e das *viagens* de *revenants*. Estes últimos são indivíduos que permanecem mortos durante um breve período e voltam à vida para que possam relatar aos demais fiéis as experiências pelas quais passaram ou às quais assistiram.

No panorama internacional, podemos destacar um número limitado de obras que abordam um ou outro destes assuntos sob uma determinada perspectiva, mas que raramente se dedicaram a eles extensivamente: os *revenants* foram um dos tópicos incluídos por Jean Delumeau numa obra sobre os medos no Ocidente medieval<sup>1</sup> e Jacques Le Goff observou a sua presença na literatura do século XI<sup>2</sup>.

A obra *Les revenants: les vivants et les morts dans la société médiévale*<sup>3</sup> desenvolve a temática dos fantasmas com bastante profundidade. Jean-Claude Schmitt caracteriza a

---

\* CITCEM – tramadias@gmail.com.

<sup>1</sup> DELUMEAU, 1979: 75-87.

<sup>2</sup> LE GOFF, 1981: 241-246.

<sup>3</sup> SCHMITT, 1994: 15-250.

evolução da história dos fantasmas abordando uma repulsa inicial por parte dos vivos, a aparição dos fantasmas em sonhos e visões, o aumento de relatos (através das visões dos clérigos mendicantes) e o seu respectivo registo na Idade Média. O autor apresenta diversos exemplos de aparições e ainda caracteriza *fisicamente* a imagem do fantasma.

Outra obra de excepção e de particular interesse acerca deste tema é de Claude Lecouteux, *Fantômes et revenants au Moyen Âge*<sup>4</sup>. O autor colmatou uma lacuna que existia acerca deste assunto até então. Apesar de se ter focado em exemplos de tradição escandinava e germânica, Lecouteux recorreu às mais recentes obras que abordavam de alguma forma o assunto, à literatura latina medieval, aos *exempla* usados nos sermões e a tradições etnológicas posteriores ao século XIX, com o intuito de entender práticas funerárias anteriores. A obra articula-se em quatro partes. A primeira, sobre conceitos relativos aos mortos na Antiguidade Romana e no Cristianismo medieval, refere algumas práticas funerárias nas quais se denota a existência do medo dos mortos. Na segunda parte, o autor explora o conceito de *revenant* e distingue o que considera serem verdadeiros e falsos *revenants*. Na terceira parte, clarifica as condições precisas em que surgem os *revenants*. Na última parte, Lecouteux escreve acerca da persistência de crenças e práticas na etnologia contemporânea<sup>5</sup>.

Noutras obras, podemos ler breves ideias acerca destas identidades, mas que não clarificam a diferença que existe entre ambos: fantasmas e *revenants*. Notamos esta imiscuição dos conceitos numa obra de Danièle Alexandre-Bidon, que atribui características dos *revenants* aos fantasmas, caracterizando-os como seres corpóreos, mas sobretudo ao utilizar o termo *revenant* para mencionar a aparição de fantasmas aos vivos<sup>6</sup>.

Parece-nos que esta ambiguidade entre os conceitos de fantasma e *revenant* se deve ao facto de a historiografia francesa utilizar o verbo *revenir* (voltar, regressar) quando se refere ao retorno de fantasmas e de *revenants*. A consequente interpretação dessas obras, por outros autores, em que se utiliza o termo *revenant* para as duas manifestações paranormais, desvirtuou ainda mais o verdadeiro significado de cada um desses fenómenos. Paulino Rodríguez Barral optou por substituir *fantasmas* por *aparecidos*, anulando, deste modo, a indecisão na utilização das palavras e focando-se essencialmente na importância dos relatos daqueles que *habitavam* no Além<sup>7</sup>. Para este autor, o *aparecido* é o principal aliado do pregador porque vem corroborar a autenticidade dos relatos acerca do Além. Rodríguez Barral não adoptou uma terminologia específica para os *revenants*, referindo-se a eles como «algunos mortales» a quem foi concedida a oportunidade de «visitar el más allá para poder explicar a su retorno las pruebas y penurias que en él aguardan»<sup>8</sup>.

Ao contrário das aparições ou visões de fantasmas, os testemunhos de *revenants* (como a *Visão de Túndalo*<sup>9</sup> e o *Purgatório de São Patrício* ou *Tractatus de Purgatorio Sancti*

<sup>4</sup> SCHMITT, *rec. a.*, LECOUTEUX, 1987: 632-634.

<sup>5</sup> SCHMITT, *rec. a.*, 1987: 632-634.

<sup>6</sup> ALEXANDRE-BIDON, 1998: 274.

<sup>7</sup> RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 25-34.

<sup>8</sup> RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 40.

<sup>9</sup> Códice Alcobacense 266, século XV: fls. 124r e 137r.



*Patricii*<sup>10</sup>) têm sido amplamente estudados por se tratarem de relatos intimamente ligados à afirmação do Purgatório enquanto terceiro lugar da topografia do Além. Os relatos de *revenants* surgem antes do século XII, mas é a partir desta centúria que conhecem um aumento exponencial. Os autores das obras acima mencionadas tentaram determinar como era e de que forma funcionava esse local de expiação dos pecados veniais, como veremos adiante.

As histórias dos *revenants*, para além de auxiliarem no processo de afirmação do Purgatório, enquadravam-se no formato dos *exempla*. Estes relatos moralizantes tinham como objectivo, através da ficção narrativa, demonstrar aos fiéis as consequências do incumprimento de uma conduta cristã. Fundamentalmente, os *exempla* eram utilizados como um instrumento de controlo da massa laica no discurso homilético das ordens mendicantes e constituíam, em última instância, um elemento de salvação quando surtia o efeito pretendido naqueles que escutavam os sermões.

Marie-Anne Polo de Beaulieu, cuja investigação incide nos *exempla* da literatura medieval, deparou com vários relatos de aparições de fantasmas e de retorno de *revenants*. No que concerne esta temática, a autora focou-se no caso particular de um fantasma, Gui de Corvo, que, oito dias após a sua morte (a 16 de Dezembro de 1324 ou 1325), apareceu à sua viúva no quarto que partilhavam em vida, ensombrando-a. O caso foi registado, na altura, a pedido do papa João XXII, pelo prior dominicano de Arlès, Jean Gobi, que dediciu dialogar com o fantasma<sup>11</sup>. Como refere a citada autora, a intenção do Papa em pedir a Jean Gobi que registasse estes eventos é inequívoca: o monge devia reunir informações sobre o Além. Este tipo de informação providenciada pelos fantasmas ou *revenants*, como já referimos, tinha como objectivo «convencer» os cristãos da existência do Purgatório como local mediador das faltas cometidas e das penas purgatórias que são descritas como tão penosas como as do Inferno. Pretendia-se também instigar entre os fiéis o terror relativamente às penas purgatorias, para que estes seguissem escrupulosamente os preceitos prescritos pela Igreja, de forma a minimizar o mais possível o tempo de passagem por esse local através de sufrágios: «On doite lire ce traité comme la “mise en dialogue” de la doctrine officielle de l’Église concernant le Purgatoire, les revenants et les devoirs des vivants à l’égard des morts»<sup>12</sup>.

O monge Jean Gobi fez perguntas ao fantasma de Gui de Corvo acerca do Purgatório, que é retratado como um purgatório *duplo*, ou seja, as almas cumpriam as penas em dois locais distintos: durante o dia, no Purgatório propriamente dito, localizado no centro da terra e, durante a noite, no plano terrestre, onde tinham cometido as faltas em vida. No entanto, o relato de Gui de Corvo não deixa de se aproximar bastante à topografia do Além que foi estabelecida pela Igreja na qual os seus três principais elementos constituintes eram o Inferno, o Paraíso e o Purgatório. O monge fez mais perguntas ao fantasma acerca dos demónios do Purgatório, das penas purgatórias, da eficácia dos sufrá-

<sup>10</sup> MIGNE, 1844: 185 (<http://www.classicalitaliani.it/index126.htm>).

<sup>11</sup> POLO DE BEAULIEU, 1991: 142-143.

<sup>12</sup> LETT, *rec. a.*, 1994: 149-150.

gios pelos mortos, etc. Schmitt classificou este diálogo entre o fantasma e o monge como uma «*disputatio* teológica sobre o além, sobre a remissão das penas e a salvação»<sup>13</sup>. Concluiu-se que Gui de Corvo tinha voltado devido à ausência de penitência por uma falta cometida no leito nupcial do casal; daí esse ser o local onde surgia o fantasma.

De acordo com Jean-Claude Schmitt, a aparição de fantasmas ocorria pouco depois do momento efectivo da morte de determinada pessoa, quando o ritual dos defuntos não teria sido devidamente administrado. Por isso, a impossibilidade da transição da alma para o Além tornava a aparição do fantasma emergente para que o ritual fosse devidamente celebrado e assim conseguisse aceder ao Purgatório de forma a redimir-se dos seus pecados e, posteriormente, entrar no Paraíso. A aparição poderia ocorrer também por alguma falha cometida pelo próprio defunto, como, por exemplo, a ausência de penitência – tal foi o caso de Gui de Corvo.

As constituições sinodais portuguesas compiladas no segundo volume do *Synodicon Hispanum* demonstram a importância dada pelos clérigos à celebração da penitência e da comunhão pelos fiéis. Por isso mesmo, este sacramento era uma das temáticas principais dos *exempla*<sup>14</sup>. Na introdução da constituição XXXI «Que todos se confessem e cumunguem e no artiigo da morte recebam a extrema unçom» do sínodo de Luís Pires, celebrado a 11 de Dezembro de 1477, destaca-se a importância da administração e celebração dos sacramentos, essenciais para a vida de um bom cristão. Seguidamente, alerta-se que o incumprimento relativamente a estes momentos necessários na vida para além da morte poderia resultar na condenação eterna:

*Item, porquanto pera salvação de nossas almas nos som muito necessários os sanctos sacramentos da confissom e cominhom e achamos que muitas pessoas deste arcebispado se afastom delle e nom se querem confessar nem comungar e as almas de taaes como estes jazem no laço do diaboo e morrendo em tal stado seriam condepnados pera senpre no fogo infernal e nós paderíamos com elles se a ello nom déssemos provisam*<sup>15</sup>.

Não são muitos os registos de constituições sinodais que subsistiram até aos nossos dias, no entanto, notamos que existiu a preocupação dos clérigos em motivar os fiéis para a celebração da penitência e da comunhão (como no sínodo de D. Luís Peres) e no de D. Jorge da Costa, celebrado a 6 de Dezembro de 1488, em Braga,

*queremos que quando os freigueses que assi nom quiserem receber os dictos sacramentos falecerem, que os nom enterrem em sagrado, nem vaa a seu enterramento clérigo nem cruz nem diga por elle missa ou outros officios divinos*<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> SCHMITT, 1994: 172.

<sup>14</sup> DIAS, 2014: 149.

<sup>15</sup> GARCÍA Y GARCÍA, *ed. lit.*, 1982: 103.

<sup>16</sup> GARCÍA Y GARCÍA, *ed. lit.*, 1982: 160.

O de D. Pedro Vaz Gavião a 12 de Maio de 1500, que tomou lugar na Guarda, demonstra a mesma preocupação:

*Achamos que, contra disposição de direito e dos santos cânones muitos priores e capelães de cura recebem alguns cristãos ou cristãs, soterrando-os em suas igrejas ou adros sem se achar e saber que são confessados e comungados aquele ano do seu falecimento. Porém lhe mandamos e defendemos que não enterrem nem consintam enterrar as semelhantes pessoas em suas igrejas ou adros ou em moesteiros<sup>17</sup>.*

Todos os sínodos prevêm condições excepcionais em que o moribundo, por razões de força maior (normalmente de saúde), se via impedido de fazer penitência e/ou de receber comunhão e não devia ser por isso penalizado<sup>18</sup>.

Claude Lecouteux foi o autor que mais se preocupou em distinguir as características dos «fantômes immatériels» e dos «revenants corporels»<sup>19</sup>. O autor definiu o fantasma como uma alucinação, uma aparição fugidia, que raramente fala<sup>20</sup>. Contudo, o próprio autor repara que os relatos dos *exempla* contrariam estas considerações por si apresentadas, porque são diversos os casos em que os mortos pedem o auxílio dos vivos em favor da alma. Lecouteux escreveu o seguinte acerca dos *revenants*: «parlent, grognent, crient, agissent, et on peut ignorer leur présence car ils sont mortifères et dangereux». Estes *revenants* distinguem-se daqueles de que temos vindo a falar por um simples motivo: eram mortos que foram enterrados e, por determinado motivo, abandonaram, durante um curto período de tempo, o seu local de inumação para depois regressarem. Os *revenants* de que tratamos neste artigo morrem, mas voltam à vida como meio de difusão da doutrina do Além. Acreditamos que o motivo pelo qual os primeiros *revenants* inspiravam tanto medo aos vivos era o de serem cadáveres que voltavam à vida e não vivos que estiveram temporariamente mortos: «Dieu a peut-être donné à l'ange déchu le pouvoir de se glisser dans les cadavres»<sup>21</sup>. Os clérigos rejeitavam estes relatos de fenómenos paranormais, interpretando-os como obra do diabo cujo objectivo era enganar os vivos.

Nos séculos XII e XIII, sobrevive no Ocidente medieval, enquanto resistência pagã, «une *Weltanschauung* voulant que les défunts ne soient jamais tout à fait morts»<sup>22</sup>, ou seja, uma espécie de crença colectiva em que os vivos resistem à ideia de finitude dos mortos. Jean-Claude Schmitt escreveu diversas vezes que os mortos têm a existência que os vivos lhes atribuem e que o ritual da liturgia dos defuntos, mais do que apazigar os mortos e ajudá-los a encontrar o seu caminho no Além, tem como finalidade ajudar os vivos a ultrapassar a dor da perda<sup>23</sup>. Frederick Paxton explicou que os ritos de incorporação ser-

<sup>17</sup> GARCÍA Y GARCÍA, *ed. lit.*, 1982: 233.

<sup>18</sup> GARCÍA Y GARCÍA, *ed. lit.*, 1982: 233.

<sup>19</sup> LECOUTEUX, 1998: 195-222.

<sup>20</sup> LECOUTEUX, 1998: 197.

<sup>21</sup> LECOUTEUX, 1998: 199.

<sup>22</sup> LECOUTEUX, 1998: 196-197.

<sup>23</sup> SCHMITT, 1994: 14.

viam para os vivos, próximos do falecido, encerrarem o processo de luto e abandonarem um estado que denominou de *suspensão social*<sup>24</sup>.

Paulino Rodríguez Barral, na sua dissertação de doutoramento, *La imagen de la justicia – La retribución del comportamiento humano en el más allá en el arte medieval de la Corona de Aragón*<sup>25</sup>, na qual analisa o sistema judicial no Além da Idade Média, apresenta como introdução para a sua temática principal um capítulo acerca da dialética da recompensa e do castigo na pregação<sup>26</sup>. O autor salienta que o número de sermões acerca dos castigos no Além é significativamente superior àqueles que abordam o Paraíso. Para Rodríguez Barral, existem quatro tipos de *aparecidos* (fantasmas): os que procuravam o auxílio dos vivos através dos sufrágios; aqueles que tinham como fim incutir o medo das penas sofridas no Além, «al servicio de la pastoral del miedo»; os *aparecidos* do Purgatório; e os *aparecidos* do Inferno<sup>27</sup>. Para o primeiro tipo de fantasma, Rodríguez Barral apresenta alguns *exempla* extraídos dos *Recull de exemplis*, sendo que o que nos parece mais pertinente é o de um clérigo que vendeu a alma ao diabo. Depois de falecido, aparece a um dos seus irmãos, com o qual tinha combinado que aquele que dos dois que morresse primeiro apareceria ao outro para lhe dar conta do seu estado no Além. O clérigo defunto alerta o outro para as consequências do pacto diabólico que tinha feito e pede-lhe que mande celebrar sufrágios pela sua alma. Este *exempla* dá a entender que existe a possibilidade de a alma escapar à condenação eterna através de procedimentos próprios que os vivos deviam providenciar: a celebração de missas pela alma, a dádiva da esmola e as obras de caridade, os jejuos e as orações<sup>28</sup>.

Relativamente aos *revenants*, Rodríguez Barral apresenta alguns exemplos, também extraídos dos *Recull de exemplis*. Dos *Diálogos de São Gregório Magno*, menciona a história de um cavaleiro cuja alma abandona o corpo e vê uma ponte sobre um rio negro de águas putrefactas e um palácio revestido a azulejos de ouro e rodeado por um jardim<sup>29</sup>. Refere ainda o *exempla* CCLVII<sup>30</sup>, no qual se narra o caso de um monge a quem (ao não cumprir com determinados sufrágios requisitados por um peregrino moribundo) foi arrebatada a alma enquanto dormia por um conjunto de demónios que o levaram ao Inferno para o castigarem, tendo acordado com a cara queimada<sup>31</sup>. Constatamos que são relativamente comuns os *exemplas* nos quais os mortais têm visões (normalmente em sonhos) das penas infernais e/ou purgatoriais como forma de emendarem as suas vidas.

Obras coetâneas do século XII como a *Visão de Túndalo* e o *Purgatório de São Patrício* tentaram fixar a crença no conceito de Purgatório e estabeleceram, em parte, a construção imagética deste local/estado. Estes relatos serviram também para tentar impor

24 PAXTON, 1990: 6.

25 RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 21-60.

26 RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 21.

27 RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 25-34.

28 AGUILÓ & FUSTER, *ed. lit.*, 1881: 123-124.

29 RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 40-41.

30 AGUILÓ & FUSTER, *ed. lit.*, 1881: 232-233.

31 RODRÍGUEZ BARRAL, 2003: 41.

modelos de comportamento necessários à salvação. Em ambas as histórias de viagens Além-túmulo, as personagens centrais são cavaleiros que percorrem os vários domínios do mundo espiritual<sup>32</sup>. A viagem de Túndalo ao Além é um dos mais conhecidos exemplos de relatos de *revenants*. O cavaleiro, após uma enfermidade súbita, morre e assim permanece durante três dias. A sua alma tenta voltar ao corpo e não consegue:

*Quãdo a minha alma saiu do corpo/ começou de aver gram medo y nõ sabya cousa que/ fizesse nem que dissesse. ne a qual lugar fosse sóo y desen/parada querya-se tornar ao corpo. e o corpo nõ na querya rreceber<sup>33</sup>.*

Túndalo não estava pronto para morrer, provavelmente por não ter tomado as medidas necessárias à *boa morte* e por ter consciência de que não tinha tido uma conduta dita cristã no decorrer da sua vida. O defunto não foi enterrado, nem se iniciaram as exéquias, porque se sentia o seu peito quente enquanto esteve morto.

Segundo o relato, esta jornada serve para Deus revelar quais seriam as consequências da sua conduta em vida: «nosso senhor/ misericordioso quis a este home mostrar as penas do/ Inferno. e os bees do Parayso por tal de as cõtar depois/ no mudo. E este por tomarmos nos outros exeplos/ de fazer bem. E nos guardamos de mal»<sup>34</sup>.

A alma do cavaleiro é recebida por uma «companha de dyabóós» logo depois de ter abandonado o corpo na casa onde tinha falecido. Esses demónios não se restringiram ao domicílio, mas espalharam-se por praças e ruas:

*E cerquarõ a alma de todallas as partes e co/meçarom de a doestar e espantar muy fortemente e/ diziã. Cantemos a esta alma cativa cãteres de/ morte. que filha he de morte. e he de comer fogo. e ami/ga de tréevas. e emiga da luz<sup>35</sup>.*

Túndalo é resgatado pelo seu anjo da guarda, que o acompanha na jornada pelo Além, onde vê almas a cumprirem dolorosos castigos que lhes eram atribuídos conforme as faltas que tinham cometido:

- as almas dos assassinos e seus cúmplices ardiam sobre uma placa de ferro para posteriormente serem derretidas<sup>36</sup>;
- as almas dos soberbos eram puxadas com instrumentos de ferro para o fogo e depois atiradas à neve<sup>37</sup>;
- as almas dos que maquinavam o mal permaneciam num rio «do qual saya gram fumo y gram fodor come de car/nes mortas que fossem já podres»<sup>38</sup>. Essas almas caíam de uma ponte longa e estreita que passava por cima de um rio;

<sup>32</sup> DIAS, 2014: 105.

<sup>33</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 124v.

<sup>34</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 124r.

<sup>35</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 124v.

<sup>36</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 125v.

<sup>37</sup> MARTINS, 1977: 206.

<sup>38</sup> Códice alcobacense 266, século XV.

- algumas almas eram queimadas pelas chamas da boca de um monstro e nas suas entranhas passavam por uma série de castigos<sup>39</sup>;
- as almas dos ladrões passavam por uma ponte estreita coberta de pregos por cima de um lago cuja água fervia com o calor que era gerado pelas bestas que aí habitavam – o pecador tinha de atravessar a ponte com os bens que tinha furtado;
- as almas dos luxuriosos e «gargantões» eram despedaçadas, esfoladas e colocadas num forno<sup>40</sup>;
- as almas daqueles «que se fazem muy bóos e melhores que os outros» eram comidas por um outro monstro que depois as atirava para um lago coberto de geadas, acabando por se queimar (essas almas davam à luz serpentes que saíam pelos braços, pernas e peito das almas e logo de seguida mordiam os seus *progenitores* com dentes de ferro)<sup>41</sup>;
- e as almas dos que «tiveram doces deleites no mundo» eram capturadas por demónios com tenazes de ferro e, de seguida, colocadas no fogo para com elas formar uma massa<sup>42</sup>.

Uma das características mais singulares da *Visão de Túndalo*, como já desenvolvemos na nossa tese de doutoramento<sup>43</sup>, é o facto de o cavaleiro ter sofrido as penas elencadas e não as ter somente presenciado, à semelhança do que acontece outras narrativas de viagens Além-túmulo.

Aparentemente, tendo em conta os castigos terríveis que são descritos, essas almas estão situadas no Inferno. No entanto, consideramos que está implícita uma noção de Purgatório porque, segundo o anjo que acompanha Túndalo, todas essas almas que padecem horrores têm possibilidade de redenção: «todas estas almas que tu viste esperom salvação e outras»<sup>44</sup>. Segundo Jacques Le Goff, o Purgatório servia de antecâmara para o Paraíso, ou seja, a partir do momento em que alma não é condenada à danação eterna por mais tempo que possa passar a purgar as suas faltas, eventualmente o seu destino último será a salvação<sup>45</sup>.

Parece-nos indubitável que nos encontramos no Inferno quando o anjo mostra, ao seu protegido, o Príncipe das Trevas que devorava as almas dos homens. Esse local é caracterizado por uma total ausência de luz, «estabelecendo um contraponto com Cristo que era a luz de todas as coisas»<sup>46</sup>.

Este *exempla* tem como finalidade difundir informações acerca do Além com o intuito de cristalizar um imaginário do mundo extra-terreno nas crenças dos cristãos e

---

<sup>39</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 127r.

<sup>40</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 128r.

<sup>41</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 129v.

<sup>42</sup> Códice alcobacense 244, século XV: fl. 51-59.

<sup>43</sup> DIAS, 2014: 109.

<sup>44</sup> Códice alcobacense 266, século XV: fl. 130r.

<sup>45</sup> LE GOFF, 1995: 17-18.

<sup>46</sup> DIAS, 2014: 109.



de tentar fixar a crença no Purgatório. Contudo, a *Visão de Túndalo* não distingue com suficiente evidência os espaços e penas pertencentes ao Purgatório e ao Inferno. Ao longo da narrativa, o leitor tem dificuldades em perceber se as penas sofridas pelo cavaleiro são purgatoriais ou infernais.

Quando Túndalo regressou à vida, pediu para receber comunhão de imediato e para se confessar. Doou os seus bens à Igreja e aos pobres e iniciou a pregação, passando a sua experiência aos demais e transformou-se num «modelo de cristão ideal».

O *Tratado do Purgatório de São Patrício* tem uma finalidade muito semelhante à da *Visão de Túndalo*: comprovar a existência do Purgatório e salientar o terror dos castigos que eram administrados nesse local. Demarca-se da *Visão de Túndalo* porque é a primeira narrativa onde o Purgatório é tratado como um local/estado independente do Inferno<sup>47</sup>, mas na qual é descrito como um Inferno temporário, ou seja, os castigos são os mesmos em ambos os locais. Salientamos também que, embora o cavaleiro que realizou a jornada tenha estado no Além, isso não implicou a sua morte terrena nem a separação do corpo da alma, mas a vontade de se redimir de faltas graves, o que implicou uma preparação longa para enfrentar os demónios que iria encontrar.

Segundo a história, Deus deu a conhecer a São Patrício uma gruta na ilha de Lough Derg pela qual se podia ter acesso ao Além sem com isso ter de se morrer. Aqueles que conseguissem sair da gruta seriam perdoados das faltas cometidas até esse momento, tendo oportunidade para adoptarem uma nova postura durante o restante tempo de vida<sup>48</sup>. Se o *purificado* conseguisse manter uma conduta condigna durante o resto da sua vida, já não teria de passar pelo Purgatório após a sua morte efectiva<sup>49</sup>.

A viagem Além-túmulo é efectuada por um cavaleiro que é comumente designado por Owen e que deveria invocar o nome de Jesus sempre que se sentisse em situações de grande perigo, pois existia a possibilidade de ficar cativo na gruta e de não regressar ao mundo dos vivos<sup>50</sup>. Tal como na *Visão de Túndalo*, o cavaleiro do Purgatório de São Patrício é submetido a alguns castigos e, após abandonar a gruta, redime-se pelos erros cometidos anteriormente e vai em peregrinação a Jerusalém.

Os castigos referidos nesta obra evocam os da *Visão de Túndalo* e envolvem torturas perpetradas por demónios com cravos ardentes, caldeirões com água a ferver, uma montanha onde sopram ventos muito fortes, uma ponte estreita e uma fossa cheia dessas criaturas, que aparenta ser a entrada que conduz ao Inferno<sup>51</sup>.

A introdução do Purgatório na topografia do Além origina a concepção de um julgamento particular da alma. Assim, após a morte, a alma fica sujeita a dois juízos: o primeiro, particular, e o segundo, o Juízo Final coletivo. O Purgatório era então, simultaneamente, o local de permanência das almas que expiavam os pecados e acabavam por

47 LE GOFF, 1983: 65.

48 PARGA CHUECA, 2008: 397-425.

49 DIAS, 2014: 110.

50 LE GOFF, 1983: 66.

51 NOTARIO RUIZ, *ed. lit.*, 2005: 29.

entrar no Paraíso e o de almas que, mesmo redimidas, tinham de aguardar aí pelo Juízo Final para obter a sua Salvação e Reencarnação<sup>52</sup>.

Após a análise das principais obras acerca da temática que temos vindo a tratar e de alguns *exemplas*, uns com fantasmas e outros com *revenants*, que consideramos elucidativos relativamente aos restantes seus contemporâneos, vejamos as conclusões a que chegámos na distinção destas identidades. Uma das principais diferenças entre fantasmas e *revenants*, senão a mais relevante, é a do sentido de deslocação entre o mundo terreno e o mundo espiritual, ou seja, o fantasma que deve permanecer no Além aparece aos vivos, interrompendo a harmonia que se pretendia que existisse entre vivos e mortos: mundo espiritual – mundo terreno – mundo espiritual. Ao contrário dos fantasmas, os *revenants* fazem breves viagens ao mundo espiritual para que possam narrar aos outros vivos o que presenciaram e vivenciaram num plano espiritual (normalmente o Purgatório): mundo terreno – mundo espiritual – mundo terreno.

Outra diferença que está directamente ligada com estes sentidos de deslocação prende-se com o número de viagens entre estes dois planos de existência. O fantasma podia oscilar de forma regular entre o mundo terreno e o mundo espiritual, enquanto o *revenant* (segundo os casos conhecidos) efectuava uma única viagem ao mundo espiritual, da qual regressava com o objectivo de se redimir das suas faltas e praticar o bem para que não sofresse as penas a que tinha assistido nos locais de purgação.

A aparição do fantasma tem como principal fim a resolução de um problema individual, ou seja, ele aparece para pedir algo que o ajude na sua travessia, enquanto o *revenant* traz do Além uma mensagem para a colectividade cristã. Por isso, o fantasma usualmente informa os vivos do seu estado no Além e o *revenant* expõe todo um *locus* extra terreno.

Em virtude das diferenças apresentadas, podemos concluir que estes fenómenos paranormais devem ser tratados com cuidado e não se devem confundir os relatos de fantasmas com os de *revenants*, pois ambos apresentam estruturas, conteúdos e finalidades distintas.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUILÓ I FUSTER, Marian, *ed. lit.*, (1881) – *Recull de exemplis e miracles, gestes e faules e altres ligendes ordenades per A-B-C tretes de un manuscrit en pergami del segle XV, ara per primera volta estampades*. Barcelona: Llibreria d'Alvar Verdaguer, 2 vols.
- ALEXANDER BIDON, Danièle (1998) – *La mort au Moyen Âge (XIII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Hachette Littératures.
- B. N. P., manus. ALC. 462, Códice alcobacense 266 (século XV) – *Colecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã, Monge Cisterciense de Alcobaca, o qual transcreveo o seguinte no idioma Portuguez*. — códice alcobacense 244 (211), (século XV).
- DELUMEAU, Jean (1978) – *La Peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Une cité assiégée. Paris: Fayard.
- DIAS, Marta Miriam Ramos (2014) – *A Arte Funerária Medieval em Portugal: uma relação com a liturgia dos defuntos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

---

<sup>52</sup> DIAS, 2014: 111.

- FÉLICE, Philippe de (1906) – *L'autre monde, mythes et légendes: le purgatoire de Saint Patrice*. Paris: Honoré Champion.
- GARCÍA Y GARCÍA, Antonio, ed. lit. (1982) – *Synodicon Hispanum*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, Vol. II – Portugal.
- LE GOFF, Jacques (1995) – *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LECOUTEUX, Claude (1998) – *Au-delà du merveilleux. Essai sur les mentalités du Moyen Âge*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- (1986) – *Fantômes et revenants au Moyen Âge*. Paris: Imago.
- LETT, Didier, rec. a (1994) – POLO DE BEAULIEU, Marie-Anne – *Jean Gobi, Dialogue avec un fantôme*. «Médiévales», Vol. 13, n.º 27. Paris: Les Belles Lettres, La roue à livres/Documents, p. 149-150.
- LE GOFF, Jacques (1983) – *O Maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Roma-Bari: Edições 70.
- NOTARIO RUIZ, Antonio, ed. lit. (2005) – *Contrapuntos estéticos*. [s.l.]: Ediciones Universidad de Salamanca.
- MARTINS, Mário (1978) – A «Visão de Túndalo» no «Breve Sumário da História de Deus». «Didaskalia», n.º 7. [s.l.] : [s.n.], D.L., p. 201-208.
- MIGNE, Jacques-Paul (1844-1855) – *Patrologia Latina*. Vol. 180. *Biblioteca dei Classici Italiani di Giuseppe Bonghi*. Disponível em <<http://www.classicalitaliani.it/index126.htm>>. [Consulta realizada em 10/03/15].
- PARGA CHUECA, María José Vásquez de (2008) – *Un Manuscrito toscano del siglo XIV del Purgatorio de San Patricio*. «Medievalismo. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales», n.º 18, p. 397- 425. Disponível em <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/91741/88381>>. [Consulta realizada em 11/03/15].
- POLO DE BEAULIEU, Marie-Anne (1994) – *Jean Gobi, Dialogue avec un fantôme*. Paris: Les Belles Lettres, La roue à livres/Documents.
- RODRÍGUEZ BARRAL, Paulino (2003) – *La imagen de la justicia. La retribución del comportamiento humano en el más allá en el arte medieval de la Corona de Aragón*. Barcelona: Facultad de Letras na Universidad Autónoma de Barcelona. Tese de doutoramento apresentada na Facultad de Letras na Universidad Autónoma de Barcelona.
- SCHMITT, Jean-Claude (1987) – *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. SCHMITT, Jean-Claude, rec. a – LECOUTEUX, Claude – *Fantômes et revenants au Moyen Âge*. «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations», n.º 3, vol. 42, p. 632-634. Disponível em <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess\\_0395-2649\\_1987\\_num\\_42\\_3\\_283408\\_t1\\_0632\\_0000\\_001](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1987_num_42_3_283408_t1_0632_0000_001)>. [Consulta realizada em 12/02/15].
- ZIERER, Adriana Maria de Souza (2013) – *A Visão de Túndalo no contexto das viagens imaginárias ao Além Túmulo: religiosidade, imaginário e educação no medievo*. «Notandum», n.º 32, p. 101-124. Disponível em <<http://www.hottopos.com/notand32/07adriana.pdf>>. [Consulta realizada em 05/03/15].



# ON OTHERNESS AND INDIA: O LIVRO DE DUARTE BARBOSA (C. 1516) SEEN IN CONTEXT

CRISTINA OSSWALD\*

**Resumo:** Neste artigo foi analisada a contribuição do Livro de Duarte Barbosa (c. 1516) para a receção e a interpretação da cultura e da sociedade indianas pelos europeus. O Livro só foi publicado em Portugal no século XIX. No entanto, esta narrativa conheceu, desde o início, uma grande circulação em Portugal e no resto da Europa. Antes de mais, a versão manuscrita era conhecida dos mais importantes cronistas do Oriente Português: Gaspar Correia, Lopes de Castanheda e João de Barros. Este relato foi igualmente traduzido para castelhano, alemão e italiano ainda durante o século XVI. Referimos, por exemplo, a tradução para a língua italiana incluída no primeiro volume da obra *Navigazzioni e Viaggi* (1550) por Giovanni Battista Ramusio, uma das mais importantes compilações de textos relativos às narrativas de viagens por europeus fora da Europa desde a Idade Média. O Livro sofre certamente de algumas limitações características da época, como preconceito religioso, um discurso fomentando com frequência uma identificação civilizacional não necessariamente verdadeira entre europeus e não europeus, ou a associação da tipologia de pele com determinado nível civilizacional. No entanto, trata-se de um dos mais completos relatos escritos por autores portugueses acerca da Índia no início do século XVI. De facto, este relato inclui informação fundamental acerca de aspectos políticos, militares, sociais, culturais, comerciais e religiosos característicos da Índia contemporânea. Como indicado pelo título da obra, o Malabar é a região da Índia, cuja descrição foi objeto de maior cuidado. Tal deverá estar relacionado com o facto de Barbosa ter vivido durante quase cinquenta anos nesta região.

**Palavras-chave:** Índia; Portugal; cultura; alteridade.

**Abstract:** In this article we analysed the contribution made by the Livro de Duarte Barbosa (c. 1516) to the reception and interpretation of Indian culture and society by Europeans. The Livro remained unpublished in Portugal until the 19<sup>th</sup> century. However, from the onset, this narrative enjoyed a wide circulation both in Portugal and throughout Europe. Its manuscript form was known to the most distinguished chroniclers of Portuguese Asia, more precisely, Gaspar Correia, Lopes de Castanheda and João de Barros. Moreover, this report was translated into Castilian, German, and Italian still in the 16<sup>th</sup> century. For instance, an Italian translation was included in the first volume of the *Navigazzioni e Viaggi* (1550) by Giovanni Battista Ramusio that was one of the most important collectaneas on overseas travels dated from the second half of 16<sup>th</sup> century. Certainly, the Livro suffers from some limitations proper to his time such as religious prejudice, a discourse promoting an often civilizational identification that is not truthful among Europeans and non-Europeans, or the association of the skin complexion with a particular level of civility. Nevertheless, it constitutes one of the most comprehensive accounts of India written by Portuguese authors at the beginning of the 16<sup>th</sup> century. Indeed, this report includes fundamental information on the political, military, social, cultural, commercial and religious features characteristic of coeval India. As indicated by the title of the work, among the Indian regions that were described by Barbosa, pride of place was given to Malabar. This was related to the fact that he lived for almost fifty years in this region.

**Keywords:** India; Portugal; culture; otherness.

---

\* CITCEM.

## CONTEXTUALISATION



**Illustration 1** – View of the market in Goa, in Linschoten, Jan Huyghen van, *Itinerario, voyage ofte schipvaert naer Oost ofte Portugaels Indien 1579-1592*, c. 1596, Wikimedia ([https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-6598-KB\\_View\\_of\\_the\\_market\\_in\\_Goa.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-6598-KB_View_of_the_market_in_Goa.jpg))

In 15<sup>th</sup> century Europe, the idea of the existence of ancient and powerful civilizations in India was broadly accepted, but accurate and reliable information about them was scarce. This situation changed radically in the wake of Vasco da Gama's travels. The first half of the 16<sup>th</sup> century compelled Portugal to confront itself with this region and was the beginning of a lasting process or trivialization of mutual contacts between Europeans and Indians as with other communities from a myriad geographical and cultural provenance, but living in or related to India. Indeed, the Goa, as the whole of Hindustan Coast, had a cosmopolitan character by excellence – used to a long contact with Turks, Malays, Chinese, Africans (for instance, a long lasting trade existed between Eastern African and Eastern Indian maritime cities of present Gujarat, and Chinese communities established in India were especially active both in trade and in manufacture)<sup>1</sup>.

In this article we will analyse the contribution made by the *Livro de Duarte Barbosa* (c. 1516) to the reception and interpretation of Indian culture and society by Europeans. Indeed, this report was one of the two first and more comprehensive accounts of this region. The other account was the *Suma Oriental* by Tomé Pires dated 1512. Thus, both Barbosa and Pires must be credited a pioneering role in the formation of a lay historiography of Portuguese empire displaying a considerable array of information on the local society, culture, religious and economic framework.

<sup>1</sup> Among the abundant literature on the subject, see, for example: ASHER & TALBOT, 2006.



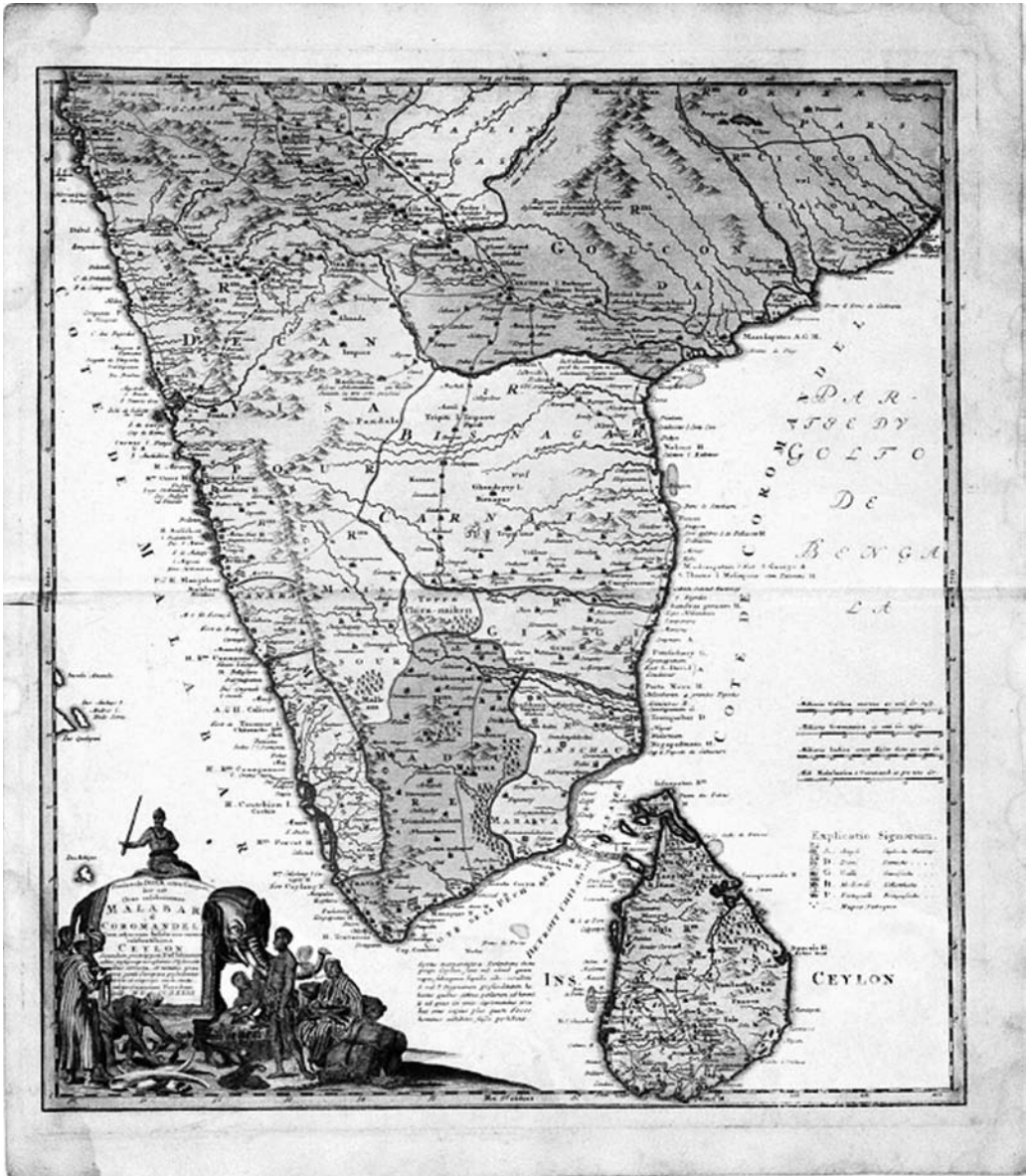


Illustration 2 – Map of South India, including the Coasts of Malabar and of Coromandel, first half of the 18<sup>th</sup> century (<http://www.antiquaprintgallery.com/carte-des-cotes-de-malabar-et-de-coromandel-south-india-de-lisle-1723-map-252481-p.asp>)

Duarte Barbosa, aged 14, embarked to India in 1500 with his uncle, Gonçalo Gil Barbosa, and stayed there until 1506, then returning to Portugal. During this first stay in India, he assisted his uncle in his role as commercial factor, first in Cochin (1500-02) and then in Cannanor (1502-05). He thus belonged to the first Portuguese generation of royal officers, soldiers and merchants who installed themselves in Malabar (this designation, Malabar, was used by 16<sup>th</sup> century Portuguese people to refer to the geographical area in

the South East Hindustan Peninsula stretching from the Gates Mountains to the sea, from the Mount Eli near Cannanor, and enclosing the area of the Kanara to the North and the Cape Comorin in the Southern extreme). Soon, Barbosa interacted closely with the local communities also as a *língua* (interpreter). Indeed, he learnt Malaylam so well that in 1503 he was commissioned by Afonso de Albuquerque to act as translator during the negotiations of the Portuguese with the King of Cannanor.

After 1511, Barbosa worked mostly as chief *escrivão de feitor* in Cannanor. However, due to the fact that he opposed the military conquest politics of Albuquerque, favouring, by contrast, a concerted action with the local potentates that would facilitate trade, two years later, in 1513, Albuquerque transferred him to the less important *Feitoria* of Calicut. In the subsequent year, Albuquerque even attempted to imprison Barbosa. In 1519, Barbosa was allowed to occupy his former position at the *Feitoria* of Cannanor. He must have passed away in the Orient between September 1546 and May 1547<sup>2</sup>.

## THE STRUCTURE AND THE FORTUNE OF THE LIVRO

For our study, we will use the version of the manuscript text conserved at the Biblioteca Nacional de Portugal with the reference code FG. Ms. 110008 and published in two volumes by Maria Augusta da Veiga e Sousa in 1996. This text constitutes the only Portuguese version that is dated and signed and is probably the most similar to the original non extant text<sup>3</sup>.

This text is organized into 49 chapters. Chapters 33 to 48 deal with India (the preface that is included in some versions of the manuscript was probably added by Ramusio) and describe the places Barbosa visited or which he heard of, located between the Cape of Saint Sebastian near Cape Town, in present South Africa, and the Japanese Ryukuy Islands, also named Lequios by 16<sup>th</sup> century Portuguese reports. Barbosa structured his report into large geographical-administrative divisions or chapters mostly referring to a distinct kingdom. Quoting João Marinho dos Santos,

*for Duarte Barbosa, a kingdom is a territorial unit (whose physical contours or limits are not always well defined), inhabited by people with common physical and cultural characteristics (and under this specific perspective he speaks about countries) with an appreciable political, administrative, social and military organization centred on a royalty (that obeys to ancestral traditions and costumes and practices rites) and, obviously, with an economy that functions with more or less difficulty<sup>4</sup>.*

Barbosa began the description of India with a reference to the Gujarat, about which he stressed the leading role played in trade by the two port cities of Diu and Cambay. He

---

<sup>2</sup> RUBIÉS, 2002: 205-206.

<sup>3</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996: 2 vols.

<sup>4</sup> SANTOS, 1996: 99-100 (our translation).

then proceeded with the description of the Kingdom of the Deccan, of the Kingdom of Vijaynagar, also called Narsinga or Bisnaga by the Portuguese, of the Kingdom of Orissa, of the Kingdom of Delhi, the Malabar, the Coromandel Coast, and the Kingdom of Bengal. Within this broad framework, the author inserted subchapters on specific cities and towns, chapters on the local population and their main professional occupation, also known as castes in India, and on customs of Indian kings or rulers. One chapter, more precisely subchapter 33F, is dedicated to the betel leave that is an Indian product. The final annex lists the products traded in the Orient<sup>5</sup>.

The reference to Malabar in the title means that this book is especially informative about this region. Having lived for almost half a century in the area, Barbosa provides the reader with a detailed and accurate description of its inhabitants and their customs. This includes the mention to a variety of local castes, including both the foreign castes and the lower castes largely in charge of menial work.

At first, this report had a curious trajectory! The great quantity of documentation on Portuguese India circulating in Portugal in the early 1500s, the policy of secret followed by D. Manuel I or/and the weakness of the publishing infrastructure are some of reasons that, according to scholars, can account for the fact that this report remained unpublished in this country until the early 19<sup>th</sup> century<sup>6</sup>. Nevertheless, this narrative enjoyed wide circulation in manuscript form during the 16<sup>th</sup> century. It was known to the chroniclers of Portuguese Asia, such as Gaspar Correia, who went to India c. 1512 and who might have met Barbosa, Lopes de Castanheda, and João de Barros, and the Humanist Damião de Góis<sup>7</sup>. Moreover, it was translated into Castilian, Italian and German still in the 16<sup>th</sup> century. The first Spanish version, by the Genovese Mario Castilion, dates from 1524, and was used by Hieronymus Seitz in his translation into German in 1530.

Portuguese overseas enterprise was indeed followed throughout Europe from the beginning. The encounter with such varied realities led to the need to report and divulge the contacts in Europe, taking advantage of the coeval impulse of the printing press<sup>8</sup>. It is surely no coincidence that the first volume of *Navigazzioni e Viaggi* (1550-1559) by Giovanni Battista Ramusio, a prestigious officer of the Republic of Venice, was formed of reports written by Portuguese authors, including the report by Barbosa, and by foreign-

<sup>5</sup> The Gujarat is described by the chapters 33 and 34, volume I: 171-233. The description of India is mostly included in the second volume of the edition I use. The description of the Deccan (chapter 35) can be found in page 1 to page 54. The report on the Kingdom of Vijayanagar (chapter 3) occupies the pages 55 to 91. Chapter 4 and chapter 47 that deal with Orissa are respectively included in pages 91 to 92 and from page 313 to 316. The chapter 38, page 83 to page 108, is about the Kingdom of Delhi. The extensive narration of Malabar stretches chapter 39 to chapter 45, from page 108 to page 312. The chapter 46 is dedicated to the Coromandel Coast (301-312). Chapter 48 concerns the Kingdom of Bengal (316-326). The annex with the products traded in the Orient, which we still do not know whether it was included in the original version, is divided into thirteen small chapters: 473-503.

<sup>6</sup> LACH, 1993, volume I: 151-154.

<sup>7</sup> Castanheda has probably based on Barbosa's work in his description of the society and of the customs of both Gujarat and Vijayanagara. In his description of the Malabar, Góis referred his readers to the book written by Barbosa in Portuguese language, on the customs of all peoples from the Cape of Good Hope to China, in which he describes the customs, ceremonies and sects of all inhabitants of Malabar. (GÓIS, 2001, volume II: 109; see also CORREIA, 1975, volume I: 335, 357; volume II: 122, 367; CASTANHEDA, 1979, volume 2: 244; and RUBIÉS, 2002: 220).

<sup>8</sup> AVELAR, 2003: 13-14.

ers at the service of the Portuguese interests. The better knowledge of the Portuguese empire in formation was certainly a central issue for the government of *La Serenissa*, whose political and economic decay from the 16<sup>th</sup> century was closely related to the new maritime and commercial routes opened by Portuguese expansion<sup>9</sup>.

## BARBOSA – AN OFFICER OF THE PORTUGUESE CROWN

This report shows that its author had a remarkable power of observation, and was in possession of great opportunities for inquiry into the manners and habits of the different countries described, drawing from his own experience and from the testimony of other people. Thus, his own experience (what he saw, what he heard and perhaps the authors he read), in addition to the information he gathered through the interviewing of local people, functioned for him as criteria of truth.

At once, the reader notices the rigorous precision that the author put in the writing of this text and that can be considered characteristic of a scribe. Such accuracy can also be found in contemporary Portuguese official documentation, such as financial accounts, inventories, letter-reports<sup>10</sup>. This report moreover shares some concerns with other official documentation written by Portuguese officers and agents, such as the priority given to the detailed description of commercial and military skills of local people.

From an historical point of view, Barbosa and the first Portuguese in India were testimony to important events. Southern India witnessed the decline of the Kingdom of Deccan, an area corresponding to the present states of Karnataka, Maharashtra and part of Andhra Pradesh which split around 1500 into the five kingdoms of Ahmadagar, Bijapur, Golconda, Berar and Bidar<sup>11</sup>. Further North, the Delhi Sultanate experienced a last period of recovery under Sikandar Lodi (1489-1517) expanding into the states of Punjab and Bengal. Babur founded the Moghul Empire in Agra in the early 16<sup>th</sup> century<sup>12</sup>.

In his report, Barbosa mentioned a few Indian leaders by name, and he also reported on local political life, that is to say, on important events, administration (a whole chapter is dedicated to the administration of justice in Calicut)<sup>13</sup>, and political life. For instance, we learn of the election of Mordafaa as sultan of Gujarat and that the Sultan of Deccan, called Mahamude, had lived in Bidar, the capital of Deccan, since 1479, and delegated all his powers in his governor<sup>14</sup>. Another figure Barbosa mentioned was Malik Ayaz, who brings bad memories to the Portuguese. In his function as governor of the port of Diu, Malik Ayaz opposed Portuguese plans to dominate local trade until his death in 1522.

<sup>9</sup> We used the last Italian edition of Ramusio's *Navigazzioni e Viaggi* dated 2010-2011. On the relation between Portugal, the Portuguese and Venice during the 16th century, see, in particular, BARNES, 2007 and PICCHIO, 1984.

<sup>10</sup> BOUCHON, 1981: 87.

<sup>11</sup> SUBRAHMANYAN, 1994, vol. I: 340.

<sup>12</sup> BARRETO, 2000: 22.

<sup>13</sup> The chapter dedicated to justice is entitled «Do Regimento da Justiça de Calecute» (*Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 143-157).

<sup>14</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 29.

<sup>15</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 199.

This would explain Barbosa's observation that Malik Ayaz was very much afraid of the power of the Portuguese king<sup>15</sup>. Barbosa and Pires were allegedly the first Europeans to record the still extant tradition of the legendary conversion to Islam of Cheraman Perumal, the last sovereign of the Cera Dynasty (Kerala), which would explain the privileged relationship of the local Muslim group of the Mappilas with royal power<sup>16</sup>.

This text was not intended to constitute a military report at first. Nevertheless, it includes information that may be of interest for military use, such as on the military skills of certain groups. Barbosa considered the Gujarat Rajputs or Resbutes (probably Jains) – that were also described by Barros and Castanheda – to be very good archers and knights, and also good at handling other sorts of weapons<sup>17</sup>. Barbosa was especially thorough in the presentation of Deccan combat techniques and strategy<sup>18</sup>. We argue that the reason for this was the fact that the headquarters of Portuguese endeavour had been seized by the Deccan rulers. From a broader viewpoint, the care he gave to the description of disputes among local rulers and armies must be seen within Portuguese colonial strategy. *I. e.*, let us remember the fact that the Portuguese tried as much as they could to profit from local rivalries, for instance through a politic of alliances, in their affirmation as an empire.

Upon the closer contact established between Europe and India made possible by Vasco da Gama's arrival, the Europeans were confronted with the fact that the Indian civilization was perfectly capable of rivalling them in many aspects. One aspect was certainly of demographic nature. The whole population of India in the 16<sup>th</sup> century is estimated at around 140 million, whereas the Portuguese population was 1 million<sup>19</sup>. 16<sup>th</sup> century Portugal can be defined as a poor agrarian country with a very underdeveloped urban tessiture. By contrast, India boasted countless highly developed urban agglomerations with a cosmopolitan character, perhaps even superior to the character of such cities as Amsterdam, Paris or London. The Hindustan Coast was a cosmopolitan area *par excellence* – and was used to a long contact with Turks, Malays, Chinese, Africans or – in Barbosa's expression – inhabited by *toda a sorte de gente* (all sorts of people)<sup>20</sup>. Moreover, Barbosa was astonished by, and praised the quality of the urban and architectural features of the Indian places he visited. This was, for example, the case of the *formosa cidade de Cambaia* (beautiful city of Cambay)

*with its many houses and buildings in stone and mortar. The houses are very high, and have many windows; they are roofed with tiles in our manner, it has very well paved streets, and many places*<sup>21</sup>.

<sup>16</sup> According to local legend heard by both Pires and Barbosa, some six hundred years before a mighty ruler called Cheruman (also known as Chirimay) Perumal had been converted to Islam by Arab traders, and then divided his kingdom among three Kerala monarchs and numerous lesser feudatories before departing for Arabia where he eventually died (*Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 102-106; *Suma Oriental*, 1996, volume III: 186).

<sup>17</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 177-178; BARROS, 1887, volume II: 57; CASTANHEDA, 1970, volume III: 130.

<sup>18</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 19-23.

<sup>19</sup> BIRABEN, 2005: 14; SERRÃO, 1996: 64.

<sup>20</sup> LOUREIRO, 1991: 156.

<sup>21</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 207 (our translation).



As the *Suma* by Tomé Pires, the *Livro* by Duarte Barbosa presents itself as a geographical treatise or distribution following the trade routes along the Indian Ocean<sup>22</sup>. Both the two reports are informative about the local complex mercantile society and its international character, stretching from Africa to China and Eastern Asia (Malacca). The reader is given detailed data about networks, products and the agents involved in trade, including Afro-Asian intercontinental trade. Focusing our attention on the *Livro*, the author stressed precisely those aspects that contributed to the economic relevance of the distinct cities and towns, and which are: the best cities in terms of trade, their location as sea ports (for instance, the significance of Diu was related to its strategic position on the Peninsula of Gujarat, in the North Indian coast of India, that permitted the control of navigation and trade with the Red Sea and the Persian Gulf), their ranking as trade centres *de muito bom ou grande trato* (of very good and large trade), the quality of certain natural and manufactured items, in addition to the good pricing of certain products.

The importance of the sea for both the locals and the newly arrived is indeed clear in Barbosa's text: the majority of the cities and towns described by this author were important maritime trade centres located either on the Indian Ocean or by the Riverside and the foundation of the Portuguese empire was mostly based on seaport cities and their trade<sup>23</sup>. Barbosa gave information on sorts of ships, for instance the *zambucos*, small crafts by norm used for coast traffic or to connect the shores with larger boats, which seem to have been very popular at the time both on the African and Asian coasts. He gave also practical hints to navigators. For instance, he observed that the navigation in the Gulf of Cambay was very dangerous for ships with keel because the tides were extremely sudden. Thus, he advised foreign crews to employ local pilots in order to avoid shipwrecks and hitting rocks<sup>24</sup>.

The city of Cambay holds a special significance in Barbosa's text for another reason. It exemplifies a typical oriental city whose development was closely related to manufacture. Actually, he compared the quality of local craftsmen to the Flemish artists and artisans, and exemplified the most reputed craftsmen active in Cambay: turners, lapidaries, goldsmiths<sup>25</sup>.

In addition to economics, religion was a primary Portuguese concern from the start. When describing people, the first important distinction made by Barbosa is of a religious nature: Muslims (Moors), Hindus (also called Gentiles), Saint Thomas Christians and Jews. This text also refers to the vast geographical spread of Islamic religion from Africa to Asia.

This report comments on some central features of the rituals of the local rulers. This information was very useful, or should we say essential for the Portuguese rulers. The success of their enterprise was also dependent on their capacity to establish a fruitful relationship with the local people, and this, in turn, would profit from the correct under-

---

<sup>22</sup> RUBIÉS, 2002: 2.

<sup>23</sup> THOMAZ, 1998: 55.

<sup>24</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 222.

<sup>25</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 208-212.



standing of the local complex and different ritual code<sup>26</sup>. Illustrating my point, Barbosa claimed that the Brahmans and the Banyans of Gujarat followed a monogamous marriage custom similar to the European marriage custom. Indeed, we argue, the existence (whether real or imaginary) of similitudes not only as referred to religious habits, but also in terms of social reports should favour the contact with the other.

The *Livro* is of relevance for the study of ethno-linguistics. Some passages indicate different designations for the same place. For instance, Diu was called respectively Divixa by the Malabar people and Diu by the local Moors, and Daquem (or Decão, in Portuguese) was called Dacaním by the Indian peoples<sup>27</sup>. Barbosa further informed about the languages in use in different areas. Whereas the inhabitants of the Deccan spoke Arabian, Persian and the local language Deccani, each of the five Narsinga (Vijayanagar) provinces had its own language<sup>28</sup>.

Here, we would argue that this aspect must be further related to Barbosa's function as an agent of the King of Portugal. The correct mapping of the languages followed by the formation of a set of *línguas* (translators) assumed vital importance for the Portuguese, as their success was largely dependent on their capacity to communicate with local people both in an official and in an unofficial manner (Portuguese spies speaking fluently local languages could be found at local courts)<sup>29</sup>. Or, to put it differently, the more the Portuguese succeeded in mastering foreign languages, the more they were able to participate actively in local life.

## THE DEPICTION OF INDIAN SOCIETAL ENTITIES (RICHNESS AND LIMITS)

Barbosa showed a genuine interest in the countries, peoples and their customs. He was intrigued by their way of life and religious practices. One main intention of the author of this book was to reconstruct the forms of sociability, meaning modes of domination or coexistence and the multi-faceted transcultural relationships offered by the large Asian cities he visited or heard of.

Barbosa's competence in building a truthful narrative of Indian society can be seen from different angles. He demonstrated to possess a solid knowledge of the history of some people he dealt with. For instance, his report reads that the Kingdom of Cambay was inhabited by an important community of Muslims that were in their majority foreigners coming from many distinct countries – Turks, Mamlukes, Arabs, Persians, Turkmen – and from the great kingdom of Delhi, and others were native. The Rajputs, who formed a military caste in Gujarat, had been former knights, defenders of the kingdom and governors of the country<sup>30</sup>.

<sup>26</sup> LOPES, 1998: 168.

<sup>27</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 195; volume II: 72.

<sup>28</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 31, 34.

<sup>29</sup> MATHEW, 1986: 5.

<sup>30</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume I: 178.

This text reflects the fact that its author deeply plunged into the social and cultural complex of India, as expressed by his familiarity in using local perspectives or concepts. He illustrated power relations, as well the strict hierarchical organization of the local society based on the so-called system of castes, according to which the society develops around the distinct groups occupied with specific professional activities<sup>31</sup>. Moreover, this report vests a special importance as it comprises detailed information about the rites and the costumes followed by the different Indian castes, including castes which have disappeared or changed, such as the traditional warrior's caste of the Nayars in Kerala.

The yogis, a sort of hermits, caused the admiration of westerners. Indeed, Barbosa tells us that he had asked them often about the reasons for their peculiar appearance<sup>32</sup>. Unsurprisingly, the *sati* or suttee (the burning of female widows), that was part of Hindu funerary ritual, found its way into every report on India written by foreigners. And the more so in such early reports as the one under analysis here<sup>33</sup>. Barbosa, who was by norm rather impartial, and at times positive, in his observations on local customs, could not resist defining as abominable habits such gruesome ceremonies as the *sati*, or the Gujarat customs of hook-swinging and deflowering with stone idols<sup>34</sup>.

The same can be said about the interdiction still followed by Hindus to eat cow flesh<sup>35</sup>. Other customs were also experienced with astonishment by Barbosa. One of them was the hygienic complex procedures related to the concept of the purification of the soul, through the cleaning of the body, or ritual bath, which is an essential aspect of Hinduism (he compiled a series of products, sandalwood, rosewater, aloes – wood, camphor and musk with which the inhabitants of Vijayanagar used to oil themselves after their daily bath). Another was the habit to be transported in palanquins, which was also observed in the same region but was generalized in India and was soon appropriated by the Portuguese<sup>36</sup>.

This report is extremely precise as to one aspect essential to life: food. The reader is given a very good idea of the main products of local diets, like rice. For instance, in the town of Majandur in Malabar

*They collect four sorts of rice: the first is giraçal, and chamançal, camagal, and pacharil: this giraçal is the best one; each one has its price of great advantage one from the other<sup>37</sup>.*

Reference is also made to local products that may be used as substitutes for European products, as follows:

<sup>31</sup> As to the first aspect, the Zamorin made himself the greatest and most powerful of all in Malabar (*Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 107).

<sup>32</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 96-101.

<sup>33</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 72-76.

<sup>34</sup> He observed, at the death of the kings of Malabar, up to four or five hundred women of the royal harem committed suttee (*Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 77-78).

<sup>35</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 33.

<sup>36</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 65-66.

<sup>37</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 45 (our translation).

*The Ormuz trades take [to Batecala in Deccan] sugar extracted from palm tree, coconut oil, palm wine [...]*<sup>38</sup>.

But his report also shows a number of limitations. Barbosa was a man of his time, who suffered from spread religious prejudice expressed by a feeling of superiority towards different religious systems. As all Portuguese and European authors of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries, he also referred to the Islam as the Mafamede sect<sup>39</sup>. The similitudes he found between the Christian Holy Trinity and the Hindu Trimurti makes us infer that he subjectively explained the encounter with the Hindu cosmogony by using his own Christian reference system, and thereby clearly reveals his incapacity to perceive civilizational difference. In this he was also not different from other European writers of Early Modern overseas expansion. He coined Hindu beliefs, divinities and ritual with such negative terms as idolatry, idolatrous ritual, superstition, augur. Moreover, he suffered from the widely spread prejudice of superiority of Catholic people concerning other Christians, as illustrated, for example, when he praised the fact that a community of Saint Thomas Christians near Cannanor had returned to «our true faith in Christ»<sup>40</sup>. In his view, the Thomas Christians in the Kingdom of Calicut would lack convenient teaching and baptism. They conserved only their Christian names from the original Christian faith<sup>41</sup>.

Barbosa, as Pires and several European contemporary writers about India, described certain physical traits that, in their view, characterized certain local people with such subjective values as good-looking, clean, simple in their needs, pleasure-loving, playful but ultimately modest. His excerpt defining the Vijaynagar people as «men of good height and with our [European] features and appearance» is but one example illustrating the fact that he rated better the local people that, from his viewpoint, had more physical similitudes with Europeans<sup>42</sup>.

This text is indeed pervaded by the European bias of using its own system of reference as a starting point to illustrate the other's appearance to his European mates. This practice contributes to a discourse that promotes a civilizational identification that is not necessarily truthful between the local population and the European population as «having almost our physiognomies» or as «they were almost like Europeans».

In relation to the subject above, a prejudice that can be traced in this report is the association of the skin complexion with a particular level of civility: more precisely the concept of whiteness of skin as a sign of racial superiority. The references in Barbosa to people of white skin, almost white, quite white, spleen, have a clear sense of appraisal, as he completes his descriptions of such persons with positive adjectives, such as «beautiful»; «discrete»; «well-dressed»; «gentile»; «well-built»; «delicate». And in this he was

<sup>38</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 40 (our translation).

<sup>39</sup> GODINHO, 2000: 121.

<sup>40</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 239.

<sup>41</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 265.

<sup>42</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 60.

absolutely in tune with a diffused conception that can be illustrated by the celebrated policy to promote mixed marriages or intermarriage of the Portuguese with native women that should preferably be *alvas e de bom parecer* (white and good looking) advocated by Albuquerque and accepted by the Portuguese king<sup>43</sup>.

A second prejudice refers to nakedness (Barbosa and his mates refer to the sexual parts as *vergonhas* or shames) as a sign of civilizational retrocession. He moreover proved to be absolutely incapable or uninterested in transmitting the other's feelings both as concerned the local people and the recently arrived Portuguese. His analysis or perception of the other often appears rather superficial, as it was mostly directed by the senses. It concentrated on such external aspects as the description of ritual, dresses, jewels, hairstyle or food habits, when dealing with the social statute, certain hierarchy or the affiliation to a group<sup>44</sup>.

## THE MALABAR

Barbosa's narrative on Malabar constitutes an interesting case-study in the sense that his deep knowledge of this region permitted him to illustrate a multiplicity of aspects of otherness from a European point of view.

In contrast to most of the kingdoms and regions mentioned, that were governed by Muslim rulers, the kingdoms of Malabar were mainly governed by gentiles, reads, Hindus. Following, as elsewhere, the traditional pattern, he started with a reference to the highest caste, the caste of the Brahmans or religious leaders, went on to talk of the Nayars, defined as *fidalgos* by Barbosa, who were mainly employed in military jobs, then the Brabares, who were mostly traders, followed by the lower groups, mostly involved with menial work, such as the Calettis, who formed a weavers' caste, or the Mainatos, whose occupation was «to wash the dresses of Brahmin, kings and Nayars» and eventually foreign groups as the foreign Moors<sup>45</sup>.

The attention of the foreign newly arrived travellers was drawn by the rich rituals put into the celebration of death, the more when it concerned the rulers. We read in this narrative that, after the bodies of Malabar kings were incinerated, all their vassals should shave the whole body except the eyelashes and eyebrows. For thirteen days, they should abstain from chewing betel and eating flesh and fish, at the risk of being sentenced to death. A lavish ceremony of enthronement of the new ruler would take place precisely one year after the death of the ruler. Barbosa enumerated the totality of steps of this ceremonial such as the clear order of the procession:

*All rulers took his Nayars with them, with all their musical instruments: small and big drums and trumpets similar to anafis (long trumpets which were popular among the Moors),*

<sup>43</sup> XAVIER, 2008: 716-717.

<sup>44</sup> LOUREIRO, 1991: 165.

<sup>45</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 229.

*flutes and tambourines, with which they produce a great harmony; and the Nayars in the front, all in order, in the manner of our processions; the archers in front were both preceded and followed by lancers, who were followed by soldiers carrying shields and very good swords*<sup>46</sup>.

The royal succession in the several Malabar kingdoms would be assured through the king's brother or through the first son born to the king's eldest sister. As Tomé Pires, Duarte Barbosa did not fail to remark such an alien custom in European eyes as the custom of matriarchal succession. This custom that had disappeared from other Indian regions had persisted in Malabar due to the isolation of this region<sup>47</sup>.

Barbosa noticed another custom in Malabar that was fully strange for contemporary Europeans: the *muta* or temporary marriage. What is important about the *muta* is that its practice among Muslim merchants and low caste native women propitiated a slow but peaceful process of islamization of the local society. In the early 16th century, the descendants of those marriages, the Mappilas, also called local Moors by Portuguese sources, were important trade agents spread in a variety of places. Quoting Barbosa:

*There are such a quantity of them [The Mappila] and so closely related to the land that I have the impression that they form a fifth part of the population. These Moors called Mappila are present in all sea ports, cities and provinces. They are very rich and wealthy. The whole sea trade and navigation lies in their hands*<sup>48</sup>.



**Illustration 3** – St. Thomas Christian couple, in *Codex Casanatense*, end of the 16<sup>th</sup> Century, Biblioteca Casanatense nr. 1889, Rome, Italy, Nasran Net (<http://www.nasrani.net/wp-content/uploads/2008/02/sychr.GIF>)

<sup>46</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 125 (our translation).

<sup>47</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 115-116; *Suma Oriental*, 1996: 177.

<sup>48</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 229 (our translation).

The Malabar was especially important for a European Christian visitor, as this region constituted the only place in India inhabited by colonies of Christians, called Saint Thomas Christians as they traced their conversion to the Apostle Thomas. Again, Barbosa as his Catholic countrymen showed a biased position as concerned that community. He seemed to have absorbed without questioning, and through his text he contributed to the diffusion of local often rather legendary aspects concerning this community. He mentioned several rather legendary stories, such as the miracle of the transformation of sand into rice<sup>49</sup>.

## CONCLUSIONS

The *Livro de Duarte Barbosa* is certainly a fundamental report on the creation of otherness, more precisely, of the perception of Indian culture and society among Europeans that developed after the Portuguese arrival on the shores. With the *Suma Oriental*, this text constitutes one of the first two most comprehensive accounts of India, in particular of Malabar, written by Portuguese authors at the beginning of the 16<sup>th</sup> century. As an agent of his Majesty the King of Portugal, Barbosa puts a strong focus on aspects that are of special relevance for the *Estado Português da Índia*: trade, and political and religious matters. Such a detailed set of information as this on the local society and their administrative, political, military and economic systems certainly constituted a fundamental source of information for the Portuguese in their intention to profit as much as possible from the richness available. However, this book goes well beyond this function. Barbosa shows throughout the text a curiosity that is more characteristic of an anthropologist or a sociologist as he often seemed especially interested in understanding and explaining or interpreting the customs and habits and the external appearance of the peoples. At times, he expressed a feeling of true admiration for the *other* and considered some aspects of the other's society even superior to his own (see, for instance, the cosmopolitan features of Indian towns and cities).

## BIBLIOGRAPHY

- ASHER, Catherine B.; TALBOT, Cynthia (2006) – *India before Europe*. Cambridge: University Press.
- AVELAR, Ana Paula Menino (2003) – *Visões do Oriente. Formas de sentir no Portugal de quinhentos*. Lisboa: Colibri.
- BARNES, Jerome Randall (2007) – *Giovanni Battista Ramusio and the History of Discoveries: An Analysis of Ramusio's Commentary, Cartography and Imagery in Delle Navigazioni*, PhD dissertation presented to the University of Texas at Arlington.
- BARRETO, Luís Filipe (2000) – *Lavrar o mar: os portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- BARROS, João de (1777-1788) – *Da Ásia*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 8 vols.

---

<sup>49</sup> *Livro de Duarte Barbosa*, 1996, volume II: 260-261.



- BIRABEN, Jean Noel (2005) – *The History of the Human Population from the first beginnings to the present day*. In CASELLI, Graziella, VALIN, Jacques and WUNSCH, Guillaume – *Demography: Analysis and Synthesis*. San Diego: Academic Press Inc, p. 4-27.
- BOUCHON, Geneviève (1981) – *Portuguese Documents on Sixteenth Century India*. In CORREIA-AFONSO, John, ed. – *Indo Portuguese History: Sources and Problems*. Bombay: Oxford University Press, p. 86-98.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1979)? – *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Porto: Lello & Irmão, 2 volumes.
- CORREIA-AFONSO, John (1973) – *Les Musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise*. «Mare Lusio-Indicum: études et documents sur l'histoire de l'Océan Indien et des pays riverains à l'époque de la domination portugaise», 2. Genève: Librairie Droz; Paris: Librairie Minard.
- CORREIA, Gaspar (1975) – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão, 4 volumes.
- CRISTÓVÃO, Fernando (1991) – *O encontro de Portugal com a Ásia no séc. XVI*. In FERRONHA, António Luís, coord. – *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho.
- (2002) – *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra: Almedina, p. 337-353.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2000) – *Le déviselement du monde: de la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité XVème-XVIème siècles*. Lisboa: Instituto Camões.
- LACH, Donald (1993) – *Asia in the making of Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 4 volumes.
- LOPES, Marília dos Santos (1998) – *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas: para uma iconografia dos descobrimentos*. Lisboa: Quetzal.
- LOUREIRO, Rui Manuel (2002) – *Visões da Ásia (sécs. XVI-XVII)*. In MATHEW, Kuzhippalli Skaria (1986) – *Portuguese and the Sultanate of Gujarat, 1500-1573*. Delhi: K. M. Mittal.
- MATTHEW, Kuzhippalli Skaria (1986) – *Portuguese and the Sultanate of Gujarat, 1500-1573*. Delhi: K. M. Mittal.
- O Livro de Duarte Barbosa* (1996-2000), ed. VEIGA e SOUSA, Maria Augusta – Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 vols.
- O manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires: (contribuição para uma edição crítica)* (1996). Macau: Instituto Português do Oriente.
- PICCHIO, Luciana Stegnano (1984) – *Portugal e Portugueses no Livro das «Navigatoni» de G. B. Ramusio*. «Revista da Universidade de Coimbra». Vol. XXX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 5-22.
- RAMUSIO, Giovanni Battista (2010-2011) – *Navigazzioni e viaggi*. Torino: Einaudi.
- RUBIÉS, Jean Pau (2002) – *Travel and Ethnology in the Renaissance South India through European Eyes, 1250-1625*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, João Marinho dos (1996) – *Os Portugueses em viagem pelo mundo. Representações quinhentistas de cidades e vilas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- SERRÃO, José Vicente (1996) – *População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII*. In OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 63-77.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2000) – *A Note on the Rise of Surat in the Sixteenth Century*. «Journal of the Economic and Social History of the Orient», vol. 43, No. 1. Leiden: Brill, p. 23-33.
- (1994) – *Decão*. In ALBUQUERQUE, Luís, dir. – *Dicionário de História dos Descobrimientos*. Lisboa: Caminho, volume I, p. 339-342.
- THOMAZ, Luís Filipe (1998) – *Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no séc. XVI*. In CUNHA, Mafalda Soares da, coord. – *Os Construtores do Oriente Português*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, p. 53-79.



- (1994) – *Malabar, I. Malabar e Maabar*. In ALBUQUERQUE, Luís, dir. – *Dicionário de História dos Descobrimentos*. Lisboa: Caminho, volume II: p. 651-654.
- XAVIER, Ângela Barreto (2008) – *Dissolver a diferença, Mestiçagem e Conversão no Império Português*. In CABRAL, Manuel Villaverde, ed. – *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 709-727.

## LIST OF ILLUSTRATIONS

1. View of the market in Goa, in Linschoten, Jan Huyghen van, *Itinerario, voyage ofte schipvaert naer Oost ofte Portugaels Indien 1579-1592*, c. 1596, Wikimedia ([https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-6598-KB\\_View\\_of\\_the\\_market\\_in\\_Goa.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-6598-KB_View_of_the_market_in_Goa.jpg))
2. Map of South India, including the Coasts of Malabar and of Coromandel, first half of the 18<sup>th</sup> century (<http://www.antiquaprintgallery.com/carte-des-cotes-de-malabar-et-de-coromandel-south-india-de-lisle-1723-map-252481-p.asp>)
3. St. Thomas Christian couple, in *Codex Casanatense*, end of the 16<sup>th</sup> Century, Biblioteca Casanatense nr. 1889, Rome, Italy, Nasran Net (<http://www.nasrani.net/wp-content/uploads/2008/02/sychr.GIF>)

# NAS ORIGENS DE UMA REPÚBLICA MARÍTIMA E MERCANTIL. O ACOLHIMENTO AO ESTRANGEIRO NOS PORTOS MEDIEVAIS E MODERNOS

AMÂNDIO BARROS\*

**Resumo:** Na constituição das identidades marítimas o acolhimento ao estrangeiro nos portos medievais e modernos constituiu um elemento central; numa perspectiva comparada, este estudo procura mostrar a forma como os portos portugueses foram locais de experiências de contacto que enriqueceram os seus quotidianos e influenciaram comportamentos. Debatem-se questões de relacionamento entre o «Outro» e o «Eu» portuários e revêem-se conceitos muitas vezes utilizados de forma anacrónica, como o de «nação» ou «xenofobia».

**Palavras-chave:** Identidades marítimas; Portos; Nação; Xenofobia.

**Abstract:** In the constitution of medieval and early modern maritime identities, welcoming the foreigner in ports was a key-element; in a comparative perspective, this study seeks to show how the Portuguese ports developed experiences of contact that enriched and influenced their everyday behaviours. The paper suggests new interpretations of the relations between the «Self» and the «Other», and reviews concepts often misused such as the ones of «nation» or «xenophobia».

**Keywords:** Maritime identities; Ports; Nation; Xenophobia.

*Without the foreign there would be no familiar, and vice-versa, as the confrontation of the self with the non-self constitutes identity by way of negotiation and interaction.*

Albrecht Classen<sup>1</sup>

*(...) he who conducts himself well and trades honestly is blessed by God and man. The law allows, and it is only right, that he who can lose in a venture should also be allowed to gain from it when his fortune brings it about. Therefore I say to you that he who wants to become a merchant and risk his money is not to be blamed if he earns a profit, provided he can earn it in moderation and without fraud.*

John Gower<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo repensa as atitudes perante o estrangeiro nas sociedades portuárias atlânticas entre finais da Idade Média e o século XVI. Olha-se o estrangeiro nas notícias de estadias

---

\* CITCEM.

<sup>1</sup> CLASSEN, 2002b: XI.

<sup>2</sup> GOWER, John, c.1376-1379: 330.

de mercadores e homens do mar europeus nos portos portugueses e nos contactos realizados. O tema é recente, complexo e carecido de estudo aprofundado<sup>3</sup>. No convívio com o estrangeiro construiu-se uma parte da identidade marítima, mas a forma como ele foi recebido variou conforme as circunstâncias e dependeu de múltiplos factores. A consciência e defesa das fronteiras nacionais, ou as relações internacionais restritivas impuseram limitações mas tiveram origem alheia ao porto. E como se tratou de processos que demoraram a ser estabelecidos e assimilados, abriram caminho a contactos moldados de acordo com a tradição e com interesses particulares de diferente natureza.

Assim, uma das teses aqui defendida é a de que devemos olhar com atenção para as realidades locais – dos portos – que indicaram caminhos e forneceram modelos de relacionamento com o exterior. Com eles, percebemos que as concepções de estrangeiro pouco se assemelhavam com as que vigoraram na Europa após do triunfo dos *estados-nação*, ou os projectos *nacionalistas* oitocentistas e seus sistemas de representação<sup>4</sup>, responsáveis pela projecção de ideologias para o passado e criando anacronismos que subsistiram até hoje.

Na cronologia deste estudo, e em pleno processo de estruturação de identidades pela acumulação de práticas quotidianas colectivas<sup>5</sup>, a designação «estrangeiro» aplicava-se àqueles que estavam fora dos laços que caracterizavam a sociedade local, tanto designando os visitantes de um reino diferente, como os que chegavam de outras partes de Portugal como «peregrinos na sua pátria», na expressão de Lope de Vega. Da presença dos *estrangeiros* resultaram normas que visavam o bem comum, determinando a necessidade de regular a conduta dos *outros* em função do que era correcto e praticado pelos *naturais*. Perante o estrangeiro, os comportamentos eram contraditórios, adaptados a lógicas variáveis, políticas/diplomáticas/militares e económicas, e um porto devia geri-las com cuidado. O período era de indefinição dos estados e das nacionalidades, e as fidelidades a um monarca, a uma dinastia ou a um senhor continuavam a ser os laços predominantes, muito mais fortes que os sentimentos patrióticos ou a consciência nacional, ainda vagos e relegados a âmbitos regionais. Assim, num tempo em que os conflitos mantinham cariz senhorial, era aconselhável sustentar uma diplomacia preventiva mais ou menos autónoma, ou recursos que viabilisassem o uso da força, assegurando a continuidade dos empreendimentos independentemente do que acontecesse entre os governantes.

O que nos mostram as fontes? Que no dia-a-dia, o juízo sobre o estrangeiro oscilava entre a suspeição e a animosidade, quando ele era visto como um concorrente sério, e o favorecimento e a cooperação, quando a sua presença se adivinhasse favorável à prosperidade dos negócios.

<sup>3</sup> Laurence Moal é autora de um estudo exemplar sobre a matéria, *L'étranger en Bretagne au Moyen Age. Présence, attitudes, perceptions*, cujo modelo pode ser aplicado à investigação de outras regiões costeiras da Europa. MOAL, 2008.

<sup>4</sup> Fala-se da instauração da *ordem burguesa*, que reorganizou formas de pensar e explicar o mundo, num contexto económico imperialista no qual a Europa necessitou de conhecer (e, amiúde, confrontar-se) o «Outro». Marcadas pela emergência de simbologias nacionais e a afirmação de identidades, Foucault considera que estas práticas resultaram na «formação discursiva» do estado-nação. FOUCAULT, 1988; VARGAS-HERNÁNDEZ, 2008: 3-18; PERALTA, 2008: 78-80.

<sup>5</sup> A teoria da prática. BOURDIEU, 1989: 14-25.

Esta ambiguidade marca outra noção delicada: a de xenofobia, perante atitudes agressivas documentadas com frequência. Mais uma vez, devemos evitar anacronismos resultantes da ideia de *nação*, e da forma como ela se afirmou e protegeu, conceito e prática alheios à esmagadora maioria das comunidades medievais e modernas<sup>6</sup>.

Metodologicamente, este artigo circunscreve-se aos portos e não se faz à medida do Reino, excepto nos momentos em que as políticas centrais foram acolhidas ou contrariadas por eles, tentando impor-lhes regras na sua relação com os estrangeiros. Mas se é meu intento evitar a generalização e ter como referencial um caso de estudo, o Porto, e procurarei fazê-lo pela comparação com outros portos, confrontando linhas de conduta ou tentando achar os traços de uma cultura marítima geral.

Quanto à cronologia, justifica-se pela riqueza do período em exame. A transição da Idade Média para a Época Moderna foi, para o Porto, um tempo de afirmação comercial; até ao final do século XV, os melhores negócios da sua frota mercante faziam-se fora da cidade, a mando de mercadores do Norte da Europa e do Mediterrâneo, e a função portuária era a de apoiar um comércio regional interessante apenas para o reino português, e rotas de cabotagem desde a Galiza ao Báltico, com intuítos de abastecimento urbano<sup>7</sup>. No século XVI, em consequência da expansão portuguesa, da instalação de um novo grupo de mercadores<sup>8</sup> e de investimento no espaço atlântico – das Ilhas ao açúcar brasileiro –, a cidade foi reconhecida pelas redes internacionais, alcançando novo estatuto e vendo crescer o número de visitantes europeus. Na sequência de anteriores estudos, pretendo mostrar que o desfecho deste processo foi a afirmação do carácter cosmopolita deste porto e a consolidação de estratégias de desenvolvimento, até andado o século XVII.

Os portos são lugares ideais para se estudarem estas histórias de contactos; a função de espaço nodal entre vias terrestres, fluviais e marítimas estimulou a circulação de gentes, informação e cultura, e a sua fortuna foi garantida pela oferta, frequência e normalidade dos encontros e transacções, em boa parte delineados localmente. Apesar de condicionados pelos sistemas de alianças concebidos pelo poder central, não era invulgar ver os portos contornar políticas régias, abrindo-se ao trato com agentes banidos pela Coroa, ou contra eles empreender represálias quando se sentiam prejudicados, mesmo que isso significasse contrariar mandados régios<sup>9</sup>.

A partir do século XVI, quando o quadro das relações internacionais se enriqueceu, os portos tiveram de lidar, por sua conta e risco, com problemas resultantes da emergência de estados absolutos, rivalidades ultramarinas e dissidências religiosas. Mais: os primeiros processos de relações comerciais globais aprofundaram a questão, introduzindo exigências adicionais, que passaram pela vigilância portuária, fiscalização, políticas sanitárias, compartimentação das comunidades estrangeiras, repressão ou controlo de atitu-

<sup>6</sup> Além de Laurence Moal, citada, ver esta questão em CALABI, 2006. Visão geral do estrangeiro nos reinos peninsulares, GONZÁLEZ ANTÓN, 1995: 501-502.

<sup>7</sup> E um tímido início de capitalismo comercial, graças à armação mercante, investimento dos governantes burgueses da cidade.

<sup>8</sup> Cristãos-novos, descendentes, parentes e associados de judeus conversos de Espanha.

<sup>9</sup> BARROS, 2000: 23.

des e práticas consideradas lesivas. Esta conduta portuária constitui uma das teses centrais deste texto.

Central é também o papel dos agentes individuais, essenciais na construção do porto e da sua vitalidade ao promoverem formas de cooperação extensivas ao universo marítimo europeu e ultramarino, por sua conta e risco, ultrapassando barreiras de diferente tipo e efeito.

Relativamente às fontes, este estudo não parte de uma noção «intelectual»<sup>10</sup> de estrangeiro plasmada nas crónicas, pois não existem crónicas sobre a sua presença na cidade. Mas subsistem documentos do quotidiano portuário onde o encontramos: vereações, protocolos notariais<sup>11</sup>, correspondência comercial e normas alfandegárias, bem como os estatutos de uma confraria de marinheiros onde ele é evocado. Conto ainda com informações de outros portos do Reino e com a documentação régia que tratou do caso na óptica do poder central em correio, cartas de naturalização de estrangeiros e capítulos de cortes<sup>12</sup>.

## 2. BREVE ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ESTRANGEIRO ENTRE A IDADE MÉDIA E A ÉPOCA MODERNA

Desde a Idade Média que os homens dedicaram muito do seu tempo à viagem. Os mercadores europeus abriram um quadro de relações internacionais que cedo exigiu normas acessíveis a todos. Ainda só percebemos este processo legislativo parcialmente, e estamos longe de conhecer os quotidianos da viagem, do relacionamento entre eles e as formas de integração nas sociedades visitadas, onde alguns se fixavam. Nos portos obtemos uma boa lista de prerrogativas concedidas aos estrangeiros, e os limites que eles tinham de respeitar no âmbito de uma cultura marítima que, mais do que diferenciar, gerou canais de comunicação e modos de convivência.

Em Portugal, ainda há muito por estudar. Temos estudos parciais sobre as heranças dos estrangeiros defuntos no Reino na Idade Média (o direito de albinágio, que em Portugal não foi exercido de forma tão dura como noutros reinos onde era frequente a apropriação dos bens dos finados), as obrigações e tributos que deviam satisfazer para casar no Reino ou exercer a mercancia, as formas de compensação que os naturais do Reino podiam exigir perante ofensas sofridas (o direito de represália), e o direito de naufrágio, que previa, desde D. Afonso II (1211-1223), a restituição dos bens ao sinistrado estrangeiro, contra pagamento das despesas com a recuperação dos salvados<sup>13</sup>. A partir do

<sup>10</sup> Como mostra Laurence Moal sobre a Bretanha. MOAL, 2008. Uma visão mais intelectual e cultural do estrangeiro em *Meeting the Foreign in the Middle Ages*, citado na nota 1.

<sup>11</sup> Merecem um esclarecimento: na cidade subsistem apenas os do século XVI (1548) em diante, e mostram como as relações com o exterior passaram a fazer parte integrante da política portuária, suportadas por estruturas burocráticas, logísticas e socioeconómicas que lhe aumentavam o significado.

<sup>12</sup> Onde se percebem as diferenças de atitude entre portos e governos régios.

<sup>13</sup> Estes temas em ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE, 2004. Sobre as represálias ver ALBUQUERQUE, 1972. Ver o estudo de GRAÇA, 2012: 89-98. Ver uma síntese recente sobre a presença do estrangeiro em Portugal em NEVES, 2009: 29-35.

século XIV, e de D. Afonso IV (1325-1357), passou a ser reconhecido o direito do consulado aos mercadores florentinos estantes no Reino, sobretudo em Lisboa, prerrogativa que D. Fernando (1367-1383) alargaria a todos os estrangeiros<sup>14</sup>. Movemo-nos, pois, na legislação central – o que é importante pois reconhece o valor das relações mercantis para a vida nacional – mas desconhecemos as fórmulas de resolução de questões gizadas localmente, de que falarei adiante.

Não pretendo elaborar um roteiro bibliográfico sobre estrangeiros na Idade Média e Época Moderna. Apontarei apenas exemplos úteis para a presente investigação, relativos a formas de acolhimento de estrangeiros e de portugueses no exterior. Sobre o vizinho reino de Castela e seus domínios, os trabalhos de Álvarez Valdés y Valdés e Pérez Rodríguez aconselham um conhecimento mais sólido da legislação que os enquadrava, ao passo que Bello León faz um elenco dos visitantes estrangeiros e dos seus quotidianos, procurando preencher uma lacuna que a tendência para os estudos diplomáticos e políticos abriu e nunca resolveu<sup>15</sup>.

Laurence Moal estuda as presenças, atitudes e percepções do estrangeiro na Bretanha, mostrando como na imagem do outro interferiam conjunturas económicas e políticas, e as contradições nos relacionamentos<sup>16</sup>; Donald Harreld reconhece o vigor do colectivo estrangeiro em Antuérpia e como mercadores e homens do mar perceberam as vantagens de se associarem, não apenas para se defenderem de abusos contra as suas pessoas e propriedade, mas também como estratégia de coordenação de esforços para baixar impostos que lhes eram cobrados e custos de associação; tal atitude trouxe-lhes benefícios sociais pois «strengthened socially the foreign merchant community. Social benefits for foreign merchants included both the creation of enclaves for foreigners within a city and the development of a sense of loyalty to the foreign community»<sup>17</sup>.

Os portugueses no estrangeiro raramente conseguiram reunir um número bastante de membros para formar uma colónia organizada em feitoria ou consulado, com autoridades e jurisdição, exceptuando a Flandres (em Bruges e, depois, em Antuérpia) e Sevilha na época dos Descobrimentos. Porém, a sua presença era reconhecida nos portos e cidades europeias; e a acção dos mercadores precedeu a da própria Coroa no estabelecimento de relações oficiais com alguns reinos e regiões marítimas. Havia privilégios concedidos a mercadores dos principais portos, de «Portus Portugalliae» e «Lixbone ac locorum circumvicinorum» e a portugueses em geral dedicados ao trato na Normandia, «en ladicté ville de Hanfleu et dans le pays d'enuiron», autorizados, por Filipe IV em 1341, a ter casas e armazéns, e salvos-condutos a mercadores individuais<sup>18</sup>. Marisa Costa encontrou-os pela Catalunha, A. Barros em Itália e na Biscaia, onde Gonçalo Graça também os desco-

<sup>14</sup> Com destaque para os ingleses que, para além do cônsul para resolver os assuntos da comunidade britânica, passaram a ter juiz privativo que regulasse os pleitos que pudessem ter com os portugueses. ALBUQUERQUE & ALBUQUERQUE, 2004.

<sup>15</sup> ÁLVAREZ-VALDÉS Y VALDÉS, 1991; ÁLVAREZ-VALDÉS Y VALDÉS, 1992; PÉREZ RODRÍGUEZ, 1990; BELLO LEÓN, 1994.

<sup>16</sup> MOAL, 2008: 15-187.

<sup>17</sup> HARRELD, 2007: 273.

<sup>18</sup> DOMINGUEZ, 2006: 166.

briu, Verlinden pela Normandia, Flávio Miranda e Tiago Viúla pela Inglaterra, e Oliveira Marques pelos portos bretões e hanseáticos, a fazer comércio<sup>19</sup>.

### 3. RECONHECER E ACOLHER OS ESTRANGEIROS NOS PORTOS – O CASO PORTUENSE

«Early modern Europeans reached little consensus on exactly how to define “foreigners” in the context of the city», escreveu Donatella Calabi<sup>20</sup>. Uma frase de um viajante italiano parece confirmar esta «confusão»; segundo ele, os Portugueses «nada sabem dos estrangeiros, e não falam senão de Flamengos, Castelhanos e Bretões. Para eles, quem for alto e de cabelos louros é flamengo; quem for moreno é castelhano; e quem se vestir mal é bretão»<sup>21</sup>. Não eram apenas os Portugueses que tinham esta ideia difusa dos estrangeiros; no teatro espanhol do Século de Ouro, encontramos a mesma generalização e concessão de atributos dominantes no imaginário das populações do século XVI. No *Peregrino en su Patria*, Lope de Vega coloca um viajante na estrada que, «quando bolviendo la cabeza al ruydo que a sus espaldas hazian algunos passos, vio dos mancebos com sus bordones, y esclavinas, cuyos blancos rostros, rubios y largos cabelos, mostravan ser Flamencos, o Alemanes»<sup>22</sup>; e, mais adiante, atesta que «tienen ya las naciones sus Epitetos recibidos en el mundo, cuya opinion una vez recibida, es imposible perderla. A los Scitas llaman crueles, a los Italianos nobles, a los Franceses religiosos, a los Sicilianos agudos, a los Flamencos industriosos, a los Persas infieles, a los Turcos lascivos, a los Partos curiosos, a los Borgoñones feroces, a los Picardos alegres, a los Andegabos faciles, a los Bretones duros, a los Alexandrinos engañadores, a los Egypcios atrevidos, blandos a los Lothoringios, a los Españoles arrogantes, y a los Alemanes hermosos»<sup>23</sup>.

A documentação, desde a Idade Média, segue esta regra, agrupando sob a mesma «nacionalidade» gentes de diferentes lugares; por exemplo, no Porto, quase todos os mercadores e marinheiros do norte da Europa eram *Flamengos*, e os franceses *Bretões*. Não creio que isto tenha grande significado. De resto, ao mesmo tempo que lhes chama *flamengos*, a documentação municipal, tantas vezes, especifica o porto ou a região: *flamengo de Antuérpia, Roterdão, Amsterdão, Emden, Hamburgo, Alemanha, Dinamarca, ou bretão d’Arrochela, ou Nantes, etc*<sup>24</sup>. E custa a crer que uma cidade como o Porto, que mantinha intercâmbios de correspondência, dinheiro e mercadorias com mais de 200 portos no século XVI, não soubesse distinguir os parceiros de negócios. O próprio Rei, quando se viu a braços com súbditos que preferiam olhar para as bandeiras dos navios e ignorar as

<sup>19</sup> COSTA, 2003: 108-128; BARROS, 2003: 185-208; BARROS, 2005: 335-369; VERLINDEN, 1949: 169-209; MIRANDA & FARIA, 2010: 109-127; MARQUES, 1993; MARQUES, 1995: 21-28.

<sup>20</sup> CALABI, 2006: 2.

<sup>21</sup> MARQUES, 1987: 218-221.

<sup>22</sup> LOPE DE VEGA Y CARPIO, 1604b: 47.

<sup>23</sup> LOPE DE VEGA Y CARPIO, 1604b: 73-73v.

<sup>24</sup> La Rochelle era quase sempre individualizada (talvez pela consciência de que não era porto bretão).



identidades dos tripulantes, tratou de lhes lembrar quais os estrangeiros que deviam ser banidos dos portos dos seus domínios: holandeses, zelandeses e ingleses<sup>25</sup>.

Até este tempo rareavam os interlocutores estrangeiros, predominando as relações de proximidade ou de sequência, no prolongamento das rotas de cabotagem, com os portos franceses do Aunis, Poitou, Bretanha e Normandia<sup>26</sup> e Ilhas Britânicas; significativo para este estudo é o facto, já referido, de que as relações interportuárias anteciparam embaixadas diplomáticas organizadas pelos Reis, ficando, por todos, o exemplo da corte inglesa que primeiramente recebeu mercadores do Porto e de Lisboa, em negociações que abriram o caminho ao Tratado de Windsor<sup>27</sup>. Os galegos eram os mais frequentes. Se há lógicas de comportamentos, e contradições, a relação com os vizinhos era a mais estreita e, ao mesmo tempo, a mais difícil. Com ritmos económicos e produtos transaccionados idênticos, e com um mercado frágil e pouco flexível, as articulações e cooperação de hoje transformavam-se na concorrência e animosidade de amanhã. E os atritos acentuavam-se com assaltos e represálias suscitados pela grande frequência das rotas e dos predadores que as rondavam<sup>28</sup>.

A natureza dos contactos iniciais era informal. Desde cedo, a prática continuada de visitas e negócios levou estes homens a frequentar e ter pousada nas casas dos seus parceiros; eis excelentes locais de sociabilidade, onde tanto se alicerçavam amizades como se celebravam associações e se gizavam planos diversos, entre os quais, como melhor iludir o fisco.

Esta solidariedade informal tinha um rosto institucional, igualmente ligado aos homens do mar: em 1405, a confraria dos marinheiros do Porto, de S. Pedro de Miragaia, fundou o hospital do Espírito Santo, numa linha devocional conhecida nos portos europeus. Um hospital medieval era, sobretudo, um asilo, um espaço de alojamento e de hospitalidade. Neste aspecto, os estatutos remetem, também, para a definição de estrangeiro. Destinando-o a «pobres e envergonçados, caminhantes e pelimgris e estrangeyros e d'outras provençias»<sup>29</sup> colocavam sob a definição de pobre todo aquele que se dedicasse à itinerância. Assim se entendia um estrangeiro nessa época: alguém em viagem, desamparado; um peregrino, sinónimo de estrangeiro nos textos latinos medievais<sup>30</sup>.

E o que começou por ser uma iniciativa particular, de homens do mar, passou aos governantes da cidade, que tomaram a seu cargo a criação de idênticas estruturas junto dos locais de acostagem. As hospedarias portuárias começaram a ganhar forma no século XV, e a percepção da importância desses equipamentos chegou até ao poder central:

<sup>25</sup> Que todos conheciam; nos portos – e referirei casos concretos ocorridos no final do século XVI – todos sabiam exactamente quem eram os *rebeldes* e as *ilhas rebeldas*.

<sup>26</sup> De onde vinham cereais, ferramentas e influências culturais que podem ser detectadas na arquitectura da Sé do Porto. VASCONCELOS, 1983: 7. Sobre a projecção dos portos nortenhos ver BARRÓS, 2004a; POLÓNIA, 1999; MOREIRA, 2002; PINTO, 2008.

<sup>27</sup> Ver, por todo e em geral, VV. AA., 1988.

<sup>28</sup> São inúmeras as notícias de assaltos de piratas e corsários nas abras e rias da Galiza.

<sup>29</sup> Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia – livro 2: fl. 10. Trata-se de um livro de acordos da confraria de S. Pedro que tinha a seu cargo a gestão do hospital.

<sup>30</sup> MOAL, 2008: 29.

D. Afonso V, em 1461, contribuiu com 43 mil reais para a compra de casas junto à Ribeira nas quais se faziam «boons estaos pera estrangeiros e outros, e boas pessoas que a ditta cidade vem pera poderem em elles pousar»<sup>31</sup>.

O aumento do tráfico exigiu uma organização mais eficaz. A criação de uma alfândega régia facilitou o desenvolvimento destes mecanismos. Em 1325, já estava em funcionamento, recebendo foral em 1410, que exibia o peso da realidade do contacto com o exterior<sup>32</sup>. Nela existia um juiz dos feitos do mar com alçada sobre questões de impostos, apelações e agravos de nacionais e estrangeiros.

Procurava-se que os regulamentos fossem facilmente apreensíveis a todos. Mas as conveniências e cumplicidades subvertiam as regras. Em 1481, um mercador biscainho com navio carregado de ferro foi acusado de especular, contra postura da cidade; justificou-se voltando a lei contra o costume: que não conhecia a lei, acrescentando que, «porquanto Pedro de Leça, que Deus tenha, que então era vereador quando ele aqui chegara a primeira vez, e que tinha a chave do peso e lho pesava» lhe «dava a isso consentimento»<sup>33</sup>.

A multiplicação das visitas abria caminho à familiaridade com o porto e suas rotinas: o estaleiro para reparar os navios, os armazéns para depositar ou recolher os vinhos e o sal, o cais para descarregar e pesar o ferro, a franquia para abrigar o navio surpreendido por tormenta, o hospital para repousar. No século XV, facilitava-se o transporte de galegos em navios do Porto; mandava-se aprovisionar um navio da Galiza apesar dos conflitos armados no mar<sup>34</sup>; e multiplicavam-se os fretes para peregrinações a Santiago de Compostela, referencial dos horizontes marítimos e devocionais do Norte de Portugal<sup>35</sup>. Quotidiano marítimo ainda revelado noutros pormenores: no transbordo de mestres e marinheiros em navios de passagem e nos embarques de carga a crédito, com base na confiança da palavra dada<sup>36</sup>.

Da vida no mar resultava, por vezes, o abandono da terra natal e a moradia em lugar distante; familiar nas estruturas mas que impunha um conjunto de regras a quem chegava e quisesse estar, prova de boa-fé, sem distinguir «nacionais» e «estrangeiros». Leis que vinham do costume: nos meios rurais comprava-se terra e investia-se em culturas demoradas a frutificar, como a vinha; nos portos, o fenómeno era idêntico mas adaptado ao meio: constituição de família, fixação da casa, dos navios, das rendas e dos rendimentos do comércio, participação na vida cívica local, eis as provas de confiança necessárias para se obter o estatuto de vizinho.

Alguns recém-chegados distinguiam-se pelo valor dos serviços que ofereciam: no século XV, fixou-se no Porto um genovês, Jácome Lourenço, especializado em quererar navios, tornando-se um elemento precioso na promoção dos estaleiros navais; outros,

31 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livro A*: fls. 137-137v.

32 VV. AA., 1990.

33 AHMP – *Vereações*, liv. 4: fl. 179.

34 AHMP – *Vereações*, liv. 3: fl. 105; note-se o cuidado de explicitar que o navio «não é de armada».

35 BARROS, 1997: 187.

36 AHMP – *Livros de visitas de saúde*, liv. 3: fl. 65.

porque tinham cartas de recomendação do Rei ou de grandes senhores. Há notícia de homens da confiança dos infantes (D. Henrique tinha cinco homens privilegiados na cidade e o seu irmão D. Pedro tinha um dos seus criados na Alfândega), do Rei (médicos e pessoal administrativo), e dos prelados.

Tais requisitos ajudavam a ultrapassar desconfianças e a incorporá-los na sociedade local. Encontramos assimilados em funções de responsabilidade: cobrar impostos, arrematar contratos de construção naval para a Coroa, discutir a estratégia do porto, enfim, envolvidos no seu quotidiano, integrando tripulações, abrindo casa comercial, exercendo cargos na pilotagem da barra. Tão integrados que apenas identificamos a sua origem pelo nome: João *de França*, Vasco *de França*, João *Inglês*, João *de Aragão*, Afonso *Galego*, Manuel Fernandes *o Galego*, João *Álvares Galego*, Martim *Galego*, João *de Betanços*, João *de Burgos*, João *Álvares Bretão*, Lopo Nunes *Vitória*, Diego *de Bustamante*, Simão de Sousa *o Biscainho*, entre muitos, aqui radicados, tanto quanto outros nacionais<sup>37</sup> como João *de Lisboa*, Pedro *de Lisboa*, Afonso Anes *de Baião*, Afonso Dinis *de Aveiro*, Vasco Fernandes *de Caminha*, João Afonso *de Guimarães*, ou João *de Braga*<sup>38</sup>.

Este modesto cosmopolitismo de finais da Idade Média era mais visível a bordo dos navios. Mesmo quando a contratação marítima ocorria sobretudo a nível local, havia estrangeiros a bordo: maioritariamente galegos e castelhanos, os mais familiares e próximos.

Desde então, o emprego marítimo cresceu muito na Europa, por razões óbvias de aumento do tráfego e multiplicação de rotas. Procuravam-se marinheiros nas regiões com tradição no convívio com o mar, logo, não admira que zonas tradicionais (como os portos do Mediterrâneo) fornecessem fortes contingentes. Vemo-los nos navios de Portugal em demanda da Flandres, e daqui eram fretados por governantes, em embaixadas, armadas e operações de comércio. Em três navios portugueses enviados pelos duques da Borgonha e Brabante a Rodes, entre 1441 e 1443, compunham as tripulações gentes das seguintes nacionalidades, áreas marítimas e portos<sup>39</sup>: Inglaterra, Escócia, França, Flandres, Zelândia, Alemanha, Báltico, Grécia, Gasconha, La Rochelle, Saône, Veneza, Galiza, Castela, Biscaia, Pontevedra, Santander, San Sebastian, Laredo, Bermeo, Fonte Rabía (Fuenterrabía em castelhano, Hondarribia em basco), Bilbao, Nice, Marselha, Malta, Córsega, Bonifácio, Génova, Sicília, Messina, Nápoles, Candia, Constantinopla, Rodes, Porto, Lisboa, Setúbal, entre outros<sup>40</sup>. Estes dados introduzem o tema da solidariedade internacional entre as gentes do mar, evidente, segundo M. Mollat dentro do navio<sup>41</sup> e que se

<sup>37</sup> Para serem reconhecidos muniam-se de documentos que comprovassem a sua naturalidade (e morada). Em 1484, o concelho de Gaia deu carta de vizinhança, válida por um ano, aos servidores do Mosteiro de Ancede, que ali tinha caves, para poderem vender os seus vinhos por todo o reino, beneficiando das isenções da terra; Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Fundo Monástico. Ancede*, liv. 3428: fls. 415-415v.

<sup>38</sup> Referências medievais em MACHADO; DUARTE, 1985: 144-236 e modernas nos registos notariais do Arquivo Distrital do Porto.

<sup>39</sup> Tal como aparecem no documento.

<sup>40</sup> Uma caravela, um barinel e uma nau; PAVIOT, 1995: 324-350.

<sup>41</sup> MOLLAT, 1983: 241-242.

estendia para o espaço portuário. Solidariedade que dependia, igualmente, da eficácia da comunicação: a bordo, com os parceiros, nos portos com as autoridades. No século XVI era hábito haver marinheiros portuenses em navios franceses, ingleses e flamengos, servindo funções técnicas e linguísticas<sup>42</sup>.

#### 4. OS PORTOS E A BUSCA DE UMA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE COMÉRCIO

As referências documentais seguintes, maioritariamente dos séculos XIV e XV, mostram a evolução da percepção do estrangeiro nos portos e seus regulamentos.

Antes de mais, um «conceito utilitário» de estrangeiro. Como militares (mercenários), certamente em contextos especiais, como os que a cidade contratou para D. João I em Inglaterra e teve consigo durante meses, «pagando-lhes grandes soldos cada mês, e gastaram muito»<sup>43</sup>.

No mesmo contexto de retirar proveito da comunidade internacional que crescia a partir dos portos, estimulando a actividade comercial e reforçando articulações entre grupos mercantis, o uso de navios estrangeiros pelo Rei, desde os portos, como os que o mesmo D. João I tinha ao seu serviço entre 1395 e 1404, negociando em seu nome no Norte da Europa e no Mediterrâneo<sup>44</sup>.

Esta colaboração, sobretudo nestes meios onde havia comunicação que, embora persistente, era rápida, quase sempre mais rápida do que a ainda incipiente burocracia portuária – e, já agora, régia –, resultou em conluios que o poder central procurou sustentar. Em carta de 25 de Janeiro de 1377, D. Fernando dirigiu-se ao almoxarife e escrivães da Alfândega do Porto, com intento de regulamentar práticas portuárias e fiscais; nela, o Rei constatava dois factos: primeiro, que apesar das guerras – decorria a Guerra dos Cem Anos, perturbando a navegação no Canal da Mancha – os portos nacionais (neste caso, o Porto) conseguiam manter contactos com as partes em confronto, funcionando como intermediários, conseguindo furar bloqueios ou recebendo os navios estrangeiros fossem eles amigos ou inimigos, sendo referidas embarcações da Flandres, França e Inglaterra; segundo, que os mercadores celebravam «alianças» e iludiam os direitos reais na Alfândega, pois os navios, nacionais e estrangeiros, antes de descarregarem no porto (no cais), no local designado, baldeavam mercadorias em batéis e alijavam-nas «escondidamente» em certos lugares<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> O fenómeno incontornável com o alargamento das rotas comerciais no século XVI. Exemplos de portuenses a bordo de navios europeus em BARROS, 2004a: 109.

<sup>43</sup> Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1: fl. 182v.

<sup>44</sup> Nesse período alguns foram apresados, outros acidentados; são os que seguem: uma barca castelhana, «toda renovada», perdida na «costa da Inglaterra» em 1395; uma nau catalã, de «Rodrigo Dias», que rumava em direcção à «Flandres», em 1396; a nau *Bezerra*, de Gonçalo Pires Bezerro, capturada a caminho de Génova, carregada de trigo, em 1397; a nau *Galega*, «que foi do alcaide da Corunha», desviada para a Noruega com temporal, e ali tomada, sem ter sido recuperada, em 1401; a nau *Rosa*, do Porto, mestre Aires Gomes, perdida entre Aveiro e o Porto, quando se dirigia, «carregada», para a Flandres, em 1404. TT – *Chancelaria de D. João I*, liv. 5: fl. 57v.

<sup>45</sup> AHMP – *Livro Grande*: fl. 41v-42.

Conluio e comunidade internacional de negócios evidentes no seguinte episódio que, quanto a mim, representa um dos primeiros expressivos exemplos daquilo que foi o conflito entre os interesses particulares dos portos e os critérios políticos do poder central. Faz-nos perceber, sem margem para dúvidas, que, para estes homens, o negócio era a prioridade absoluta e fazia esquecer animosidades que, aos nossos olhos, se julgaria serem as mais básicas naquele tempo. Ocorreu em 1414, quando a carestia de cereais em Marrocos fez disparar os preços e abrir perspectivas de proveitosas transacções. Que os mercadores portugueses se apressaram a aproveitar, enviando do Reino navios à Bretanha, Flandres e Inglaterra<sup>46</sup>, carregando cereais, contratando mestres e negociantes estrangeiros disfarçando a sua própria participação, que era ilegal, e vendendo a carga no Norte de África, em portos muçulmanos. Comportamento intolerável em reino cristão obediente a Roma! Que suscitou reacção régia adequada à gravidade do tema com anúncio, de pena de morte, confisco de navios e de bens dos prevaricadores; e, ao estender estas penas a quem vendesse outras mercadorias, denunciava prática continuada, e com produtos sabidos: cereais, castanhas e outros frutos secos (avelãs, nozes), mantimentos em geral (saídos dos portos do Algarve), e a mercadoria mais proibida neste tipo de comércio, como armas (lanças, dardos, bacinetes, cotas), bestas de carga, aço e ferro<sup>47</sup>.

Ano e meio depois, alguns dos navios que «mataram a fome» às populações destes portos marroquinos – e que os equiparam com armas – contribuíram para conquistar um dos mais importantes dentre si: Ceuta; o rei era o mesmo. Este hábito de «negociar com o inimigo», bem conhecido na Península Ibérica medieval<sup>48</sup>, prevalecerá pelo tempo fora, como veremos.

Neste modo de vida podíamos esperar tudo menos uniformidade; da mesma forma que se conluíavam com estrangeiros quando lhes convinha, os homens dos portos também eram os primeiros a denunciar as mesmas associações logo que viam os seus interesses lesados ou, mais prosaicamente, quando se achavam excluídos de operações proveitosas; inclusivamente, invocavam leis régias ou posturas que antes recusavam. Assim, Vasco da Veiga e Diego Domingues, mercadores de Lisboa, denunciaram Rafael de Corte-Maior, de Piacenza, a D. Pedro I em 1365, acusando-o de comprar e revender mercadorias com acordo de mercadores portugueses, violando mandado do tempo de D. Afonso IV impedindo prazentins, genoveses, lombardos, milaneses, catalães e franceses de o fazerem<sup>49</sup>. Mas era esta uma atitude exclusivamente tomada contra estrangeiros? Não era. Um século depois, no Porto, Álvaro Lourenço, mestre da nau *Falcoa*, denunciou sete mercadores e outros mareantes, traficantes de cereais. Nenhum era estrangeiro nem de fora da cidade; eram todos seus conterrâneos<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> Recorde-se, mais uma vez, o momento de guerra vivido na região.

<sup>47</sup> TT – *Chancelaria de D. João I*, liv. 3: fl. 167.

<sup>48</sup> No século XIV, os Papas procuraram isolar o mundo muçulmano, excomungando os cristãos que comerciassem com ele; sem êxito; Jaime II de Aragão chegou mesmo a convocar uma junta de teólogos que estudou favoravelmente a possibilidade de se fazer esse comércio sem incorrer em excomunhão; ÁLVAREZ-VALDÉS Y VALDÉS, 1991: 278.

<sup>49</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa – *Livro dos Pregos*: fl. 70v.

<sup>50</sup> AHMP – *Vereações*, liv. 3: fls. 246-247, 250.

Como já escrevi neste texto, a construção das identidades fez-se muitas vezes pelo confronto, constatação da diferença e afirmação de que os estrangeiros contornavam as normas que regulavam (e caracterizavam) o comportamento da comunidade local; argumentos por vezes manipulados em função de interesses específicos. E é neste sentido que interpreto como significativo um pedido do Porto a D. Afonso V, em 1466<sup>51</sup>. Significativo, porque expõe duas formas de entendimento do conceito de estrangeiro: uma, negativa, usada intencionalmente pelo governo municipal; outra, cooperativa, dos comerciantes e marinheiros. Os vereadores pretendiam a confirmação da proibição aos estrangeiros da compra e venda de mercadoria na cidade e no *hinterland*, defendendo políticas de abastecimento por si determinadas e geridas; queixavam-se dos «estrangeiros», usando esta expressão para os distinguir, explicitamente, dos súbditos do Rei de Portugal, o que é raro e denuncia um uso negativo e deliberado do conceito. A mesma petição acusa os mercadores, mestres de navios e marinheiros da cidade de com eles fazerem «associações e companhias» para iludir a proibição em negócios do interesse de ambos.

Tratava-se, de resto, de uma questão recorrente; já em 17 de Dezembro de 1433, D. Duarte instruíra os seus homens na Alfândega para não deixarem que nenhum mercador local tivesse cargo «das encomendas de alguns estrangeiros, nem de pessoas que fossem de fora da cidade»<sup>52</sup>.

As denúncias contra os estrangeiros receberam mais atenção da historiografia. Como as interpretar? Quando as analisamos, seja porque enganaram num negócio, assaltaram um navio ou fizeram contrabando com quem com eles partilhava profissão e interesses, o uso da condição de estrangeiro pelas autoridades ou os poderes parece-se muito com um pretexto. É que os crimes, mesmo quando cometidos num porto contra mulheres ou resultando em assassinatos, eram iguais a tantos outros cometidos por homens da mesma nacionalidade. Usar esse argumento era aplicar uma agravante<sup>53</sup> e aproveitar o código penal para neutralizar adversários fortes, concorrentes.

Com estas práticas, troca de correspondência, petições e mandados, o fim da Idade Média testemunhava a organização de um *corpus* legislativo destinado a tornar inteligível a normativa da prática mercantil. O movimento internacional era facilitado pela pertença a uma comunidade alargada: a Cristandade, e os contactos eram modelados por esse património cultural comum. Depois havia usos marítimos, práticas vindas dos chamados «costumes do mar», reconhecidos por toda a Europa costeira desde a alta Idade Média: os «Rôles d'Oleron», a legislação das repúblicas italianas, ou a *Carta Mercatoria* inglesa<sup>54</sup>,

51 TT – *Leitura Nova. Além-Douro*, liv. 1: fl. 63.

52 TT – *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1: fl. 54. Como se vê, integrava outros portugueses no grupo de estrangeiros.

53 «La tónica general en los fueros municipales es que los delitos cometidos por el extranjero son penados con más dureza que los realizados por el vecino, del mismo modo que las penas impuestas a éste por delitos de los que es víctima el forastero son también menores»; ALVAREZ-VALDÉS y VALDÉS, 1991: 291.

54 SERNA VALLEJO, 2004; MURINO, 1988. Uma das melhores análises das estratégias de resolução de conflitos criadas por mercadores deve-se a EPSTEIN, 2004, no qual refere a acumulação de conhecimentos e práticas, «accumulated wisdom of the traders», e que os direitos costumeiros «are an essential part of any mercantile system», p. 14. Não se conhece um estudo em Portugal que verifique a adequação da actividade mercante nacional a estas normas que, no caso italiano, se multiplicavam pelos portos e regiões marítimas cuja tradição remontava à alta Idade Média. Do que li, e conheço desses

regulamentando o negócio e a resolução de litígios. Este corpo jurídico internacional completava-se com leis em cada reino, por vezes em cada porto; assim, se havia dificuldades na definição do estrangeiro, ou se essa definição variava segundo os interesses de quem a usava, a normativa estabelecida pretendia nivelar-lhes os comportamentos.

Como já aqui foi evocado o juiz dos feitos do mar, do Porto, devia ouvir e julgar todas as questões entre «mercadores, mestres, marinheiros, grumetes e pajens estrangeiros» e controlar a actividade dos corretores/fretadores na altura do carregamento das embarcações<sup>55</sup>.

Direito e relacionamento que se estendia aos portos estrangeiros onde os portugueses tinham assento mais «institucional», caso da Flandres, incorporando na lei nacional decisões ali aprovadas. Em 23 de Fevereiro de 1459, ficou decidido que os estrangeiros que carregavam em naus e navios do Reino para Bruges deviam pagar na bolsa portuguesa e não na sua, como até então faziam. Quando se colocou um litígio sobre esta matéria, os mercadores portugueses de Bruges mostraram ao Rei como um consórcio genovês e lombardo que havia carregado bens numa nau da Biscaia fora condenado a pagar na casa de Castela e não na deles. A sentença fez jurisprudência e passou ao código português, com D. Afonso V a ordenar aos notários do Reino que doravante colocassem essa exigência nas cartas de fretamento.

## 5. A AGRESSIVIDADE FACE AO ESTRANGEIRO REINTERPRETADA

Se a cooperação tem dominado nas linhas anteriores, convém lembrar que a relação com o estrangeiro não decorreu sem incidentes; houve muitos e por todo o período em estudo: arrestos de mercadores e navios, como os ocorridos em portos ingleses entre 1370 e 1385, represálias por assaltos em portos e no mar como as declaradas pelo Porto contra galegos, biscainhos, bretões e ingleses em 1449, contrariando mandados régios e, mesmo, censurando a postura do rei<sup>56</sup>, actos de pirataria de navios da mesma cidade contra embarcações francesas em 1469<sup>57</sup>, e episódios de guerra aberta causados por mercadores do Porto e de Aveiro no rio Minho contra navios de Baiona e Vigo que assaltaram uma nau<sup>58</sup>.

Não era invulgar os incidentes atingirem graves proporções, e não apenas no mar<sup>59</sup>; nos portos, sem dúvida lugar de conflitualidade, de reunião de gentes duras em tabernas, bebendo, jogando, procurando prostitutas, molestando transeuntes... Em 1448, na

«Costumes», parece-me urgente tal trabalho, pois muitas práticas que encontramos nos séculos XV e XVI (por exemplo) remontam a esses tempos.

<sup>55</sup> Ordem de D. João I, em 1410. TT – *Alfândega do Porto*, n.º 110: fl. 114v.

<sup>56</sup> Exigindo-lhe que tomasse uma posição de força, «pois, em título de paz, cada dia somos roubados» (BARROS, 2000: 23).

<sup>57</sup> BARROS, 2000: 23.

<sup>58</sup> MARQUES, 1988: vol. I, 143 e 145.

<sup>59</sup> Lembrem-se episódios de gentes da costa que faziam naufragar navios nas suas praias para os roubar, enganando-os com fogos e falsos faróis. Acções que resultavam em pedidos de indemnização, represália, cartas de marca e corsarismo, e *a contrario*, solicitações de salvo-condutos de mercadores pertencentes aos grupos sinalizados, pedindo protecção para poderem continuar os seus tratos em segurança.



Irlanda, os marinheiros de uma caravela do Porto sequestraram «uma mulher casada, uma moça e mais duas mulheres», envolveram-se em desacatos e abordaram um navio ancorado ferindo tripulantes e pondo-se em fuga; em represália, os irlandeses tomaram como refém um mercador de panos da cidade ali estante com alguns navios. Interessada na boa relação com a Irlanda, a Câmara do Porto decidiu prender o mestre da caravela e averiguar o sucedido, para evitar «que o dito Pedro Afonso e as naus recebam perda pelo mal que outros fizeram»<sup>60</sup>. Os desacatos podiam resultar em prisões e castigos mais ou menos rigorosos; em Lisboa, e num tempo tão recuado como o século XIV (1399) um marinheiro flamengo libertado da prisão a pedido dos seus companheiros foi obrigado a desfilar nu pelas ruas ribeirinhas sujeito aos insultos da população, que os acompanhava com o lançamento de entulho, excrementos e vísceras de gado<sup>61</sup>.

Se muitos confrontos portuários envolviam gente de várias nacionalidades, também os havia entre compatriotas, como o do flamengo atrás citado, aproveitando a coincidência de se encontrarem no mesmo porto para ajustes de contas. R. Answaarden documentou conflitos na Flandres, entre marinheiros portugueses e flamengos, entre marinheiros portugueses e mamposteiros da Santíssima Trindade e marinheiros portugueses entre si<sup>62</sup>.

A vida portuária também era destabilizada pela fraude, que John Gower relacionava com a soberba de alguns mercadores. É mais nítida no século XVI, com a multiplicação de parcerias com mercadores estrangeiros. A firma de Miguel, Manuel e Bento Dias de Santiago enviava o dinheiro obtido com o açúcar brasileiro para as feiras de França a bordo do navio de La Rochelle *A Jaqueta*. Miguel Rodrigues também usava este recurso e um dia foi roubado; fez circular a informação pelos portos e conseguiu arrestar o navio quando este voltou a Portugal, em 1565<sup>63</sup>. De resto, a pirataria francesa, sobretudo normanda, fez razias na frota portuguesa durante as primeiras décadas do século XVI criando um estado quase generalizado de conflito apenas suavizado por relações particulares, e uso de intermediários, que mantiveram correntes de negócios<sup>64</sup>.

Por fim, as rivalidades entre portos e atritos, fruto das estratégias portuárias para atrair clientes e alcançar vantagens competitivas, mesmo à custa dos seus agentes; umas vezes os armadores queixavam-se dos mercadores que preferiam carregar em navios estrangeiros deixando os nacionais sem carga<sup>65</sup>; noutras, testemunhavam a favor de clien-

<sup>60</sup> A caravela de Fernão Coutinho. Entre os reféns, crê-se que ficara preso no porto de «Vicolla» um dos marinheiros de Pedro Afonso. AHMP – *Vereações*, liv. 2: fl. 196v.

<sup>61</sup> PAVIOT, 1995: 486. «Il [Jehan Lamsin] avoit navré en la riviere de Lissebonne un autre maronnier nommé Jehan Rijcx, don't il fut lors pris a Lissebonne et mis en prison. De laquelle prison le roy de Portugal, a la priere de plusieurs maistres de nefz de Flandres estans illec qui pour le dit Jehan lui supplierent, et pour l'onneur du dit país de Flandres le delivra moyennant que il fu mené par les rues tout neu et batu de viz de buefs».

<sup>62</sup> ANSWAARDEN, 1991.

<sup>63</sup> O primeiro caso em BARROS, 2004a: 621. O segundo, que envolveu o roubo de muitas moedas de ouro de «São Vicentes», que também devia ser entregue em La Rochelle em ADP – *Po1.º*, 3ª série, liv. 20: fls. 17-19v.

<sup>64</sup> FERREIRA, 1995. «Ces relations, nées de la proximité et d'une multitude d'affinités, entretenues par des traités de bonne correspondance, facilitaient des rapports que les guerres nationales seules empêchèrent de suivre leur cours naturel.» BERNARD, 1968: 505.

<sup>65</sup> O Porto queixou-se de portos algarvios que o faziam, ainda no século XV, obtendo do Rei uma espécie de «actos de navegação», ordenando que se houvesse navios nacionais a carga devia ser metida neles desde que oferecessem um preço de frete semelhante; TT – *Leitura Nova. Além Douro*, liv. 3: fl. 77v.

tes em casos de roubos e fraudes<sup>66</sup>; finalmente, e como termo de comparação, a rivalidade era muito mais forte entre castelhanos e bascos do que destes com qualquer dos seus parceiros internacionais<sup>67</sup>; em contraste, um dos seus portos mais importantes, Bilbao, estava aberto à presença estrangeira, de tal forma que o portuense Diogo Pereira, entre os anos finais do século XVI e as primeiras duas décadas do século XVII conseguia controlar o abastecimento de bacalhau à cidade e à sua marinha mercante, e além disso, os seus alfolis do sal e tendas<sup>68</sup>. O seu poder despertou invejas e foi várias vezes denunciado como contrabandista, preso e processado, sem que isso tenha afectado a sua actividade e prosperidade<sup>69</sup>.

Não creio que a agressividade contra o estrangeiro possa ser interpretada como xenofobia. O estrangeiro, desamparado, era muitas vezes um alvo fácil. «Ya se informava [com um pescador que encontrara] el Peregrino del lugar, del dueño, del trato, y de la distancia que del avia a la ciudad [...] quando impensadamente vieron venir dos hombres, que en el lugar de salutación les pusieron a los ojos dos pedrenales, y al corazón mil temores»<sup>70</sup>; e, quando se viu no meio de uma discussão numa praça pública «a sus voces se fue llegando el vulgo, y como para ser perseguido le bastava ser extranjero, dando todos credito a lo que el natural dezia, con impetu popular fue llevado a la carcel, y a titulo de ladrón puesto en prisiones»<sup>71</sup>.

Vendo o que se passava nos portos portugueses, a agressividade contra estrangeiros parece muito mais demonstração de desagrado contra a concorrência do que outra coisa e, além disso, as acusações que a acendiam estendiam-se também aos cúmplices nacionais. M. Mollat associa a violência dos confrontos à consciência da pertença ao mesmo ofício, e à hesitação entre a rivalidade e a cooperação. Caroline Barron refere que em Londres, nos finais da Idade Média, os incidentes agressivos só se podem explicar pela incapacidade de os ingleses concorrerem com os estrangeiros, em especial com os hanseáticos, e o mesmo sentimento parece ser generalizado nos portos catalães<sup>72</sup>.

Para o resolver e fomentar a «paz portuária» foram criados tribunais vocacionados para a gestão das relações internacionais nomeando-se juizes com alçada sobre questões marítimas transnacionais, problemas acontecidos no alto-mar ou em práticas de navegação e manobra nos portos<sup>73</sup>.

<sup>66</sup> Caso dos mercadores de «Trexefordis», nas ilhas britânicas, que no dia 15 de Junho de 1525 certificaram que junto ao porto da dita vila, viram ser tomada pelos piratas franceses uma caravela de Francisco Martins da cidade do Porto, carregada de sal. TT – CC, 2: 125, 191.

<sup>67</sup> Recorde-se que tinham «casas» diferentes na «Flandres», e competiam pelos mesmos comércios e transportes, sobretudo na fase medieval, em Bruges. Para a época moderna ver PRIOTTI, 2003: 193-206.

<sup>68</sup> Archivo de la Real Chancillería de Valladolid – *Registro de Ejecutorias*, Caixa 2024: 12.

<sup>69</sup> Archivo de la Real Chancillería de Valladolid – *Sala de Vizcaya*, Caixa 2818: 5; Caixa 2819: 1.

<sup>70</sup> LOPE DE VEGA Y CARPIO, 1604a: 5-5v.

<sup>71</sup> LOPE DE VEGA Y CARPIO, 1604a: 15.

<sup>72</sup> MOLLAT, 1995: 93; ver a parte III do livro de BARRON, 2004; ver também idênticas atitudes em Barcelona – mais uma vez a agressividade face à concorrência – em AURELL, 1996: 258; e FERRER, *et al.*, 1998: 7-14.

<sup>73</sup> Abrangendo choques de navios, acidentes causados por má sinalização dos mesmos, naufrágios e salvados, assaltos a barcos, represálias, etc.; BARROS, 2004b; BARROS, 2006.

## 6. OS PORTOS MODERNOS E O ACOLHIMENTO DO ESTRANGEIRO

O século XVI trouxe mudanças profundas e ampliou a percepção do estrangeiro; o comércio da cidade cresceu sem precedentes com a atlantização dos seus negócios.

Muitos dos contactos com o exterior passaram a ser feitos pelas redes de mercados cristãos-novos, os principais no Porto<sup>74</sup>, e o protagonismo passou dos cais e do porto marítimo para as lojas e escritórios destes homens de negócios. Os navios passaram a ser instrumentos ao serviço das redes e transportadores de estrangeiros, agora visita regular na cidade. Em função dos negócios, esta assistiu à instalação permanente de mercadores de nações do norte da Europa, naquela que foi uma novidade da Época Moderna. Porém, a convivência com o estrangeiro passou, agora, muito mais do que no período medieval, a depender das políticas régias em matéria de relações internacionais, por vezes perturbadoras da vida portuária. Parte dessa política, antes e depois da União Dinástica (1580-1640), introduziu uma nova, e decisiva, variável: a questão religiosa, impondo limitações aos contactos que os portos desenvolviam há muito tempo. O centralismo, a construção do estado moderno e a defesa da ortodoxia católica motivaram intervenções políticas nos portos: aprimorando o sistema fiscal e impedindo a introdução de ideias declaradas subversivas através do comércio de livros. As visitas aos navios passaram a contar com agentes mandatados pelo Rei, destacando-se os corregedores e os Dominicanos que compunham os quadros inquisitoriais.

A multiplicação das notícias de contactos internacionais e de interferências dos poderes centrais, bem visíveis nos livros notariais e nas posturas municipais, provam a complexidade do tema na Época Moderna, e como os portos se viram confrontados com a necessidade de desenvolverem recursos que lhes possibilitassem contornar as limitações que lhes eram impostas por tais políticas. Informalmente, e no âmbito da actividade das redes, os centros marítimos, reagiram e, a uma geografia oficial de contactos, determinada pela diplomacia régia, contrapunha-se uma geografia informal que ultrapassava essas barreiras. Expedientes como a utilização de portos «neutrais», de bandeiras de conveniência, de acolhimento de mercadores protegidos por alianças e pela reputação, dão prova da separação entre os interesses do «estado» e os interesses locais, mesmo nos piores momentos<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> Como tenho vindo a demonstrar em diversos trabalhos, como os que aqui citei.

<sup>75</sup> Embarção dos mercadores apanhados no fogo cruzado das empresas militares dos seus reis; e defendidos por quem sempre neles confiou. Em épocas de maior tensão, quando se esperaria que as represálias acontecessem (e provavelmente aconteceram), encontramos actos de protecção de mercadores e de agentes estrangeiros estantes nos reinos. É o caso, com a carta de Cristóvão Soares de Albergaria ao Cardeal-Arquiduque recomendando e pedindo protecção em favor de um mercador inglês (um espião?) que vivia em Ponta Delgada, logo após o desastre da «armada invencível»: «Pedro Vehales mercador ingres vizinho da cidade de Ponta Delgada reside nella ha muitos anos em hos quaes procedeo bem e quietamente não se achando aver cometido cousa alg\_a em desserviço de Sua Majestade, antes se achou sempre cumprir com sua obrigação dando os avisos e verdadeira relação do que convinha ao serviço de Sua Majestade e por me pedir que asi o escrevesse a Vossa Alteza e me parecer benemerito lhe não pude negar esta lembrança. Nosso Senhor a pessoa e real estado de Vossa Alteza por largos anos goarde como todos lhe desejamos. Em Angra, a 2 de dezembro de 1589». TT – CC, parte I, maço 112, n.º 61.

Formalmente, e no âmbito da administração portuária, também não houve como escapar a esta necessidade de contacto, tanto no sentido do exterior como da atracção de estrangeiros à cidade. O desenvolvimento de mecanismos de comunicação, que se deveu aos mercadores e se nota nos manuais de comércio publicados desde o século XVI, como o de Bento Fernandes, que inclui capítulo sobre «as regras das contas da Flandres»<sup>76</sup>, e a circulação de negociantes pelos portos europeus e pelos navios, funcionando como intérpretes, dado que o comércio fazia-se, cada vez mais, nas línguas vernáculas, assim o mostram<sup>77</sup>. Tal habilidade será aproveitada pelos serviços portuários, primeiro a um nível informal, durante todo o século XVI, e logo em seguida, oficial, com a instituição de um serviço de tradução em 1614, que incluía intérpretes para as línguas alemã e flamenga, inglesa e francesa<sup>78</sup>.

A par dos tradutores, no século XVI instituíram-se oficialmente os corretores dos estrangeiros; em 10 de Junho de 1548 essa função era desempenhada por João de Pedrosa, cidadão do Porto e homem familiarizado com os trâmites de representação na Corte<sup>79</sup>.

Por fim, o tema da pilotagem da barra, a criação de um serviço portuário vital para a segurança das embarcações estrangeiras na transposição da difícil barra do Douro; existia também de modo informal na Idade Média, e foi oficializado no século XVI. Numa primeira fase, o apoio régio traduzia-se na nomeação de um piloto da costa e barra do Porto, e depois, em 1584, foi criado um corpo de dez pilotos pagos pelo município. Significativamente, entre eles figuravam dois marinheiros da Galiza e um castelhano de Peregil. Personagens primeiros e principais na comunicação com os navios, os pilotos de barra foram, no dizer de Jacques Bernard, elementos destacados de uma solidariedade internacional que percorreu os mares europeus e aproximou os mareantes de diferentes nacionalidades<sup>80</sup>.

O contacto persistente com o estrangeiro, mesmo que «luterano» ou protestante, em paz ou em confronto aberto com os reinos ibéricos, era incontornável e partia da consciência da impossibilidade de crescer economicamente sem a sua colaboração; basta pensarmos no tema do transporte marítimo, âmbito no qual as frotas mercantes nacionais mostravam, há algum tempo, alguma incapacidade para acompanhar e dar resposta à procura das redes; ou no da circulação de dinheiro e de crédito, e capacidade de penetração nos mercados europeus, só alcançados através da intermediação e de sociedades com negociantes estrangeiros.

---

<sup>76</sup> E sobre os costumes das comunidades visitadas. *Tratado de Arismetica* de Bento Fernandes, Porto, 1555. Thomas Mun: um comerciante deve ter uma letra perfeita, conhecer aritmética, os pesos, medidas e moedas estrangeiras, além de que deve estar a par dos câmbios, sistemas tributários e taxas alfandegárias, assim como saber línguas, in CASTRO, 1985: 205.

<sup>77</sup> A questão da língua que percorre os séculos XVI a XIX, e inclui o problema da afirmação das nacionalidades, foi objecto de um estudo de BALDELLI, 1996. Sobre o tema, em geral, ver BURKE & PORTER, 1987.

<sup>78</sup> SILVA, 1978: 213. Estes homens eram úteis para o porto avançando informações geográficas de interesse e dando conta do estado de saúde dos lugares de onde vinham os compatriotas – ou aqueles com quem falava – contribuindo para a constituição de um *corpus* informativo.

<sup>79</sup> Servirá como juiz e vereador, acumulando com as funções de feitor do rei. Em 1551 coordenou as operações de embarque de cereais do Porto para Mazagão em vários navios. AHMP – *Vereações*, liv. 18: fls. 36-37.

<sup>80</sup> BERNARD, 1968: 703.

Os poderes, no entanto, não deixaram de combater esta «relação com o inimigo»; zelando para o cumprimento das regras fiscais, em 13 de Março de 1593, «a requerimento dos procuradores do povo», foi aprovada no Porto uma ordem segundo a qual «nenhum estrangeiro morador nesta cidade, nem os naturaes della atravesem nem comprem a frangos, franceses nem outras pessoas, que vem por mar em fora, e entrão no rio desta cidade nenhum trigo, centeo, nem outro mantimento nem madeira, nem emxarcea, nem outras mercadorias que servem ao povo, sem primeiro as taes mercadorias serem despachadas n'alfandegua»<sup>81</sup>, e mantendo em vigilância apertada os mercadores cristãos-novos que não deixavam de enviar mercadorias à Holanda, Zelândia e portos «luteranos» ou «huguenotes» franceses, como La Rochelle, Nantes ou Rouen<sup>82</sup>.

A persistente perseguição a este grupo de mercadores «estrangeiros na sua própria terra» teve consequências: enfraqueceu o poderio comercial da cidade quando a maior das famílias cristãs-novas optou por sair de vez, encontrando refúgio na Holanda e Inglaterra, na segunda década do século XVII.

## 7. CONCLUSÃO

Neste estudo pretendi uma abordagem distinta da que habitualmente se faz do mundo marítimo português dos séculos XV e XVI. Se conhecemos muitas das realizações políticas, económicas e científicas produzidas pelos portugueses, ou por sua influência, durante a Expansão ultramarina, a dimensão interna deste fenómeno e as suas consequências nas sociedades marítimas e portuárias nacionais, que deram os principais contributos para a realização daqueles fenómenos, são ainda algo desconhecidas. No século XVI, a maioria das gentes vivia em mundos sociais que eram demasiado locais para lhes permitir pensar em «nação», e isso justificou a escolha dos portos como objecto de estudo. E se o particularismo localista teve tanta importância no estabelecimento de interesses e políticas do poder central em matéria de relações internacionais e relacionamento com o estrangeiro, os portos e a sua experiência secular foram decisivos nesta matéria.

O tema está intimamente ligado a uma questão mais vasta: a de saber se as dinâmicas marítimas funcionaram como agentes de globalização, ou de construção de identidades, a diferentes níveis. Com as notas de investigação aqui trazidas, procurou-se indagar se os portos e os homens do mar tiveram papel determinante na partilha de práticas e de valores que extrapolaram limites geográficos, políticos e confessionais, que o mundo competitivo destes tempos lhes impôs.

<sup>81</sup> AHMP – *Vereações*, liv. 31: fl. 159. Mais adiante, apesar de a tónica ser colocada nos víveres, diz-se: «[...] e acontecendo que vindo algum estrangeiro a esta cidade com mantimentos e por se querer tornar os deixe pera que se vendão nella os não podera deixar a nenhuma pessoa sem licença do juiz e vereadores desta cidade, porquanto somos imformados que lhe fiquão vendidos e que os estrangeiros aqui moradores os comprão e os tornão a vender ao povo o que he em muito seu perjuizo o que asi se comprira sob a dita pena» (AHMP – *Vereações*, liv. 31: fl. 159v).

<sup>82</sup> Fiquem, por todos, os processos contra Tristão Rodrigues Vila Real e o já citado Diogo Pereira, acusados de o fazerem persistentemente em meados do século XVI e no início do século XVII, respectivamente.

Por tudo o que foi dito nas páginas precedentes, é minha convicção de que o mar, os portos e os convívios entre gentes de diferentes origens contribuíram para a construção de uma identidade marítima, que se estendeu desde os mares da Europa setentrional aos confins do Mediterrâneo, marcada por semelhanças de ordem psicológica, maneiras e modos de sentir e pensar expressadas pelas mesmas devoções, pelos mesmos temores, pelas mesmas formas de com eles conviver. Jacques Bernard, numa expressão feliz, considerou-os «gens de rude entendement et de foi Catholique», abrangendo nela toda a comunidade das «gens de mer europeennes» medievais. Porém, mesmo depois dos problemas que culminaram na divisão religiosa do continente, já no século XVI, os homens de mar continuaram a partilhar um património cultural que deu uniformidade às suas comunidades. As solidariedades bem como as rivalidades ou a agressividade radicam nos mesmos princípios de aproximação ao mar, cultura marítima, concorrência comercial e devir económico. Católicos, luteranos, calvinistas, anglicanos, os homens do mar continuaram a baptizar os seus navios da mesma maneira revelando, porventura, uma psicologia própria; continuaram a trabalhar a bordo da mesma forma organizada, a realizar as manobras ao som dos cantos que aprenderam com os seus antepassados, a revelar as mesmas superstições perante os mesmos sinais de perigo no mar, a ser solidários para com os mareantes em dificuldades ou extremamente rudes para com os inimigos. Num livro sobre o século XVI, Richard Mackenney escreve que os conflitos religiosos vividos nesses cem anos «provocaram e revelaram profundas divisões entre o Norte protestante e o Sul católico. No entanto, por mais profundas que tenham sido tais divisões, foi surgindo uma consciência das características comuns do Ocidente». O que vimos nas páginas precedentes mostra que os homens do mar e do comércio deram um contributo considerável para a formação dessa mesma consciência. Até porque, como o mesmo autor igualmente nota, foi na descoberta do Atlântico e nas imensas potencialidades desse espaço que o contacto, iniciado pelas comunidades marítimas portuguesas e castelhanas, se aprofundou<sup>83</sup>.

Acolher e relacionar-se com o estrangeiro constituíram manifestações da capacidade organizativa das sociedades portuárias durante a primeira globalização e tal atitude de abertura ao estrangeiro na generalidade dos portos europeus teve consequências a outros níveis que não apenas o económico. Passou também para o campo cultural e civilizacional, com interessantes consequências na formação do mundo costeiro do velho continente em consequência das movimentações e estabelecimento de grupos culturalmente distintos nos portos: no porto irlandês de Galway, o estabelecimento de castelhanos, portugueses e magrebinos, na Idade Média, e de judeus e cristãos-novos na Época Moderna, deu origem a um grupo multicultural, reconhecido e integrado; aos seus membros chamavam-lhes «black Irish»<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> MACKENNEY, 1996: 32-33.

<sup>84</sup> Ver CLASSEN, 2002a.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Ruy de (1972) – *As represálias: estudo de história do direito português (Sécs. XV e XVI)*, 2 vols. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de (2004) – *História do Direito Português (1140-1415)*, vol. I. Lisboa: Pedro Ferreira.
- ÁLVAREZ-VALDÉS Y VALDÉS, Manuel (1991) – *Evolución del estatuto del extranjero en el Derecho español*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Dissertação de mestrado.
- (1992) – *La extranjería en la Historia del Derecho Español*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- ANSWAARDEN, Robert Van (1991) – *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*. Paris: Centre Culturel Portugais Fondation Calouste Gulbenkian.
- AURELL, Jaume (1996) – *Els mercaders catalans al Quatre-cents*. Lérida: Pagès.
- BALDELLI, Ignazio (1996) – *Dante e la lingua italiana*. Florença: Accademia della Cusca.
- BARRON, Caroline M. (2004) – *London in the later middle ages: government and people, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press.
- BARROS, Amândio (1997) – *Barcos e gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI)*. «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. XIV. Porto: FLUP.
- (2000) – *O Porto contra os corsários (a expedição de 1469)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. I. Porto: FLUP.
- (2003) – *Quem eram? De onde vinham? Para onde iam? As relações comerciais marítimas entre a cidade do Porto e os domínios da Coroa de Aragão nos séculos XV e XVI*. In *El món urbà a la corona d'Aragó del 1137 als decrets de nova planta: XVII Congrés d'Historia de la Corona d'Aragó*, vol. I.
- (2004a) – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos Tempos Modernos*, 2 vols. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- (2004b) – *Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes de mar nos séculos XV e XVI*. In VV. AA. – *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1. Porto: FLUP.
- (2005) – *O grande comércio dos «pequenos actores». Portugueses e Bascos na construção do sistema atlântico*. «RIEV (Revista Internacional de los Estudios Vascos)», vol. 50. Donostia, p. 251-263.
- (2006) – *Entre a perdição e a salvação: a religiosidade dos mareantes portugueses na Idade Média e na Época Moderna*. In MELONI, Maria Giuseppina; SCHENA, Olivetta, ed. – *Culti, santuari, pellegrinaggi in Sardegna e nella Penisola Ibérica tra Medioevo ed Età Contemporânea*. Cagliari/Génova/Torino: Consiglio Nazionale delle Ricerche-Istituto di Storia dell'Europa Mediterránea, p. 371-408.
- BELLO LÉON, Juan Manuel (1994) – *Extranjeros en Castilla (1474-1501). Notas y documentos para el estudio de su presencia en el reino a fines del siglo XV*. Tenerife: Instituto de Estudios Hispánicos de Canarias – Centro de Estudios Medievales y Renacentistas de la Universidad de La Laguna.
- BERNARD, Jacques (1968) – *Navires et gens de mer à Bordeaux (vers 1400-vers 1550)*. Paris: S.E.V.P.E.N.
- BOURDIEU, Pierre (1989) – *Social Space and Symbolic Power*. In *Sociological Theory*, Vol. 7, p. 14-25.
- BURKE, Peter; PORTER, Roy, ed. (1987) – *The social history of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALABI, Donatella (2006) – *Foreigners and the city: an historiographical exploration for the Early Modern Period*. Itália: Fondazione Eni Enrico Mattei.
- CASTRO, Armando de (1985) – *História económica de Portugal, séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CLASSEN, Albrecht, ed. (2002a) – *Meeting the foreigners in the Middle Ages*. Nova Iorque/ Londres: Routledge.
- (2002b) – *The Self, the Other and Everything in Between: Xenological Phenomenology of the Middle Ages*. In *Meeting the Foreign in the Middle Ages*. Nova Iorque/Londres: Routledge.
- COSTA, Marisa (2003) – *O elemento estrangeiro em cidades catalãs: portugueses em Lleida nos finais da Idade Média*. In *El món urbà a la corona d'Aragó del 1137 als decrets de nova planta: XVII Congrés d'Historia de la Corona d'Aragó*, vol. II. Separata.



- DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa (2006) – *Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*. Porto: FLUP.
- EPSTEIN, Richard S. (2004) – *Reflections on the Historical Origins on the Economic Structure of the Law Merchant*. «Chicago Journal of International Law», vol. 5, n.º 1. Chicago.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995) – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia Historica.
- FERRER, Fullana, et al. (1998) – *Foreign merchants in medieval Barcelona*. In *La ville en Europe*, actas do colóquio, Paris.
- FOUCAULT, Michel (1988) – *Technologies of the Self*. In MARTIN, L. H.; GUTMAN, H.; HUTTON, P. H., ed. – *Technologies of the Self: a seminar with Michel Foucault*. Amherst, Massachusetts: University of Massachusetts Press.
- GONZÁLEZ ANTÓN, Luís (1995) – *Extranjero*. In ARTOLA, Miguel, dir. – *Enciclopedia de Historia de España*, Vol. V. Madrid: Alianza Editorial.
- GOWER, John (c. 1376-1379) – *Mirour de l’Ommе, ou Speculum Hominis, ou Speculum Meditantis*. Disponível em <<https://gowertranslation.pbworks.com/w/page/53690517/Miroir%20de%20l’Ommе>>.
- GRAÇA, Gonçalo (2012) – *Os portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média*. In *Incipit. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009-10*. Porto: FLUP. Apresentação.
- HARRELD, Donald J. (2007) – *The Individual Merchant and the Trading Nation in Sixteenth-Century Antwerp*. In PARKER, Charles H.; BENTLEY, Jerry H., ed. – *Between the Middle Ages and Modernity. Individual and Community in the Early Modern World*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- LOPE DE VEGA Y CARPIO, Félix (1604a) – *Libro Primero del Peregrino en su patria*. Barcelona.
- (1604b) – *Libro Segundo del Peregrino en su patria*. Barcelona.
- MACHADO, João Alberto; DUARTE, Luís Miguel (1985) – *«Vereaçãoens», 1431-1432. Livro 1*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal.
- MACKENNEY, R. (1996) – *La Europa del siglo XVI. Expansión y conflicto*. Madrid: Ed. Akal.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) – *Portugal quinhentista*. Lisboa: Quetzal.
- (1993) – *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2.ª ed., corrigida e aumentada. Lisboa: Editorial Presença.
- (1995) – *Bretanha e Portugal no século XV*. «ARQUIPÉLAGO. História», 2.ª série, vol. 1, n.º 1. Açores: Universidade dos Açores.
- MARQUES, João Martins da Silva (1988) – *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC.
- MIRANDA, Flávio; FARIA, Tiago Viúla de (2010) – «*Pur bonne alliance et amiste faire*»: diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. «CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM», vol. I. Porto: FLUP.
- MOAL, Laurence (2008) – *L’étranger en Bretagne au Moyen Age. Présence, attitudes, perceptions*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- MOLLAT, Michel (1983) – *La vie quotidienne des gens de mer en Atlantique, IX<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Hachette.
- (1995) – *A Europa e o mar*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOREIRA, Manuel A. F. (2002) – *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*. In *O litoral em perspectiva histórica (Séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 41-46.
- MURINO, Mario (1988) – *Andare per mare nel Medioevo. Le antiche consuetudine marittime italiane*. Chieti: Vecchio Faggio Editore.
- NEVES, Alexandra Chicharo das (2009) – *Os direitos do estrangeiro. Respeitar os Direitos do Homem*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- PAVIOT, Jacques (1995) – *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle*. Lisboa-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/CNPCDP.
- PERALTA, Elsa (2008) – *O mar como património: considerações acerca da identidade nacional portuguesa*. In NUNES, Francisco Oneto, coord. – *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora.

- PÉREZ RODRÍGUEZ, Manuel J. (1990) – *Los Extranjeros en Canarias: Historia de su situación jurídica*. Tenerife: Universidad de La Laguna.
- PINTO, Sara (2008) – *Caminha no século XVI: estudo sócio-económico. Dos que ganhão suas vidas sobre as águas*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- POLÓNIA, Amélia (1999) – *Vila do Conde um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, 2 vols. Porto, FLUP.
- PRIOTTI, Jean-Philippe (2003) – *El comercio de los puertos vascos peninsulares con el noroeste europeo durante el siglo XVI*. «Itsas. Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco», 4. Donostia-San Sebastián.
- SERNA VALLEJO, Margarita (2004) – *Los Rôles d'Oléron. El Coutumier Marítimo del Atlántico y del Báltico de Época Medieval y Moderna*. Santander: Centro de Estudios Montañeses.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1978) – *Temores do homem portuense do primeiro quartel do século XVII. 1 – A doença e a peste. Aspectos sanitários*. «Revista de História», vol. 1. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- VARGAS-HERNÁNDEZ, José G. (2008) – *Identidad y emergencia de los movimientos nacionales como expresión del nacionalismo*. «Revista Comunicación y Hombre», n.º 4, p. 3-18.
- VASCONCELOS, Flório de (1983) – *O Porto e a Europa do Renascimento*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- VERLINDEN, Charles (1949) – *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen âge (Harfleur au XIV<sup>e</sup> siècle)*. «Revista Portuguesa de História». Coimbra: FLUC.
- VV. AA. (1988) – *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor: de 15 a 18 de outubro de 1986*. Porto: FLUP.
- (1990) – *A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto. Catálogo da exposição.

## FONTES

- Archivo de la Real Chancillería de Valladolid – *Registro de Ejecutorias*, Caja 2024, 12.
- Archivo de la Real Chancillería de Valladolid – *Sala de Vizcaya*, Cajas 2818, 5, e 2819, 1.
- Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa – *Livro dos Pregos*.
- Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Fundo Monástico. Ancede*.
- Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Po1.º*.
- Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livro A*.
- Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livro Grande*.
- Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livros de visitas de saúde*.
- Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Vereações*.
- Torre do Tombo (TT) – *Alfândega do Porto*.
- Torre do Tombo (TT) – CC, parte I, maço 112, n.º 61.
- Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. Duarte*.
- Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. João I*.
- Torre do Tombo (TT) – *Leitura Nova. Além-Douro*.

# ONDE MORAVAM OS OUTROS? – A CASA CORRENTE NA ÉPOCA MODERNA (A CIDADE DE VISEU COMO ESTUDO DE CASO)

LILIANA ANDRADE DE MATOS E CASTILHO\*

**Resumo:** *Este estudo pretende analisar o complexo universo da casa corrente, entre os séculos XVI e XVIII, apresentando como estudo de caso a cidade de Viseu e a análise, qualitativa e quantitativa, dos Prazos do Cabido, e confrontando a realidade local com os dados conhecidos para o panorama nacional.*

*A designação «casa corrente» pretende agrupar, sob uma mesma denominação, realidades habitacionais e sociais sem dúvida diversas, mas que escapam ao universo da casa nobre, percentualmente menos representativo mas mais estudado. Moldada, ao longo da época em análise, pelas subtis mudanças de paradigma social, caracteriza-se formalmente pelas suas reduzidas dimensões de implantação e elevada expressão em altura e pela precariedade dos seus materiais de construção.*

**Palavras-chave:** *casa corrente; época moderna; Viseu.*

**Abstract:** *The following article proposes to analyse the complex universe of the «common house», between the 16th and 18th centuries, focusing in the city of Viseu as a study case and the quantitative and qualitative treatment of the Prazos do Cabido (Religious property housing contracts), as well as confronting the presented reality with the national context.*

*The term «common house» intends to group together, under the same designation, social and housing existences that, although diverse, cannot be integrated within the noble house definition – a less representative and yet better analysed reality. Shaped throughout the reference period by social paradigms shifts, the «common house» may be formally characterized by its relatively reduced implantation dimensions and substantial expression in terms of height as well as the precarity of the building materials.*

**Keywords:** *«common house»; Modern Era; Viseu.*

A designação «casa corrente» pretende agrupar sob uma mesma denominação realidades habitacionais sem dúvida diversas, mas que escapam, em última análise, ao universo, mais frequentemente estudado, da casa nobre. Confluem aqui todas as residências que, não sendo pertença de nobres, ou de tal maneira grandiosas que façam adivinhar a nobilitação, se perdem no vasto campo do anonimato – as casas dos outros.

Se a casa nobre era a exceção, constituindo o topo da escala em termos arquitetónicos e estéticos, a casa corrente, como o próprio nome indica, era a norma. A sua força expressiva na definição da malha urbana prende-se precisamente, não com a singularidade morfológica dos seus alçados, mas com o seu carácter repetitivo.

Não obedecendo a um modelo único, do ponto de vista estético ou morfológico, nem correspondendo do ponto de vista social a um padrão homogéneo, qualquer tentativa de análise e sistematização sobre a habitação corrente será sempre, em certa medida, artificial e redutora mas, não obstante, válida e incontornável.

---

\* IPV/CITCEM – licastilho@sapo.pt.

Socialmente, estamos em presença de um grupo profundamente heterogéneo. Os não nobres, os «outros», genericamente arrumados num factício terceiro estado<sup>1</sup>, representavam mundividências pessoais e realidades sociais sem dúvida diversas. Partindo dos seus estratos mais baixos, compostos por trabalhadores não especializados como os jornaleiros, engloba um sem-número de mesteres, como ferreiros, carpinteiros, latoeiros, comerciantes de vários tipos e escalas (pequenos e grandes, locais ou internacionais) e culmina nas elites locais de letrados e detentores de cargos públicos.

A casa corrente é assim reflexo da díspar realidade social do seu ocupante, local de residência, mas, muitas vezes, também de exercício de uma atividade comercial, apresenta tantas variáveis quantas as existências. Moldada, ao longo da época em análise, pelas subtis mudanças de paradigma social, sempre mais lentas e menos penetrantes nos estratos inferiores da sociedade, assistimos a um lento e gradual introduzir de novas estéticas e novas formas de habitabilidade.

Do ponto de vista documental, este estudo baseia-se na análise dos prazos<sup>2</sup> do Cabido de Viseu, numa cronologia que abarca os séculos XVI, XVII e XVIII<sup>3</sup>.

Tratando-se de documentação de gestão de propriedade, os prazos obedecem a objetivos precisos ao serem redigidos: exercer o domínio da propriedade, identificar o bem, identificar o detentor do prazo (na primeira vida e nas seguintes) e as suas obrigações de manutenção do imóvel e estipular o pagamento e a(s) data(s) da sua entrega. Estas informações correspondem a uma espécie de formulário pré-definido e praticamente invariável, ao longo do período em análise, que todos os prazos tinham de preencher. As restantes informações que os documentos nos fornecem são de algum modo circunstanciais e variam segundo a época e os agentes envolvidos no processo (mormente os vedores e o escrivão).

A descrição do edifício pretendia apenas esclarecer claramente os seus limites, dimensões e estado de conservação para aferir o foro a cobrar e, nesse sentido, nem todas as informações que aí gostaríamos de ver contidas surgem, mas tão-somente as que poderiam ser consideradas úteis para o fim proposto. Os dados mais frequentes, presentes na

<sup>1</sup> Exclui-se a referência ao clero porque, embora constitua uma classe à parte, os seus membros poderiam inserir-se socialmente, por nascimento, riqueza e formação, quer na nobreza quer em qualquer escalão do terceiro estado.

<sup>2</sup> Os regimes de emprazamento mais utilizados eram o perpétuo e o temporário (em vidas ou em anos) e, embora se baseassem ambos num contrato em que o proprietário cedia a outrem a utilização do bem a troco de um pagamento, implicavam duas estratégias distintas. O primeiro, utilizado maioritariamente pelos Concelhos exigia menor controlo, mas também produzia menor rendimento devido à desvalorização monetária e uma alienação progressiva da propriedade. O segundo, utilizado pelo Cabido, era mais rentável e seguro, mas exigia um controlo rigoroso das transmissões e das actualizações do foro. Ao foreiro cabia a manutenção da propriedade que poderia ser melhorada e nunca piorada. Qualquer melhoramento que nela fizesse, aumento de pisos, construção de novos edifícios ou consolidação dos existentes, revertia sempre para o detentor da propriedade. As obras só compensavam se o usufruto da propriedade por si e pelos seus se previsse longo, daí que muitas vezes os foreiros em segunda ou terceira vida pedissem que lhes fosse feito um novo emprazamento em primeira vida. Essa petição era quase sempre atendida uma vez que permitia não só uma atualização do foro, mas também a manutenção da propriedade em mãos de gente já conhecida, mas muitas vezes tinha como cláusula a realização benfeitorias no imóvel. DUARTE & AMARAL, 1984.

Os aforamentos eram sempre, no nosso objeto de estudo, unifamiliares e hereditários, sendo indiscriminadamente feitos a homens, mulheres ou casais de acordo com a linha de sucessão.

<sup>3</sup> CASTILHO, 2009; CASTILHO, 2012.

quase totalidade dos empraçamentos compilados, prendem-se com as dimensões da propriedade e o número de pisos da habitação.

Embora constante, a análise das dimensões da propriedade reveste-se de características diversas de prazo para prazo, podendo surgir indicadas as dimensões totais do lote ou apenas da parcela construída ou ainda, frequentemente, apenas a indicação das medidas de cada divisão e não o total do edificado.

Optámos por iniciar o estudo da casa corrente pela análise do lote, ou parcela urbana que integra, uma vez que a «habitação», em sentido lato e incorporando os modos de habitar à época, é composta não só pela casa propriamente dita mas igualmente pelos quintais e estruturas anexas que compõem o lote.

Ao contrário da casa o lote tem tendência para permanecer estável ao longo do tempo chegando muitas vezes até aos nossos dias, o que nos permite confrontar a documentação compilada com a realidade ainda existente. Se ao nível dos alçados e da divisão interna se verificaram profundas alterações, provocadas pelas necessidades habitacionais dos últimos séculos, a ocupação do solo vai manter grande parte das suas características.

De forma geralmente alongada e, mais estreito do que profundo, o lote procura rentabilizar o espaço urbano, mais apetecível à face da via de circulação. Ao nível da largura (confrontação com a rua) o espaço do lote corresponde geralmente ao espaço da casa, o mesmo não acontecendo em relação ao comprimento, estando a parte posterior do mesmo, normalmente ocupada por quintais e estruturas anexas. Esta morfologia é comum entre as cidades portuguesas de origem medieval correspondendo a uma eficaz forma de aproveitamento do solo intramuros<sup>4</sup>.

O tamanho do lote e da sua extensão à face da rua são também claramente definidores das possibilidades económicas e do estatuto social dos seus ocupantes, correspondendo as áreas ocupadas por casas nobres a lotes de maiores dimensões e fachadas mais extensas, normalmente com apenas um sobrado, em oposição à casa corrente, que apresenta fachadas estreitas e a uma expansão em altura.

A realidade não é no entanto uniforme e tende, acima de tudo, a adaptar-se às possibilidades de implantação no terreno, nesse sentido, se há casos de casas correntes em que a área do lote é até seis vezes superior à área de implantação da casa<sup>5</sup>, noutros exemplos o espaço ocupado pelo quintal é inferior ao da habitação<sup>6</sup>.

O modelo mais frequente, para a cidade de Viseu, é aquele em que o quintal ocupa, no interior do lote, mais do dobro da área de implantação da habitação. Exemplar dessa realidade é o empraçamento feito a «Amaro Rodrigues barbeiro, filho que foi de António

<sup>4</sup> TRINDADE, 2002: 26-27; ANDRADE, 1990: 33-35.

<sup>5</sup> Representativo do primeiro tipo é o empraçamento feito em 1609 a Diogo de Miranda, cidadão, morador na Rua da Regueira em que o quintal tem uma área de mil duzentos e trinta e um metros quadrados e a habitação apenas vinte e dois e meio. A.D.V. F.C. Lv. 435/12: fls. 70-71v.

<sup>6</sup> Como exemplo de um quintal de dimensões claramente inferiores às da habitação temos o empraçamento realizado em 1605 a Isabel Mendes, filha que foi de Heitor Mendes e sua mulher Branca Gomes, de uma casa na rua Nova em que o lote apresenta uma largura à face da rua de três varas e meia e uma profundidade de dezoito varas. Dentro desse espaço, que corresponde a noventa metros quadrados, setenta e cinco eram ocupados pela casa e apenas quinze pelo quintal. A.D.V. F.C. Lv. 434/11: fls. 57v-60.

Rodrigues, o velho, barbeiro»<sup>7</sup> de um imóvel situado na rua de Cimo de Vila em que a largura no lote não excede as quatro varas e meia contra as vinte e duas varas de profundidade. Dentro desse espaço a casa ocupa uma área de cerca de trinta e nove metros quadrados e o quintal mais de cento e três metros quadrados.

Entre o século XVI e o século XVIII, as dimensões dos quintais, principalmente na cidade intramuros, tendem a diminuir em favor do aumento da área ocupada pela habitação. Esta realidade denota por um lado o aumento da pressão imobiliária nas zonas mais apetecíveis da cidade e, por outro, as crescentes necessidades em termos de habitabilidade.

Condicionada pelo lote em que se insere também a casa tende a ser alongada, projetando em profundidade a reduzida largura da fachada. Em todos os exemplares analisados o comprimento é sempre superior à largura quando a habitação tem apenas uma fachada à face da rua. No caso de casas situadas na confluência de duas ruas essa regra já não se aplica, tendendo esses imóveis a apresentar um formato mais quadrangular.

A largura média da fachada é, para a cidade de Viseu na época em análise, de quatro metros e meio, inserindo-se assim na média nacional<sup>8</sup>. A casa abrange em média uma área de setenta e três metros quadrados<sup>9</sup>, ao nível da ocupação do solo, tendendo essa superfície a diminuir nas áreas mais centrais e a aumentar nas periféricas.

Essa área, sem dúvida reduzida, era no entanto aumentada pelo recurso à sobreposição de pisos, uma vez que as casas terreiras à face da rua são praticamente inexistentes em Viseu, mesmo no século XVI, ao contrário do que se verifica noutras cidades portuguesas<sup>10</sup>, resultando numa área habitacional efetiva duas, três, ou até quatro vezes superior.

Os contratos de empraçamento são normalmente bastante explícitos em relação ao número de pisos do imóvel, por se tratar de um dos elementos considerados no cálculo do foro, surgindo a indicação de casas térreas ou *terreiras* para descrever uma habitação que tinha um piso, *casas sobradadas* para as casas com piso térreo e primeiro andar, e casas de dois ou três sobrados para descrever as habitações de três ou quatro pisos. No caso de ter ocorrido o acréscimo de um piso entre um contrato de empraçamento e a sua renovação, no fim das três vidas ou antes, essa indicação constava normalmente do documento. Exemplo disso é o empraçamento feito a «Maria do Porto, mulher de Pedro Fernandes, notário, filha de Isabel Lopes e de Bartolomeu João, espingardeiro»<sup>11</sup> em 1604 de uma casa sita na Rua da Regueira, com dois sobrados «que antes não erão mais que de hum»<sup>12</sup>.

O acréscimo de um andar superior significava normalmente uma projecção sobre a rua através de sacadas e balcões apoiadas em estruturas de madeira fixas à parede do edifício ou em esteios<sup>13</sup>. Solução frequente, que visava a ampliação do espaço habitacional, a

<sup>7</sup> A.D.V. F.C. Lv. 434/11: fls. 45v-47v.

<sup>8</sup> TRINDADE, 2002: 32.

<sup>9</sup> Valores resultantes da análise quantitativa das dimensões das fachadas indicadas nos Prazos do Cabido.

<sup>10</sup> RODRIGUES, 1995: 147.

<sup>11</sup> A.D.V. F.C. Lv. 434/11: fls. 7v.

<sup>12</sup> A.D.V. F.C. Lv. 434/11: fls. 8.

<sup>13</sup> «Sam de pedra athe o sobrado e dahi para sima sam de taipa firmada sobre as puiroens do balcam» (1742). A.D.V. F.C. Lv. 483/36: fls. 25-28v.

construção de balcões e sacadas sobre a rua, resultava assim na aglutinação do espaço público ao privado. Solução tipicamente medieval vai perdurar, um pouco por todo o país ao longo da época moderna, apesar das tentativas régias<sup>14</sup> e camarárias de uniformizar as fachadas e libertar o espaço da rua.

As suas dimensões vão variar, mas a solução mais frequente era acompanhar a totalidade da largura da fachada e terem uma profundidade que variava entre a meia vara e a vara, no caso das sacadas, e entre a vara e vara e meia no caso dos balcões. Não é possível comprovar, para a época em análise, a construção de raiz de estruturas deste género, correspondendo provavelmente a permanências que interessava, aos proprietários, perpetuar. Estas sacadas e balcões eram frequentemente tapados equivalendo, assim, mais do que a um espaço exterior a modo de varanda, a parte integrante das divisões dos pisos superiores.

Quando o imóvel fronteiro era pertença do mesmo proprietário era ainda possível lançar passadiços, muitas vezes transformados em divisões, através do levantamento de paredes e telhado, entre uma habitação e outra. No entanto, já as Ordenações Manuelinas reconheciam ao Concelho autoridade para mandar derrubar estes acrescentos uma vez que os senhorios das casas não se tornavam possuidores do «ar», possessão do Concelho<sup>15</sup>. Ao longo da época moderna verifica-se, por parte das autoridades concelhias, um esforço para aumentar o alinhamento das ruas e a sua salubridade e uma separação mais consciente entre o público e o privado.

Na cidade de Viseu também o Cabido, o maior detentor de propriedade intramuros, parece ter-se ocupado dessa questão surgindo na documentação algumas indicações para derrube destes prolongamentos, principalmente quando abrangiam a totalidade da rua ligando duas habitações fronteiras<sup>16</sup>.

Estas medidas terão tido no entanto um sucesso bastante relativo uma vez que os balcões e sacadas nas casas correntes continuam a ser abundantes ao longo dos séculos XVII e XVIII<sup>17</sup> e alguns chegaram, inclusive, até aos nossos dias.

A casa corrente da época moderna surge-nos assim, ao nível do exterior, tendencialmente regularizada, face à rua, mas com alguns ressaltos e projeções sobre a mesma prolongando no tempo alçados de carácter medieval.

A maior alteração verificada, ao nível dos alçados, durante o período em análise, prende-se com o número de vãos que cada imóvel possui. No século XVI a porta é normalmente a única abertura do andar inferior, surgindo por vezes, no entanto, a solução de existir mais do que uma porta, quando na loja dianteira é exercida uma atividade profissional. Essa solução vai multiplicar-se ao longo do século XVII para se tornar absoluta já no século XVIII. O aumento da noção de privacidade e a separação entre o espaço pro-

---

<sup>14</sup> CARITA, 1999: 149.

<sup>15</sup> TRINDADE, 2002: 61.

<sup>16</sup> Em 1599 surge-nos referência, num prazo feito a Diogo Mendes, à existência de um balcão que o Cabido mandou derrubar: «Esta casa tinha hum balcam que atravessava a rua pareceu bem ao Cabido que se tirasse o dito balcam e que se abatete por isso cem reis de foro que pagavam». A.D.V. F.C. Lv. 346/785: fl. 40.

<sup>17</sup> «E debaixo do balcam fica a porta» (1742). A.D.V. F.C. Lv. 483/36: fls. 25 a 28v.



fissional, tendencialmente masculino, do espaço doméstico, feminino, vai obrigar a uma demarcação, clara e pragmática, entre os dois domínios<sup>18</sup>.

O acesso às lojas traseiras e, principalmente aos pisos superiores, espaços claramente privados, passa assim a ser feito por porta independente, normalmente de dimensões inferiores, que dava frequentemente acesso direto à escadaria que levava ao sobrado. A esta demarcação exterior correspondia uma separação interior, entre as lojas e o acesso ao piso de cima, realizada normalmente em materiais frágeis<sup>19</sup>.

As casas com acesso exterior ao piso superior são pouco frequentes para o território nacional<sup>20</sup>, embora se encontrem referidas em cidades como Bragança<sup>21</sup>, e estavam sempre sujeitas ao estipulado nas Ordenações do Reino<sup>22</sup>. Na cidade de Viseu são totalmente inexistentes quando esse acesso correspondia a uma ocupação de parte da rua, verificando-se apenas como ligação entre um pátio privado, frequente sobretudo nas casas nobres, e o primeiro sobrado, ou quando, partindo do quintal, permitiam o seu acesso direto a partir do espaço habitacional.

As janelas, no século XVI reservadas para os pisos superiores e limitadas ao mínimo indispensável como forma de controlar a temperatura, mas também por questões de segurança, veem o seu número aumentar consideravelmente nas centúrias seguintes e estendem-se, ainda que esporadicamente, ao piso térreo. As janelas existentes no piso térreo eram normalmente designadas por janelas de botica, encontrando-se assim associadas, pelo menos na sua origem à exploração comercial do espaço.

As janelas dos pisos superiores não só veem o seu número aumentar ao longo do século XVII, como é ampliada igualmente a sua importância na descrição das casas emprazadas, revelando assim a importância que lhe era reconhecida na valorização do imóvel. Se no século XVI a referência se limitava muitas vezes à indicação de que a casa tinha uma janela para a rua, no século XVII é comum a indicação da divisão da casa em que se insere, do material em que é feita e da sua tipologia. Outro elemento anteriormente inexistente e que passa a surgir na documentação é a referência às vistas<sup>23</sup> da habitação como elemento diferenciador.

No século XVIII vai assistir-se, face à centúria anterior, à manutenção do seu número por piso, correspondendo obviamente o acréscimo de um novo piso à abertura de novos vãos, e ao seu nível de descrição na documentação. As janelas passam, neste período, a ser consideradas não só elementos estruturais que permitem a iluminação e o

<sup>18</sup> Exemplar disso é o emprazamento feito a «Antónia da Conceição, viúva que ficou de António Reis, latoeiro» de umas casas na Rua do Relógio, datado de 1737: «tem estas casas dois portais de cantaria para a banda da rua do Relógio hum que serve de entrada para as mesmas casas e outro que entra para huma butica que serve de lógia de seu officio de latueiro». A.D.V. F.C. Lv. 481/34: fl. 74v-75.

<sup>19</sup> «Tem hua porta por onde se servem piquena e outra grande pera as logeas he entre estas portas ambas vai hum reparimento de tavoado que vai tapando a serventia da casa ate chegar ao sobrado.» A.D.V. F.C. Lv. 434/11: fls. 57v-60.

<sup>20</sup> TRINDADE, 2002: 54.

<sup>21</sup> RODRIGUES, 1995: 149.

<sup>22</sup> «Não poderá pessoa alguma pôr escada na rua direita do portal de seu vizinho, porque lhe impida a entrada do seu portal.» *Ordenações*, 1727: 531.

<sup>23</sup> «Com muita vista para muitas partes». A.D.V. F.C. Lv. 435/12: fls. 7v-9v.

arejamento das habitações, mas igualmente como espaços de lazer e fruição do exterior, a partir do interior da habitação, como o aumento do número de janelas de assentos e varandas comprova.

A utilização de vidros em Portugal no século XVI era um luxo reservado a muito poucos, sem dúvida por se tratar de um material dispendioso e de aplicação muito especializada<sup>24</sup>. Na casa corrente os vãos eram normalmente tapados com recurso a portadas de madeira, ou nalguns casos a tecido, papel, pergaminho, oleados e encerados, ou simples cortinas.

Nos séculos XVII e XVIII a utilização de vidraças vai aumentar (ainda que não deixassem de ser consideradas, naturalmente, um produto de luxo que não estaria ao alcance de todos), como se infere do aumento do número de vãos por piso e a sua abundância em divisões teoricamente mais resguardadas como as câmaras.

As crescentes necessidades de conforto e salubridade que ditaram o aumento do número de vãos, ao longo do período em análise, vão igualmente impor a multiplicação das divisões no interior das casas e a sua especialização funcional. No entanto a organização interior das habitações vai manter uma forma de crescimento orgânica, de raiz medieval, em que os espaços vão surgindo de forma não planeada, como resposta às necessidades de abrigo, armazenamento ou atividade comercial e de acordo com as possibilidades económicas dos seus habitantes.

No caso de habitações com vários pisos, na quase totalidade da amostra analisada, o andar inferior era sempre ocupado por lojas podendo ser composto por uma só loja ou, mais frequentemente, dividido em vários espaços sendo comum o modelo de loja dianteira e loja traseira.

A transformação da loja dianteira em local de exercício de atividade profissional, quando a ocupação do seu habitante assim o exigia, era a solução mais comum, como no prazo de uma habitação, feito em 1747 a António Reis, latoeiro, que tem no piso térreo «huma butica que serve de logia de seu officio de latueiro»<sup>25</sup>.

Nos pisos superiores as divisões mais frequentes são as salas, cozinhas e câmaras que aparecem referidas em quase todos os prazos variando apenas o seu número. Esta divisão espacial básica é comum a toda a época moderna verificando-se no entanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o aumento do número de divisões por habitação, aumento esse notório particularmente na multiplicação do número de câmaras e em divisões que respondiam claramente a novas noções de privacidade e habitabilidade, como os corredores ou as necessárias. A especialização dos vocábulos pelos quais as divisões são referidas acompanha, logicamente, o aumento da sua especialização havendo tendência ao desaparecimento das divisões indiscriminadamente referidas como «casas», tão comuns na centúria de quinhentos.

Nos edifícios de dois pisos, um sobrado, sendo o inferior sempre ocupado por lojas, a cozinha é na maior parte dos casos a divisão do meio do piso superior, a sala a divisão

<sup>24</sup> CASTELO-BRANCO, 1979: 31-35.

<sup>25</sup> A.D.V. F.C. Lv. 481/34: fls. 74-77.

que confronta com a rua e a(s) câmara(s) situa-se na parte mais reservada da casa, junto ao quintal. Nos imóveis de três ou mais pisos a cozinha situa-se normalmente no último sobrado, quer para facilitar a saída dos fumos, numa época em que as chaminés não são ainda apanágio de todos, quer para reduzir os riscos de incêndio<sup>26</sup>, no entanto a localização desta divisão no piso intermédio não é totalmente inexistente.

A habitação composta apenas por uma divisão onde os habitantes comiam dormiam e tratavam dos seus negócios encontra-se totalmente ausente da documentação compilada para o período em análise. Esta realidade, que contrasta com a existente noutras cidades do país mesmo em cronologias mais avançadas, pode dever-se a uma menor pressão imobiliária<sup>27</sup>.

Para além destas divisões consideradas essenciais à época (sala, cozinha, câmara), quando as condições dos seus proprietários permitiam, ou exigiam, outras eram acrescentadas multiplicando o número de espaços e a sua função e aumentando claramente a privacidade no interior da habitação.

A primeira dessas divisões era o corredor, que permitia a circulação no interior da casa sem a devassa das restantes divisões, apontado, por alguns estudos<sup>28</sup>, como raro na habitação corrente portuguesa até ao último quartel de setecentos, surge na cidade de Viseu com alguma frequência. Podendo ser qualificado de incomum no século XVI, nos séculos XVII e XVIII a abundância com que surge na documentação, em casas que de modo algum pertenciam a um estrato superior da população, não permite apelidá-lo enquanto tal.

Esporadicamente surgem referências a outras divisões da casa menos usuais, à época, na habitação corrente e normalmente reservados às casas nobres, como um despejo ou uma necessária que evidenciam já um elevado grau de preocupação com o conforto e higiene. Quando as divisões acrescentadas são de reduzidas dimensões surgem por vezes os diminutivos na sua designação como, por exemplo, «camarinha».

O universo da casa corrente, aqui tratado como um todo, corresponde a uma realidade vasta, que abrange realidades sociais e económicas diversas e, como consequência disso, realidades habitacionais igualmente díspares. Algumas habitações revelam-se assim de planta mais complexa, com maior número de divisões e soluções diferenciadas que, não as colocando acima do estatuto de «correntes» ou não lhes possibilitando um estatuto de «nobres» as diferencia de algum modo das restantes.

Exemplar disso é o empraçamento efetuado por Matias Ferrão de Castelo Branco, Licenciado, de uma casa na Rua Direita, em 1623. Trata-se de uma habitação de dois sobrados, sendo o piso térreo composto por um recebimento, por onde se acedia ao primeiro sobrado, um corredor que ia para o quintal, uma adega, uma tulha e uma estrebaria; no primeiro sobrado situava-se a sala, um corredor e cinco câmaras e no segundo sobrado uma casa de função indiscriminada, uma cozinha, uma varanda e uma casinha de ter galinhas, solução excêntrica mas não única de remeter estes animais para as proxi-

<sup>26</sup> «No sobrado de cyma tem outras tres casas de telha vam das quais hua serbe de cozinha». A.D.V. F.C. Lv. 431/8: fl. 71.

<sup>27</sup> Em Lisboa, por exemplo, surgem já no século XVIII, casas de artesãos com apenas uma divisão. MADUREIRA, 1992: 141.

<sup>28</sup> OLIVAL, 2010: 254.

midades da cozinha<sup>29</sup>. Trata-se claramente de uma casa de elite, dentro do universo da casa corrente, denotando já uma elevada especificação funcional e uma acentuada privacidade na organização dos cômodos. O estatuto social do seu detentor, fazendo parte da elite letrada da cidade, confirma igualmente essa realidade.

Outro elemento, presente no interior desta casa, e usualmente identificador de um estatuto superior, era a lareira, situada na sala e/ou na câmara e destinando-se assim claramente ao aquecimento e conforto da habitação e não à confeção de alimentos<sup>30</sup>.

No século XVI eram ainda pouco abundantes as chaminés em Portugal, como é visível no Livro de Duarte de Armas, na cidade Viseu a sua existência era sempre reveladora de uma casa de grandes dimensões e qualidade construtiva. Nos séculos XVII e XVIII o seu uso vai, de certa forma, democratizar-se e estender-se aos setores intermédios da população sem, no entanto, chegar a ser totalmente abrangente.

Em sentido oposto assistimos igualmente a casas que ficam abaixo da média, em termos de condições de habitabilidade, resultando muitas vezes da divisão de propriedades entre vários usuários, não no sentido dos edifícios plurifamiliares presentes noutras cidades do país<sup>31</sup>, mas da intrincada segmentação da propriedade no interior do burgo.

Igualmente ao nível dos materiais de construção as diferenças entre as casas correntes mais humildes ou reveladores de maiores possibilidades económicas e principalmente, entre estas e as casas nobres são notórias. Se as casas nobres eram na sua quase totalidade construídas em pedra, pelo menos ao nível das paredes exteriores, o que garantiu em muitos casos a sua sobrevivência, o mesmo já não sucedia com a maioria das casas correntes. Nas habitações mais modestas, a solução ideal parece ter sido a construção em pedra ao nível do solo, normalmente até ao sobrado, e o recurso a materiais menos dispendiosos daí para cima.

A construção em pedra resultava mais onerosa e necessitava mão de obra especializada, enquanto a taipa, o tijolo e a madeira implicavam materiais acessíveis e técnicas construtivas que o próprio proprietário podia aplicar<sup>32</sup>. A construção mista, pedra junto ao solo e taipa, tijolo ou madeira nos pisos superiores permitia o isolamento da humidade junto ao solo e um crescimento em altura acessível.

Constituída por uma mistura de barro, palha, madeira e por vezes cal, a taipa resulta numa estrutura leve, fácil de construir e derrubar, e que proporciona um isolamento térmico e sonoro considerável. Amplamente utilizada nas divisões interiores, até ao século XIX, resulta mais frágil nas adaptações ao exterior devido à sua permeabilidade e subsequente deterioração quando exposta à pluviosidade. O recurso à taipa nas paredes exte-

<sup>29</sup> A.D.V. F.C. Lv. 438/15: fls. 8v-12 (B).

<sup>30</sup> A única exceção encontrada, do ponto de vista documental, foi na habitação de Antónia da Conceição, viúva que ficou de António Reis, latoeiro, que no segundo sobrado apresenta uma cozinha de telha vã «com sua lareira e fugam». A.D.V. F.C. Lv. 481/34: fls. 74-77.

<sup>31</sup> MATOSO, 2013.

<sup>32</sup> Esta escala de valorização económica da construção em pedra, face ao tijolo e à taipa e ainda mais face ao tabique em madeira, resulta notória nas descrições dos vedores do Cabido que a utilizavam como um dos elementos de cálculo do foro e determinavam por vezes, aquando da renovação de um emprazamento, que parte do imóvel fosse reconstruído em materiais mais nobres.

riores dos pisos superiores era no entanto abundante, e também para a construção das sacadas se recorria a ela devido à sua flexibilidade e peso diminuto, sendo normalmente associada à construção de beirais salientes como medida de minimização dos danos provocados pelas intempéries.

As divisões interiores eram frequentemente feitas em madeira, mas também as paredes exteriores dos pisos superiores o empregavam, embora o seu fraco isolamento não o recomendasse e fosse apenas empregue nas habitações mais humildes. Ao longo do século XVII assistimos a uma tentativa de eliminar este material, ao nível do exterior, não se verificando nenhuma ocorrência de frontarias de tabuado no século XVIII.

A madeira era indispensável para a construção em altura, correspondendo o acrescento de um sobrado exatamente ao que a etimologia do termo sugere, o lançamento de um soalho sobre o qual era erguido um novo piso. Também o telhado assentava sempre numa estrutura de madeira, podendo ser interiormente de telha vã ou forrado.

O tijolo, que no século XVI na cidade de Viseu surge apenas associado às obras da Sé, vê o seu emprego ser generalizado nas centúrias seguintes, surgindo várias referências a habitações que o empregam na sua construção, quer no interior, quer no exterior.

Contribuindo igualmente para a complexidade do quadro da habitação corrente na época moderna está a separação, nem sempre clara, entre espaços habitacionais e estruturas anexas. Os logradouros, situados na parte posterior dos lotes, eram frequentemente ocupados por construções de apoio que retiravam do interior da habitação um sem-número de tarefas do quotidiano.

Inserem-se nesta categoria as estruturas destinadas à criação de animais, principalmente porcos e aves, sempre que possível remetidas para as traseiras do lote. Esta atividade, praticada no interior dos lotes urbanos, revelava-se particularmente importante para a economia doméstica, não só satisfazendo as próprias necessidades de consumo, mas servindo igualmente de forma de pagamento como no caso dos foros no caso de propriedades emprazadas do Cabido.

Para além das construções destinadas à criação de animais, os quintais eram povoados por muitas outras edificações de apoio, de função mais ou menos específica, destacando-se entre elas o forno, que podia ser totalmente isento ou com boca aberta para dentro da habitação, e o palheiro. Existiam ainda outras construções, normalmente de um só piso, que na sua maioria deviam ter funções de armazenamento e transformação, embora a documentação seja omissa a esse respeito.

Por vezes estes logradouros possuíam ainda poços, evitando assim a saída das mulheres para o exterior para se abastecerem de água nas fontes públicas e facilitando as tarefas diárias. Foram contabilizados, no período em análise, catorze poços particulares na cidade de Viseu.

Estes quintais no miolo dos quarteirões conferiam à cidade uma imagem dupla, contrastando o carácter compacto da construção ao nível da rua com o espaço livre e ruralizado no interior dos lotes e contribuía grandemente para aumentar a salubridade da vida nas cidades, fornecendo espaço para despejos e para um sem-número de atividades de lazer e trabalho do dia a dia.

Nestes redutos as hortas assumiam uma importância crucial para o habitante da cidade permitindo, através da produção de legumes, um complemento da sua alimentação à base de pão e carne, ou de peixe nos sessenta e oito dias do ano em que esta era interdita.

Também a fruta era um contributo importante para alimentação, quer fosse consumida fresca, seca ou em conservas. As árvores mais habituais e referidas em maior quantidade são as laranjeiras e os limoeiros, que serviam dois propósitos, alimentares e medicinais, e as oliveiras, destinadas à produção de azeite. Seguidamente as fruteiras mais abundantes são as figueiras e as videiras, aparecendo também referidas pereiras, romeiras, ameixoeiras, pinheiros, macieiras e pessegueiros. Ausentes da documentação no século XVI, nos séculos XVII e XVIII são referidas pontualmente plantas ornamentais como as roseiras existentes em 1636 no quintal de Maria de Seixas<sup>33</sup>.

Tal como as habitações designadas por correntes correspondem a realidades diversas, também os seus quintais traduzem de diferente modo o estatuto e ocupação dos seus detentores. De maiores dimensões ou apartados da sua vertente produtiva no caso de maiores possibilidades económicas, ou ligados estritamente à produção de complementos alimentares no caso dos estratos mais baixos da população.

Importa salientar ainda que nem todas as habitações possuíam quintal, sendo que, indicador melhor do que a tipologia de quintal das fracas condições económicas de uma família, era a ausência de quintal, que tornava sem dúvida mais penosas as tarefas diárias e menos salubre a vida no interior das habitações.

As habitações correntes na época moderna – as casas dos outros – apresentam-nos assim uma miríade de soluções diversas, adaptadas às vivências e possibilidades, igualmente díspares, dos seus habitantes. Embora a variedade de realidades e tipologias dificulte uma súmula das suas características gerais podemos concluir que formalmente caracterizam-se pelas suas menores dimensões, face à casa nobre, em termos de implantação no terreno e em termos globais, maior expressão em altura, e pela precariedade dos seus materiais de construção.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, José Ferrão (2000) – *A Rua das Flores no séc. XVI: Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2001) – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1990) – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Horizonte.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1981) – *Santarém quinhentista*. Lisboa: [s. n.]
- CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1979) – *Subsídios para o estudo da casa portuguesa – o uso de vidraças nos séculos XVI e XVII*. «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», n.º 1. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

<sup>33</sup> «Tem hua laranjeira e hua limeira e pessegueiros e rozeiras.» A.D.V. F.C. Lv. 442/18: fls. 27-30v.

- CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e (2009) – *Geografia do quotidiano: a cidade de Viseu no século XVI*. Viseu: Projecto Património/Arqueohoje.
- (2012) – *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- DUARTE, L. M.; AMARAL, L. C. (1984) – *Prazos do Século e Prazos de Deus*. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1992) – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATOSO, Joana Parracho (2013) – *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa*. Lisboa: Instituto Superior Técnico de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- OLIVAL, Fernanda (2010) – *Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios*. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (1995) – *Bragança no século XVIII: Urbanismo. Arquitectura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- ROSSA, Walter (1995) – *A cidade Portuguesa*. In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*. Barcelona: Círculo de Leitores.
- ROSSI, Aldo (1977) – *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Cosmos.
- TEIXEIRA, C. Teixeira; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Horizonte.
- TRINDADE, Luísa (2002) – *A casa corrente em Coimbra: dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

## FONTES IMPRESSAS

*Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas e estabelecidas pelo Senhor rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V*, Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos Cónegos Regulares de S. Agustinho, 1727.

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Viseu

Fundo do Cabido

Prazos:

Lv. 434/11, Lv. 435/12, Lv. 436/13, Lv. 437/14, Lv. 438/15, Lv. 439/16, Lv. 440/17, Lv. 441/47, Lv. 442/18, Lv. 446/703, Lv. 443/19, Lv. 449/722, Lv. 448/708, Lv. 447/704, Lv. 445/702, Lv. 444/700, Lv. 452/714, Lv. 451/705, Lv. 450/701, Lv. 453/706, Lv. 461/20, Lv. 460/718, Lv. 459/716, Lv. 458/712, Lv. 457/71, Lv. 456/710, Lv. 455/709, Lv. 454/707, Lv. 463/715, Lv. 462/713, Lv. 464/717, Lv. 465/21, Lv. 466/727, Lv. 467/22, Lv. 468/23, Lv. 469/24, Lv. 470/25, Lv. 471/26, Lv. 472/27, Lv. 473/28, Lv. 474/29, Lv. 475/30, Lv. 476/31, Lv. 477/48, Lv. 478/32, Lv. 479/49, Lv. 480/33, Lv. 481/34, Lv. 482/35, Lv. 483/36, Lv. 484/37, Lv. 485/38, Lv. 486/39, Lv. 487/40, Lv. 488/41, Lv. 489/42, Lv. 490/43, Lv. 492/68, Lv. 491/50.

## ABREVIATURAS

A.D.V. – Arquivo Distrital de Viseu

F.C. – Fundo do Cabido

Lv. – Livro

fl. – Fólio

fls. – Fólios

P. – Página

v. – Verso



# JAPONESES E EUROPEUS E SUAS MANEIRAS DE CURAR O CORPO VISTO POR UM JESUITA DO SÉCULO XVI\*

ISMAEL C. VIEIRA\*\*

**Resumo:** O século XVI foi para os portugueses um período de viagens e contacto com povos e culturas desconhecidas. Pouco antes de meados do século os marinheiros portugueses descobriram a mítica ilha do Japão, com a qual estabeleceram relações comerciais, culturais e religiosas. Entre os religiosos enviados para evangelizar os japoneses encontrava-se o jesuíta Luís Fróis, que deixou um importante Tratado onde comparava as diferenças civilizacionais entre os Europeus e os Japoneses de Quinhentos.

O presente artigo pretende fazer uma análise comparativa e crítica em torno dos costumes, hábitos e práticas médicas entre os Europeus e Japoneses do século XVI, testemunhados por Luís Fróis, de modo a perceber como os portugueses viam e compreendiam esse «outro» exótico. Para compreender este tema utilizaremos a principal fonte existente que é o próprio Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão (1585) da autoria do Padre Luís Fróis.

**Palavras-chave:** Europa; Japão; Sociedade; Cultura; Medicina.

**Abstract:** For the Portuguese the 16th century was a period of travels and contacts with unknown people and cultures. Shortly before mid-century, Portuguese sailors discovered the mythical island of Japan, with which they established trade, cultural and religious relations. Between the religious priests sent to evangelize the Japanese was the Jesuit Luís Fróis, who left an important Treaty where he compared the civilizational differences between Europeans and Japanese at the 16th century.

This article aims at a comparative and critical analysis of the the customs, habits and medical practices among Europeans and Japanese at the sixteenth century, witnessed by Luís Fróis, in order to understand how the Portuguese saw and understood the exoticism of this «other». To understand this issue we will use the main source available, which is the «Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão (1585)» by Father Luís Fróis.

**Keywords:** Europe, Japan, Society, Culture; Medicine.

## INTRODUÇÃO

A ilha de Cipango (Japão) era para os europeus dos finais da Idade Média um lugar mítico situado no outro lado do planeta. As únicas informações existentes dessa terra tão misteriosa quanto longínqua tinham sido fornecidas por Marco Polo no século XIII.

Com a partilha do globo entre Portugal e Castela através do Tratado de Tordesilhas de 1494, os portugueses passaram a estar legitimados para explorar novos territórios na Ásia. Entre os vários territórios cobiçados estava a ilha de Cipango, onde se acreditava haver ouro e outras preciosidades de grande valor. A descoberta do Japão pelos portugueses veio a acontecer cerca de sessenta anos depois do Tratado de Tordesilhas, sendo

\* Este artigo resulta de uma adaptação e acrescentos do trabalho final apresentado para a conclusão do Curso de Especialização em Ensino da História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2008.

\*\* CITCEM/CEIS20 – ivieira@letras.up.pt.

1543 o ano mais provável da descoberta, iniciando-se deste modo a idade moderna do Japão com a abertura do país aos povos europeus<sup>1</sup>.

A chegada dos primeiros portugueses ao Japão permitiu o estabelecimento de relações comerciais e culturais, constituindo ainda uma oportunidade singular para os padres cristãos expandirem a fé católica no outro lado do globo. Do contacto entre portugueses e japoneses surgiu a necessidade de melhor compreender o outro na sua alteridade. Após os primeiros contactos rapidamente surgiram os primeiros escritos sobre o Japão e os japoneses em língua portuguesa. Esses escritos pretendiam a maior parte das vezes descrever as condições geográficas da ilha, a meteorologia, a fauna, a flora mas também os aspetos humanos como a cultura, a política interna, a gastronomia, etc. Daí resultaram vários escritos, sob a forma de epístolas<sup>2</sup>, mas igualmente versões mais completas em forma de tratados.

Este artigo serve-se dum desses tratados escrito por um jesuíta português do século XVI, o padre Luís Fróis, que cresceu no Oriente e que passou uma parte substancial da sua vida no Japão. Por simpatia pessoal ou por obrigação das suas funções concebeu uma obra literária que permite conhecer aspetos sobre os costumes, tradições e formas de curar no Japão feudal por comparação com a realidade europeia da altura.

Neste artigo fomos ao encontro dos aspetos mais marcantes das duas civilizações seguindo uma metodologia de comparação comentada do conteúdo do *Tratado* de Luís Fróis. Em muitas ocasiões o texto é pouco esclarecedor, sobretudo acerca dos aspetos ligados aos japoneses, o que dificulta a construção da narrativa histórica por limitações do «código» que permite decifrar o conteúdo latente das diversas realidades descritas. Por isso além de referenciais históricos numa linha de Fernand Braudel em «Gramática das Civilizações» e Jean Poirier na sua «História dos Costumes», socorremo-nos concomitantemente de referenciais mais sociológicos que podem ser encontrados numa linha de Norbert Elias em «O Processo Civilizador».

Todavia, o intuito deste artigo não passa pela construção duma narrativa densa e complexa em torno dos processos civilizacionais, mas sim por compreender as diferenças de costumes e hábitos dos japoneses e europeus na maneira como entendem e apresentam o corpo (saudável) mas também o seu contrário, isto é como tratam do corpo doente. Assim analisaremos igualmente as diferenças entre práticas médicas orientais e ocidentais no século XVI através do olhar dum jesuíta europeu.

## 1. LUÍS FRÓIS E O SEU TRATADO

A fonte que pretendemos usar no nosso trabalho, o *Tratado*<sup>3</sup> de Luís Fróis, apresenta-se como uma comparação entre dois mundos distintos e influenciados por civilizações que

---

<sup>1</sup> NORTON, 1952: 11.

<sup>2</sup> Veja-se por exemplo a coleção de *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Japão & China aos da mesma Companhia da Índia, & Europa, des do anno de 1549 até o de 1580*. Edição fac-similada da edição de Évora, 1598, apes. José Manuel Garcia. Maia: Castoliva Editora, 1997.

<sup>3</sup> FRÓIS, 2001.

em muitos aspetos se contrapõem. O seu autor, um jesuíta do século XVI, deslocado em missão para terras nipónicas, observou uma série de aspetos civilizacionais que passou a escrito. Essa capacidade de observação e registo são sem dúvida curiosos, tal como o homem que esteve na sua origem. Esboçaremos aqui alguns apontamentos sobre a vida e obra de Luís Fróis, com a finalidade de melhor poder interpretar a fonte estudada.

Luís Fróis nasceu em Lisboa no ano de 1532. A sua breve vida na metrópole desenrolou-se num ambiente palaciano, muito próxima da Corte Real, uma vez que trabalhou na secretaria de D. João III, onde um parente seu exercia o cargo de escrivão da Fazenda<sup>4</sup>.

Em 1548, com somente dezasseis anos, deixou a sua função na secretaria régia e entrou para a Companhia de Jesus, recém-formada em 1540 por Inácio de Loiola, partindo para a Índia poucas semanas depois. O seu noviciado foi feito em terras do Oriente, entre Baçaim, Goa e Malaca, completando nesta última cidade a sua formação clerical, corria o ano de 1561.

Em Goa teve a oportunidade de contactar com o padre Francisco Xavier<sup>5</sup>, que missionava desde 1549 em paragens do Sudeste Asiático, mais propriamente no Japão<sup>6</sup>. Com Francisco Xavier estavam três japoneses, um deles, foragido à justiça local<sup>7</sup>. Estes homens e as suas descrições do Japão fizeram Fróis sonhar com aquela sociedade e cultura misteriosa. Em 1563 aportou em Yokoseura na ilha de Kyoshu, iniciando a aprendizagem da língua japonesa com o irmão João Fernandes<sup>8</sup>. Paralelamente aos estudos do idioma japonês, Luís Fróis interessou-se pelos mais diversos aspetos da cultura nipónica, procurando inteirar-se das práticas sociais, médicas, culturais e religiosas.

Ao longo da sua estada no Japão, o padre Fróis contactou com outros pregadores da Companhia de Jesus como o padre Gaspar Vilela<sup>9</sup> e o padre Gnechi Organtino<sup>10</sup>. Viveu o intenso período de conturbações da política interna do Japão, com a ascensão dos xoguns Oda Nobunaga<sup>11</sup> e posteriormente Toyotomi Hideyoshi<sup>12</sup>. Este último foi o ini-

<sup>4</sup> FRÓIS, 1993: 19.

<sup>5</sup> Trata-se de São Francisco Xavier (1506-1552), presbítero nascido no Reino de Navarra e cofundador da Companhia de Jesus. Foi missionário no padroado português do Oriente em especial na Índia e no Japão.

<sup>6</sup> BOSCHI, 1998: 411.

<sup>7</sup> Trata-se do célebre Paulo de Santa Fé Japão, cujo nome japonês era Anbsei Yajiro ou Anjirô, salvo por mercadores portugueses. Este japonês convertido à fé cristã revelou-se de extrema importância para os propósitos proselitistas dos inicianos, uma vez que partilhou todos os seus conhecimentos acerca dos costumes e quotidiano nipónico, tal como fazia descrições do país, da geografia, do clima, etc. Cf. NORTON, 1952: 17-19 e JANEIRA, 1988: 41.

<sup>8</sup> FRÓIS, 2001: 20.

<sup>9</sup> Gaspar Vilela (c. 1526-1572) foi um dos responsáveis pela primeira fase de expansão das missões jesuítas no Japão e do chamado método de adaptação cultural. Cf. RIBEIRO, 2007: 10.

<sup>10</sup> Gnechi-Soldo Organtino (1532-1609) foi um missionário italiano da Companhia de Jesus, que missionou na Índia, Malaca e Japão. Foi responsável pela construção duma escola religiosa no Japão, bem como da construção de várias igrejas como em Kyoto e Azuchi.

<sup>11</sup> Oda Nobunaga (1534-1582) foi um terra-tenente feudal e xogum japonês. Através de ações políticas e militares pôs fim ao xogunato Ashikaga terminando com um longo período de guerras feudais e unificando o Japão sob a sua liderança. Teve uma ação importante na história da missionação jesuítica no Japão por ter permitido e incentivado a pregação do cristianismo entre os autóctones. Cf. EBISAWA, 2015.

<sup>12</sup> Toyotomi Hideyoshi (c.1536-1598) foi um senhor feudal japonês, conselheiro e ministro-chefe imperial que completou a unificação do Japão no século XVI começada por Oda Nobunaga. Cf. KUWATA, 2015.

ciador das perseguições aos cristãos, forçando-os a deslocarem-se para o sul do País<sup>13</sup>, onde os cristãos ainda eram relativamente bem aceites. Posteriormente viajou até a Macau na companhia do padre Valignano<sup>14</sup>, para quem trabalhou, e regressou ao Japão em 1595, falecendo dois anos depois, em Julho de 1597, pouco tempo depois do primeiro martírio de cristãos em Nagasáqui.

Luís Fróis foi considerado um dos autores europeus que mais escreveu sobre o Japão durante o século XVI. As suas numerosas obras, plenas de rigor descritivo, não têm paralelo no «Século Cristão do Japão», embora pesem vários outros autores como Alessandro Valignano e João Rodrigues Tçuzzo<sup>15</sup>.

A maior produção literária de Luís Fróis é sem dúvida o género epistolar. As cartas dirigidas aos congéneres europeus eram geralmente longas e bem documentadas. Entre 1552 e 1597, data da sua morte, contam-se cerca de 130 cartas, regra geral bastante longas<sup>16</sup>. À parte da epistolografia produziu várias obras de vulto, embora mal conhecidas no seu tempo. A maior é sem dúvida a *História de Japam* escrita ao longo de um decénio (1584-94), havendo contudo mais dois tratados escritos dignos de menção. Um diz respeito à embaixada de jovens samurais japoneses à Europa<sup>17</sup> e o outro é um tratado que compara a civilização japonesa com a europeia. Este tratado constitui a fonte para o presente trabalho.

## 1.1. A FONTE

A chegada dos portugueses ao Japão permitiu aos europeus uma nova visão dos povos e costumes orientais. Os portugueses, por serem pioneiros, conseguiram efetivamente captar numa forma privilegiada os pormenores da fina e complexa cultura japonesa.

Todavia quem teve as melhores condições para captar e registar a realidade e as informações numa forma organizada foram os religiosos jesuítas, que incansavelmente redigiram extensas e pormenorizadas descrições sobre o país do sol nascente.

Entre as condições que permitiram aos jesuítas escrever relatos sobre o Japão destacam-se duas. Em primeiro lugar os membros da Companhia de Jesus tinham uma excelente preparação intelectual, o que fazia deles observadores e inquiridores exímios e, por

---

<sup>13</sup> A 25 de Julho de 1587 o xogum Toyotomi Hideyoshi promulgou um decreto que determinava a expulsão dos jesuítas do Japão.

<sup>14</sup> Alessandro Valignano (1539-1606) foi um jesuíta italiano que ajudou a introduzir o cristianismo no Extremo Oriente, em especial no Japão, embora tenha pregado e supervisionado algumas missões em Goa e Macau. No Japão converteu vários senhores feudais ao cristianismo e garantiu suporte financeiro das missões com uma taxa sobre o comércio da seda entre o Japão e Macau. Os padres orientados por Valignano passaram a trajar como os monges budistas (trajes cor de laranja) como forma de melhorar a adaptação cultural àquela civilização.

<sup>15</sup> João Rodrigues Tçuzzo (c.1558-c.1634) foi um sacerdote e missionário jesuíta português no Japão. Foi linguista e intérprete e tornou-se no autor do primeiro dicionário de japonês-português e da primeira gramática da língua japonesa, a par da obra *História da Igreja no Japão*.

<sup>16</sup> FRÓIS, 2001: 42.

<sup>17</sup> Em 1582 os missionários organizaram uma embaixada composta por jovens samurais, acompanhados inicialmente pelo visitador Valignano, à Europa. Em Agosto de 1584 a embaixada chega a Portugal, visitando Lisboa, Évora e Vila Viçosa, passou depois por Madrid e foi recebida pelo papa Gregório XIII em Roma. Cf. BOSCHI, 1998: 413.

consequência, analistas sociais com elevada capacidade crítica. A segunda condição deve-se ao facto de que «os estatutos jesuítas obrigavam os padres e irmãos em serviço nas missões asiáticas a redigir de forma regular detalhados relatórios de atividades, nos quais deviam ser consignados não só dados relativos ao trabalho catequético, mas também informações pormenorizadas sobre as gentes e terras orientais»<sup>18</sup>. Foram estas as condições de partida que justificam o trabalho do padre Luís Fróis, ou seja, a sua preparação intelectual e uma inegável aculturação sofrida no oriente, visto que só viveu na Europa os primeiros dezasseis anos de vida, que levaram a produzir registos sistemáticos da realidade japonesa, a par de outras missões portuguesas na Ásia.

O sucesso da sua epistolografia granjeou-lhe vários apoiantes, como o historiador jesuíta Pietro Maffei, que sugeriu ao padre geral Everardo Mercuriano que Fróis devia escrever uma história da missão jesuítica no Japão<sup>19</sup>. Vários anos depois surgiria a sua *História de Japam* (concluída em Macau em 1594). Infelizmente o conhecimento expresso na *História de Japam* ficou condicionado devido ao superior da ordem, o padre Valignano, que de espírito menos aberto votou a obra ao esquecimento, embora a tivesse aproveitado para posteriores trabalhos. O *Tratado* que utilizaremos faz descrições e análises dos cenários físicos e humanos, onde eram contemplados os usos e costumes dos povos orientais, os aspetos sociais, religiosos, políticos, fauna, flora, medicina, etc. Sobre as características do *Tratado* faremos aqui menção a alguns factos sumários. Em primeiro lugar sabemos que o único exemplar do *Tratado* permaneceu desconhecido até 1946, quando o jesuíta Josef Franz Schütte o descobriu na *Biblioteca de la Real Academia de la Historia de Madrid*.

Do que há para dizer da sua estrutura externa, sabemos que é um pequeno volume com quarenta folhas de papel japonês, com as dimensões de 16x22 cm, e não menciona a autoria, mas foi imediatamente atribuído a Luís Fróis já que fazia menções explícitas no Apêndice à *História de Japam*<sup>20</sup>, do mesmo autor. Aliás muitos dos capítulos do presente *Tratado* encontram-se na *História de Japam*.

No que diz respeito à sua estrutura interna, o *Tratado* de Luís Fróis encontra-se dividido em catorze capítulos, a saber:

Capítulo I – Do que toca aos homens em suas pessoas e vestidos.

Capítulo II – Do que toca às mulheres e de suas pessoas e costumes.

Capítulo III – Do que toca aos meninos e a seus costumes.

Capítulo IV – No que toca aos bonzos e a seus costumes.

Capítulo V – Dos templos, imagens e cousas que tocam ao culto de sua religião.

Capítulo VI – Do modo de comer e beber dos japões.

Capítulo VII – Das armas ofensivas e defensivas dos Japões – e da guerra.

Capítulo VIII – Do que toca aos cavalos.

Capítulo IX – Das doenças, médicos e mezinhas.

<sup>18</sup> FRÓIS, 2001: 32.

<sup>19</sup> FRÓIS, 1993: 24.

<sup>20</sup> Cf. FRÓIS, 1993: 27 e 43-45.

Capítulo X – Do escrever dos Japões e de seus livros, papel e tinta e cartas.

Capítulo XI – Das casas, fábricas, jardins e frutas.

Capítulo XII – Das embarcações e seus costumes e *dogus*.

Capítulo XIII – Dos autos, farsas, danças, cantar e instrumentos de música de Japão.

Capítulo XIV – De algumas cousas diversas e extraordinárias que não se podem bem reduzir aos capítulos precedentes.

Para a realização deste artigo fizemos uso de três capítulos, sendo eles o capítulo I, II e IX, pois são os que contêm a informação necessária para a concretização dos objetivos propostos. Os dois primeiros capítulos contêm informação relevante ao nível das características físicas e estéticas, dos costumes, hábitos e formas de ver os indivíduos de acordo com o género e papel social, implicando obviamente formas de ver e tratar o corpo saudável. Nestes capítulos são ainda dados alguns apontamentos comparativos sobre as práticas de saúde de europeus e japoneses. O capítulo IX trata em exclusivos de aspetos da medicina e terapêuticas daquele período e aqui é possível perceber as diferentes formas de tratar e curar o corpo doente. Com o estudo destes capítulos poderemos, por conseguinte, perceber como os japoneses e os europeus do século XVI viam e percebiam o corpo são e enfermo de acordo com a cultura, as tradições e a tecnologia médica do seu tempo.

Atendendo às características próprias da fonte, especialmente o desenvolvimento do texto de modo paralelo e comparativo, decidimos sistematizar as oposições encontradas em quadros comparativos que se encontram nos anexos deste trabalho.

## 2. OS HOMENS – SUAS CARACTERÍSTICAS E COSTUMES

O *Tratado* de Luís Fróis desenvolve-se com base numa análise comparativa paralela, isto é, o autor faz uma determinada observação sobre os europeus e seguidamente estabelece o paralelo com os japoneses. Por vezes tenta justificar as diferenças que existem para o leitor perceber melhor o seu ponto de vista.

As primeiras observações e constatações que o padre Fróis fez foram sobre as características físicas e estéticas entre homens europeus e japoneses, até porque as primeiras diferenças que são perceptíveis quando duas etnias se cruzam são as de índole física/morfológica. A primeira observação feita refere-se à estatura alta dos europeus quando comparada com os japoneses, mas também destaca os olhos grandes e brancos, narizes altos e aquilinos, contrastante com a descrição imediata que fez dos japoneses, mais baixos, com olhos mais fechados na zona lacrimal e com narizes baixos, como também a existência ou não de sardas entre os primeiros e os segundos (Quadro 1: 1-5, 8). Naturalmente estas comparações têm fundamentos biológicos ligados aos fenótipos humanos, comparando caucásicos com mongoloides. Fróis era sem dúvida um observador exímio, tal como fazia justificações bem fundamentadas do que dizia, o que contribuiu para dar ao seu trabalho contornos científicos. O padre Fróis era um verdadeiro antropólogo do tempo ao descrever diferenças físicas, intrinsecamente ligadas ao espaço e ao clima próprios da Ásia.

A estética masculina incitou-o também a uma série de comparações. Luís Fróis estava interessado em demonstrar o que os homens de ambas as culturas valorizavam como elementos exteriores da sua masculinidade. Os europeus punham o seu primor na barba, ao realçar uma característica sexual secundária como era a pilosidade facial<sup>21</sup>. Para os japoneses a importância não estava na barba, por motivos culturais, mas sim no touço, ou seja, na zona da nuca, onde ostentavam uma trança de cabelo sinal da maioria. Ligado à zona da cabeça, o jesuíta salienta o facto de os homens japoneses se pelarem com tenazes para não deixarem crescer cabelo, costume contrário ao dos europeus (Quadro 1: 6-7).

Dois outros aspetos ligados à estética são destacados. Diz Fróis que na Europa é má criação e sujo trazer unhas grandes, mas que no Japão quer homens quer mulheres usavam unhas grandes, «como gaviões». De facto podemos intuir que na Europa, onde se comia com as mãos, e Fróis afirma-o no ponto 6 do capítulo III, as unhas grandes poderiam trazer uma série de bactérias e sujidades que teriam sequelas na saúde, mas no Japão, onde comiam com os pauzinhos, as unhas não tinham essa conotação higiénica. Lembremos que é no Renascimento que surge o garfo, pois até aí só a faca e colher eram utilizadas nas refeições. O facto de Fróis não o referir pode querer dizer que ainda não se encontravam suficientemente divulgados. O segundo aspeto que foca é a cutilada no rosto, referindo-se às cicatrizes resultantes de um corte com arma branca. No Velho Continente era visto como uma disformidade, algo ligado provavelmente a meios sociais de baixo nível onde existiria também a criminalidade, embora no Japão o rosto cortado, ou melhor, a cicatriz por ele provocado, era valorizado socialmente por simbolizar muitas vezes o valor do homem no combate ou na guerra (Quadro 1: 10-11).

Os costumes e hábitos passaram igualmente pelo crivo do padre Fróis como um dos capítulos mais marcantes, não só pelo costume visto como o modo normal ou prática habitual de fazer as coisas em determinada cultura, mas sobretudo porque alguns costumes tinham um sentido espiritual ou mesmo terapêutico. É o que acontece por exemplo com a apresentação do rosto. Os europeus rapavam a barba e cabelo por razões que diziam respeito ao alívio de dores (luto) ou por ingressarem nalguma religião. Por outro lado os japoneses rapavam o cabelo em sinal de tristeza ou quando perdiam a graça do seu senhor. Contudo a trança do touço era cortada quando deixavam as coisas mundanas, passando a observar mais o espiritual, o que tem paralelo no desfazer da barba dos europeus (Quadro 1: 14-15).

Fróis observou vários pormenores como o dos japoneses de dobrarem a roupa da esquerda para a direita, e com o avesso para dentro, sendo o contrário na Europa. Por outro lado os europeus vestiam preto pelo luto ou dó e os japoneses o branco<sup>22</sup> (Quadro 1: 16-18, 30).

<sup>21</sup> A barba era valorizada sobretudo no decorrer do século XVI, uma vez que até ao primeiro decénio de quinhentos os homens usavam a cara rapada. Cf. SERRÃO & MARQUES, 1998: 632.

<sup>22</sup> No entanto tenhamos em conta que o branco foi durante a Idade Média a cor de luto (resultante da cor esbranquiçada do burel), que ao longo do século XVI mudou para o preto e para tons de azul-escuro. Cf. SERRÃO & MARQUES, 1998: 632.



Alguns dados sobre etiqueta são apresentados ainda no capítulo I deste *Tratado*. Os modos dos japoneses eram estranhos aos olhos dos europeus do século XVI. Na Europa vivia-se no Antigo Regime, com uma sociedade hierarquizada e estratificada (formada segundo um modelo piramidal) em que a Nobreza tinha privilégios distintos do Terceiro Estado. Tendo vivido na Corte em Portugal durante a sua juventude, Luís Fróis estava mais do que habilitado para registar e comparar os modos de etiqueta. Por motivos de ordem cultural o Japão contrariava as regras de etiqueta da Europa. Assim, para um nobre europeu era um desprestígio que o seu criado estivesse sentado à sua beira. No Japão os criados deviam estar também sentados e não de pé. Um fidalgo na Europa não deveria ir descalço para falar com um príncipe, mas era respeitoso no Japão que assim se procedesse: diz o padre Fróis que é cortesia deixar-se os sapatos à porta, no Japão, o que estava de acordo com a própria configuração da casa japonesa cujo solo era revestido com *tatami* e por isso mais acolhedor e quente (mas também mais deteriorável) do que o chão em pedra, madeira ou terra batida usado na Europa (Quadro 1: 29, 36-37). Outro costume antagónico era o de cuspir. Na Europa era frequente e natural cuspir-se, mas no Japão não, sendo a prática mais comum engolir-se a saliva<sup>23</sup> (Quadro 1: 33).

A forma correta de saudar na Europa era com um joelho no chão, mas no Oriente fazia-se com ambos assim como com as mãos e cabeça no solo. Tirar o barrete como forma de cortesia era também um modo apreciável de demonstrar respeito (Quadro 1: 20, 38).

Ao nível das práticas de higiene, no que toca à lavagem corporal e de roupa é claro que ambas as sociedades tinham em conta as práticas mínimas, mas as diferenças viam-se em pormenores que refletem de alguma forma o cuidado e o pudor na relação com o corpo. Na Europa do século XVI, devido à vivência duma religiosidade cristã que desvalorizava o corporal em função do espiritual, o corpo<sup>24</sup> era visto como fonte de pecado ou origem do mesmo. Deste modo as práticas de higiene e lavagem corporal devia ser uma prática privada e íntima, longe do olhar do público e se possível na penumbra. Bem pelo contrário, os japoneses, alheios à religião cristã e afetos ao xintoísmo (religião autóctone que valoriza os elementos naturais), não mostravam nenhum pudor em banhar-se em banhos públicos (muito semelhantes aos banhos nas termas romanas), nem de o fazer em frente às suas habitações, como fica provado na descrição de Fróis: «Antre nós a gente lava o corpo em suas casas muito escondido», tal como «Nós pera lavar as mãos e o rosto arregaçamos os pulsos somente»<sup>25</sup> (Quadro 1: 38 e 53). Isto prova que existia uma inibição

<sup>23</sup> O cuspir era um comportamento que quase só existia no elemento masculino. A sociedade europeia do Antigo Regime estava de acordo em admiti-la, embora existisse um protocolo de conduta para esta situação. Lembre-se que o cuspir era também o corolário do mascar do tabaco (antes de ser fumado). Cuspir era assim um comportamento tido como natural sempre que respeitasse as conveniências estabelecidas. Não era de bons modos cuspir na roupa, na igreja ou para o lume, por exemplo. Cf. ELIAS, 1990: 158 *et seq.*; POIRIER, 2003b: 298-300.

<sup>24</sup> Aludimos aqui à visão da nudez, porque de facto em nenhuma sociedade a nudez integral foi considerada correta e polida. Mostrar o corpo em sociedade, sem restrições, não era de todo aceitável e mesmo as sociedades tradicionais, como algumas em África, permitem o nu feminino embora com adereços. Cf. POIRIER, 2003b: 293-294 e LE GOFF & TRUONG, 2005: 42-48.

<sup>25</sup> No que toca aos banhos quentes, no Japão têm o nome de *furo*, que é «uma verdadeira instituição nacional, de venerável antiguidade. Na maioria das casas japonesas existia uma sala com o seu *furo* [...] Este banho é tomado em família». Deste modo se prova que o banho não só era importante, como necessário para o convívio social e familiar. Cf. POIRIER, 2003a: 169-170.

clara na exposição do corpo, que deveria ser feita num ambiente privado ou mesmo íntimo. A isto junta-se uma crítica às vestes japonesas que no Verão permitiam ver quase tudo pela sua transparência, o que era mal visto na Europa, como assevera o autor (Quadro 1: 61).

Luís Fróis destacou ainda algumas ideias respeitantes à utilização de determinados objetos, que aqui apontaremos sucintamente. Um exemplo claro de crítica é a referência à utilização de espelhos por nobres japoneses enquanto se vestiam, o que no Velho Continente era visto como efeminado (Quadro 1: 46). Um outro comentário de Fróis era dirigido ao calçado utilizado para o tempo chuvoso, provando que quer em vestes, quer em calçado, os japoneses do século XVI já tinham um reportório amplo de roupa e calçado específico para a época do ano e apropriado às condições climáticas do seu país. Pelo contrário, os Europeus da época (e talvez mais especificamente os portugueses) não mostravam estar tão preparados ou pelo menos tão minuciosamente apetrechados com vestes e calçado específico para determinado acontecimento meteorológico. Um facto relacionado a este e que causa admiração é o facto dos japoneses, e contrariamente aos europeus, usarem somente calçado até metade do pé e deslocarem-se em pontas dos pés (Quadro 1: 47-48, 54, 59-60).

### 3. AS MULHERES – SUAS CARACTERÍSTICAS E COSTUMES

Após uma primeira análise sobre as características físicas, estéticas e costumes dos homens europeus e japoneses, concluímos que as diferenças apontadas revelam um certo antagonismo cultural. Este aspeto não se altera com a análise das mesmas temáticas para o caso feminino.

As mulheres do período do Renascimento não ocultaram a preocupação com a estética e a beleza. As preocupações estéticas centravam-se sobretudo no rosto e nos cabelos. Baltasar Castiglione defendia que a beleza deveria ser comedida<sup>26</sup> pois a graça da mulher estava no equilíbrio que conseguia pela utilização de cosméticos, já que o excesso deturpava a noção de beleza no século XVI.

Do que descreve Fróis podemos ver que nenhuma menção foi feita à estética do corpo em geral, apenas ao rosto e cabelos, se bem que ao nível das artes plásticas o nu ganhava uma posição destacada<sup>27</sup>.

Fróis comparou uma série de diferenças entre o tratamento dos cabelos das mulheres. Na Europa as mulheres gostavam de usar os cabelos de tom louro enquanto as japonesas usavam a sua cor natural, o preto. Também era vulgar que as mulheres europeias ficassem com os cabelos brancos com o envelhecimento, mas o jesuíta diz que as mulheres idosas do Japão tinham os seus cabelos pretos porque os untavam com azeite. Na

<sup>26</sup> «Não vos apercebeis vós de que tem muito mais graça uma mulher que, embora se arranje, o faz tão parcamente e tão pouco, que quem a vê fica em dúvida se ela está ou não maquilhada, do que outra, muito empastada que parece ter posto uma máscara e não ousa rir-se para não a gretar...» Vide Baltasar Castiglione – *O Cortesão*, I, 40 (1513-1518). In ECO, 2005: 217.

<sup>27</sup> ECO, 2005: 193-199.

Europa o cabelo era aromatizado com cheiros enquanto no Japão, devido ao azeite, cheirava a gordura (Quadro 2: 2, 4 e 13).

No Japão as mulheres usavam por vezes cabeleiras vindas da China, ao passo que na Europa era raro usarem cabeleiras, pois na maior parte das vezes os cabelos estavam cobertos. É exatamente isso que verificamos no *Tratado*, quando Fróis relata o uso de toucados pelas europeias, ou de beatilhas e volantes, embora as japonesas andassem com a cabeça descoberta e cabelos soltos ou atados com papel, enquanto no Velho Continente se usava o nastro, isto é uma fita comprida de linho ou algodão. O comprimento dos cabelos variava nos dois lugares: as nobres da Europa usavam o cabelo comprido até ao fundo das costas, e as japonesas, uma vez que usavam várias cabeleiras, andavam com o cabelo a arrastar pelo chão (Quadro 2: 5-8).

Fróis fala também de outras preocupações nomeadamente da beleza do rosto. As europeias davam importância à alvura da testa usando preparados para tal efeito e, pelo contrário, as japonesas pintavam a testa com tinta preta. Mas há uma contradição nítida, se comparado com o que foi dito anteriormente, ao nível da utilização de cosméticos, uma vez que as japonesas usavam em demasia pó de arroz para parecerem brancas e as europeias menos do que estas (Quadro 2: 12 e 66). No que toca aos dentes era precisamente o contrário, já que as europeias se esforçavam por mantê-los o mais branco possível e as japonesas escureciam-nos com um preparado de ferro e vinagre de modo a «fazerem a boca e os dentes pretos como [carvão(?)]» (Quadro 2: 16). Ao nível das sobrancelhas a prática comum na Europa era de arranjá-las, enquanto no Japão as tiravam com uma tenaz de modo a deixar um só pelo. Era hábito as mulheres da Europa furarem as orelhas e usarem arrecadas, mas no Japão não havia o costume de usarem pendente (Quadro 2: 11-14).

Relativamente aos costumes das mulheres, Luís Fróis começa por fazer menção à forma das mulheres se comportarem perante os homens. Fróis dizia que na Europa quase sempre os homens iam à frente das mulheres, mas no Japão a mulher ia frequentemente à frente do homem, fosse marido, pai ou tutor. Refere ainda que as japonesas dispunham de uma maior liberdade em relação às europeias ao ponto de «irem por onde quiserem, sem os maridos o saberem», o que na Europa do tempo era muito mal visto, quer pela sociedade, quer pela igreja que durante a Reforma endureceu a posições em relação às liberdades individuais. A julgar pela veracidade das palavras de Fróis, a mulher japonesa podia ausentar-se de casa por vários dias, sem dar conhecimento à família, o que ia contra os ditames do comportamento tido como íntegro na Europa (Quadro 2: 29 e 34-35). Na Europa quinhentista era comum as cartas endereçadas a mulheres serem assinadas pelo homem que escrevia, embora no Japão não fosse subscrita, nem continha qualquer sinal (Quadro 2: 46).

No que toca a algumas funções domésticas, como era a preparação das refeições, continuava a ser uma função primordialmente feminina (da dona de casa), mas no País do Sol Nascente os homens também tratavam das refeições, e Fróis enfatiza que os fidalgos punham nessa tarefa primor máximo, embora se possa dizer que na Europa, sobretudo em meios cortesãos, existiam também homens chefes de cozinha (Quadro 2: 51).

Se quisermos falar ainda de ofícios, encontramos mais uma contradição, pois no Japão os alfaiates<sup>28</sup> não eram os homens mas as mulheres. De qualquer forma, o vestuário japonês do século XVI era unissexo, por isso a confecção de vestuário independentemente de ser para homem ou mulher, era, como constatamos através da descrição de Fróis, feito por mulheres.

Luis Fróis regista ainda alguns dados pitorescos como por exemplo: os homens na Europa comiam em mesas altas e as mulheres em baixas, mas no Japão era o contrário, embora nós desconhecamos o alcance desta informação (Quadro 2: 52).

Uma série de outras informações não menos espantosas são-nos relatadas, como o facto de as mulheres japonesas saberem escrever, o que não era muito usual na Europa<sup>29</sup>, mas também o facto de as mulheres beberem vinho e ficarem embriagadas, ou o mero destapar da cabeça quando falam com pessoas, mostrando uma maior abertura nas relações sociais do que as europeias.

Fazia parte dos costumes das mulheres a utilização de adornos ou acessórios no seu dia a dia. Sabemos que as mulheres europeias usavam um cingidouro (cinto) apertado, porque permitia em termos estéticos fazer sobressair a silhueta e provavelmente dar uma aparência mais esguia. Pelo contrário, as japonesas usavam a maior parte das vezes cintos largos (Quadro 2: 21). Para cavalgar, as mulheres do Japão usavam um lençol branco em cima do cavalo e as europeias uma almofada e para caminharem sem serem reconhecidas as mulheres da Europa usavam o rebuço (Quadro 2: 49-50), isto é, o carapuço das capas, e as japonesas, toalhas.

No que toca aos cabelos, as mulheres europeias amarravam os seus cabelos com fitas de seda<sup>30</sup> e as japonesas com um lenço. Por seu turno, era frequente as japonesas raparem os cabelos quando se viam na condição de viúvas ou em sinal de tristeza, já as europeias os mantinham até à morte (Quadro 2: 62 e 65).

O código de etiqueta também é afluído pelo padre Fróis dizendo por exemplo que na Europa a mulher recebia os hóspedes levantando-se da mesa, mas no Japão a mulher permanecia sentada. No Japão, para beber, devia-se pegar no copo com a mão esquerda e beber com a direita, coisa que entre as europeias não teria significado algum (Quadro 2: 52). Na Europa cristã o nome das mulheres era inspirado nos nomes das santas e, no Japão, nos objetos vulgares: «Os nomes das Japoas são: tacho, grou, cágado, alparca, chá, cana» (Quadro 2: 47).

<sup>28</sup> Sobre a atividade dos alfaiates portugueses no século XV e XVI veja-se OLIVEIRA, 1993: 14-15.

<sup>29</sup> Devemos dizer que no século XVI foram criadas várias escolas femininas, por exemplo a de Alcála de Henares (a primeira cidade da Europa a ter uma escola feminina), seguida da fundação em Avinhão duma escola semelhante pelas Ursulinas (1574). Apesar de tudo, no século XVI havia mais mulheres cultas do que em qualquer uma das épocas anteriores, segundo nos diz Jean Delumeau. Não obstante, os exemplos de mulheres cultas que Delumeau dá são as mulheres ligadas à nobreza e família real, o que significa que a esmagadora maioria das mulheres do Antigo Regime ficam de fora destes parâmetros de educação. Cf. DELUMEAU, 1994: 88.

<sup>30</sup> A mulher europeia raramente usou o cabelo solto, excetuando as jovens, que tinham tranças de cabelo solto, assim como as infantas e algumas mulheres da Corte, mas o normal era usarem, para cobrir o cabelo, toucas, toucados e coifas. Numa aceção religiosa, note-se que S. Paulo exortava a que as mulheres, especialmente casadas, cobrissem a cabeça porque era uma vergonha para a sua condição andar de cabeça descoberta, tanto mais que elas não eram a glória de Deus, mas do Homem, pois Eva provinha de Adão e este de Deus. Deste modo a mulher só devia descobrir a cabeça perante o marido (I Coríntios, XI, 3-15). Cf. OLIVEIRA, 1993: 20-21 e SERRÃO & MARQUES, 1998: 629.

#### 4. TRATAR E CURAR O CORPO

Os capítulos iniciais do *Tratado* de Fróis, particularmente os que tratam das matérias respeitantes aos homens e mulheres, dão-nos uma visão genérica das principais diferenças de como em ambas as culturas se tratava, embelezava e vestia o corpo (saudável). Para ter uma visão mais completa de como «nós» e os «outros» encarávamos o corpo é necessário observar e analisar também os elementos disponíveis reveladores de como se tratava o corpo doente. Embora os aspetos médicos e terapêuticos não fossem o fulcro da preocupação de Luís Fróis, este dá-nos elementos que permitem comparar as duas realidades – a ocidental e a oriental.

Fróis identificou algumas doenças frequentes na Europa do seu tempo, dizendo que eram raras no Japão: tratava-se da «dor de pedra, podagra e peste» (Quadro 3: 1). A «dor de pedra», podemos conotá-la com os cálculos das vias urinárias, ou seja, massas duras como pedra formadas pelo processo de urolitíase (renal ou vesical), padecendo o doente de sintomas como dor, hemorragia, obstrução do fluxo de urina ou infeção. A sua frequência entre os europeus poderá ter a ver com questões de constituição orgânica, de alimentação/metabolismo, e sem esquecer a questão do baixo consumo de água. A água não era a bebida preferida na Europa, até porque a ela estavam associadas doenças infecciosas como o tifo e a cólera, preferindo-se o consumo de outras bebidas como o vinho, a cerveja, o hidromel, etc.

Fróis fez ainda menção à podagra, mais conhecida por gota. A gota era uma doença comum e antiga nos países europeus e caracterizava-se pela acumulação de cristais de urato monossódico (sal derivado do ácido úrico) sobretudo nas articulações, tecidos moles e rins. Em mais de 50% do casos de gota aguda, a zona do corpo mais afetada era o dedo grande do pé e por isso a designação de podagra estar associada à manifestação da doença sobretudo nos pés. À semelhança dos cálculos renais, a gota estava ligada à produção de ácido úrico, que tinha como causas prováveis o consumo excessivo de carne vermelha e carne de caça, vísceras, marisco e bebidas alcoólicas como vinho e cerveja. No Japão, o tipo de alimentação era bastante diferente da Europa, assente num regime mais vegetariano, onde o arroz tinha destaque, como aliás em toda a Ásia. Como dizia Fernand Braudel<sup>31</sup>, a Ásia era a civilização do vegetal. Além disso, entre as bebidas preferidas estava o chá, com todas as propriedades benéficas que hoje lhe são reconhecidas e que certamente contribuíam para prevenir as doenças acima identificadas.

A outra doença mencionada é a peste, mais especificamente a peste bubónica ou negra. De facto era uma doença recorrente na Europa desde a Alta Idade Média, registando uma vaga de surtos desde o século VI e, ora tendo origem nas cidades norte africanas, ora na Ásia, acabaram por atingir a Europa. Os vários surtos epidémicos duraram quase até ao século VIII, em ciclos de doze anos, sendo que se instalava por dois ou três anos em cada região até migrar para outra<sup>32</sup>. Mas a grande calamidade veio no século XIV quando a peste negra se fez sentir desde meados desse século. Com origem na Ásia

<sup>31</sup> BRAUDEL: 1989.

<sup>32</sup> SOURNIA & RUFFIE, 1985: 79-83.

Central, veio trazida pelas rotas caravaneiras que passavam pelo norte do Mar Cáspio até ao Mar Negro na zona da Crimeia que era então controlada pelos genoveses. Os marinhos genoveses, por sua vez, transportaram a peste até aos portos do Mediterrâneo. Depois de Génova ter negado a sua entrada, aportaram em Marselha e daí espalhou-se por toda a Europa, de Lisboa a Moscovo. A peste negra ou bubónica, provocada pelo bacilo de Yersin, era transportada pela pulga do rato e transmitia-se aos humanos pela picadela da pulga ou pela inalação de gotículas bacilíferas provenientes do espirro ou tosse dum doente infetado. A doença disseminou-se sobretudo nas cidades, onde a densidade populacional era maior e conseqüentemente o contágio se fazia de forma massiva e acelerada.

No entanto a Ásia também conheceu importantes epidemias de peste negra nomeadamente na região dos Himalaias (um dos principais focos) e na Mongólia. Os registos chineses do século XIV mostram que a doença também se expandiu um pouco por toda a China<sup>33</sup>. O Japão terá beneficiado da sua posição geográfica insular bem como da política dos governantes japoneses que votaram o Japão a um isolamento quase completo até ao século XIX, e por isso a doença não teve aí grandes repercussões sanitárias ou sociais.

Luís Fróis fala ainda duma terceira doença, mas para comparar a atitude moral em relação a ela. Diz ele: «Antre nós adoecer um homem de uma mula sempre é cousa suja e vergonhosa/ Os japões homens e mulheres o têm por cousa corrente e nada se pejam disso» (Quadro 3: 19). A expressão «mula» foi aqui empregue como sinónimo de bobão sífilítico. A sífilis é uma doença provocada pela espiroqueta *Treponema pallium*, transmissível sobretudo por contacto sexual, embora também possa ser transmitida congenitamente. A sua origem geográfica continua a ser dúbia uma vez que existem duas teses sobre o assunto<sup>34</sup>. A tese americanista, mais conhecida e aceite, defende que a doença era originária do Novo Mundo e propagou-se dali até à Europa através dos descobridores infetados. A tese europeísta considerava que já existia a sífilis na Europa, sob forma duma trepanomatose endémica pouco ativa, que veio a aumentar a virulência depois do contacto com os germes americanos.

Há que acrescentar ainda que Sournia e Ruffie consideram que esta doença era conhecida tanto na Eurásia como no Extremo Oriente nos séculos anteriores às descobertas europeias. A trepanomatose era conhecida entre o povo mongol e aino, sendo este último um grupo étnico originário das ilhas de Hokkaido no Japão<sup>35</sup>. Não admira que a sífilis ou doenças similares e cuja etiologia se encontra na espiroqueta *treponema pallium endemicum*, como a pinta e a bejel, afetassem os povos asiáticos.

Importa destacar que no Japão a «mula» ou sífilis não tinha uma conotação moral, até porque o corpo e a sexualidade no Japão eram vistos como algo normal, isenta da noção de pecado judaico-cristão, ao contrário do que acontecia na Europa<sup>36</sup>, onde a

<sup>33</sup> SOURNIA & RUFFIE, 1985: 86.

<sup>34</sup> PITA, 1998: 108-109.

<sup>35</sup> SOURNIA & RUFFIE, 1985: 162-163.

<sup>36</sup> Cf. ELIAS, 1990: 169-170.

doença estava visivelmente ligada ao sexo, particularmente ao sexo extraconjugal, e por conseguinte encaixava-se na ideia de que era um castigo de Deus pela depravação moral e dos bons costumes. Mas a visibilidade social e cultural da doença na Europa ficou-se também a dever a outros aspetos: do ponto de vista clínico manifestou-se de forma mais horrenda do que a lepra ou a peste por ser uma doença nova e desconhecida, pela profusão de sintomas, pela contagiosidade elevada e pelo sofrimento e morte que causava<sup>37</sup>. Já no Japão o desconhecimento da sua origem bacteriana e a desvalorização moral da transmissão por via venérea terá contribuído para uma visão descentrada da etiologia moral da doença.

No *Tratado* são feitas duas referências que podemos categorizar como técnicas e métodos de diagnóstico. São elencados dois métodos: a medição da pulsação e a verificação da urina (Quadro 3: 6-7). Acerca do método de verificação da pulsação é-nos dito que na Europa a pulsação era verificada primeiro no braço direito e depois no esquerdo em ambos os sexos, e que no Japão aos homens se verificava o pulso no braço esquerdo e nas mulheres no braço direito. Este método diferenciado no Japão justifica-se pela ligação estrita aos princípios taoistas da medicina tradicional chinesa em uso no Japão. De acordo com a teoria do *yin-yang*, o princípio *yin* era símbolo da mulher, e estava ligado ao lado direito – daí a pulsação ser tomada primeiro no pulso direito – e o princípio *yang* era símbolo do homem e estava ligado ao lado esquerdo – por isso se verificava primeiro a pulsação no lado esquerdo<sup>38</sup>. Mas na medicina tradicional chinesa existia a noção de que a saúde e a doença dependiam do equilíbrio do *yin-yang* e como tal o sopro vital podia ser posto em causa por um desequilíbrio desses elementos. Verificava-se o pulso – existiam catorze tipos de pulso na medicina chinesa<sup>39</sup> – não para conhecer a força e intensidade do coração (a medicina chinesa não se baseava na anatomia) mas sim para verificar se o sopro vital se mantinha de acordo com um ritmo determinado.

O outro método de diagnóstico consistia na verificação da urina como indicador de uma determinada patologia. É certo que estávamos longe dos exames laboratoriais aperfeiçoados no século XIX-XX, mas a partir do século XII na Europa passou-se a praticar a uroscopia<sup>40</sup>, isto é, o exame das urinas como método de diagnosticar uma gravidez ou para saber se o doente era tísico ou sofria de outra patologia identificável pela cor, cheiro ou mesmo pelo sabor! No Japão as secreções corporais como o muco nasal, as urinas, as fezes ou o esperma também eram observadas como indicadores de estados associados a doenças, embora a verificação destas matérias pela medicina oriental fosse posterior ao século XVI e influenciada pelas práticas médicas ocidentais.

O *Tratado* explica ainda alguns aspetos sobre os tratamentos médicos mais empregues, a organização da farmácia e a formação dos médicos.

Quanto à questão terapêutica podemos dividi-la em duas categorias: as terapêuticas cirúrgicas e as terapêuticas pela alimentação. Acerca do tratamento por métodos consi-

---

37 QUÉTEL, 1990: 4.

38 SOURNIA, 1995: 140.

39 TUBIANA, 2000: 45-46.

40 LE GOFF & TRUONG, 2005: 98.



derados cirúrgicos, Fróis identificou desde logo as sangrias e os clisteres como dois tratamentos muito comuns na Europa (Quadro 3: 2-4). Até pelo menos ao século XIX assistimos na Europa ao recurso constante dos clisteres, purgas e sangrias como forma terapêutica para expulsar os maus humores tidos como causa das doenças. A limpeza do organismo por meio anal, oral ou flebotômico estava de acordo com a linha predominante da teoria galénica e pretendia estabelecer o equilíbrio entre os quatro humores. No Japão era tradição usarem-se «botões de fogo», conhecidos como moxibustão, e que consistiam em colocar uma «moxa» – um pequeno cone de artemísia seco – em cima da pele e deixar arder sem chama. A finalidade era provocar uma ferida que servisse de porta de saída para o mal, e desta forma restabelecia-se o equilíbrio interno do organismo.

São-nos descritas ainda outras técnicas cirúrgicas que se mostram igualmente distintas entre as duas culturas (Quadro 3: 9-11 e 15). O tratamento dos apostemas ou abscessos na Europa era feito com a cauterização por meio de ferro em brasa, o que era rejeitado no Japão. Interessante é também o método de intervenção sobre as lacerações, já que na Europa eram suturadas com agulha e linha e que no Japão eram tratadas com papel grudado. Na Europa eram usados panos, provavelmente para a absorção do sangue, e no Japão era usado papel. Por último no campo odontológico a extração de dentes era feita na Europa com recurso a instrumentos cirúrgicos concebidos para o efeito, como o boticão, alçaprema e bicos de papagaio, mas no Japão eram usados instrumentos não específicos como o escopro e macete, o arco e flecha ou os troques do ferreiro, o que mostra algum atraso dos japoneses nesta área.

Atentemos agora à terapêutica alimentar. Falamos de terapêutica alimentar porque os alimentos eram tidos pela medicina da época como uma terapêutica específica, sendo que um determinado alimento de origem animal, vegetal ou mineral era indicado para uma patologia igualmente específica. Fróis diz somente que na Europa utilizava-se mais as galinhas e frangões como mezinha ou remédio popular, o que era considerado venenoso pelos japoneses e por isso estes preferiam uma dieta baseada no peixe e rábano salgado. O padre jesuíta explicou ainda que os japoneses não forçavam os doentes e especialmente os moribundos a comer por respeito à sua condição, mas que os europeus insistiam para que assim fosse tentando mantê-los vivos a todo o custo (Quadro 3: 12 e 14).

No que à farmácia diz respeito as informações são escassas. Pela descrição que o padre Fróis faz ficamos a saber que os japoneses usavam as pérolas para fazer remédios, ao invés de lhe darem uma função ornamental como na Europa. Observou ainda que a preparação dos remédios no Japão se fazia com uma naveta de cobre com uma roda de ferro ao contrário dos europeus que usavam o almofariz ou um gral. Por último ficamos a saber que eram os médicos japoneses que preparavam os remédios em sua casa e vendiam-nos a partir daí, mas que na Europa os remédios eram preparados pelos boticários e os pacientes teriam de aviar as prescrições na botica (Quadro 3: 5 e 16-17).

Uma última informação é-nos revelada acerca da organização do estudo médico. Fróis diz que na Europa para exercer medicina era necessário ser examinado, mas no Japão não existia essa exigência e que quem precisava de ganhar a vida dedicava-se à medicina (Quadro 3: 18). Esta observação é reveladora duma maior organização dos

estudos médicos na Europa, que se organizaram por ciclos de estudo e com respetiva examinação desde o século XIII aquando da criação das Universidades, figurando o curso de Medicina, ao lado do Direito e Teologia, como um curso conducente aos graus de Bacharel, Licenciado e Doutor. Desde a Idade Média a medicina adquiriu um estatuto intelectual, se bem que a Igreja privilegiasse mais a vivência da doença do que o seu tratamento, como forma de redenção dos pecados<sup>41</sup>. Anteriormente ao período das universidades, a medicina era ensinada nalgumas escolas catedrais ou individualmente como se dum ofício mecânico se tratasse<sup>42</sup>. Esta última realidade parecia ser a existente nas ilhas nipónicas no século XVI, onde o ofício de médico deveria ser aprendido individualmente com um médico mais velho. No entanto a falta de mais informações a este nível impede-nos de conhecer melhor a organização do estudo da Medicina e das atividades a ela associadas.

## NOTAS FINAIS

Queremos terminar este artigo com algumas notas que nos parecem relevantes acerca do que aqui foi dito. Observar e falar detalhadamente do «outro» e do seu corpo foi uma tarefa que o padre Luís Fróis fez de forma prolixa e cabal. No século XVI, este jesuíta que missionava nas longínquas paragens do Extremo Oriente escreveu o «Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão [...]», onde comparou com detalhe as características e costumes de dois povos, duas culturas e duas civilizações tão díspares como eram a europeia e a japonesa.

O *Tratado* toca em vários aspetos das duas culturas, mas quisemos centrar as atenções apenas em dois temas centrais, por um lado nas diferenças entre homens e mulheres das diversas civilizações sob o ponto de vista da morfologia étnica, da estética, dos hábitos e costumes e por outro lado nas questões ligadas às práticas médicas.

Como era espectável, as comparações de Fróis revelam em quase todos os domínios profundas contradições entre o «nós» europeus e os «outros» japoneses. A estrutura interna do *Tratado* desenvolve-se sempre por comparação, e quase sempre em oposição. A fisionomia, os narizes e olhos, os cabelos são diferentes, mas também a maquilhagem, os acessórios, as roupas não apresentam semelhanças. Por outro lado temos os costumes, os hábitos e frequentemente a vivência da moral. Os códigos de etiqueta e as condutas sociais de homens e mulheres eram respeitados de maneira contrária: o entrar em casa, o permanecer sentado ou de pé, a confeção das refeições, a feitura dos trajes, a liberdade de homens e mulheres aparecem também de forma diferente.

Tantas diferenças culturais eram premonitórias de diferenças na forma de tratar o corpo doente. Nesta área pudemos verificar que algumas doenças comuns na Europa eram raras no Japão, quer por circunstancialismos geográficos, quer pela alimentação ou ainda por práticas de higiene mais salutaras. O tratamento de feridas fazia-se de maneira

---

<sup>41</sup> LE GOFF & TRUONG, 2005: 101-102.

<sup>42</sup> FERREIRA, 1990: 75-81.

diferenciada, e no caso japonês era revelador dum certo atraso tecnológico em relação à Europa, por exemplo no caso de suturas ou de extrações dentárias onde se empregavam instrumentos do quotidiano para atos cirúrgicos. No campo do ensino médico, os europeus estavam melhor organizados. Na Europa a medicina, que tinha atingido um estatuto intelectual, era ensinada em instituições universitárias onde existia um corpo docente que ensinava e examinava os novos médicos, ao contrário do Japão, onde a aprendizagem e prática da medicina tinha contornos de ofício ou mester.

Estas diferenças socioculturais registadas no século XVI são resultado duma observação atenta dum europeu, que através do seu registo contribuiu para melhor compreender os códigos sociais e culturais dos «outros» na sua alteridade. Todavia a extensão do *Tratado* vai além dos aspetos focados neste artigo. O estudo sistemático de outras matérias nele existente permitirá no futuro uma compreensão mais completa e aprofundada das diferenças entre os europeus e japoneses da época tratada.

## ANEXOS

**Quadro 1:** Homens

N.º	EUROPEUS	JAPONESES
1	Pola maior parte os homens de Europa são altos de corpo e boa estatura;	Os Japões pola maior parte mais baxos de corpo e estatura que nós.
2	Os de Europa têm por fermosura os olhos grandes;	Os Japões os têm por horrendos, e os fermosos são fechados da parte dos lacrimais.
3	Antre nós ter os olhos brancos não se estranha;	Os Japões o têm por monstruoso, e é cousa rara entre eles.
4	Os nossos narizes são altos e alguns aquilinos;	Os seus baxos e as ventas pequenas.
5	Pola maior parte a gente da Europa tem boa cópia de barba;	Os Japões pola maior parte pouca e não bem composta.
6	A honra e primor que a gente de Europa tem posta na barba;	Os Japões a põem no cabelinho que trazem atado detrás do toutiço.
7	Os homens antre nós andam tosquiados e têm por afronta pelarem;	Os Japões se pelam com tenazes para não terem cabelos, e isso com muita dor e lágrimas.
8	Antre nós há muitos homens e mulheres sardas;	Os Japões, com serem alvos, há mui poucos que o sejam.
10	Antre nós trazer as unhas compridas se tem por sujidade e pouca criação;	Os Japões, assi homens como mulheres fidalgas, trazem algumas como de gaviões.
11	Antre nós se tem por disformidade ter uma cutilada no rosto;	Os Japões se prezam delas e como são mal curadas são ainda mais disformes.
14	Antre nós se trosquia ou rapa um homem a cabeça pera se aliviar de dores;	Os Japões a rapam por tristeza ou dó, ou por estarem fora da graça de seus senhores.
15	Antre nós rapa um barba quando se quer meter em alguma religião;	Os Japões cortam o cabelinho do toutiço em sinal que deixam as coisas do mundo.
16	Antre nós se dobram os roupões da mão direita pera a esquerda;	Os Japões dobram os quimões da esquerda pera a direita.
18	Antre nós se dobram os vestidos pera se guardarem com o direito pera dentro e o avesso pera fora;	Os Japões os dobram com o direito pera fora e o avesso pera dentro.
20	Nós fazemos a cortesia com tirar o barrete;	Os Japões a fazem com descalçar os sapatos.

N.º	EUROPEUS	JAPONESES
29	Nós temos por descortesia não estar o servo em pé quando o senhor está assentado;	E eles por mau ensino não se assentar também o criado.
30	Nós usamos o preto por dó;	E os Japões do branco.
33	Nós em todo tempo deitamos o cuspinho fora;	Os Japões comumente engolem pera dentro.
36	Antre nós em Europa seria doudice ir um fidalgo descalço diante de um príncipe;	Os Japões têm por mau ensino ir calçados diante de quaisquer senhores que sejam.
37	Nós entramos nas casas calçados;	Em Japão é descortesia e hão-se de deixar os sapatos à porta.
38	Nós pera lavar as mãos e o rosto arregasamos os pulsos somente;	Os Japões pera o mesmo efeito se despem nus da cinta pera cima.
39	As cortesias que nós fazemos com pôr um jiolho no chão;	Essa fazem os Japões com se porem de bruços com os pés e mãos e a cabeça quasi no chão.
46	Antre nós ver-se um fidalgo a um espelho se tem por obra afeminada;	Os fidalgos japões pera se vestirem têm comumente todos espelhos diante de si.
47	Antre nós vestir-se um de papel seria escárnio ou doudice;	Em Japão bonzos e muitos senhores se vestem de papel com a dianteira e mangas de seda.
48	O que antre nós é trazer roupão por casa;	Disto usam os Japões vestindo sobre as catabiras dobuqus sem mangas.
53	Antre nós a gente lava o corpo em suas casas muito escondido;	Em Japão homens e mulheres e bonzos em banhos públicos ou à noite às suas portas.
54	Antre nós pola chuva se trazem botas ou calçado comum;	Em Japão ou vão descalços ou levam chapins de pau e bordões nas mãos.
59	Em Europa seria cousa ridícula trazer o calçado até meio do pé somente;	Em Japão é primor, e o inteiro é de bonzos, mulheres e velhos.
60	Antre nós se anda com todo o pé assentado no chão;	Em Japão somente com as pontinhas sobre o calçado de meio pé.
61	Antre nós nem por Verão nem por Inverno se usa de vestidos ralos polos quais se veja o corpo.	Em Japão são polo Verão tão ralos que quasi tudo se enxerga.

**Quadro 2:** Mulheres

N.º	EUROPEUS	JAPONESES
2	As d'Europa se prezam e fazem muito por ter os cabelos louros;	As Japoas os aborrecem e trabalham quando podem polos fazerem pretos.
4	As de Europa perfumam os cabelos com cheiros odoríferos;	As Japoas andam sempre fedendo ao azeite com que os untam.
5	As de Europa raramente usam de cabelos estranhos ajuntados aos seus;	As Japoas compram muitas cabeleiras que vêm de veniaga da China.
6	As de Europa usam de muitos toucados pera ornamento da cabeça;	As Japoas andam sempre em cabelo, e as fidalgas com ele solto.
7	As de Europa os atam com nastros até baxo entrançados;	As Japoas os atam com um pequeno de papel em um só lugar detrás, ou os enrolam com um fio de papel no meio da cabeça.
8	As de Europa põem beatilhas ou volantes na cabeça;	As Japoas um vataboxi de borra ou um pedaço de pano branco debaixo do manto.
9	As de Europa lavam em suas casas os cabelos e cabeça;	As Japoas em banhos públicos onde há particulares lavatórios pera o cabelo.

N.º	EUROPEUS	JAPONESES
10	As nobres de Europa trazem grandes rabos nas fraldas;	As Japoas em casa do Qubo trazem quatro ou cinco cabeleiras apegadas umas nas outras, que lhe andam arrojando três côvados por detrás polo chão.
11	As de Europa prezam-se das sobancelhas bem feitas e concertadas;	As Japoas as tiram todas com tenaz sem lhe ficar um só cabelo.
12	As de Europa põem posturas na testa pera a fazer alva;	As Japoas nobres lhe põem per festa umas pinturas de tinta preta.
13	As de Europa, em breves anos, se lhe fazem os cabelos brancos;	As Japoas são de sessenta e não têm cabelo branco polos untarem com azeite.
14	As de Europa furam as orelhas e enchem-nas de arrecadas;	As Japoas nem furam orelhas nem trazem arrecadas.
15	Nas de Europa é defeito parecerem-lhe muito as posturas e afeites do rosto;	As Japoas, quanto mais alvaide põem, tanto o têm por maior gentileza.
16	As de Europa trabalham com artefícios e confeições por fazer os dentes alvos;	As Japoas com ferro e vinagre trabalham por fazerem a boca e os dentes pretos como [carvão(?)].
21	As de Europa trazem seu cingidouro muito apertado;	As Japoas nobres tão largo que lhe anda sempre caindo.
29	Em Europa vão os homens diante e as mulheres detrás;	Em Japão os homens detrás e as mulheres diante.
34	Em Europa, o encerramento das filhas e donzelas é muito grande e rigoroso;	Em Japão as filhas vão sós por onde querem por um dia e muitos, sem ter conta com os pais.
35	As mulheres em Europa não vão fora de casa sem licença de seus maridos;	As Japoas têm liberdade de irem por onde quiserem, sem os maridos o saberem.
45	Antre nós não é muito corrente saberem as mulheres escrever;	Nas honradas de Japão se tem por abatimento as que o não sabem fazer.
46	Nas cartas que se escrevem antre nós a mulheres, se assina o home que a escreve;	Em Japão as que se escrevem a mulheres não hão-de levar sinal, nem elas em suas cartas se assinam, nem põem mês nem era.
47	Antre nós os nomes das mulheres são tomados das Santas;	Os nomes das Japoas são: tacho, grou, cágado, alparca, chá, cana.
49	As de Europa andam em silhões ou andilhas;	As de Japão cavalgam da mesma maneira que os homens.
50	Pera as mulheres se põe em cima de mulas nas andinhas umas almofadas;	Em Japão pera as mulheres honradas se põem em riba da sela do cavalo um lençol branco.
51	Em Europa ordinariamente as mulheres fazem de comer;	Em Japão o fazem os homens, e os fidalgos têm por primor i-lo fazer à cozinha.
52	Em Europa [os] homens são alfaiates;	e em Japão as mulheres.
56	As mulheres de Europa, se estão com manto, cobrem-se ainda mais pera falarem com gente;	As Japoas hão-de tirar o manto da cabeça, porque falar com ele é descortesia.
57	As fidalgas de Europa falam descobertamente com quem querem falar com elas;	As senhoras de Japão, se as pessoas não são conhecidas, falam-lhe por detrás de biobus ou esteiras.
61	As mulheres de Europa, pera caminhar desconhecidas, levam rebuço;	As de Japão quando caminham atam uma toalha na cabeça, que lhe cai ambas as pontas diante do rosto.
62	As mulheres em Europa conservam seus cabelos até à morte;	Em Japão as velhas e as que viuvam em lugar de dó e tristeza se rapam.
64	Antre nós as mulheres tomam o púcaro d'água com a mão direita e com a mesma a bebem;	As Japoas tomam o sacanzuqi do vinho com a mão esquerda e bebem-no com a direita.
65	As mulheres em Europa traçam os cabelos com fitas de seda;	As Japoas os atam por detrás em um só lugar, às vezes com um lenço muito sujo.
66	Em Europa bastará um caxão d'alvaide pera todo um reino.	Em Japão vêm muitas somas de Chinas carregadas dele e ainda não basta.

**Quadro 3:** Doenças

N.º	EUROPEUS	JAPONESES
1	Antre nós, dor de pedra, podagra e peste é cousa frequente;	Todas estas doenças em Japão são raras.
2	Nós usamos de sangrias;	Os Japões de botões de fogo com ervas.
3	Os homens antre nós costumam ordinariamente sangrar nos braços;	Os Japões com sambixugas ou com faca na testa e aos cavalos com lanceta.
4	Nós usamos os critéis ou seringas;	Eles por nenhum caso usam esse remédio.
5	Antre nós receitam os médicos pera as boticas;	Os médicos de Japão mandam as mezinhas de sua casa.
6	Os nossos médicos tomam o pulso a homens e a mulheres primeiro no braço direito, depois no esquerdo;	Os Japões aos homens primeiro no esquerdo e às mulheres primeiro no direito.
7	Os nossos médicos vêm as urinas pera terem mais notícia da infirmitade;	Os Japões por nenhum caso as vêm.
9	Antre nós se cosem as feridas;	Os Japões lhe põem um pouco de papel grudado.
10	Toda a cura que fazemos com panos;	Fazem os Japões com papel.
11	Antre nós queimam-se as postemas com fogo;	Os Japões antes morrerão que usar dos nossos remédios ásperos da sururgia.
12	Aos nossos doentes, se têm fastio, trabalha-se com eles pera que comam por força;	Os Japões o têm por cruzea, e se o doente tem fastio deixam-no assim morrer.
14	Em Europa se têm as galinhas e frangões por mezinha pera os doentes;	Os Japões têm isto por peçonha e, mandam-lhe dar peixe e rábão salgado.
15	Nós tiramos os dentes com boticão, alçaprema, bicos de papagaio, etc.;	Os Japões com escopro e macete ou com arco e frecha atada no dente ou com troques de ferro.
16	As nossas especiarias e mezinhas se pisam em gral ou almofariz;	Em Japão se moem em uma naveta de cobre com uma roda de ferro antre ambas as mãos.
17	Antre nós se usa das pérolas e aljofre pera ornamento das pessoas;	Em Japão não servem mais que de se moer pera fazer mezinhas.
18	Antre nós, se um médico não for examinado, tem pena e não pode curar;	Em Japão, pera ganharem a vida, quem quer usa de ser médico.
19	Antre nós adoecer um homem de uma mula sempre é cousa suja e vergonhosa.	Os japões homens e mulheres o têm por cousa corrente e nada se pejam disso.

**Fonte:** FRÓIS, Luís (1993) – *Europa Japão. Um diálogo Civilizacional no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 56-65, 68-78, 132-134.

**Nota:** na criação dos quadros 1, 2 e 3 manteve-se a numeração de cada ponto conforme a fonte, sendo apenas transcritos os pontos necessários para a elaboração deste trabalho de acordo com os objetivos iniciais.

## BIBLIOGRAFIA

- BARIÉTY, Maurice; COURY, Charles (1971) – *Histoire de la Médecine*. Paris: P.U.F.
- BOSCHI, Caio (1998) – *As Missões na África e no Oriente*. In BETHENCOURT, Francisco; CHADHURI, Kirti, dir. – *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 403-418.
- BRAUDEL, Fernand (1989) – *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema.
- CARTAS que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des do anno de 1549 atè o de 1580 (1997). Maia: Castoliva Editora. Edição fac-similada da edição de Évora de 1598.
- DELUMEAU, Jean (1994) – *A Civilização do Renascimento*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa.
- EBISAWA, Arimichi (2015) – *Oda Nobunaga*. In «Encyclopaedia Britannica». Disponível em <<http://www.britannica.com/biography/Oda-Nobunaga>>. [Consulta realizada em 23/07/2015].
- ECO, Umberto, dir. (2005) – *História da Beleza*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- ELIAS, Norbert (1990) – *O Processo Civilizador. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FERREIRA, Francisco A. Gonçalves (1990) – *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FRÓIS, Luís (1993) – *Europa Japão. Um diálogo Civilizacional no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- (2001) – *Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão*. Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- JANEIRA, Armando Martins (1988) – *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- KENNETH, Henshall (2005) – *História do Japão*. Lisboa: Edições 70.
- KUWATA, Tadachika (2015) – *Toyotomi Hideyoshi*. In «Encyclopaedia Britannica». Disponível em <<http://www.britannica.com/biography/Toyotomi-Hideyoshi>>. [Consulta realizada em 23/07/2015].
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicholas (2005) – *Uma história do corpo na Idade Média*. Lisboa: Teorema.
- NORTON, Luís (1952) – *Os Portugueses no Japão (1543-1640). Notas e Documentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- OLIVEIRA, Fernando (1993) – *O Vestuário Português ao Tempo da Expansão. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimientos Portugueses.
- ORGANTINO, Gnechi-Soldo (2001) – *Dizionario Biografico degli Italiani – Volume 57*. Disponível em <[http://www.treccani.it/enciclopedia/organtino-gnechi-soldo\\_%28Dizionario-Biografico%29/](http://www.treccani.it/enciclopedia/organtino-gnechi-soldo_%28Dizionario-Biografico%29/)>. [Consulta realizada em 23/07/2015].
- PITA, João Rui (1998) – *História da Farmácia*. Coimbra: Ordem dos Farmacêuticos/Minerva.
- POIRIER, Jean, *dir.* (2003a) – *História dos Costumes*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa.
- (2003b) – *História dos Costumes*. Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
- PRAZERES, Raquel Sofia Baptista dos (2012) – *Visões do Oriente: O Budismo no Japão aos olhos de João Rodrigues Tçuzzu*. Lisboa: [s.n.]. Tese de Mestrado.
- QUÉTEL, Claude (1990) – *History of Syphilis*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- RIBEIRO, Madalena (2009) – *Samurais Cristãos: os Jesuítas e a nobreza cristã do sul do Japão no século XVI*. Lisboa: CHAM.
- (2007) – *Gaspar Vilela: Between Kyushu and the Kinai*. «Bulletin of Portuguese-Japanese Studies», vol. 15. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 9-27.
- SCHÜTTE, Hans-Wilm (2013) – *Marco Polo: Viagem ao Império do Meio*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, *dir.* (1998) – *Nova História de Portugal*. Vol. V. Lisboa: Editorial Presença.
- SOURNIA, Jean-Charles (1995) – *História da Medicina*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques (1985) – *As Epidemias na História do Homem*. Lisboa: Edições 70.
- TUBIANA, Maurice (2000) – *História da Medicina e do Pensamento Médico*. Lisboa: Teorema.





# A COMUNIDADE DE ARTISTAS GALEGOS NO ALTO MINHO NOS SÉCULOS XVIII E XIX. LEGADO ARTÍSTICO

PAULA CRISTINA MACHADO CARDONA\*

**Resumo:** *Tendo por base os contratos dos tabeliães públicos, documentos das confrarias, artigos científicos e monografias, propomo-nos analisar a atividade dos artistas e artífices galegos no Minho nos séculos XVIII e XIX, avaliando, no contexto social e cultural dos territórios de acolhimento desta comunidade de imigrantes, os processos de integração no mercado da encomenda artística (arquitetura e artes decorativas), através da forma como se organizam; tipificando as obras que executam; definindo, no quadro da hierarquia oficial, o papel que assumem; caracterizando a clientela e medindo o resultado estético que decorre da intervenção destes artistas. Este estudo permitirá esclarecer a importância do legado artístico galego na arte minhota na época moderna.*

**Palavras-chave:** *Galegos; Encomenda; Arte; Minho.*

**Abstract:** *Based on the contracts by public notaries, brotherhoods' documents, scientific articles and monographs, we propose to analyze the activity of Galician artists and journeymen in the Minho region in the 18th and 19th centuries, assessing the social and cultural context of the host territories of this community of immigrants, the integration processes in the artistic market (architecture and decorative arts), through the way they were organized; typifying the works they carry out; defining their hierarchical position, the role they assume; characterizing their clients and measuring the aesthetic result arising from the intervention of these artists. This study will make it possible to clarify the importance of artistic Galician legacy in Minho art in the modern era.*

**Keywords:** *Galicians; Commission; Art; Minho.*

O fenómeno das migrações sociais no passado, tal como nos nossos dias, está invariavelmente ligado a conjunturas de crise nos países de origem das comunidades emigrantes. São variáveis imutáveis associadas ao agravamento das condições económicas de um país ou território, decorrentes de longos períodos de carestia que provocam um decréscimo acentuado dos meios de obtenção de rendimento, pondo em causa os níveis mínimos de sobrevivência do indivíduo. Por norma este quadro é agravado por instabilidade de ordem política e social.

Quem emigra transitória ou definitivamente para outro país fá-lo motivado pela perspetiva de melhoria das suas condições de vida, buscando oportunidades no mercado de trabalho. Aos olhos das comunidades territoriais de acolhimento, estas comunidades migrantes são *os outros*, diferentes na cultura, diferentes na língua, diferentes nas formas de sociabilização, identificados muitas vezes pelos seus locais de origem. No caso em apreço a documentação regista-os como «os galegos», «os castelhanos», «os biscainhos»,

---

\* CITCEM | Câmara Municipal do Porto – paula.cardona.pt@gmail.com.

«os espanhóis», etc. Estas designações reportam, igualmente, a forma como os autóctones, por vezes, pejorativamente, olham para essas comunidades de estrangeiros.

Do ponto de vista social e cultural, é notório que as migrações terão uma influência dupla, isto é, deixam marcas nos locais de origem e de destino<sup>1</sup>. Dentro de um contexto social e geográfico, o fenómeno da emigração, dos *outros*, pode ser entendido considerando os movimentos de curta distância e duração e, por oposição, de longa distância e permanência. A proximidade da região da Galiza e a presença de artistas e artífices desta comunidade no território minhoto são os pontos de partida para a análise da importância da atividade artística destes núcleos oficiais ativos no contexto das dinâmicas artísticas do território minhoto nos séculos XVIII e XIX.

## FRONTEIRA E VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS. CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL

Ao longo da fronteira do Minho com a Galiza, o rio Minho impõe-se como barreira física natural entre os dois territórios e é simultaneamente um elemento privilegiado através do qual se facilitava o contacto com as povoações de ambas as margens ligadas entre si por dinâmicas de intercâmbio cultural, comercial, jurídico e administrativo, eclesiástico, político e militar<sup>2</sup>. Estas diversas motivações que concorrem para o estreitamento de contactos e ligações entre dois povos estrangeiros estão bem patentes no território do Minho/Lima desde os alvares da nacionalidade, como de resto em todo o território fronteiriço luso-castelhano.

Como fronteira, o rio estabelece e define os limites de duas nações, apresentando-se como a materialização das soberanias territoriais que se acentua nos momentos de crise político-militar, como aliás sucederá com frequência em todo o antigo regime e em particular no período pré e pós-restauração da independência do reino português (1640), em que as linhas de fronteira se impõem como barreira com a construção e reforço de infraestruturas e equipamentos militares destinados a defender o território das investidas militares castelhanas. A fronteira torna-se na montra das capacidades beligerantes instaladas, impondo-se de forma efetiva e simbólica e nesses momentos de ameaça de soberania diluem-se os intercâmbios entre as comunidades raianas, os fluxos transfronteiriços tornam-se menos regulares e mais difusos. Os momentos de ameaça de soberania motivam sentimentos de xenofobia e insegurança com impacto nas vivências e nas interações destas comunidades raianas; vivências medidas pelos contactos regulares de base comercial, por laços familiares de consanguinidade e parentesco, de boa vizinhança, de solidariedade e de amizade, mas também medidas por intercâmbios culturais e artísticos.

Se o rio Minho é crucial como elemento de fronteira e simultaneamente de ligação, as vias de comunicação terrestres foram basilares para a circulação de pessoas e bens,

---

<sup>1</sup> GONÇALVES, 2009: 24.

<sup>2</sup> MARQUES, 2009: 94.

como de resto se comprova com os caminhos que sulcavam o noroeste de Portugal em direção ao túmulo do apóstolo Santiago. Estas vias de comunicação, especialmente os dois itinerários principais que ligavam esta zona do reino de Portugal à Galiza, estimulavam os movimentos pendulares de pessoas e mercadorias, fomentando igualmente a difusão e o cruzamento de ideias e de práticas culturais. Estas vias de comunicação transfronteiriças são utilizadas pelos emigrantes provenientes da Galiza, que chegam ao território nacional em duas vagas sucessivas, a primeira em finais do século XVI e início do século XVII e a segunda no primeiro quartel do século XVIII.

As razões subjacentes à deslocação da população galega resultam de uma combinação de fatores: a especial conjuntura demográfica – a população duplica entre os séculos XVI e primeira metade do século XVIII, chegando a 1 300 000 indivíduos – e a deficiência do sistema produtivo, motivada, sobretudo, pela deficitária economia agrícola, sobrecarregada de rendas e impostos, uma sucessão de maus anos agrícolas e a procura de mão de obra dos centros urbanos peninsulares (Porto, Lisboa, Madrid), que se animam com sinais de prosperidade<sup>3</sup>. O êxodo galego para o território português em geral e para o Minho em particular, que se faz sentir de forma mais intensa no primeiro quartel do século XVIII, assenta no facto de Portugal se apresentar como um polo de atração devido ao comércio aurífero com o Brasil e ao *deficit* demográfico causado pela emigração portuguesa para o referido espaço ultramarino.

Importa ainda salientar que o padrão migratório galego é marcado pelas características socioeconómicas das diferentes áreas geográficas da Galiza. Para Portugal em geral, integrados em ciclos de longa duração, vinham os galegos da Galiza Atlântica, sobretudo agricultores e oficiais mecânicos (canteiros, pedreiros, alveneiros, tendeiros, etc.), maioritariamente homens solteiros, mas também alguns viúvos, com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos. Nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, a comunidade galega concentrava-se, sobretudo, nos serviços: transportes, serviços domésticos e distribuição de água (o número de aguadeiros no Porto, tal como em Lisboa, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, era bastante expressivo)<sup>4</sup>. Nas cidades e vilas da periferia acumulavam o amanho da terra com outras atividades ligadas à construção de equipamentos de diversa tipologia: pontes, muros, lagares, adegas e intervenções em edifícios civis e religiosos. Estas ocupações retratam o estatuto social destes emigrantes que, devido ao carácter transitório da sua permanência, não se integravam totalmente na sociedade dos territórios de acolhimento e ocupavam os estratos mais modestos dessa mesma sociedade. Existirão exceções, sobretudo nas comunidades de oficiais mecânicos, minimamente organizadas e plenamente integradas no mercado de trabalho, como de resto se demonstra no desenvolvimento desta análise.

O recenseamento da comunidade galega no século XVIII e inícios do século XIX no território do Minho/Lima é complexo devido à falta de indicadores sólidos. Os estudos dos

---

<sup>3</sup> VILLARES, 1991: 85-86.

<sup>4</sup> LOPO, 2003: 172-179.

movimentos migratórios de Galiza para Portugal e vice-versa, anteriores à segunda metade do século XIX (período em que começam a ser publicados os primeiros dados estatísticos), debatem-se com o problema de falta de fontes primárias sequenciais e consistentes.

Esta análise foi exclusivamente baseada na documentação notarial e em documentos das confrarias, Ordem Terceiras, Misericórdias e unidades conventuais, fontes que dão uma visão aproximada mas pouco exata do fenómeno em apreço, não sendo suficientes para uma leitura real da dimensão da comunidade galega, em número de pessoas, e do seu papel no contexto social, cultural e artístico dos territórios de acolhimento. Todavia é possível perceber a forma e os meios de integração social da comunidade galega através da participação em manifestações de carácter religioso e/ou profano, dos alistamentos em confrarias e/ou comunidades de mestres, dos locais de residência e, uma vez instalados, provisoriamente ou definitivamente, do tipo de atividade desenvolvida.

As festas e romarias religiosas eram espaços privilegiados de contacto social nos quais participavam as comunidades raianas. A presença de galegos nas manifestações festivas no Alto Minho estão documentadas um pouco por todos os concelhos sobretudo nas festas e romarias de santuários, igrejas e ermidas, como revelam os relatos das Memórias Paroquiais relativas a Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, com o Santuário da Senhora da Peneda, na freguesia da Gaviéria, a ser palco de «grande romagem que se prolonga por todo o Verão e Estio, concorre muito povo, assim de Portugal como da Galiza»<sup>5</sup>.

As confrarias com uma base de recrutamento ampla aglutinavam as comunidades paroquiais desempenhando um papel crucial, não apenas na sua vertente assistencial mas também como estruturas facilitadoras da integração social dos seus membros. Assim parece ter acontecido no caso particular do mestre pedreiro Paulo Vidal, operoso artista galego ativo em Braga, Viana do Castelo e Amarante entre 1759 e 1789 que se alista em 1759, juntamente com sua mulher, como irmão da confraria de N.ª Sr.ª de Monserrate de Viana do Castelo<sup>6</sup>. Era igualmente irmão da confraria do Santíssimo Rosário da igreja do convento de São Domingos na mesma cidade, como é mencionado no registo de entrada datado de 1761<sup>7</sup>, sabendo-se que o mestre galego se encontrava nesse preciso momento em Viana do Castelo a intervir no retábulo da confraria do Rosário (1761) – o que fez gratuitamente, razão pela qual ele e sua mulher ficaram isentos de pagamento do valor habitualmente cobrado para entrar na confraria.

<sup>5</sup> CAPELA, 2009: 248, 249, 433, 434, 437, 241. Em Melgaço, os festejos do orago da capela de Santa Ana atraíam «muito povo, assim deste Reino como de Galiza»; em Monção, na festa de N.ª Sr.ª dos Milagres em Cambeses «concorre romagem com curso de muita gente de diversas partes, não só do Reino como de Galiza». Na freguesia de Ceviães, a capela de N.ª Sr.ª da Peneda era concorrida por muita «gente de Portugal e Galiza, assim de romaria como de novenas pelos muitos milagres que faz». Em Valença, nas festividades de S. Teotónio (Ganfei) e no dia de S. Félix (Sanfins), participava muita gente «assim como de vizinhos e da Galiza». Em Vila Nova de Cerveira, o dia de N.ª Sr.ª Encarnação de Monte do Crasto, a festa de S. Cipriano da igreja Matriz, o Ecce Homo e a Véspera de Corpus Christi da igreja da Misericórdia, tinham grande afluência de «gente deste Reino mas também do Reino da Galiza». Em Viana do Castelo, à romaria em honra de N.ª Sr.ª da Cabeça de Freixiero de Soutelo acudia «muita gente, não só desta Província e Reino, se vem também do Reino de Galiza».

<sup>6</sup> APSD – *Confraria de N.ª S.ª de Monserrate Viana do Castelo. Livro de entrada de irmãos*, s. n.: s. fls.

<sup>7</sup> APSD – *Livro para os termos da recepção das irmãs que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana*, 1753: fl. 22v.

A comunidade de artistas e artífices galegos fixa-se nos centros urbanos mais populosos com dinâmicas relevantes direta e indiretamente relacionadas com a construção e reconstrução de edifícios e de infraestruturas, isto é, em locais onde era requerida mão de obra especializada, garantido possibilidades de trabalho contínuas e regulares. A documentação fornece em regra informações com indicação dos locais de morada dos oficiais, normalmente nas principais ruas das cidades e vilas, nas artérias onde se situavam as oficinas de mestres do mesmo ofício. Ter morada fixa não constituía condição impeditiva da mobilidade destes oficiais estrangeiros. Em rigor, tal como os mestres e oficiais nacionais, concorriam com os seus lances para obras publicitadas em núcleos urbanos fora dos seus locais oficiais de residência. A expressão «assistente», que indicam alguns documentos, dá-nos conta dessa realidade, sendo utilizada com o propósito de designar uma ocupação temporária do oficial num local de obra, como se ilustra no caso dos mestres pedreiros galegos Eugénio da Torre e Inácio Baceiro, naturais de Pontevedra e assistentes na freguesia de Paçô em Arcos de Valdevez onde se encontram a executar a obra do pátio da igreja de Nossa Senhora do Vale<sup>8</sup>.

Todos estes relatos testemunham formas de integração na sociedade e no mundo laboral desta comunidade de emigrantes que, fixando-se nos polos urbanos mais dinâmicos, se tornaram forças centrípetas capazes de atrair outros profissionais seus conterrâneos, conduzindo paulatinamente, sem que o fenómeno isolado e espontâneo da vinda destes oficiais desapareça, à constituição de pequenas corporações, organizados em oficinas, cuja expressão se assumiria mais consistente em cidades como Braga, onde o contingente de mestres e oficiais pedreiros oriundos da Galiza, atraídos claramente pela dinâmica artística desta cidade, era, por volta de 1750, de 52 indivíduos<sup>9</sup>. Os concelhos em torno deste distrito também acusam a presença de artistas galegos, como Barcelos, aqui com 11 oficiais e mestres de pedraria que contratam obras entre 1740 e 1794; Vila Verde, com igual número de artistas galegos a laborar entre 1749-1801; em Guimarães, a documentação noticia 10 oficiais e mestres galegos que surgem associados a obras entre 1749 e 1791. Neste período estão também ativos em Cabeceiras de Basto, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Terras de Bouro, Celorico de Basto, Fafe e Vizela<sup>10</sup>. Nos concelhos do vale do Minho/Lima escrutinaram-se, entre 1702-1832, 36 mestres pedreiros originários da Galiza.

## ARTISTAS E ARTÍFICES GALEGOS – PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DA ENCOMENDA ARTÍSTICA

A esmagadora maioria dos artífices galegos que emigram para o Minho/Lima são provenientes da província galega de Pontevedra, de localidades cuja distância não ultrapassava, em média, os 150 km, e eram na sua maioria mestres pedreiros.

<sup>8</sup> CARDONA, 2012a: 178, 194, 204.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, 2011, vol. I: 62.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, 2011, vol. III: 20-455.

O peso de mestres e oficiais de pedraria galegos é considerável por oposição a outros ofícios onde a presença desta comunidade é pouco relevante ou quase inexistente, como são ofícios ligados à arte da madeira – carpinteiro, entalhador, escultor ou imaginário –, revelando que sobre este aspeto, em particular, as oficinas locais e os centros de proximidade dominavam o mercado da encomenda artística. Associados às artes decorativas estarão ativos, sobretudo no Vale do Minho: Bernardo del Pino, mestre arquiteto natural de Pontevedra, que executa, em 1739, a obra da tribuna da igreja paroquial de Venade em Caminha<sup>11</sup>; Paulo Vidal, que contrata em 1761 os degraus e o arco do altar do camarim do retábulo de N.ª S.ª do Rosário, da igreja do Convento de S. Domingos de Viana do Castelo, e que dois anos depois, também em Viana do Castelo, estará a preparar o retábulo da capela de N.ª Sr.ª da Agonia (1763-1764)<sup>12</sup>; e Francisco Gonçalves, designado no contrato notarial, assinado em 1766, como espanhol, autor da obra do coro e arcaz da sacristia da igreja Matriz de Monção<sup>13</sup>. Deste restrito grupo fazem ainda parte os organeiros, como será o caso de José Benito de Barros, natural de Vigo, sendo a sua presença notada na Igreja Matriz de Arcos de Valdevez (1814-1823) e na Igreja da Misericórdia em Viana do Castelo (1825-1826). Outro nome incontornável da arte da organaria é o de Francisco António Solha, com atividade documentada em Braga, na catedral daquela cidade (1737), na igreja de Santa Cruz (1760)<sup>14</sup> e no mosteiro de Tibães (1785); na catedral de Lamego (1755-1757); na igreja de S. Domingos (1758); no mosteiro de Sta. Mariinha da Costa (1778) e na Igreja da Misericórdia (1780) de Guimarães; na igreja do Convento de S. João de Tarouca (1767); na Capela de N.ª S.ª da Esperança do Ladário, Sátão (1768); na igreja do Convento de Sta. Clara em Vila do Conde (1775)<sup>15</sup>; em Amarante, onde lhe está atribuída a obra do órgão da igreja de São Gonçalo (1762)<sup>16</sup> e em Arcos de Valdevez, contratado pela Misericórdia para a reforma do órgão da igreja (1765)<sup>17</sup>.

A presença significativa de oficiais e mestres pedreiros galegos, sobretudo a partir da década de 40 do século XVIII, encontra justificação na falta de mão de obra local para suprir o volume de obras que se acentuam neste período no território do Minho. A presença desta comunidade imigrante sentir-se-á até finais da centúria, tendo seguimento no século XIX. Maioritariamente, as obras arrematadas por oficiais galegos são as de arquitetura e, dentro desta categoria, sobressaem as intervenções destes nas de caráter religioso – capelas-mor, sacristias e campanários. É também frequente adjudicarem obras públicas e privadas, tais como pontes, fontanários, edifícios civis e casas particulares. Raros são os que executam o risco da obra, assumindo genericamente o papel de executantes, ficando o risco da obra a cargo de artistas locais<sup>18</sup>.

11 ADVC – *Fundo Notarial de Caminha, Tabelaio, CRASTO, Lourenço Mendes de*, fls. 54v.-56v.

12 SMITH, 1967: 22; OLIVEIRA, 2011, vol. III: 412-413; CARDONA, 2012b: 335.

13 ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelaio, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 104v.-105.

14 ADB – *Tabelaio Público Braga 1.ª Série*, vol. 131, fls. 131v.-132v. *Irmandade de Santa Cruz*. Livro 25, fls. 155v.-156v.

15 JORDAN, 1984: 4.

16 SARDOEIRA, 1957: 56.

17 ASCMAVV – *Termos da Mesa, 1742-1769*, fls. 116v.-117.

18 ROCHA, 1993: 144.



O quadro que se apresenta tipifica cronologicamente as obras executadas no Alto Minho e as respetivas autorias.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
<b>1702, 29 de Julho<sup>19</sup></b>	Obra da fonte da vila de Monção	Alberto Velasco Castro	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1726, 22 de Dezembro<sup>20</sup></b>	Obra da igreja paroquial de Britelo que incluía o campanário, coro e nichos, púlpito e pias de água benta. P. da Barca	Francisco Gonçalves Pedro Gonçalves	Mestres pedreiros	Pontevedra
<b>1729, 21 de Novembro<sup>21</sup></b>	Obra do pátio da igreja paroquial de Nossa Senhora do Vale. A. de Valdevez	Eugénio da Torre Inácio Baceiro	Mestres pedreiros	Pontevedra
<b>1730, 21 de Março<sup>22</sup></b>	Obra de pedraria da capela-mor e sacristia da Igreja Matriz de Britelo. P. da Barca	João Rodrigues Bento Rodrigues	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1736, c. Julho<sup>23</sup></b>	Obra do tanque do Convento de São Romão do Neiva, Viana do Castelo	Domingos de Castro Bento de Cabanelas Amaro Garrido	Pedreiros	Galiza
<b>1736, Junho<sup>24</sup></b>	Obra do tanque e do cano desde o chafariz até ao tanque do Convento de São Romão do Neiva, Viana do Castelo	Bernardo Galego	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1739, 9 de Março<sup>25</sup></b>	Obra da tribuna da igreja paroquial de Venade, Caminha	Bernardo del Pino	Mestre arquiteto	Pontevedra
<b>1740, Abril<sup>26</sup></b>	Conserto do cano de água e tanque do claustro e horta do Convento de São Romão do Neiva	Inácio Galego	Pedreiro	Galiza
<b>1744 – 1745<sup>27</sup></b>	Obra de pedraria para colocação das grades da capela de Sto. António da Matriz de A. de Valdevez	Alberto de Villaverde	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1744, 13 de Outubro<sup>28</sup></b>	Obra do acréscimo da sacristia da confraria do Espírito Santo da igreja Matriz de Monção	Paulo Solha	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1746, 15 de Dezembro<sup>29</sup></b>	Lances da obra de pedraria da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Dionísio Salgado	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1746, 15 de Dezembro<sup>30</sup></b>	Lances da obra de pedraria da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	José Pires	Mestre pedreiro	Galiza

<sup>19</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Monção*, fls. 148v.-150.

<sup>20</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelaio, MUHIA, Francisco Cerqueira*, 3.º Ofício, fls. 200v.-202.

<sup>21</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelaio, CUNHA, João Alves da*, 2.º Ofício, fls. 353v.-355v.

<sup>22</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelaio, LEMOS, João de*, 1.º Ofício, fls. 91-92v.

<sup>23</sup> ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fl. 59.

<sup>24</sup> ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fls. 57-59.

<sup>25</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Caminha Tabelaio, CRASTO, Lourenço Mendes de*, fls. 54v.-56v.

<sup>26</sup> ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fl. 85.

<sup>27</sup> AMAVV – *Livro da Receita e Despesa, 1682-1747, Confraria de Santo António*, fls. 132v.-134v.

<sup>28</sup> MOREIRA, 2006: 443-444.

<sup>29</sup> AMAVV – *Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo*, s. fls.

<sup>30</sup> AMAVV – *Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo*, s. fls.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
<b>1747, 10 de Junho<sup>31</sup></b>	Obra do muro e das paredes da quinta de Valverde, freguesia de S. Paio, A. de Valdevez	José	Pedreiro	Galiza
<b>1747, 17 de Fevereiro<sup>32</sup></b>	Obra de alvenaria da igreja paroquial de Couto, A. de Valdevez	Dionísio Salgado Joseph Hereres	Mestres pedreiros	Galiza
<b>1748-1749<sup>33</sup></b>	Obra do paredão de sustentação do adro da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Dionísio Salgado	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1751, 11 de Julho<sup>34</sup></b>	Obra de uma fresta na parede nascente da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ponte de Lima	Pedro Amaro Garrido	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1751, 11 de Julho<sup>35</sup></b>	Obra do pátio e adro da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ponte de Lima	Pedro Amaro Garrido	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1751, 30 de Setembro<sup>36</sup></b>	Obra da capela-mor da igreja paroquial de Padreiro, A. de Valdevez	Alberto de Villaverde Valadares Miguel de Marcan	Mestres pedreiros	Galiza
<b>1754-1755<sup>37</sup></b>	Reparação do presbitério e conserto dos degraus da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Domingos Solla	Mestre pedreiro	Galiza (aparece como sendo de A. de Valdevez)
<b>1755, 15 de Agosto<sup>38</sup></b>	Conserto do quebra-mar da ponte de P. da Barca	André do Souto Villaverde	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1760 c.<sup>39</sup></b>	Apontamentos da obra de pedraria para colocação do retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário da igreja do convento de S. Domingos, Viana do Castelo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1760, 20 de Maio<sup>40</sup></b>	Obra da capela-mor da capela de N.ª Sr.ª do Outeiro, Monção	Alberto da Fonte	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1761, 3 de Outubro<sup>41</sup></b>	Obra da casa da quinta de Fundevila, freguesia de Rio Cabrão. A. de Valdevez	Ângelo Guitreiro Francisco Bento Loureiro	Mestres pedreiros	Galiza
<b>1763-1764<sup>42</sup></b>	Intervenção na capela-mor da igreja de N.ª Sr.ª da Agonia (Viana do Castelo) para colocação do retábulo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza

31 SILVA, *et al.*, 1996: 40.

32 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, PEREIRA, Jerónimo Barbosa, 5.º Ofício*, fls. 134-135v.

33 AMAV – *Igreja do Espírito Santo, Livro da Despesa, 1738-1771, Confraria do Espírito Santo*, fls. 48v.-50v.

34 MORAIS, 1981: 174.

35 MORAIS, 1981: 174.

36 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BRITO, Nuno dos Guimarães e; PEREIRA, Estêvão José da Silva, 6.º Ofício*, fls. 182-183v.

37 AMAV – *Igreja do Espírito Santo, Livro da Despesa, 1738-1771, confraria do Espírito Santo*, fl. 101.

38 ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício*, fls. 81v.-85v.

39 APSD – *Livro para os termos da recepção dos irmãos que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana. Feito em o ano de 1753*, fl. 16.

40 ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelião, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 95-96v.

41 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, FARIA, João Durães e COELHO, Joaquim Inácio, 2.º Ofício*, fls. 81-82v.

42 ACSA – *Conta da Receita e Despesa da confraria de N.ª Sr.ª da Agonia de Viana do Castelo, 1758-1795*, fl. 6.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
<b>1765-1766</b> <sup>43</sup>	Obra da casa do despacho e do encanamento da água para a sacristia da Ordem Terceira Franciscana de Viana do Castelo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1766, 24 de Agosto</b> <sup>44</sup>	Obra do coro da Igreja Matriz de Monção e arcaz da sacristia	Francisco Gonçalves	Mestre carpinteiro/ entalhador?	Galiza (aparece como sendo espanhol)
<b>1769, 5 de Agosto</b> <sup>45</sup>	Avaliação das obras do Hospital da Misericórdia de A. de Valdevez	Paulo Solha	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1772, 9 de Novembro</b> <sup>46</sup>	Obra da residência paroquial de Sto. Estêvão da Boalhosa, P. de Lima	José Castro	Pedreiro	Galiza
<b>1775, 26 de Junho</b> <sup>47</sup>	Acompanhamento da execução da carpintaria da casa de residência da abadia de S. Tomé de Vade. P. da Barca	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1775, 3 de Abril</b> <sup>48</sup>	Risco e apontamentos da obra da casa da residência da abadia de S. Tomé de Vade. P. da Barca	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1777, 6 de Novembro</b> <sup>49</sup>	Obra da torre da igreja paroquial de São Cosme de A. de Valdevez	Bento Fontam	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1798, 29 de Março</b> <sup>50</sup>	Obra da Residência Paroquial de St.ª Maria de Anais, P. de Lima	João Pinheiro	Pedreiro	Galiza
<b>1810, 3 de Agosto</b> <sup>51</sup>	Obra do escadório da igreja paroquial de S. Paio. A. de Valdevez	Carlos António de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1810, 7 de Março</b> <sup>52</sup>	Obra da reforma da igreja de paroquial de Távora (Sta. Maria). A. de Valdevez	Ignácio Iglezias	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1810-1825 c.</b> <sup>53</sup>	Obra de um tanque de água, freguesia de S. Salvador. A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1812, 16 de Março</b> <sup>54</sup>	Obra do pontilhão do Batelão da Balela, freguesia de Sabadim. A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1812, 8 de Outubro</b> <sup>55</sup>	Obra de pedraria da igreja paroquial de Vila Chã. P. da Barca	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1814, 20 de Julho</b> <sup>56</sup>	Obra da «casa» e varanda do coro para assentar o órgão da igreja Matriz de A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra

<sup>43</sup> AOTVC – *Livro de Despesa das obras, 1720-1771*, fl. 33.

<sup>44</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelião, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 104v.-105.

<sup>45</sup> ASCMAVV – *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 3v.-4.

<sup>46</sup> ROCHA, 1993: 145.

<sup>47</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício*, fls. 81v.-85v.

<sup>48</sup> MOREIRA, 2006: 368.

<sup>49</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

<sup>50</sup> ADB – *Nota Vila Verde*, vol. 1185, fl. 70v-73.

<sup>51</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 55-56.

<sup>52</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 11v.-13.

<sup>53</sup> MOREIRA, 2006: 24.

<sup>54</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, LIMA, Caetano José da Silva, 6.º Ofício*, fls. 104v.-106.

<sup>55</sup> ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, PALHÃO, João António Dias; SOUSA, Francisco d' Ascensão e, 4.º Ofício*, fls. 70-72v.

<sup>56</sup> AMAVV – *Livro das Contas, 1792-1823, Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, fl. 94.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
<b>1814-1823</b> <sup>57</sup>	Execução do mecanismo do órgão da igreja Matriz de A. de Valdevez	José Benito de Barros	Mestre organeiro	Vigo
<b>1816, 6 de Novembro</b> <sup>58</sup>	Decisão das confrarias da igreja Matriz de A. de Valdevez para provimento do partido de organista	João Bento Martins	Mestre organista	Galiza
<b>1817, 16 de Maio</b> <sup>59</sup>	Obra do muro em volta do adro da Igreja Paroquial de São Paio, A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1825, 1 de Outubro</b> <sup>60</sup>	Obra da torre da igreja paroquial de Aboim, A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1825-1826</b> <sup>61</sup>	Reparação dos mecanismos do órgão da igreja da Misericórdia de Viana do Castelo	José Benito de Barros	Mestre organeiro	Vigo
<b>1826, 26 de Maio</b> <sup>62</sup>	Obra do adro da igreja da Misericórdia de A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
<b>1826, 26 de Maio</b> <sup>63</sup>	Obra do adro da igreja da Misericórdia de A. de Valdevez	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1829, 20 de Julho</b> <sup>64</sup>	Obra da calçada da ponte de P. da Barca	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
<b>1832, Setembro</b> <sup>65</sup>	Obra da capela do Senhor dos Passos, encomendada pela Misericórdia de P. da Barca	Bento Pires	Mestre pedreiro	Galiza

Fora da tabela ficaram as referências documentais associadas a obras que envolveram artistas e artífices galegos mas cujos nomes ou filiações são omissos, veja-se o caso do concelho de Ponte da Barca, em cujas obras da igreja da Misericórdia em 1732 estarão pedreiros galegos a construir a sacristia nova e o claustro do consistório<sup>66</sup>. Em 1754, para o mesmo templo, um mestre pedreiro galego será contratado para intervir numa capela que se encontrava em construção<sup>67</sup>. Em Valença, no mosteiro de Ganfei, pedreiros de Tui arrematam, em 1827, as obras da frontaria da igreja, conserto das escadas e outros reparos<sup>68</sup>.

57 AMAV – *Livro dos Acórdãos, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846*, fls. 6v.-8.

58 AMAV – *Livro dos Acórdãos, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846*, fls. 13v.-14.

59 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 81v.-83.

60 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, MARINHO, Luís Caetano, 4.º Ofício*, fls. 146v.-147v.

61 ARAÚJO, 1983: 65.

62 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

63 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

64 ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Livro de Notas, Tabelião, PALHÃO, João António Dias, COSTA, José Gomes da e MAGALHÃES, João José Soares da Costa, 3.º Ofício*, fls. 77-78.

65 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1832-1848*, fls. 38-38v.

66 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1724-1735*, fl. 125.

67 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1752-1764*, fl. 33.

68 ADB – *Mosteiro de Ganfei. Livro das obras, Vol. 41*.

## LEGADO ARTÍSTICO GALEGO NA ARTE MINHOTA

Em finais do século XV e início do século XVI, período que corresponde à primeira vaga migratória de galegos, a produção artística da região minhota vai absorvendo linguagens artísticas que têm origem na catedral compostelana. Na arquitetura, a influência do plateresco espelhado no portal da fachada da Matriz de Caminha (1484-1515) é devido à presença de canteiros galegos e biscainhos.

A tónica dominante de uma aproximação a modelos compostelanos, amadurecidos no grande estaleiro de obras da Catedral de Santiago e perfilados no gosto renascentista, chega ao Alto Minho de duas formas: diretamente pela mão de mestres galegos, ou através de formação e aprendizagem adquiridas por mestres portugueses, importando aqui referir o nome de Mateus Lopes, último na sucessão do clã de obreiros Lopes, com formação adquirida em Pontevedra e em Santiago de Compostela.

Na produção pictórica da primeira metade do século XVI é sentida a influência hispânica de filiação renascentista, como testemunha a obra de André Padilha, ativo em Caminha e Viana do Castelo entre 1521 e 1561, e o primeiro representante de uma escola de pintura regional que irradia a partir de Viana do Castelo. Contactos contínuos de pintores portugueses com as obras de pintores galegos de entre os quais se nomeia o compostelano Juam Bautista Celma, ditarão a introdução de uma orientação mais italianizante da pintura no período maneirista<sup>69</sup>. As semelhanças com a arte galega, sobretudo na arquitetura e na pintura quinhentista, são precisas e pontuais. Em geral, a arte portuguesa desenvolveu-se de forma autónoma consolidando, no século XVIII, a sua originalidade e identidade próprias.

Neste processo evolutivo importa precisar, para o período em análise, que a presença dos artistas galegos ocorre num momento em que a arquitetura em Braga e no seu raio de influência geográfica – o Minho e Trás-os-Montes – evoluirá de forma impactante do ponto de vista estético, ao adotar uma linguagem erudita de cunho internacional associando um vocabulário rococó de influência augsburgiana. Os intérpretes desse novo gosto serão figuras de topo que gravitam na órbita da corte arquiépiscopal, timonada pelos príncipes reais, D. José e D. Gaspar de Bragança. Estes artistas, tracistas polivalentes, serão chamados para materializar – interpretar e executar – o gosto e o estilo que esses altos dignitários eclesiásticos impõem como programa reformador de igrejas, conventos e santuários, numa espécie de arte ao serviço do estado eclesial, com o propósito de marcar o tempo e o espaço dos seus mandatos, alastrando-se rapidamente ao território dominado pelo arcebispado bracarense, conquistando adeptos na nobreza e burguesia local que absorvem, em processo mimético, esse novo gosto e o imprimem nas suas casas e palácios.

André Soares e Carlos Amarante, os mais conhecidos nomes da arte minhota da segunda metade do século XVIII, não atuaram isoladamente. Com eles emergem figuras ainda pouco estudadas como João Costa, Diogo Soares e o galego Paulo Vidal<sup>70</sup>, que cons-

<sup>69</sup> SERRÃO, 1995: 259, 263.

<sup>70</sup> ROCHA, 1996-1997: 286.

titui uma exceção no quadro do papel desempenhado por outros mestres seus conterrâneos, uma vez que, a menos que novos dados sejam revelados, o restante escol de artistas galegos está confinado à materialização técnica dos tracistas. Esta condição leva-nos a concluir que a influência estética deixada na arte minhota pela presença de artistas e oficiais galegos, na segunda metade do século XVIII, não se afigura relevante. Estudos anteriores apontam para a necessidade de enquadrar numa outra perspetiva a ação destes mestres e oficiais estrangeiros, estendendo a sua atuação a uma interpretação mais dinâmica dos projetos, conferindo à arte minhota da segunda metade do século XVIII um timbre geometrizar e volumétrico, tese que carece de corroboração. A marca destes artistas e artífices estrangeiros, destes *outros*, não permite, à luz dos dados que possuímos, tornar inteligível uma determinada especificidade estética nas obras em que participam como executantes, da mesma forma que não nos parece evidente a existência de uma linguagem estética comum aos dois territórios fronteiriços. É possível, isso sim, identificar aspetos de ordem formal e técnica comuns e semelhantes, com recurso ao uso de fontes paralelas que se projetam sobretudo na arquitetura e em particular nas igrejas paroquiais, fidelizados a esquemas mais austeros<sup>71</sup>.

Se na arte da pedra a presença dos galegos é expressiva, o mesmo princípio não se aplica às outras expressões artísticas – artes da madeira e pintura, onde a participação de mestres e oficiais oriundos da Galiza é quase inexistente. É contudo registar que o facto de se contratarem obras a estes artistas e artífices, constitui um indicador relevante do reconhecimento das suas capacidades técnicas, acabando por se impor no mercado artístico muito concorrido e exigente. Esse exercício subentendeu também a partilha e transmissão de conhecimentos práticos e teóricos.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José Rosa (1983) – *A Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.
- CAPELA, José Viriato (2009) – *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo Nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto-Minho*. Braga: Casa Museu de Monção / Universidade do Minho.
- CARDONA, Paula Cristina Machado (2012a) – *Arte no Tempo das Devoções. Património Artístico de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez
- (2012b) – *Confrarias em Viana do Castelo. A encomenda artística dos séculos XVI a XIX*. Porto: CEPES / Afrontamento.
- (2013) – *A talha da fase final do Barroco e a escola regional do Alto-Minho. O caso da Ordem Terceira de Ponte de Lima. Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscanos*. Porto: CEPES.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (1989) – *A Arte da Talha no Porto na Época Moderna (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica)*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- GONÇALVES, Ortelinda (2009) – *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos / CEPES.
- JORDAN, W. D. (1984) – *Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães*. «Boletim dos Trabalhos Históricos», 34. Guimarães.

---

<sup>71</sup> ROCHA, 1996-1997: 286.

- LOPO, Domingos L. Gonzales (2003) – *Migraciones Historicas de Los Gallegos en el Espacio Peninsular (siglos XVI-XIX)*. «Obradoiro de Historia Moderna», n.º 12. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- MARQUES, José (2009) – *Relações fronteiriças luso-castelhanas nos séculos XIV-XV*. «IBÉRIA: Quatrocentos/Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca». Porto: CEPESE.
- MORAIS, Adelino Tito de (1981) – *Artistas que trabalharam na Ordem Terceira de Ponte de Lima*. 1.º Colóquio Galaico-Minhoto. Ponte de Lima.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (2006) – *O Barroco no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2011) – *André Soares e o rococó do Minho*. Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1993) – *Pedreiros galegos no noroeste português no século XVIII*. «Las relaciones artísticas entre España y Portugal: Artistas, mecenas y viajeros. Simposio Hispano – Português de Historia del Arte», 7.º. Olivença: [s.n.]
- (1996-1997) – *A propósito de André Soares e do Rococó – Nótulas para a Revisão de um Processo*. «Portugália», vols. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SARDOEIRA, Albano (1957) – *Notícia de alguns artistas que trabalharam em Amarante*. Amarante.
- SERRÃO, Vítor (1995) – *A Pintura do Renascimento e do Maneirismo no Noroeste Português*. In *Do Tardogótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*. Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Armando Malheiro da; DAMASIO, Luís e FERNANDES, José Queiroga (1996) – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal.
- SMITH, Robert C. (1967) – *A verdadeira história do retábulo de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja de São Domingos, de Viana do Castelo*. «Belas Artes». Lisboa, 2.ª série.
- (1973) – *André Soares, arquiteto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VILLARES, Ramon (1991) – *História da Galiza*. Lisboa: Livros Horizonte.

## FONTES

ADVC – Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

### Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Livro de Notas. Tabela

- CUNHA, João Alves da, 2.º Ofício, fls. 353v.-355v.
- PEREIRA, Jerónimo Barbosa, 5.º Ofício, fls. 134-135v.
- CRASTO, Lourenço Mendes de, fls. 54v.-56v.
- BRITO, Nuno dos Guimarães; PEREIRA, Estêvão José da Silva, 6.º Ofício, fls. 182-183v.
- FARIA, João Durães e COELHO, Joaquim Inácio, 2.º Ofício, fls. 81-82v.
- BARREIROS, José António, 1.º Ofício, fls. 8-8v.
- RODRIGUES, António José, 5.º Ofício, fls. 55-56; 11v.-13.
- LIMA, Caetano José da Silva, 6.º Ofício, fls. 104v.-106.
- RODRIGUES, António José, 5.º Ofício, fls. 81v.-83.
- MARINHO, Luís Caetano, 4.º Ofício, fls. 146v.-147v.
- BARREIROS, José António, 1.º Ofício, fls. 8-8v.



### **Fundo Notarial de Caminha, Livro de Notas. Tabelião**

CRASTO, Lourenço Mendes de, fls. 54v.-56v.

### **Fundo Notarial de Monção, Livro de Notas. Tabelião**

CASTRO, Francisco José Soares, fls. 104v.-105.

### **Fundo Notarial de Ponte da Barca, Livro de Notas. Tabelião:**

MUHIA, Francisco Cerqueira, 3.º Ofício, fls. 200v.-202.

LEMOS, João de, 1.º Ofício, fls. 91-92v.

DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício, fls. 81v.-85v.

PALHÃO, João António Dias; SOUSA, Francisco d' Ascensão e, 4.º Ofício, fls. 70-72v.

PALHÃO, João António Dias, COSTA, José Gomes da e MAGALHÃES, João José Soares da Costa, 3.º Ofício, fls. 77-78.

### **ADB – Arquivo Distrital de Braga**

Mon. Conv. Mosteiro de S. Romão. *Livro de obras vol. 157*, fls. 57-59; 85 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

Nota Vila Verde, vol. 1185, fls. 70v-73 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

### **AMAVV – Arquivo da Matriz de Arcos de Valdevez**

*Livro da Receita e Despesa, 1682-1747*, confraria de Santo António, fls. 132v.-134v.

Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo, s. fls.

Igreja do Espírito Santo, *Livro da Despesa, 1738-1771*, Confraria do Espírito Santo, fls. 48v.-50v.; 101.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro das Contas, 1792-1823*, Confraria de Nossa Senhora do Rosário, fl. 94.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro dos Acórdãos*, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846, fls. 6v.-8.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro dos Acórdãos*, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846, fls. 13v.-14.

### **ASCMVV Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez**

*Termos da Mesa, 1742-1769*, fls. 116v.-117 (dados fornecidos por Eduardo Pires de Oliveira).

*Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 3v-4 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

### **ASCMPB Arquivo da Misericórdia de Ponte da Barca**

*Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1832-1848*, fls. 38-38v.

### **APSD – Arquivo da paróquia de S. Domingos de Viana do Castelo**

*Livro para os termos da recepção dos irmãos que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana. Feito em o ano de 1753*, fl. 16.

### **ACSA – Arquivo da confraria de Nossa Senhora da Agonia de Viana do Castelo**

*Conta da Receita e Despesa da confraria de N.ª Sr.ª da Agonia de Viana do Castelo, 1758-1795*, fl. 6.

### **AOTVC – Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco de Viana do Castelo**

*Livro de Despesa das obras – 1720-1771*, fl. 33.

# HENRIQUETA EMÍLIA DA CONCEIÇÃO: DUALIDADES HISTÓRICAS E LITERÁRIAS DE UMA MERETRIX (1845-1874)

CIDÁLIA DINIS  
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO\*

**Resumo:** «Perversa», «rameira», «calculista», «hermafrodita», «demente» são alguns dos qualificativos que se atribuem a Henriqueta Emília da Conceição e Sousa (1845-1874). De prostituta estimada e temida a heroína no crime e no amor no decurso das vivências do Porto Romântico, muitas são as dúvidas e incertezas sobre a sua vida e que a imortalizaram após a morte, singular exemplo de uma mulher que enfrentou preconceitos e lutou contra as adversidades de uma sociedade marginalizante. Revisitando esta figura extravagante e sedutora em pormenores inéditos, partimos do seu esboço biográfico para a sua transfiguração em personagem literária, percorrendo as dualidades na conceção dos quadros mentais e culturais oitocentistas, salientando uma história de vida escrita no feminino.

**Palavras-chave:** Prostituição; História de Vida; Literatura de Terror; Século XIX.

**Abstract:** «Devilish», «whore», «vicious», «hermaphrodite», «bizarre» these are some adjectives that bring to mind Henriqueta Emília da Conceição e Sousa (1845-1874). From an appealing and frightening prostitute to a heroin in crime and love in Oporto throughout the 19<sup>th</sup> century, many doubts and mistrusts still remain about her life. Immortalized after death, mainly due to an extravagant way of living and a morbid transgression, she is a singular example of a woman facing prejudice in a marginalizing society. Retrieving unprecedented details about this seductive personality, we go along from her biographical essay to her forthcoming as a literary character, analyzing the historical and cultural dualities that highlight the complexity of a woman's life in those times.

**Keywords:** Prostitution; Life Story; Horror Literature; 19<sup>th</sup> Century.

[...] Porque os lábios da mulher imoral destilam mel; sua voz é mais suave que o azeite, mas no final é amarga como fel, afiada como uma espada de dois gumes. Os seus pés descem para a morte; os seus passos conduzem diretamente para a sepultura. Ela nem percebe que anda por caminhos tortuosos, e não enxerga a vereda da vida. E agora, filhos, ouvi-me, e não se afastem das palavras da minha boca. Afasta para longe dela o teu caminho, e não te aproximes da porta da sua casa<sup>1</sup>.

A prostituição agride, corrompe, corrói as entranhas da moral... É a representação da sociedade noturna boémia, marcada pelo desnudamento dos afetos humanos, pela emergência da «femme fatale» na sociedade burguesa e cânones literários do século XIX. Na abordagem realística dos problemas sociais nos romances vitorianos, tanto ingleses como franceses, a figura da prostituta ganha contornos de relevo, retratada como uma figura

\* Investigadores do CITCEM.

<sup>1</sup> *Provérbios* 5: 3-8.



**Legenda:** Henriqueta Emília da Conceição e Sousa (desenho de Manuel Macedo para a capa do romance de A. J. Duarte Junior). Fonte: DUARTE JÚNIOR, 1877.

perigosa, noturna, bela, sedutora, verdadeiro primado do instinto sobre a razão e, portanto, uma clara ameaça para a civilização. Como contraponto à heroína frágil, delicada e pura que aniquila a sua vida pela perda do amor e da dignidade, a «mulher fatal» destaca-se pela ousadia e a extravagância, por um instinto sexual indomável, selvagem, insaciável que monopoliza e emaranha nas suas teias o homem culto ou financeiramente enriquecido.

Das ficcionadas Marguerite Gautier em *A Dama das Camélias* de Alexandre Dumas filho (1848) ou Nana Coupeau em *Nana* de Émile Zola (1880), a figura da cortesã povoa o imaginário dos escritores e artistas oitocentistas, arquétipos de uma realidade feminina obscura e censurável daquelas que se votaram e se venderam aos prazeres da carne, que se deixaram corromper pelos prazeres, vícios e dinheiro. Em flagrantes paradoxos quanto à realidade do próprio fenómeno da prostituição entre a dupla condenação moral e religiosa do conservadorismo burguês, a preocupação cívica na sua regulamentação por motivos higiénicos e profiláticos ou a ambiguidade nas sociabilidades firmadas com as elites triunfantes, por vezes suplantando o estigma dessa condição malfadada pelos seus atributos físicos e espirituais para um acolhimento nos salões familiares e espaços públicos.

Na sociedade romântica portuguesa de então, dois exemplos verídicos da «mulher perdida» ficaram matizados no ideário coletivo: Maria Severa Onofriana e Henriqueta Emília da Conceição e Sousa, duas meretrizes que, distintas e populares em vida, lograram a imortalidade nas páginas de romances e nos palcos dos teatros. A primeira pelos encantos na interpretação do Fado e o prestígio pela relação com o conde de Vimioso na

capital, a segunda no Porto pelas suas incursões pelas franjas da delinquência e o escândalo público perante um chocante crime de profanação de Teresa Maria de Jesus... Será esta última que pretendemos visitar numa dupla aceção histórica e literária, entrosando e distinguindo os factos reais dos inverosímeis na construção da história da sua vida, de uma trajetória individual que não deixa de ser um cruel retrato de outras tantas mulheres da época enredadas nas teias da prostituição.

Na transversalidade entre a História e a Literatura exploraremos as particularidades inéditas que mantêm a relevância de uma figura sedutora como esta da célebre Henriqueta Emília da Conceição, enquadrada no seu ambiente social, mental e cultural e na sua transfiguração em protagonista literária, nomeadamente no género do terror, por diversos autores portugueses. Um «outro» de um mundo feminino à margem dos convencionalismos sociais, pautado por conceitos como a sexualidade, a criminalidade, a voluptuosidade ou a transgressão; de mulheres capazes de manipular e jogar com os sentimentos, desejos e aspirações dos mesmos homens que defendiam a submissão e inferioridade das suas semelhantes!

## 1. HENRIQUETA EMÍLIA DA CONCEIÇÃO E SOUSA: A PERSONAGEM HISTÓRICA

O espaço consagrado ao género feminino na historiografia até ao século transato sempre foi suficientemente lacónico sobre o seu legado ao longo dos tempos. Se, por um lado, sempre se privilegiou a figura de mulheres que souberam contornar com sucesso as resistências sociais e mentais das suas épocas, por outro houve sempre uma certa apetência para destacar todas aquelas que fugiam a esses cânones e espelhavam exemplos de ousadia, imoralidade e delinquência. Se as primeiras eram exaltadas por feitos que as tendiam a elevar perante a pretensa inferioridade do seu sexo, as restantes evidenciavam-se como exemplos altamente censuráveis do tipo ideal projetado para esse mesmo universo, logo atrativos para qualquer opinião pública.

Confrontados com o caso de uma mulher vinda das raias miúdas do povo, percorrendo os caminhos da prostituição e do crime, como este de Henriqueta Emília da Conceição e Sousa no Porto oitocentista, naturalmente que não abundam as referências documentais para uma reconstituição biográfica fiel<sup>2</sup>. Acresce-se uma outra condicionante quanto ao mistério da sua vida, convertida em figura literária pouco tempo após falecer, as opiniões abalizadas que descrevem a sua história de vida fundamentam-se numa con-

<sup>2</sup> O universo das fontes documentais sobre a prostituição no Porto oitocentista revela-se extremamente limitado, fruto das condicionantes do tempo que resultaram na sua dispersão e posterior aniquilamento. O certo é que em nenhum dos principais arquivos da cidade – Arquivo Distrital, Arquivo Histórico Municipal, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto ou Museu Judiciário do Tribunal da Relação do Porto – consta a existência destes fundos específicos (administrativos, sanitários, judiciais, etc.), à parte alguma documentação parcelar e avulsa, que os mais recentes trabalhos historiográficos na área têm permitido sistematizar para outras localidades do país. Quanto às diversas fontes periódicas consultadas, suporte valioso neste esboço histórico, as notícias não deixam de refletir a sensibilidade de escrita de cada cronista e das linhas editoriais de cada publicação, nem sempre com um apurado grau de fiabilidade ou de veracidade quanto às informações recolhidas e publicadas.

vergência de ditos na tradição oral, de incertezas na memória coletiva, de deturpação dos factos históricos que nos afastam da realidade. Assim, após a publicação do romance que lhe dedicou António Joaquim Duarte Júnior, recheado de imprecisões e de floreios literários ao gosto romântico, foi na sua essência que se inspiraram todos os outros autores que a tentaram resgatar do esquecimento e acrescentaram novas interpretações ao longo dos anos, entrosadas entre a verdade e a ficção que se impõem finalmente descortinar.

A 2 de maio de 1845 na cidade do Porto, a abrantina Jacinta Rosária de Assunção de Sousa deu à luz uma filha natural que recebeu o nome de Henriqueta, aquando do batismo onze dias depois na Sé Catedral<sup>3</sup>. Sem indicação do nome de progenitor e pela condição de solteira da mãe, moradora na rua do Miradouro dessa freguesia, somente foram registados os nomes dos avós Manuel Francisco de Sousa e Maria da Conceição de Sousa, a par dos padrinhos João José Alves e Emília Rosa de Sousa. Enquanto ele assinou como testemunha habitual em outros tantos serviços religiosos da paróquia, já ela foi referenciada como sendo sua tia materna, resultando da junção deste último nome e dos apelidos familiares a denominação oficial com que a biografada surgirá documentada. Duarte Júnior identifica corretamente o nome da mãe e da avó à laia de introdução, escusando-se a indicar a data de nascimento que os restantes situam em 1840, citando ainda que o avô fora um soldado liberal morto nos primeiros ataques durante o Cerco do Porto e deixara a viúva com uma série de filhos pequenos por criar.

Quanto a Jacinta de Sousa, esta teria sido uma formosa serviçal, que depois de se ter envolvido numa relação amorosa furtiva e daí engravidado, entregou-se a uma vida de devassidão para morrer ainda jovem, numa alusão que sugere poder ter passado a subsistir como meretriz. A infância da filha desenha-se em elipses narrativas que tanto poderão ser fidedignas como fantasiadas. Diz-se que, órfã, foi recolhida no Asilo das Raparigas Abandonadas, saindo passando alguns anos à responsabilidade de uma parente que a empregou numa fábrica de fósforos no Fojo, em Gaia. Outros dizem que fora abandonada pelo pai, um empregado do Palácio de Cristal (que só fora inaugurado em 1865), vítima ainda em criança de uma violação que lhe teria marcado o destino, entregando-se também ela a uma vida de perdição de forma deliberada e sem complexos ou arrependimentos.

Todos alinham no princípio de que esta entrada na prostituição se deu quando teria 16 anos, afinal a idade legal para o exercício desse mister, desde 1853 regulamentado pelo Governo Civil do Porto, depois revisto e ampliado no tempo do visconde de Gouveia em 1860. Porém, essa escolha estaria longe de ser inocente, já que à data possuía licença para manter uma casa de prostitutas toleradas, na zona da Sé, uma tal de Emília Rosa da Assunção e Sousa, ou seja, a sua tia e madrinha<sup>4</sup>. Plausivelmente, Henriqueta ter-se-á matriculado no *Livro Geral de Matrícula das Toleradas*, cujo paradeiro se desconhece, avocando o estatuto de «mulher submissa» e ficando aí viver e a trabalhar até se resolver

<sup>3</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Registos Paroquiais, freguesia da Sé (Porto)*, L.º 14-M: f. 24.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Bairro Oriental: termos de responsabilidade (1854-1866)*, mç. 8, não paginado.

a estabelecer por sua conta e risco com a conveniência dos «amantes de letra», relacionamentos pontuais mais materiais do que propriamente sentimentais, que a auxiliariam financeiramente e sustentavam as despesas e os luxos do dia a dia. Deste modo, de acordo com os escritos coevos, ser-lhe-ia lhe possível trajar com alguma elegância, pentear-se à última moda, adornar-se com fitas e joias, fumar charuto ou cigarro e ceder aos prazeres da boa mesa e do álcool, tornando-se sobejamente conhecida pela cidade entre as outras meretrizes.

Evidentemente, em nome dos bons costumes e do pudor, o quotidiano destas mulheres-públicas no espaço portuense era rigorosamente vigiado e controlado, sobretudo no respeito pelos regulamentos sanitários que as obrigava a um certo confinamento<sup>5</sup>. Por exemplo, para poderem frequentar os jardins públicos e os teatros ou fixarem residência em determinados locais da urbe, viam-se constrangidas a assinar um termo de fiança comprometendo-se a manter a modéstia no vestir e a discrição no comportamento fora de portas<sup>6</sup>. O certo é que os registos das vivências de Henriqueta encontram-se centrados na freguesia da Sé, considerado o «bairro aristocrático»<sup>7</sup> da prostituição, sendo várias as moradas referenciadas pelas suas ruas e vielas em que foi fixando residência. Tal como o facto declarado que era irmã da vizinha *Ordem de Nossa Senhora do Terço e Caridade*, sito na antiga porta de Cimo de Vila, a troco do pagamento de uma quota para beneficiar de cuidados médicos, de assistência pública e dos rituais fúnebres com enterramento no seu cemitério privativo<sup>8</sup>.

Foi no hospital dessa irmandade que faleceu vítima de tísica, a 28 de outubro de 1867, uma rapariga solteira chamada Teresa Maria, de 22 anos e residente na rua de Entreparedes, sepultada no referido cemitério dentro do perímetro do Prado do Repouso<sup>9</sup>. O acontecimento passaria despercebido, não fosse Henriqueta ter apresentado um requerimento para a compra de um terreno para jazigo perpétuo no espaço público do mesmo, no verão seguinte, ratificada pela vereação a sua aquisição e construção em 21 de outubro de 1868<sup>10</sup>. Passado uma semana, uma outra instância à autoridade diocesana solicitava a trasladação da defunta «Thereza Maria de Jesus, sua familiar»<sup>11</sup> para o novo túmulo, em caixão de chumbo, que prontamente foi autorizado. Na ocasião antes de se fechar o féretro, alegando querer despedir-se da defunta, Henriqueta pediu aos empregados alguns momentos a sós e com uma navalha de barba cortou a cabeça de Teresa, escondendo-a num lenço e num saco que levou consigo para a casa alugada na rua do Heroísmo.

<sup>5</sup> Entre eles, o *Regulamento Sanitário das Meretrizes do Porto* (1853 e reformulado em 1856), o *Regulamento Policial e Sanitário das meretrizes do concelho do Porto e do de Villa Nova de Gaya* (1860) e o *Regulamento de Policia das Toleradas no Districto do Porto* (1868).

<sup>6</sup> *Regulamento Policial e Sanitário das meretrizes do concelho do Porto e do de Vila Nova de Gaia*, 1860.

<sup>7</sup> AZEVEDO, 1864: 38.

<sup>8</sup> De novo se colocam as dificuldades no acesso a este tipo de fontes primárias, visto a referida irmandade não dispor no seu arquivo privativo do respetivo *Livro de Registo de Irmãos* para o período convencionado.

<sup>9</sup> AHMP – *Cemitério do Prado do Repouso: enterramentos dos adultos*, L.º 5: f. 375v.

<sup>10</sup> AHMP – *Termos de Concessão de Jazigos nos Cemitérios Municipais*, L.º 1: f. 21.

<sup>11</sup> AHMP – *Documentos originais avulsos*, L.º 6: f. 178.

O episódio macabro ganharia novos contornos de impiedade, uma vez que desejando conservar esse despojo, decidiu limpar o crânio em água a ferver e encerrá-lo numa urna de pau-preto, ao estilo de um sacrário, onde o depositou envolto em rendas. Sem o procurar esconder dos olhares dos visitantes, colocou-o numa cómoda da sala com uma lamparina de azeite junto a um pequeno oratório, aí prestando a sua reverência e adoração à amiga<sup>12</sup>. O avolumar do falatório e dos boatos pela cidade sobre tão caricata situação incitou o administrador do bairro oriental a proceder a buscas em casa de Henriqueta, estando em causa o crime de profanação de cadáver, sendo-lhe dada ordem de prisão e remetida para o juízo criminal do 1.º distrito, a 8 de março de 1869.

Em todos os periódicos portuenses a notícia sensacionalista fez a manchete nos números dessa semana e, até ao final desse mês, os jornalistas revelavam o caso com todos os pormenores sórdidos e as possíveis razões do sucedido, mas só um explorou abertamente a dimensão íntima entre as duas mulheres:

*Existe n'esta cidade uma bem conhecida rameira, chamada Henriqueta, exquisita em todo o seu viver; ha mezes, que tinha engajado para a sua companhia uma outra rapariga de quem se mostrava intima amiga, trazendo-a com todo o aceio, e esmerando-se em fazer-lhe todas as vontades. Esta rapariga morreu; sendo-lhe por aquella feito um bom enterro*<sup>13</sup>.

A acusada confessou abertamente o delito, mas procurou ludibriar os agentes policiais declarando que não agira sozinha ao ter oferecido 1\$300 réis a um dos coveiros para amputar os restos mortais da amiga. Após algumas dificuldades em conseguir um fiador, em pouco mais de 48 horas acabaria por ser libertada, enquanto o processo judicial seguiu os trâmites legais para apuramento das circunstâncias<sup>14</sup>. Neste âmbito, o reverendo capelão diretor do Prado do Repouso emitiu um comunicado para os jornais, com a data de 10 de março, alegando que ele e os funcionários do cemitério tinham agido de boa-fé e sem noção das intenções de Henriqueta Emília da Conceição, secundado pelas declarações pelo vereador municipal responsável de que os empregados encontravam-se plenamente inocentes<sup>15</sup>.

Supostamente, cumpridos os autos e as diligências formais, o caso não terá chegado a ser julgado em tribunal e acabaria arquivado, a crer numa singular nota camarária: «Deo se n'esta transferencia o desacato de Henriqueta levar para sua caza a caveira de Thereza, facto que não foi por profanação mas sim por dedicação por aquella familiar»<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> MOUTINHO, 1909: 139.

<sup>13</sup> *O Braz Tisana* (10.03.1869): 2.

<sup>14</sup> Desconhecendo-se o destino dado à caveira confiscada de Teresa Maria de Jesus, talvez ela tenha sido resposta no seu caixão, em finais desse mês de março, aquando das investigações forenses levadas a cabo no cemitério do Prado do Repouso.

<sup>15</sup> AHMP – *Acta da vereação de 11 de março de 1869*: f. 116v-117v.

<sup>16</sup> Em consultas no Museu Judiciário do Tribunal da Relação do Porto, que comporta a gestão do arquivo da instituição, não foi encontrando nenhum processo judicial em nome da acusada, o mesmo se sucedendo na total ausência de notícias na imprensa periódica sobre o prosseguimento deste caso até ao final desse ano. AHMP – *Índice Documentos Originais*: f. 77.



Por detrás da decisão poderá ter estado a interferência superior de alguns conhecidos e amigos, já que logo no dia a seguir ao escândalo da sua prisão, ela fora também intimada a restituir um cão de raça terra-nova à família do já citado visconde de Gouveia. Ora, se alguns periódicos dizem que o mesmo pertencia ao seu filho e outros ao próprio visconde, poderá ter este na qualidade de juiz do Tribunal da Relação do Porto movido influências para que o processo fosse considerado inócuo por motivos de compaixão?!

Excluído de todo seria anunciar a eventual relação amorosa entre as duas mulheres como justificação do crime, não só porque a homossexualidade era punida pelo código civil em vigor, como era uma afronta aos padrões mentais tanto do ponto de vista religioso como social. Inclusive, até no seio da classe das prostitutas: «nas casas de tolerância as companheiras abominam-nas e as patroas despedem-nas logo que d'isso tenham conhecimento»<sup>17</sup>. Não obstante, o safismo era uma realidade omnipresente e silenciada nesse contexto, resultante de uma conjuntura algo propiciadora: a desconfiança e aversão pelos homens que somente as procuravam pelo sexo, o convívio próximo com outras mulheres em situação idêntica, a transposição das suas carências afetivas para alguém que as compreenderia e ampararia incondicionalmente, etc.

Importante será também refutar essa percepção generalizada de uma vida despreocupada e leviana que se associa às toleradas, em contraciclo aos casos mais famosos de algumas cortesãs que perduraram<sup>18</sup>. A maioria viveria com algumas dificuldades económicas e teria de recorrer a outras atividades lícitas ou até ilícitas para complementar os seus ganhos. As despesas com alugueres de casas, contas domésticas e etiquetas do visual consumiam parte substancial dos seus recursos, muitas não resistiam até sem o frequente recurso ao prego e à usura, potencializando a pobreza e a miséria quando os encantos da idade se desvaneciam... Colocamos, portanto, algumas reservas se Henriqueta terá tido a vida desafogada de uma cortesã que se lhe atribuiu *a posteriori*: vivendo em palacetes com os amantes, servida por criados, passeando-se em vistosas charretes, acolhida e convivendo com a mais fina flor da sociedade portuense<sup>19</sup>.

Outros trechos biográficos dão azo a uma faceta de criminosa, calculista e exploradora do sexo forte, nomeadamente dos «brasileiros» de passagem pelo burgo. Uma nota de rodapé em Duarte Júnior narra o esquema com um desses homens vindo do Mato Grosso, com o qual se cruzando no jardim de S. Lázaro, fez-se passar por uma viúva respeitosa e cândida, anuindo aos seus galanteios e a uma paixão arrebatadora para se deitar com ele<sup>20</sup>. Findo o engate em poucas horas e depois de lhe ter roubado à socapa algum dinheiro da carteira, prestando informações falsas e ameaçando-o por difamação, conseguiu que a queixa fosse retirada e colher um pedido de desculpas públicas! De resto, o seu único obituário conhecido oferece paralelismos com esta outra visão de marginalidade:

<sup>17</sup> VIEIRA, 1892: 42.

<sup>18</sup> Vd. GRIFFIN, 2001.

<sup>19</sup> MOREIRA, 1965: 19-24.

<sup>20</sup> DUARTE JUNIOR, 1877: 183-189.

*Acaba de fallecer victima d'uma phytisica a tristemente celebre Henriqueta, mui conhecida aqui e em Lisboa por suas façanhas na estrada da perdição e do roubo. Era hermaphrodita e foi durante muitos annos o terror das familias, no seio d'algumas das quaes se introduzia, em trajos masculinos, com uma habilidade e astucia extrema. Commetteu varios roubos graças á arte d'empalmação, em que era mestra consummada. Era destemida e intrepida. Chegou a capitanear uma pequena quadrilha de salteadores que infestaram por algum tempo os arredores da cidade. Atravessava muitas vezes as ruas do Porto, a cavallo, vestida d'homem, em pleno dia, sem que o olho mais fino d'um policemem a reconhecesse. Era, finalmente, uma mulher terrivel, cheia de crimes, mas de que se salvava sempre mysteriosamente<sup>21</sup>.*

Ressalve-se que a designação de «hermaphrodita» é bastante dúbia no conceito oitocentista, literalmente não corresponde à noção atual, nem terá necessariamente o valor de realçar uma orientação sexual divergente. Aqui julgamos que a sua escolha poderá ser também um eufemismo da tendência masculinizante do seu porte e carácter, o que certamente pouco atesta a sua dita fama de beleza física, mais no sentido de procurar através desse figurino uma liberdade de movimentos ou até de asserção no mundo do crime, que quase sempre era negada aos elementos do seu género. Todavia, novamente, não se encontram fontes documentais que tal o possam comprovar. A única menção é a uma segunda detenção policial, na noite de 4 de fevereiro de 1871, na companhia de outra meretriz, Amélia Bandeira, por desacatos com dois marinheiros ingleses no largo da Ramadinha, ambas libertadas após admoestação na manhã seguinte<sup>22</sup>.

Aos 29 anos de idade, adoentada e sobrevivendo de esmolas, na tarde de 2 de novembro de 1874, Henriqueta Emília da Conceição e Sousa faleceu na pobreza extrema numa casa da Rua de Camões, sem qualquer indicação de ascendentes ou familiares no assento canónico<sup>23</sup>. A causa oficial de morte foi atribuída à tísica pulmonar ou tuberculose, uma das principais enfermidades entre as prostitutas, derivada de um estilo de vida desregrado e das triviais infeções respiratórias fruto dos resfriados, do álcool e da penúria que tantas enfrentavam numa longevidade limitada<sup>24</sup>. Para os seus pretensos biógrafos, o motivo teria sido mais idílico: o desgosto amoroso e a depressão psíquica pela perda de Teresa Maria, o seu único e verdadeiro amor... No dia seguinte, o seu cadáver foi amortalhado e sepultado numa campa rasa do cemitério privativo da Ordem do Terço no Prado do Repouso<sup>25</sup>, a escassos metros do jazigo perpétuo que lhe pertencia, sem haver posses para se comprar um caixão de chumbo de modo a aí poder repousar para a eternidade, como seria de sua última e íntima vontade...

<sup>21</sup> MORTE d'uma heroina no crime. «O Porto: folha oferecida ao Partido Liberal» (03.11.1874): 2.

<sup>22</sup> AHMP – *Bairro Oriental: registo policial (1870-1873)*: f. 2.

<sup>23</sup> ADP – *Registos Paroquiais, freguesia de Santo Ildefonso (Porto)*, L.º 38-Ób: f. 83v.

<sup>24</sup> Não obstante as doenças venéreas como a sífilis serem uma das enfermidades mais comuns registadas entre as toleradas oitocentistas, existia já uma clara compreensão por parte dos clínicos da relação desta condição particular com a mortalidade por infeções oportunistas associadas. Igualmente, os meios e modos de vida destas mulheres eram avaliados como altamente perniciosos para a sua saúde: «São principalmente a tuberculose, o alcoolismo e a syphilis que dizimam um grande numero d'estas mulheres». (VIEIRA, 1892: 63).

<sup>25</sup> AHMP – *Cemitério do Prado do Repouso: registo de enterramentos effectuados nos cemiterios privativos das diversas Ordens e Irmandades*: f. 23.

## 2. HENRIQUETA EMÍLIA DA CONCEIÇÃO: A PERSONAGEM LITERÁRIA

Em 1877, o editor Coelho Ferreira trouxe à luz do dia um romance original de A. J. Duarte Júnior – *Henriqueta ou uma heroína do século XIX*, baseado nessa história de vida verídica e coeva ao tipógrafo d’O Comércio do Porto. Quis o infortúnio que o seu autor não conseguisse corrigir e limar o manuscrito que saiu da sua pena, tendo falecido no ano precedente, tarefa que coube posteriormente a Diogo de Macedo de edição de um retrato pungente da prostituição no século XIX, a partir da figura extravagante de Henriqueta Emília da Conceição e Sousa. Pelo que depressa se tornou alvo da crítica contundente da imprensa da época:

*[...] o livro em questão recomenda-se, não pelo vigor do estylo nem pelas pompas da linguagem, mas pelo retrato, alias muito infiel, do typo popularíssimo da mulher que por tantos annos espantou o paiz com a desenvoltura a que se entregava. Monstruosa aberração do seu sexo, Henriqueta fornecia assumpto para um livro interessantíssimo se os apontamentos da sua existência trabalhada cahissem nas officinas de Camillo Castello Branco [...] Ainda assim o seu livro será lido com agrado por aquelles que procuram no romance o simples deleite da leitura. O estudioso debalde procurará pagina que o satisfaça; [...] uma serie de capitulos mais ou menos acceitaveis, escriptos em portuguez semi-barbaro á franceza e sem aquelle cunho de certeza e facilidade que caracteriza os artistas superiores<sup>26</sup>.*

Embora eivado de algumas gralhas, de imprecisões temporais e de uma trama nem sempre alcançada para a unidade da ação e das personagens, há uma preocupação do autor em arquitetar o texto tendo por base documentação verídica<sup>27</sup>. A estrutura formal compreende um total de vinte capítulos, acrescido de uma introdução de teor biográfico sobre a «heroína» e um epílogo final, ao longo dos quais e pelo olhar moralista e exterior do narrador onisciente, percorremos com os protagonistas galerias e avenidas centrais da cidade do Porto. Penetramos no interior de lugares comuns, pequenos quadros pintados com a intensa vida social:

*Estamos na estação de banhos, e uma parte da boa sociedade do Porto já se estadeia alegre, festiva, cheia de vida, por aquella praia de S. João da Foz do Douro, tão encantadora, mais sedutora do que nenhuma outra praia, n’esta quadra em que a beiramar offerece todos os regalos á vida. Como é sabido, não ha praia onde se não estabeleçam e abram de par em par bancas de jogo para entretenimento dos espíritos nocturnos<sup>28</sup>.*

De entre o leque de personagens com que nos vamos cruzando à medida que o enredo se vai desenrolando, apenas podemos atestar, recorrendo para o efeito a testemu-

<sup>26</sup> CARVALHAES, 1877: 95.

<sup>27</sup> Note-se que o autor, pela sua atividade profissional na cidade do Porto, acumulada com a de correspondente do *Jornal do Commercio* de Lisboa, detinha um conhecimento privilegiado sobre os acontecimentos envolvendo a polémica em torno da meretriz Henriqueta. Um exemplo será a alusão a uma carta facultada por um empregado da polícia acerca de factos da vida da mesma, na qual se baseou em parte para a urdidura deste romance. Cf. nota 20.

<sup>28</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 145.

nhos documentais da época, que exclusivamente o nome e alguns feitos de Henriqueta são realmente fidedignos. Já o da mulher com quem ficaria associada para a posterioridade é referenciado como sendo de Etelvina, ocultando assim o real nome de Teresa Maria, sobejamente conhecido após o alvoroço em torno da profanação do seu corpo. Entre os restantes não foi possível estabelecer qualquer correspondência histórica com figuras cidadinas desse tempo. Mas vejamos como nos são apresentadas estas personagens e qual a sua evolução no romance.

A figura central do drama é Henriqueta Emília da Conceição, conhecida meretriz no meio portuense pelas suas excentricidades e, sobretudo, pela audácia com que se apresentava, quer em lugares mais públicos, quer a qualquer hora do dia ou da noite, envergando trajas masculinos e fumando charutos da melhor marca:

*Henriqueta, montada em ligeiro cavallo, descia a Feira de S. Bento e entrava na rua das Flores, ao bater da meia noite na torre dos Clérigos. Apesar da claridade, o seu vestuário não denunciava o sexo a que ella pertencia, tal era o cuidado com que se disfarçara. Saboreava a nossa heroína, um bello charuto de Havana, e d'elle absorvia longas espiraes de fumo<sup>29</sup>.*

Caracterizada como uma astuta e inteligente rapariga de 20 anos, gravitando livremente de um polo ao outro da cidade, com os seus modos requintados e sedutores, insinuava-se junto dos círculos sociais mais influentes e pela generosidade da sua bolsa conquistava o respeito e a gratidão dos marginais. Aliás, reunia em casa todos os larápios que desejassem associar-se à sua «quadrilha sacramental», cujo intento era defraudar os mais ricos da sociedade, assumindo o comando de um bando de dez larápios: «zé corriola», «porta de ferro», «laranja azeda», «unha de preto», «casca verde», «pevide de melão», «língua de trapos», «dente podre», «perna de mosca» e «grilo-rei».

Para tal, contava com a ajuda de Berta, sua criada e uma fiel executora de todas as suas ordens, uma velha de meia-idade vinda da província sob subterfúgios pessoais e que Henriqueta tomara ao seu serviço. Era ela quem disciplinava o ambiente doméstico e ministrava os melhores conselhos aos gatunos, indicando-lhes como se deveriam organizar para roubar, compactuando com todos os desejos da patroa de forma voluntariosa e igualmente ardilosa. Todos eles encontram-se interligados, grosso modo, a um dos eventos centrais da narrativa envolvendo as pretensões de D. António de Souto Bizarro, proprietário do solar das Cinco Donas na vila de Melgaço, fascinado pela beleza de Emília Aguiar de Mendonça.

No entanto, após a declaração da sua paixão, a jovem protestou a sua indiferença consagrada que estava ao amor de seus pais, tendo prometido que jamais os abandonaria enquanto fossem vivos. Sem outra alternativa digna, o fidalgo cogitou um plano para o seu rapto e o matrimónio forçado, recorrendo a Henriqueta para concretização do «negócio» por três mil cruzados. Fazendo passar-se por uma respeitável viúva portuense em peregrinação religiosa, depois de se tornar visita frequente na quinta dos Mendonça

<sup>29</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 26.

e conquistando a confiança de Emília, sequestrou-a num passeio noturno com a ajuda dos companheiros, logo movendo a família todos os esforços para a recuperar.

Mas o que realmente mais notabilizou Henriqueta e que constitui o vetor central do romance, o cunho biográfico da «pecadora» como é repetidamente apelidada ao longo das páginas, foi a sua relação com Etelvina, uma pobre costureira de 18 anos e único sustento de seus pais:

*Se, por um lado, Deus favorecera Etelvina com uma formosura rara, se lhe concedera um coração nobre e uma alma verdadeiramente sentimental, por outro, aremessára-a á miseria, ensinára-a a lutar com as privações mais horríveis da vida e internára-lhe no peito uma profunda mágoa, e uma lenta agonia que jámais poderia extinguir-se. Etelvina é um anjo; e é dado aos anjos luctarem com a fome, com o frio e com a miseria?*<sup>30</sup>

Entre as duas germina uma estranha amizade, na qual se comprometem a entregar-se em corpo e alma, pressionando-a Henriqueta para consigo fugir com promessas de uma vida de luxos e abundância, longe do infortúnio em que vivia. Depois de algumas resistências e ignorando os apelos de Isidro e Eufrásia, que anteveem em sonhos a desgraça da filha, Etelvina abandona o lar para se esconder numa casa na Praça das Flores junto da protagonista:

*Dizia o mundo que a peccadora era hermafrodita. Nega a sciencia que semilhantes monstros existam na espécie humana; no entanto a observação parece demonstrar o contrario. Como quer que seja, o certo é que Henriqueta sentia por Etelvina o que quer que fosse de extranho; adorava-a; cercava-a dos carinhos de que um amante estremoso cerca a mulher dos seus pensamentos; contemplava-a com indizível ternura; rodeava-a dos mais sollicitos cuidados; e parecia afflicta, indisposta, incommodada, se um homem qualquer fitava o objecto de seu amor com equívoca attenção*<sup>31</sup>.

O leitor é assim confrontado com uma dualidade de sentimentos. Por um lado, a inocência e o desespero de Etelvina, por outro a arrogância e sentimento de posse de Henriqueta. No fundo, Etelvina passou a ser o exemplo de mulher-objeto, mas sem que nesses primeiros tempos os auspícios ansiados se tenham materializado. Não só passa a viver quase como uma reclusa sempre vigiada por Berta, como a sua virgindade é vendida por Henriqueta a João Pereira Gomes, um «brasileiro» de meia-idade<sup>32</sup>, sem qualquer tipo de pudor ou escrúpulo pela avultada maquia de 10 contos:

*Henriqueta tinha preparado tudo para a boa execução da sua obra. O vinho que Etelvina bebera durante o jantar, e o fumo do charuto não podiam produzir outro estado no animo da jovem [...] A victima estava fria e immovel com a cabeça no peito. Que restava, pois?*

<sup>30</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 27-28.

<sup>31</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 173.

<sup>32</sup> Esta personagem deverá ter sido inspirada no caso reportado pela autoridade policial entre Henriqueta e o «brasileiro» do Mato Grosso, ainda que seja descrito como um portuense que regressara havia poucos meses do Rio de Janeiro com uma considerável fortuna.

– *Cumpramos o nosso contracto – disse Henrique resolutamente. [...] E fez signal a João Gomes para entrar no quarto onde a joven estava prostrada. [...]*  
– *Grande Deus! – exclamou Etelvina com um grito angustioso. E tudo voltou ao mesmo silencio*<sup>33</sup>.

De menina angelical a mulher boémia foi um simples passo, a jovem converte-se em instrumento de todos os caprichos de Henriqueta, bastava um simples relançar de olhos para satisfazer todas as veleidades da «pecadora», passando a imitá-la nas indumentárias masculinas, nas mesas dos «jogos do azar» e nas aventuras e loucuras típicas de mulher-pública. Foi neste estado de «completa embriaguez do espírito, de completa loucura da imaginação»<sup>34</sup>, que Isidro encontra a filha foragida, após intercessão do rico Júlio Morais que passara a amparar a pobre família e tudo fizera para a descobrir pelo burgo. O reencontro emotivo entre pai e filha vem acentuar o sentimento de angústia e de culpa de Etelvina, que em vão vê negado o pedido de perdão, porém, sem querer quebrar o pacto que as unia!

Em poucos meses, a tísica arrebatava-a do mundo dos vivos, somente atormentada por esse arrependimento do desgosto familiar. É aqui que se dá a mudança de personalidade de Henriqueta e o clímax do enredo. A perda da mulher a quem se dedicou profundamente causou-lhe um desgosto profundo, os seus passos conduzem-na frequentemente ao cemitério do Prado do Repouso junto do túmulo da infeliz amiga, a ponto de perder a alegria de viver:

– *O fastio mata-me. Tudo me aborrece; não sei ao que hei-de pedir um instante de distração; falta-me o que quer que seja; não me dirás como devo esta doença moral, peor mil vezes do que a phthysica? E soltou uns uivos funéreos como piar de ave nocturna. É que a assalteara de súbito a lembrança da amiga morta*<sup>35</sup>.

É, então, que no seu espírito engendra um funesto plano, o de cortar a cabeça ao cadáver de Etelvina, pedido recusado por todos os elementos da sua «quadrilha sacramental» e que decide tomar por suas mãos, levando o despojo para sua casa onde coloca numa redoma de vidro. Descoberto o caso pela polícia e apartada da macabra lembrança, a protagonista abjura do seu anterior modelo de vida e em processo crescendo humaniza-se, deixa-se possuir pelo sentimento de dor, do sofrimento nunca antes experimentado, pela pungente nostalgia. A sua fortuna esvai-se e apresenta os primeiros sinais da mesma enfermidade mortal, cercada por Eduardo de Mendonça que a pretende matar por vingança à filha Emília, foge com Berta para «tomar ares» em Braga.

Irremediavelmente perdida para a tísica, regressa ao Porto para se instalar numa insalubre casa da rua da Saudade, ainda acossada pelos homens de Mendonça, para num

---

<sup>33</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 127.

<sup>34</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 158.

<sup>35</sup> DUARTE JÚNIOR, 1877: 173-174.

momento de agonia profunda morrer «salva pelo arrependimento e pela dor»<sup>36</sup> na presença de um padre. Com a morte, Henriqueta liberta-se da dor, da angústia, da culpa, da penumbra em que vivia e com ela liberta simultaneamente todos os que agrilhoava consigo: Berta passou a viver num recolhimento de caridade e a quadrilha dissolveu-se em caminhos individuais. Henriqueta e Etelvina para sempre jazem apartadas no Prado do Repouso.

A personagem literária de Henriqueta surge, portanto, aos olhos do leitor, como sujeito trágico, com contornos aristotélicos, dotado não só de singularidade, mas rodeado simultaneamente de infortúnios, que experimenta a felicidade para provar o fel do fracasso. Paradoxalmente, o romance não segue uma diretriz biográfica como o título nos poderia levar a supor, a ficção impõe-se mormente à realidade, considerando os parcos rumos da personagem histórica. Nem mesmo a grande cena que chocaria os leitores da época – a degolação da defunta Etelvina – foi convenientemente explorada perante os factos anunciados na imprensa periódica da época. A temática do «horror» desse lado macabro da narrativa, claramente associado à paixão, ao fascínio e enlevo dos sentidos, fora até já retratado em romances como a *Estrela Brilhante* de Eduardo Faria (1845), *A Freira do Subterrâneo* de Camilo (1872), talvez até mais chocante que o célebre *The Monk* de Matthew Gregory Lewis (1796), traduzido para língua portuguesa em 1861.

O enredo de Duarte Júnior foi o mote de inspiração para o drama teatral *Henriqueta: a aventureira* de Augusto Garraio (1879) e parte do romance *Os Mistérios do Porto* de Gervásio Lobato (1891), onde a figura de Julieta parece radicar na matriz da célebre prostituta portuense, os quais mantiveram em largos traços a essência das situações e dos intervenientes com acrescentos que pouco abonam em prol da verdade. Em finais do século XX, Mário Cláudio trasladou finalmente para *Henriqueta Emília da Conceição* (1997), peça em três atos de um amor trágico e violento em tonalidade melodramática, o destaque olvidado à relação interpessoal e amorosa entre as meretrizes Henriqueta e Teresa, que quiseram aproximar-se da vida e da razão permitida aos outros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henriqueta Emília da Conceição e Sousa encarnou, em vida e na morte, uma série de qualificativos sobre a sua personalidade e conduta que discorrem em plena dualidade entre os enunciados pela História e os idealizados pela Literatura. A história de vida de uma meretriz sobejamente famosa no seu tempo não ficou incólume às pretensões literárias de inflamar alguns desses episódios biográficos, realçando as divergências entre a realidade e o mito, tal como se verifica no exemplo análogo de Maria Severa, onde a ficção sobrepõe-se aos escassos elementos concretos conhecidos. Talvez tenha partido da sua própria vontade resguardar certos aspetos da sua vida pessoal e familiar, como era natural entre as prostitutas para se protegerem dos olhares condenadores da sociedade, mas a

---

36 DUARTE JÚNIOR, 1877: 219.



mácula do seu principal crime e das incursões pelo submundo do crime e do sexo deram-lhe um reconhecimento e prestígio que a metamorfosearam em mito popular. Assim, compreendem-se todas as muitas interpretações e confusões que se geraram e, ainda hoje, alimentam o mistério da sua existência.

A figura histórica de Henriqueta, de uma mulher nascida e criada num contexto de pauperismo, prostituição e delinquência, os quais abraça sem rodeios, parece quase ir ao encontro do postulado behaviorista da prevalência do meio ambiente na formação do seu carácter. Tal poderá ter fundamento em alguns detalhes, comparando com o perfil típico da meretriz tolerada no Porto oitocentista: jovens solteiras de classes humildes, naturais da cidade e iletradas, exercendo profissões servis até se prostituírem por carências económicas ou variadas razões de índole particular<sup>37</sup>. Contudo, a exiguidade de fontes documentais para a análise da prostituição no Porto do século XIX significa que muitos dos aspetos envolvendo a sua vida ficarão por descortinar. Quer ao nível das suas relações sociais com os diferentes estratos dos mais ricos aos mais humildes da sociedade portuense, a crer nos registos noticiosos, também com os da capital de forma autónoma ou na companhia de amantes em viagens de negócios ou de lazer, quer ao nível da sua conduta privada e pública entre os imperativos profissionais e a eventual incursão plenamente consciente pela criminalidade. Afinal, ela teria caído no esquecimento como tantas outras toleradas não fosse ter enveredado por extremos de uma visibilidade pública sem precedentes, sobretudo no estranho caso com Teresa, que se afigura como o de um verdadeiro e proibido relacionamento amoroso pelas muitas diligências fúnebres que tomou para preservar a sua memória.

Já a Henriqueta enquanto figura literária assume-se como uma criação fantasiosa do espírito romântico, perante a articulação muito contraditória dessas notas biográficas que adulteram a realidade, o protótipo da prostituta sedutora e habilidosa que se serve dos seus dotes para ludibriar, roubar, minimizar as suas presas pela fraqueza e incapacidade de autocontrolo. Ela é nada mais, nada menos do que o espelho das hipocrisias humanas, da dissolução dos costumes, da devassidão e das frivolidades mundanas, num mundo claramente impregnado de valores desvirtuados. Sem grandes objetivos de vida além da fortuna e do luxo, as suas convicções sofrem uma reviravolta quando conhece Etelvina/Teresa. Encontra a compaixão, a generosidade e o amor, transportando o leitor quando nada o previa, de um ambiente de solidão e ausência de valores, para a ternura e grandeza do amor: um amor eivado pela obsessão, resultando posteriormente na profanação do cadáver da mulher que afinal amava.

Inegavelmente peculiar é, passado quase século e meio, a memória de Henriqueta Emília da Conceição e Sousa se ter transmutado em património material da cidade do Porto. No cemitério do Prado do Repouso, o jazigo por ela mandado construir como sua última morada, com o n.º 177 na 33.ª secção e onde apenas Teresa foi enterrada, consta como um dos escolhidos do roteiro turístico que recebe os visitantes<sup>38</sup>. A estátua

---

<sup>37</sup> Vd. ALVES & ARAÚJO, 2014.

<sup>38</sup> QUEIROZ, 2006-2007: 515.

de S. Francisco que o guarda, tornou-se em local de devoção religiosa, sempre enfeitado com flores e velas, surpreendente paradigma da passagem do profano ao sagrado, que não deixam de honrar tão trágica história de amor que a maioria dos portuenses desconhece.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira, trad. (1984) – *A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Sacramento*. Lisboa: Sociedade Bíblica.
- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Prostituição no Porto (dito) Romântico*. «II Congresso O Porto Romântico: atas». Porto: CITAR [em publicação].
- BARBOSA, Susana (2011) – *As toleradas de Penafiel (1915-1933): do invisível ao visível – de meretriz a tolerada*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.
- COELHO, Eva; MARTINS, Roberto (2008) – *As toleradas da Póvoa de Varzim (1871-1950)*. Póvoa de Varzim: ed. de autor.
- CLÁUDIO, Mário (1997) – *Henriqueta Emília da Conceição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores/Publicações Dom Quixote.
- COSTA, Júlio de Sousa e (1936) – *Maria Severa Onofriana: 1820-1846*. Lisboa: Bertrand.
- DANTAS, Júlio (1901) – *A Severa: romance original*. Lisboa: Francisco Pastor.
- FONSECA, Ângelo (1902) – *Da Prostituição em Portugal*. Lisboa: Typ. Occidental.
- GARRAIO, Augusto (1879) – *Henriqueta: a aventureira (drama em 5 actos)*. Porto: J. E. da Cruz Coutinho.
- GRIFFIN, Susan (2001) – *The book of the courtesans: a catalogue of their virtues (2001)*. Nova Iorque: Broadway Books.
- LIBERATO, Maria Isabel (1999) – *Discursos, práticas e políticas prostitucionais em Portugal (1841-1926)*. Lisboa: Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de mestrado.
- LOBATO, Gervásio (1891) – *Os Misterios do Porto: romance*. Porto: Empresa Litteraria, 5 vols.
- MATTOSO, José, dir. (2011) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 4 vols.
- PAIS, José Machado (2008) – *A prostituição e a Lisboa boémia: do século XIX a inícios do século XX*. Porto: Âmbar.
- PESSOA, Alfredo de Amorim (1887) – *História da Prostituição em Portugal desde os tempos mais remotos da Lusitânia até aos nossos dias*. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Pastor.
- QUEIROZ, J. F. Ferreira (2006-2007) – *A encomenda de monumentos sepulcrais no período Romântico e o papel da mulher na construção da memória familiar*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série, vol. V-VI. Porto: FLUP, p. 509-525.
- ROBERTS, Nickie (1992) – *Whores in History: Prostitution in Western Society*. Nova Iorque: HarperCollins.
- ROCHA, Maria Teresa da (1996) – *As Toleradas em Vila Real nos finais do séc. XIX*. Porto: FLUP. Tese de mestrado.
- VAQUINHAS, Irene (2002) – *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. III. Porto: FLUP, p. 201-221.

## FONTES IMPRESSAS

- AZEVEDO, Francisco Pereira d' (1864) – *Historia da Prostituição e Policia Sanitaria no Porto*. Porto: typ. de Francisco Gomes da Fonseca.
- CARVALHAES, Alfredo (1877) – *Letras e Artes*. «Revista Litteraria do Porto», ano I, n.º XII, p. 95-96.
- DUARTE JÚNIOR, António Joaquim (1877) – *Henriqueta ou uma heroína do seculo XIX*. Porto: typ. de Coelho Ferreira.
- GOVERNO CIVIL DO PORTO (1860) – *Regulamento Policial e Sanitario das meretrizes do concelho do Porto e do de Villa Nova de Gaya*. Porto: typ. de C. Gandra.

MOREIRA, Alberto Marques [Marques do Rio Onda] (1965) – *Uma malfadada heroína portuense: Henriqueta*. «O Tripeiro», série VI, ano V, n.º 1, p. 19-24.

MOUTINHO, Júlio (1909) – *As sociedades dramáticas d'amadores – continuação*. «O Tripeiro», série I, ano I, n.º 27, p. 139-141.

VIEIRA, Jorge (1892) – *A Prostituição no Porto*. Porto: typ. de José da Silva Mendonça.

## FONTES PERIÓDICAS

*O Primeiro de Janeiro* (1869-1874).

*O Comércio do Porto* (1869-1874).

*O Direito: folha religiosa, política e noticiosa* (1869).

*O Nacional* (1869).

*Jornal do Porto* (1869-1874).

*O Braz Tisana* (1869).

*Diário Mercantil* (1869).

*Jornal da Tarde* (1874).

*O Porto: folha oferecida ao Partido Liberal* (1874).

## FONTES MANUSCRITAS

**Arquivo Distrital do Porto (ADP)**

*Fundos Paroquiais da Sé e de Santo Ildefonso* (1840-1874).

**Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP).**

*Bairro Oriental: registo policial* (1866-1873).

*Bairro Oriental: termos de responsabilidade* (1861-1902).

*Câmara Municipal do Porto: actas da vereação* (1869).

*Cemitério do Prado do Repouso: enterramentos dos adultos* (1862-1869).

*Cemitério do Prado do Repouso: registo de enterramentos effectuados nos cemiterios privativos das diversas Ordens e Irmandades* (1869-1957).

*Documentos originais avulsos* (1868-1869).

*Índice Documentos Originais* (1843-1895).

*Termos de Concessão de Jazigos nos Cemitérios Municipais* (1867-1884).

# FOTOGRAFIA E PROFILAXIA SOCIAL. A VISÃO DO «OUTRO» NAS CAMPANHAS DA LPPS

BEATRIZ DE LAS HERAS\*  
JORGE FERNANDES ALVES\*\*

**Resumo:** A Liga Portuguesa de Profilaxia Social é, desde 1924, uma instituição vocacionada para a defesa da saúde pública. Desenvolveu um programa de ação orientado para a sensibilização da população aos perigos das doenças contagiosas e de algumas práticas sociais, questionando o campo físico, psicológico e moral. Na sua ação direta com os «outros», a Liga usou meios de comunicação como a fotografia e o cartaz, recorrendo ainda ao cinema. O artigo pretende estudar a sua produção visual com a intenção de analisar a mensagem emitida relativa à educação para a saúde no período de entre as duas guerras mundiais, focalizando os cartazes que a Liga produziu para o efeito, bem como os cartazes estrangeiros que funcionaram com modelos inspiradores.

**Palavras-chave:** Liga Portuguesa de Profilaxia Social; Saúde Pública; Produção Visual; Guerra Mundial.

**Abstract:** The Portuguese League for Social Prophylaxis is, since 1924, an institution dedicated to defending public health. It developed an action programme targeted at raising the awareness of the population to the risks of contagious diseases and some social practices, questioning the physical, psychological and moral dimensions. In its direct action with «others», the League used media such as photographs and posters, as well as the cinema. This article intends to explore the League's visual production, aiming to analyse the message issued regarding health education in the period between the two world wars, focusing on the posters produced for this purpose, as well as the foreign posters that served as inspiration.

**Keywords:** Portuguese League for Social Prophylaxis; Public Health; Visual Production; World War

## 1. LA LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL: OBJETIVOS Y PÚBLICO

La Liga Portuguesa de Profilaxia Social nació en Oporto durante el año 1924 por iniciativa de tres jóvenes médicos – Cândido Henrique Gil da Costa, Veiga Pires y António Emídio Magalhães (quien mantuvo el proyecto hasta su muerte y del que mostramos una imagen a continuación<sup>1</sup>), – desde la perspectiva higienista y de la medicina social, apelando a los valores humanitarios y patrióticos en un tiempo de grandes lagunas en el campo de la salud pública en Portugal.

La Liga seguía el lema «En pro del bien común» e un programa de actividad basado en 16 objetivos que pasaban por la difusión de principios basados en la higiene individual y colectiva, la defensa de la educación física, la lucha por la divulgación de los problemas que relacionaban salud y sociedad (dolencias venéreas, tuberculosis, prostitución, porno-

---

\* Universidad Carlos III de Madrid.

\*\* CITCEM.

<sup>1</sup> Todas las fotografías y carteles de este artículo han sido extraídos del Archivo fotográfico de la Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

grafía, cáncer, cuidados durante el período de embarazo y lactancia, higiene en el trabajo, ceguera, lepra y paludismo, aborto provocado, reglas de alimentación, o el grave problema de «pé descalço»), además de preocupaciones eugenistas como «llamar la atención de los poderes políticos sobre la necesidad de regular el matrimonio desde la perspectiva de la profilaxia social» y liberar a la sociedad de sus enfermos mentales, alcohólicos y «desviados». Es decir, el objetivo era conseguir que los poder públicos legislaran sobre la higiene social a través de grandes campañas de asistencia pública.

Para ello, la Liga desarrolló procesos propagandísticos sobre buenas normas higiénicas, de sanidad y de profilaxia, mediante la redacción de artículos y ensayos educativos, perfectamente distribuidos y mediante el uso ocasional de carteles, películas, caricaturas y a través de la programación en radio. Promovía, además, conferencias doctrinales sobre los problemas nacionales, reunía comisiones de estudio, realizaba grandes campañas intentando sensibilizar a la sociedad y a los poderes públicos, cooperaba con instituciones oficiales, y felicitaba y animaba las buenas iniciativas de la sociedad como la creación de guarderías, maternidades, comedores infantiles y sociales, cooperativas y puestos de asistencia médica<sup>2</sup>.

Fueron muchas las iniciativas que desarrolló (y sigue desarrollando en la actualidad) la Liga en el campo de la prevención de los problemas de la salud en un momento de grandes dificultades sociales y de peligro de contagio, en el contexto de un régimen dictatorial, con sus consiguientes valores, principalmente en la fase totalitaria del Estado Novo. De ese interés resultó la edición de muchas publicaciones que sirven como testimonio del ideario práctico de la Liga.

En esta preocupación asumida por los jóvenes médicos, acompañado de las típicas preocupaciones higienistas e sanitarias de su tiempo, contribuyó el hecho de que uno de ellos, António Emídio Magalhães, realizó servicios clínicos en barcos mercantes que, en la década de los años 20, recorrían los mares, contactando con las campañas sanitarias que se desarrollaban en otros países. Algo que ayudó al joven doctor a interactuar con nuevas ideas y recopilar un interesante material sobre el tema.

La Liga era básicamente una plataforma médica y de otro tipo de especialistas de cuestiones sociales que se relacionaba con los poderes políticos y el mundo de la prensa en su afán por difundir soluciones a los problemas patológicos. Pretendía combatirlos e intentaba sensibilizar a la sociedad a través de la difusión de sus ideas y propuestas. Pero la Liga no discurrió por la discusión elitista y procuró atender al mayor público posible a través de la dupla educación/sensibilización. En los primeros tiempos, en la medida en que los medios de comunicación audiovisual (cine, radio y televisión) todavía no se habían convertido en medios masivos, fueron otros soportes los encargados de distribuir sus ideas a través de las referencias impresas y, sobre todo, a través de carteles y fotografías. En ese momento, estos dos soportes eran medios de comunicación muy empleados para llegar a la población por lo que la Liga produjo importó modelos de otros países y

---

<sup>2</sup> LPPS, 1948.

produjo sus propios materiales. Como muestra de esa preocupación, la Liga mantiene hoy un listado con un número considerable de carteles sobre educación sanitaria, originarios de los distintos países visitados por los médicos creadores de la institución, al margen de la producción propia, además de una colección de instantáneas que fueron tomadas para mostrar los problemas de los *tripeiros* relacionados con la profilaxia. Este artículo pretende analizar e interpretar las posibilidades y el significado de esos carteles históricos e instantáneas, producidos en las décadas de 1920 a 1950.

## 2. LO VISUAL COMO MEDIO DE COMUNICACIÓN POLÍTICA. CARTEL Y FOTOGRAFÍA

A lo largo de la historia, la autoridad ha empleado distintos recursos para enviar mensajes a la sociedad y el cartel y la fotografía fueron muy explotados en la primera mitad del siglo XX – periodo de gran actividad de la Liga- por su gran capacidad didáctica y de concentración informativa.

Aunque se empleó desde la Antigüedad, evolucionó en el siglo XV y se desarrolló en el París de Napoleón III, el cartel fue empleado como medio masivo de comunicación política en el primer tercio del siglo XX. Se convirtió, entonces, en uno de los soportes más adecuados para esta labor propagandística gracias a sus posibilidades de reproducción (opera en un gran radio de acción llegando a todas partes), por lo económico que resulta su impresión y dada su capacidad para comunicar (fija el mensaje a través de la síntesis de ideas), independientemente del nivel socio-cultural del lector. Algo que se presenta como fundamental en periodos de un alto analfabetismo. De este modo, palabras y, sobre todo, imágenes («puede existir un cartel sin palabras pero nunca sin imágenes»<sup>3</sup>) se combinan con técnicas y herramientas para conseguir lo que Naief Yehya denomina «propaganda total», invadiendo el entorno del receptor de un mensaje que se convierte en un «grito en la pared»: una llamada de atención al lector en su entorno medioambiental cotidiano. Y ese grito pretende persuadirle, no a través de la reflexión sino de la acción inmediata, ya que se dirige más a los sentidos y contribuye a sustituir los contenidos nocionales por los sugestivos. De ahí su eficiencia.

El cartel es, por tanto, un reclamo que trabaja en tres niveles básicos: el de la información en busca de una acción, el de la motivación que tiene como objetivo animar a una reacción y el de la influencia en el comportamiento del lector intentado conseguir una consecuencia<sup>4</sup>. Estas tres funciones (acción, reacción y consecuencia), siempre presentes en los carteles, se van dando a través de distintas estrategias comunicacionales que se basan, fundamentalmente, en ocho recursos: orden-amenaza, convicción, argumentación, sugestión, asociación en serie, repetición y juego de palabras, reflejo condicionado

<sup>3</sup> RAMÍREZ, 1988: 176-193.

<sup>4</sup> Si profundizamos en este tema debemos trabajar la teoría de Abraham Moles que habló de seis funciones del cartel: de información, convicción, económica, estética, creadora y ambiental, a las que François Enel añadiría la función aseguradora. MOLES, 1973; ENEL, 1974.

y apelación a la imagen de si mismo. Estos recursos se desarrollan a través de distintos modos de representar, sobre todo cinco: el más elemental que es el retrato; alegoría y metáfora, que se basa en la descripción; ilustración, que tiene como objetivo un mayor nivel de persuasión; la asociación heráldica a través de la yuxtaposición de símbolos; y la caricatura, generalmente empleada para la representación del enemigo. Y para que esta representación sea efectiva en el lector del mensaje visual es necesario que se ajusten cuatro elementos fundamentales: el grado iconográfico por medio de la evocación o la representación (a mayor fidelidad de la reproducción, mayor grado iconográfico), el nivel de metáfora (a mayor abstracción de la reproducción, mayor grado de metáfora), la carga connotativa (con la relación de dos ideas y que se basa en la sugestión) y el grado de impacto sobre el receptor.

De la misma forma, la fotografía fue empleada como fuente de información y de manipulación con fines propagandísticos desde el siglo XIX. Su capacidad de mantener un instante (concentrando espacio y tiempo) de la realidad por décadas y de manipular esa realidad a través de la selección intencionada del marco fotográfico hizo que este soporte visual se convirtiera en una herramienta muy interesante para el poder en su relación con el ciudadano<sup>5</sup>. La primera muestra de ese interés está en la Guerra de Crimea (1853-1856) cuando el fotógrafo Roger Fenton obtuvo la autorización del gobierno británico para acompañar a los soldados movilizadas siempre y cuando se comprometiera a no fotografiar ninguna escena que, publicada en la prensa de la época, pudiera ocasionar un movimiento antibélico entre los ingleses y convertir la intervención británica en la Península de Crimea en inpopular. Por esa misma razón se censuraron fotografías en la I Guerra Mundial (1914-1918) por mostrar una determinada imagen dañina para sus objetivos, como las instantáneas de soldados franceses bebiendo para celebrar la derrota del enemigo y que no fueron publicadas por mostrar una imagen trivial y poco adecuada para los ciudadanos que eran conscientes del horror de la guerra a través de la prensa. Fue durante la Guerra Civil Española (1936-1939) cuando se pusieron en marcha las primeras campañas políticas visuales de forma integral, sobre todo relacionadas con lo que ocurría en la retaguardia, como las del hambre o evacuación. Toda esa evolución estalló durante la II Guerra Mundial cuando la comunicación visual se convirtió en un aliado y enemigo, según se empleara.

Como hemos comentado, durante la Primera Guerra Mundial los estados, entendiendo que la guerra no sólo se ganaba con las armas sino también a través de la propaganda – animando a los aliados y criticando a los enemigos –, crearon las estructuras institucionales necesarias para poner en marcha la maquinaria publicitaria, sobre todo en el campo de la propaganda visual bélica. Más tarde, esta estructura se replicaría en otros como el que nos ocupa en este artículo: el de la protección de la salud a través de campañas profilácticas.

Por tanto, el desarrollo de la comunicación visual durante la Gran Guerra, sumado al clima de humanismo característico de este período, hizo que se desarrollaran institu-

---

<sup>5</sup> DE LAS HERAS, 2013.



ciones profilácticas que emplearon los carteles y las fotografías para *formar e informar* como parte de las actividades que, desde el discurso médico, se aplicaban a lo social. Como ejemplo, la Liga Portuguesa de Profilaxia Social que, asumiendo el discurso de la prevención, interactuó con otras instituciones de profilaxia mundial en el intercambio de propaganda visual para diseñar algunas campañas basándose en la producción en serie de una iconografía que calara en la sociedad portuguesa a modo de alerta sobre alguno de los males que afectaban a la población, como desarrollaremos a continuación.

### 3. LA PRODUCCIÓN VISUAL EN Y DE LA LIGA

Para la Liga Portuguesa de Profilaxia Social la difusión de sus investigaciones fue fundamental. Para ello empleó distintos medios, como la publicación de boletines y artículos científicos o la impartición de conferencias sobre los temas más problemáticos en la ciudad de Oporto desde el punto de vista de salud pública. En un nivel más popular, la concienciación social se realizó a través de soportes más pertinentes y didácticos, como los visuales: carteles y caricaturas, fotografías y, en menor medida, cine, tal y como se explica en uno de los boletines de la institución:

*Tem a Liga recorrido também ao cartaz e à película cinematográfica, com objetivos análogos, esperando a oportunidade para lhes dar todo o desenvolvimento que merecem, e finalmente empregou ainda a caricatura como meio de propaganda<sup>6</sup>.*

Las caricaturas fueron empleadas, sobre todo, en la campaña «Vida e Saúde», como el trabajo encargado al artista Mendes da Silva y que recibió el título general de «Maravilhas Citadinas». El cine, otro de los soportes empleados para la difusión de campañas, se convirtió en un medio fundamental de difusión a pesar de que la Liga no podía encarar trabajos cinematográficos debido al alto coste de la producción, tal y como señaló su director, Dr. António Emílio de Magalhães, en una conferencia en el Clube des Fenianos en enero de 1935:

*[...] para a educação do povo português em assuntos sanitários pode ter a cinematografia, acrescentando que, por não ser possível à Liga, como é de há muito seu desejo, adquirir muitas películas adequadas, devido ao seu elevado preço [...].*

La institución adquiriría películas cinematográficas de producción extranjera, como un film estadounidense sobre la higiene bucal en 1935 y que fue proyectado en varias conferencias del Dr. Antonio Paúl, en las Escolas Comerciais Mouzinho da Silveira y Oliveira Martins, Escola Industrial Infante D. Henrique, Instituto Normal Primário, o el Círculo Católico, entre otros lugares. También otras como las películas sobre Profilaxia e Terapêutica da Sífilis e da Malária donadas por la casa de químicos Bayer.

<sup>6</sup> LPPS, 1931: 25.

Sin embargo, fueron las fotografías y los carteles los soportes más empleados por la Liga, de ahí que sean el objeto de este artículo.

### 3.1. FOTOGRAFÍAS COMO REGISTRADORES DEL PROBLEMA

En el caso de las fotografías su uso se relacionó más, por su capacidad para conservar la realidad, como testimonio visual de la vida de la clase popular de Oporto. Los miembros de la Liga salían a las calles para capturar instantáneas que retrataban los graves problemas de salud pública de la ciudad. Era una forma de registrar el entorno para concienciar sobre las insalubres condiciones de vida de muchos portuenses. La mayoría de las instantáneas, que se conservan en álbumes en la sede de la Liga, se tomaron en la década de los 30, 40 y 50, y la colección conservada puede dividirse, en función de aquello que retrataron, en cuatro grandes temas: problemas sociales, laborales, de salubridad y de exclusión.

Problemas sociales, sobre todo pobreza, abandono infantil y hambre. En las fotografías se recogen escenas que muestran la situación de vida de los más precarios, insistiendo en los niños por ser los más desvalidos. Entre los álbumes se conservan decenas de instantáneas en las que se retrata la vida de los infantes en las calles de la ciudad, desatendidos.

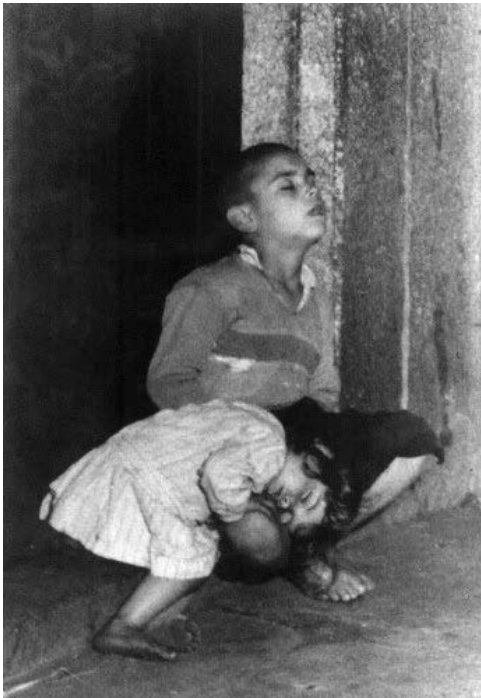


Imagem 1



Imagem 2

También se recogen imágenes que denuncian la pobreza y las largas filas que se organizaban ante las puertas de los comercios en los que se atendían las tarjetas de abastecimiento.



Imagem 3

Problemas laborales, sobretudo referentes al trabajo de mujeres y niños, e imágenes relacionadas con enfermedades derivadas de malas actuaciones laborales. Insistentemente la Liga retrató escenas en las que se mostraba a los niños realizando distintos trabajos como la venta ambulante, el trabajo de carquejeira o la recogida de papel.



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6

Pero la Liga no sólo centró su interés en los niños sino que fotografió escenas de las duras circunstancias laborales de los adultos con la intención de que las autoridades de la ciudad de Oporto actuaran. En las fotografías se muestra el duro trabajo de las carquejeiras, los albañiles y las portadoras de carbón que trabajaban en los barcos del puerto.



Imagem 7



Imagem 8



Imagem 9



Problemas de salubridad, entre ellos, de habitabilidad, ya que uno de las preocupaciones de la institución que estudiamos en este artículo fue la mala situación de las viviendas de las familias más pobres que, llegadas de las zonas rurales, ocuparon lugares no acondicionados para vivir, incluso compartiendo espacio con los animales.



Imagem 10



Imagem 11

También se fotografiaron los espacios públicos, sobre todo en lo referente a la basura y el agua, debido a los graves problemas de alcantarillado de la ciudad.



Imagem 12

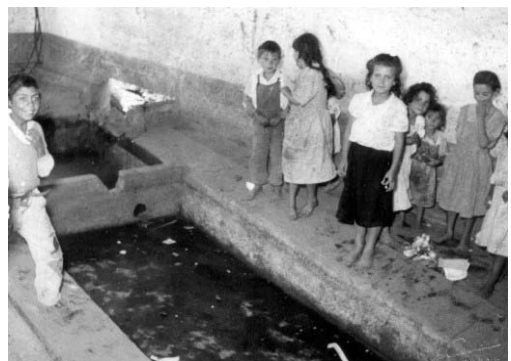


Imagem 13

Por otro lado, se recogieron imágenes relacionadas con la higiene, tanto personal como doméstica de niños y adultos, como se muestra en esta fotografía en la que una mujer despioja a otra en un mercado público del puerto.



Imagem 14

Problemas de exclusión, con el retrato de enfermos mentales, físicos y prostitutas, consideradas por la Liga como enfermas que debían ser reparadas física y psicológicamente.



Imagem 15



Imagem 16



Imagem 17



Imagem 18



Imagem 19

### 3.2. CARTELES COMO MOVILIZADORES

El soporte más empleado por la Liga en su trabajo propagandístico es el cartel, de ahí que sea uno de los ejes de nuestro estudio. La primera campaña que realizó la institución empleó los afiches para concienciar sobre el peligro de las enfermedades venéreas. A principios de la década de los años 30 se encargó al dibujante Carlos Mota una campaña de carteles anti-venéreos que, tras realizar una tirada de 3.000 ejemplares, fue enviada a las Cámaras Municipales, Associações Operárias y escuelas. Se trata de un trabajo en el que la imagen central está ocupada por una calavera presidida por una interrogación que ocupa la parte superior del cartel, mientras que el primer plano está protagonizado por una mujer cuyo lenguaje corporal indica preocupación. El conjunto visual está acompañado del siguiente texto:

*Em que pensará ela?*  
– *No marido precocemente falecido com uma doença venérea.*  
*DOENTES! – Aproveitai o aviso e consultai urgentemente os vossos médicos.*  
*PROFESSORES! – Iniciai nas escolas a educação sexual.*  
*INDUSTRIAIS! – A saúde dos operários não vos pode ser indiferente: facilitar-lhes a assistência adequada e lucrareis economicamente.*





Imagem 20



Imagem 21

Este cartel tiene una clara inspiración en uno elaborado por la Liga Argentina de Profilaxia Social, visitada por el Dr. Magalhães y que, en la actualidad, se conserva en el archivo de Oporto. Se trata de un trabajo anónimo en el que una pareja de recién casados es acompañada, en su cortejo nupcial, por unos hombres calavéricos que representan enfermedades de contagio sexual: blenorragia y sífilis. Precisamente es este cartel argentino el responsable de que el Dr. Magalhães decidiera que el acercamiento a los problemas de la población debía realizarse a través de una institución como la Liga y empleando, precisamente, los soportes visuales, tras observar este cartel en un viaje a Buenos Aires.

Otros trabajos de la Liga también están claramente influenciados por carteles extranjeros, como los que forman parte de la campaña «A Higiene na Vida», desarrollada en los años 30 y que están inspirados en una serie de carteles de la Croce Rossa Italiana titulada «L'Igiene nella vita», que dan directrices sobre higiene privada y pública.

Son cientos los carteles que la Liga Portuguesa de Profilaxia Social ha conservado tras distintas acciones recopilatorias llevadas a cabo gracias a la interacción con otras instituciones similares. Entre los fondos, se encuentran muestras de Argentina, como la que hemos presentando, Austria, Bélgica, Brasil, España, Francia, Italia (como las de la Croce Rossa Italiana), Japón, Luxemburgo, México y Polonia, muchas de ellas datadas en la década de los años 20 y 30. Estos afiches tienen como objetivo advertir e informar, sobre todo, de siete cuestiones: recomendaciones laborales, educación sexual, estilo de vida cívico, salud, problemas como el alcoholismo, y sobre maternidad y cuidado de los niños. Tal y como mostramos a continuación en una selección:



Imagem 22

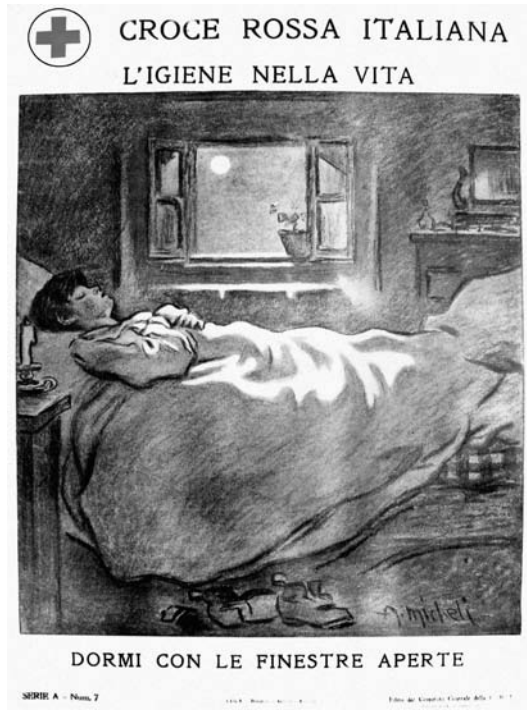


Imagem 23



Imagem 24



Imagem 25



Imagem 26

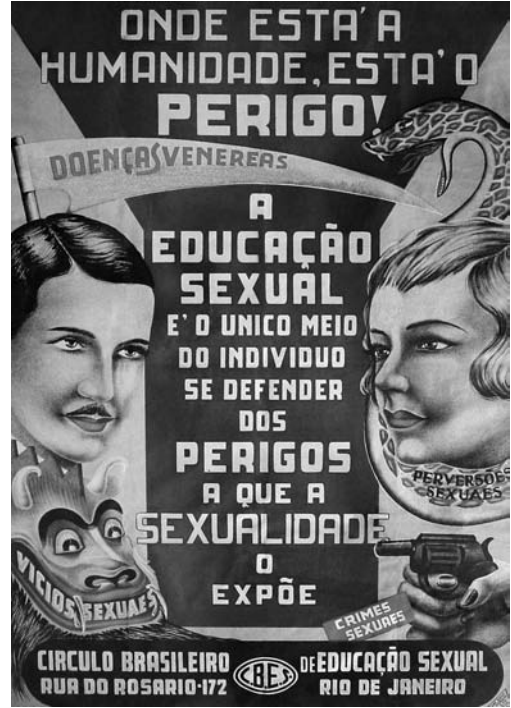


Imagem 27

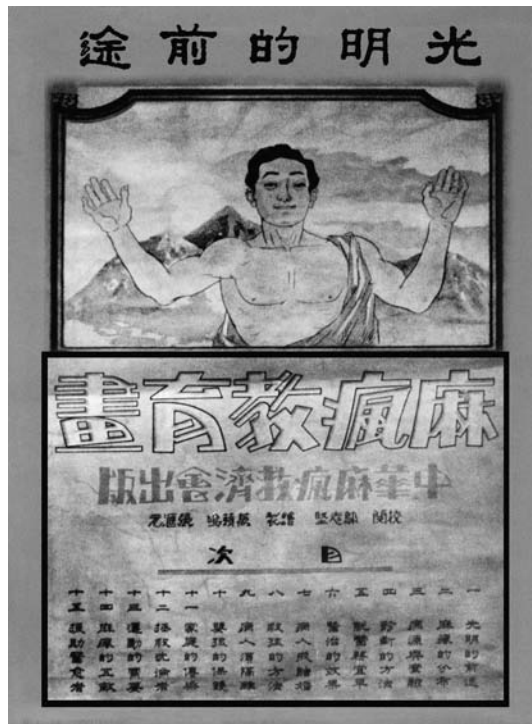


Imagem 28





Imagem 29



Imagem 30



Imagem 31

A pesar de este trabajo de recopilación de carteles internacionales, y teniendo en cuenta el valor didáctico que la institución valoraba en los afiches, la Liga casi no produjo sus propios carteles debido al coste inasumible de campañas visuales. Señalemos que la institución se creó con los propios fondos de los fundadores y, más adelante, se financió de donaciones y contribuciones voluntarias que superaron, por poco, mil donantes, al margen de pequeños y puntuales subsidios del gobierno, interrumpidos en 1940. A pesar de todo, la Liga desarrolló una incansable labor de asesoramiento a organismos como el Gobierno Civil de Oporto o las cámaras municipales, como ocurrió en la «Campaña de Pé Descalço». Este asunto fue un gran problema en Portugal por el número de enfermos y muertos que ocasionaba la costumbre, popular pero insalubre, de caminar descalzo en las zonas urbanas. Esta fue la razón por la que, para evitar los numerosos casos de tétano y otras enfermedades, el Gobierno Civil de Oporto, con asesoramiento de la Liga, puso en marcha una campaña de concienciación que fue extendida en todo el país. El objetivo era evitar las enfermedades derivadas y, además, acabar con uno de los signos que identificaban la pobreza, todo ello en el contexto de la búsqueda de una imagen nueva y renovada de la ciudad, a través de la concienciación y, finalmente, de la prohibición, ya que a partir del 27 de septiembre de 1928 se sancionó, incluso con prisión, en el caso de reincidencia.

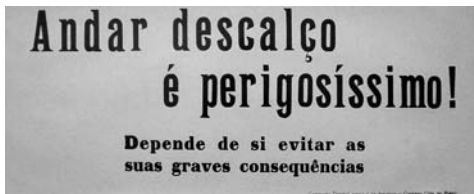


Imagem 32



Imagem 33



Imagem 34

Si atendemos exclusivamente a los carteles de elaboración propia, podemos diferenciar cuatro categorías temáticas que fueron objeto de interés de la producción visual de la Liga:

1 – Carteles que tenían como objetivo promover y publicitar la propia institución y sus actividades o las instituciones en las que colaboraba, como la Câmara Municipal do Porto.



Imagem 35

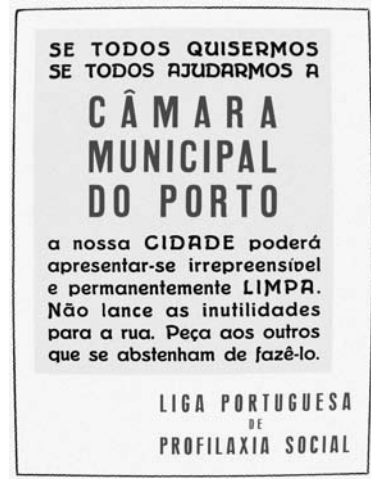


Imagem 36

2 – Carteles sobre higiene, sobre todo en lo concerniente al cuidado de los espacios públicos. La ciudad de Oporto presentaba la tasa de mortalidad más elevada de Europa, sobre todo en el centro histórico, incluso la mortalidad infantil ascendía al 200%. La razón, la insalubridad por el problema de abastecimiento del agua y de la red de saneamiento, la concentración de población derivada del éxodo rural y la existencia de fábricas en las zonas habitadas. Los indicadores estadísticos ya mostraban en la época que la mortalidad decrecía centrífugamente y la natalidad crecía centrífugamente.



Imagem 37

Ante esta situación era habitual que, para concienciar sobre este tema, se recurriera a tres estrategias empleando como soporte carteles murales (aquellos que contienen más texto que imagen o que sólo emplean palabras), por resultar más económicos. Las características de estos trabajos era:

– alusión constante al concepto de «civismo» y su asociación a la idea de patriotismo: «O maior ou menor índice de limpeza de uma cidade reflecte o grau de civismo dos seus habitantes. Se o Porto for uma cidade limpa, poderemos orgulhar-nos de ser portugueses».

– identificación por parte del lector del cartel de la calle como un bien que debe cuidarse tanto como el propio hogar: «Se reponta quando lhe sujam a casa, porque conspurca a rua?».

– involucración de todos en el cuidado de la ciudad: «Colaboremos todos com a Câmara Municipal do Porto nos esforços para tornar limpa e asseada e a nossa cidade».

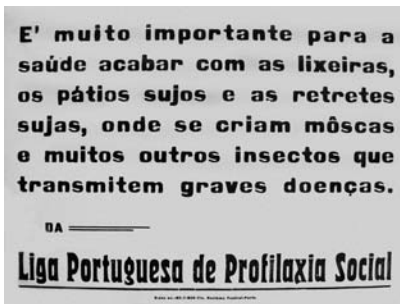


Imagem 38

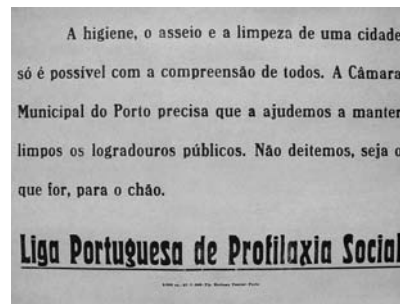


Imagem 39

3 – Carteles que advierten del peligro de la mosca, un tema problemático para la ciudad porque, siendo el saneamiento y la limpieza problemas urbanos, la mosca fue uno de los mayores transmisores de las dolencias a partir de focos insalubres. En estas campañas también se emplearon los carteles murales para enviar las consignas higiénicas. Hasta tal punto que se hacía alusión a este problema de forma muy beligerante, algo que denota la intensidad con la que se vivieron las campañas: «nosso inimigo número 1», ó «É preciso combatê-la sem treguas».

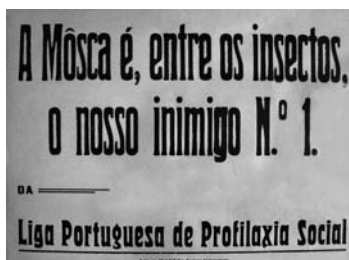


Imagem 40

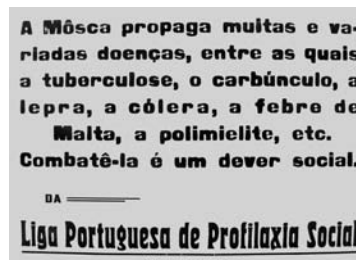


Imagem 41



Estos carteles advertían sobre las enfermedades provocadas por las moscas (tuberculosis, lepra, cólera, poliomelitis, fiebre de Malta..), los peligros de comer alimentos en los que las moscas hayan contactado o el perjuicio para los niños. De ahí que la Liga insistiera en la necesidad de, para evitar las enfermedades realicionadas con la mosca, ser cuidadoso con la limpieza de los alimentos, como se muestra en esta fotografía en la que una niña tapa el plato de comida con otro plato para proteger la comida.



Imagem 42

4 – Carteles que forman parte de las campañas contra enfermedades de contagio sexual, como el que analizamos en el inicio. La Liga desarrolló una larga acción de prevención contra las enfermedades que fueron, de modo genérico, tildadas de «males venéreos», sobre todo la sífilis, y defendiendo la regulación de los prostíbulos y la necesidad de formación en profilaxia antivenérea, antes de luchar por su absoluta abolición. Con respecto a la propaganda visual, se siguen las mismas estrategias de comunicación visual en la que se relaciona la enfermedad directamente con la muerte representando la calavera, como en el siguiente, que forma parte de una serie datada a finales de los años 30 y en el que se muestra un esqueleto femenino (conocemos esa información por los zapatos que destacan por su color) sobre una butaca a modo de espera, una espera que se vincula con el varón ya que en un segundo plano se muestra, sobre una alfombra, un par de zapatos masculinos. Junto a esos elementos, una mesa en la que se muestra una vela apagada (ha pasado tiempo durante la espera) y un reloj, que marca el paso del tiempo. La imagen es acompañada por el texto: «A certos amores os espreita...» La imagen es acompañada por el texto: «A certos amores os espreita...».



Imagem 43

## 4. CONCLUSIONES

La Liga no discurrió por la discusión elitista sino que procuró enfrentarse directamente con los problemas de los «otros», aquellos que eran marginados por su condición socio-económica y que se encontraban al margen del sistema en una ciudad con un alto nivel de pobreza e insalubridad. Dio visibilidad a esos «otros» acercando su cotidianeidad a las autoridades responsables, recomendó a esos poderes el emprendimiento de campañas, e impulsó el debate y la reflexión sobre los problemas con el fin de erradicarlos.

En su trabajo directo con los «otros», la Liga empleó distintas fuentes visuales, tal y como ya se realizaba en otras instituciones hermanas como la Liga Argentina de Profilaxis Social y como se realizó durante la Gran Guerra, con unos resultados exitosos. Las imágenes, por apelar directamente a lo emocional, movilizaban con mayor fuerza y llegaba a todos los sectores de la población, independientemente de su situación socio-económico-cultural. Las fotografías, utilizadas constantemente por la Liga, tenían como objetivo servir de soporte de memoria para recoger, en instantes, la situación vivida por los más desfavorecidos y, una vez expuestas en conferencias o mostradas en prensa, servir como catalizador para solucionar el problema: fotografiando la realidad se hacía visible y se obligaba a las autoridades y los ciudadanos a intervenir. El segundo medio utilizado por la institución fue el cartel que, tras los resultados obtenidos en la Gran Guerra como concienciador y motivador, se convirtió en una forma extensiva, económica y eficaz en el contexto de una ciudad, Oporto, con altas tasas de analfabetismo y en la que el acceso de los médicos al foco popular del problema en el proceso de concienciación era muy complicado.

Este trabajo ha pretendido desvelar alguna de las estrategias de comunicación empleadas por la Liga de Profilaxis Social en su deseo de denunciar, para solucionar, problemas graves de salubridad.

## BIBLIOGRAFIA

- DE LAS HERAS, Beatriz (2013) – *Fotografía e Historia. El testimonio de las imágenes*. Madrid: Vincent Gabrielle.
- ENEL, François (1974) – *L’Affiche: fonctions, langage, rhétorique*. Valencia: Fernando Torres Editor.
- LPPS (1931) – *Boletim de la Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, n.º 1.
- (1948) – *O que é e o que tem realizado a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (resumo)*. Porto: LPPS.
- MOLES, Abraham (1973) – *L’Affiche dans la Société Urbaine*. Buenos Aires: Paidós.
- RAMÍREZ, Juan Antonio (1988) – *El Cartel*. In *Medios de masas e historia del arte*. Madrid: Cátedra.

# ALIADOS VERSUS INIMIGOS DA NAÇÃO: SOCIABILIDADES NO PORTO DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO\*

**Resumo:** Os sentimentos nacionalistas decorrentes da Grande Guerra de 1914-1918 foram pródigos na transfiguração das fronteiras mentais das sociedades coevas, fomentando singulares diretrizes históricas e sociológicas nas relações entre cidadãos nacionais e estrangeiros. Os novos valores e comportamentos nas formas de interação social em Portugal, sublimados pelo complexo enredo diplomático e militar global, cedo despostraram em reações antagónicas face às diferentes comunidades internacionais aqui residentes. O estudo da cidade do Porto nas suas muitas especificidades oferece uma visão transversal sobre este novo fenómeno e o redesenhar do seu tecido social em tempos de guerra, revelando curiosos quadros das vivências e das concepções ideológicas entre aliados e heróis versus inimigos e anti-heróis da Nação.

**Palavras-chave:** 1.ª Guerra Mundial; Porto; Século XX; Estrangeiros.

**Abstract:** The Great War of 1914-1918 nurtured radical nationalist sentiments that promoted a transfiguration for a new consciousness on society's relationships among national and foreign citizens. The new historical and sociological guidelines resulted in different forms of social interaction in many countries worldwide, accentuated by the complexity of global diplomatic and military scenery, which emerged soon in Portugal despite the later involvement in the conflict. The presence of immigrant communities established in Oporto throughout the centuries offers a very unique perspective on the redesign of its social fabric and sociability at war times, revealing inquisitive images of everyday living, ideological concepts or attitudes and paradoxical behaviors between allies and heroes in opposition to enemies and antiheroes of the State.

**Keywords:** World War I; Porto; 20th Century; Foreigners.

A Grande Guerra não deixou de ser o corolário natural das contradições no processo de construção do conceito de «Estado-nação» ao longo de Oitocentos, exacerbando as rivalidades nacionalistas no mapa europeu, entre outros motivos políticos e económicos de monta, nos anseios pela liberdade, a soberania e autodeterminação de povos subjugados e as ideologias etnocêntricas políticas e socioculturais das grandes potências industriais. A dimensão global do conflito suscitou a transmutação do fenómeno sociológico na percepção do cidadão estrangeiro, conforme os jogos diplomáticos dos seus países de origem ou de ascendência familiar, implicando continuidades e ruturas nos padrões de relacionamento social e das vivências quotidianas nos países envolvidos num belicismo sanguinário.

Esta nova realidade não se esquivou ao Portugal da 1.ª República, apesar da nossa entrada oficial posterior nas hostilidades, assumindo uma especificidade em contraciclo com as sociabilidades históricas há muito firmadas no espírito luso, nas palavras de Fernando Pessoa:

---

\* CITCEM.

*A verdade é esta: em Portugal não havia ódio contra os alemães. Nenhuma tradição nossa o estabelecia; os nossos ódios tradicionais eram contra a Espanha, contra a França e contra a Inglaterra. A Alemanha nunca nos fora nada, nem num sentido nem noutra. Havia razões para odiarmos a Alemanha, para a temermos? Por certo, mas não razões susceptíveis de atingir a alma popular [...]. O contrário foi uma mixórdia da nossa desqualificada imprensa periódica, que nem soube de que [...] e lhe tinha sumido a decência<sup>1</sup>.*

Numa cidade como a do Porto, de forte pendor liberal e profusa presença de comunidades estrangeiras no seu seio, em face dos seculares elos marítimos e comerciais com o espaço além-fronteiras, todo este novo contexto socio-diplomático foi pródigo em cambiantes do seu tecido social quanto à presença dos súbditos de outras nações e aos comportamentos entre o mimetismo e a demarcação dos seus habitantes<sup>2</sup>. Aliás, essas próprias colónias de maior representatividade demográfica – britânica, francesa, alemã, brasileira e espanhola – e todas as das restantes nacionalidades fixadas no burgo tripeiro atravessaram rumos distintos, que as abordagens historiográficas pouco têm contemplado no seu retrato contemporâneo<sup>3</sup>.

Através do recurso a fontes documentais endógenas, como as do Governo Civil do Porto e do periódico *O Comércio do Porto*<sup>4</sup>, este ensaio pretende reconstituir parte dessas linhas sociológicas enquadradas no seu quadro histórico, relativos aos movimentos migratórios e às interações políticas, sociais, culturais e de assistência entre portuenses e estrangeiros, revelando as questões intrínsecas individuais e coletivas nas concepções mentais entre aliados *versus* inimigos da nação e heróis *versus* anti-heróis em tempos de guerra. Sendo certo que esta perspectiva de micro-história não se esgota na sua essência, uma vez que ao analisar-se a segunda maior cidade do país, ela oferece uma visão abrangente que se poderá transpor para a realidade portuguesa de 1914-1918 entre aliadofilos e germanófilos.

<sup>1</sup> PESSOA, 1978: 252.

<sup>2</sup> Em particular, desde os tempos medievais, as relações comerciais dos portuenses com outros povos e súbditos no quadro das navegações e trocas atlânticas, permitindo uma certa abertura das suas fronteiras mentais à convivência e inserção do «outro» estrangeiro. Vd., entre outros, MORENO, 1992 e RAMOS, 2000.

<sup>3</sup> Sobre a presença destas comunidades na cidade e a sua interação social com os seus habitantes, vd. SILVA, 2000: 334-337 e SERÉN & PEREIRA, 2000: 404-407. Convém recordar que o segmento germânico, talvez o menos explicitado dos enunciados, foi mantendo relações privilegiadas com o Porto já desde os tempos da Liga Hanseática, sendo dos principais compradores do açúcar brasileiro que aqui chegava. Após a unificação da Alemanha (1871) e a crescente aposta interna na industrialização, foram vários os seus súbditos que se instalaram pela Europa como técnicos especializados ou representantes de firmas comerciais e industriais alemãs.

<sup>4</sup> Neste caso em particular, há todo um conjunto de questões metodológicas que exigem uma atenção particular no seu exame: a triagem da informação pelos próprios jornalistas, as lacunas e omissões resultantes da suspensão deste jornal uma vez por semana e à sua agregação ao número subsequente, a greve semanal dos tipógrafos (agosto de 1915) e a vigência de uma comissão de censura, a mando do Ministério da Guerra (desde março de 1916). A compilação das notícias mais relevantes para este ensaio foi retirada maioritariamente das secções *Eccos da Guerra* e *Noticídio* para o contexto portuense.

## 1. A CIDADE DO PORTO: REAÇÕES SOCIAIS À BELIGERÂNCIA LATENTE (1914-1916)

A complexa urdidura das relações diplomáticas entre a *Tríplice Aliança* e a *Tríplice Entente* no mapa político europeu atingiu o seu zénite no verão de 1914, onde, entre as sucessivas declarações de guerra entre finais de julho e meados de agosto, se começavam a definir o conjunto de nações que se prestavam a digladiar nos cenários de batalha europeu e colonial. Até ao final desse ano e ainda na ilusão de um confronto militar célere, os dois grandes blocos em oposição constituíram-se entre os Aliados – Sérvia, Rússia, França, Bélgica, Grã-Bretanha e Japão – e as Potências Centrais – Áustria-Hungria, Alemanha e Império Otomano – aos quais se juntariam, em 1915, a Itália pelos primeiros e a Bulgária pelos últimos.

Embora Portugal se tenha decidido por uma posição de pseudoneutralidade face às muitas pressões políticas internas da 1.<sup>a</sup> República e externas da velha aliança inglesa, na verdade, a necessidade de defesa das colónias de Angola e Moçambique do expansionismo germânico adjacente levou a que prontamente se tenha decretado expedições militares à África portuguesa. Os combates e incursões entre os dois países nesses limites não deixavam de contrariar em parte essa postura oficial, do mesmo modo que o apoio mais ou menos explícito às operações e interesses britânicos foram sendo contestados pelo *II Reich* de Guilherme II. Com o Partido Democrático de Afonso Costa a defender uma política de intervenção armada na frente europeia, em correlação com a afirmação do país além-fronteiras e de futura integração nas negociações do pós-guerra, entre outros; considerava-se um dever nacional a luta em prol dos ideais democráticos e liberais<sup>5</sup>.

Justamente, na cidade do Porto, eram os democráticos a grande força política na liderança da vereação desde as eleições municipais de 1913, somente interrompida temporariamente durante as ditaduras de Pimenta de Castro (1915) e de Sidónio Pais (1917-1918), o que permite aflorar a intercessão do conhecido «partido da guerra» na conjuntura local em torno da crescente simpatia pela causa aliada. Em paralelo, a importante rede de consulados e de agentes diplomáticos presentes no burgo – Grã-Bretanha, França, Sérvia, Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Cuba, Grécia, Rússia, Chile, Brasil, Holanda, Uruguai e Panamá – aproximavam os portuenses dos acontecimentos e inflexões das políticas diplomáticas de muitos destes países em guerra, quer pelas implicâncias económicas que as mesmas representavam nas relações comerciais globais, quer pelos decretos nacionais mobilizando os cidadãos estrangeiros a incorporar os respetivos exércitos nacionais.

O mês de agosto de 1914 evidencia claramente uma predisposição popular dos portuenses pelo aliadofilismo no quadro da Grande Guerra. Enquanto os reservistas alemães e austro-húngaros embarcavam em São Bento entre tímidas despedidas dos seus familiares, os elementos franceses e britânicos recebiam calorosas manifestações de solidariedade de muitos populares que aí se deslocavam para assistir à sua partida. Às notícias da

<sup>5</sup> Vd. ARAÚJO, 2014a: 84-99.

invasão da Bélgica e da França pelas tropas alemãs, imbuídos de idealismos nacionalistas e românticos, vários jovens estudantes do Porto evadiram-se de suas casas saindo ilegalmente do país para se alistarem como voluntários no exército francês; e no dia 7 do mesmo, uma grande manifestação popular percorreu as ruas da baixa prestando cumprimentos aos consulados aliados e exibindo as bandeiras tricolor e da «Union Jack» em sinal de apoio à sua luta.

Em particular, o inesperado e chocante ataque à Bélgica, país que se tinha declarado neutral, congregou uma onda de certa repulsa contra o invasor germânico e os seus planos imperialistas um pouco por todas as localidades portuguesas. Em homenagem ao heroico povo belga, os tripeiros lançariam subscrições públicas, leilões de objetos de arte e venda de poesias para acudir esses compatriotas, instalando-se ainda uma delegação do *Comité Anglo-Franco-Belga de Socorro aos Feridos Militares* para amealhar fundos e doativos a enviar às autoridades desse país. Em sessão camarária de 8 de outubro desse ano, por proposta do Prof. Lopes Martins, era aprovada por unanimidade a atribuição do nome de «Praça de Liège» ao largo do Monte, na Foz do Douro, em tributo da sua resistência naquela que foi a primeira grande batalha da conflagração de 1914-1918.

Tais movimentos populares e as suas ingerências no tecido social e relacionamentos entre as comunidades internacionais radicadas na cidade colocaram sob apreensão as chefias políticas e policiais, temendo-se o estalar de conflitos ou de perseguições que pudessem provocar incidentes diplomáticos, diligenciando por fomentar uma coexistência pacífica e segura para todos os residentes. Por decisão superior, o Governo Civil do Porto prescreveu o encerramento de todos os postos particulares de TSF para controlar o volume de informações do exterior e possíveis atos de espionagem, sobretudo face a boatos dos instalados em domicílios de cidadãos estrangeiros, escoltas de guardas civis aos súbditos alemães que desejassem abandonar o país e a vigilância policial pontual dos seus organismos endógenos: consulado, colégio, igreja evangélica e clube. O clima de apreensão, por exemplo, levou a que a casa comercial Adolfo Höfle & C.<sup>a</sup> delegasse em dois antigos empregados portugueses, em procuração de 23 de outubro de 1914, inteiros poderes para a gestão dos seus negócios nesta praça comercial.

Ao longo do ano de 1915, muitas destas determinações permaneceriam em vigor e o contexto das vivências pouco se modificou quanto às sensibilidades político-sociais de uma Europa estagnada na guerra das trincheiras. Se é certo que no funeral de Emílio Biel<sup>6</sup>, em 15 de setembro, conceituado industrial alemão e figura grata pelos muitos melhoramentos realizados no espaço urbano, se prestaram todas as reverências ao finado e os votos de condolência à sua comunidade de origem, as animosidades não se encontravam plenamente dissimuladas. Nas comemorações do 5 de outubro, a comissão muni-

---

<sup>6</sup> Karl Emil Biel (1838-1915), natural da cidade de Amberg, fixara a sua residência no Porto em 1860, tendo-se casado com Edith Katzenstein, filha do 1.º cônsul alemão na cidade. Representante de diversas firmas alemãs e de outros países em Portugal, fundou a casa «Photografia Biel» que depois se desdobrou também pelos ramos de editora e de agência comercial. A ele se deve a introdução de muitas das inovações tecnológicas de Oitocentos – fonógrafo, luz elétrica, cinematógrafo, carro elétrico, turbina hidráulica, automóvel, etc. – estabelecendo importantes ligações com personalidades do mundo dos negócios, artes e cultura do Porto Romântico. Vd. MOREIRA, 1990: 130-134.



cial democrática promovia novo cortejo popular de saudação aos consulados das nações aliadas, avocando os desejos de uma pronta vitória e da entrada portuguesa além do palco da luta colonial. E nas sessões da vereação era frequente deixar-se transcrito em atas oficiais de protesto contra as atrocidades e vandalismo germânico, contrapostos às resoluções de condolências pelos ataques das suas tropas e submarinos às cidades e embarcações marítimas adversárias.

Também na passagem dos barcos ingleses e franceses pelos portos do Douro e Leixões com unidades militares em trânsito, estas comitivas eram recebidas entusiasticamente pelas gentes da cidade e arredores, disponibilizando-se bilhetes gratuitos para as salas de espetáculos onde eram cumprimentados com os seus hinos nacionais e muitos vivas e aplausos pró-aliados. A própria Universidade do Porto e a delegação da Cruz Vermelha disponibilizaram até ao cônsul da Grã-Bretanha os seus serviços incondicionais e gratuitos pelo esforço de guerra, concebendo hospitais de sangue em edifícios públicos para o tratamento e convalescença dos feridos e reforçando a regência de cursos de enfermagem.

Por fim, num agitado fevereiro de 1916, marcado por motins populares contra a carestia de vida e a complexa questão das subsistências, o governo de Jorge V formalizava o pedido de requisição dos barcos alemães surtos em portos nacionais, ao abrigo dos tratados da aliança luso-britânica<sup>7</sup>. Após a anuência da 1.ª República Portuguesa, datada de 23 do mesmo, e esgotadas as conversações diplomáticas com a Alemanha para a revogação da medida, o embaixador Friedrich Rosen apresentava a declaração de guerra contra o nosso país, inaugurando as hostilidades entre as duas nações a 9 de março. Em menos de uma semana, o novo governo da «União Sagrada» entrava em funções legislativas, alcançando um generalizado e momentâneo consenso político-social em favor da entrada na 1.ª Guerra Mundial.

## 2. OS INIMIGOS DA NAÇÃO: OS ALEMÃES E OS AUSTRO-HÚNGAROS DO PORTO (1916-1917)

De acordo com os dados do *V Recenseamento Geral da População* de 1911, residiam no distrito do Porto 229 cidadãos alemães, a quinta maior comunidade estrangeira local (7210 – 3,18%), representantes da segunda maior colónia com cerca de 24% no total nacional<sup>8</sup>. Quanto aos súbditos do Império Austro-Húngaro a sua expressão numérica era pouco significativa no panorama português, imiscuindo-se pelas suas idiossincrasias linguísticas e culturais com os alemães, sendo até um destes o mandatário diplomático da nação em Lisboa. Logo a seguir ao anúncio da ofensiva armada do Império Alemão, algumas das mais reputadas famílias germânicas portuenses – Claus, Höfle, Katzenstein, Cudell, Hitzemann, Wald, Geys, Wilms, Krieger, Hermann, etc. – optaram pela sua pronta retirada procurando refúgio na neutral Espanha.

<sup>7</sup> À data, no porto do rio Douro, apenas se encontrava atracado o navio «Vesta», sabotado pela sua tripulação com vista à sua inutilização pelo governo português. Vd. ARAÚJO, 2014b.

<sup>8</sup> DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1913: 294-295.

Porém, a maioria dos membros da comunidade pautaram-se por uma conduta mais discreta, quer argumentando a precedência da sua nacionalidade portuguesa por nascimento ou matrimónio, quer declarando não ter meios de sobrevivência se abandonassem os seus bens e empregos. Alguns instigaram até por requerer a cidadania de países neutrais à conflagração mundial, mau grado o descontentamento do governo português que tentou impugnar muitos desses pedidos nas embaixadas. O corte das relações diplomáticas luso-germânicas significou o encerramento do consulado alemão portuense e a transferência de todos os poderes e negócios para o homónimo e neutral espanhol, que passava a intermediário das conversações entre os dois governos. De igual modo, no respeito pela política internacional britânica, muitas das firmas comerciais e industriais do Porto sob propriedade e/ou gestão dos súbditos inimigos foram arroladas a uma «lista negra» proibindo os anteriores negócios e a adjudicação de novos contratos: Kendall, Vasconcelos & Passos Lda., Emílio Edelheim & C.<sup>a</sup>, W. Stüve & C.<sup>a</sup>, M. Jacobi & C.<sup>a</sup> ou Adolfo Höfle & C.<sup>a</sup>, entre outras.

De abril a junho de 1916, o governo da «União Sagrada» ratificou vários diplomas legais determinando a situação e imposições aos cidadãos estrangeiros pertencentes aos países inimigos, naturalmente visando o contingente alemão bem mais expressivo e com o qual se lutava nas duas frentes bélicas. O primeiro, proibindo a entrada de súbditos do Império Alemão ou seus aliados em solo nacional<sup>9</sup>, seguido de outro, bem mais punitivo, com a reformulação da sua condição jurídica e ordem de expulsão para todos os alemães de Portugal continental<sup>10</sup>. Os seis capítulos deste *Decreto n.º 2350, de 20 de abril*, são pródigios em restrições aos seus direitos civis – proibição de atividades comerciais e industriais, confisco de bens móveis e imóveis, suspensão de processos judiciais, interdição de casamento com nacionais, etc. – estipulando a ambos os géneros um prazo máximo de cinco dias para a saída rumo à fronteira e aos homens entre os 16 e os 45 anos, aptos ainda ao recrutamento militar compulsivo, o confinamento num campo de concentração de prisioneiros nos Açores<sup>11</sup>.

Pelo Governo Civil do Porto, no espaço de 22 a 28 de abril, foram emitidos um total de 72 passaportes a alemães e austro-húngaros do distrito, maioritariamente habitantes da própria cidade, alguns dos quais a título coletivo, perfazendo a soma de 133 banidos. Pelo Quartel-General da Divisão Militar apresentaram-se, pelo menos, cerca de 30 súbditos masculinos, todos eles de nacionalidade alemã, recambiados para a capital onde aguardariam pelo transporte marítimo para a ilha Terceira. Só que o processo não estava isento de falhas e muitos continuavam a solicitar títulos de residência com as premissas de terem nascido em Portugal, cumprido o serviço militar no seu Exército, estarem condecorados com cidadãos do país ou de parentescos em distantes graus com famílias inimi-

<sup>9</sup> *Decreto n.º 2313, de 4 de abril de 1916*, do Ministério do Interior. *Diário do Governo*, I série, n.º 64, p. 295-296.

<sup>10</sup> *Decreto do Ministério das Finanças. Diário do Governo*, I série, n.º 78, p. 341-344.

<sup>11</sup> Este «Depósito de Concentrados Alemães» funcionou no forte de S. João Baptista em Angra do Heroísmo, sendo facultada a possibilidade de os chefes de família poderem levá-las consigo, as quais ficariam ao seu cargo financeiro. Vd. REZENDES, 2014.

gas. Dos cerca de 62 casos contabilizados que os serviços administrativos tiveram de reportar às instâncias centrais, obrigando o Ministério dos Negócios Estrangeiros a proterlar os prazos até à primeira semana de maio, consta o da categorizada Carolina Michaëlis de Vasconcelos<sup>12</sup>, a primeira professora catedrática na Universidade de Coimbra.

Presumivelmente, este imbróglgio burocrático terá favorecido o apertar do cerco aos súbditos dos adversários dos aliados, com o *Decreto n.º 2355, de 23 de abril*, a caducar a cidadania portuguesa a filhos de pai alemão e a dos que tinham solicitado a sua naturalização antes da declaração de guerra<sup>13</sup>. Ainda que perante a onda de protestos pela arbitrariedade desses despachos, curiosamente vindos do seio da própria sociedade portuguesa, em que estavam em causa muitas figuras sem quaisquer ligações germanófilas além da ascendência, a mesma tenha sido atenuada com a inclusão de cláusulas de salvaguarda pelo *Decreto n.º 2377, de 9 de maio*<sup>14</sup>. Assim, o governo autorizava a permanência condicionada de portugueses com ascendência alemã até ao 3.º grau e dos menores de 16 anos, isentando da expulsão os funcionários do Estado ou corpos administrativos, os homens que tinham cumprido serviço militar no Exército português e as mulheres com filhos em iguais circunstâncias.

Não obstante o recobro da sua personalidade jurídica, todos estavam proibidos de exercer profissões na indústria, comércio e ensino particular ou doméstico, salvo decisão em contrário aprovada em Conselho de Ministros. Em meados desse mês no burgo portuense, não conseguindo contornar a lei, outros 22 portugueses todos de ascendência alemã foram compelidos a obter o seu passaporte, partindo para a saga do exílio mais 49 indivíduos, quase metade deles sendo filhos que acompanhavam os seus progenitores. Em termos económicos, este movimento migratório representou um duro golpe na vida económica, com o arrolamento das propriedades comerciais e industriais da comunidade alemã confiadas a depositários-administradores pelo Tribunal do Comércio do Porto, muitos dos quais as colocaram em haste pública vendendo os seus recheios, maquinaria e instalações, destruindo a sua capacidade produtiva e dificultando as já precárias condições do operariado citadino, decorrentes do desemprego e redução das atividades económicas em virtude da guerra global.

Sintetizando alguns dados socioprofissionais dos súbditos alemães e austro-húngaros do Porto, ao nível dos pedidos de residência, dos 62 pedidos a maioria proveio dos primeiros (59 – 95,16%) e os restantes três dos segundos, numa relativa equidade de géneros com apenas mais dois títulos do sexo feminino. Quanto aos passaportes emitidos a esses mesmos cidadãos banidos pelo seu vínculo jurídico, o valor dos austro-húngaros permanecia residual com apenas cinco registos face aos 67 dos alemães (93,06%), mas a superioridade feminina revela-se quase o dobro no conjunto das duas nacionalidades com 48 senhoras (66,67%) em contraste com os 24 homens (33,33%). Igualmente o número de passaportes em nome individual era superior aos atribuídos a coletivos (46 –

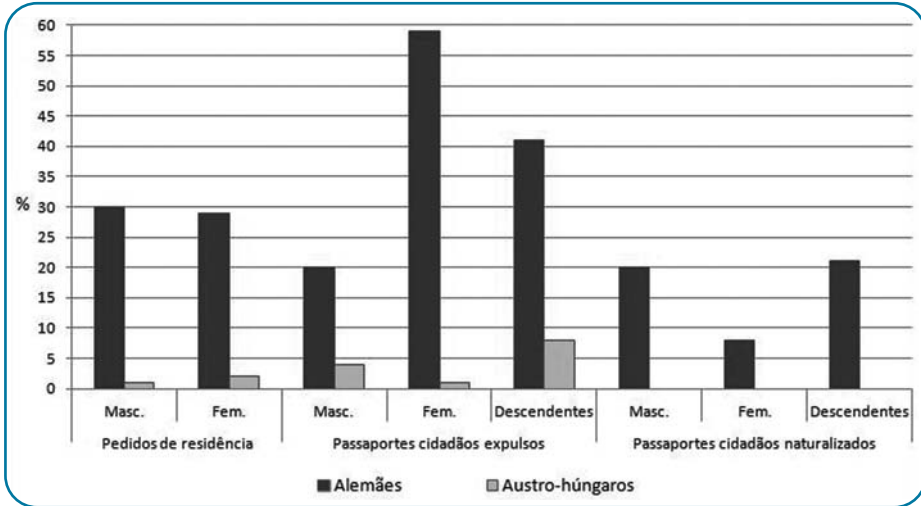
<sup>12</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) fixara a sua residência no Porto, decorrente das atividades profissionais do marido Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), que manteve sempre até ao seu falecimento.

<sup>13</sup> Decreto do Ministério das Finanças. *Diário do Governo*, I série, n.º 80, p. 361-362.

<sup>14</sup> Decreto do Ministério das Finanças. *Diário do Governo*, I série, n.º 89, p. 417-418.

63,89%), ou seja, os que levavam consigo esposas, filhos e netos (26 – 36,11%), mas contrariamente aqui eram os homens como chefes de família os predominantes (16 – 61,54%).

**Gráfico I:** Trajetórias dos Inimigos da Nação no Porto (22 de abril-20 de maio de 1916)<sup>15</sup>



Fonte: *O Comércio do Porto e Arquivo Distrital do Porto*<sup>16</sup>.

Já nos passaportes autenticados a portugueses que perderam a condição de cidadão pela ascendência alemã, alguns dos quais tinham beneficiado inicialmente de títulos para permanecer no país, imperam entre o universo de 22 indivíduos os do sexo masculino (20 – 90,91%), revelando a liderança das petições individuais e dos naturais da própria cidade do Porto (15 cada – 68,18%). A soma dos passaportes a súbditos inimigos registados no Governo Civil do Porto atinge um total de 94, ainda que na prática se tenham ausentado do distrito 182 elementos de diferentes idades e estados civis, cifrando-se as médias etárias possíveis de apurar nos 48 anos para o género masculino e os 32 para o feminino. Todos sob o aval do consulado espanhol para entrada no país vizinho, abandonando as suas casas e bens de todo o tipo ao seguirem nos comboios expressos do Minho e de Vilar Formoso, fixando-se a maioria nesse desterro entre Vigo, Tuy e Madrid até à permissão de regresso em inícios de 1919.

<sup>15</sup> Ressalve-se que os dados compilados não serão absolutos, tendo em conta a falta de material de arquivo completo, nomeadamente, os dos pedidos de naturalizações cuja reconstituição só foi possível através da fonte periódica. Os próprios registos oficiais apresentam algumas limitações, tendo sido inscritos pelos serviços do Governo Civil em formulários estandarizados, que omitem algumas informações importantes sobre estas comunidades estrangeiras. Os valores apresentados ao nível dos passaportes resultam da contagem total do número de indivíduos, agregados a título coletivo, com autorização governamental para abandonarem Portugal.

<sup>16</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Bilhetes de Identidade e registo de alemães que foram obrigados a sahir do paiz e Registo de Passaportes*, L.º 172.

Por fim, numa caracterização profissional sumária de 58 cidadãos expulsos (61,7%), nota-se uma razia acentuada entre os estratos da alta burguesia e classes médias destas duas comunidades inimigas. Entre os homens quase sempre assinalada essa rubrica (38 – 40,43%) surgem em grande número os negociantes, comerciantes, proprietários e agentes comerciais, mas também uma diversidade de profissionais de quadros técnicos e administrativos: engenheiros, empregados comerciais, ourives, impressores, fotógrafos, etc. No outro espectro, entre as mulheres, ainda que menos referenciadas (20 – 21,28%), encontram-se sobretudo professoras e perceptoras, modistas, enfermeiras, empregadas comerciais e domésticas. O que não deixa de abalizar, por outro lado, o declínio da rede cultural, religiosa e recreativa dinamizada pelos alemães no Porto, estruturas entretanto encerradas por lei e arroladas para venda como o Colégio Alemão ou o Clube Alemão, espaços privilegiados do seu convívio social e relativamente herméticas à integração dos portuenses.

A 2 de junho de 1916, o pendor germanófilo na cidade avolumou-se para níveis perigosos da sociabilidade com os alemães que aqui ainda resistiam, com a notícia da descoberta de uma lista confidencial de subscritores a um empréstimo de guerra por várias individualidades da colónia ao *II Reich*. A inclusão de nomes de conceituadas famílias – Burmester, Claus, Gilbert, Duhn, Lichtenberg, Kimpel, Justus, Stüve e outras – mais do que espanto provocou a indignação geral perante a pérfida atitude contra o burgo que os acolhera. Não será por isso surpreendente que muitos dos requerimentos dirigidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros por súbditos dos países inimigos e seus equiparados, desejando o regresso a Portugal no gozo da sua capacidade jurídica e civil, tenham sido indeferidos na sequência de uma exaustiva análise prévia<sup>17</sup>. Entre 1916 e 1917 somente seis destes foram sancionados para a segunda cidade portuguesa – alguns representantes das famílias Wandschneider, Young, Puls e Biel –, inteiramente afastados os escrúpulos de eventuais riscos de espionagem ou de influência germanófila.

### 3. OS ALIADOS DA NAÇÃO: OS BRITÂNICOS E FRANCESES DO PORTO (1916-1918)

No seguimento da anterior consciência aliadófila portuense, em articulação com o maior peso demográfico das suas colónias no perímetro urbano, a Grã-Bretanha e a França continuaram a agregar o grosso das expressões populares de apoio, afinal as duas grandes nações que vinham obstruindo a ofensiva alemã na Europa. A primeira grande concentração teve lugar a 17 de março de 1916, um dia após a nomeação do governo da «União Sagrada», com desfiles pela rua e uma sessão solene com todos os representantes diplomáticos do bloco militar a que Portugal se tinha associado, promovido pela recém-criada *Junta Patriótica do Norte*<sup>18</sup>. Cenário que se iria repetir nos meses seguintes com outras

<sup>17</sup> Varia decretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário do Governo*, II série, 1916-1917.

<sup>18</sup> Vd. CORREIA, 2011.

tantas arruadas, conferências, sessões patrióticas, leilões de beneficência, peças teatrais, *soirées inter-aliés* e cerimónias de gala em que as figuras dos cônsules desses dois países, a par dos vereadores da comissão administrativa democrática, tinham destaque garantido entre a audiência.

Paradoxalmente à secular aliança com os britânicos, seriam os franceses a firmar neste período os laços de solidariedade mais sólidos e coesos, desenvolvendo diferentes iniciativas em várias dimensões para concorrer à abnegação do Porto na nova conjuntura, que retribuía com pompa na celebração do seu feriado nacional do 14 de julho. Quer num plano militar, com a ancoragem de uma base naval no porto de Leixões para vigilância da costa marítima dos ataques regulares dos submarinos alemães ou a visita da missão militar anglo-francesa para auxílio na preparação do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), quer do ponto de vista cultural e de assistência através da ação de agrêmiações como a *Société Francaise de Bienfaisance* ou a *Société Amicale Franco-Portugaise*. Aos quais se pode acrescentar a partida de muitos trabalhadores portugueses para território francês, por intermédio de contratos de trabalho com o seu governo, para reforçar as equipas de operários nas fábricas de munições com salários extremamente vantajosos para os padrões de vida nacional de então.

O próprio dever da Grande Guerra não era esquecido na vida quotidiana e associativa tripeira, por exemplo, a distribuição por todas as escolas públicas dos diferentes níveis de ensino, a mando da câmara em meados de abril de 1917, da declaração do presidente Wilson ao Congresso dos E.U.A. que justificava a entrada de uma nação de peso e que reanimava as aspirações da vitória aliada. Depois estendendo-se em complementaridade noutras sessões oficiais de gáudio pela adesão similar de países como o Brasil, Cuba ou a Grécia, olvidando a posterior retirada do Império Russo às mãos dos bolcheviques. A 9 de junho do mesmo, por determinação do Ministério da Instrução Pública, comemorou-se o «Dia dos Aliados», com várias cerimónias cívicas educativas e culturais para esclarecer e tranquilizar a sociedade portuguesa dos rumos bélicos, a mais eloquente sendo a da Universidade do Porto da qual procediam muitos dos soldados expedicionários em combate<sup>19</sup>.

Inerente a essa partida para a França do C.E.P. com destino às trincheiras na Flandres desde o início do ano, antevendo-se as dificuldades de relacionamento interpessoal dos portugueses com os camaradas de outras nações por divergências linguísticas e culturais, foi o aparecimento de propostas educativas e edições literárias para esses soldados. A fim de facilitar a integração de uma maioria de homens de meios rurais e com baixos, senão mesmo nenhuns, índices de alfabetização, a professora francesa Blanche Aussenac idealizou cursos gratuitos de línguas vivas de inglês e francês a reger aos praças nos quartéis da Divisão Militar do Porto. E Bernardo Moreira de Sá daria à estampa o *Pequeno vocabulario phraseologico portuguez e francez do soldado em campanha* (1917), opúsculo editado pela Livraria Magalhães & Moniz, em formato de guia de conversação com vocabulos, frases e termos da gíria popular e militar para soldados e oficiais se fazerem compreender na estadia além-mar.

---

<sup>19</sup> Vd. ALVES & ARAÚJO, 2014: 126-127 e ARAÚJO, 2014c: 111-125.



Durante a vigência do Sidonismo até ao final de 1918 e numa notória inflexão da política militar portuguesa, o quadro portuense modificar-se-ia substancialmente a braços com a alta mortalidade pelo Tifo Exantemático, desviando as ações solidárias e donativos dos militares para os doentes e suas famílias. Nas «sopas económicas» da *Obra de Assistência 5 de Dezembro* chegaram a colaborar vários membros das colónias estrangeiras do Porto, mas coube aos espanhóis um maior labor com o envio de uma brigada sanitária com médicos e equipamentos para tentar conter o surto epidémico. Obstando esse entorpecimento, a comunidade britânica do Porto auxiliou, todavia, a instalação de uma delegação local da associação humanitária *Triângulo Vermelho*. Este organismo, em conexão com o comité central junto dos aliados, disponibilizou ao C.E.P. serviços médicos e de transporte na Flandres, que se veio a revelar fulcral após o desaire da Batalha de La Lys (9 de abril de 1918).

As notícias da rendição do Império Austro-húngaro e os boatos de idêntica tomada de decisão pelo *II Reich* despontaram as primeiras reações de regozijo pelo final da longa e mortífera Grande Guerra, sucedendo-se os desfiles de vitória pelo Porto ainda antes do Armistício de 11 de novembro de 1918. Confirmado oficialmente o final do conflito mundial, o leque de comemorações expandiu-se por celebrações envolvendo os cidadãos portugueses e os estrangeiros das forças dos Aliados: cumprimentos diplomáticos, recepções de galas, sessões de fogo de artifício, edifícios embandeirados e iluminados, navios engalanados, bandas de músicas tocando os hinos português, francês e britânico, etc. Três dias depois a Câmara Municipal do Porto resolvia atribuir à futura avenida central da cidade o nome de «Avenida das Nações Aliadas» e a elite portuense promovia uma subscrição pública, no periódico *A Pátria*, para oferta da salva de prata «Génie de la Liberté» e uma taça de honra com as armas da cidade ao marechal Foch, comandante-chefe das forças da *Tríplice Entente*.

A *Câmara do Comércio Francesa* e a *Associação Britânica do Porto* celebraram cerimónias religiosas em honra dos mortos das suas colónias e pela Paz mundial, descerraram placas comemorativas nos seus edifícios e cemitérios privativos, agradeceram os telegramas pela vitória das suas nações e retribuíram com sessões oficiais a colaboração das autoridades políticas, militares e cívicas locais. O último grande momento de confraternização de todas as nações aliadas foi o banquete oferecido pelo Governo Civil do Porto, na noite de 8 de dezembro, juntando todos os cônsules e agentes diplomáticos da cidade; sendo certo que muitos programas que vinham sendo planeados acabaram por ficar suspensos perante o ambiente revolucionário imediato com a queda da «República Nova» e a subsequente «Monarquia do Norte».

#### 4. HERÓIS E ANTI-HERÓIS DO PORTO NA GRANDE GUERRA

Uma das características de qualquer evento bélico na história da Humanidade é o surgimento e mitificação de personagens que pelo seu patriotismo e heroísmo ofertavam a sua vida, mas também daqueles que pela sua astúcia e subtileza enfrentavam perigos por espionagem e traição contra a sua própria nação ou a de acolhimento. A necessidade de

preservação da memória e exaltação destas figuras da 1.ª Guerra Mundial atravessou o Porto ao longo desses quatro anos, no entanto, muito mais centrada numa abordagem eurocêntrica do que africana... Tal como a consternação tripeira pelo falecimento de George Porte, a 13 de outubro de 1914, o primeiro morto da colónia francesa do Porto em França, ou dos muitos congéneres britânicos periclitados em combate e homenageados por clubes desportivos como os do F.C. Porto e Boavista F.C. Ao *Núcleo Reformista do Porto* se deveu a consagração dos primeiros voluntários portugueses perdidos em França, Carlos de Ornelas e Adolfo de Medeiros, enviando coroas de louro para os seus túmulos e a bandeira nacional para figurar no Museu do Exército Francês, na primavera de 1915.

Na toponímia da cidade ainda hoje nos deparamos com alguns destes heróis portuenses. O tenente Mário Augusto Teles Grilo (1885-1917), o primeiro portuense abatido pelas armas inimigas dos «boches», do regimento de Infantaria 18 e imortalizado num retrato descerrado na sua sede no quartel-general à Praça da República; e o célebre primeiro-tenente Carvalho de Araújo que, ao comando do caça-minas «Augusto de Castilho», sacrificou a sua tripulação para salvar as 1500 pessoas a bordo do vapor «São Miguel» que pôde assim desembarcar em segurança em Ponta Delgada<sup>20</sup>. Sem esquecer os expedicionários do C.E.P. rememorados na atribuição da designação «Avenida da França», deliberação camarária de 11 de julho de 1917, depois imortalizados com as tropas africanas em vários monumentos espalhados pela cidade.

Por seu lado, o género feminino ficou associado à imagem dos anti-heróis com duas protagonistas acusadas de espionagem na cidade. Ainda em abril de 1916, a pintora russa Sonia Delaunay (1885-1979), que se tinha refugiado com o marido e o filho em Vila do Conde no ano anterior vindos de Espanha, foi intimada a retirar-se de Portugal pelo cônsul francês por suspeitas de ligações a súbditos alemães nas suas visitas à Galiza<sup>21</sup>. E a acusação formalizada contra Christina Haussmann, professora holandesa residente em Cedofeita e noiva de um súbdito germânico banido, investigada pelas suas viagens regulares a Madrid. A 11 de julho de 1917, acabaria expulsa do território nacional, por servir de portadora de correspondência entre as famílias alemãs do burgo e os seus elementos exilados.

No entanto, o único traidor condenado à morte no Portugal do século XX, medida amplamente criticada pela cidade do Porto aquando do seu restabelecimento para crimes de guerra em 1916, foi um soldado natural da própria cidade num processo algo dúbio e censurado na imprensa da época. João Augusto Ferreira de Almeida (1894-1917), motorista na unidade de automóveis, que durante cerca de meio ano no C.E.P. registou várias quezílias com os oficiais no comando, alguns de carácter germanófilo pela experiência de vida como antigo *chauffeur* ligado à família Höfle<sup>22</sup>.

Denunciando anonimamente por suposta tentativa de espionagem e deserção para as trincheiras alemãs, foi alvo de um julgamento célere e baseado em provas vagas e

<sup>20</sup> Vd. FERNANDES, 1961.

<sup>21</sup> O casal Delaunay, que fundara o movimento artístico do Orfismo (1911-1913), considerando uma das pontes de transição do Cubismo para o Abstracionismo, partilhou a sua residência portuguesa com os pintores Eduardo Viana e Samuel Halpert e conviveu com modernistas como Amadeo de Souza-Cardoso e Almada Negreiros.

<sup>22</sup> GOMES & GOMES, 2003: 371-372.

pouco credíveis, sem nunca ter sido chamado a depor nos autos de averiguação. Após real tentativa de fuga à justiça militar, o Tribunal de Guerra sentenciou-o à pena capital, tendo sido fuzilado na manhã de 16 de setembro, como medida punitiva e disciplinar contra futuros comportamentos subversivos. Presentemente, num revisionismo das comemorações do centenário da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, decorre um pedido de amnistia à Assembleia da República para a reabilitação da sua memória a título póstumo.

## 5. EIXOS DE REFLEXÃO

Existiria algum fundamento na cogitação de Fernando Pessoa de que a imprensa periódica portuguesa durante a Grande Guerra se mostrara tendencialmente parcial à causa aliada? Teria sido o sentimento de germanofobia extrapolado no seio da sociedade nacional, até então relativamente indiferente nas escassas premissas históricas entre as duas nações, pelo perigo que o imperialismo alemão representava para a paz europeia e nas delimitações geopolíticas da África portuguesa? Seja dito de passagem que as impressões posteriores de muitos dos expedicionários do C.E.P. sobre os «boches» não eram assim tão divergentes em comparação com os «tommys» e os «poilus», misto de simpatia e de menosprezo perante a pretensa inferioridade civilizacional portuguesa, mas fértil em exemplos de altruísmo e de respeito entre os exércitos em confronto nas trincheiras da Flandres.

A posição aliadófila que triunfou na consciência coletiva do nosso país, contudo, não difere muito na sua natureza à de tantos outros países e suas sociedades coevas. A Alemanha do *II Reich* personificou em pleno a figura de inimigo, mau grado o país não ter encetado a alteração armada, fruto de uma política imperialista de laivos autocráticos contra os valores demoliberais do nacionalismo e da liberdade, sem respeito pelos convénios diplomáticos ao invadir e atacar países que se predispunham à neutralidade. O que não surpreende o rótulo de principal culpada no pós-guerra, matizado nos acordos de paz como o famigerado Tratado de Versalhes, semeando uma paz precária e altamente perigosa como os anos de 1930 validaram. Por outro lado, a presença da Grã-Bretanha como sua principal adversária alimentou essa perceção, com o ataque ao ancestral correligionário a fustigar a ambição de a socorrer como dever de honra patriótico.

Deste modo, se compreende a notória inclinação em favor dos Aliados nas sociabilidades do Porto de 1914-1918, quer ainda antes da participação portuguesa, quer depois do anúncio da União Sagrada, apenas esmorecendo em parte na delicada governação sionista. Talvez mais pelos problemas sociopolíticos internos que se enfrentavam na urbe, quezílias políticas e preocupação sanitária, num cansaço generalizado face a uma guerra tão longa que potencializara a crise das subsistências e o declínio das condições de vida. Só que duas outras particularidades devem ser frisadas no seu quadro: a perseverança de uma gestão camarária do Partido Democrático, os maiores apologistas da política intervencionista, e de um tecido social há muito enraizado e conivente com a presença de estrangeiros, que se foram gradualmente imiscuindo em relações matrimoniais e/ou económicas numa cordialidade quotidiana e tradicional.

Isto apesar de as colónias britânica e alemã sempre terem-se pautado por alguma diferenciação sociocultural no convívio com os tripeiros, circulando em espaços de sociabilidade privativos e conservando uma identidade coesa em termos linguísticos, educativos e religiosos. Quiçá, justificativo da maior proximidade à comunidade francesa local neste âmbito cronológico, não só por ser um dos palcos mais sacrificados da luta europeia, mas também pela concordância política de regimes republicanos e de um maior interesse supranacional francês do apoio português. Já que os britânicos consideraram mais oportuno protelar essa entrada, colocando acertadas e sérias reservas quanto à nossa operacionalidade militar e capacidade económica para o esforço da guerra. Todavia, sem que a simbiose entre portugueses e estrangeiros deixasse de marcar a vida da cidade nas suas várias dimensões, estreitando e distanciando laços nas redes de complementaridade familiares e diplomáticas, promovendo muitos dos movimentos cívicos, ideológicos e culturais observados.

Quanto à comunidade germânica do Porto, o processo de expulsão dos seus súbditos e descendentes, da confiscação e venda dos seus bens, do encerramento das suas agremiações; não esteve imune a críticas e embargos por alguns dos residentes nacionais e estrangeiros, motivadas por ordens arbitrárias e flagrantes casos de injustiça social, senão mesmo de alguma solidariedade por famílias apartadas coercivamente, como atestam os exemplos dos anti-heróis citados. Na década de 1920, muitos destes alemães não desistiram de regressar a esta cidade de acolhimento, constatando-se pelo *VII Recenseamento Geral da População* de 1930, a sua recuperação demográfica para os valores antes da guerra com 230 indivíduos entre a população estrangeira do distrito (4977 – 4,62%)<sup>23</sup>. Só então, num clima de pacificação social, muitos puderam reconquistar os seus direitos civis e jurídicos com a devolução dos bens arrestados aos seus proprietários ou indemnizações compensatórias por inexecuibilidade dos mesmos, a reabertura do Colégio e do Clube Alemão e o estabelecimento de novas agências comerciais e sucursais de firmas alemãs; sanando as pontuais inimizades e velhas feridas pela perpetuação de apelidos germânicos ainda em voga entre as famílias portuenses.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Rumos da internacionalização na história da U.Porto*. In TEIXEIRA, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto – uma visão centenária*. Porto: U.Porto-Edições Centenário, p. 83-173.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014a) – «*Método, Autoridade e Sangue-Frio*»: o pragmatismo médico no Corpo Expedicionário Português. «IDN – Nação e Defesa», n.º 139, p. 84-99.
- (2014b) – *Impressões jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra*. Atas do Encontro «A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações». Porto: CITCEM [em publicação].
- (2014c) – *Médicos milicianos portugueses nos palcos da Grande Guerra*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/11877>>. [Consulta realizada em 22/03/2015].

<sup>23</sup> DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1933: 242-243. No censo anterior de 1920 estimava-se uma quebra da comunidade estrangeira alemã para quase metade, no universo da população de facto residente em território nacional.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto: desafios à República, Cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: QuidNovi.
- CORREIA, Sílvia (2011) – *A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM Cultura, Espaço & Memória», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- FERNANDES, Albino (1961) – *Carvalho Araújo: herói sem mácula*. Lisboa: edição do autor.
- GILBERT, Martin (2004) – *The First World War: A Complete History*. Florida: Owl Books.
- GOMES, Afonso; GOMES, Carlos de Matos, coord. (2003) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- MOREIRA, Tomás (1990) – *Emílio Biel – um alemão no Porto*. «O Tripeiro», Série Nova, ano IX, n.º 5, p. 130-134.
- MORENO, Humberto Baquero (1992) – *A Navegação e a Actividade Mercantil no Entre-Douro-e-Minho*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 9-24.
- PESSOA, Fernando (1978) – *Da República (1910-1935)*. Lisboa: Ática.
- RAMOS, Luís de Oliveira, dir. (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- RAMOS, Rui (1994) – *As Guerras da República (1911-1917)*. IN MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- REZENDES, Sérgio (2014) – *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e património militar*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- SCHWARZ, Reinhard (2006) – *Os Alemães em Portugal (1933-1945): a colónia alemã através das suas instituições*. Porto: Antília Editora.
- SERÊN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins (2000) – *O Porto Oitocentista*. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – *Tempos Modernos*. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

## FONTES IMPRESSAS

- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1913) – *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911: 5.º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1933) – *Censo da população de Portugal: Dezembro de 1930: 7.º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.

## FONTES PERIÓDICAS

- O Comércio do Porto* (1914-1919).
- Diários do Govêrno*, I e II séries (1916-1918).

## FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Distrital do Porto (ADP)
- Bilhetes de Identidade e registo de alemães que foram obrigados a sahir do paiz* (1915-1916).
- Registo de Passaportes - Livro 172* (1916).





# A PRISÃO – UM LUGAR DOS «OUTROS»: REVISITANDO A CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO (1925-1933) A PROPOSITO DO CAPITÃO TITO LIVIO CAMEIRA\*

MARIA JOSÉ MOUTINHO SANTOS\*\*

**Resumo:** Este é um trabalho exploratório sobre alguns aspetos da gestão do capitão Tito Lívio Cameira, que foi diretor da Cadeia da Relação entre 1925 e 1933 e que, no contexto desolador do nosso sistema prisional, assumiu melhorar as condições de vida dos seus reclusos e dar-lhes algumas oportunidades de regeneração.

**Palavras-chave:** República; Estado Novo; Cadeia da Relação; Cadeia Civil do Porto; Tito Lívio Cameira; Prisões.

**Abstract:** This is an exploratory study concerning some aspects of the work of Captain Tito Lívio Cameira as warden of the Civil Prison of Oporto (Cadeia da Relação) between 1925 and 1933, and how he sought, within the harsh landscape of the then Portuguese Penal System, to improve the living conditions of inmates, and provide them with an opportunity to regenerate themselves.

**Keywords:** Republic; Estado Novo; Cadeia da Relação; Cadeia Civil do Porto; Tito Lívio Cameira; Prisons.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho voltámos à história da prisão, sendo que nesta circunstância centramo-nos num período da história portuguesa entre os últimos anos da República e o advento do Estado Novo, num tempo marcado pelas sequelas das hesitações e inoperâncias da República no domínio das reformas das instituições penais e os ainda pouco definidos projetos do novo regime. O enquadramento, que nos é deveras familiar, é o da velha cadeia setecentista da Relação do Porto<sup>1</sup>. O pretexto deste regresso prende-se com os resultados de um estudo exploratório para um projeto sobre a história da prisão no século XX, que estamos a desenvolver. No decurso da investigação deparámo-nos com um personagem – o capitão Tito Lívio Cameira –, que foi diretor da Cadeia de 1925 a 1933, e com alguns aspetos da sua gestão, a que vinculou de forma particular os reclusos que tinha à sua responsabilidade.

Tito Lívio Cameira foi claramente marcado pela sua formação e pelos seus princípios republicanos, procurando demonstrar durante o tempo do seu exercício que podia fazer a diferença tornando uma prisão, há muito condenada, um lugar onde era possível melhorar as condições de vida dos reclusos e dar-lhes algumas oportunidades de regeneração. Para isso assumiu mudanças, alterou rotinas, saneou comportamentos. Para demonstrar esse trabalho aproveitou comemorações, convocou amigos, chamou a

---

\* Agradeço à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais as facilidades concedidas e à Dr.ª Teresa Pinheiro Torres, responsável pelo Arquivo Norte daquela Direção, todo o apoio dado à investigação.

\*\* CITCEM/FLUP.

<sup>1</sup> Utiliza-se esta designação mais conhecida ainda que na época a que este estudo se reporta a oficial fosse já Cadeia Civil do Porto.

atenção da imprensa e, numa atitude inédita, mandou publicar à sua responsabilidade dois Relatórios internos referentes aos anos de 1930 e 1931, que foram acompanhados por uma ampla reportagem fotográfica e por um conjunto de caricaturas sobre o quotidiano da instituição. A Cadeia e os seus reclusos tornaram-se desta forma alvo, e por boas razões, do interesse e do apoio público.

## 1. ANÁLISE

Decorridos 40 anos sobre a publicação do brilhante e polémico ensaio de Foucault *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, pedra de toque de um debate internacional que deixou importantes sequelas na historiografia das instituições de confinamento, não será redundante reafirmar hoje a complexidade da abordagem da história da prisão, imersa ainda em teorias interpretativas que, face à sua diversidade, têm tido o inegável valor de manter o debate em aberto.

Neste «regresso» à Cadeia da Relação do Porto «encontramo-nos», mais uma vez, com um *estudo de caso*, que vem consolidar a importância e a validade destas análises no estudo da história das instituições penais em Portugal entre o liberalismo e o Estado Novo. Em cenários como o nosso em que prevaleceram no tempo, para além do que poderia ser espetável, muitos dos velhos espaços prisionais – alguns deles de antes do liberalismo<sup>2/3</sup> – e em que a gestão e administração dos estabelecimentos permaneceram por longo tempo desfasadas dos regulamentos, o que encontramos não são estruturas de confinamento uniformes com programas comuns de atuação como consignavam os modelos penitenciários, mas organismos mergulhados numa realidade, por vezes, bem próxima da «desordem» do Antigo Regime.

Ali não houve lugar para mecanismos disciplinares e repressivos uniformes porque não existiu, de facto, (como se intentou nas penitenciárias) uma distribuição do espaço e do tempo que não era apropriável pelos indivíduos confinados, nem qualquer preocupação com a «ortopedia» das mentes ou a *redressage* dos corpos, ou gestos controlados na convivência dos reclusos. Nestas prisões foi o desempenho dos «atores» (carcereiros/diretores, guardas, presos) e não o peso de estruturas disciplinares, que ganhou relevância no desenrolar dos quotidianos e na forma da aplicação das penas. Nos velhos edifícios arruinados, insalubres, sobrelotados, promíscuos, a pena de prisão continuou a ser discricionária e facilitadora de todo o tipo de iniquidades, a coberto de rotinas ancestrais, mantidas para resguardar os [pequenos] poderes e interesses instalados dentro e fora dos muros da prisão. Nada, nestes locais, permitia um efeito regenerador sobre o condenado porque não era possível administrar penas com trabalho, introduzir, de forma continuada, o ensino de ofícios e educar através da escola. Esta é bem a certificação de que a história da prisão contém em si a história dos direitos dos encarcerados.

---

<sup>2</sup> Confira-se o Relatório de 1939 de Beza dos Santos sobre os estabelecimentos prisionais.

<sup>3</sup> A Cadeia da Relação, cujo edifício não podia contemplar quaisquer obras que alterassem as suas estruturas, permaneceu mesmo assim no ativo até abril de 1974.

## 2. CONTEXTOS

Apercebemo-nos sem dificuldade que a retórica republicana, no que às instituições penais dizia respeito, assumiu, confortável, todo o arsenal científico acumulado em anos de estudos no âmbito da antropologia criminal e criminologia, do direito, da sociologia criminal, da pedagogia, da medicina legal, da higiene pública, da psiquiatria. As elites portuguesas da cultura e da ciência vinham acompanhando com o maior interesse o que se fazia lá fora através da literatura académica, das revistas especializadas, da participação em congressos, de visitas de estudo. O crime e o criminoso, a delinquência juvenil, a condição dos menores abandonados ou em perigo moral, a sua admissão nas prisões de adultos, a responsabilidade civil e criminal dos loucos e a sua detenção nas cadeias, os malefícios do nosso regime penitenciário, a situação das nossas cadeias, a introdução do ensino e do trabalho nas prisões suscitaram, entre muitos outros temas, um enorme interesse, conduzindo à produção de trabalhos da responsabilidade do escol da cultura e da ciência do tempo. Júlio de Matos, Bernardo Lucas, Basílio Freire, Ferreira Deusdado, Miguel Bombarda, Roberto Frias, Pe. António de Oliveira, Xavier da Silva, A. A. Castelo Branco, António Maria de Senna, António Ferreira Augusto, Ferraz de Macedo, Mendes Correia, entre outros, deixaram, de entre os seus saberes e especificidades um repositório notabilíssimo de reflexões sobre ciência e justiça, que continha também um diagnóstico multidisciplinar dos males do nosso sistema de penas e da condição das nossas instituições penais.

Em boa verdade, as denúncias dos recém-chegados republicanos ao sistema prisional herdado da Monarquia, sendo assertivas, não foram muito mais além do que as que tinham sido reportadas anualmente nos relatórios que chegavam à Procuradoria-Geral da Coroa. Nelas se descreviam as condições de ruína, de insalubridade, de excesso de lotação, de falta de segurança da maior parte dos estabelecimentos prisionais existentes no país, da falta de trabalho e de instrução para os presos que viviam frequentemente na maior miséria. Por outro lado, se eram igualmente duras as críticas ao regime das penitenciárias, a verdade é que a sua introdução em Portugal se moldara pelos mais rigorosos critérios da ciência criminal do tempo, sendo que, quando a experiência veio demonstrar a necessidade de alterar esse regime de «terapêutica correccional», poucas terão sido as vozes discordantes independentemente das suas sensibilidades políticas.

Nesta conjuntura, logo após o 5 de outubro, a República, ainda em estado de graça, permitiu-se discutir publicamente os temas penal e prisional. Pediram-se contribuições de «especialistas». Fizeram-se conferências «populares» onde se divulgavam os avanços da ciência criminológica. Assumiram-se deficiências e divulgaram-se os aspetos mais perversos do sistema existente. Publicitaram-se na imprensa os quotidianos das cadeias e elencaram-se medidas e reformas a introduzir no sistema penal. Aliás, foi por aqui que se começou, isto é, primeiro uma reforma das penas, quer do direito comum quer militar e só depois se procedeu à aplicação de medidas de reforma prisional.

A centralidade política da questão prisional foi desde cedo visível no domínio dos atos simbólicos de que a República foi tão profícua. A Penitenciária de Lisboa, sobre a qual recaíam tantos estigmas, seria palco de uma visita oficial do Presidente Manuel de

Arriaga, em maio de 1912, que foi acompanhada de um largo indulto aos presos idosos, aos gravemente doentes e loucos, bem como ao único preso político então ali existente. Um outro momento que se pretendeu de grande significado foi vivido no dia 6 de fevereiro de 1913, também na mesma prisão, desta vez com a presença do Chefe do Governo Afonso Costa e de diversos outros membros do executivo, tendo Rodrigo Rodrigues, Ministro do Interior e também diretor do estabelecimento, comunicado aos 556 presos congregados no anfiteatro que, de acordo com as decisões do Parlamento, ficava para sempre abolido o uso do capuz, pelo que o mandava retirar, anunciando igualmente a introdução para breve do trabalho em comum.

Mas a questão essencial era a de estabelecer um programa que, estando em conformidade com os avanços da ciência criminológica e as necessidades do país, formulasse princípios seguros de orientação para a conceção e execução das reformas que se pretendia realizar. Esse primeiro passo foi dado com a nomeação de uma Comissão de Reforma Penal e Prisional em dezembro de 1912<sup>4</sup>. Em consequência, em 28 de dezembro desse ano, a Comissão apresentou ao governo um relatório sobre o qual se baseou a Lei de 29 de janeiro de 1913 que iria prever a reforma prisional.

Contudo, o cenário desenhado nesses anos de arranque era profundamente desolador. De um lado, as condições de habitabilidade da maior parte dos velhos estabelecimentos prisionais exigiam intervenções urgentes sem as quais não era possível garantir nem a segurança física dos detidos, nem a aplicação dos regulamentos. Nessa medida, procurou-se responder de forma casuística, quer através da autorização do reforço das verbas atribuídas (Lei de 28 de dezembro de 1912 e Decreto de 1 fevereiro de 1913), quer apostando na mudança de alguns diretores dos estabelecimentos que contudo iriam atuar sem qualquer programa prévio ou orientação definida e sem qualquer perspetiva de conjunto<sup>5</sup>. As reclamações dos cidadãos, as queixas dos presos, as notícias dos jornais seriam por certo um barómetro com algum significado.

Por outro lado, havia a necessidade de pôr em prática as medidas já incluídas nos diplomas entretanto aprovados, nomeadamente, a da criação de novos estabelecimentos para o cumprimento de medidas de segurança decorrentes da Lei de 20 de julho de 1912, como as Colónias Penais Agrícolas e as Casas Correccionais de Trabalho<sup>6</sup>. Desses novos estabelecimentos programados, uns não chegaram a sair do projeto, como aconteceu com a Colónia Penal de Viseu, outros foram organizados tardiamente, como a Colónia Penal Agrícola de Sintra, aberta apenas em 1915, ou ainda como a prisão de Monsanto, criada por lei de 30 de junho de 1914 para servir como Casa de Trabalho, mas que não passou de uma «prisão-depósito», temida pelas péssimas condições de habitabilidade e para onde eram transferidos por castigo, quer os colonos de Sintra, quer os presos insubordi-

<sup>4</sup> A Comissão era formada por Júlio de Matos, Afonso Costa, Caeiro da Mata, António Macieira, P. António de Oliveira, Mário Calisto e Rodrigo Rodrigues. Incumbia-lhes preparar as bases da futura reforma, não só dos serviços da Penitenciária, mas de toda a organização prisional.

<sup>5</sup> Contudo, como apontou Rodrigo Rodrigues, as mudanças na direção da Penitenciária de Lisboa logo em 1910 refletiram uma importantíssima mudança de perspetiva.

<sup>6</sup> Destinavam-se aos criminosos habituais e aos vadios postos à disposição do Governo.

gados do Limoeiro, nomeadamente os detidos por «questões sociais». Da mesma forma, o Decreto 5610, de 10 maio de 1919, que previa a construção de vários estabelecimentos prisionais com uso de mão-de-obra reclusa, não chegou a ser aplicado. Aliás, uma revisão aos relatórios da Administração e Inspeção Geral das Prisões, criada neste ano, demonstra como a instabilidade política minou as reformas e os projetos agendados, fazendo com que a continuidade das ações não estivesse nunca assegurada. Charula Pesanha<sup>7</sup> apontava no primeiro Relatório da sua gerência, datado de maio de 1922, o insucesso a que fora votada a sua proposta para a construção de uma cadeia no Porto – considerada há muito imprescindível – com a queda do Governo a que pertencia o Ministro da Justiça Ramos Preto, que dera o seu aval para ser levada ao Parlamento. E ele concluía desalentado: «as circunstâncias que se lhe seguiram da dissolução parlamentar e de uma quase permanente instabilidade ministerial, ainda me não deram ânimo para voltar a refazer a tentativa». Num Relatório posterior, de 1927, dava conta também de que o seu projeto para a criação de uma Escola de Guardas Prisionais, fundamental para uma mudança do sistema, se gorara com a queda do ministério. Do mesmo teor eram as afirmações um tanto amargas de Rodrigo Rodrigues quando se referia a haver importantes Relatórios sobre questões prisionais desaparecidos nos Ministérios, entre a documentação dos governantes que iam saindo.

Pouco antes de Tito Lívio Cameira iniciar funções, e já no crepúsculo do tempo republicano, foi publicado *Crime e Prisões*, um livro de grande importância para os estudos da História do Crime, da Justiça e da Prisão em Portugal da autoria de Rodolfo Xavier da Silva<sup>8</sup>. Este estudo, saído a público no ocaso de um ciclo político, era, para lá de um interessante trabalho sobre o crime, os agentes do crime e a arte de furtar, um balanço – desolador e muito crítico – da condição das nossas prisões, e um percurso completo através de diversos estabelecimentos prisionais que o autor elencava. O roteiro seguindo uma abordagem direta, fruto do conhecimento e experiência de Xavier da Silva sobre aquilo de que falava, recorria também a diversos testemunhos muito significativos de reclusos, que se reportavam aos anos de 1913 a 1923. É um texto verdadeiramente demolidor que arrasa o sistema tanto em termos estruturais como organizacionais. Nele insere uma observação que resume todo um estado de alma:

*A nossa maneira de julgar e punir, decrépita ao peso dos anos, deixou-se distanciar consideravelmente do progresso [...] é deste criminoso atrazo [...] fatal e desumano que resulta a vergonha exibida pela quasi totalidade das nossas cadeias. O Limoeiro, Monsanto, o Aljube, a da Relação, para nos referirmos apenas às que sobrepõem entre as correccionais...*<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Foi Administrador e Inspetor Geral das Prisões de 1921 a 1929.

<sup>8</sup> Xavier da Silva era médico e durante a sua vida foi assistente do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, trabalhou no Posto Antropológico da Penitenciária de Lisboa, foi diretor da 1.ª secção do Instituto de Criminologia e responsável pelo seu Boletim. Republicano da 1.ª hora, foi governador civil de Lisboa, deputado, e várias vezes ministro. Publicou um grande número de trabalhos sobre o crime, os criminosos e as prisões.

<sup>9</sup> SILVA, 1926: 117.

Nada nas palavras deste livro nos parece excessivo. O cruzamento de fontes a que procedemos, entre a correspondência interna dos diretores de cadeia com a tutela e os numerosos textos publicados na imprensa, ao longo de todo o tempo que durou a República, permite-nos concluir sobre a legitimidade do discurso de Xavier da Silva. Ele terá sido, na época, o observador íntegro, mas desiludido, de uma realidade de que conhecia todos os meandros.

### 3. TITO LÍVIO CAMEIRA NA CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO

#### 3.1. O HOMEM

Ainda pouco se conhece do percurso de vida do capitão Cameira<sup>10</sup> à margem da sua passagem pela Cadeia da Relação como diretor, onde exerceu de 25 de julho de 1925 a 5 de julho de 1933. Sabe-se que pertencia a uma família de origem beirã que veio residir para o Porto e que o seu pai, médico militar, aqui tinha feito o liceu e cursado medicina exercendo depois clínica na cidade durante alguns anos. Tito Lívio foi o terceiro de sete filhos, nascendo em Belmonte em 1882. Em 1902, com vinte anos, alistou-se no exército, ingressando na 3.ª Companhia de Saúde. Obteve na Escola de Farmácia do Porto o diploma de farmacêutico, que lhe foi concedido ao abrigo do Decreto de 29 de dezembro de 1836, sendo nomeado alferes farmacêutico miliciano em 31 de outubro de 1916. Em 1920, já como capitão, concorreu a um lugar para farmacêutico do quadro permanente, de que acabou por desistir em protesto pela forma como decorreria o processo. Passou depois à reserva, sendo-lhe dada baixa de serviço em 1947 ao atingir o limite de idade. Durante mais de trinta anos, a começar em 1906, o seu nome esteve ligado a diversas farmácias da cidade do Porto de que foi responsável técnico e nalguns casos também proprietário. Sabe-se das suas ligações ao republicanismo, tendo exercido nesse contexto os cargos de Presidente da Junta do Bonfim e de Administrador do Concelho de Gondomar, cultivando relações próximas com os meios militares.

#### 3.2. O HOMEM NA INSTITUIÇÃO

Cameira, ao tomar posse como diretor da Cadeia da Relação em 1925, sucedia a José de Sousa Rangel, afastado por doença e que exercera o cargo durante 24 anos, desde 1901. O mais provável é que na escolha do novo diretor tenha pesado a confiança política de que disfrutava, a sua experiência no desempenho de funções oficiais e as simpatias que granjeava no interior das elites republicanas do Porto onde se movia, e que são muito visíveis na imprensa local na altura da sua tomada de posse<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Os escassos dados obtidos baseiam-se nas informações dos Processos individuais militares de Tito Lívio e de seu pai José da Costa Cameira existentes no AHM e nos dados fornecidos pelos Almanques/Anuários do Porto entre os anos de 1906 e 1938.

<sup>11</sup> Os jornais falaram com apreço do «novo director», das manifestações de solidariedade dos seus correligionários políticos e dos habitantes da freguesia do Bonfim de que era Presidente de Junta. Cf. *O Primeiro de Janeiro* de 26 de julho de 1925.



Uma vez ao serviço, assumiu desde logo a intenção de modificar muito do que encontrou. Aliás, na Cadeia da Relação havia muito que criticar e, para um novo responsável, não devia faltar vontade de fazer melhor. É preciso, contudo, recordar que a tutela não ignorava a situação. Rangel durante 24 anos enviara pontualmente os seus Relatórios, cumprindo o determinado no artigo 35.º do Regulamento das Cadeias de 1901, e não sonegara as realidades. E, se até à República foram muito escassas as boas notícias que mandou e que recebeu, depois de 1910 o panorama não se alterou, apesar de os Membros da Comissão da Reforma Penal, do Conselho Penal e Prisional e da Administração e Inspeção Geral das Prisões serem personalidades de elite sob o ponto de vista científico, profissional e deontológico. Quase poderia dizer-se que seria impossível melhor escolha. Porém, Rangel, como outros responsáveis, referia-se invariavelmente aos mesmos problemas que tinham assolado a Cadeia da Relação desde os alvares do liberalismo: ruína do edifício, insalubridade, excesso de lotação, falta de roupas e de comida para os presos pobres, falta de trabalho... E, em vinte e quatro anos, nada mudara substancialmente. Cameira «herdava», assim, uma pesada e difícil tarefa. Tinha, a partir de então, cerca de trezentos homens e mulheres à sua responsabilidade, quase todos gente pobre, que o furto, as injúrias, a vadiagem, as agressões, o roubo arrastara para ali. A República passava-lhe a obrigação de melhorar as condições de vida daqueles cidadãos, para que as penas pudessem ter algum sentido regenerador.

Logo à chegada Cameira lançou-se ao trabalho e, ano e meio depois, no Relatório anual que enviou, respeitante a 1926<sup>12</sup>, justificava as opções tomadas na sua gestão, num contexto ideológico, que resumia nos seguintes termos:

*A República, forma de governo perfeita, satélite onde gira toda a nossa liberdade colectiva, impôs-nos o dever de respeitar o seu dilema de Ordem e Trabalho e perante as responsabilidades adquiridas todos temos feito para que esta virtude se implantasse nesta prisão do Estado para, assim, dar às nossas consciências de cidadãos a força necessária para novos horizontes de fé e de esperança<sup>13</sup>.*

Nesta linha de pensamento, Cameira colocou a escola da Cadeia como a sua prioridade fazendo dela a «alavanca principal» da sua orientação de «educador», reafirmando: «nela deposito todas as minhas esperanças porque é aqui, entre o livro e o mestre, que o carácter do delinquente transforma os seus maus costumes, dignificando a sua individualidade». Daqui partiu para a obrigação da sua frequência por todos os presos com menos de quarenta anos, submetendo-os a exame final, com direito a diploma e prémios por mérito. Da escola para a biblioteca foi um passo. Solicitando livros a amigos ou livreiros conhecidos, mas também à Câmara Municipal, que detinha o espólio das Bibliotecas Populares encerradas, constituiu uma pequena biblioteca para os presos, que foi inaugurada com solenidade num dia apropriado da história da cidade: 31 de janeiro<sup>14</sup>. Uma vez

<sup>12</sup> Arquivo Sul da DGRSP – Relatório enviado em janeiro de 1927.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Neste ano de 1926 e a seu pedido, vários jornais diários passaram a fazer chegar os seus números gratuitamente à Cadeia.



Figura 1 – Escola Geraldes dos Santos.

que, com a proclamação da República, tinha cessado a ação benemerita dos membros do Patronato das Prisões junto dos presos da Relação, Cameira lançou mão à organização de uma *Caixa de Assistência* dirigida aos presos indigentes com esmolas entregues por benfeitores, mas engrossadas, na circunstância, também com dinheiro de donativos que ele próprio angariara junto de entidades públicas, tais como o Governo Civil e a Câmara Municipal, e instituições privadas como grupos beneficentes ou Grémios da cidade. Justificou a sua atitude pela necessidade patriótica de ajudar aqueles que um dia, tendo prevaticado, se viam mergulhados na maior miséria, submetidos, contudo, à tutela do Estado.



Figura 2 – Gota de leite.

Com o mesmo objetivo criou logo, a 5 de outubro de 1925, outra obra de assistência – *A Gota de Leite* – para acudir às crianças filhas das presas, que permaneciam junto das mães, distribuindo-lhes leite e pão mas também agasalhos, medida depois alargada aos presos mais necessitados. Nesse Relatório da gerência de 1926 Cameira referia já o êxito da iniciativa.

Uma revisão à literatura especializada da época recorda-nos como o trabalho nas prisões era um tema de interesse interdisciplinar. Cameira estava atento e acreditava profundamente no papel «educativo», «reformador» e «disciplinador» do trabalho. De fora vinham notícias do alegado sucesso da sua introdução, com intenção regeneradora, em diversos estabelecimentos. Os exemplos da Bélgica estavam na ordem do dia<sup>15/16</sup>. Desta forma, começou por criar algumas oficinas nos escassos espaços disponíveis: de carpintaria, alfaiataria, encadernação, mantendo a laboração de uma oficina de calçado e de trabalhos de cestaria. Para as mulheres instalou um pequeno *atelier* de trabalhos em lãs, costura e rendas. Aos operários-reclusos, justificava, eram distribuídos uns modestos salários «como recompensa do seu labor».

Poucos meses depois do início das suas funções já o vemos a publicitar os resultados obtidos, abrindo uma exposição ao público com trabalhos feitos pelos presos. A repercussão conseguida, mesmo na imprensa, levou-o a avançar com outro projeto – a abertura de um Bazar que permitisse ter à venda, em permanência, os trabalhos realizados<sup>17</sup>. Nada parecia detê-lo. Conhecedor do sucesso que as oficinas de tipografia tinham em muitos estabelecimentos prisionais, Cameira decidiu, ainda em dezembro de 1929, com a anuência da Administração e Inspeção Geral, iniciar os contratos para montar uma tipografia<sup>18</sup>. Foi de todas as suas iniciativas a que melhores resultados obteve e a que teve maior durabilidade no tempo.

### 3.3. OS MELHORES ANOS

Nos oito anos de exercício como diretor, os anos de 1930 e 1931 foram os que deram maior repercussão ao trabalho que Cameira ia realizando na Cadeia da Relação. Os tempos já não eram os mesmos. Já não podia dispor do apoio tão alargado dos seus correligionários políticos, alguns dos quais já tinham sido afastados de cargos públicos que haviam exercido. Contudo, não desistiu das ações programadas e, em 9 de abril de 1930, comemorando solenemente, como sempre o fazia, a Batalha de La Lys, pôde inaugurar

<sup>15</sup> Recorde-se que Émile Vandervelde, grande conhecedor do sistema penitenciário tradicional, investiu durante o seu tempo no Ministério da Justiça (1919-1921) em instituições que, entre outras virtualidades, forneciam aos reclusos formação profissional e trabalho.

<sup>16</sup> Cameira terá tido apoio tácito para as suas ações «reformadoras» do Administrador e Inspetor Geral, Charula Pessanha, homem profundamente interessado e conhecedor das questões penais e penitenciárias. Em Julho de 1926 deslocou-se à Bélgica para participar no Congresso Penal de Bruxelas.

<sup>17</sup> Face à impossibilidade de utilizar o espaço prisional para o efeito, solicitou à Guarda Nacional Republicana, e obteve, a cedência de uma pequena dependência do seu quartel no edifício.

<sup>18</sup> Arquivo Norte da DGRSP – *Livro de Correspondência para Diversas Autoridades*. Ofício de 7 de dezembro.



Figura 3 – Tipografia – Escola.

perante numerosos convidados a tipografia, a nova biblioteca<sup>19</sup>, agora instalada no quarto de Camilo, e as instalações remodeladas da escola e do Laboratório de Antropologia Criminal. A imprensa que cobrira o acontecimento dava notícia nos dias seguintes dos discursos proferidos e dos convidados presentes que incluíam Hernâni Cidade como representante da Liga dos Combatentes, membros da direção do Centro Republicano Académico, da direção do Grémio Livre dos Funcionários Republicanos do Porto, do Grupo 9 de abril dos Combatentes da Grande Guerra, da Associação Académica do Porto, dos Bombeiros Voluntários do Porto, Presidentes de Junta, o Inspetor Escolar, os corpos gerentes do Bonfim Beneficente, e muitas outras individualidades<sup>20</sup>, numa festividade ainda com uma forte componente republicana.

Mas o ano seria marcado por mais um acontecimento que acrescentou créditos para Cameira e para o trabalho que vinha concretizando na Cadeia. Após terminarem os ecos das festividades do 9 de abril, saiu a público um número único de um pequeno jornal com o título *A Malta*<sup>21</sup> da responsabilidade dos «reclusos dos quartos particulares da Cadeia Civil do Porto», datado de 3 de maio de 1930.

<sup>19</sup> Uma consulta ao *Registo das Obras Lidas na Biblioteca 1931-1936* permitiu-nos concluir que os títulos das obras postas à disposição dos reclusos não se esgotavam em literatura «moralizadora», muito pelo contrário. Deparamo-nos com autores portugueses e estrangeiros como Camilo, Eça, Rocha Martins, sendo que João Grave é o autor português presente com mais títulos e Emílio Salgari o mais representado entre os estrangeiros. Independentemente da notoriedade ou nacionalidade dos autores, abundam os livros de «aventuras» e as «histórias de crime e mistério».

<sup>20</sup> O *Primeiro de Janeiro* de 9 de abril.

<sup>21</sup> Seguramente que o título se referia à designação muito antiga dos quartos particulares da cadeia da Relação onde, em tempos muito antigos, a Ordem de Malta detinha um quarto para alojar os irmãos.



Figura 4 – Biblioteca – Camilo.



Figura 5 – Capitão Tito-Lívio Cameira.

O jornalzinho, impresso na tipografia da Cadeia, era semelhante a outros da responsabilidade de reclusos e cobria as rubricas habituais destas publicações – a cultural, a informativa, a recreativa. Mas este número único tinha um objetivo muito específico: uma homenagem ao diretor. Nesse sentido, Cameira aparecia na capa fardado de capitão, sendo que o texto das páginas interiores dava ênfase a tudo quanto os presos lhe deviam pelos melhoramentos com que tornara bem melhor as suas vidas. Não é possível avaliar o «peso da mão» do diretor nesta iniciativa. Que não a podia ignorar é mais que certo. Que lhe deu todo o apoio é muito plausível. Aliás, a ideia subjacente de divulgação do jornalinho é visível, quer pela publicidade comprada por diversas casas comerciais, quer pela feita aos trabalhos realizados nas oficinas onde se garantia «esmerado acabamento e preços módicos». Como se constata, a par desta divulgação do trabalho dos presos, seguiam para o exterior, muito convenientemente, os elogios ao diretor do Estabelecimento.

Todas estas realizações, e porventura a necessidade que Cameira sentiu de levar a cabo uma «manobra de antecipação» – num contexto político pouco favorável para si e para os seus projetos –, decidiram-no a dar também repercussão pública ao Relatório anual respeitante a 1930, que devia endereçar ao Ministro e a que o Regulamento o obrigava. Optou então pela publicação desse relatório numa brochura de 87 páginas com esmerado arranjo gráfico realizada na própria tipografia da Cadeia<sup>22</sup>. A publicação continha, para lá de uma nota de abertura e de uma dedicatória ao Ministro da Justiça, as várias peças do Relatório com especificações sobre o trabalho nas oficinas, as atividades

<sup>22</sup> Na ausência de outros exemplos em Portugal, imitava, porventura, o que Rodrigo Rodrigues fizera, com outra dimensão e profundidade, sobre a Penitenciária de Lisboa no livro *Cadeia Nacional de Lisboa Penitenciária Central*, em 1917.

da escola e da biblioteca, a orgânica das enfermarias, o pessoal e os técnicos de que a Cadeia dispunha, encerrando com uma secção sobre estatística e quadros comparativos da ação desenvolvida. A 2.ª parte da brochura era preenchida pelo texto de uma comunicação que Cameira apresentara no ano anterior ao IX Congresso Beirão, *As Prisões em Portugal*, e por três artigos, anteriormente saídos no jornal *O Século*, sobre o mesmo tema. Não se tratava, de facto, de textos de fundo mas de um conjunto de considerações sobre questões penais e penitenciárias, escritas por alguém que conhecia de dentro, e de há alguns anos, o sistema, e que davam algum sustentáculo teórico ao trabalho que realizara.

Nessas contribuições reafirmava o seu apelo para o fim do sistema progressivo, que considerava desumano, defendendo, por outro lado, a criação de colónias agrícolas nomeadamente no Minho, nas Beiras e Trás-os-Montes, meio essencial para a regeneração através do trabalho, que, como sempre afirmara, devia tornar-se a pedra basilar do sistema e ao qual nenhum preso poderia eximir-se<sup>23</sup>. Naturalmente que as críticas que apontava ao nosso sistema prisional, se tinham como epicentro a Cadeia da Relação do Porto, visavam igualmente muitas outras cadeias comarcãs que visitara e a que podia comparar as Penitenciárias de Lisboa e Coimbra e a Colónia Agrícola de Sintra, que percorreria demoradamente. Aliás, o trabalho de Tude de Sousa nesta última levava-o a considerar da maior oportunidade a criação no Porto, a par de uma cadeia para quinhentos encarcerados, uma colónia penal agrícola destinada aos presos de origem rural. Este iria ser também um dos objetivos da sua agenda.

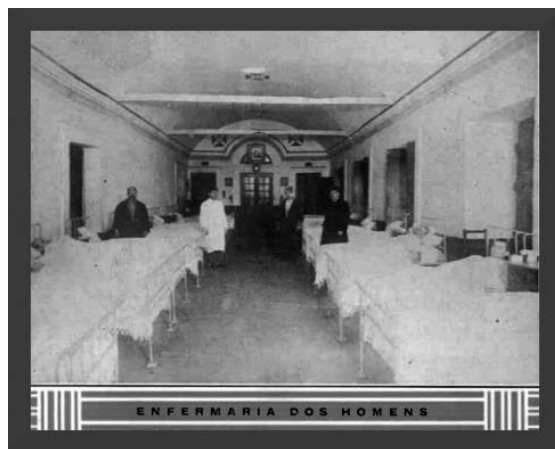


Figura 6 – Enfermaria dos homens.

Contudo, a parte mais importante de toda a publicação era o conjunto de 22 fotografias de que fez acompanhar os textos. São fotos que constituem uma verdadeira reportagem dos interiores da Cadeia, procurando mostrar um lugar «transformado» pelas suas iniciativas. Se bem que nada naqueles ambientes os aproxime dos espaços modernos e

<sup>23</sup> O trabalho só seria facultativo para os presos correcionais com penas até três meses.



asséticos das penitenciárias, representados na publicação de Rodrigo Rodrigues, há uma preocupação em transmitir, na humildade dos lugares, asseio, organização e respeito pelos encarcerados. Alguns espaços estão vazios – a biblioteca, a escola, o gabinete do diretor, o Laboratório – como que aguardando, na melhor ordem, a chegada dos seus utentes. Na enfermaria dos homens de paredes caídas, camas alinhadas com colchas brancas, os doentes, um guarda, dois varredores e um enfermeiro todos fixando a objetiva.

As oficinas mostram, ao contrário, «operários» entregues às suas tarefas. Na sala das mulheres, de paredes decoradas, há camas de ferro alinhadas, um berço, mesas com napeiros, jarras floridas, sanefas nas janelas, numa imagem quase doméstica. Não há, aliás, fotos institucionais.

Se se olhassem fora do contexto do Relatório e sem legendas, teríamos dificuldade em perceber que se tratava de uma prisão. Na verdade, a reportagem procura demonstrar que uma prisão (aquela prisão) não tinha de ser apenas um lugar de punição, mas podia ser também um lugar de regeneração pelo trabalho<sup>24</sup>.

Quando em 8 de setembro de 1931 Cameira viu chegar inesperadamente José de Almeida Eusébio<sup>25</sup> à Cadeia da Relação para uma visita, ele tinha diante de si o 10.º Ministro da Justiça em exercício desde que ele próprio assumira, seis anos antes, o cargo de Diretor do estabelecimento. Eusébio entrara no governo na remodelação de janeiro de 1931 e ficaria por pouco tempo (apenas até julho do



Figura 7 – Oficina de sapataria.



Figura 8 – Outro aspecto – Oficina das mulheres.



Figura 9 – Sala das mulheres.

<sup>24</sup> Não cabe no âmbito deste artigo a análise do contexto em que é feita a reportagem fotográfica. É no entanto curioso que cinco meses após a publicação do Relatório, a Administração e Inspeção Geral tenha solicitado aos diretores dos diversos estabelecimentos que lhe fossem remetidas «fotografias dos aspectos mais flagrantemente e mais interessantes dessa Cadeia». Arquivo Sul da DGRSP – *Registo de Correspondência Recebida*. Ofício de 12 de setembro.

<sup>25</sup> Entrara no Governo na remodelação de 26 de janeiro daquele ano e sairia dezassete meses depois, assumindo logo de seguida, em setembro, curiosamente, o lugar de diretor da Penitenciária de Lisboa.

ano seguinte) e a cadeia do Porto era apenas mais uma das que visitou no seu périplo pelo país. As palavras duras com que se referiu ao sistema prisional português, no texto que escreveu no *Livro de Honra*, apelidando-o, sem reboços, de «vergonha nacional», não traduziria mais do que era costume nos responsáveis pela pasta em períodos iniciais dos seus mandatos que eram época de avaliação de situações e de promessas de mudança.



Figura 10 – Director.



Figura 11 – Apalpadeira.



Figura 12 – Rancho.

Mas terá sido genuíno o interesse do Ministro pelas questões prisionais, dado o seu percurso posterior. Cameira não se esqueceu disso na hora de escrever os textos do Relatório respeitante a 1931, que decidiu também publicar, optando pelo mesmo modelo adotado no ano anterior. É uma brochura com o mesmo grafismo cuidado, também impressa a cores, também com uma mesma organização de conteúdos. O prefácio é desta vez dedicado a um recluso cheio de talento que passara pela Cadeia, falecido precocemente, e que era o autor das doze caricaturas com que saiu ilustrado o texto. Esta não é uma minudência porque, na sua escolha, Cameira dava um enorme protagonismo a um preso, um dos

«outros», não enjeitando também uma relação amistosa e respeitadora que o ligara pessoalmente a A. Santos. Este, através do seu traço de exagero bem-humorado, levava o leitor a percorrer, de novo um ano depois, o interior da Cadeia e a cruzar-se com aspetos do seu quotidiano nas personagens da «casa» – o diretor, um guarda, o enfermeiro, a apalpadeira, os barbeiros, o caixeiro da cantina, o vendedor de jornais –, e nas atividades do dia a dia – «transportando o rancho», «batendo os ferros»... – suavizando nessa faceta jocosa os cenários da prisão.

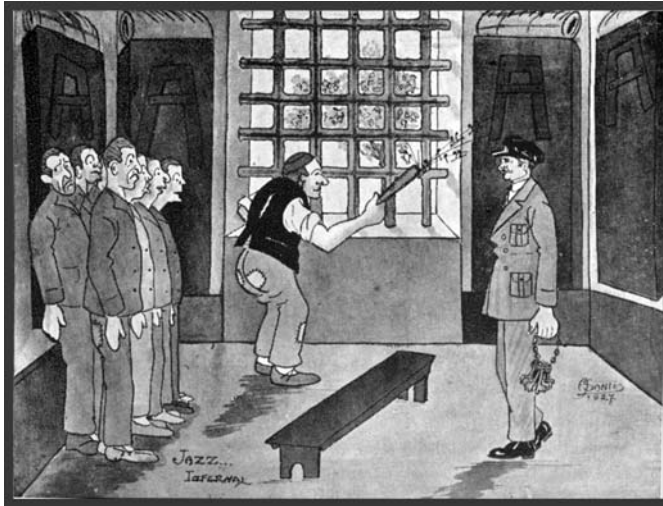


Figura 13 – Jazz infernal.

Nesta brochura Cameira passou em revista as questões que considerava mais significativas nesse balanço anual. Mais uma vez deu à escola da cadeia e à biblioteca Camilo a prioridade na abordagem, com referências muito elogiosas ao trabalho desenvolvido pelo professor e pelos monitores, que permitia os bons resultados estatísticos, quer na frequência da escola, quer na aprendizagem. Considerava igualmente muito encorajadores os números respeitantes à requisição de livros<sup>26</sup>, tal como o trabalho realizado na Tipografia-Escola. Depois, deixou palavras elogiosas para os responsáveis do Laboratório de Antropologia Criminal, das enfermarias, estas tradicionalmente entregues à Santa Casa, para os médicos, para empresários e para instituições que com a sua colaboração permitiam que fossem ultrapassadas muitas dificuldades. Mas, aspeto importante, no meio das palavras de circunstância não deixou, mais uma vez, de se referir a uma matéria sensível que vinha de longe, mas que era importante relembrar publicamente: a presença de loucos encarcerados juntamente com os outros presos numa promiscuidade desumana e degradante para todos. Cameira conhecia o poder da publicidade das coisas.

<sup>26</sup> A consulta à lista de livros requisitados permite constatar que dela constam os nomes de diversos guardas, sendo que um pequeno número de presos os requisitava semanalmente.

## 4. UMA AUTORIDADE QUE IA SENDO POSTA EM CAUSA, UMA FUGA E O FIM DE UMA CARREIRA

Cameira terá visto minada, com a chegada do novo regime, a autoridade de que sempre dispusera como diretor, deixando, a esse propósito, referências veladas a alguma contestação, a partir de 1930, no interior do estabelecimento. Em maio de 1933 deu-se mesmo uma rutura de solidariedade com alguns guardas que enviaram uma representação ao Administrador Geral, queixando-se de decisões do diretor que os prejudicavam. Cameira ofendeu-se e retaliou, e os guardas perderam as suas situações de «privilégio» na distribuição de serviço que lhes estava consignada. O ambiente ter-se-á deteriorado, mas o seu percurso dentro dos serviços prisionais estava também prestes a terminar.

A contestação ao regime vinha engrossando o número de presos políticos que iam chegando às cadeias. A da Relação do Porto tinha problemas acrescidos na manutenção da ordem e da segurança, nem sempre bem conseguidas com a «desestabilização» causada por estes detidos, bem diferentes dos presos de delito comum, reivindicativos dos seus direitos, que utilizavam muitas vezes o confinamento em espaços comuns para organizar estratégias de ação várias, planeamentos de fuga, etc. A documentação até agora analisada não permitiu perceber de que forma o capitão Cameira geria estas situações, dadas as inevitáveis sintonias ideológicas que teria com alguns detidos, nomeadamente com os militares.

Entre os reclusos, politicamente reconhecidos, que passaram naqueles anos pela Cadeia da Relação contavam-se Nuno Cerqueira Machado, oficial do exército e licenciado em direito, e Francisco de Oliveira Pio, capitão de artilharia<sup>27</sup>, que, juntamente com Joaquim Barreto Monteiro, despachante de alfândega, vieram a tornar-se os protagonistas de uma fuga espetacular, na sua aparente simplicidade, que teve lugar em 3 de julho de 1933, na presença de Cameira<sup>28</sup>. Dada a importância política dos envolvidos e o desaire que significava para o regime a sua fuga, de nada valeram as explicações dadas pelo capitão, que foi de imediato afastado da direção da Cadeia<sup>29</sup>. Terminava sem glória e com alguma ironia a carreira deste homem que saía «traído», ainda que em circunstâncias muito particulares, pelos reclusos que sempre alegara proteger e defender.

## CONCLUSÕES

Os homens da República sentiram-se sintonizados com o discurso reformador dirigido para o sistema penal e penitenciário e vocacionados para fazer a diferença. Contudo,

<sup>27</sup> Os dois primeiros pertenceram ao designado Grupo de Madrid. Francisco Oliveira Pio tinha participado no movimento do 3 de fevereiro de 1927.

<sup>28</sup> A fuga, por certo bem planeada, e com várias cumplicidades exteriores, ocorreu quando se apresentaram na Cadeia três homens com um ofício do Tribunal Militar Especial, devidamente autenticado, requerendo a saída dos ditos presos para serem ouvidos num auto de averiguações pendente na Pólcia de Defesa Política e Social. No dia seguinte iria verificar-se que o documento era falso.

<sup>29</sup> O chefe dos guardas foi também afastado compulsivamente e veio a ser condenado pelo Tribunal Militar Especial em 6 meses de prisão correccional. Arquivo Norte da DGRSP. *Registo de Correspondência para a DAISP* – Ofício de 30 junho 1934.

apesar da criação de um suporte legislativo e da equação de importantes reformas, não houve lugar para a sua concretização efetiva. Cameira ao chegar encontrou o sistema prisional mergulhado «num criminoso atrazo». As cadeias continuavam como «escolas do crime» sustentadas pelo Estado. O livro de Xavier da Silva tinha vindo recordar publicamente essa realidade. Nessa medida, Cameira defrontaria a tarefa mais árdua da sua vida quando transpôs pela primeira vez, na sua qualidade de diretor, os umbrais da Cadeia da Relação. Por razões ideológicas – ele afirmava sempre o seu orgulho republicano –, por ambição política ou pessoal, por uma questão de personalidade (não há como saber), ele iria assumir-se desde o 1.º dia como o homem que podia fazer a diferença, e fez questão em assumir a responsabilidade (e também os créditos) por inteiro. No Relatório de 1931 escreveu sem reboço: «Agi sempre sozinho, Excelentíssimo Senhor Ministro, quando tentava realizar um projecto de transformação, só consultando a minha consciência».

Os «outros» que Tito Lívio tinha à sua responsabilidade eram em grande medida, desde logo, muitos dos excluídos da sociedade – vadios, burlões, meretrizes, ladrões, todos com presença frequente na cadeia, mas também homicidas, loucos, jovens delinquentes, proxenetas, homossexuais assumidos. A forma como geriu a sua ação para com eles baseou-se no catecismo republicano: ordem, trabalho, educação. Mas também assumiu respeito e consideração, justificando-se a dada altura: «o nosso fim, foi o de fazer ver aos delinquentes que os não desprezamos na sua angustiosa situação e que por eles olhamos carinhosamente dando-lhes um pouco de bem-estar». Cabe perguntar se todo este discurso era genuíno, se a sua ação tão casuística voltada para os reclusos, não teria também uma preocupação pessoal de angariação de dividendos fora dos muros da prisão. Ficou apenas a certeza que a obra a que se dedicou com tanto afincamento durou apenas o tempo da sua passagem pela Cadeia da Relação. Era um resultado muito escasso para tantos projetos e tamanho investimento. Mas aqui a culpa não lhe podia ser assacada.

Porto, 29 de Abril de 2015

## BIBLIOGRAFIA

- AGRA, Cândido da, dir. (2012) – *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar*. Porto: Universidade do Porto.
- BARATAY, Eric (2005) – *Pour une relecture de la correction des enfants au XIXe siècle: l'exemple de l'institution du père Rey*. DELPAL, B.; FAURE, O., dir. – *Religion et enfermements, XVIIe-XXe siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 33-53.
- CARLIER (1989) – *L'administration pénitentiaire et son personnel dans la France de l'entre-deux-guerres. L'impossible réforme*. Paris: Ministère de la Justice, Archives pénitentiaires.
- FASSIN, Didier (2015) – *L'asile et la prison*. «Esprit», março-abril, p. 82-95.
- SANTOS, Maria José Moutinho; COELHO, Margarida Santos (1993) – *O Palácio da Relação e Cadeia do Porto*. Porto: Edições Asa.
- SANTOS, Maria José Moutinho (1999) – *A Sombra e a Luz. As Prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento.



## FONTES

Arquivos (Norte e Sul) dos Serviços Prisionais.

### FUNDO DA CADEIA CIVIL DO PORTO:

*Ordens de Serviço* – 1883-1972.

*Registo de Correspondência para a Administração Geral das Prisões* – 1926-1936.

*Registo de Correspondência para Diversas Autoridades e Funcionários* – 1901-1931.

*Registo de Correspondência para a Procuradoria* – 1901-1921.

*Registo de Correspondência Recebida* – 1901-1933.

*Registo de Obras Lidas na Biblioteca* – 1931-1938.

*Regulamento geral das Prisões* de 1901.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* agosto 1919.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* janeiro 1924.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* janeiro 1926.

### ARQUIVO DE HISTÓRIA MILITAR:

*Processo individual de Tito Lívio da Costa Cameira.*

*Processo individual de José da Costa Cameira.*

## FONTES IMPRESSAS

*Almanaque do Porto e seu Distrito.* Porto: Livraria e Tipografia Arquivo Jurídico, 1906 a 1918.

*Anuário Comercial do Porto e seu distrito.* Porto: Tipografia Moderna, 1926.

*Cadeia Civil do Porto 1931.* Porto: Cadeia Civil do Porto, 1932.

CAMEIRA, Tito Lívio (1931) – *As Prisões em Portugal.* Porto: Cadeia Civil do Porto.

GONÇALVES, João (1923) – *A instrução e a criminalidade.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 3. Lisboa, p. 36-52.

— (1924) – *Educação e instrução nas prisões.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 4. Lisboa, p. 97-119.

PESSANHA, António Alberto Charula (1927) – *Relatório da minha viagem oficial à Hespanha, França, Bélgica.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 7. Lisboa, p. 36-52.

RODRIGUES, Rodrigo (1917) – *Cadeia Nacional de Lisboa. Penitenciária Central. Seu significado no problema penal português sua história e descrição.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.

— (1949) – *Subsídios para o estudo do problema penal e prisional português.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTOS, José Belezinha dos (1955) – *Relatório sobre os Estabelecimentos Prisionais (1939),* Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, J. J. Henriques da (1925) – *Relatório do Delegado do Governo Português ao IX Congresso Penitenciário Internacional de Londres.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 7. Lisboa, p. 475-498.

SILVA, Rodolfo Xavier da (1916) – *Os Reclusos de 1914 – Estudos estatísticos e Antropológicos.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.

— (1926) – *Crime e Prisões.* 2.ª edição. Lisboa: Livraria Depositária.

## IMAGENS

Figs. 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 – *As Prisões em Portugal*, 1931.

Fig. 5 – *Jornal A Malta*. 3 de maio de 1930.

Figs. 2, 11, 12, 13 – *Cadeia Civil do Porto*, 1932.



# A MEMÓRIA DO OUTRO: O SISTEMA DE VALORES DOS TRANSMONTANOS NO ESTADO NOVO

ALBANO VISEU\*

**Resumo:** O tema do presente estudo<sup>1</sup> teve como objectivo principal a análise e interligação de memórias, recolhidas, através de entrevistas, não só de cidadãos do Romeu, mas também de outros locais do país.

As memórias retidas pelas pessoas de locais diferentes, sobre os anos 60 e 70 do século XX, ajudarão a comprovar se houve diferenças nesse registo e se a imagem identitária, em relação ao regime, apresentou ou não características idênticas.

O mundo rural transmuntano, em que vigorou, durante muito tempo, o isolamento territorial e cultural, ter-se-á identificado com outros locais do país na captação de um suporte de memórias, relativo a um mesmo tempo histórico?

O estudo provou que a apropriação de memórias coincidiu em muitos aspectos e que as pequenas diferenças se adaptaram aos aspectos particulares da região.

**Palavras-chave:** apropriação; mudança; mundo urbano; mundo rural.

**Abstract:** The theme of the present study had as main objective the analysis and interconnection of memories collected through interviews, not only from citizens of Romeu, but also from other places in the country. Memories retained by the people from different locations, about the years 60 and 70, will help us to establish whether there were differences in the register and if the identity image, in relation to the political regime, presented or not identical characteristics.

People living in the Trás-os-Montes rural world, in which lasted for a long time the territorial and cultural isolation, will it have identified with other places of the country in attracting a holder of memories on the same historical time?

The study proved that the appropriation of memories coincided in many respects and that small differences have adapted to particular aspects of the region.

**Keywords:** appropriation; change; urban world; rural world.

## 1 – INTRODUÇÃO

As fracas acessibilidades tornaram Trás-os-Montes uma região periférica e isolada pelo próprio relevo, permitindo «manter ainda hoje arcaísmos que têm resistido tenazmente às influências da vida moderna propalada pelos meios de comunicação social», pelas melhores vias de comunicação e pelos mais rápidos meios de transporte: daí a originalidade da região no contexto nacional.<sup>2</sup>

---

\* Professor de História aposentado e investigador do CITCEM. Licenciatura História (U. Porto, 1979). Master em Antropologia Social e Cultural (U. Santiago de Compostela, 2003): «As Memórias do Estado Novo no espaço rural (estudo antropológico de um tempo histórico na freguesia do Romeu)». Doutoramento em História (U. Porto, 2007): «Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo». Livros: O Alfaiate de Mirandela; Desenvolvimento da periferia transmuntana: a Linha do Tua e a Casa Menéres; A Simbologia das Palavras. [albanoviseu@gmail.com](mailto:albanoviseu@gmail.com).

<sup>1</sup> VISEU, s. d.: 3-5 e 22-35.

<sup>2</sup> Selecções do Reader's Digest, 1982: 51-52.

O campo repeliu pela adstringência da vida agrícola e campestre: a monotonia das ocupações, os salários limitados, e muitas vezes apenas sazonais, o desconforto decorrente da falta de condições de habitabilidade e de conforto. E a fuga para o litoral ou para o estrangeiro transformou-se, para muitos, numa solução.

As cidades atraíram e seduziram os trabalhadores rurais, porque havia mais emprego, horas limitadas de trabalho, descanso semanal, divertimentos, salários bem remunerados, mais conforto e melhores condições de vida, mais higiene, prazer e luxo.

A partir de 1960, o país mudou e passou a ser mais urbano e mais culto, apesar de ainda manter alguns traços de provincianismo. O nosso atraso cultural, a falta de instrução e de educação são uma herança pesada do salazarismo.

O mundo rural continuou a sofrer com a falta de condições fundamentais: luz eléctrica, água canalizada, saneamento básico e ligações aos centros urbanos mais próximos. Muito trabalho era preciso fazer para que o mundo rural saísse do marasmo em que ainda vivia.

A situação económica e social em Portugal até aos anos 60 não era encorajadora: mais de 80% da população portuguesa trabalhava na terra e era analfabeta; a maior parte queria emigrar ou para o Brasil ou para as colónias. Para os camponeses que ficavam havia pouca esperança de promoção e de melhoria social.

As oportunidades de subir até feitores de famílias ricas eram poucas. A população camponesa só podia obter uma educação se fosse grátis e a ascensão a uma classe social superior podia ser conseguida, através de um bom casamento, as raparigas, e tentando um dos lugares grátis nos seminários católicos, os rapazes.

Em 1930, Portugal era um país essencialmente agrícola e a sua economia situava-se entre as mais atrasadas da Europa. A sociedade paternalística estava

*polarizada em termos de classe, com uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno, mas crescente grupo de grandes industriais, uma classe média tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos*<sup>3</sup>.

Coexistiam uma agricultura tradicional, com baixos índices de produção e de produtividade, e uma indústria dominada pelos sectores tradicionais de baixa tecnologia, de pouca especialização e de reduzido investimento de capital. Havia a dispersão empresarial, o domínio da indústria artesanal, oficial e de pequenas empresas e um quase diminuto sector de serviços moderno<sup>4</sup>.

Esta situação de atraso e de inconsistência social irá marcar, até aos anos 60, a natureza e o ritmo da evolução das políticas sociais.

As condições de trabalho, nas nossas aldeias, obrigaram o pai e a mãe a estar afastados dos filhos quase o dia inteiro, sendo estes criados sobretudo pelos avós.

---

<sup>3</sup> MÓNICA, 1978: 79, 81.

<sup>4</sup> ROSAS, 1994: 22, 81, 82.

Após os anos 60, como os pais tiveram de partir para as migrações, foram os avós ou outros familiares que os educaram. Adveio desta situação a manutenção de uma atmosfera e de um ambiente tradicionalista no seio das sociedades camponesas.

Naquele tempo, as aldeias pululavam de gente que arduamente se entregava às lides do campo (amanho da terra; colheita dos frutos; arrancar a batata; apanhar a azeitona e a amêndoa; ceifar os cereais; as malhadas; a cresta do mel) e ao tratamento dos animais (ordenha, pasto, recolha nos cardenhos, tirar o estrume e distribuí-lo pelos campos de cultivo e encontrar soluções, quando adoeciam...).

Os montes contavam com muito espaço para a cultura dos cereais. Colhia-se muito centeio, o trigo, a aveia, a cevada e o feno. Nos montes e nas planuras dos terrenos, nos lameiros, pastavam cabradas, rebanhos e manadas de vacas.

Todos os elementos das famílias, algumas muito numerosas, contribuíam com a sua quota-parte nos imensos trabalhos.

Era dura e árdua a vida no campo e muita gente tentava libertar-se da miséria em que vivia: alguns fixaram-se em cidades ou vilas do país; outros, partiram para as colónias; e, outros, rumaram até países estranhos do seu.

As figuras nacionais ensinaram as pessoas a obedecer, sob a batuta da repressão e do autoritarismo; as forças da ordem abafaram a suas vozes; a propaganda do regime extrasara a sua ânsia incontida de liberdade.

Quem sentia o valor da diferença, tinha de fugir, senão os esbirros do regime, perseguiam, espancavam, aprisionavam, alguns deles num suplício até à morte...

Levados pelos ventos da mudança, muitos foram para o estrangeiro e, aí, aprenderam a viver, a pensar, a libertar-se. Beberam ideias novas e aprenderam a ouvir ao longe a voz abafada de um povo: «Pergunto ao vento que passa notícias do meu país. E o vento cala a desgraça, o vento nada me diz». «Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não<sup>5</sup>».

O vento levava os rumores de um tempo que permitia saber o não sabido.

E o povo português, vítima dos «encantos» do regime, deixou-se adormecer ao som das vozes gritantes e ordeiras do sistema. Embalados pela propaganda fascista, aderiram à Legião Portuguesa, os jovens à Mocidade Portuguesa, e assistiram deslumbrados às paradas, onde se rendia culto ao chefe e se ovacionava e fazia a continência fascista.

Assistia-se à Exposição do Mundo Português, às inaugurações (pontes, barragens, escolas, hospitais, estádios de futebol, auto-estrada, abertura de estradas...) e a alguns melhoramentos em aldeias, vilas e cidades.

Os transmontanos conheceram muito sofrimento: o pouco poder de compra, que mal dava para viver (muitos andavam remendados e descalços e só em dias especiais havia calçado e roupa mais cuidada); a partida para a emigração; o desembarque para a guerra colonial; as notícias sobre os acontecimentos desta guerra; as perseguições políticas; as notícias de torturas e de sofrimentos que o regime semeou por todo o país...

Comia-se pão, a maior das vezes de centeio, cereal abundante na região. A maior parte das refeições eram acompanhadas com uma salada de tomate e cebola, a que se juntavam batatas cozidas e azeitonas. Se a comida crescia, guardava-se no mosqueiro ou em panelas e tachos e aquecia-se para nada se desperdiçar.

Carne, quase só se comia em dia de festa ou de comemoração. A carne de porco era a que mais se consumia, devido à criação que deste animal se fazia para aproveitar alguns restos que cresciam da alimentação da família.

As moiras, as alheiras, as chouriças de cebola e de sangue, além do presunto, curtido à lareira, durante o Outono e o Inverno, eram o tempero para as muitas forças despendidas no amanho das terras e no trato dos animais.

Havendo carne de porco, haveria que dar à família por uns tempos.

Também se comia carne das galinhas, mas estas eram necessárias para pôr ovos que serviriam para a alimentação e para deitar a chocar. E, ao obter novos pintainhos, se renovava o galinheiro.

Nos trabalhos dos campos, como as ceifas, as malhadas, a plantação de batatas, e tantos outros, ou havia uma refeição quente ou se comia de seco, em que o pão e o peguilho, levado de casa ou fornecido pelo patrão, eram complementados com água ou com vinho.

Quanto ao peixe, só se comia, quando passava pelas aldeias a camioneta do peixeiro, ou quando a peixeira o recebia e o apregoava pelas ruas e vielas. Comia-se sardinha de barrica, sardinha salgada, carapaus e chicharros, faneca, raia...

Uma sardinha era, muitas vezes, dividida por dois elementos da família. A carne era também muito bem distribuída pela família e pouca calhava a cada um.

Comia-se muita batata, abundante na região, massa, arroz, grão-de-bico, feijão-frade, cevadilha, lentilhas, ervilhas, favas, queijo, alguma fruta, compotas caseiras, bolos, biscoitos.

Comia-se no escano, o centro da vida familiar da época: local onde se tomavam as refeições, se conversava, se tomavam decisões, se dormia uma cesta, se tomava banho dentro de uma bacia, para aproveitar o calor da lareira ou do fogão. Ali se contavam histórias aos mais novos, lendas, contos, lengalengas, provérbios, adivinhas e rifões populares, alimentando-lhes a imaginação, alertando-os para o mundo do bem e do mal, do correcto e do incorrecto e se abordavam temáticas sobre a adolescência, a meninice e a velhice.

Ali, se encontrava a família, arranjando formas de passar o tempo e de passar o serão. Havia lugar aos jogos tradicionais. E, ali, se projectava o aumento da prole.

A família deitava-se cedo, porque havia que se levantar cedo para começar os trabalhos agrícolas e da pecuária e havia muito para fazer. E quando não havia, era tempo para se ir a feiras ou mercados comprar alfaias agrícolas, arreios, adubos e sementes ou vender-se a produção agrícola ou animal.

Era também nas feiras que se comprava calçado, vestuário, alguma fruta da época como o melão, a melancia, os abrunhos, os pêssegos...

Nas feiras, também se combinavam os preços da produção agrícola (uvas, azeitona e azeite; vinho), se faziam contratos de trabalho; se combinavam preços a pagar aos trabalhadores; se sabia o preço da batata semente, dos adubos, das jeiras...

Muito cedo começava o tratamento dos animais: ordenha e alimentação. Era preciso tirá-los do curral, da corriça ou da cortinha e levá-los para as tarefas agrícolas e para as pastagens dos campos ou da beira de rios...

À noite, e muitas vezes de manhã, era a ordenha dos animais.

Enquanto o pastor tratava de apascentar seus animais, a pastora vendia o leite, coalhava e fazia queijo para o poder vender e para o consumo da casa.

Vida dura e amargurada aquela, mas necessária para ganhar para o que fosse necessário para a família, para comprar adubos, sementes, outros produtos para a agricultura ou para renovar o gado, ou comprar mais pintainhos...

A maior parte das casas só por volta dos anos 60 começou a ter luz eléctrica, apesar de em muitos locais da região, esta só chegar depois dos anos 80 e com ela os electrodomésticos.

Havia candeeiros de petróleo e lampiões de azeite. Em alguns trabalhos nocturnos, como na pisa do vinho, utilizava-se a luz dos gasómetros, de hidrocarboneto.

A vida estava sujeita ao ciclo secular dos dias e das noites, dos meses e das estações do ano, num mundo que tirava a sua subsistência, essencialmente da colheita e da agricultura.

Era uma vida lenta, ao sabor dos trabalhos e das estações do ano, ritmada pelos relógios das igrejas, no mostrador dos quais se podia ler, em latim, a citação «*Omnnes vulnerrant, ultima necat*», isto é, «todas ferem, a última mata».

O galo anunciava o despontar de um novo dia e havia que distribuir o tempo para que tudo resultasse com harmonia. Cantava-se, comia-se, convivia-se.

Havia a realidade de saber enfrentar o tempo: o tempo das vindimas, das sementeiras, das podas e das limpas, das ceifas, da apanha e da seca dos figos, da apanha da azeitona...

## 2. PROBLEMÁTICA

O Estado Novo marcou profundamente a memória de muitos portugueses. O tempo dilatado de vigência deste regime político, de 1933 a 1974, levou à fixação de acontecimentos nacionais e internacionais que, entretanto, se cruzam numa espécie de simbiose partilhada.

O mundo rural e o mundo urbano viveram um conjunto de fenómenos históricos que precisam de ser questionados, daí justificar-se este levantamento, num trabalho de análise e de cruzamento dos dados levantados.

No mundo rural, deprimido e contido, dadas as escassas ofertas de trabalho, havia o fraco ou nulo poder aquisitivo de bens e de serviços essenciais e muitas privações; o domínio de uma gestão de recursos, em que o paternalismo e o ruralismo de cariz feudal predominaram.

O efeito pontual e sistemático levava a não questionar, porque as influências de determinadas pessoas eram essenciais<sup>6</sup>. Era necessário estar de bem com um procedimento que primava por se manter ligado ao sistema político vigente e condicionava, porque impunha e dominava a vontade e o poder decisório dos elementos da população.

<sup>6</sup> VISEU, 2007: 70.

Houve um entendimento entre os trabalhadores, que forneceram a força de trabalho, recebendo em troca um escasso salário e alguns favores, e os senhores, que precisaram da força de trabalho daqueles, a troco de um salário miserável, para que lhes tornassem as terras produtivas e lhes enchessem as tulhas, os armazéns, os lagares e lhes proporcionassem viver sem trabalhar, simplesmente porque este direito se manteve activo, até ao momento em que a força braçal, consciente da sua exploração, decidiu fugir a esta situação.

A cidade, mais uma vez, ofereceu a libertação às exploradas classes dos campos. A emigração cimentou, igualmente, a vontade e o desejo de melhorar a situação de vida para as pessoas que partiam e para os familiares que ficavam<sup>7</sup>.

O Estado Novo apostou na manutenção deste sistema económico-social e, inicialmente, reprimiu a emigração. A partir dos anos 60, o próprio regime ganhou consciência da importância que essa saída poderia constituir para o país.

Um país pobre conseguiu, graças à contenção do despesismo e a um forte controle sobre os gastos públicos, amealhar, entesourar. O equilíbrio orçamental contou com o sacrifício do povo português, pois viveu uma vida miserável, de pobreza, de escassez de recursos, de um limitado acesso à saúde, à educação, a bens essenciais e a equipamentos.

Este cenário durou até aos anos 60, quando o governo procurou com o desenvolvimento<sup>8</sup> abrir novas perspectivas a um país rural, católico, dependente de líderes, de caciques e de favores.

Encenou-se, então, uma forma para acabar com a situação deprimente do povo português, surgindo uma situação ensaiada, em que os actores passaram a ser os elementos do governo e os seus simpatizantes, recrutados entre os dominadores e os caciques locais.

Esta empatia entre as duas partes continuava a dar um papel de domínio aos senhores locais e concedia-lhes um poder controlador e mobilizador.

A consciência da dominação foi crescendo e o desejo de libertação constituiu um dos factores que deu azo a que, em finais dos anos 60, se verificasse uma hemorragia social que começou a reduzir o interior do país a casas sem vida e sem gentes, a pólos de esquecimento e de letargia.

Os valores tradicionais e inquestionáveis foram postos em causa. O contágio, provocado pelo contacto com outros mundos de desenvolvimento, «corrompeu» o mundo rural e retirou-lhe uma forte carga emotiva, baseada na família, no trabalho e na tradição<sup>9</sup>.

A riqueza do transmontano passou a contar com a valorização de um novo dilema: sentiu-se influenciado por esse contágio, mas continuou a manter uma forte atracção pelas raízes, pelo berço, pelas tradições e pelas memórias.

E até que ponto coincidiram ou divergiram as memórias desse tempo nos dois campos em que se pretende lançar o presente estudo?

---

<sup>7</sup> VISEU, 2007: 58; HOLANDA, 1969: 48.

<sup>8</sup> VISEU, 2007: 214; 220-224.

<sup>9</sup> VISEU, 2007: 458.



### 3. METODOLOGIA DE TRABALHO E PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DO ESTUDO

O tema escolhido para estudo será aprofundado, recorrendo à observação, análise e interligação de um universo de memórias, recolhidas através de entrevistas, e à consulta de alguma bibliografia específica, produzida, essencialmente, pelo autor<sup>10</sup>.

Os entrevistados serão questionados sobre o mesmo suporte de memórias, a fim de se poder estabelecer um quadro comparativo entre as vivências e as recordações que remetem para um mesmo cenário histórico: o tempo e as memórias do Estado Novo, no espaço rural e em outros espaços, nos anos 60 e 70.

O governo e alguns particulares estiveram empenhados numa certa modificação do cenário económico e social dos portugueses desse tempo. A cultura e a mentalidade foram condicionadas por parâmetros desenvolvimentistas e pelos quadros forjados pela ditadura, como sendo essenciais e necessários para não fazer perigar o regime.

Houve pessoas que não conseguiram viver sempre dentro do espaço rural, pois tiveram de migrar, pelo que tomaram contacto com diferentes mundos de partilha: o mundo rural de pertença e o espaço de apropriação para onde foram viver e lhes passou a pertencer.

A dificuldade do encontro com o outro, com o português de outras regiões, de centros decisores e da máquina do regime, deve ter condicionado o acesso à informação e de ficar ao corrente do que passava no país.

O fenómeno da mudança trouxe um conjunto de transformações que provocaram desequilíbrios que se torna necessário conhecer, a partir da voz dos «sem voz» da sociedade portuguesa<sup>11</sup>.

No fundo, pretende-se recolher e analisar as memórias retidas pelas pessoas de locais diferentes, para ver até que ponto viveram e assimilaram as mudanças por que passou o país, e se o mundo rural, em que primou o isolamento territorial e cultural, se identificou com outros espaços e com o todo nacional na apropriação de memórias de um mesmo tempo histórico.

O meio rural será representado pela freguesia do Romeu, cuja história tem vindo a ser estudada pelo autor, espaço em que serão entrevistadas apenas 20 pessoas, devido à sua baixa densidade populacional.

Os habitantes do Romeu ficaram a conhecer nitidamente as características do regime, devido ao seu isolamento parcial, representado pela mudança de polaridade desenvolvimentista para Vale de Couço, onde se localizava a escola Primária, a Casa Menéres, a Casa do Povo e onde passava a Estrada Nacional e o caminho-de-ferro?

<sup>10</sup> Estudos: VISEU, Albano (2012) – *Clemente Menéres – O homem de negócios e o comboio do Tua*. Foz Tua Conference; VISEU, Albano (2013) – *A fábrica de cortiças de Mirandela e a Linha do Tua*. Foz Tua Conference; VISEU, Albano, BEIRA, Eduardo e CORDEIRO, José (2014) – *A fábrica de cortiças do Quadraçal: uma cápsula no tempo*. II Congresso Internacional sobre Património Industrial, Porto: Universidade Católica. VISEU, Albano, BEIRA, Eduardo e CORDEIRO, José [s.d.] – *A cortiça, as fábricas da Sociedade Clemente Menéres e o seu escoamento, através da Linha do Tua*. Documentos Projecto TUA/História, sobre a Linha de Foz Tua a Mirandela: construção, alterações e comemorações do centenário. Livros: VISEU, 2007; VISEU, 2003; VISEU, 2013.

<sup>11</sup> VISEU, 2003: 126-128.

Os outros locais do país corresponderão a espaços diferentes, dando prioridade à área mais próxima, constituída pelo núcleo de memórias, Mirandela, e muitas das suas aldeias, estendendo-o, depois, a vilas como as de Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Murça, Mogadouro, Vinhais e Moncorvo e alargando-a, depois, às cidades de Bragança e de Vila Real. Esta escolha será enriquecida, se lhe forem acrescentadas as memórias de pessoas de espaços importantes de captação (Coimbra, Lisboa e Santa Comba Dão) e de outras regiões do país.

Serão realizadas 50 entrevistas, nesta área alargada, devido à sua dimensão territorial.

Os entrevistados do Romeu e de outros locais serão questionados sobre a mesma abrangência temática, a partir de um guião de entrevista idêntico, a fim de se verificar se foram apreendidas as características do regime e para que, com base nos dados levantados, se faça a sustentação do presente estudo.

## 4 – A MEMÓRIA DO OUTRO: O SISTEMA DE VALORES DOS TRANSMONTANOS (ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX)

### 4.1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O Universo de estudo ficou constituído, aleatoriamente, por 20 pessoas do Romeu e por 50 de outros locais do país, apresentando a amostra as seguintes características:

**Quadro 1:** Dados caracterizadores do estudo

CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS		QUANTIDADE		%	
		ROMEU	OUTROS LOCAIS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Estado civil	Solteiro	1	4	5	8
	Casado	18	40	90	80
	Viúvo	1	5	5	10
	Divorciado	0	1	0	2
Sexo	Masculino	11	25	55	50
	Feminino	9	25	45	50
Sectores de actividade	Primário	5	8	25	16
	Secundário	0	5	0	10
	Terciário	7	25	35	50
	Domésticas	7	7	35	14
	Reformados	1	5	5	10
	Analfabeto	1	3	5	6
Habilitações	3.ª classe	2	3	10	6
	4.ª classe	12	11	60	22
	2.º ciclo	2	5	10	10
	3.º ciclo	0	2	0	4
	Ensino secundário	1	6	5	12
	Magistério primário	0	1	0	2
	Licenciatura	2	19	10	38

CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS		QUANTIDADE		%	
		ROMEU	OUTROS LOCAIS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Residência (época em estudo)	Meio rural	15	7	75	14
	Meio misto	4	5	20	10
	Meio urbano	0	23	0	46
	Estrangeiro	1	5	5	10
	Colónias	0	9	0	18
	Não respondeu	0	1	0	2

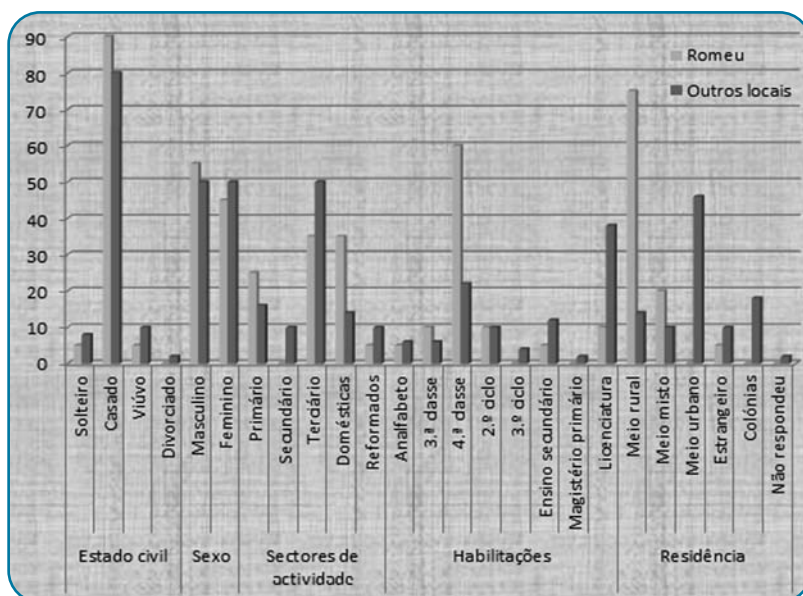
A diferença do número de elementos entrevistados ficou a dever-se a uma resposta mais limitada da parte das pessoas da freguesia do Romeu, em relação a outros locais, no ano da realização das entrevistas (2003).

Os restantes dados recolhidos foram trabalhados e cruzados, obtendo-se uma percentagem para termo de comparação.

Os entrevistados confirmaram que possuíam diferentes tipos de memórias:

- os habitantes do Romeu – muitas memórias (25%) e algumas memórias (75%);
- os habitantes de outros locais – muitas memórias (14%); algumas (52%); poucas (30%); não responderam a esta questão (4%).

Gráfico 1: Características dos espaços de estudo.



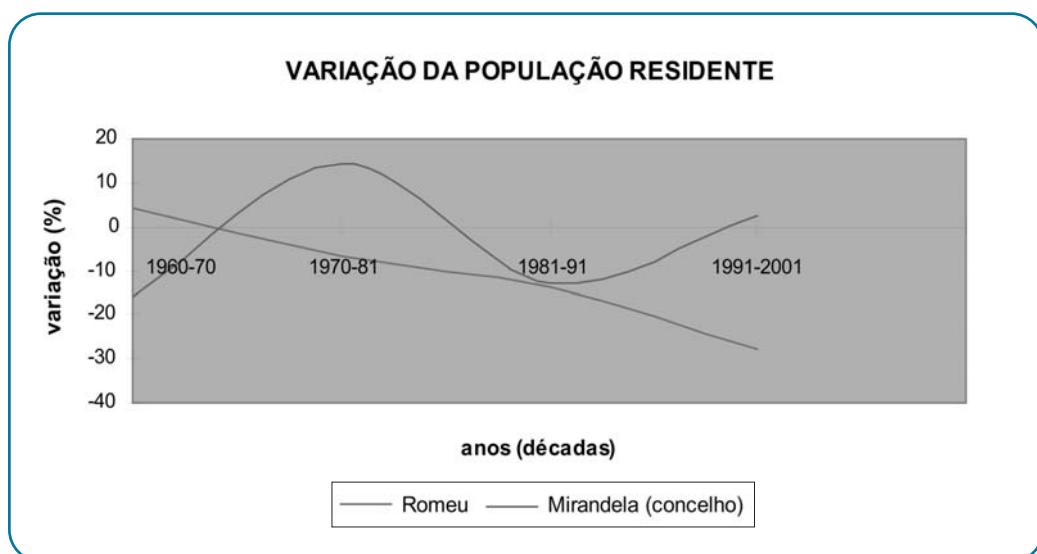
Estabelecendo uma comparação entre as características apresentadas pelos dois espaços de estudo (Romeu; outros locais), constatamos que:

- a maior parte das pessoas entrevistadas eram casadas (90%; 80%);
- registou-se um certo equilíbrio, em termos de género, nos dois universos de estudo;
- as pessoas pertenciam à população não activa (35%; 24%) – com destaque para as domésticas, sobretudo no Romeu, e os reformados – e à população activa (65%; 76%). E estas estavam integradas nos seguintes sectores de actividade: primário (42%; 21%), secundário (0%; 13%) e terciário (58%; 66%);
- foi significativo o número de pessoas licenciadas, fora do Romeu (10%; 38%), e com a 4.ª classe, na freguesia do Romeu (60%; 22%);
- ainda havia focos de analfabetismo nos dois espaços em estudo (5%; 6%) e de pessoas com a 3.ª classe (10%/6%);
- a maior parte dos moradores do Romeu viveu, na época em estudo, no meio rural (75%), e apenas 5% no estrangeiro, enquanto os moradores de outros locais viveram no meio urbano (46%), nas colónias (18%), no estrangeiro/ emigração (10%) e só um pequeno número no meio rural (14%).

Na análise, foi considerado o meio misto, traduzindo este fenómeno a ruralidade e a partida de muitas pessoas, após finais dos anos 70, para as vilas ou para as cidades mais próximas ou para a emigração.

As migrações internas e externas provocaram o despovoamento e o abandono de vilas, aldeias e lugares do interior transmontano.

**Gráfico 2:** A variação da população residente (Romeu e concelho de Mirandela).



Fonte: VISEU, 2003: 58.

## 4.2. AS MEMÓRIAS CRUZADAS DE UM TEMPO HISTÓRICO (ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX)

As memórias mais marcantes, registadas nas duas áreas de estudo, foram as seguintes:

**Quadro 2:** Cruzamento de Memórias históricas

MEMÓRIAS		ROMEU	OUTROS LOCAIS
Económicas	Vida ligada à agricultura tradicional e à criação de gado	29%	33%
	Dificuldades económicas, fome e miséria	24%	29%
	A acção da família Menéres (criando emprego e dinamizando a economia)	25%	12%
	Alimentação ligada aos produtos naturais	22%	26%
Sociais	A emigração	16%	18%
	O difícil acesso à saúde e à assistência médica e medicamentosa	14%	13%
	A relação entre os trabalhadores e os patrões	10%	7%
	A lentidão do tempo no meio rural	10%	10%
	Controlo dos hábitos da mulher	9%	12%
	Questões de honra e de vergonha	9%	9%
	3 EFES	9%	11%
	Casa transmontana	8%	4%
	A mãe/ ausência do pai	8%	8%
	Preconceitos	3%	6%
Políticas	Alterações sociais	4%	2%
	A guerra colonial e o serviço militar	21%	25%
	A falta de liberdade, a PIDE, a opressão e o autoritarismo	20%	24%
	Os discursos e as cerimónias de publicidade ao regime	18%	14%
	O regedor e o cabo de ordens	15%	13%
	O governo de Marcelo Caetano	12%	13%
	Acontecimentos históricos locais	9%	6%
Acontecimentos históricos mundiais	5%	5%	
Culturais	As festas, romarias e inaugurações	31%	15%
	O analfabetismo	27%	33%
	O acesso à cultura e à educação	22%	23%
	Os heróis e símbolos nacionais	14%	22%
	A Alegria no Trabalho	6%	7%

Os fenómenos históricos evocados foram muito parecidos, a nível económico, social, político e cultural, nos dois espaços, verificando-se uma coincidência das seguintes memórias mais recordadas:

- a) a nível de memórias económicas: a vida ligada à agricultura tradicional e à criação de gado; as dificuldades económicas, a fome e a miséria; a alimentação baseada nos produtos naturais. Foi também recordada a acção da família Menéres ao criar emprego, ao melhorar infra-estruturas e equipamentos e ao dinamizar a economia local, regional e nacional.

b) a nível de memórias sociais: a emigração e o êxodo rural; o difícil acesso à saúde, à assistência médica e aos medicamentos; o controlo sobre os hábitos da mulher; a relação entre os trabalhadores e os patrões; a lentidão do tempo em meio rural.

Foram ainda referidos: os 3 EFES; o papel da mãe e a ausência do pai na educação dos filhos; questões de honra e de vergonha; preconceitos; a casa transmontana (uma imagem da Casa Portuguesa); alterações sociais.

c) a nível das memórias políticas: a guerra colonial e o serviço militar; a falta de liberdade, a PIDE, a opressão e o autoritarismo; os discursos e as cerimónias de publicidade ao regime.

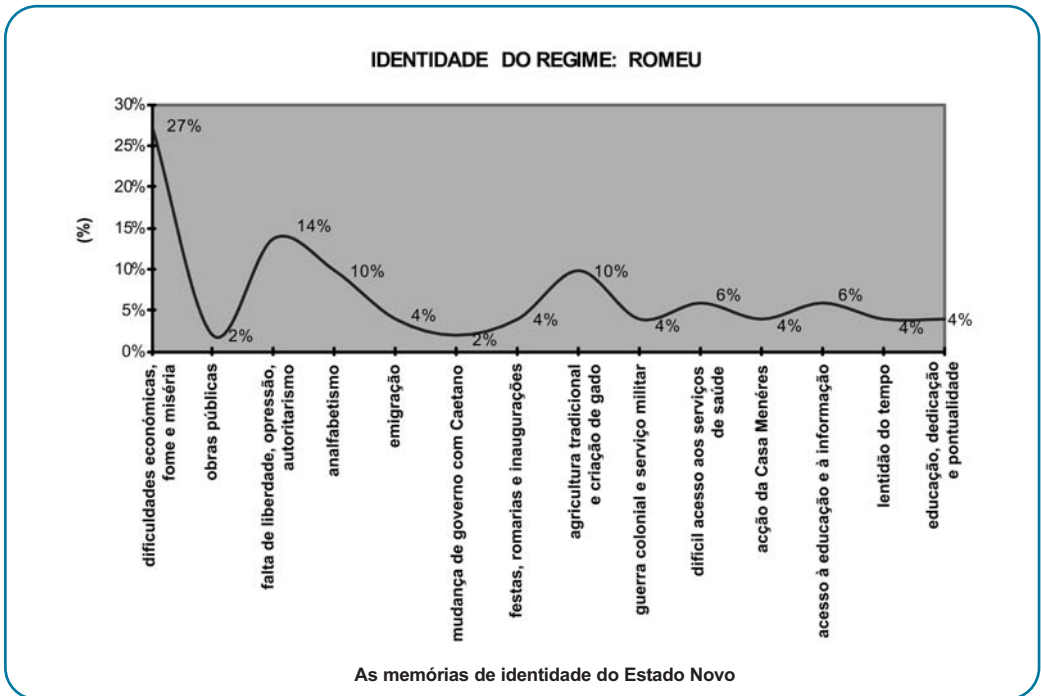
Foram também referidos: a função do Regedor e do Cabo de Ordens; o tempo de governo de Marcelo Caetano; acontecimentos políticos locais, nacionais e mundiais.

d) a nível das memórias culturais: o analfabetismo e as dificuldades daí resultantes; as festas, romarias e inaugurações; as dificuldades de acesso à cultura e à educação; o culto aos heróis e aos símbolos nacionais; a Alegria no Trabalho.

Analisemos, agora, as memórias, a partir das quais se pode traçar a identidade do regime do Estado Novo, para verificar como foram interiorizadas nas duas áreas em estudo.

Os entrevistados mencionaram um vasto leque de referências que os remeteram para o tempo histórico analisado no presente estudo.

**Gráfico 3:** As Memórias da imagem identitária do regime no Romeu.

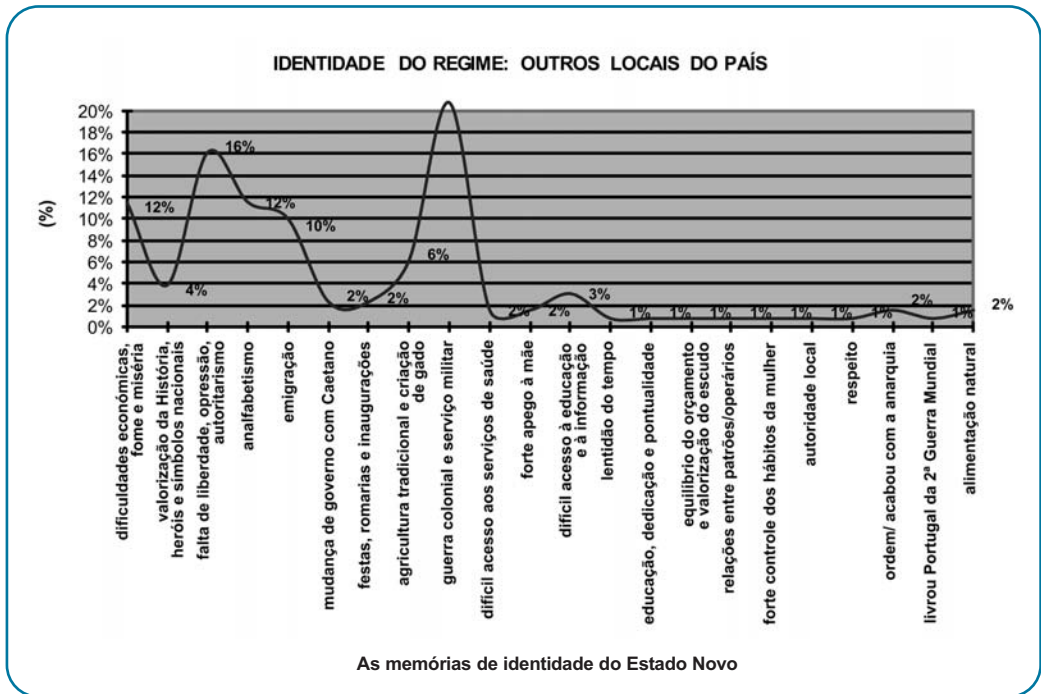




Houve memórias mais marcantes e estigmatizadoras que foram mais quantificadas que outras. Mas todas elas marcaram os entrevistados, as suas famílias, os seus amigos, vizinhos e conhecidos.

A abrangência de um processo limitador e afrontador, capaz de criar mal-estar e displicência, pode ter sido sentida em ambos os mundos de pertença pelos indivíduos que se sentiram confrontados com o poder, com os seus sinais de domínio e com formas que impediram a liberdade e o acesso à educação, à saúde e à cidadania activa.

**Gráfico 4:** As Memórias da imagem identitária do regime em outros locais do País.



A comparação entre as Memórias que deram uma imagem identitária do regime torna-se essencial:

**Quadro 3:** Memórias de identidade do regime do Estado Novo

MEMÓRIAS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Mais referidas	1.º – dificuldades económicas, fome e miséria	1.º – guerra colonial e serviço militar
	2.º – falta de liberdade, opressão e autoritarismo	2.º – falta de liberdade, opressão e autoritarismo
	3.º – analfabetismo	3.º – analfabetismo
	4.º – agricultura tradicional e criação de gado	4.º – dificuldades económicas, fome e miséria
	5.º – guerra colonial e serviço militar	5.º – emigração
	6.º – difícil acesso aos serviços de saúde e a emigração	6.º – agricultura tradicional e criação de gado

MEMÓRIAS	ROMEUS	OUTROS LOCAIS
Menos referidas	<p>1.º – governo de Marcelo Caetano; festas, romarias e inaugurações; acção da Casa Menéres; lentidão do tempo no meio rural</p> <p>2.º – difícil acesso à educação e à informação; educação, dedicação e pontualidade; relações entre trabalhadores e empregadores; alimentação natural; obras públicas</p>	<p>1.º – valorização da História, dos heróis e dos símbolos nacionais</p> <p>2.º – difícil acesso à educação e à informação</p> <p>3.º – governo de Marcelo Caetano; festas, romarias e inaugurações; difícil acesso aos serviços de saúde; forte apego à mãe; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da anarquia</p> <p>4.º – lentidão do tempo; educação, respeito, dedicação e pontualidade; equilíbrio do orçamento e valorização do escudo; relações entre trabalhadores e empregadores; forte controle dos hábitos da mulher; autoridade local: regedor e cabo de ordens; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da 2.ª Guerra Mundial</p>

Ao estabelecer a comparação entre as imagens identitárias do regime, poderemos constatar que há uma certa aproximação na maior parte delas, porque:

a) algumas, são comuns: a falta de liberdade, a opressão, o autoritarismo, a acção exercida pela polícia política e o peso que o analfabetismo teve na sociedade portuguesa da época em estudo; a vida de muitas dificuldades económicas (racionamentos, fome, miséria); a agricultura tradicional, os trabalhos do campo e a criação de gado; a guerra colonial e o serviço militar; a emigração.

b) as memórias menos significativas para os habitantes do Romeu foram: o difícil acesso à educação e à informação; a educação, a dedicação e a pontualidade; as relações entre trabalhadores e empregadores; a alimentação natural; as obras públicas; enquanto que para os indivíduos de outros locais foram: a lentidão do tempo; a educação, o respeito, a dedicação e a pontualidade; o equilíbrio do orçamento e a valorização do escudo; as relações entre trabalhadores e empregadores; o forte controle dos hábitos da mulher; a autoridade local: regedor e cabo de ordens; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da 2.ª Guerra Mundial.

c) outras memórias, apesar de pouco referidas, foram valorizadas de forma diferente: no Romeu, o governo de Marcelo Caetano; as festas, romarias e inaugurações; a acção da Casa Menéres; a lentidão do tempo no meio rural; em outros locais, o governo de Marcelo Caetano; as festas, romarias e inaugurações; o difícil acesso aos serviços de saúde.

Algumas memórias foram apenas referidas pelos entrevistados de outros locais do país: a valorização da História, dos heróis e dos símbolos nacionais; o forte apego à mãe; as relações entre trabalhadores e empregadores; o forte controlo dos hábitos da mulher; a autoridade local; Salazar, salvador da Pátria: livrou da anarquia e da 2.ª Guerra Mundial, equilibrou o orçamento e valorizou o escudo.

Estes factores identitários assumem algum valor como marca de suporte do regime, pois as populações viram-se confrontadas com eles, tendo registado em suas mentes um tipo de modelação.

## 5. CONCLUSÃO

O pressuposto inicial remetia para o isolamento da aldeia do Romeu, uma vez que a Estrada Municipal n.º 572 não tinha saída e era preciso voltar atrás, até atingir a EN n.º 15, em Jerusalém do Romeu, e para a dificuldade que os seus habitantes sentiriam para ficar a par das ideias e de princípios do regime do Estado Novo.

Os estudos realizados provaram que essa ideia estava errada, porque: a família Menéres sempre recebeu na sua casa solarenga, em Jerusalém do Romeu, figuras gradas do regime que visitaram a região; os melhoramentos do Romeu dos anos 60 foram concretizados em articulação entre Manuel Menéres e a Junta de Colonização Interna, o que contribuiu para a divulgação da imagem do desenvolvimentismo e de ideias do regime; o comboio transportou trabalhadores rurais, técnicos especializados, feitores, colaboradores da Casa Menéres, moradores da aldeia e suas visitas e, com eles, chegaram informações do que se passava no país e no estrangeiro.

Se no todo nacional pairou a mística fórmula do regime, as diferenças encontradas na freguesia do Romeu explicam, por elas próprias, os resultados constatados.

A comunidade soube, realmente, ver-se «do outro lado do espelho», dando-se conta de como viveu a sua história local e de como se encaixou na história nacional.

Algumas pessoas entrevistadas comprovaram que sentiram a fome, o racionamento, a miséria e a falta de poder de compra, à imagem do todo nacional.

Os ordenados auferidos evitaram a muitos habitantes do Romeu ter de partir para o estrangeiro e houve habitantes que emigraram e regressaram a esta freguesia, devido ao tipo de vida que tinham adquirido.

O Programa das Aldeias Transmontanas Melhoradas e a assistência prestada pela Casa Menéres evitaram a emigração em larga escala, o que se viria a verificar em muitas aldeias vizinhas.

A falta de liberdade, a opressão e o autoritarismo foram consideradas, de entre as memórias políticas, as mais limitadoras. E foram tão limitadoras e constringedoras que as pessoas da freguesia do Romeu, como se pôde confirmar, adoptaram uma posição de defesa, pouco falando sobre assuntos políticos. Havia, até, o medo de se poder arranjar uma carga de problemas.

A guerra colonial foi marcante e os estigmas de sofrimento e de dor que se cravaram nas pessoas acabam por nos ajudar a compreender o valor dessa recordação.

As festas, as romarias e as inaugurações marcaram as celebrações culturais das populações em geral. Foi problemática a questão do analfabetismo, do fraco acesso à cultura e à educação e o difícil acesso à saúde e aos medicamentos. Todas estas dificuldades afectaram tanto a população do Romeu, como a de outros locais do país.

Apesar de haver Escola Primária na freguesia do Romeu, houve algumas pessoas que não a frequentaram: os filhos trabalharam na agricultura, para poderem comer e não passar fome; as filhas ficaram em casa a tomar conta da casa e dos irmãos mais novos.

Os entrevistados foram capazes de apontar características que traçaram a identidade do regime político em que viveram, tendo considerado mais significativas: as dificulda-

des económicas, a fome e a miséria e, ainda, a falta de liberdade, a opressão e o autoritarismo do regime.

A sociedade portuguesa ficou moldada por uma educação marcada pela primazia de certos valores que se foram mantendo e transmitindo ao longo dos tempos, antes que a modernidade deixasse os seus traços e alterasse muitos dos valores tradicionais.

O pai ficava ausente da educação dos filhos e a mãe destacava-se, porque marcava o «mundo dos afectos»: educava, moldava, modelava e controlava.

Este estudo mostra que houve pequenas diferenças pontuais no registo de memórias, ligados a factores e a vivências dos cidadãos, e que a imagem identitária, traçada para o regime, apresentou características idênticas.

Perante a caracterização dos dois espaços de estudo, e considerando o nível médio de idades das pessoas que aceitaram responder às questões (64 anos no Romeu e 53 anos nos lugares dispersos pelo país), constatou-se algumas dificuldades em reconstituir amplamente vivências significativas, porque revelaram:

- 1.º – uma dificuldade em estabelecer uma ligação clara com o passado;
- 2.º – uma fraca conexão com os fenómenos históricos e com outros de cariz socio-cultural;
- 3.º – a existência de um número considerável de analfabetos<sup>12</sup>;
- 4.º – um certo receio em responder às questões (4 entrevistados no Romeu e 12 em outros locais), o que deixa antever o forte peso de um passado recente que ainda leva as pessoas a adoptar uma posição de defesa;
- 5.º – um certo desinteresse, parecendo não querer falar sobre um tempo que, ou os marcou profundamente (houve até pessoas que choraram ao ser entrevistadas), devido a imagens que se entranharam profundamente em si mesmas, pelo que lhes custa fazer reviver, ou, ainda, porque não gostam de colaborar e vivem o seu mundo muito à sua maneira;
- 6.º – o envelhecimento da população.

Apesar de o relevo ter condicionado a história das comunidades rurais, isolando-as, criando-lhes dificuldades, levando-as a criar formas de subsistência e de partilha, num comunitarismo que tende a desaparecer, há uma forte aproximação entre os dois modelos históricos estudados (Romeu/outros locais do país) e as pequenas diferenças prendem-se com as vivências específicas das localidades.

O Estado Novo foi recordado como um tempo muito complicado, de muitas dificuldades e de se ter passado muito mal, pelo que alguns entrevistados formularam o desejo de que «esses (tempos) que hoje nos lembrem e outros que cá não voltem!» e afirmaram que o 25 de Abril deveria ter vindo muito antes e evitaria o sofrimento de muita gente.

Aparentemente tudo mudou no país e na região transmontana, nos anos 60 e 70 e, mais especificamente, com a chegada da Democracia. As alterações mexeram com o

---

<sup>12</sup> Plano Global de Intervenção do Centro Rural Macedo/ Mirandela, 1996: 17, fonte CCRN: o Romeu possuía, em 1996, 13,8% de analfabetos.

tecido social e modificaram muitos padrões assumidos, até então, como necessários e basilares.

Os modelos externos começaram a chegar ao mundo rural e levaram-lhe uma profunda alteração, uma vez que este se foi deixando urbanizar e cativar por formas e por bens de consumo que interferiram com os seus horizontes culturais e com as suas referências, a vários níveis.

Os aspectos positivos e negativos de mudança que referiram, verificados após o 25 de Abril, foram os seguintes: entre os primeiros, a melhoria de condições de vida das pessoas e das acessibilidades – o que quebrou o isolamento da região transmontana –, a melhoria dos meios de comunicação e dos meios de transporte, o desenvolvimento da região de Trás-os-Montes e do país, o trabalho passou a ser mais leve, os apoios sociais e os tempos de lazer aumentaram; entre os segundos, a crise de valores que se instalou na sociedade portuguesa: a falta de educação, de respeito pelas pessoas e de honestidade, a corrupção, a materialização e o consumismo, a anarquia, o banditismo e a desumanização.

A mudança acentuou e proporcionou vários tipos de alterações, a nível de: padrões de consumo; condições de vida; estrutura da população; disponibilidade de ter e de utilizar a moeda; prestígio e autoridade dos órgãos do poder local; a visão do mundo; a atmosfera geral da aldeia: a entreajuda levava a sociedade rural a ignorar o conflito, a manter a proximidade e a igualdade social, mas estes elementos vão-se alterar; os camponeses, que sempre tiveram orgulho do seu trabalho, da sua relativa independência e dos seus usos e costumes, ganharam consciência do seu baixo nível de vida e da inferioridade social: razões para a mudança, para as migrações e para o esvaziamento rural.

A difusão das relações de mercado transformaram gradualmente a exploração familiar camponesa e a urbanização, a aculturação e a difusão da cultura de massas propiciaram a destruição do isolamento das populações rurais.

Os camponeses sentiram a influência dos efeitos do meio e dos agentes externos e passaram a ter mais tempo disponível para estar em contacto com os meios de comunicação de massas.

A população do Romeu sentiu fenómenos (sociais, económicos, culturais, políticos e religiosos) como outros cidadãos da mesma área e de outras regiões do país, pelo que não ficou indiferente, perante os efeitos e as transformações que acabaram por afectar as suas vidas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, Manuel (2015) – *Trova do Vento que passa*. In *Praça da Canção*. Lisboa: D. Quixote.
- CUNHA, Luís (2001) – *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969) – *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978) – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa, Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando (1994) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Direcção de José Mattoso. Vol. VII. Selecções do Reader's Digest (1982) – *À descoberta de Portugal*, Lisboa.

- WISEU, Albano Augusto Veiga (2003) – *As Memórias do Estado Novo no espaço rural: estudo antropológico de um tempo histórico, na freguesia do Romeu*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de mestrado.
- (2007) – *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- (2013) – *Desenvolvimento da periferia transmontana: A Linha do Tua e a Casa Menéres*. Vila Nova de Gaia: Inovatec/Projecto Foz Tua.
- (s.d.) – *Memórias cruzadas de um tempo histórico: o Romeu e outras localidades do país nos anos 60 e 70*. Mirandela: Edição de autor. [no prelo]

## FONTES IMPRESSAS E DACTILOGRAFADAS

*Plano Global de Intervenção do Centro Rural Macedo/ Mirandela*, Outubro de 1996, vol. I.

## ENTREVISTAS<sup>13</sup>

### Entrevistas no Romeu (2003)

- N.º 1 (77, F, V, Vila Verdinho-Cedães, doméstica, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 2 (43, M, C, Romeu, vendedor, Secretário da Junta de Freguesia, 12.º ano)
- N.º 3 (70, M, C, Romeu, agricultor, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 4 (69, F, C, Romeu, doméstica, 6.º ano)
- N.º 5 (60, F, C, Romeu, doméstica, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 6 (72, M, C, Romeu, agricultor, 3.<sup>a</sup>)
- N.º 7 (67, M, C, Vale de Couço, comerciante, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 8 (62, F, C, Vale de Couço, doméstica, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 9 (53, M, C, Vale de Couço, motorista, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 10 (65, M, C, Vila Verdinho, agricultor, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 11 (49, F, C, Avantos, doméstica, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 12 (67, M, C, Vale de Couço, agricultor e comerciante, 4.<sup>a</sup> – adulto)
- N.º 13 (76, F, C, Vila Verdinho, doméstica, 1.<sup>a</sup>)
- N.º 14 (82, M, C, Romeu, jornalista, 3.<sup>a</sup>)
- N.º 15 (69, M, C, Romeu, comerciante, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 16 (73, F, C, Romeu, comerciante, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 17 (43, M, C, Romeu, professor, Licenciatura)
- N.º 18 (78, F, C, Assoreira, aposentada, 2.º ciclo)
- N.º 19 (54, F, C, Romeu, doméstica, 4.<sup>a</sup>)
- N.º 20 (57, M, S, Carvalhais, professor, Licenciatura)

### Entrevista em outros locais do país (2003)

- N.º 1 (51, F, C, Coimbra, professora, Licenciatura)
- N.º 2 (45, F, C, Freixiel-Vila Flor, professora, Licenciatura)
- N.º 3 (46, F, C, Pereira-Mirandela, professora, Licenciatura)
- N.º 4 (51, M, S, Lisboa, agricultor, Licenciatura)
- N.º 5 (42, M, S, Lisboa, zootécnico, Licenciatura)
- N.º 6 (42, F, C, Murça, professora, Licenciatura)
- N.º 7 (39, M, C, Bragança, Funcionário PT, Ensino Secundário)

---

<sup>13</sup> Nota: na identificação das entrevistas não figura o nome do entrevistado, para preservar a respectiva identidade.



- N.º 8 (61, F, C, Vale de Pereiro-Mascarenhas-Mirandela, Encarregada de limpeza Tribunal, analfabeta)  
 N.º 9 (71, F, V, Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 10 (40, F, C, Mirandela, Educadora de Infância, Licenciatura)  
 N.º 11 (75, F, V, Vilar Seco da Raia-Vinhais, doméstica, 4.ª)  
 N.º 12 (78, M, C, Santa Comba Dão, comerciante, 2.º ciclo)  
 N.º 13 (48, M, C, Pombal de Ansiães-Carrazeda de Ansiães, enfermeiro, Licenciatura)  
 N.º 14 (44, M, C, Vilar Seco de Lomba-Vinhais, Eng.º Agrónomo, Licenciatura)  
 N.º 15 (44, F, C, Tó-Mogadouro, professora, Licenciatura)  
 N.º 16 (78, F, C, Assoreira-Mirandela, aposentada, 2.º ciclo)  
 N.º 17 (54, F, C, Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 18 (37, F, C, Mirandela, Empregada balcão, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 19 (40, F, C, Mirandela, professora, Licenciatura)  
 N.º 20 (44, M, C, Angola, comerciante, 7.º ano Liceu)  
 N.º 21 (64, M, C, Bragança, reformado, 5.º ano Liceu/3.º ciclo)  
 N.º 22 (42, F, C, Bragança, funcionária, 12.º ano)  
 N.º 23 (52, F, V, Cabanelas-Mirandela, salsicheira, 4.ª)  
 N.º 24 (60, F, C, Freixeda – Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 25 (61, M, C, Freixeda – Mirandela, aposentado, 4.ª)  
 N.º 26 (48, M, divorciado, Vinhas-Macedo de Cavaleiros, agricultor, 4.ª)  
 N.º 27 (68, M, C, Angola, cartógrafo, Curso de Cartografia/Ensino secundário)  
 N.º 28 (64, F, C, Parâmio-Bragança, doméstica, 3.º ano/3.ª classe)  
 N.º 29 (36, M, C, Bragança, litógrafo, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 30 (61, M, C, Mirandela, reformado, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 31 (47, M, C, Vila Real, economista, Licenciatura)  
 N.º 32 (48, M, C, Macedo de Cavaleiros, professor, Licenciatura)  
 N.º 33 (46, F, C, Sátão, professora, Licenciatura)  
 N.º 34 (68, F, V, Alpiarça, doméstica, 4.ª)  
 N.º 35 (57, F, C, Caravelas-Mirandela, doméstica, 3.º ano/3.ª classe)  
 N.º 36 (50, F, C, Lisboa, Técnica Superior Principal DRATM, Licenciatura)  
 N.º 37 (49, M, C, Lisboa, Eng.º Agrónomo, Licenciatura)  
 N.º 38 (65, M, C, Vilar de Ledra – Mirandela, reformado, 4.ª)  
 N.º 39 (53, M, S, Franco-Mirandela, professor, Licenciatura)  
 N.º 40 (46, M, C, Mirandela, pintor, 4.ª)  
 N.º 41 (48, M, C, Vale Pereiro-Mascarenhas-Mirandela, agricultor, 3.ª)  
 N.º 42 (46, F, S, França, Técnica de computadores, 12.º ano)  
 N.º 43 (50, F, C, Mirandela, Funcionária pública, 3.º ciclo liceu)  
 N.º 44 (66, M, C, Mirandela, serrador de madeiras, analfabeto)  
 N.º 45 (46, F, V, Larinho-Moncorvo, Ajudante cozinha, 4.ª)  
 N.º 46 (45, M, C, Matela-Vimioso, empresário, 9.º ano/3.º ciclo)  
 N.º 47 (72, M, C, Vinhas-Macedo de Cavaleiros, agricultor, analfabeto)  
 N.º 48 (52, M, C, Angola, professor, Magistério Primário)  
 N.º 49 (43, F, C, Santa Comba Dão, professora, Licenciatura)  
 N.º 50 (60, M, C, Bemposta-Mogadouro, professor, Licenciatura)



# UN-EQUAL WOMEN IN THE SYSTEM OF EDUCATION AGAINST THE EQUALITY TRANSFORMATION IN TODAY'S POLAND

ANNA CHODOROWSKA\*  
MAŁGORZATA SZYMCZAK\*

**Resumo:** No artigo são abordadas as questões regulamentares relativas aos direitos das mulheres na Polónia depois de 1989, em particular, no que diz respeito ao sistema de ensino e formação. O ponto de partida é a identificação das leis que se aplicam para a eliminação da discriminação na educação e na eliminação em todos os níveis de ensino de conceitos estereotipados relativos à posição das mulheres e dos homens. Ao mesmo tempo, baseando-se na análise de dados estatísticos, e numa pesquisa da literatura do assunto assim como nas fontes normativas de educação e da política de anti-discriminação, as autoras mostram tanto o sistema de ensino na Polónia quanto a posição das mulheres neste sistema. Os estudos realizados indicam que, apesar da feminização da profissão docente, a estrutura de emprego constitui uma pirâmide onde as mulheres continuam a ocupar a posição mais baixa. Um dos fatores que contribuem para esta situação é o conteúdo de livros didáticos. Como mostra a análise, a maioria deles são incompatíveis com as disposições do direito internacional, que impõe medidas para eliminar os papéis sociais estereotipados. O estudo também incluiu a questão da especificidade do género nas atitudes e abordagens dos docentes em relação aos alunos.  
**Palavras-chave:** Direitos das mulheres; Igualdade; Proibição de discriminação em razão do sexo; Educação das mulheres.

**Abstract:** This article addresses the issue of legal regulations in the matter of women's rights in Poland after 1989, especially with reference to the educational system. The starting point is the traceability of the rules of law which refer to the eradication of discrimination in the area of education and the elimination of stereotypical concepts concerning the position of women and men on every level of education. Simultaneously, on the basis of the analysis of statistical data as well as the study of the primary sources and normative references in the subject of education and anti-discrimination policy, the authors show both the system of education in Poland and the women's position within that system. The conducted research points to the fact that despite the feminization of the teaching profession, the employment structure is of pyramidal character in which women still hold the lowest ranked positions. One of the factors affecting this situation is the content of school textbooks. As the analysis shows, the majority of textbooks are inconsistent with the provisions of the international law, which impose an obligation to act in favor of the eradication of stereotypical approach to social roles. The study also takes into account the issue of the gender-specific teachers' attitude and approach towards students.

**Keywords:** Women's rights; Gender equality; Prohibition of discrimination on grounds of gender; Education of women.

## THE LEGAL SITUATION OF WOMEN IN POLAND

The legal status and the situation of women in Poland is determined both by the international law, the European regulations and the national legislations<sup>1</sup>. The women's

---

\* University of Zielona Góra, Poland.

<sup>1</sup> JĘDRZEJOWSKA, 2008: 200.

rights<sup>2</sup> constitute an integral part of the international human rights law. They have been affirmed in a number of international conventions as well as in constitutional laws of particular states; nevertheless, sex-based discrimination<sup>3</sup> still exists in the present-day world<sup>4</sup>. One of the fundamental regulations regarding this matter is The Charter of the United Nations signed in 1945 which confirmed the principle of equality between women and men. The successive international documents to which Poland is a party, regarding the issues relating to gender equality are: the Universal Declaration of Human Rights, the UN Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women<sup>5</sup>, and the European Convention of Human Rights. Other conventions and legal regulations concerning the women's rights include: the Convention on the Political Rights of Women, the Convention of the Nationality of Married Women, the UNESCO Convention against Discrimination in Education, the ILO Convention No. 100 concerning Equal Remuneration for Men and Women Workers and the Convention No. 111 concerning Discrimination in Respect of Employment and Occupation. Moreover, it should be emphasized that the initial legal documents of the international law, first and foremost, addressed the issues of personal liberty for women and the abolition of slavery (human trafficking, including women), namely the Convention for the Suppression of the Traffic in Women and Children, The Convention for the Suppression of the Traffic in Women of Full Age, the Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others<sup>6</sup>.

Furthermore, particular attention should be paid to the European Union regulations relating to the problem of gender equality and the prohibition of unfair discrimination on the grounds of gender expressed, among others, in the Charter of Fundamental Rights of December 18, 2000<sup>7</sup> or in the so-called «Equality Directives»<sup>8</sup>.

<sup>2</sup> It is about the women's rights as compared to the men's rights and their protection as a discriminated group, being in the position of a «minority group», i.e. in a «worse-off position». FUSZARA, 2006: 29. As noticed by E. Łętowska, this is highlighting women's situation against male population. The recognition of women's situation as a weaker group, worse treated and requiring protection as compared to the standard group, which is used as a point of reference, that is men. ŁĘTOWSKA, 2011: 26.

<sup>3</sup> The term «discrimination against women» shall mean «any distinction, exclusion or restriction made on the basis of sex which has the effect or purpose of impairing or nullifying the recognition, enjoyment or exercise by women, irrespective of their marital status, on a basis of equality of men and women, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural, civil or any other field» Article 1 of the UN Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women of December 18, 1979, which entered into force on September 3, 1981.

<sup>4</sup> KONDRATIEWA-BRYZIK & SOKOLEWICZ, 2011: 11-13.

<sup>5</sup> The Convention of December 18, 1979 entered into force on September 3, 1981 and ratified by Poland on July 30, 1980 (Journal of Laws «Dz.U.» 1982, No. 10, item 71), later called The Charter of Fundamental Rights of Women.

<sup>6</sup> JABŁOŃSKI & JAROSZ-ŻUKOWSKA, 2010: 207.

<sup>7</sup> Article 20 of the Charter (the principle of equality before the law) and Article 21 of the Charter (the principle of non-discrimination). In BUJALSKI & BŁĘDZKI, 2008: 361.

<sup>8</sup> I.a. Council Directive 86/613/EEC of December 11, 1986 on the application of the principle of equal treatment between men and women engaged in an activity, including agriculture, in a self-employed capacity and on the protection of self-employed women during pregnancy and motherhood (Official Journal of the European Communities L 359 of December 19, 1986), Council Directive 2000/78/EC of November 27, 2000 establishing a general framework for equal treatment in employment and occupation, Council Directive 2004/113/EC of December 13, 2004 implementing the principle of equal treatment between men and women in the access to and supply of goods and services, Directive 2006/54/EC of the European Parliament and of the Council of July 5, 2006 on the implementation of the principle of equal opportunities and equal treatment of men and women in matters of employment and occupation.

The protection of women's rights, as considered in the relevant literature, is based on several interplaying levels, that is to affirm equal rights for men and women relating to all aspects of life, to grant special rights due to psychobiological factors and social functions of women, and to grant such forms of power which will provide equal opportunities in exercising women's rights (affirmative action and equal protection)<sup>9</sup>.

Therefore, both international and local regulations<sup>10</sup> attempt in a complex manner to define the women's rights, imposing, at the same time, on countries the obligation to assure equality between women and men before the law by taking all necessary measures to eliminate discrimination against women in political and public life as well as in economic and social life<sup>11</sup>. Also, the Polish legislature provides for the legal regulations and institutions aimed at guaranteeing gender equality.

It worth underlining here that Poland was one of the first states, for it was as early as in 1918, which granted women the right to vote<sup>12</sup>. It should be pointed out that it was the very idea of giving women the same voting rights as men which became a cornerstone on a pathway to gender equality and to the legal and social status of women<sup>13</sup>. Besides, Article 96 of the Constitution of 1921 stipulated that «All citizens shall be held equal before the law»<sup>14</sup>. Simultaneously, it was not until in the Polish People's Republic Constitution of 1952 that the constitutional guarantees of equality between men and women were explicitly affirmed<sup>15</sup>.

Currently, in the Polish law, the principle of equality of women and men is a constitutional principle. It was represented *expressis verbis* in Article 33 of the Constitution of the Republic of Poland of 1997<sup>16</sup> which says that:

1. *Men and women shall have equal rights in family, political, social and economic life in the Republic of Poland.*

2. *Men and women shall have equal rights, in particular, regarding education, employment and promotion, and shall have the right to equal remuneration for work of equal value, to social security, to hold offices, and to receive public honors and decorations.*

Moreover, the constitutional provisions emphasize the equality before the law and prohibit all forms of discrimination «in political, social and economic life for any reason

<sup>9</sup> JABŁOŃSKI & JAROSZ-ZUKOWSKA, 2010: 207.

<sup>10</sup> I.a. European Council regulations and Community provisions.

<sup>11</sup> ŁOPATKA, 1998: 82.

<sup>12</sup> Decree of Head of State on the electoral law to Legislative Sejm of November 28, 1918 according to Article 1, «an Elector for the Sejm are all citizens irrespective of their gender...» (Journal of Laws of the Polish State No. 18, item 46).

<sup>13</sup> More on this in: KONDRATIEWA-BRYZIK & SOKOLEWICZ, 2011: 346.

<sup>14</sup> Article 96 of the Constitution of March 17, 1921 (Journal of Laws «Dz.U.» of 1921, No. 44, item 267), Constitutions of the Republic of Poland of 1997, 1952, 1935, 1952, Kolonia Ltd, Milicz 2001, p. 27. It should be added that no such regulations existed in the Constitution of 1935.

<sup>15</sup> Article 66 of the Constitution of the Polish People's Republic of July 22, 1952 stipulated that «women and men in the Polish People's Republic have equal rights in all areas of national, political, economic, social and cultural life», (i.e. Journal of Laws «Dz.U.» of 1976, No. 7, item 36), Ibidem: 28.

<sup>16</sup> Constitution of the Republic of Poland of April 2, 1997 (Journal of Laws «Dz.U.» of 1997, No. 78, item 483).

whatsoever»<sup>17</sup>. Although there is no mention of any particular examples or kinds of discrimination in the Article 32 of the Constitution cited above, it may be assumed that the scope of this term undoubtedly includes sex-based discrimination. At the same time, as part of promotion and guarantee of equality between women and men, a number of regulations governing this matter was implemented into the Polish legislation. An example of this are the regulations relating to the issue of employment. The Polish Labor Code in Chapter IIa (Article 18<sup>3a</sup>-18<sup>3e</sup>)<sup>18</sup> explicitly prohibits any form, both direct and indirect, of gender-based discrimination regarding employment<sup>19</sup>.

The legal status of women within their family and marital position<sup>20</sup> is defined by the Polish Family and Guardianship Code<sup>21</sup> and by general constitutional principles in the matter of protection offered to married couples, families, motherhood and parenthood<sup>22</sup>, the protection of private and family life<sup>23</sup> and the right of parents to raise children according to their own convictions<sup>24</sup>. As it can be seen from the above-mentioned provisions, a broader protection in this regard is provided to married couples, which translates into the protection of women living in cohabitational relationships.

What is more, undoubtedly a great importance on the way to gender equality has the Act of December 3, 2010, entered into force on 2011<sup>25</sup>, on the implementation of some of the regulations of the European Union regarding equal treatment<sup>26</sup>. This Act defines the areas and ways of prevention of equal treatment breach, including gender-based treatment, introducing legal definitions of discrimination (both direct and indirect) and enacting security measures against unequal treatment<sup>27</sup>.

As part of institutionalized assurance of compliance with equal opportunity laws, an Office of the Government Representative for Equal Status of Women and Men was set up in December of 2001 which in the years 2001-2005 was responsible for the policy regarding equal treatment of women and men and the anti-discrimination policy. After the liquidation of the Representative's Office, the tasks assigned to him were shifted to the Ministry of Labor and Social Policy and Poland had become the only one European Union state which for three years did not hold a separate office responsible for the policy on gender equality. In 2008, a Government Representative for Equal Treatment<sup>28</sup> was appointed

---

<sup>17</sup> Article 32 of the Constitution of the Republic of Poland.

<sup>18</sup> Act of June 26, 1974 Labor Code (Journal of Laws «Dz.U.», i.e. 1974, No. 24, item 171).

<sup>19</sup> JĘDRZEJOWSKA, 2008: 201-202.

<sup>20</sup> As emphasized in the literature and the doctrine, the women's rights must not constitute the derivative of family rights or be identified with issues related to motherhood only.

<sup>21</sup> Act of February 25, 1964 Family and Guardianship Code (Journal of Laws «Dz.U.», i.e. 1964, No. 9, item 59).

<sup>22</sup> Article 18 of the Constitution of the Republic of Poland.

<sup>23</sup> Article 47 of the Constitution of the Republic of Poland.

<sup>24</sup> Article 48 of the Constitution of the Republic of Poland.

<sup>25</sup> A description of the course of legislative process for the draft bill on equal status of women and men at [www.orka.sejm.gov.pl/proc4.nsf/opisy/1313.htm](http://www.orka.sejm.gov.pl/proc4.nsf/opisy/1313.htm) [access online: 22.10.2014].

<sup>26</sup> Act of December 3, 2010 on the implementation of some of the regulations of the European Union regarding equal treatment, the so-called Equal Treatment Act (Journal of Laws «Dz.U.» of 2010 No. 254, item 1700).

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Since August 1, 2014, the Representative is Małgorzata Fuszara. More on the characteristics and function of the Representative's profession can be found in: KONDRATIEWA-BRYZIK & SOKOLEWICZ, 2011: 310 and Article 20 of Equal Treatment Act.

who, after the Act on Equal Treatment has taken effect, deals along with the Commissioner for the Protection of Civil Rights with the matters of the equality policy<sup>29</sup>.

Thus, the issues relating to women's rights, which are most frequently raised and are most problematic, include the right to bodily integrity and autonomy, to active and passive voting, to perform public functions, to work, to serve in the military, to freedom in family, parental and religious matters, to just remuneration equal with men, and to education. It is these issues relating to education of women which are going to be more widely discussed later in this article. The right to women's education is granted by both the international<sup>30</sup> and domestic<sup>31</sup> law. The legal regulations are aimed at the elimination of discrimination in the area of education and school system by way of assuring on an equal footing with men, among other things, the elimination of teaching on every level the stereotypical concepts concerning the position of women and men, ensuring equal opportunities through providing access to school and professional curricula, facilitating the choice of a profession, the access to schools and higher education programs<sup>32</sup>.

## WOMEN IN THE SYSTEM OF EDUCATION

As Catherine Marry points out:

*The legal barriers limiting access for girls to successive stages of educational hierarchy were still moving by leaps and bounds – that process was taking place at a different pace in different countries, but everywhere it was moving in the same direction: from elementary schools (in the first half of the 19th century) to universities and other schools of higher education (from the 60s in the 19th century to the 70s in the 20th century)*<sup>33</sup>.

Gaining equal access to education by women was a very important social phenomenon on the territory of Poland. Similarly to the political and citizens' rights, the process of obtaining rights to education was spread over many years. The situation was also complicated by the political location of the Polish territories, partitioned in 1795 by three invaders. Each of those states (Russia, Austria and Prussia), having separate legal and education systems, carried them over onto the territory which had been annexed as a result of the partition. The right to attend universities was granted to women following years-long attempts and after breaking a hostile attitude of the public. The year 1894 is considered a crucial date for the territory of Poland. In pursuance of the regulations on the right

<sup>29</sup> More on the comments on the Equal Treatment Act and the criticism of the accepted solutions therein, including, among others, the powers of the Commissioner of Civil Rights Protection regarding this matter and not to appoint independent and autonomous authority for equal treatment in KONDRATIEWA-BRYZIK & SOKOLEWICZ, 2011: 305-313.

<sup>30</sup> I.a. the UNESCO Convention against Discrimination in Education or The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women.

<sup>31</sup> I.e. pursuant to Article 4 the scope of the Equal Treatment Act includes, among other things, education and higher education, and also «undertaking vocational training, including additional training, professional development programs...».

<sup>32</sup> See the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women.

<sup>33</sup> MARRY, 2007: 561.



to lesson observation, women were given individual permissions by the Senate of Jagiellonian University to attend lectures. However, it was only in 1897 that they obtained the right to take examinations and to be awarded diplomas<sup>34</sup>. Women also eagerly used other available opportunities of broadening their knowledge, including Higher Courses for Women in Cracow set up in 1868, an underground Flying University functioning in the Russian Sector of Poland in the years 1886-1905, there adding of the Polish Education Association and Academic Courses for Women in Lviv<sup>35</sup>. Even though in 1918 women achieved formal political and social equality, their access to education was far from being equal. The limited access to education, in turn, excluded women from numerous and essential aspects of life, and their professional career prospects and participation in politics were restricted.

At present, the main document relating to education in Poland is the *Act on the Education System* of September 7, 1997. The Recitals of that Act point to the goals and principles of education: «Teaching and learning – respecting the Christian system of values – is based on universal ethical principles»<sup>36</sup>. As the authors of the *Women in Poland 2003 Report* notice, this provision strengthens the gender-related stereotypes and, in practice, leads to women's discrimination in the education system:

*[...] though other goals and principles described in the Recitals seem to assure the openness to other ethical and intellectual traditions; in practice, however, especially when it comes to the question of gender equality, this seemingly inconspicuous passage plays a key role in the Government's educational policy*<sup>37</sup>.

According to E. Górnikowska-Zwolak, these Recitals are the only statutory record of such an explicit quality in the whole European Union<sup>38</sup>. It is also worth noting that it was not until 2010, that the term «uczennica» (a female student) began to be used in Polish schools. It was only after the implementation of the Minister of National Education Regulation of August 20, 2010 that the distinction between masculine and feminine terms was introduced<sup>39</sup>.

In spite of the fact that today the same attention is paid to the education of both girls and boys, it is the girls who tend to be encouraged to participate in empathy developing activities, which, in turn, results in their succeeding at school, though not in those areas which in the future will guarantee them successful careers and high social status<sup>40</sup>. Later

<sup>34</sup> PERKOWSKA, 1989.

<sup>35</sup> MAZURCZAK, 1995: 184-187.

<sup>36</sup> Consolidated text of the Act on the System of Education of September 7, 1991: 3.

<sup>37</sup> DOMINICZAK & WÓYCICKA, 2003: 97.

<sup>38</sup> GÓRNIKOWSKA-ZWOLAK, 2005: 173-199.

<sup>39</sup> There is an entry, among others, which allows the use of the terms – «zwolniony»/«zwolniona» («excused», e.g. absence or «exempt», e.g. from a course, incorporating both masculine and feminine inflexion); Minister of National Education Regulation of August 20, 2010 amending the Regulation on the conditions and rules for students assessment, eligibility for assessment and promotion, and for conducting tests and examinations in public schools; Journal of Laws «Dz.U.» No. 156, item 1046.

<sup>40</sup> MARRY, 2007: 563.

on, this is reflected in the choice of school and the direction of study, as well as the choice of a college and a university major. Girls comprise the majority of students in grammar high schools, and in the school year 2013–2014, they accounted for 62% of students attending those schools. In senior high schools of art, girls accounted for 75% of students and in specialized high schools (nowadays these schools are gradually being closed), girls accounted for 69% of students. The majority of them, as many as 86%, attend socially oriented classes, 72% study environment management, 75% chose miscellaneous services, whereas 73% took up art classes. In technical high schools, girls accounted for 40% of students. The largest number of them studied miscellaneous services (76%), social studies (75%), sciences (73%), veterinary medicine (72%), environmental protection (64%), medicine (61%), and economics and administration (54%). The smallest number of girls study engineering and technology, and computer science. In basic vocational schools, girls account for 24% (most of them study miscellaneous services)<sup>41</sup>. As it can be observed from the summary presented above, girls are more prone to choose these educational profiles which require humanistic competence, whereas boys those requiring scientific competence. This correlation can also be observed in the labor market<sup>42</sup> as well as in the choice of post-secondary and college or university courses. In the academic year 2013–2014, women accounted for 58% of university students. In medical universities – 75%, and in humanistic and art schools – 71%, in economics schools – 63%. In pedagogical programs, women comprise 80% of students, which creates a situation where one of the essential problems is, among other things, achieving a structural equality in the teaching profession. This would facilitate the avoidance of feminization of this profession, where about 80% of employees are women<sup>43</sup>, as well as the formation of a pyramid at the base of which, being at the lowest level of the school hierarchy, a great number of women are placed, whereas at its top, at the highest levels, women are scarce. The lowest number of women studied in national defense universities and in the schools of internal affairs and administration<sup>44</sup>. Also, as the public opinion polls show, women attach great importance to education. Parents consider good education of their daughters to be more important than it is in the case of their sons<sup>45</sup>. An important role in the process of choosing the type of further education lies in the socialization training which both girls and boys go through. Mariola Chomczyńska-Rubacha describes this correlation in the following way:

*If girls have some socialization experience based on the flexible definition of a gender role and they have been, for instance, put through the training of thinking similar to the one boys go through (e.g. playing with toy blocks or playing chess), their disadvantage in high school, viewed*

41 Available in <http://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/edukacja/edukacja/oswiata-i-wychowanie-w-roku-szkolnym-2013-2014,1,8.html> [Access online: 02.03.2015].

42 CHOMCZYŃSKA-RUBACHA, 2011: 118-119.

43 Oświata i wychowanie w roku szkolnym 2013/2014, Warsaw 2014. Available in <http://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/edukacja/edukacja/oswiata-i-wychowanie-w-roku-szkolnym-20132014,1,8.html> [Access online: 02.03.2015].

44 Available in <http://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/edukacja/edukacja/szkoly-wyzsze-i-ich-finanse-w-2013-r-,2,10.html> [Access online: 03.03.2015].

45 FUSZARA, 2006: 61.

*in the context of boys' achievements, is statistically speaking, virtually non-existent [...]. If, however, girls went through a stereotypical socialization training in their childhood [...], then, as early as in junior high school do they shift her interests from scientific to the more «family oriented». They cease to be so eagerly engaged in mathematics and technical subjects, they weave their future as working or non-working mothers<sup>46</sup>.*

Even though, at present, there is an equal access to education, the other elements of inequality have not been removed from the education process, especially when it comes to gender stereotypes which are passed down to children. The shaping of stereotypes by the institutions, such as schools, occurs in several ways. The first mechanism results from the very content of school courses. The second mechanism is the effect of school functioning as a place where people meet and, as a part of their mutual relations, they either reinforce or break those stereotypes. Of course, the process of passing on stereotypes occurs from the earliest years spent in family and childhood environment. This means that parents will to a large extent decide on the direction of education for their children<sup>47</sup>. Magdalena roda, in an interview for *Gazeta Wyborcza* (a Polish daily newspaper), described this issue as follows:

*More demands are made on the boy. From the perspective of later life, worse demands are put on the girl because she is told that she must be pretty, nice, she must smell good and be obedient. The boy is faced with higher demands, which causes men to be more exposed to stress: they must be strong individuals, be responsible and hold managerial positions. My mother did not demand a lot from me, it was rather me who was more demanding for my daughter, Agatha. I always told her to be speak more quietly because she was a girl, to assume a different sitting position because she was a girl. So, Agatha herself started to lecture me: 'You talk to me as if I was a girl, not a child'<sup>48</sup>.*

The discrimination in the education process manifests itself, for example, in the division of the scope of learning materials in some fields of study, such as technical subjects or computer science. For example, there is a lack of specialized computer software for girls studying ICT<sup>49</sup>. There is also a gender segregation sustained in some classes, like PE lessons, for instance, even though in the majority of the European countries this division has already been abandoned<sup>50</sup>.

Teachers and their inner attitude play a very important role in the way subjects are typically perceived as either feminine or masculine. The image of a girl and a boy, a female and a male student, which they keep translates into real forms of behavior and demands placed on children. Mariola Chomczyńska-Rubacha in her work *Gender and*

---

<sup>46</sup> CHOMCZYŃSKA-RUBACHA, 2011: 121-122.

<sup>47</sup> SIEMIENSKA, 2001: 13.

<sup>48</sup> Ateistka. Rozmowa z Magdaleną Śródą, filozofem i etykiem; *Gazeta Wyborcza* No. 9, DUŻY FORMAT, *Gazeta Wyborcza* No. 49 insert, issued on 28/02/2005: 4.

<sup>49</sup> DOMINICZAK & WÓYCICKA, 2003: 100.

<sup>50</sup> DOMINICZAK & WÓYCICKA, 2003: 39-41, 112.

*School. From Gender Education to Pedagogy of Gender* presents the results of the research studies on the relation between teachers' expectations and the level of school, which were conducted in different countries of the European-American culture. They show that children's achievements are varied depending on their sex. They depend, for example, on their age and their socio-economic situation. Elementary school, as being more discipline-oriented, is more conducive to girls. It values proper behavior, politeness and conformity. High school, on the other hand, is defined as androcentric. As opposed to elementary school, it is there that knowledge, competence and work count more, even if they are achieved at the expense of worse grades received for conduct<sup>51</sup>. Boys are being paid more attention to, they are quizzed more often, and they are allowed to speak more often in class, especially in math and science lessons. Boys are better at map reading, so they are more frequently quizzed on map reading. Girls tend to speak in these classes more often about matters referring to keeping order and discipline<sup>52</sup>.

An important area which generates inequality of opportunities between women and men is the content of school books. In spite of the fact that Poland is a signatory to the UN Convention against Discrimination in Education, the majority of Polish school books do not comply with its provisions, which impose an obligation to act in such manner as to eliminate the social roles which are traditionally assigned to both sexes. Already at the time of the first education reforms following the year 1989, the changes, viewed in the context of the European Union's recommendations, as part of *gender mainstreaming*, were insignificant. The school got rid of its ideological character but, at the same time, there was a turn into the direction of the conservative values<sup>53</sup>. In 2005, by order of the Government Representative for Equal Status of Men and Women Office, Anna Wołosik carried out the analysis of curricula and history and civics textbooks for various types of schools. The observations she made lead to the conclusions that most of them present a traditional way of perceiving the roles of women, and a stereotypical picture of the family, which consists of mother and father, with two children of the opposite sex. There is no mention of other life patterns in those books. There are no partnership-based families, broken homes, single mothers or fathers, or families separated because of the economic migration, for example. The stereotypical textbook family does not argue, nor does it have any financial problems. The author also draws attention to the masculinization of language commonly used in textbooks<sup>54</sup>. A characteristic and a commonplace phenomenon in textbook writing is a lack of presence of women in many aspects of life; for exam-

<sup>51</sup> CHOMCZYŃSKA-RUBACHA, 2011: 121-122.

<sup>52</sup> See, among others: MAZURKIEWICZ, 2006; CHOMCZYŃSKA-RUBACHA, 2004; PANKOWSKA, 2005; MAJEWSKA & RUTKOWSKA, 2008.

<sup>53</sup> Ateistka. Rozmowa z Magdaleną Środą, filozofem i etykiem; Gazeta Wyborcza No. 9, DUŻY FORMAT, Gazeta Wyborcza No. 49 insert, issued on 28/02/2005: 49.

<sup>54</sup> WOŁOSIK, Edukacja do równości czy trening uległości. Czy polskie podręczniki respektują zasadę równości płci? Available in [http://www.bezuprzedzen.org/doc/edukacja\\_do\\_rownosci.pdf](http://www.bezuprzedzen.org/doc/edukacja_do_rownosci.pdf) [Access online: 04.03.2015]. See also Cesarzowa ero tomanka. Równość płci w podręcznikach szkolnych. Rozmowa z Anną Wołosik, Interview conducted by Aneta Górnicka-Boratyńska, WYSOKIE OBCASY No. 25 Gazeta Wyborcza No. 146 insert, issued on 25/06/2005: 38. Available in <http://www.wysokieobcasy.pl/wysokie-obcasy/1,53581,2780465.html> [Access online: 04.03.2015].

ple, women are not presented as the creators of culture but rather as its objects. Also, authors much less frequently present women's influence on politics or their contribution to science<sup>55</sup>.

In women's biographies, the information which is not present in the biographies of men, such as that which refers to looks, education, or sexual preferences, appears quite commonly. One of the reasons for this might be the fact that the Polish model of history education is still based on the predominance of political history and the history of war in which women accounted for a minor part. On the other hand, those areas of life in which women appeared more often – such as the history of everyday life, family history, or economic history are put aside. Some changes were brought in by the new core curriculum introduced to senior high schools in 2012, where within the course of history and civics titled Heritage of Epochs as the main theme appears: The Woman, the Man, and the Family<sup>56</sup>.

In the Polish literature textbooks, the mother appears in a traditional role of a housewife and family caregiver. Her activities are concentrated around satisfying basic needs. The women presented at work represent those jobs which are common among them. They do not hold public positions, nor do they practice professions associated with power and prestige. Men, on the other hand, are the organizers of family life – they plan games and fun activities, they are the knowledge providers for their children. They barely participate in household activities. There are a lot of negative comments regarding the school subject called «Preparation for Family Life», which was introduced as a substitute for sex education in 1993. As emphasized by Magdalena roda and Ewa Rutkowska:

*Here are some examples taken from two course books which were published in a large number of copies: «Write down the features commonly associated with men and those typically associated with women. Whose notebooks and textbooks are generally neater and whose are in worse condition?» Exercise: «Answer the questions and justify if the following situations: (a) marrying a woman only because she's pregnant; (b) falling in love and marrying a single woman with a child, fit into the definition of personal love»<sup>57</sup>.*

This model is presented in school not only through the official media by using textbooks and teaching programs, but also through a personal development program, presented, for instance, at special school events:

*One of the oliborz's (a district in Warsaw) elementary schools organized a performance for a recent Mother's Day in which a dialogue between an angel and God agonizing over the creation of mother takes place. «I am creating a perfect mother, so there's a lot of work to do. Just*

<sup>55</sup> See WOŁOSIK, Edukacja do równości czy trening uległości. Czy polskie podręczniki respektują zasadę równości płci? MAZUR, 2002: 235-254; HOSZOWSKA, 2004: 251-264; SZYMCZAK, 2010.

<sup>56</sup> See Minister of National Education Regulation of December 23, 2008 on the core curriculum for preschool and general education in particular types of schools, Journal of Laws «Dz. U.» No. 4, item 17 of January 15, 2009.

<sup>57</sup> Ateistka. Rozmowa z Magdaleną Środą, filozofem i etykiem; Gazeta Wyborcza No. 9, DUŻY FORMAT, Gazeta Wyborcza No. 49 insert, issued on 28/02/2005: 50-51.

look at her. She must be fit for doing the washing and cleaning, eating leftovers from the previous day», God says. «I've enabled her to recover from illness by herself. She can cook something from nothing, she can manage to hold a nine-year-old boy in the shower». The angel worries that the mother is too fragile and small. [...] So, God creates a partner for her: «A big, strong and wise pioneer». «Who is it? It is a real giant!», the angel marvels. «This is a father – the head of the family», the proud God says. The father has also «a strong but soft voice and peaceful and forgiving eyes» [...] <sup>58</sup>.

Both male and female authors of *The Policy on Gender Equality Report* draw attention to a number of crucial areas where meeting the demands for equality is very significant. The application of the *gender* issues to university programs and organizing equality and anti-discriminatory practice training courses is also a key demand. The research carried out at local and national levels on both male and female students with the use gender-sensitive indicators – for example, that which allows to determine educational preferences, should also become a priority. Also, it is important to create strategies and activities aimed at improving education results and accounting for sex differences, at the same time. Facilitating the active participation of parents in school life as well as teachers' attention to maintaining equal participation of both parents in educational activities is of great significance, as well. It is also necessary to introduce some changes into curricula and textbooks, which would eliminate harmful stereotypes and their pro-discrimination content <sup>59</sup>.

## BIBLIOGRAPHY

- BUJALSKI, Rafał; BŁĘDZKI, Piotr (2008) – *Traktat z Lizbony. Ujednolicone teksty Aktów Podstawowych Unii Europejskiej*. Warsaw: Wolters Kluwer.
- CHOMCZYŃSKA-RUBACHA, Mariola (2004) – *Płeć i rodzaj w edukacji*. Łódź: Wyższa Szkoła Humanistyczno-Ekonomiczna.
- (2011) – *Płeć i szkoła. Od edukacji rodzajowej do pedagogiki rodzaju*. Warsaw: Wydawnictwo Naukowe PWN.
- Constitutions of the Republic of Poland: 1997, 1952, 1935* (2001) – Kolonia Ltd, Milicz.
- DOMINICZAK, Andrzej; WÓYCICKA, Joanna (2003) – *Edukacja*. In: *Kobiety w Polsce w latach 90. Raport Centrum Praw Kobiet*. Warsaw: Fundacja Centrum Praw Kobiet, p. 25-48.
- FUSZARA, Małgorzata (2006) – *Kobiety w polityce*. Warsaw: Trio.
- HOSZOWSKA, Mariola (2004) – *Kobiety w obrazie dziejów narodowych zreformowanej szkoły*. In: ROSZAK, Stanisław; STRZELECKA, Małgorzata; ZIÓŁKOWSKI, Mariusz, eds. – *Toruńskie Spotkania Dydaktyczne. Tradycja i mity w edukacji historycznej w dobie reformy*. Toruń: Stowarzyszenie Oświatowców Polskich, p. 251-263.
- JABŁOŃSKI, Mariusz; JAROSZ-ŻUKOWSKA, Sylwia (2010) – *Prawa człowieka i system ich ochrony. Zarys wykładu*. Wrocław: Wydawnictwo Uniwersytetu Wrocławskiego.

<sup>58</sup> PODGÓRSKA, 2007: 93.

<sup>59</sup> Ateistka. Rozmowa z Magdaleną Środą, filozofem i etykiem; Gazeta Wyborcza No. 9, DUŻY FORMAT, Gazeta Wyborcza No. 49 insert, issued on 28/02/2005: 53-55.



- JĘDRZEJOWSKA, Izabela (2008) – *O równości wobec prawa – czyli kobiety obraz nieliteracki*. In ADAMOWICZ, Daria; ANISIMOVETS, Yulia; TARANEK, Olga, eds. – «Gorsza» kobieta: dyskursy, inności, samotności, szaleństwa. Wrocław: Wydawnictwo Sutoris, p. 200-209.
- KONDRATIEWA-BRYZIK, Lena; SOKOLEWICZ, Wojciech (2011) – *Prawa kobiet we współczesnym świecie*. Warsaw: Wydawnictwo Sejmowe.
- ŁĘTOWSKA, E (2011) – *Genderowa perspektywa ochrony praw kobiet we współczesnym świecie (uwagi o metodzie)*. In Kondratiewa-Bryzik, L.; Sokolewicz, W., ed. – *Prawa kobiet we współczesnym świecie*. Warsaw: [s.e.].
- ŁOPATKA, Adam (1998) – *Międzynarodowe prawo praw człowieka*. Warsaw: Wyższa Szkoła Handlu i Prawa.
- MAJEWSKA, Ewa; RUTKOWSKA, Ewa (2008) – *Równa szkoła – edukacja wolna od dyskryminacji. Poradnik dla nauczycieli i nauczycielek*. Warsaw: Dom Współpracy Polsko-Niemieckiej.
- MARRY, C. (2007) – *Edukacja dziewcząt w Europie: niedokończona rewolucja*. In OCKRENT, C., ed. – *Czarna księga kobiet*. Warsaw: [s.e.].
- MAZUR, Janina (2002) – *Kobieta na kartach współczesnych podręczników historii*. In TARANOWSKA, Barbara, eds. – *Historia, dydaktyka i media. Księga pamiątkowa poświęcona prof. Januszowi Rulce w czterdziestolecie pracy naukowej*. Bydgoszcz: Wydawnictwo Akademii Bydgoskiej im. Kazimierza Wielkiego, p. 235-245.
- MAZURCZAK, D. (1995) – *Dążenia kobiet polskich do wyższego wykształcenia na przełomie XIX i XX wieku*. In MILUSKA, J.; PAKSZYS, E., ed. – *Humanistyka i płeć. Studia kobiece z psychologii, filozofii i historii*. Poznań: [s.e.].
- MAZURKIEWICZ, Grzegorz (2006) – *Kształcenie dziewcząt i chłopców: naturalny porządek, nierówność czy dyskryminacja?* Cracow: Centrum Edukacji Obywatelskiej.
- MILUSKIA, Jolanta; PAKSZYS, Elżbieta (1995) – *Humanistyka i płeć. Studia kobiece z psychologii, filozofii i historii*. Poznań: Wydawnictwo UAM.
- OCKRENT, Christine (2007) – *Czarna księga kobiet*. Warsaw: W.A.B.
- PANKOWSKA, Dorota (2005) – *Wychowanie a role płciowe*. Gdańsk: Gdańskie Wydawnictwo Psychologiczne.
- SIEMIENSKA, Renata (2001) – *Stereotypy kobiet a akceptacja ich uczestnictwa w polityce*. In KOTLARSKA-MICHALSKA, Anna, ed. – *Wizerunki kobiet*. Poznań: Wydawnictwo Wyższej Szkoły Nauk Humanistycznych i Dziennikarstwa.
- SZYMCZAK, Małgorzata (2010) – *Czy jesteśmy równi? Problem stereotypów i tolerancji we współczesnych podręcznikach historii i wos-u*. In WRÓBEL-LIPOWA, Krystyna; AUSZ, Mariusz, eds. – *Szkolnictwo pijarskie w czasach minionych a współczesne problemy edukacji historycznej*, Volume III. Cracow-Lublin: Wydawnictwo eSPe, p. 189-202.

## JOURNALS

- Ateistka. Rozmowa z Magdaleną Środą, filozofem i etykiem*; Gazeta Wyborcza No. 9, DUŻY FORMAT, Gazeta Wyborcza No. 49 insert, issued on 28/02/2005;
- Cesarzowa erotomanka. Równość płci w podręcznikach szkolnych. Rozmowa z Anną Wołosik*, Interview conducted by Aneta Górnicka-Boratyńska, WYSOKIE OBCASY No. 25 Gazeta Wyborcza No. 146 insert, issued on 25/06/2005;
- GÓRNIKOWSKA-ZWOLAK, Elżbieta (2005) – *Polityka równego statusu kobiet i mężczyzn w Unii Europejskiej a równość płci w polskim systemie edukacyjnym*, «Kultura i społeczeństwo» No. 2 Warsaw: Polish Academy of Sciences, Comittee of Sociology Sciences.
- PERKOWSKA, Urszula (1989) – *Studia kobiet na Uniwersytecie Jagiellońskim w latach 1894-1905*, «Rocznik Komisji Nauk Pedagogicznych», vol. XLII.
- PODGÓRSKA, Joanna (2007) – *I Bóg stworzył kretynkę*. «Polityka» No. 22 (2606) of 02.06.2007.



## SOURCES

- Act of February 25, 1964 Family and Guardianship Code (J.L. 1964 No 9, item 59).
- Act of June 26, 1974 Labor Code (J. L. 1974 No. 24, item 171).
- Act of December 3, 2010 on the implementation of some of the regulations of the European Union regarding equal treatment, the so-called Equal Treatment Act (J. L. 2010 No. 254, item 1700).
- Consolidated text of the Act on the System of Education of September 7, 1991.
- Constitution of the Polish People's Republic of July 22, 1952 (J.L. 1976 No. 7, item 36).
- Constitution of the Republic of Poland of April 2, 1997 (J.L. 1997 No. 78, item 483).
- Council Directive 86/613/EEC of December 11, 1986 on the application of the principle of equal treatment between men and women engaged in an activity, including agriculture, in a self-employed capacity and on the protection of self-employed women during pregnancy and motherhood (O.J UE L 359 of December 19, 1986).
- Council Directive 2000/78/EC of November 27, 2000 establishing a general framework for equal treatment in employment and occupation.
- Council Directive 2004/113/EC of December 13, 2004 implementing the principle of equal treatment between men and women in the access to and supply of goods and services.
- Decree of Head of State on the electoral law to Legislative Sejm of November 28, 1918 (J.L. No. 18, item 46).
- Directive 2006/54/EC of the European Parliament and of the Council of July 5, 2006 on the implementation of the principle of equal opportunities and equal treatment of men and women in matters of employment and occupation.
- O wiata i wychowanie w roku szkolnym 2013/2014, Warsaw 2014 (<http://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/edukacja/edukacja/oswiata-i-wychowanie-w-roku-szkolnym-20132014,1,8.html> (access online: 02.03.2015)).
- Regulation on the conditions and rules for students assessment, eligibility for assessment and promotion, and for conducting tests and examinations in public schools (J.L. 2010, No. 156, item 10460).
- The Charter of Fundamental Rights of the European Union.
- The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women of December 18, 1979 (J.L. 1982, No. 10, item 71).
- The Minister of National Education Regulation of December 23, 2008 on the core curriculum for preschool and general education in particular types of schools (J.L. 2009, No. 4, item 17).
- UNESCO Convention against Discrimination in Education of December 14, 1960 (J.L. 1964, No 40, item 268).

## ELECTRONIC SOURCES

- WOŁOSIK, Anna, *Edukacja do równości czy trening uległości. Czy polskie podręczniki respektują zasadę równości płci?* Available in [http://www.bezuprzedzen.org/doc/edukacja\\_do\\_rownosci.pdf](http://www.bezuprzedzen.org/doc/edukacja_do_rownosci.pdf).



# O ENSINO TÉCNICO: UM SUBSISTEMA INOVADOR MAS MARGINAL

HELENA VIEIRA\*

**Resumo:** *Este artigo, sob o prisma da disciplina escolar de História, procura mostrar como o ensino técnico foi um subsistema inovador mas marginalizado face ao seu companheiro do ensino secundário, o ensino liceal. Durante o Estado Novo, espaço temporal deste artigo, o ensino técnico mostrou-se atento às mais recentes correntes pedagógicas e didáticas e procurou, nomeadamente a partir de 1948, formar mais cidadãos do que simples operários. Contudo, este continuou a ser visto como o ensino dos outros e para os filhos dos outros. De forma a mostrar o caráter inovador do ensino técnico e a sua marginalização face ao ensino liceal, este artigo baseou-se na imprensa pedagógica da época, nomeadamente nas revistas Labor e no Boletim Escolas Técnicas destacando práticas educativas desenvolvidas no âmbito da disciplina escolar de História nos dois subsistemas do ensino.*

**Palavras-Chave:** *Ensino Técnico; Ensino Liceal; Ensino da História; Didática da História.*

**Abstract:** *This article, from the perspective of History school subject, seeks to show how technical education was an innovative but marginalized subsystem face to his fellow of the secondary education, the high school. During the New State, the temporal scope of this article, technical education proved to be attentive to the latest pedagogical and didactic currents and sought, particularly from 1948, to educate more citizens than simple workers. However, it continued to be seen as the teaching of others and for the children of others. In order to show the innovative character of technical education and their marginalization in relation to high schools, this article was based on the pedagogical press of the time, particularly in the magazines Labor and Boletim Escolas Técnicas highlighting educational practices developed in History school subject in this two subsystems of education.*

**Keywords:** *Technical Education; High School Education; Teaching of History; Didactics of History.*

## 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

Ao longo dos últimos anos, o ensino técnico tem sido alvo de investigações que estudam quer o seu surgimento e organização, quer a sua implementação e os seus intuitos, destacando-se nestas temáticas os diversos estudos de Sérgio Grácio<sup>1</sup>, Albérico Alho<sup>2</sup> e Luís Alves<sup>3</sup>. Abordado em publicações dispersas, o ensino técnico em Portugal encontra a sua primeira grande obra de síntese e de referência na publicação *O ensino técnico (1756-1973)*.

Por outro lado, têm surgido estudos sobre a estrutura curricular e até mesmo sobre a história das suas disciplinas escolares no ensino técnico, nomeadamente ao nível de investigações académicas como as teses de doutoramento de Lígia Penim<sup>4</sup>, sobre as disci-

---

\* CITCEM – vieira.helenaisabel@gmail.com.

<sup>1</sup> GRÁCIO, 1986 e 1998.

<sup>2</sup> ALHO, 2001.

<sup>3</sup> ALVES, 2003, 2006, 2007 e 2013.

<sup>4</sup> PENIM, 2011.

plinas de Português e Desenho e de Helena Vieira<sup>5</sup>, sobre a disciplina de História; e as teses de mestrado de Octávio Afonso<sup>6</sup>, sobre a disciplina de francês, e de Helena Henriques<sup>7</sup>, sobre a disciplina de Matemática.

Contudo, apesar de nos últimos anos ter surgido um conjunto de investigações que vão dando consistência a um espaço investigativo que permite um melhor conhecimento do ensino técnico em Portugal, este subsistema continua secundarizado no campo da historiografia. A abundância de estudos relativos ao ensino liceal, ao ensino primário e até mesmo ao ensino universitário contrapõe-se a um número substancialmente inferior de publicações diretamente relacionadas com o ensino técnico<sup>8</sup>.

Focando a nossa atenção no período do Estado Novo e mais particularmente nos anos que se seguiram à reforma de 1948, é evidente que, nesta altura, ainda pairavam na sociedade portuguesa «representações sociais positivas associadas ao ensino liceal por oposição às representações estigmatizadas do ensino profissional»<sup>9</sup>. Ao reforçar a estruturação dual do ensino secundário entre a via técnica e a via liceal, o Estado Novo criou e acentuou um estigma social que prevaleceu durante muitos anos na sociedade portuguesa e que conferia ao ensino técnico uma secundarização.

Apesar dessa relativa marginalização, as diferentes reformas resultantes de opções políticas ao longo do século XX evidenciam um claro interesse por este nível de ensino<sup>10</sup>. Para Sérgio Grácio, a primeira grande inovação do ensino técnico foi precisamente a sua reforma de 1948, considerando esta que ela foi inovadora<sup>11</sup> num quadro de uma sociedade tradicional, na medida em que teve efeitos claros na expansão do ensino técnico, quer a nível social, quer a nível económico.

Luís Alberto Alves aponta igualmente outros aspetos inovadores do ensino técnico subsequentes à reforma de 1948 tais como: a reestruturação dos cursos em função dos setores económicos; a criação de um ciclo preparatório propedêutico que funcionou como antecâmara do alargamento da escolaridade obrigatória; a criação de uma rede geograficamente mais abrangente, destacando que havia localidades onde não existia um liceu oficial mas existiam escolas técnicas; e a articulação do ensino técnico com os planos de fomento e os congressos da indústria portuguesa, que conferiram a este subsistema de ensino uma importância estratégica<sup>12</sup>.

Por outro lado, o aumento do número de alunos que frequentavam o ensino técnico ao longo da segunda metade do século XX refletia um crescimento da procura social deste tipo de ensino<sup>13</sup>, comprovando assim que, apesar de marginalizado, o ensino técnico tinha um espaço importante na estrutura educativa do Estado Novo, contribuindo para a vontade do regime em colocar cada um no seu lugar.

---

<sup>5</sup> VIEIRA, 2013.

<sup>6</sup> AFONSO, 2001.

<sup>7</sup> HENRIQUES, 2004.

<sup>8</sup> VIEIRA, 2013: 16.

<sup>9</sup> MARTINS, *et al.*, 2005: 81.

<sup>10</sup> ALVES, 2006: 5823.

<sup>11</sup> GRÁCIO, 1986: 38.

<sup>12</sup> ALVES, 2013: 114.

<sup>13</sup> ALVES, 2013: 114.

Durante o Estado Novo, em Portugal, o ensino secundário era a continuação do ensino primário e a antecâmara do ensino superior. Contudo, este era constituído por dois subsistemas bastante diferentes no que concerne às suas intenções: o ensino liceal e o ensino técnico. O primeiro surgia como o rumo das elites da nação para as quais o ensino secundário era uma fase de transição entre o ensino primário e o ensino superior, enquanto o segundo seria a opção para os mais aptos das classes sociais mais baixas, que viam nos cursos técnicos (agrícolas, industriais, comerciais e artísticos) uma forma de obter uma qualificação mais elevada, um reconhecimento profissional que lhes abria portas para um melhor emprego e, em última análise, a uma plataforma que lhes permitiria uma eventual ascensão social.

Os aspetos que permitem diferenciar o ensino técnico do ensino liceal são de diversas ordens. Estes distinguem-se pela organização curricular, pelos professores, pela origem social dos seus alunos, pelos destinos profissionais que proporcionavam e, sobretudo, pelas representações sociais que geravam<sup>14</sup>.

Em termos de organização curricular, o ensino liceal era composto por disciplinas de cariz humanístico-científico, sendo os seus alunos oriundos das classes altas e médias altas. Em contrapartida, no ensino técnico tinha simultaneamente disciplinas de caráter humanístico-científico e de caráter prático e profissional, sendo os seus alunos oriundos das classes médias baixas e populares.

Já no que concerne aos destinos profissionais dos alunos, os alunos que seguiam a via liceal eram encaminhados de forma predominante para as universidades, indo depois ocupar lugares profissionais de topo na estrutura laboral, enquanto os alunos que seguiam a via profissional eram preparados para desempenhar tarefas específicas e encaminhados diretamente para o mundo laboral, sendo diminuto o acesso ao ensino superior, mesmo que de nível politécnico.

Ao nível das representações sociais, também surgiam grandes diferenciações entre o ensino liceal e técnico, derivadas das representações positivas associadas ao ensino liceal por oposição às representações estigmatizadas do ensino profissional. Apesar de inovador relativamente à sua própria filosofia de ensino e às práticas educativas nele desenvolvidas, o ensino técnico continuou a ser relevado para segundo plano. À medida que as expectativas de ascensão social, por intermédio de uma maior instrução e formação profissional, foram caindo por terra, foi emergindo na sociedade portuguesa da época um estigma que marcou toda uma geração e até mesmo as que lhe sucederam: *o ensino técnico é antes de mais um ensino dos outros ou para os filhos dos outros*.

Este artigo, sob o prisma da História das Disciplinas Escolares, pretende identificar os principais aspetos da marginalização do ensino técnico durante o Estado Novo, assim como apresentar os aspetos inovadores que o marcaram, tendo como ponto de partida as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da disciplina escolar de História, comparando-as com as do ensino liceal.

---

<sup>14</sup> MARTINS, et al., 2005: 81.

Nesta senda, escolhemos como fontes a legislação do período do Estado Novo referente ao ensino técnico e à disciplina de História, assim como a imprensa pedagógica da época, que se revelou ativa e reflexiva dos problemas educativos da sua época, mas na qual é sintomática a secundarização do ensino técnico face ao ensino liceal, pois existiram mais números e mais frequentes publicações dedicadas ao ensino liceal do que ao ensino técnico<sup>15</sup>.

Note-se, por exemplo, o caso do *Boletim Escolas Técnicas*, a mais importante e destacada publicação periódica relativa ao ensino técnico, publicado semestralmente entre 1946 e 1973, que não apresenta o volume nem a grande longevidade da sua parceira do ensino liceal, a revista *Labor*, editada mensalmente entre 1926 e 1973. A partir deste exemplo, fica patente o maior investimento na imprensa pedagógica relativa ao ensino liceal, o que evidencia a maior importância e prestígio que lhe foi atribuída na época.

A riqueza do *Boletim Escolas Técnicas* deriva dos artigos nele constantes serem elaborados por professores do ensino técnico e para professores do ensino técnico, relatando e partilhando experiências e informações de extrema relevância sobre este subsistema de ensino. Por essa razão, tê-los-emos em consideração no que diz respeito aos aspetos de inovação no ensino da disciplina de História, comparando-os com artigos semelhantes constantes na revista *Labor*, publicação periódica com idênticos fins e intuítos mas destinada aos professores do ensino liceal.

## 2. ASPETOS DA MARGINALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

As evidências da marginalização do ensino técnico face ao ensino liceal são diversas. A primeira é proveniente da própria legislação relativa à organização curricular dos dois subsistemas de ensino. A partir dos decretos que os regulamentavam, podemos depreender que a política educativa relativamente ao ensino técnico foi mais complexa do que se poderia imaginar, pois este não foi pensado como um todo, como se verificou no ensino liceal, mas foi antes pensado à medida que as necessidades económicas do país exigiam técnicos especializados ou mão-de-obra qualificada e enquadrada social e moralmente.

Se tomarmos como pontos de partida as reformas do ensino técnico de 1918, publicadas no Decreto 5029, de 5 de dezembro de 1918; de 1931, publicadas no Decreto 20 420, de 21 de outubro de 1931; e nas de 1948, publicadas nos Decretos-Lei 37 028 e 37 029, de 25 de agosto de 1948, poderemos verificar que estas foram sendo aprimoradas e cuidadosamente redigidas. Contudo, as longas e ricas introduções contrastam com a falta de desenvolvimento no que se refere à organização curricular e aos programas das disciplinas escolares. Os planos de estudo apresentados para o ensino técnico contrastam assim com o cuidado das reformas, estruturas curriculares e programas do ensino liceal que esclareciam pormenorizadamente os intuítos e metodologias das suas disciplinas. No ensino técnico, os programas disciplinares limitavam-se, inicialmente, a apresentar con-

---

<sup>15</sup> SILVA, 2010.

teúdos sem qualquer indicação de objetivos, metodologias ou bibliografia, situação que não se registava no caso do ensino liceal<sup>16</sup>.

Entrando no exemplo prático da disciplina escolar de História, e no que concerne ao lugar que esta ocupava nos currículos do ensino liceal, Raquel Henriques refere que ela foi uma «arma de poder» que integrou ininterruptamente os planos de estudo liceais<sup>17</sup>. Em 1895, a disciplina de História autonomizou-se das disciplinas de Geografia e de Cronologia e manteve-se independente até 1970, altura em que se juntou novamente à Geografia. Destacou-se um aumento da importância da disciplina a partir de 1936, sendo que esta foi notoriamente valorizada a partir de 1948, evidenciando assim uma presença contínua nos currículos do ensino liceal, como destacou Paulo Gomes depois de estudar a evolução das cargas horárias da disciplina<sup>18</sup>.

Em contrapartida, nos planos de estudo dos cursos agrícolas, industriais ou comerciais do ensino técnico não encontramos a continuidade nem a homogeneidade verificada no ensino liceal. Neste âmbito, a reforma de 1918 apresentava apenas uma lista de disciplinas, sem qualquer referência às suas cargas horárias ou demais informações, as reformas de 1931 e 1948 registavam já pormenorizadamente disciplinas, cargas horárias e o seu enquadramento curricular nos vários cursos. Porém, os programas das disciplinas escolares do ensino técnico só viriam a ser publicados com espessura e pormenor nos anos 50. Por outro lado, esta documentação legislativa também não referia a justificação das escolhas das disciplinas, nem o motivo pelo qual algumas faziam parte de uns cursos e de outros não. Destacamos, por exemplo, o caso relativo à presença da disciplina de História nos cursos industriais, na sequência das reformas de 1931 e de 1948, em que se registava a presença da disciplina em alguns cursos mas noutros não<sup>19</sup>. Por outro lado, os cursos comerciais tinham a disciplina de História e apresentavam um programa muito similar ao do ensino liceal mas distinto dos cursos industriais, apresentando uma carga horária substancialmente inferior relativamente à do seu parceiro liceal<sup>20</sup>, o que é revelador da menor atenção dada às disciplinas escolares de carácter humanístico no ensino técnico comparativamente ao ensino liceal. Note-se que esta tendência irá manter-se durante todo o Estado Novo, mesmo em períodos em que a disciplina de História ganha espaço curricular no ensino técnico.

A segunda evidência de marginalização do ensino técnico face ao ensino liceal é visível nos próprios programas das disciplinas escolares. Tomando novamente como ponto de referência a disciplina de História, e como referimos anteriormente, esta existia quer no ensino liceal, quer no ensino técnico, sendo lecionada, embora de forma distinta, nos diversos ramos comercial, industrial e agrícola. Porém, apesar de ser uma mesma disci-

---

<sup>16</sup> VIEIRA, 2013: 9.

<sup>17</sup> HENRIQUES, 2010: 89.

<sup>18</sup> GOMES, 2005.

<sup>19</sup> VIEIRA, 2013: 115. Por exemplo: os cursos de Carpinteiro Civil e Carpinteiro de Moldes, lecionados no Porto e em Lisboa, tinham a disciplina de História, mas os cursos de Carpinteiro, Carpinteiro-Marceneiro e Carpinteiro-Segueiro, lecionados pelo resto do país, não continham a disciplina. Este aspeto revela uma diferença regional na organização dos planos de estudo dos cursos industriais.

<sup>20</sup> VIEIRA, 2012.



plina, esta não tinha os mesmos conteúdos, nem era lecionada da mesma forma nos dois subsistemas de ensino, sendo esta diferença notória, desde logo, nos próprios programas da disciplina.

A riqueza dos programas de História do ensino liceal, visível através dos trabalhos desenvolvidos por Raquel Henriques, contrasta com a pobreza dos programas do ensino técnico que, até 1952, se limitaram a enumerar conteúdos. Desta forma podemos concluir que a preocupação legislativa ao nível dos programas do ensino liceal e a despreocupação com os mesmos ao nível do ensino técnico são uma evidência da primazia e do enaltecimento do primeiro e da secundarização e marginalização do segundo.

O terceiro aspeto que poderemos apontar no que concerne à marginalização do ensino técnico diz respeito ao estatuto atribuído aos professores. No ensino liceal, os professores constituíam apenas uma classe, não havendo divisões de acordo com o caráter teórico ou prático das disciplinas que lecionavam, como ocorria no ensino técnico.

Em 1931, foram legisladas novas regras relacionadas com a categorização, profissionalização e recrutamento do pessoal docente para o ensino técnico. Os professores deste subsistema de ensino passaram a organizar-se hierarquicamente em dois grandes grupos: os professores, que lecionavam as disciplinas científicas e humanísticas; e os mestres, que se ocupavam das disciplinas técnicas e regiam as aulas das oficinas. Por sua vez, os professores do ensino técnico encontravam-se igualmente hierarquizados em professores efetivos, agregados, provisórios e contratados e os mestres em efetivos, contratados e provisórios. Estes possuíam percursos académicos distintos, formações profissionais diferentes e remunerações desiguais de acordo com a sua categorização.

As diferenças profissionais dos professores do ensino técnico agravavam-se e faziam-se sentir ainda mais quando comparados com os professores do ensino liceal. Desde 1935 que se haviam estabelecido tabelas salariais e diuturnidades diferentes entre os professores do ensino técnico e liceal. Para além desta diferenciação salarial, em termos públicos havia ainda um tratamento desigual entre os professores liceais e técnicos derivado do «lugar subalterno que os professores do ramo do ensino técnico detinham em relação aos seus colegas dos liceus»<sup>21</sup>.

Por outro lado, a diferença entre professores e mestres baseava-se sobretudo no valor dos diplomas que cada docente apresentava, pois este continuava a ser o elemento que qualificava o posto de trabalho. Os professores deviam possuir diplomas escolares de nível médio ou superior para poderem aceder à leção das disciplinas de cultura humanística e científica, enquanto os mestres do ensino industrial e comercial poderiam possuir um diploma de um curso profissional industrial ou comercial. Contudo, de acordo com os artigos 286.º e 287.º do Decreto 37 029, de 24 de agosto de 1948, enquanto os professores, após a realização do exame de estado, estavam sujeitos apenas a um concurso de provimento documental, os mestres tinham de passar por um concurso de habilitação, com provas teóricas e práticas, e por um concurso de provimento documental.

---

<sup>21</sup> RESENDE, 2003: 521.

Também a partir de 1948, professores e mestres hierarquizar-se-iam em 1.º e 2.º grau, tendo novamente como fator de distinção o diploma acadêmico. Os professores do 1.º grau eram detentores de um diploma dos Institutos Industriais e Comerciais e lecionavam disciplinas de natureza técnica, enquanto os do 2.º grau possuíam uma licenciatura de uma universidade e lecionavam disciplinas de natureza humanística e científica. Estes segundos continuavam a auferir salários superiores aos primeiros e inferiores aos professores liceais.

Assim, enquanto, no ensino liceal, todos os professores tinham uma origem acadêmica e profissional semelhante, trajetórias de carreira idênticas e um reconhecimento da sua função, no ensino técnico tal não acontecia, evidenciando novamente uma distinção entre os dois subsistemas de ensino que, claramente, secundarizava o ensino técnico, desta vez no que se refere às representações sociais que eram atribuídas aos docentes e mestres do ensino técnico, que eram vistos como *os outros professores*.

O quarto aspeto que mais influenciou a marginalização do ensino técnico foi o próprio entendimento que se generalizou em torno do ensino técnico, segundo o qual o ensino liceal seria destinado às classes alta e média-alta e o técnico era destinado às classes populares e média-baixa. Durante o Estado Novo, as expectativas de ascensão social que rodeavam o ensino técnico, e que efetivamente permitiram a muitos uma subida na escala social, não foram cumpridas para a maior parte da população. A bifurcação do ensino continuou a ser entendida como um prolongar das desigualdades sociais e até mesmo como um condicionamento da igualdade social.

A mentalidade da altura continuou a olhar para o ensino liceal como uma alavanca para o ensino superior e uma peça-chave para a perpetuação das elites dominantes da época, enquanto o ensino técnico era entendido como uma formação profissional que limitava opções, não permitindo, por exemplo, o acesso ao ensino superior universitário.

Relativamente às saídas profissionais, entendia-se que a divisão do ensino secundário orientava os alunos do ensino liceal a prosseguir estudos a nível universitário e a ocupar lugares de direção e destaque, por oposição à orientação dos alunos do ensino técnico diretamente para o mundo de trabalho com poucas expectativas de prosseguir estudos de nível universitário.

Desta forma, as diferentes expectativas relativamente a cada nível e grau de ensino conduziram ao despontar das consciências para a realidade da diferenciação social pois, por razões sociais e económicas, nem todos teriam acesso ao ensino que desejariam. O desencanto com esta escola secundária bipartida, que se mostrava incapaz de diminuir as desigualdades sociais e de garantir a ascensão social, atribuindo à bifurcação entre ensino liceal e ensino técnico, acabaria por fazer emergir a defesa de uma unificação do ensino capaz de proporcionar a todos os alunos um percurso educativo mais alongado e igualitário com formação técnica, artística, moral e científica que estivesse na base da formação de cidadãos mais completos, o que efetivamente veio a acontecer, em 1973, com a extinção do ensino técnico e com a unificação do ensino secundário, na sequência da reforma de Veiga Simão.

### 3. ASPETOS DE INOVAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

Após a II Guerra Mundial, Portugal conheceu uma nova fase, sobretudo, devido à necessidade de promover o desenvolvimento económico e social do país, que exigia uma mão de obra qualificada com uma sólida formação de base. A consciência da necessidade da formação de um capital humano capaz de promover o desenvolvimento do país levou o Estado Novo a pensar o ensino técnico com mais atenção e a fazer uma verdadeira reforma neste subsistema de ensino – a reforma de 1948 – sendo esta marcada por uma grande inovação e por preocupações mais humanísticas que fizeram emergir o princípio que *o operário que faz também deve pensar*.

Assim, o Estado Novo repensou o lugar e a importância da escola, ou seja, repensou o lugar e a função de cada um. As palavras de Carlos Proença são bastante sintomáticas desta mudança de mentalidade quando refere na abertura do primeiro número do *Boletim Escolas Técnicas*: «esforçamo-nos a separar o trabalho intelectual do trabalho manual [...] No entanto, o operário devia também pensar e a pessoa culta trabalhar manualmente e assim, ambos seriam pessoas no melhor sentido»<sup>22</sup>.

Apesar de toda a marginalização que envolveu o ensino técnico, não podemos pensar que este subsistema foi esquecido ou negligenciado pelo Estado Novo. Apesar de ter sido secundarizado face ao ensino liceal, o certo é que o ensino técnico registou grandes inovações neste período, encontrando-se uma das principais, precisamente, na evolução da sua própria filosofia.

De 1918 para 1948 notam-se diferenças de organização no ensino técnico e mudanças de intenções que acabaram por se refletir nas próprias disciplinas que integravam os currículos. Se, na reforma de 1918, no ensino técnico predominavam as disciplinas de carácter prático, na reforma de 1931 começaram a registar-se mais disciplinas de carácter teórico e na reforma de 1948 encontram-se já disciplinas gerais com maiores cargas horárias, menos disciplinas técnicas e um grupo claro de disciplinas de formação moral e cívica. Estava clara, através da redução das disciplinas técnicas em favor das disciplinas humanísticas, a mudança da filosofia do ensino técnico que, ao abandonar parte das expectativas funcionalistas, que visavam apenas formar o capital humano, em prol de expectativas formadoras, que visavam já formar o cidadão, evidenciava a preferência de um ensino mais geral e não exclusivamente técnico.

Outra grande inovação visível no ensino técnico através da disciplina escolar de História é a defesa de métodos de ensino ativos, que apelavam à participação direta dos alunos na construção do seu próprio conhecimento, numa época em que predominava um ensino tradicional e expositivo marcado pela passividade dos alunos.

Em termos da didática da História no ensino técnico, até 1948, registou-se a inexistência de orientações nos programas, contrariamente ao que se verificava na legislação relativa ao ensino liceal. A partir de 1948, surgiram indicações metodológicas e precisas que apontavam para uma didática ativa na qual o aluno intervinha na construção do seu próprio conhecimento.

---

<sup>22</sup> PROENÇA, 1946.

No que concerne à didática da História, nos cursos industriais e comerciais, as recomendações presentes no programa defendiam «uma História explicativa e não memorialista ou meramente narrativa». Esta não excluía uma exposição viva, animada e atraente, pois estes eram requisitos considerados, na época, indispensáveis para uma boa aula de História pois «uma exposição seca e prolongada cansa depressa a atenção do aluno». Ao mesmo tempo, exigia-se um «aprofundamento compatível com o âmbito do curso, seriedade de processos e método rigoroso de análise, para que à síntese a elaborar pelo aluno não faltem os elementos necessários»<sup>23</sup>.

Ontem como hoje, esperava-se que a aula de História fosse «uma oficina onde interessadamente se trabalha» na qual «o mestre está presente, não para impor normas, mas para habilmente sugerir; não para resolver, mas para criar nos alunos a possibilidade de atingirem as soluções»<sup>24</sup>. Note-se curiosamente a associação, em 1954, da aula a uma oficina, termo e metodologia tão atual e que se defende ainda nos dias de hoje para as aulas de História<sup>25</sup>.

Para tentar compreender as inovações didáticas do ensino técnico, particularizando o estudo na análise da disciplina de História, servimo-nos do *Boletim Escolas Técnicas*, cujos artigos eram elaborados por professores do ensino técnico e para professores do ensino técnico, relatando e partilhando experiências pedagógicas e didáticas. A inovação da didática presente neste boletim emerge na sequência da comparação dos seus artigos com outros publicados na revista *Labor*, publicada com os mesmos princípios e intuítos mas para o ensino liceal.

Analisando os artigos relacionados com o ensino da História presentes na revista *Labor* podemos concluir que eles são predominantemente teóricos e de cariz historiográfico ou biográfico e, embora existam artigos relacionados com a didática da História, são muitíssimo raros os artigos sobre experiências práticas desenvolvidas nas aulas desta disciplina, o que permite confirmar a tese de que neste ramo de ensino se praticaria um ensino mais tradicional e expositivo. Se os editores publicavam frequentemente artigos de carácter teórico e historiográfico, redigidos por professores de História do ensino liceal, tal poderá significar que o conhecimento histórico rigoroso e científico era um aspeto importante para estes profissionais que baseavam a sua prática profissional em longas exposições orais. A ausência de artigos reveladores de práticas didáticas ativas realizadas no âmbito do ensino liceal relativas à disciplina de História confirma a hipótese anteriormente levantada.

Já os artigos presentes no *Boletim Escolas Técnicas* são muito diversos. São praticamente inexistentes os artigos historiográficos teóricos, que predominam na revista *Labor*, e muitíssimo abundantes os artigos relacionados com práticas ativas de didática, tais como as metodologias de organização dos cadernos diários, utilização de meios audiovisuais, construção de exposições e realização de visitas de estudo e dramatizações, práticas

---

<sup>23</sup> Portaria 13 800, de 12 de janeiro de 1952.

<sup>24</sup> GÓIS & MAGALHÃES, 1954: 19.

<sup>25</sup> BARCA, 2004.

essas que, como veremos, são claramente inovadoras para uma época em que predominava um ensino tradicional e expositivo.

Em vários artigos do *Boletim Escolas Técnicas* podemos encontrar uma ideia do que seria o caderno diário ideal do aluno do ensino técnico, podendo ainda observar alguns exemplos relativos a várias disciplinas escolares. De acordo com Góis e Magalhães, o caderno diário devia ser «uniforme», com capas comuns a todas as disciplinas, e dispor-se por «secções tais como: sumários, elementos fornecidos pelo professor, atividades espontâneas do aluno ou sugeridas pelo mestre, ilustrações, exercícios escritos e anotações do professor»<sup>26</sup>.

No que concerne aos cadernos diários utilizados nas aulas de História, pode concluir-se que eles serviam para o professor conhecer o aluno, para inculir nele métodos de trabalho, disciplina, asseio e gosto artístico, assim como para posteriormente o avaliar e refletir sobre formas como poderia atuar para remediar as dificuldades evidenciadas pelos alunos<sup>27</sup>. Sempre que possível, o professor devia fazer anotações nos cadernos diários dos seus alunos, nas quais transmitia os aspetos mais positivos do aluno assim como aqueles que mereciam mais atenção e melhoramentos<sup>28</sup>.

Nas aulas de História do ensino técnico, a organização do caderno diário seria um aspeto fundamental que não deveria ser feito ao acaso. Este devia ser uniforme com capas comuns a todas as disciplinas e dispor-se por secções tais como: «sumários, elementos fornecidos pelo professor, atividades espontâneas do aluno ou sugeridas pelo mestre, ilustrações, exercícios escritos e anotações do professor»<sup>29</sup>. Assim, o caderno diário constituía-se como uma espécie de portefólio como os que hoje se defendem, no qual o aluno compilava não só sumários e registos da aula ou esquemas fornecidos pelo professor mas também outros materiais que recolhesse nas suas pesquisas, tais como recortes de revistas ou de jornais, reproduções de cartazes, gravuras ou monumentos, assim como ilustrações e exercícios escritos – redações, biografias ou entrevistas históricas – realizados no âmbito da disciplina, o que sem dúvida seria uma prática inovadora para a época<sup>30</sup>.

Este género de exercícios e atividades registados nos cadernos diários de História, praticados nas aulas ou pedidos como trabalhos de casa, demonstram práticas contextualizadas de um ensino ativo da História muito próximo do que ainda hoje em dia é pretendido. Surgem como exercícios de aplicação prática de análise de fontes e comunicação em História baseados em conhecimentos históricos. A partir desta perspetiva, pretendia-se um aluno ativo na construção do seu conhecimento, fugindo assim ao ensino tradicional, sendo o caderno diário um mostruário desse mesmo trabalho, na medida em que «o aluno recolhe e organiza os seus elementos e trabalho, dispõe os assuntos, que estão no quadro dos seus interesses, da maneira que melhor se ajusta ao ritmo e às condições da sua atividade – com o objectivo concreto de utilização»<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> GÓIS & MAGALHÃES, 1954: 34.

<sup>27</sup> GÓIS & MAGALHÃES, 1954: 4.

<sup>28</sup> FIALHO JUNIOR, 1956: 251.

<sup>29</sup> GÓIS & MAGALHÃES, 1954: 41.

<sup>30</sup> VIEIRA, 2013.

<sup>31</sup> GÓIS & MAGALHÃES, 1954: 12.

Conforme se pode verificar igualmente através de diversos artigos do *Boletim Escolas Técnicas*, no âmbito da disciplina de História, os professores dinamizavam ainda outras atividades com os seus alunos tais como: a realização de exposições, visitas de estudo e dramatizações, no sentido de implementar um verdadeiro método ativo de ensino muito semelhante ao que hoje se pretende no ensino da História.

As exposições escolares realizadas nas escolas técnicas podiam ser de diferentes tipologias e não eram realizadas ao acaso, pois havia em torno da sua preparação inúmeras preocupações e cuidados. Estas exposições tinham «valor formativo e informativo», eram apontadas como «método de ensino», formas de promover o «intercâmbio escolar» e um «prolongamento da escola»<sup>32</sup> para o resto da comunidade, funções que ainda hoje são reconhecidas a este género de atividades desenvolvidas no meio escolar.

Podiam realizar-se diferentes tipos de exposições: exposições temporárias relativas a um centro de interesse; realizadas em função dum acontecimento; de atividades circun-escolares; de material didático de uma ou de várias disciplinas; ou até mesmo exposições de carácter permanente, constituídas pelos museus escolares e pela decoração própria do edifício escolar<sup>33</sup>.

Por outro lado, as exposições escolares eram verdadeiros momentos de interdisciplinaridade no ensino técnico. Para a sua realização, recomendava-se um trabalho conjunto e articulado entre as várias disciplinas, em especial nas exposições baseadas em centros de interesse<sup>34</sup>.

As visitas de estudo eram outra atividade que surgia no *Boletim Escolas Técnicas* como uma modalidade de implementação dos novos métodos ativos preconizados pela Escola Nova. Estas não eram entendidas como passeios pois exigiam um rigoroso trabalho metodológico quer de professores, quer de alunos, sendo, portanto, entendidas não como um momento recreativo ou de lazer, mas, acima de tudo, como um meio de aprendizagem. Estas deviam ser cuidadosamente pensadas e estruturadas pelos professores, que preparavam diversos materiais de apoio e incentivam o aluno a participar ativamente nas visitas. Conforme se referia no *Boletim Escolas Técnicas*, «uma visita de estudo não é pedagogicamente útil se não for preparada devidamente»<sup>35</sup>.

No final, a atividade era avaliada mediante os trabalhos realizados pelos alunos. Nota-se, assim, uma vez mais, que a metodologia apresentada no *Boletim Escolas Técnicas* sob propostas de professores do ensino técnico, se mostra ainda hoje bastante atual, pois estes incluíam fases de preparação, aulas prévias de enquadramento, elaboração de um programa não só com o horário, orientações e informações de contextualização, mas também com propostas de atividades a realizar pelo aluno, uma aula de esclarecimento de dúvidas e síntese da visita<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup> AHME, *Fundo DGET*, caixa 2/119, ata número 15.

<sup>33</sup> BAPTISTA, 1962: 24.

<sup>34</sup> *Exposições Escolares*, 1952.

<sup>35</sup> *Visitas de Estudo*, 1956: 87.

<sup>36</sup> *Visitas de Estudo*, 1956.

Outras atividades diretamente relacionadas com a disciplina de História do ensino técnico reveladoras de inovação didática eram as dramatizações. Permitindo recriar acontecimentos, espaços e indumentárias, as dramatizações traziam para a disciplina de História inúmeras vantagens, como a motivação dos alunos para os conhecimentos históricos pois «além do efeito psicológico, espiritual e moral que ficará a perdurar, acrescentemos que assim se elimina um óbice do ensino de História»<sup>37</sup>.

As dramatizações eram igualmente atividades que proporcionavam momentos de interdisciplinaridade e de trabalhos de grupo na construção física dos cenários da dramatização. Calvet de Magalhães exemplifica a interdisciplinaridade possível entre a História, o Desenho e o Português numa situação concreta de dramatização na qual um grupo de alunos cria como cenário «uma caravela ou um castelo forte, uma rua da Idade Média, um castelo dos vice-reis ou um salão do século XVIII, enquanto outro grupo compunha as personagens e os textos»<sup>38</sup>.

Naturalmente, não se pode extrapolar esta realidade visível no *Boletim Escolas Técnicas* de realização de exposições, visitas de estudo e dramatizações para todas as escolas do ensino técnico. Porém, não deixava de ser uma realidade, pelo menos nas aulas dos professores que publicavam estas experiências e exemplos de ensino ativo no boletim. A defesa deste tipo de atividades didáticas, defendida na maioria dos artigos do *Boletim Escolas Técnicas*, evidencia que ela ainda não estava definitivamente implantada, pelo que em muitas escolas, certamente, se mantinha um ensino tradicional. Apenas se defendia tão vivamente um ensino ativo se ele ainda não fosse efetivo, pois, caso contrário, o tom apologetico não seria tão constante e marcante.

A imprensa pedagógica preocupava-se em apresentar as potencialidades e as vantagens dos novos métodos ativos. A crítica aos métodos tradicionais feita em diversos artigos é sintomática não só da perpetuação dos métodos tradicionais, mas também da vontade de mudar mentalidades. Para isso, recorria à descrição dos mais variados exemplos de atividades inovadoras desenvolvidas com sucesso, mostrando que era possível uma outra via. Estas práticas didáticas mais ativas, ao tornar as disciplinas mais atrativas para os alunos também melhoram o seu desempenho, permitindo-lhes ainda alguma autonomia na construção do seu conhecimento ou na análise de perspetivas diferentes.

#### 4. O ENSINO TÉCNICO ENTRE A INOVAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO

Ao longo deste artigo destacou-se o estigma que pairou sempre sobre o ensino técnico, ao contrário do ensino liceal, que marcou as gerações do Estado Novo e até mesmo as subseqüentes. Apesar dessa relativa marginalização, as diferentes reformas do ensino técnico desenvolvidas ao longo do século XX, em Portugal, evidenciaram um claro interesse por este nível de ensino.

---

<sup>37</sup> GOMES, 1963: 25.

<sup>38</sup> MAGALHÃES, 1952: 354.



Contudo, ao reforçar a estruturação dual do ensino secundário entre técnico e liceal, o Estado Novo criou e acentuou a marginalização que levou a maior parte da população a desejar que os seus filhos acessem ao ensino liceal e ao valor social que lhe era atribuído, enquanto o ensino técnico era a solução para os *filhos dos outros*, pois apesar de ser um subsistema de ensino secundário, o ensino técnico era, efetivamente, secundarizado relativamente ao ensino liceal.

Porém, tal não impediu que o ensino técnico se constituísse como um subsistema de ensino inovador. Uma das grandes inovações encontra-se precisamente na evolução da sua própria filosofia durante o Estado Novo, pois apesar de a população acreditar que o ensino técnico se destinava apenas a formar profissionalmente pessoas para o mundo laboral, mantendo cada um no seu lugar e limitando as hipóteses de ascensão social mediante a impossibilidade de acesso ao ensino superior universitário, a reforma de 1948 demonstrou antes uma forte preocupação em formar cidadãos mais que operários e em fornecer uma formação mais geral e humanística e já não exclusivamente técnica.

De igual forma, os programas das disciplinas do ensino técnico revelavam já práticas de um modelo de ensino menos tradicional e mais ativo, de acordo com os princípios da Escola Nova. A defesa desse género de didática presente na legislação relativa ao ensino técnico, era igualmente feita na maioria dos artigos do *Boletim Escolas Técnicas*, evidenciando não só que este era o rumo que se pretendia seguir, mas também que ele ainda não estava definitivamente implantado pelo que em muitas escolas, certamente, se mantinha um ensino tradicional. Apenas se defendia acerrimamente uma forma de ensino se ela ainda não estivesse implementada, pois, se assim não fosse, o tom apologético não seria tão evidente. Não obstante, através do *Boletim Escolas Técnicas* é possível contactar com descrições de experiências que se destacavam pelo seu carácter inovador e que, por essa razão, eram publicadas.

Nesta fonte de imprensa pedagógica surgem os defensores da didática ativa da Escola Nova e surgem exemplos colocados em prática em algumas escolas nas quais ela era efetivamente aplicada. Assim, foi possível identificar um conjunto de atividades desenvolvidas nas aulas de História, tais como o desenho de ilustrações, a construção de mapas, a visualização de projeções fixas e animadas, a realização de exposições, visitas de estudo e dramatizações, que se destacam não só pela novidade, mas também pela efetivação da didática ativa e pelo despontar de uma interdisciplinaridade para a sua concretização, como tão assertivamente defendeu Calvet de Magalhães.

Convém referir ainda que esta didática ativa defendida em artigos da época não tinha repercussão nas propostas dos manuais, o principal recurso didático utilizado nas aulas de História<sup>39</sup>. O desenvolvimento de práticas de didática ativa estava, assim, reservada à iniciativa individual de cada professor, em contexto de sala de aula, espaço onde, face à ausência de documentação relevante, é muito difícil entrar.

---

39 VIEIRA, 2013: 225.

Por outro lado, é importante destacar a atuação dos professores que participavam na redação de artigos para o *Boletim Escolas Técnicas*, porque eles, efetivamente, tornaram o ensino técnico inovador, mesmo sob a marginalização que os afastava do estatuto superior dos professores liceais e mesmo sob o estigma da maior parte da população que desejava apenas este subsistema de ensino para os *outros*.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Octávio (2001) – *A emergência da língua francesa no ensino técnico-profissional português. Etapas e características do seu ensino-aprendizagem no ensino elementar desde 1888 a 1916*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- ALHO, Albérico (2001) – *Sob a urgência da técnica, cerzir as almas em tempos de mudança: contributos para o estudo da reforma do ensino técnico de 1948*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- ALVES, Luís (2003) – *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2006) – *Ensino Técnico: Da formação de produtores ao capital humano*. «Percurso e Atas do VI COLUBHE – Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação», p. 5818-5832. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23054/2/luismarquesalvesensino000092697.pdf>> [Consulta realizada em 03/06/2015].
- (2007) – *A reforma do ensino técnico (1948) no contexto da mudança interna e externa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desenvolvimento do plano da lição no âmbito das provas de agregação em História.
- (2013) – *Ensino Técnico: Uma necessidade ou uma falácia? Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal e no Brasil*. «História da Educação», vol. 17, n.º 41, p. 103.122. Disponível em <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S2236-34592013000300007&pid=S2236-34592013000300007&pdf\\_path=heduc/v17n41/07.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S2236-34592013000300007&pid=S2236-34592013000300007&pdf_path=heduc/v17n41/07.pdf)> [Consulta realizada em 03/06/2015].
- ALVES, Luís; ARAÚJO, Francisco; SOUSA, Pedro (2009) – *O Ensino Técnico em Portugal (1756-1973)*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- BAPTISTA, Ruy Manuel (1962) – *Fundamentos das exposições escolares*. «Escolas Técnicas», n.º 30. Lisboa: DGETP, pp. 19-31.
- BARCA, Isabel (2004) – *Aula Oficina: do Projeto à Avaliação*. Disponível em <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/semana%20pedagogica%202010/aula\\_oficina\\_Projeto\\_Avaliacao.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/semana%20pedagogica%202010/aula_oficina_Projeto_Avaliacao.pdf)> [Consulta realizada em 28/03/2015].
- FIALHO JUNIOR, Alberto (1956) – *Subsídios para o caderno diário de Língua e História Pátria*. «Escolas Técnicas», n.º 21. Lisboa: DGETP, p. 217-270.
- GÓIS, Augusto e MAGALHÃES, M. Calvet (1954) – *Problemas Escolares. O Caderno Diário*. «Boletim Escolas Técnicas», n.º 16. Lisboa: DGETP, p. 3-56.
- GOMES, Aldónio (1958) – *A propósito do ensino da história pátria no ciclo preparatório*. «Escolas Técnicas», n.º 23. Lisboa: DGETP, pp. 285-328.
- (1963) – *Didática Especial*. «Escolas Técnicas», n.º 32. Lisboa: DGEDP, p. 49-57.
- GOMES, Paulo (2005) – *A disciplina de História e o seu ensino nos liceus de Portugal de 1895 a 1968*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- GRÁCIO, Sérgio (1986) – *Política educativa como tecnologia social. As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (1998) – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- HENRIQUES, Raquel (2010) – *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HENRIQUES, Helena (2004) – *O percurso da Matemática no ensino técnico durante a monarquia*. Porto: Universidade Portucalense. Tese de Doutoramento.

- MAGALHÃES, M. Calvet de (1952) – *O Desenho e as outras disciplinas do ciclo preparatório*. «Escolas Técnicas», n.º 12. Lisboa: DGETP, pp. 327-402.
- MARTINS, António, PARDAL, Luís e DIAS, Carlos (2005) – *Ensino Técnico e Profissional: Natureza da Oferta e da Procura*. Disponível em <<http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/195/1/A4%20b.pdf>> [Consulta realizada em 28/03/2015].
- PENIM, Lúcia (2011) – *A alma e o engenho do currículo. História das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PROENÇA, Carlos (1946) – *Para quê?* «Escolas Técnicas», n.º 1. Lisboa: DGETP, p. 5-6.
- RESENDE, José (2003) – *O Engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sem autor (1952) – *Exposições Escolares*. «Escolas Técnicas», n.º 12. Lisboa: DGETP, p. 460-461.
- Sem autor (1956) – *Visitas de estudo: Esboço do plano de uma visita a Sintra*. «Escolas Técnicas», n.º 20. Lisboa: DGETP, p. 85-99.
- SILVA, Carlos Manique da (2010) – *Publicações Periódicas do Ministério da Educação. Repertório Analítico (1861-2009)*. Disponível em <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6479/1/publica%C3%A7%C3%B5es%20peri%C3%B3dicas.pdf>> [Consulta realizada em 28/03/2015].
- VIEIRA, Helena (2012) – *A disciplina de História nos Currículos do Ensino Técnico: cargas horárias, espaço curricular e conteúdos*. In MOGARRO, Maria e CUNHA, Maria, org. – *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX COLUBHE*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 7081-7095.
- (2013) – *A Disciplina de História no Ensino Técnico (1926-1973). Percurso entre a teoria e a prática*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

## FONTES

AHME, *Fundo DGET*, caixa 2/119, ata número 15.



# LOS IMPERIOS PORTUGUÉS Y ESPAÑOL. UN ANÁLISIS DE SU TRATAMIENTO EN LOS LIBROS DE TEXTO DE AMBOS PAÍSES DURANTE LAS DICTADURAS Y LOS AÑOS INMEDIATAMENTE POSTERIORES

JUAN ESTEBAN RODRÍGUEZ GARRIDO\*

**Resumo:** Como é que os rostos políticos dos anos 70 e 80 influenciaram a forma como se transmitiu a história dos impérios coloniais português e espanhol? Essa é a principal questão a que procura responder este artigo.

Os manuais de História podem estigmatizar uma época ou exaltar para sempre a figura de um determinado monarca ou político. É interessante analisar a forma como esses livros apresentaram aos estudantes portugueses e espanhóis a história e os personagens da ação imperial de ambos os países. Para isso este artigo analisa alguns dos livros mais populares na Península Ibérica durante as décadas de 70 e 80 com a intenção de reflectir sobre a relação entre os conteúdos históricos e as distintas etapas políticas de Espanha e Portugal. Os manuais seleccionados pertencem ao 2.º ciclo do Ensino Liceal (no caso do Estado Novo), correspondente depois ao 3.º ciclo do Ensino Básico (período Democrático), no caso do Portugal e, também, à Educação Básica Geral, em Espanha.

**Palavras-chave:** Livros escolares; História; Salazar; Franco; Democracia.

**Abstract:** How did the political figures of the 70s and 80s influenced the way in which the history of Portuguese and Spanish colonial empires was told? That is the main question this article intends to answer. History manuals can stigmatize a period or evoke for eternity the figure of a determined monarch or politician. From the assumption that the textbook has been the educational resource most used to the development of the study of History, it's interesting to analyse the way in which these books presented to Portuguese and Spanish students both the history and the characters of their colonial empires. For that purpose this article examines the main set of books shared in the Iberian Peninsula during the 70s and 80s with the intention of reflecting on the connection between their historical contents and the distinct political scenarios in Spain and Portugal. The selected books belong to the 2nd cycle of secondary education (in the case of New State), corresponding after the 3rd cycle of basic education (Democratic period) in the case of Portugal and also to the General Basic Education in Spain.

**Keywords:** School books, History, Salazar, Franco, Democracy.

## INTRODUCCIÓN

Este artículo analiza los contenidos de algunos manuales escolares portugueses y españoles acerca de una cuestión capital en la historia de ambos países: la del nacimiento, extensión y consolidación de sus respectivos imperios de ultramar.

---

\* CITCEM/Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Educación. Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales – juanestebanrodriguez@edu.ucm.es.

El libro de texto ha sido uno de los recursos didácticos más utilizados a lo largo del siglo XX. Para el desarrollo de la asignatura de Historia las cosas no han sido distintas. Así pues considero francamente interesante prestar atención a la manera en que estos libros han presentado a los escolares ibéricos la historia, hechos y personajes de los siglos más importantes para su nación.

Además los manuales de Historia influyen en el imaginario individual del alumno así como en la creación de una memoria colectiva y de unos estereotipos culturales. Pueden contribuir a estigmatizar a una época o a un personaje histórico, o bien a ensalzar para siempre la figura de un determinado monarca o político.

Los poderes públicos y administraciones educativas jamás han sido ajenas a este potencial de los manuales escolares y, por lo tanto, han prestado una continuada atención respecto al control de la imagen del pasado.

Cabe así pensar que las circunstancias históricas de España y Portugal (tan paralelas a lo largo del siglo XX) se van a ver reflejadas en la confección y el contenido de sus manuales. Manuales que, especialmente durante las dictaduras de Franco y Salazar, reflejaron los intereses y opiniones de sus dirigentes. La enseñanza de la Historia debería ir enfocada a reforzar los mensajes políticos que interesaban al Gobierno, aquellos que sostenían y reforzaban la ideología dominante en el momento. Pero, ¿esto fue efectivamente así? ¿Y si lo fue en qué se reflejó? ¿Qué personajes fueron ensalzados o denostados en los manuales de ambas dictaduras? ¿Y en los de las democracias? ¿Cómo trataron estos manuales la historia del imperio portugués? ¿Y del español? ¿Ha evolucionado, en relación directa con las circunstancias políticas, la manera en que los manuales escolares han enseñado la Historia de ambos países? A éstas y otras preguntas he pretendido responder en este artículo.

## ELECCIÓN DE CRITERIOS

Para la delimitación y el desarrollo de la investigación he considerado un triple criterio:

1 – Comparativo: Este trabajo tiene entre sus objetivos el de mostrar las semejanzas y diferencias entre la forma de exponer la historia en los manuales escolares de ambos países. Evidentemente, toda comparación debe ejercerse sobre aspectos observables, lo más tangibles posibles, por lo que los libros de texto, sus fotos, contenidos y actividades, se configuran como un tema idóneo y fecundo para aplicar sobre él la lupa de la comparación.

Vamos a comparar manuales surgidos de circunstancias políticas muy similares que se desarrollan casi en los mismos años: Estado Novo (Portugal) – dictadura de Franco (España), Revolución de los Claveles (Portugal, 1974) – muerte de Franco (España, 1975), nueva Constitución (1976 en el caso portugués, 1978 en el español) y desarrollo y consolidación del sistema democrático en ambos países entre finales de los 70 y principios de los 80.

Como vemos, las similitudes políticas y circunstancias históricas de ambas naciones, durante la segunda mitad del siglo XX, se mueven en planos bastante semejantes. Incluso

lo fueron los ideales que inspiraban ambas dictaduras: el conservadurismo social, el peso de la religión y la iglesia católica, la entronización de la figura del jefe del Estado como único e indiscutido líder de la nación, la publicitación y el uso de determinados héroes nacionales como símbolos de pasadas glorias imperiales inspiradoras de un futuro que habría de recuperar, de la mano de Salazar y Franco, tales hazañas históricas.

2 – Temporal: La acotación temporal en la elección de los textos a analizar es inexcusable. Así, he considerado el año 1970 como base para iniciar la investigación. A nadie escapa el significado de esa fecha pues corresponde, en el caso español, a la promulgación de una decisiva ley educativa: la Ley General de Educación, también llamada «ley Palasí»<sup>1</sup>, una ley que cambió todo el ordenamiento del sistema educativo español y cuyos efectos se prolongaron por décadas. El tomar esa fecha de 1970 nos permite, a su vez, incluir la reforma de 1973, primera gran reforma educativa en Portugal desde la de 1947 de Pires de Lima<sup>2</sup>. Y, por último, nos permite lo más importante: situar el inicio de nuestros análisis en manuales elaborados todavía bajo las dictaduras de ambos países, una circunstancia política de máximo valor para entender lo que se mostraba en los libros de texto de las aulas ibéricas. En cualquier caso, hay varios autores en Portugal que defienden que, desde 1970, se vive, desde el punto de vista educativo, con el ministro Veiga Simão, un «abril» anticipado (al decir «abril» estamos aludiendo al mes en el que, cuatro años después, tuvo lugar la Revolución que terminó con el régimen de Salazar), puesto que los cambios legislativos llevados a cabo desde esa fecha fueron fundamentales en la educación portuguesa.

¿En qué medida influyeron los cambios de régimen en la enseñanza de la Historia? La Revolución de abril de 1974 trajo la democratización a Portugal y abrió un creciente proceso de libertades a todos los niveles que, como no podía ser de otra manera, también tuvo su reflejo en los manuales escolares y en las aulas de los colegios:

*Num Despacho de 1975, considerava-se que «A queda do regime fascista e o processo de democratização que se iniciou em 25 de Abril de 74 tornaram inutilizáveis, na sua maior parte, os programas dos ensinós básico e secundário»<sup>3</sup> e o programa de História e Geografia afirmava: «queremos uma mudança radical da visão expressa no programa de 1968»<sup>4</sup>.*

Se hace evidente, por tanto, que el 25 de abril del 74 trajo importantes cambios en los modos de afrontar el estudio de la disciplina, a lo largo del estudio intentaremos verlos con más detalle pero, de forma general, se puede adelantar que la mirada sobre personajes, datos y acontecimientos se va difuminando, mientras toman cuerpo y se

<sup>1</sup> José Luis Villar Palasí (Valencia, 1922-) fue Presidente del Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Ministro de Educación en el gobierno de Franco desde el 18 de abril de 1968 al 11 de junio de 1973.

<sup>2</sup> No obstante, en los años anteriores, hubo también importantes reformas educativas en Portugal destinadas a crear otros ciclos de estudio. Por ejemplo, la Ley Orgánica del Ministerio de Educación Nacional es de 1971 (Decreto-Ley 408/71, de 27 de septiembre) y la escolaridad obligatoria de 8 años surgió en 1972 como programa experimental, para ser finalmente establecida en 1973 con la Ley 5/73, del 25 de julio.

<sup>3</sup> Desp. n.º 310, de 23 de julho de 1975.

<sup>4</sup> PROENÇA, 2000: 85.



consolidan las visiones acerca de procesos más globales, estructuras y tiempos de larga duración, en la mejor tradición de la *École d'Annales*. Así lo manifiestan diversos autores:

*Os objectivos da disciplina operam a ruptura com a situação anterior, pois se, por um lado, a História continua a ser entendida como uma disciplina essencialmente formativa, pretende-se agora que contribua para «ajudar a formar cidadãos esclarecidos e intervenientes»<sup>5</sup>. Retira-se a primazia à história política e são os aspectos «demográficos, económicos e civilizacionais»<sup>6</sup> que importa realçar. Tenta contrariar-se ou diminuir-se o europocentrismo dos programas anteriores, introduzindo temas relativos às civilizações orientais, ameríndias e africanas. [...] A periodização clássica foi substituída pela continuidade do processo histórico, pela «sucessão ou interacção dos complexos histórico-geográficos»<sup>7</sup>.*

Respecto a España, observaremos procesos similares pues, evidentemente, la muerte de Franco y los sucesivos acontecimientos políticos tuvieron su reflejo inmediato en las políticas educativas y, consecuentemente, en la elaboración de los manuales escolares.

3 – Comercial: Considero que, para que la investigación tenga validez, es necesario acudir a aquellas editoriales que cubrían y cubren la mayor parte de la cuota del mercado, es decir, que producen los manuales más extendidos y usados por las escuelas y alumnos de toda España y Portugal. Así, en el caso de Portugal he centrado mi estudio en la editorial Porto Editora, una editorial con una cuota de mercado absolutamente preponderante desde hace décadas en el sector de los manuales escolares. En lo que respecta a España, el asunto se complica ya que el mercado está bastante más atomizado. Además, la descentralización educativa y el consecuente surgimiento de editoriales autonómicas con mensajes propios viene a diversificar mucho la oferta de manuales para los escolares españoles. Así, en el caso español he querido centrar mi estudio en las siguientes cuatro editoriales: Santillana, Anaya, SM y Edelvives, todas ellas de ámbito nacional.

## METODOLOGÍA

Vamos a centrar nuestro esfuerzo en delimitar al máximo la investigación, en favor de la concreción. Una delimitación tanto objetual como metodológica. No es lo mismo estudiar los sistemas educativos portugués y español, que sus manuales escolares de Historia, o un aspecto concreto dentro de estos manuales (como podrían ser los aspectos gráficos, las actividades, o un momento concreto de la historia). En este punto, he querido fijar el objeto de la comparación en los siglos XV y XVI, es decir, en los años de auge de los imperios ultramarinos de ambos países. Unas épocas de especial importancia en el devenir histórico de ambas naciones y cuyo estudio, el de sus hechos y personajes, no se ha desligado nunca de la ideología política preponderante en cada momento.

---

<sup>5</sup> MEC, 1974: 3.

<sup>6</sup> MEC, 1974: 3.

<sup>7</sup> PROENÇA, 2000: 104.

Analizaremos manuales de todo tipo de cada una de las editoriales: de mediados y finales de los 70, todavía influidos estos por las recientes dictaduras, así como de principios, mediados y finales de los 80, en los que las nuevas corrientes metodológicas así como las distintas circunstancias políticas y sociales dejan también su huella en la elaboración de los textos. Respecto a la delimitación del método, éste se ha basado en la observación directa de los manuales y el análisis pormenorizado de sus contenidos. El repaso minucioso de los textos, de sus afirmaciones, del número de páginas dedicadas a cada cuestión, de los personajes estudiados, del tono utilizado para cada uno de ellos, de los aspectos gráficos (fotografías, tablas estadísticas o retratos), etc. ha constituido la base metodológica de la comparación que aquí se ofrece. Una comparación que, en consecuencia, ha resultado fruto de una abundante recopilación de datos llevada a cabo con unos parámetros lo más homogéneos posibles.

## AÑOS 70

Son estos unos años en los que, en su primera mitad, y aun a veces en la segunda, observamos planteamientos absolutamente determinados por la ideología de los regímenes autoritarios que gobernaban Portugal y España. La enseñanza de las historias nacionales se configura así como el mejor vivero de un fuerte nacionalismo (centralista en estos casos) que encuentra en los tradicionales héroes patrios un altavoz a través del cual hacer resonar la grandeza de ambas naciones.

El planteamiento absolutamente lusocéntrico (o hispanocéntrico), ultra católico (ocasión tendremos de repasar varios párrafos significativos en este sentido), narrativista (todo se expone de una manera lineal, como una acumulación de saberes eruditos pero sin pretender, casi nunca, otro tipo de lecturas) y militarista (la historia se cuenta como una sucesión de batallas, habitualmente ganadas, y conquistas) determina el tono general de los manuales escolares de estos años. Unos planteamientos, en cualquier caso, que irán matizándose con la caída de ambas dictaduras para ir, muy poco a poco, dando cabida a otro tipo de lecturas. Lo veremos.

En 1972 nos encontramos en Portugal con el extendidísimo manual de A. Mattoso y A. Henriques, reeditado por Porto Editora, con título *História Geral e Pátria II. Idade Moderna e Contemporânea*. Este manual había entrado en vigor tiempo antes, en pleno Estado Nuevo, por lo que es un fiel reflejo de la ideología de la dictadura portuguesa. Un libro del que nos van a interesar especialmente sus seis primeros temas, pues son éstos los que desarrollan la etapa descubridora y colonizadora de Portugal. El papel que se espera cumpla el manual y el profesor que ha de enseñarlo queda muy claro desde la primera página:

*No desenvolvimento deste plano, deve o professor pôr em relevo o papel preponderante de Portugal, a sua importância na civilização mundial, a sua contribuição para a formação da cultura universal<sup>8</sup>.*

---

<sup>8</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 1.

El manual es totalmente coherente con este planteamiento. Impregnado de un fortísimo patriotismo, las observaciones sobre la grandeza de la gran empresa conquistadora portuguesa así como sobre la labor que Portugal desarrolló en beneficio de la cristiandad occidental, son constantes. Con las siguientes grandilocuentes palabras se nos introduce en el tema: «É esta epopeia gigantesca que vamos seguir através das páginas que se seguem, as mais belas páginas da nossa história e da história da humanidade»<sup>9</sup>. Así, se presentan todas las empresas portuguesas barnizadas de gloria, y la labor descubridora y colonizadora de Portugal, como el acontecimiento de mayor importancia de la historia moderna. No se privan los autores del texto de ninguna línea que pueda enaltecer más aún la historia portuguesa:

*Os descobrimentos Marítimos, iniciados pelos Portugueses, representam o acontecimento de maior relevo da História Moderna, pela importância que tiveram na economia, na literatura, na ciência, enfim, em todas as manifestações da vida do Homem.*

La fuerte presencia de la Iglesia en la educación del *Estado Novo* (en similares términos podemos hablar de la España de Franco) se deja ver en las explicaciones de los manuales. Significativos, en este sentido, son los motivos con los que el manual que nos ocupa explica el afán descubridor de Portugal. Piadosos motivos guiaban sus afanes, como vemos en la página 8: «A mística religiosa, desenvolvida pelas ordens mendicantes, ardia no desejo de levar a Fé Cristã aos povos distantes»<sup>10</sup>.

El manual nos transmite la visión de una nación portuguesa cuajada de nombres legendarios (desde D. Afonso Henriques a D. Fernando, pasando por el Infante D. Henrique y otros muchos) que van a protagonizar las más difíciles hazañas: «Portugal podia, pois, lançar-se ao empreendimento sonhado pelos Europeus, levá-los a vencer as barreiras do infiel, projectá-los através dos continentes e dos mares»<sup>11</sup>.

Mientras tanto, en España, en los mismos años y similares circunstancias, hemos podido encontrar mensajes parecidos. Por ejemplo, en el manual de Edelvives para 7.º de EGB (11-12 años) correspondiente a 1973 y elaborado por Carlos Campoy y Carmen Gutiérrez, podemos observar comprobar cómo, de la misma forma que el texto portugués presentaba los motivos religiosos como los más importantes resortes que impulsaron a sus héroes a la gran empresa conquistadora, encontramos idénticas reflexiones respecto a los aventureros españoles: «Entre las múltiples causas de los descubrimientos geográficos tenemos las causas religiosas debido a la supervivencia del sentido de cruzada en el pueblo español, que quería extender la fe de Cristo»<sup>12</sup>.

La forma de explicar la Historia en estos manuales está únicamente vinculada a un puñado de grandes nombres. Apenas nada de economía ni de sociedad. Una historia de las élites, de los victoriosos, profusa en nombres propios y en fechas singulares. Nombres

---

<sup>9</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 1.

<sup>10</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 8.

<sup>11</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 11.

<sup>12</sup> CAMPOY & GUTIÉRREZ, 1973: 44.

como los del Infante Don Henrique, una de las más importantes referencias del texto. De hecho, suya es la primera foto personal que encontramos en el manual. Junto a la foto, una descripción personal que constituye un auténtico panegírico de sus virtudes y que, a modo de ejemplo, concluye con estas líneas de la página 16: «Grande amor houve à coisa pública destes reinos. Suas respostas sempre eram brandas. Palavra torpe ou desonesta nunca foi ouvida de sua boca»<sup>13</sup>.

El equivalente al Infante Don Enrique en los manuales españoles es Colón, la gran referencia de las empresas descubridoras de Castilla. Sin embargo, no he encontrado en los manuales españoles de los 70 un protagonismo tan personal de su figura. Se dedica, por supuesto, muchísimo espacio a narrar sus distintos viajes pero no se insiste tanto sobre sus características personales.

Es curioso como todo el tono épico y grandilocuente utilizado por el manual para narrar las exploraciones de Portugal, así como la profusión de nombres propios y detalles de esos viajes desaparecen para hablar de las expediciones de los españoles. Por supuesto, esto se explica, una vez más, desde el acendrado nacionalismo que guía la configuración de los manuales de estos años. Fijémonos, por ejemplo, cómo introduce el manual las exploraciones que llevó a cabo Portugal por la costa de África, como una sucesión de dificultades que hacían más dura la empresa y, por lo tanto, más meritoria su consecución. Lo vemos en la página 17:

*Esta travessia, que hoje se nos afigura fácil, representava naquele tempo acto de audácia difficil de conseguir, pela violência das correntes, a frequência das tempestades, a abundância de baixios que rodeavam o cabo num circuito de quatro a cinco léguas*<sup>14</sup>.

El Rey Alfonso V también aparece blasonado de virtudes: «D. Afonso V revela, não só coragem e valentia, mas também grandes qualidades de capitão consumado». Y D. João II era «como D. Henrique, espírito prático e prudente». Pedro Álvares Cabral, al que se dedica una de las escasas fotos del manual, era «homem enérgico, sabedor e honrado». Por el contrario, Colón queda reducido a «Bom marinheiro, mas fantasioso e falador» y en ningún momento se usa el verbo «descubrir», como constantemente hemos visto aplicado a las expediciones portuguesas, sino «llegar» o «invadir». Lo vemos en la página 28:

*[...] chegou [se refiere a Colón] à ilha de Guanaâmi, uma das Antilhas, á qual deu o nome de S. Salvador (1492) [...] levaram Fernando Cortez, que se havia distinguido na conquista de Cuba, a invadir o México, que caiu em seu poder (1521)*<sup>15</sup>.

Como vemos, los españoles no «descubrían», tampoco actuaban movidos por caballerescos afanes de aventura y gloria, ni por la católica defensa de la fe verdadera. Senci-

<sup>13</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 16.

<sup>14</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 17.

<sup>15</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 28.

llamente «llegaban» e «invadían» y, en ningún momento se beneficia a sus personajes con amables adjetivos. Incluso, en los momentos en que las hazañas entre Portugal y España fueron compartidas, el manual de Mattoso y Henriques hace todos los esfuerzos por maximizar el protagonismo portugués ante el español. Perfecto ejemplo de esto es la vuelta al mundo, capitaneada en sus comienzos por Magallanes (portugués) y, tras la muerte de éste, por el español Elcano. Una expedición financiada por España y cuyo comienzo y final tuvo lugar en España. Una aventura, en definitiva, en la que el protagonismo español resulta altísimo a pesar de lo cual, el texto hace todos los esfuerzos para insistir en la gran importancia de Portugal en el asunto:

*Dois cartógrafos portugueses (Pedro Reinel e filho) traçaram, sobre o globo, a situação do arquipélago. Diogo Ribeiro, também português, desenhou cartas para a expedição. Encorpোরam-se na armada 29 portugueses, entre os quais se contavam quatro pilotos<sup>16</sup>.*

Se trata de transmitir la idea de que la propia patria es superior a las demás, en sus ideales, sus impulsos, sus hombres y sus logros. Como vemos, la historia que nos ofrece este manual no pretende analizar, interpretar o sugerir; no es más que un relato de hazañas que deben ser memorizadas por los escolares. Unos escolares que, a través de estos contenidos, deberían ser adoctrinados en la idea de pertenecer a la más grande nación que conocieron los tiempos.

¿Y en España? Pues los planteamientos son parecidos. Mucho nombre propio y escaso análisis global. Mucha gloria y poca crítica y siempre de telón de fondo, como una sombra que todo lo cubre, la religiosidad, el catolicismo, la defensa de Dios que guiaba la mano de nuestros gobernantes y grandes hombres.

Al igual que en el texto de Mattoso y Henriques, también aquí la autocrítica sobre la actuación española en los acontecimientos que nos ocupan es inexistente. Por el contrario, el orgullo y la defensa de los actos españoles en sus empresas imperiales se ve constantemente en líneas como estas de las páginas 59 y 60:

*Bartolomé de las Casas, fraile dominico, por su gran amor hacia los indios, a los que idealizó, facilitó el argumento a los que, envidiosos de la obra de España en América, atacaban a la colonización española<sup>17</sup>.*

*El Padre de las Casas tachaba a sus compatriotas de gran codicia y de tratos inhumanos al elemento indígena. Pero, por el contrario, fueron patentes los generosos impulsos que movieron al conquistador español en su afán de conquista y colonización<sup>18</sup>.*

Lógicamente, el manual español tiene muy distinta opinión, respecto al texto portugués, de las motivaciones de los conquistadores españoles. Son presentados como héroes de patrióticos afanes, no como seres sedientos de oro. Valgan como ejemplo estas líneas

<sup>16</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972: 31.

<sup>17</sup> CAMPOY & GUTIÉRREZ, 1973: 59.

<sup>18</sup> CAMPOY & GUTIÉRREZ, 1973: 60.

de la página 96: «Estos conquistadores, más que sed de grandes riquezas, tenían sed de gloria, de descubrir nuevos territorios y ofrecérselos al rey de España»<sup>19</sup>.

En fin, los ejemplos en ambos textos podrían ser innumerables. Las conclusiones, así, resultan parecidas: los cercanos esquemas ideológicos de ambos países en la primera mitad de los 70 encuentran su reflejo en unos manuales de Historia que no pretendían más cosa que la de transmitir el orgullo de ser español o portugués, el recuerdo de un pasado glorioso que habría de entroncar con el presente a través de las figuras providenciales de Salazar y Franco, fieles paladines del catolicismo y defensores de la grandeza preterita de sus patrias.

## LOS PRIMEROS MANUALES TRAS LAS DICTADURAS

Ya sabemos que los textos escolares son producto de una legislación relacionada directamente con el momento político por el que atraviesa un país. Por lo tanto, cabe pensar que, cuando cae una dictadura, la nueva generación de manuales que se comercializan en los años inmediatamente posteriores, mostrarán importantes diferencias respecto a los últimos textos de aquélla. Considerando lo anterior, resulta especialmente interesante repasar alguno de los manuales de finales de los 70. Dado que el *Estado Novo* empezó a desmontarse el 25 de abril de 1974, tras la *Revolución de los claveles* y la dictadura de Franco hizo lo propio a partir del 20 de noviembre de 1975, tras la muerte del general, podemos suponer que encontraremos algunos cambios sustanciales. Vamos a repasarlos.

Martins Afonso es el autor del manual *Breve História de Portugal* (Porto Editora, 1979) para 4.º ano do Ensino Básico. En este texto nos vamos a encontrar más de 60 páginas dedicadas a las cuestiones que nos interesan. A lo largo de ellas vamos a ir viendo todavía una historia muy narrativista, alejada de las nuevas corrientes historiográficas ya desarrolladas en el resto de Europa (con la excepción, quizá, de España). Una historia por la que van a ir pasando desde Alfonso IV a Sebastián I, pasando por Juan I, Vasco de Gama, Pedro Álvares Cabral, el Infante D. Henrique o Alfonso V. Los grandes nombres de los siglos XIV a XVI aunque, con algunas diferencias con respecto a los anteriores manuales que hemos visto. Veremos cuáles.

¿Qué nos ofrece el manual de Porto Editora de finales de los 70? En esencia, la forma de transmitir la historia de Portugal es la misma, algo que no debe extrañarnos pues este manual es una reedición del manual surgido en 1972. ¿Qué quiere decir esto? Que, al igual que en España, manuales editados en los años finales de la dictadura se siguieron usando en democracia. Eso sí, hay que reconocer que el tono épico, el barniz legendario, el adjetivo grandilocuente, usado tanto para describir las empresas que Portugal desarrolló durante aquellos siglos como para elogiar el papel histórico se rebaja algo. También las motivaciones religiosas en esas mismas empresas descubridoras han dejado de ser las más importantes pues, aunque aún se alude a ellas, son sólo una causa más nombrada junto

<sup>19</sup> CAMPOY & GUTIÉRREZ, 1973: 96.

a las necesidades de comerciar, o los progresos científicos. También encontraremos en este manual una mayor carga de autocrítica que en el anterior de Mattoso y Henriques. Como ejemplo podemos poner las siguientes líneas, que nos hablan de cómo Portugal gestionó la conquista de Ceuta: «Os resultados da conquista não corresponderam a todas as expectativas, pois a corrente do comércio desviou-se e a cidade decaiu economicamente»<sup>20</sup>. Asimismo, en la página siguiente, se reconoce cierto protagonismo de judíos y árabes en los descubrimientos de los portugueses, algo impensable en manuales anteriores: «pelos prisioneiros árabes e judeus, forneceu ao Infante D. Henrique valiosas informações sobre as terras que em breve mandaria descobrir»<sup>21</sup>. Aquí se puede ver cómo se concede a los «infieles» cierto protagonismo en los logros portugueses y no se personaliza tanto en el Infante D. Henrique. Como hemos comentado anteriormente, todos esos protagonismos van a ir desapareciendo en este manual. Un interesante ejemplo de la evolución entre uno y otro manual lo observamos al repasar cómo ambos se refieren a los comités de expertos de los que se rodeó D. Henrique. En el manual anterior no se reconoce ningún tipo de protagonismo extranjero, mientras que en el de Martins Afonso aparecen gentes de otros países como personajes fundamentales en estos trabajos. Aquí podemos comparar los párrafos concretos:

*Rodeou-se de cartógrafos, de matemáticos, de mareantes; estudou métodos de navegação; adestrou navegadores e dirigentes para o desempenho das missões mais arriscadas*<sup>22</sup>.

*Rodeia-se de astrónomos, cartógrafos e mareantes ilustres como o catalão Jácome de Maiorca, o genovês António de Noli, o veneziano Cadamosto, e de informadores mouros, índios e abexins*<sup>23</sup>.

La diferencia no es inocente. El nacionalismo mal entendido del primero de ambos manuales le hace ocultar la importancia de hombres extranjeros, y mucho más de los no cristianos, en las empresas de Portugal; mientras que en el segundo, tales barreras van ya desapareciendo.

También, como hemos dicho, desaparece el esfuerzo por ornamentar con elogiosos adjetivos a cada rey o gran personaje que va apareciendo en el texto. Por ejemplo, la primera vez que aparecen Alfonso V o Juan II no lo hacen cubiertos de favorables epítetos como siete años antes en los que se escribía: «D. Afonso V revela, não só coragem e valentia, mas também grandes qualidades de capitão consumado»; o que Juan II era, «como D. Henrique, espírito prático e prudente».

Son algunos ejemplos de cómo este manual se descarga de adjetivos y nacionalismo en una pequeña metamorfosis formal que, evidentemente, está directamente relacionada con los cambios políticos y legislativos que en esos años atravesaba Portugal.

¿Encontramos parecidas características en los manuales españoles? En lo fundamental podríamos decir que, en estos años, todavía sí. Se concibe la historia que se debe ense-

<sup>20</sup> MARTINS, 1979, 64.

<sup>21</sup> MARTINS, 1979, 65.

<sup>22</sup> MATTOSO & HENRIQUES, 1972.

<sup>23</sup> MARTINS, 1979.



ñar en las escuelas de forma muy similar y así se plasma en los libros de texto de ambos países durante estos años aunque, por supuesto, y al igual que hemos visto en Portugal, también los manuales españoles pasan por ciertas evoluciones internas desde los últimos años del franquismo a los primeros de la democracia. En un proceso similar al que veíamos en Portugal, observamos que los motivos religiosos pierden peso como impulsores de los descubrimientos.

Los primeros manuales españoles tras la muerte de Franco todavía recorren la historia a través de los nombres de destacados reyes, militares o descubridores. Procuran que esos nombres, y sus gestas, aparezcan en los textos. Una característica que irá cambiando con los años. Por ejemplo, el manual de Anaya (1975) de estos años habla de otras exploraciones, además de las de Colón llevadas a cabo por españoles. Los nombres y expediciones que se destacan son los habituales: el descubrimiento del Pacífico por parte de Balboa (1513), la vuelta al mundo de Magallanes y Elcano (1522) y, sobre todo, las conquistas de México (1519) por Cortés y Perú (1531) por Pizarro. Desde luego, todavía aparece en los textos españoles de estos años el orgullo por la labor española en América. Las críticas aún no tienen cabida en el manual de Anaya:

*España llevó a América su propia cultura, su raza, su lengua y su religión. Se fundaron ciudades (la Habana, Panamá, Santiago, Lima y Buenos Aires) y se potenciaron las indígenas como México, Quito y Bogotá. Se crearon universidades, imprentas, centros de enseñanza y las formas jurídicas y administrativas propias de la Península fueron trasladadas allí íntegramente<sup>24</sup>.*

Uno de los aspectos importantes todavía en los manuales de historia de estos años, y común a ambos países, va a ser la presencia en las explicaciones de la religiosidad. Si bien la explicación de la historia a través del entendimiento de la misión providencial de la propia nación como paladín universal de la fe católica se va a ir difuminando, si tenemos, aún en los primeros manuales tras las dictaduras, importantes espacios dedicados a hablar de instituciones religiosas, órdenes, personajes importantes dentro del catolicismo, etc. y siempre, desde luego, desde el elogio y la admiración. En el manual de Anaya, por ejemplo, encontramos que merecen un papel destacado y varias líneas la «Compañía de Jesús» y la figura de San Ignacio de Loyola, fundador de la Compañía.

En esta misma línea de defensa de lo religioso, pudimos encontrar un epígrafe en el manual de Porto Editora en el que, bajo el título «A contra-reforma e a evangelização ultramarina» (p. 97-103) se desarrolla toda una defensa del papel de la Inquisición. Lo podemos ver en párrafos como el siguiente:

*A primeira vantagem da Inquisição foi, pois, a de acabar com as violências populares, proibindo o povo de fazer justiça por suas mãos. Outra vantagem foi a de evitar a entrada das doutrinas protestantes em Portugal e as sangrentas guerras religiosas que assolaram a Europa<sup>25</sup>.*

<sup>24</sup> GONZÁLEZ, *et al.*, 1975: 115.

<sup>25</sup> MARTINS, 1979.

Así pues, ¿qué tenemos en los manuales ibéricos inmediatos a la caída de ambas dictaduras? Pues tímidos cambios, ligeras evoluciones en lo formal pero una gran similitud en la esencia aunque, desde luego, unos relatos menos ornamentados de grandilocuentes adjetivos con los que forjar unos héroes que sostuvieran el orgullo de ser portugués o español. También, como se ha visto, se difuminan el tremendo peso de los argumentos religiosos para explicar las aventuras conquistadoras, que ya no serán sólo cruzadas católicas. No obstante, la historia que nos ofrecen estos manuales sigue siendo eminentemente factual, memorística y basada, no en las cuestiones del día a día de la sociedad, sino en el hecho excepcional de los hombres excepcionales. Es fundamental reseñar que muchos de los manuales utilizados son directamente reediciones de manuales ya comercializados por primera vez durante las dictaduras. De ahí la similitud en lo fundamental que todavía encontramos.

## AÑOS 80

Serán estos unos años de cierta evolución en los manuales, una evolución que se acentuará más en los últimos años de la década, especialmente en el caso de España, como consecuencia de las nuevas políticas educativas. También en Portugal iremos viendo como los manuales van intentando modernizarse a través de un nuevo lenguaje y del uso de técnicas pedagógico-didácticas novedosas hasta entonces. Poco a poco las teorías y propuestas de la Escuela de Annales se van a ir dejando ver en la confección de los manuales de ambos países. En cualquier caso, es evidente que no podemos hablar de «los años 80» como de un bloque cohesionado.

Uno de los grandes autores de manuales portugueses en estos años es Pedro Almiro Neves, junto a Maria Luísa Guerra, así que hemos querido centrarnos en sus manuales (editados por Porto Editora) para desarrollar nuestro estudio. El primer manual que vamos a repasar aparece editado en 1980 aunque, desde luego, duró varios años más.

El manual comienza con el tema 4 «Os estados europeus em expansão. A nova visão do mundo e do homem» (p. 4-105); dentro de éste nos interesa especialmente el capítulo «Condicionais e etapas da expansão portuguesa», donde se nos dará a conocer cómo será la conquista de territorios de ultramar que Portugal llevará a cabo y las tirantes relaciones que tales sucesos despertarán con España. Podemos ver cómo Neves vuelve a poner en un lugar predominante las motivaciones religiosas a la hora de explicar los descubrimientos. Para ello, el autor nos ofrece un fragmento de la famosa *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*:

[...] *E porque ele tinha vontade de saber que ia além das ilhas de Canária e de um cabo que se chama do Bojador, porque até àquele tempo, nem por memória de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia a além do dito cabo, [...] e porque o dito senhor quis disto saber a verdade [...] mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e d'el rei D. Duarte, seu senhor e irmão, que naquele tempo reinava. E esta até que foi a primeira razão do seu movimento*<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> NEVES, 1980: 13.

El manual dedica también espacio a España, Colón y sus viajes descubridores y de conquista. En este punto deja entrever una cierta rivalidad con España, como podremos ver. En el punto «A conquista da América» se deja claro que, al contrario que los portugueses, los españoles llevados por la codicia no se limitaban a establecer puertos de comercio en las nuevas tierras sino que «conquistarán sistemáticamente inmensas áreas de territorio»; así se cuenta en la página 42: «Os Espanhóis não se limitavam ao estabelecimento de feitorias nas terras descobertas: conquistaram sistematicamente imensas áreas territoriais»<sup>27</sup>. Se presenta a los conquistadores españoles como avaros ambiciosos que someten a los indios en busca de gloria y riqueza, llegando incluso a luchar entre ellos por el dominio de las tierras.

*Os conquistadores cobriram-se de glória e riqueza. A ambição e ânsia de cristianização dos povos indígenas originaram autênticos massacres e a destruição das civilizações pré-colombianas. Pizarro e Almagro acabaram por se guerrear mutuamente, em lutas pelo domínio das áreas mais ricas em prata*<sup>28</sup>.

Las fricciones históricas con España se acentúan tras la disputada sucesión del rey don Sebastián, que murió sin descendencia directa. Será Felipe II quien termine accediendo a la corona, del que se nos dice en la página 49: «Através de uma hábil diplomacia, Filipe II acabou por obter o apoio do alto clero, de grande parte da nobreza, de comerciantes e intelectuais»<sup>29</sup>. Aunque tras estas líneas se nos deja claro que Felipe II tuvo que invadir el país vecino para hacerse con el poder ya que el pueblo apoyaba a D. Antonio. En la página 50 se culpará a Felipe II de arrastrar a Portugal a las guerras comenzadas por España y conseguir así el empobrecimiento del país:

*[...] O envolvimento da Espanha em guerras [...] o nosso país foi arrastado para essas guerras e aquelas potências europeias exerceram represálias, especialmente atacando nossas colônias. A deterioração das condições económicas pela ruína do comércio e pelos sucessivos impostos decretados pelo rei originou um descontentamento crescente dos Portugueses*<sup>30</sup>.

Y, mientras, ¿qué se estaba haciendo en España? Vamos a verlo.

Empezamos el repaso por los manuales españoles de los 80 acudiendo a una de las editoriales más importantes, por número de ventas, la editorial Anaya, y a su libro *Ciencias Sociales. 7.º EGB*. El equipo Aula 3 (no se especifican los nombres de sus componentes) es el autor de este manual concebido por la editorial Anaya para los escolares de 7.º de EGB de 1983.

El primer tema que nos interesa es «España y América», dedicado a todo lo concerniente a la conquista y colonización de América. La orientación general de este epígrafe

---

<sup>27</sup> NEVES, 1980: 42.

<sup>28</sup> NEVES, 1980: 43.

<sup>29</sup> NEVES, 1980: 49.

<sup>30</sup> NEVES, 1980: 50.

sigue siendo elogiosa y triunfalista y, como muestra, frases como las siguientes de la página 144: «A mediados del siglo XVI, en menos de 50 años, un puñado de españoles habían recorrido y colonizado todo un continente». Sin embargo, me parece justo destacar el hecho de que el tema también plasma el duro trato que a veces dieron los españoles a los indios (un reconocimiento que, sin duda, hubiese sido impensable años antes): «Los abusos de los colonos españoles fueron grandes. Se obligó a los indios a trabajar en el campo y en las minas. Y muchos morían».

Entre los documentos adjuntos destaca el que plasma las llamadas «Leyes de Indias», un código legal que garantizaba, por parte de los RRCC, el trato a los indios como súbditos de Castilla. La utilización de este texto viene dada por el deseo de «limpiar» la imagen de la actuación española en Indias en el imaginario de los escolares. Vemos artículos tan explícitos como los siguientes:

*1. Los indios son libres. En consecuencia, nadie que ejerza autoridad sea osado de cautivar indios naturales de las Indias, Islas y Tierra Firme del Mar Océano, así en tiempo y ocasión de paz como de guerra. 2. Los indios e indias tengan, como debe, entera libertad para casarse con quien quisieren, así con indios como con españoles, y que en esto no se les ponga impedimento*<sup>31</sup>.

*Sociedad 80* es el libro con el que Santillana entró en los 80. Vamos a repasar cómo explicaba este manual las exploraciones, descubrimientos y conquistas españolas de los siglos XV y XVI. En el tema «La formación del imperio español de América» se nos contarán las distintas conquistas y exploraciones que los españoles llevarán a cabo. Como suele ser habitual, los contenidos se barnizan de patriotismo y cierto grado de triunfalismo. La introducción al tema es claro ejemplo de esto: «La conquista de América fue una empresa fabulosa, una gran epopeya de los tiempos modernos. Los españoles de la conquista eran pocos en número y se movían en un territorio adverso»<sup>32</sup>. Como motivos para aquellos hombres se nos dan los siguientes: sed de aventuras, curiosidad, deseo de riquezas y «el espíritu religioso y militar de un pueblo que durante ocho siglos había vivido la lucha de la Reconquista».

En cualquier caso, la actuación de España respecto a los nuevos territorios viene marcada por una idea expuesta en la página 223 del manual: «Desde el primer momento, los Reyes Católicos vieron a los indios como nuevos súbditos y prohibieron que se les esclavizara y se les sometiera a malos tratos»<sup>33</sup>. Fruto de esa preocupación se promulgaron las llamadas Leyes de Indias que debían garantizar el buen trato a los indios, así la «leyenda negra» que se ha intentado cargar sobre España aparece descalificada en el manual. Lo vemos en la página 224: «La leyenda negra cargó las tintas en las cosas mal hechas. Pero la colección de «Leyes de Indias», recopiladas en el reinado de Carlos II, muestra la altura de miras que España mostró en su actuación en América»<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> EQUIPO AULA 3, 1983: 149.

<sup>32</sup> EQUIPO AULA 3, 1983: 217.

<sup>33</sup> EQUIPO AULA 3, 1983: 223.

<sup>34</sup> EQUIPO AULA 3, 1983: 224.

Como hemos visto, según este manual, el tratamiento que se le da a este asunto es netamente patriótico y conforme al punto de vista español: la conquista fue una sucesión de epopeyas legendarias protagonizadas por hombres que tenían todo en su contra, la intención de España respecto a los indígenas fue siempre la de tratarles como a cualquier otro súbdito de la Corona y para ello elaboraron un código legal (las Leyes de Indias) que aseguraba el buen trato y las aportaciones económicas, técnicas y culturales que España llevó a las Indias son muchas e importantes. Así pues, la llamada *leyenda negra* carecería de sentido y es fruto de la historiografía extranjera contraria a nuestros intereses.

Vamos a terminar analizando un manual portugués, el que Porto Editora puso en circulación a finales de la década. Hablamos del manual *À descoberta da história. 8.º ano de escolaridade*, cuyos autores fueron Pedro Almiro Neves y Valdemar C. Almeida. El primer punto que nos interesa repasar es el titulado «Expansão dos Estados Ibéricos». Así, en el punto «Motivações e condicionalismos da Expansão Portuguesa» se nos explica cuáles fueron las causas que llevaron a Portugal a buscar territorios de ultramar. A diferencia del manual de 1980, que fundamenta las causas de esta expansión con un fragmento de *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* de Zurara, donde se nos dan cinco razones de las cuales las religiosas ocuparan más espacio e importancia, en este manual se reservará un pequeño lugar a dicha crónica para después señalar otras motivaciones como las económicas, sociales, político-militares, religiosas y científicas. Las que más espacio ocuparán son las sociales y las militares, como podemos ver en los párrafos que transcribo a continuación:

*A recessão económica do século XIV foi acompanhada de tensões sociais em várias regiões europeias. No caso português, esses conflitos sociais tiveram a sua expressão máxima na Revolução de 1383-85. [...] Em conclusão, a expansão para além-mar era do interesse de todos os grupos sociais e, por conseguinte, irá constituir um empreendimento com uma dimensão nacional<sup>35</sup>.*

*Com a vitória dos portugueses na batalha de Aljubarrota, em 1385, e a assinatura do tratado de paz com Castela, em 1411, tinha-se consolidado a independência nacional. [...] Ao mesmo tempo, o prestígio do monarca português, D. João I, tinha saído reforçado com a vitória sobre as forças castelhanas. Ora, a expansão marítima poderia também significar uma forma de confirmação da supremacia portuguesa sobre Castela e, por conseguinte, de aumentar o prestígio internacional de D. João I<sup>36</sup>.*

Como podemos observar en estas líneas, en las que se ensalza la figura de João I, la búsqueda de nuevas tierras toma una dimensión nacional y corroborará así la hegemonía portuguesa. Del mismo modo, aunque verán reducida su importancia en este manual, encontramos fuertes motivaciones religiosas, en las que aún se observan recuerdos de la visión anti-musulmana de otros manuales.

35 ALMEIDA & NEVES, 1989: 18.

36 ALMEIDA & NEVES, 1989: 19.

*O «espírito de cruzada» ainda se mantinha vivo na mentalidade portuguesa dos princípios do século XV. O Papa concedia bulas de privilégios aos reis cristãos que combatessem os «Infiéis» e expandissem a Fé cristã, reconhecendo-lhes a soberania sobre os territórios conquistados<sup>37</sup>.*

En el epígrafe «A colonização das ilhas atlânticas» se mencionarán fechas y nombres de los colonizadores al igual que en el manual del 80, pero la principal diferencia radica en que, en este manual además se pasa a explicar la organización económica que tendrá el archipiélago. Se hace en la página 25:

*Embora sendo já conhecidas dos Portugueses no séc. XIV, o descobrimento oficial das ilhas de Porto Santo e da Madeira só foi efectuado em 1418-19 por João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo. Em 1427 Diogo Silves descobre algumas ilhas das Açores. [...] Foi implantado nas ilhas um regime de tipo senhorial em que os capitães-donatários eram autênticos senhores à maneira feudal<sup>38</sup>.*

En el epígrafe «A rivalidade luso-castelhana» se hace referencia a las tiranteces que despertó entre Portugal y Castilla la competencia por conquistar nuevas tierras. Además, se justifican las demandas de João II haciendo referencia al Tratado de Alcáçovas, recayendo así la responsabilidad de estas tiranteces en los españoles, que habrían incumplido lo firmado años antes. Página 29:

*A notícia da descoberta da América por Cristóvão Colombo [...] levou os monarcas português e castelhano a reivindicarem cada um para si a pertença dos novos territórios descobertos. D. João II de Portugal justificava a sua pretensão com base num tratado anteriormente efectuado entre os dois estados<sup>39</sup>.*

En la página 30 se nos narra la llegada de Vasco de Gama a la India y las notables consecuencias que esto tendrá para Portugal, siendo considerada en estas líneas como uno de los grandes descubrimientos de la historia de la humanidad: «A descoberta do caminho marítimo para a Índia, considerada como um dois maiores feitos de toda a história da Humanidade, viria a ter importantes consequências a nível mundial»<sup>40</sup>.

En la página 38 comienza el punto 4.1.6., «O Estado e a sociedade portuguesa na época da expansão». A lo largo de dos páginas se nos explica cómo el imperio de ultramar influyó en Portugal y su población. Será la primera vez que veamos aparecer este tipo de apartados que hablan de la sociedad de la época ya que en el manual del 80 no se contemplan. Un aspecto, por lo tanto, importante.

Más adelante comenzará el epígrafe «As viagens de Cristóvão Colombo». Se insiste en que, a consecuencia de la negativa por parte del rey de Portugal, Cristóbal Colón ofrecerá su proyecto a los Reyes Católicos. Llama la atención cómo se nos relata la llegada a

---

<sup>37</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 20.

<sup>38</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 25.

<sup>39</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 29.

<sup>40</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 30.

las nuevas tierras: «Colombo encontrou [...] uma pequena ilha», y en ningún momento se menciona el hallazgo de Colón como el descubrimiento de un nuevo continente, ni será resaltado como uno de los grandes acontecimientos de la historia de la Humanidad como sí pasará con los portugueses.

Además, se presentará a los conquistadores españoles, al igual que en el manual de 1980, como saqueadores que destruirán civilizaciones como los Mayas, los Aztecas o los Incas. Esto es lo que se dice de los españoles: «A ambição de glória e de riquezas e a ânsia de cristianização dos povos indígenas originaram autênticos massacres e a destruição das civilizações ameríndias pré-colombianas»<sup>41</sup>.

En la siguiente página, en unas líneas de introducción, se nos expone la expedición de Magallanes y Elcano. Se nos detallarán fechas, rutas y lugar de procedencia del portugués Magallanes no así del español Elcano.

*Em 1519, prosseguindo ainda na ideia de atingir a Índia através do Atlântico ocidental, o navegador português Fernão de Magalhães, ao serviço do rei da Espanha, partiu de Sevilha [...] e atingiu as Filipinas, onde foi morto pelos indígenas. O seu companheiro de viagem, Sebastião d'Elcano, assumiu o comando da expedição e regressou a Espanha (1522) pelo Índico, sul da África e Atlântico. Deste modo, realizava-se a 1.ª viagem de circum-navegação do Mundo*<sup>42</sup>.

En «Do domínio filipino à restauração da independência» se reconoce que durante el reinado de Felipe II la situación económica de Portugal mejora, para después aclarar que no ocurrirá lo mismo con sus sucesores. Ya que, según el texto, éstos verán en Portugal una manera de solventar las dificultades que sufrirá el Imperio español: «Para resolver as dificuldades financeiras daí resultantes, Filipe III e Filipe IV recorrem ao lançamento de novos impostos sobre os Portugueses». Esto originará un descontento general en la población portuguesa, que tendrá su expresión final en 1640.

*Aproveitando uma situação internacional favorável [...] algumas dezenas de nobres revoltaram-se em Lisboa, no dia 1 de Dezembro de 1640, decidindo pôr fim aos 60 anos do domínio espanhol. Desta forma se procedia à Restauração da independência nacional*<sup>43</sup>.

Terminamos aquí con el repaso a los manuales de los 80. Y, en resumen, ¿qué nos hemos encontrado? Pues una nueva generación de manuales, ya libres de cualquier influencia de las pasadas dictaduras, y en los que se aprecian algunas evoluciones que, sin embargo, no acaban de romper de una manera definitiva con lo que se venía haciendo años antes.

En cuanto a los contenidos, todavía se aprecian continuidades importantes en aspectos básicos. La base de los planteamientos sigue siendo la misma aunque con alguna evolución: todavía se sigue haciendo una historia narrativista y memorística pues se con-

<sup>41</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 45.

<sup>42</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 46.

<sup>43</sup> ALMEIDA & NEVES, 1989: 51.



tinúan planteando narraciones lineales estructuradas en torno a fechas, personajes y acontecimientos destacados. Esto es así tanto en Portugal como en España. Se sigue concibiendo la asignatura de historia como un enseñar de una manera memorística (y lo más elogiosa posible) aquellos hechos destacados que llevó a cabo Portugal (o España, lo mismo da) en el pasado. En este sentido, poco ha cambiado. Pero empiezan a asomar la cabeza algunas lecturas distintas, algunas novedades que, cabe pensar, se verán desarrolladas en años posteriores. ¿Cuáles son? En primer lugar, empezamos a ver cómo van teniendo cabida ciertos epígrafes de «Economía» o «Sociedad» que cabe entender como unos primeros intentos de ir haciendo presentes estas lecturas a la hora de explicar la Historia a los escolares. Desde luego no suponen, *per se*, un cambio profundo y convencido del enfoque sobre la materia, para eso falta aún mucho. Pero sí cabe reseñar ese avance, sí procede hacer ver que empiezan a verse aportes de ese tipo en unos manuales que, poco antes, sólo eran un enorme relatorio de hazañas militares.

En segundo lugar, procede decir algo acerca del peso de las lecturas religiosas. Como hemos visto al hacer el repaso de los manuales, éstas no han desaparecido en los textos de los ochenta. Desde luego que no. Pero sí se han difuminado. Ya no están presentes a cada momento y de una manera principal. Muchas veces ya no son publicitadas como la primera de las causas a la hora de explicar los impulsos descubridores y conquistadores de ambas naciones. Tampoco se habla a cada momento de España o de Portugal (hablamos de una característica que era común a ambos países) como de blasones del catolicismo y arietes internacionales de la fe verdadera. Se observa un tono general que podríamos denominar más «civil», menos «religioso», en el sentido de que la religiosidad no aroma cada página, cada línea, cada explicación de los manuales. Algo que sí pasaba unos años atrás.

Asimismo, vemos como empiezan a encontrar cabida ciertas líneas de «autocrítica» (una autocrítica que ya se atisbaba en el manual de Martins Afonso de 1979), ciertas lecturas que ponen en cuestión algunos aspectos que años atrás no se cuestionaban. En el caso de Portugal, se critican, por ejemplo, las consecuencias económicas de la conquista de Ceuta, una lectura que no encontrábamos años atrás. En lo que respecta a España, las principales revisiones críticas aparecen al hablar de la actuación española en las Indias y su relación con los indígenas, pues se comienza a reconocer que pudieron existir ciertos abusos aunque, en seguida, se busca limpiar la imagen de la nación hablando de la promulgación de las Leyes de Indias. Estas críticas hacia el comportamiento de los conquistadores españoles si las encontraremos, curiosamente, de una manera mucho más evidente, en los manuales portugueses, pues éstos insisten en dar una muy distinta imagen de su actuación en Brasil y la India con respecto a la que tuvieron los españoles en sus zonas de influencia.

En definitiva, poco a poco se van atisbando cambios, que habrán de ir a más en unos manuales de los 80 que, sin embargo, todavía mantienen un fondo muy común con el de sus antecesores. Cambios que hemos ido desgranando y que, como conquistadores del XVI, irán extendiéndose a lo largo de los años siguientes para cambiar, cada vez más, el aspecto de los manuales desde Oporto a Almería, desde el Alentejo a Barcelona, desde Lisboa a Madrid.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALBACETE, Juan; CUENCA, Javier; PARRA, José María; SANMARTÍ, José María (1979) – *Sociedad 80. 7.º de EGB*. Madrid: Santillana.
- ALMEIDA, Valdemar; NEVES, Pedro Almiro (1989) – *À descoberta da história. 8.º ano de escolaridade*. Porto: Porto Editora.
- CAMPOY, Carlos; GUTIÉRREZ, M.ª del Carmen (1973) – *España y el mundo*. Madrid: Editorial Edelvives.
- CARVALHO, M. M. (2000) – *O ensino da História no Estado Novo*. In PROENÇA, M. C., coord. – *Um século da ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto da História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, p. 85.
- HENRIQUES, A.; MATTOSO, A. (1972) – *História Geral e Pátria II. Idade Moderna e Contemporânea*. Porto: Porto Editora.
- EQUIPO AULA 3 (1983) – *Ciencias Sociales. 7.º de EGB*. Madrid: Anaya.
- GONZÁLEZ, Isidoro; MAÑERO, Mariano; SÁNCHEZ, Domingo J. (1975) – *Ciencias Sociales 7.º*. Madrid: Editorial Anaya.
- MARTINS, Afonso (1979) – *Breve História de Portugal*. Porto: Porto Editora.
- MEC (1974) – *História-Programa para o ano lectivo 1974-75, Ensino Liceal*. Algueirão: Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica.
- NEVES, Pedro Almiro (1980) – *História: 7.º ano de escolaridade*. Porto: Porto Editora.
- RODRÍGUEZ GARRIDO, Juan Esteban (2012) – *Trato y maltrato de la Historia de España en los libros de texto de la EGB y la ESO* (Dissertação de Doutoramento). Madrid: Universidad Complutense.
- PROENÇA, M. C., coord. (2000) – *Um século da ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto da História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.



# PERSPETIVAS DESENCONTRADAS SOBRE A GUERRA FRIA EM MANUAIS DE HISTÓRIA EUROPEUS

CRISTINA MAIA\*

**Resumo:** O artigo desenvolve um estudo comparativo sobre as representações da Guerra Fria na Europa Ocidental, Europa Nórdica e Europa de Leste, entre os anos de 1980 e de 1990. A investigação foi desenvolvida através da análise de Manuais Escolares de História e, sempre que possível, dos Programas Escolares. Procedemos a uma investigação eminentemente qualitativa de análise de conteúdo a partir do texto informativo, documentos e propostas de experiências de aprendizagem presentes nos Manuais.

No quadro teórico foi considerada a natureza da Ciência Histórica e a sua repercussão no ensino da História; o processo de formação da consciência histórica; a importância da História na formação do indivíduo; uma abordagem aos estudos mais recentes sobre a Guerra Fria e ao estado da arte da investigação em Manuais Escolares.

A investigação revela a forma como o desenvolvimento dos conteúdos sobre a Guerra Fria foi evoluindo em perspetivas desencontradas em vários países da Europa e com assinaláveis alterações entre as décadas de 1980 e 1990. Chegamos a conclusões sobre os diferentes usos da História, a partir das representações culturais, históricas e geopolíticas das referidas áreas geográficas da Europa.

**Palavras-chave:** Manual escolar; História; Consciência histórica; Guerra Fria; Alteridade.

**Abstract:** This paper develops a comparative study of teaching the Cold War theme in Western Europe, Northern Europe and Eastern Europe between the 1980s and 1990s, through the analysis of History Textbooks and, where possible, the Syllabus. Through this analysis, we carried out a thematic study of the contents of the Cold War, and a critical review of views on the Cold War period.

For the theoretical framework, the nature of Historical Science and its impact on the teaching of history was considered; the process of formation of an historical consciousness; the importance of history in shaping the individual; an approach to the most recent studies of the Cold War and the state of the art of research in school textbooks.

The research reveals how the development of content about the Cold War was evolving in divergent perspectives in various countries in Europe and with significant alterations between the decades of the 1980s and 1990s. Conclusions were drawn about the different uses of history, from cultural representations as well as historical and geopolitical of the referred to geographic areas of Europe.

**Keywords:** Textbook; History; Historical Consciousness; Cold War; Alterity.

## I. INTRODUÇÃO

A investigação em Manuais Escolares de História tem demonstrado a importância deste recurso na formação da consciência histórica nos alunos e nos professores. Análises comparativas permitem a discussão sobre as diferentes representações da realidade histórica, concorrendo para o grande desafio de alertar para prejuízos e estereótipos acerca de outras nações ou grupos. Adquirir consciência histórica é também reconhecer e

---

\* CITCEM/ESEIPP – cristinamaia@ese.ipp.pt.

compreender a existência do *Outro*, ajudando a formar a identidade pessoal de cada indivíduo<sup>1</sup>.

Continuamos a enfrentar a necessidade de estimular uma sociedade de base democrática, que garanta a perspectiva multicultural, colhendo a experiência do passado para a ajudar a enfrentar possíveis problemas e até alguns perigos que estão relacionados com a influência de representações no desenvolvimento de valores e de atitudes. Em história da educação, a análise comparativa das representações de «Os Outros» também colhe entendimento na conceção de multiperspetividade, conceito que alcançou preponderância no ensino da História a partir dos anos de 1990, tendo-se tornado numa das principais competências de desenvolvimento do conhecimento histórico.

Este estudo pretende ser mais um contributo nesse sentido, centrando o seu olhar sobre a representação de «Os Outros» e do «Nós» nas três grandes áreas geográficas da Europa, visível na forma como foi valorizada, omitida, distorcida ou «corrompida» a mensagem em torno do conteúdo programático Guerra Fria, no antes e no depois da queda do muro de Berlim. A análise de diferentes perspetivas traz, conseqüentemente, a indagação do que se trata a representação de «Os Outros» e a do «Nós». Aqui encontramos perspetivas onde se entrelaçam análises de conteúdo dos Manuais Escolares que podemos considerar simultaneamente exógenas («Os Outros») e endógenas («Nós»). Nessa medida, todos os Manuais Escolares de cada país transportam estas duas dimensões pela forma como selecionam e retratam a realidade histórica e, assim, fomentam a educação histórica. Através da análise de conteúdo dos Manuais de História descobrimos a imagem de «Os Outros» em cada uma das áreas geográficas da Europa, revelando como tenderam a retratar a Guerra Fria, a partir das suas próprias representações culturais, históricas e geopolíticas.

O nosso estudo revela como o Manual Escolar pode tornar-se num instrumento de dominação cultural e objeto de uma política educativa. Pelas investigações que se têm desenvolvido na área dos Manuais Escolares, tem-se vindo a comprovar o quanto o Manual Escolar pode ser um veículo ideológico e cultural. Apple e Christian-Smith<sup>2</sup> chegam mesmo a afirmar que os Manuais participam na construção de ideologias e ontologias, uma vez que o currículo escolar não é neutral, pois este debate-se por legitimar um conhecimento que resulta de uma complexa rede de relações de poder e que luta com aspetos como a classe, a raça, o género e os grupos religiosos. Também Mikk, na introdução do seu estudo, apresenta uma rubrica que designa de «Textbooks: future of a nation», o que revela bem a importância que o autor atribui aos Manuais. Este autor<sup>3</sup> afirma o seguinte:

*Students have been acquiring knowledge, attitudes and developing a value system from textbooks. [...] Good textbooks are a bonanza for any nation.*

---

<sup>1</sup> RAUDSEPP & HIIEMA, 2013.

<sup>2</sup> APPLE & CHRISTIAN-SMITH, 1991.

<sup>3</sup> MIKK, 2000: 15.

Nos Manuais podemos encontrar referências explícitas ou implícitas a um grande conjunto de padrões de atitudes que se pretendem inculcar nos jovens, ou seja, estes não apresentam apenas factos, mas também divulgam ideologias, muitas vezes sendo veículos de transmissão de regimes políticos e conseguindo mesmo legitimá-los quando os trata e os fundamenta no Manual.

A UNESCO adotou a seguinte afirmação de Apple e Christian-Smith<sup>4</sup> sobre os Manuais Escolares, no seu «Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision»:

*Textbooks are one of the most important educational inputs: texts reflect basic ideas about a national culture, and [...] are often a flashpoint of cultural struggle and controversy.*

O estudo apoiou-se num conjunto de pressupostos teóricos que passam por traçar o caminho entre a natureza da Ciência Histórica e a sua repercussão no ensino da História; o processo de formação da consciência histórica<sup>5</sup>; a importância da História na formação do indivíduo<sup>6</sup>; algumas notas sobre o percurso epistemológico do conhecimento histórico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX<sup>7</sup>, e sua consequente influência na didática da História<sup>8</sup>; seguindo-se, finalmente, algumas considerações sobre os estudos mais recentes acerca da Guerra Fria e suas repercussões sob o ponto de vista da construção dos Manuais<sup>9</sup>. Também desenvolvemos o estado da arte da investigação em Manuais Escolares<sup>10</sup>.

## II. GUERRA FRIA E MANUAIS ESCOLARES

### 1. DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO E ASPETOS METODOLÓGICOS

O nosso estudo analisa de que forma os Manuais Escolares de História de diversos países da Europa das décadas de 1980 e 1990, correspondentes ao 3.º ciclo do Ensino Básico português, ensinam o tema da Guerra Fria, incorporando também os aspetos mais teóricos que os documentos oficiais expressam nos Programas Escolares e/ou Orientações Curriculares de História, igualmente correspondentes ao Ensino Básico português, sempre que foi possível recolhê-los. Trata-se de estabelecer a dialética entre o Programa Escolar e a sua interpretação nos Manuais Escolares e com isto desenvolver uma revisão crítica sobre as representações da Guerra Fria em três áreas da Europa – Europa Ocidental, Europa do Norte e Europa de Leste.

<sup>4</sup> APPLE & CHRISTIAN-SMITH, 1991, cit. em PINGEL, 1999: 5.

<sup>5</sup> RÜSEN, 2001, cit. em GAGO, 2007; LOWENTHAL, 2000, cit. em GAGO, 2007.

<sup>6</sup> BLOCH, s.d.; MONIOT, 1993; LAUTIER, 1997; ALVES, 2002; MAGALHÃES, 2002.

<sup>7</sup> CAIRE-JABINET, 2008; DAGORN, 2008; GRATALOUP, 2008.

<sup>8</sup> LAUTIER, 1997; MAGALHÃES, 2002; MONIOT, 1993; BARCA, 2001; MATTOZI, 1998; PAIS, 1999.

<sup>9</sup> SOUTOU, 2001; FONTAINE, 2004.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, 2007; CHOPPIN, 1999; APPLE & CHRISTIAN-SMITH, 1991; CABRAL, 2005; GÉRARD & ROEGIERS, 1998; CARVALHO & FADIGAS, 2007; MIKK, 2000; MONIOT, 1993; VIAL & MIALARET, 1987; PINGEL, 1999; WEINBRENNER, 1992; NICHOLLS, 2006; PINTASSILGO, *et al.*, 2007.

Outros critérios na seleção do *corpus*, ainda, foram as diversidades geográficas e políticas com a intenção de obter respostas em torno da alteridade: será que a Europa teve diferentes olhares sobre a Guerra Fria? A delimitação temporal do estudo situa-se entre o período final da Guerra Fria (década de 1980) e o pós-Guerra Fria (década de 1990), justificando-se pela pertinência do próprio tema e por, potencialmente, poderem oferecer perspectivas distintas. Ainda tivemos em consideração outro critério que foi o volume de informação sobre o tratamento da Guerra Fria nos Manuais Escolares, de forma a inferir se o tratamento deste conteúdo é muito diverso, permitindo fornecer maior consistência ao objeto de estudo. Finalmente, a questão da diversidade editorial também foi tida em conta.

Desenvolvemos uma linha de investigação essencialmente qualitativa, através da análise de conteúdo das fontes mencionadas. Apresentamos, então, duas categorias para a análise de conteúdo dos Manuais, distribuídas por dois níveis de análise – nível interpretativo e nível reflexivo. Estes níveis de análise tiveram inspiração em Cabral<sup>11</sup>, mas foram igualmente criados com base numa fundamentação teórica de autores como Weinbrenner (1992), Pingel (1999), Choppin (1992) e Hummel (cit. em SANTO, 2006). Apresentamos, de seguida, um quadro com a organização das nossas categorias de análise do Manual.

**Quadro 1:** Categorias de Análise do Manual Escolar

CATEGORIAS DE ANÁLISE DO MANUAL ESCOLAR		
Tipos de Análise	Nível Interpretativo	<p>1. A Guerra Fria no Manual Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Número de páginas do conteúdo Guerra Fria e percentagem no total do número de páginas do Manual</li> <li>– Aspetos essenciais/principais ideias veiculadas no texto informativo sobre a Guerra Fria</li> <li>– Conceitos</li> <li>– Citações</li> <li>– Qualidade dos documentos sobre a Guerra Fria enquanto recurso</li> <li>– Tipo de documentos para o estudo da Guerra Fria</li> <li>– Classificação dos documentos escritos</li> <li>– Tipo de propostas de experiências de aprendizagem para o estudo da Guerra Fria</li> </ul>
	Nível Reflexivo	<p>2. Aspetos que chamaram mais a atenção na análise do tema Guerra Fria</p>

Para procedermos à análise dos Programas Escolares também foram definidas três categorias: finalidades/objetivos do ensino da História, componentes do Programa Escolar e rubricas do Programa relacionadas com a Guerra Fria.

<sup>11</sup> CABRAL, 2005: 83.



## 2. AS FONTES

As fontes foram recolhidas no Georg Eckert Institut. Foram analisados 62 Manuais distribuídos por três áreas geográficas da Europa e por 17 países: 9 países da Europa Ocidental, 2 países da Europa do Norte e 6 países da Europa de Leste. Foram analisados 3 Manuais do Chipre, da Turquia e da Grécia, que não abordavam a Guerra Fria para este nível de escolaridade, o que impossibilita a sua inclusão na nossa análise. Esta ausência é reveladora das diferenças na valorização do tema Guerra Fria.

Apresentamos, de seguida, um quadro com a distribuição geográfica dos Manuais e as respetivas quantidades recolhidas para cada uma das décadas de 1980 e de 1990.

**Quadro 2:** Distribuição Geográfica e quantidade de Manuais Escolares

PAÍSES	QUANTIDADE DE MANUAIS ESCOLARES		
	ANOS DE 1980	ANOS DE 1990	
EUROPA OCIDENTAL	França	5	3
	Portugal	3	3
	Espanha	4	3
	Inglaterra	2	2
	Itália	2	2
	Suíça	1	2
	Holanda	2	2
	RFA	1	–
	Alemanha	–	3
EUROPA DO NORTE	Suécia	2	2
	Finlândia	2	2
EUROPA DO LESTE	URSS	1	–
	Rússia	–	1
	RDA	1	–
	Hungria	1	3
	Polónia	1	3
	Roménia	1	2
<b>Totais</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>33</b>

A identificação e a seleção das fontes, segundo os critérios do nível de escolaridade correspondente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico português, obrigou-nos a conhecer os organigramas dos sistemas educativos dos vários países selecionados para o estudo. Para além da consulta destes nos manuais da *Eurydice*, que compilam a organização dos sistemas educativos europeus que foram elaborados pela *Eurydice*, também foi muito útil a análise dos organigramas destes sistemas educativos elaborados pelo Georg Eckert Institut, sempre presentes no momento da seleção e recolha das fontes, uma vez que se encontram afixados nos escaparates das prateleiras desta biblioteca.

Relativamente aos Programas Escolares, foram analisados 17 de 9 países, 11 dos quais da Europa Ocidental, 2 da Europa do Norte e 4 da Europa de Leste. O quadro seguinte resume a distribuição geográfica das nossas fontes programáticas e sua quantidade.

**Quadro 3:** Distribuição Geográfica e quantidade de Programas Escolares

		QUANTIDADE DE PROGRAMAS ESCOLARES	
		DÉCADA DE 1980	DÉCADA DE 1990
EUROPA OCIDENTAL	Portugal	1	1
	Espanha	2	2
	França	–	1
	Inglaterra	–	2
	Itália	1	–
EUROPA DO NORTE	Alemanha	–	1
	Suécia	1	1
EUROPA DO LESTE	RDA	3	–
	Roménia	–	1
Totais		<b>9</b>	<b>9</b>

### 3. O ENSINO DA GUERRA FRIA NA EUROPA

Começamos por constatar a importância do conteúdo da Guerra Fria nos Manuais dos países em análise, não só pela quantificação do número de páginas dedicadas ao tema, mas também pela seleção de documentos iconográficos, constituindo mesmo um dos temas de preferência na seleção de imagens para a capa de Manuais da década de 1990. Por exemplo, 2 franceses, ambos de 1999, 1 alemão de 1991, 1 finlandês de 1999, 1 sueco de 1996 e 1 húngaro de 1992<sup>12</sup> apresentam as suas capas com imagens da queda do muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria.

É conveniente começar por apresentar as primeiras impressões indutivas do estudo. De todos os Manuais analisados, o Manual único da República Democrática Alemã e os da Alemanha foram os que exigiram mais horas de trabalho, pela quantidade de texto informativo, bem como pelas suas propostas de experiências de aprendizagem e pelos seus documentos. Para a Europa Ocidental, os Manuais que requereram mais tempo de análise foram os da França, de Portugal, da Espanha e da Inglaterra. Relativamente aos países do Norte da Europa, o texto informativo e os documentos encontram-se apresentados de forma sintética. Finalmente, para os restantes países da Europa de Leste, com exceção da RDA, há uma considerável diferença entre um maior volume de informação nos Manuais da década de 1980 comparativamente com a década de 1990, sendo que

<sup>12</sup> MARSEILLE & SCHEIBLING, *dir.*, 1999; IVERNEL, *dir.*, 1999; HOFFMANN & HUG, 1991; EKOMNEM, *et al.*, 1999; ALMGREN, *et al.*, 1996; PÁL, 1992.

estes últimos apresentam os conteúdos organizados numa linha de essencialidade. Também é muito curioso salientar que há uma evolução qualitativa muito acentuada entre os Manuais dos anos de 1980 e os dos anos de 1990 para esta área geográfica, sobretudo ao nível da seleção de fontes e das propostas de exploração das mesmas.

Sem dúvida que podemos afirmar que a Europa se configura em três diferentes áreas em termos de abordagem ao conteúdo da Guerra Fria: uma Europa Ocidental preocupada com uma visão mais mundializante da Guerra Fria; uma Europa do Norte que também desenvolve o conteúdo não apenas centrado na divisão da Europa, mas atribui-lhe um tratamento superficial, simples e até neutro; uma Europa de Leste que se distingue muito nas suas intenções de abordagem do período da Guerra Fria entre as décadas de 1980 e a de 1990, sendo que, por um lado, para a primeira década normalmente não há uma alusão direta à Guerra Fria, mas ao contexto político-militar e económico-social que se vivia nos países do Leste europeu do pós-II Guerra Mundial e, portanto, uma visão fortemente socialista do mundo que se encontrava sob a hegemonia soviética e, por outro lado, para a década de 1990, uma aproximação do desenvolvimento que os países da Europa Ocidental também faziam, ou seja, também recorrendo a uma linha de desenvolvimento de conteúdos de carácter essencialista, mas com uma perspetiva mais abrangente sobre a problemática da Guerra Fria que tinha como pano de fundo o Mundo e não apenas a Europa.

### 3.1. Programas Escolares e Guerra Fria

Ao proceder à análise da consonância ou do distanciamento dos Programas com os Manuais, pretendeu-se aferir o quanto o Manual é «mais que um meio de aculturação por uma via simétrica, é fator de afirmação e de dominação cultural»<sup>13/14</sup>.

De uma forma geral, o confronto entre Manuais e Programas/Orientações curriculares permite-nos afirmar que há uma articulação entre a forma como os Manuais Escolares desenvolvem o conteúdo da Guerra Fria e as orientações previstas nos Programas, tendo identificado, por vezes, alguma margem de interpretação do autor em relação ao Programa, sobretudo presente no caso português e francês. A título de exemplo, os Manuais franceses da década de 1990 desenvolvem a Guerra Fria não numa perspetiva de sequência cronológica dos acontecimentos, mas sobretudo uma análise interpretativa da causalidade múltipla da Guerra Fria. Ora, se por um lado, este tipo de abordagem da Guerra Fria coincide com o tipo de recomendações do Programa francês de 1997<sup>15</sup>, por outro lado, verificamos que as opções de desenvolvimento do conteúdo indiciam a capacidade de interpretação do autor do Manual em relação ao Programa, pois uns Manuais incidem mais no tratamento de realidades históricas ligadas à Guerra Fria como a guerra da Coreia, a do Vietname ou a crise de Cuba, outros retratam mais a situação do Médio

<sup>13</sup> Ora em diante, todas as citações apresentadas foram objeto de tradução para a língua inglesa.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, 1999: 280-281.

<sup>15</sup> (1997) – *Enseigner au Collège. Histoire-Géographie. Éducation Civique. Programmes et Accompagnement*. Paris: Centre National de Documentation Pédagogique, Ministère de l'Éducation Nationale, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche, Direction de l'Enseignement Scolaire.

Oriente e da América Latina. Igualmente, há diferenças entre os Manuais no aprofundamento do conteúdo da Guerra Fria. Estes aspetos revelam que há representações diferenciadas dos autores dos Manuais quanto ao destaque que determinados assuntos devem ter no ensino da Guerra Fria.

Nos Programas, apenas os países da Europa Ocidental, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra, prescrevem o conteúdo da Guerra Fria, embora a Inglaterra o faça, mas com menos incidência, uma vez que a partir de 1999<sup>16</sup> oferece a possibilidade de opção de tratamento deste conteúdo no conjunto dos conteúdos sobre a história do mundo contemporâneo, destacando, contudo, o tema da Guerra Fria como sendo um dos mais importantes.

Relativamente aos assuntos sobre a Guerra Fria delineados nos Programas da Europa Ocidental, estes recaem sobretudo numa apresentação de duas tendências hegemónicas no Mundo com a formação de dois blocos militares (OTAN e Pacto de Varsóvia); a divisão da Europa; os principais conflitos internacionais relacionados com a Guerra Fria; a evolução económica e política dos dois blocos em confronto; o processo de descolonização da Ásia e de África; a coexistência pacífica e o progressivo desanuviamiento a partir da década de 1970 com a Conferência de Helsínquia.

Do conjunto dos Programas analisados da Europa de Leste, a Roménia foi o único a contemplar, no seu Programa de 1999<sup>17</sup>, o conteúdo da Guerra Fria, embora dando sobretudo destaque ao contraste entre o Mundo capitalista e o Mundo socialista, onde apresenta a divisão da Europa, mas sem aprofundamento a nível mundial. Por exemplo, as orientações curriculares da RDA de 1970<sup>18</sup>, de 1988<sup>19</sup> e de 1989<sup>20</sup> não apresentam a Guerra Fria como conteúdo programático, pois não há uma utilização da expressão «Guerra Fria»; no entanto, este período cronológico é objeto de tratamento. Neste Programa encontra-se de forma clara a pretensão de aquisição de conhecimentos sobre a luta do povo alemão desde a Revolução de Novembro até ao final da 2.ª Guerra Mundial e sobre as tradições revolucionárias neste período. No Programa de 1988, os conteúdos giram em torno da Alemanha; do socialismo na Alemanha como forma de salvação e de liberdade dos Alemães e o seu contributo na expansão a nível mundial. Senão, vejamos a título de exemplo, a seguinte afirmação do Programa de 1988<sup>21/22</sup>:

*Adquirem conhecimentos sobre o conteúdo e objetivos da política das potências imperialistas e sobre a Guerra Fria e tomam consciência do perigo que esta política significa para a paz.*

**16** (1999) – *The National Curriculum, Handbook for primary teachers in England*, Key Stages 1 and 2. Londres: Department for Education and Employment, Qualifications and Curriculum Authority, HMSO.

**17** (1999) – *Curriculum National. Programe Scolare Pentru Clasele a V-a – a VIII-a, Aria Curriculara Om si Societate*, Bucureste, Ministerul Educatiei Nationale, Consiliul National pentru Curriculum.

**18** (1970) – *Der Lehrplan Geschichte, Klasse 9*. RDA.

**19** (1988) – *Lerplan Geschichte, Klassen 5 bis 10*. Berlin: Ministerrat der Deutschen Demokratischen Republik Ministerium für Volksbildung, Volk und Wissen.

**20** KRAUSE, et al. (1989) – *Erläuterung des Lerplanes Geschichte*. Berlin: Akademie der Pädagogischen Wissenschaften der Deutschen Demokratischen Republik, Volk und Wissen, Volkseigener Verlag.

**21** Daqui em diante, optámos por traduzir todas as citações de Programas Escolares e Manuais, exceto os que se encontravam em língua inglesa, francesa e espanhola.

**22** (1988) – *Lerplanes Geschichte*. Berlin: Ministerrat der Deutschen Demokratischen Republik Ministerium für Volksbildung, Volk und Wissen, p. 79.

Nas orientações curriculares de 1989 são salientados três aspetos essenciais no ensino da História para este período: a brutalidade do poder do Fascismo na Alemanha; o reforço da luta do KPD e a abordagem global dos comunistas, sociais-democratas, cristãos e de outras forças na resistência antifascista; a luta da URSS para evitar uma nova guerra mundial e para a manutenção da paz. Já o Programa de 1970, que vigorou até 1988, havia estabelecido, como aspetos nucleares da aprendizagem, o estudo da passagem do capitalismo para o socialismo. Também ambas as orientações curriculares de 1988 e de 1989 da RDA consideram que o envolvimento emocional dos alunos com os conhecimentos adquiridos é uma das estratégias fundamentais, sobretudo o envolvimento emocional com a RDA. Este aspeto é de tal forma relevante no ensino da História que o Programa de 1989<sup>23</sup> apresenta as seguintes orientações metodológico-didáticas:

*... aulas concretas, vibrantes, intensas em termos de formação de imagens conceptuais. A disciplina de História deve ser contada de forma gráfica e a produzir um efeito emocional.*

Nas orientações curriculares de 1988 da RDA é mesmo afirmado que deve ser desenvolvido no aluno um sentimento de orgulho, de confiança no SED e de simpatia pela URSS, bem como um reconhecimento da enfermidade e dos atos criminosos do Imperialismo. O professor deve fazer valer a sua palavra e a sua visão sobre os temas, aplicando mesmo uma linguagem gestual e corporal, para que os alunos lhes atribuam o significado pretendido. Com tudo isto, o aluno será capaz de formar uma posição político-ideológica orientada.

Finalmente, para a Europa do Norte apenas tivemos possibilidade de analisar o caso da Suécia, que nada contempla sobre a Guerra Fria nos seus Programas.

Para além da variação da importância do conteúdo da Guerra Fria no conjunto dos conteúdos programáticos dos vários países analisados, verifica-se também que este apresenta um grau de aprofundamento maior nos Programas da década de 1980 do que nos de 1990. Pelo contrário, dos Programas analisados para a Europa de Leste, da RDA e da Roménia, o primeiro caso para a década de 1980 e o segundo caso para a década de 1990, verifica-se que nos anos de 1980 não há alusão específica ao tema da Guerra Fria nos Programas, mas sim um girar em torno do socialismo; e já nos anos de 1990 há uma concretização do tema Guerra Fria como conteúdo programático para a Roménia.

### 3.2. As representações da Guerra Fria nos Manuais Escolares

Encontramo-nos no momento de verificarmos como os Manuais «assinalam determinados conhecimentos e ignoram ou silenciam outros», nas palavras de Magalhães<sup>24</sup>, e que continua, afirmando que «o livro escolar não apenas contém um critério de verdade como ele próprio representa e é interpretado como sendo a verdade». Trata-se de olhar o manual numa perspetiva cultural.

<sup>23</sup> KRAUSE, *et al.*, 1989: 13.

<sup>24</sup> MAGALHÃES, 1999: 283.

Wirth<sup>25</sup> aponta o período da história contemporânea e o campo da história política como sendo o mais suscetível de abuso para a sua distorção no ensino, explicando este facto da seguinte forma:

*The temptation to censor or distort is particularly strong in that the events are recent and still have some currency. This applies to undemocratic countries, but also to democratic ones. [...] The history of the present, where eye-witnesses to the events are still alive, is for that very reason a sensitive matter. There may be contradictory memories and it may be difficult to face up to history calmly and collectedly. [...] All fields of history run the risk of abuse. Political history is, naturally, the main area affected [...].*

Será que a Guerra Fria é um conteúdo que oferece alteridade nos Manuais Escolares? Houve tratamentos abusivos deste conteúdo? Para chegarmos a conclusões, traçamos os seguintes critérios de análise de conteúdo do texto informativo e das fontes sobre a Guerra Fria no Manual Escolar:

- a questão da imparcialidade do autor face ao conflito Este-Oeste;
- a emissão de opinião pessoal do autor do Manual em relação à Guerra Fria que revela tendenciosidade do autor e, portanto, um posicionamento na defesa de um dos blocos da Guerra Fria;
- a intenção de desenvolvimento da multiperspetiva em História pela apresentação das posições ideológicas de cada um dos blocos;
- as características do texto informativo de acordo com diferentes tipos de texto – textos narrativos; textos descritivos; textos argumentativos; e textos explicativos.

Vamos, então, de seguida, lançar o nosso olhar sobre a realidade de ensino acerca do tema da Guerra Fria, de acordo com as três áreas geográficas que temos vindo a trabalhar – Europa Ocidental, Europa do Norte e Europa do Leste.

### Europa de leste

Começamos por afirmar a nossa concordância com a afirmação de Foster e Crawford<sup>26</sup>: «Nations rarely tell “the truth” about themselves», confirmada na nossa investigação. Esta afirmação tem contudo um peso maior para os países de regime totalitário da década de 1980, ou seja, para toda a área geográfica da Europa de Leste.

O Manual da República Democrática Alemã<sup>27</sup>, que é Manual único, tem sobretudo a preocupação de salientar as ideias veiculadas pelo regime político do seu país. Descreve os acontecimentos sempre numa perspetiva de defesa deste modelo político, veiculando sempre a ideia de luta contra o fascismo. A linguagem e a forma literária com que o autor escreve tende a ser parcial, utilizando frequentemente a adjectivação, apelando à comoção e à empatia com as ideias que se pretendem veicular. Parece haver toda uma intenção de influenciar

---

<sup>25</sup> WIRTH, 2000: 48.

<sup>26</sup> FOSTER & CRAWFORD, 1988: 6.

<sup>27</sup> BLEYER, *et al.*, 1988.

pensamentos, ideias e condutas, demarcando sempre a ideologia imposta: antifascista, anti-imperialista, anticapitalista, em prol dos trabalhadores... Apresenta mesmo um conjunto de termos constituídos por expressões marcadamente anticapitalistas que nunca apareceram em qualquer outro Manual de outros países europeus, tais como «adversário monopolista-capitalista» e «política de ocupação imperialista». A URSS surge como sendo a grande libertadora do Mundo em relação ao fascismo, sendo a maioria dos documentos escritos testemunho da «proeza» da ajuda soviética. A perspetiva que o Manual apresenta sobre o Mundo Ocidental, principalmente em relação aos EUA, é muito negativa, apresentando-os como os grandes «culpados» e o Mundo socialista o verdadeiro libertador.

Por um lado, temos Manuais como o da Polónia de 1984<sup>28</sup>, que apesar de não fazer uma abordagem direta à Guerra Fria, não deixa de aludir a alguns dos seus principais acontecimentos, embora sobretudo centrando o ensino na evolução do Mundo socialista e da situação interna deste país, procurando vincar a importância do socialismo no Mundo. Porém, fá-lo sem a viva expressão de ataque ao mundo ocidental, ou seja, aplica uma linguagem discreta e sem um claro posicionamento de tom mais pessoal. Por outro lado, a Hungria aplica uma linguagem tendenciosa de defesa exclusiva do ideal socialista e de ataque à ordem capitalista, no Manual de 1984<sup>29</sup>, salientando a vitória das democracias populares como forma de proteção contra a «velha ordem», o capitalismo, com alusão aos anos da Guerra Fria. Também o Manual romeno de 1980<sup>30</sup> utiliza uma linguagem adjetivada, apresentando afirmações numa clara posição contrária ao sistema capitalista, sobretudo encabeçada numa crítica aos EUA e uma contínua apologia ao sistema socialista. Vejam-se as seguintes afirmações (p. 168):

*Nos países ocupados pela Alemanha hitleriana, tal como nos países aliados desta, as classes reacionárias da alta burguesia e dos proprietários apoiaram os fascistas traindo, assim, a causa da independência nacional e o interesse das populações.*

O endoutrinamento está bem presente em todo o texto informativo do Manual, nunca aludindo aos conflitos internacionais que se desenvolveram no período da Guerra Fria como tensões que revelavam ideologias opostas entre as duas principais potências, mas tão simplesmente uma atitude de ajuda dos países socialistas para com os países que estavam a viver um palco de guerra, motivada pela intervenção americana imperialista.

Também para o caso da URSS, constatamos a veracidade das afirmações de um estudo de Husband<sup>31</sup> sobre os Manuais Escolares da URSS entre 1985 e 1989, em que menciona que, apesar de se enquadrarem no período de abertura da Perestroika e do Glasnost, ainda não se faziam sentir as novas orientações curriculares e alterações significativas nos Manuais:

<sup>28</sup> SZCZESNIAK, 1984.

<sup>29</sup> BÍRÓ, 1984.

<sup>30</sup> ALMAS, *et al.*, 1980: 168.

<sup>31</sup> HUSBAND, 1991: 463; 464.



*The policy of Glasnost nevertheless did not lead to dramatic developments in the fields of history and history education before 1987. [...] Moreover, Glasnost caught professional historians unprepared.*

Desta forma, concluímos que a História que se ensinou sobre a Guerra Fria na Europa de Leste, durante a década de 1980, foi parcial e até distorcida, por vezes, até ficcional, sendo escrita no Manual a partir de uma seleção cultural, ideológica e política. Este aspeto é de tal forma visível que podemos afirmar que a disciplina de História foi utilizada nestes países para promover ideologias específicas e ideias políticas.

Contudo, produziram-se profundas alterações nos Manuais da Europa de Leste a partir dos anos de 1990. Por exemplo, no caso da Polónia, os Manuais passam a desenvolver questões que até aqui nunca o tinham feito, como, por exemplo, a alusão a medidas para a procura do desanuviamento entre os EUA e a URSS, com a Conferência de Helsínquia, ou a referência à crise dos mísseis, como é o caso do Manual de 1997<sup>32</sup>. Verifica-se que houve um alargamento do desenvolvimento de conteúdos ligados mais diretamente à Guerra Fria, com uma clara alusão aos fatores que prepararam a divisão do mundo em dois blocos, ou seja, aos planos económicos e às alianças militares. Contudo, os conteúdos continuam muito ligados à história nacional com a sua integração na história europeia e mundial, mas de forma muito superficial. No caso da Hungria, começamos pelo Manual de 1990<sup>33</sup>, muito sintético, em que praticamente indicava apenas os principais acontecimentos da Guerra Fria, para progredir para um maior desenvolvimento do conteúdo no Manual de 1992<sup>34</sup>, constatando mesmo um acentuar da imparcialidade dos autores à medida que avançamos na década de 1990, por exemplo no Manual de 1998<sup>35</sup>, em que o autor faz a descrição dos acontecimentos, sem apresentar o seu ponto de vista sobre os assuntos. Também os Manuais romenos da década de 1990 apresentam uma estrutura didática e concetual completamente diferente do Manual de 1980, abordando a problemática da Guerra Fria na mesma perspetiva que os Manuais da área ocidental da Europa, aplicando uma linguagem imparcial, apenas de relato dos acontecimentos que se desenvolveram no período do pós-guerra que conduziram a um «sistema bipolar», expressão aplicada no Manual de 1999<sup>36</sup>. Não há qualquer tentativa de endoutrinamento político contrariamente ao Manual de 1980, que procurava a toda a força demonstrar as virtudes do socialismo como o único regime democrático.

De facto, encontramos espelhada, nos Manuais da Europa de Leste, a grande mudança produzida a partir de Revolução de 1989, com uma alteração total na representação da Guerra Fria ou do período em que se insere a Guerra Fria, aspeto que condiz com os desenvolvimentos produzidos nos primeiros anos do pós-Guerra Fria nos países da Europa de Leste, por exemplo, como é o caso do território da ex-República Democrá-

---

<sup>32</sup> SZCZESNIAK, 1997.

<sup>33</sup> MÁTYÁS, 1990.

<sup>34</sup> PÁL, 1992.

<sup>35</sup> MÁTYÁS, 1998.

<sup>36</sup> OANE & OCHESCU, 1999.

tica Alemã, que encontramos bem retratado no relato de Zückert<sup>37</sup>, a propósito dos desenvolvimentos que se tiveram de produzir neste território após a unificação alemã:

*[...] – The aim will be to reach a balance between world, national and regional history; political, economic and cultural history should go together.*

*– No taboo should be left; areas ignored in previous history teaching should now be covered.*

*What matters is to give a pluralistic view of history, safeguarding freedom of teaching and avoiding imposed indoctrination.*

Ora, por um lado, os aspetos que acabamos de citar de Zückert (1992), que necessitavam de alteração, encontram-se de forma bem clara nos Manuais da Europa de Leste da década de 1980 e, por outro lado, as mudanças que se pretenderam introduzir com o fim da Guerra Fria, aqui transcritas, são bem visíveis nos Manuais da Europa de Leste da década de 1990.

### Europa Ocidental

A manipulação da história da Guerra Fria não se confina aos países da Europa de Leste, de feições totalitárias. Embora numa escala muito menor do que na Europa de Leste dos anos de 1980, a Europa Ocidental, de cultura democrática, selecionou e estruturou o conteúdo da Guerra Fria à volta de determinados objetivos de natureza cultural, socioeconómica e ideológica, numa tentativa de defesa de princípios capitalistas. Mas sem dúvida que a imparcialidade e até a multiperspetiva esteve bem mais presente nos Manuais. Por exemplo, constatamos isso nos Manuais franceses de 1980<sup>38</sup> e de 1984<sup>39</sup>, através das seguintes citações que expõem os acontecimentos de cada bloco:

*Toute tentative neutraliste est suspecte; aux excès «staliniens» dans le monde communiste correspond la «chasse aux sorcières» chez les Américains.*

*Les États-Unis craignent l'expansion communiste et se proclament les défenseurs de la liberté. L'URSS redoute l'encerclement par les pays capitalistes et combat le capitalisme.*

O mesmo ocorre em Manuais portugueses. A comprová-lo, transcrevemos algumas afirmações dos Manuais de 1989<sup>40</sup> e de 1996<sup>41</sup>:

*De facto, em nome da defesa do capitalismo e do comunismo, os dois «grandes» opõem-se com tal violência, que cavam uma profunda divisão entre o Ocidente e o Leste da Europa.*

*Os EUA denunciavam o expansionismo soviético como uma ameaça para o «mundo livre». A URSS, por sua vez, considerava-se cercada pelo imperialismo dos Estados Unidos, que punha em perigo a sobrevivência e o alastramento da revolução comunista.*

<sup>37</sup> ZÜCKERT, 1992: 131.

<sup>38</sup> BRIGNON, *et al.*, 1980: 147.

<sup>39</sup> FOURNIER, *et al.*, 1984: 118.

<sup>40</sup> BARREIRA & MOREIRA, *et al.*, 1989: 123.

<sup>41</sup> DINIZ, *et al.*, 1996: 168.

Para o caso da Espanha, verifica-se que os autores não apresentam uma perspetiva de favorecimento da facção americana quando estão a desenvolver os conteúdos. Por exemplo, chegam mesmo a fazer afirmações como a seguinte nos Manuais de 1986<sup>42</sup> e de 1989<sup>43</sup>:

*En el período comprendido entre febrero y junio de 1948, los ocupantes americanos, secundados por los británicos y los franceses, decidieron organizar la parte de Alemania que quedaba bajo su control militar sin consultar para nada a los rusos.*

Os Manuais ingleses são caracterizados pela descrição e pela narração pormenorizada dos acontecimentos, inserindo fontes escritas como fundamentações para a narração que se está a desenvolver, facto este inédito na construção dos textos informativos dos Manuais de outros países. Na maioria dos Manuais, nos autores não há total imparcialidade sobre este processo histórico, exceto no Manual de 1987<sup>44</sup>. Por exemplo, no Manual de 1989<sup>45</sup>, este aspeto é muito visível, até mesmo pela utilização de pontos de exclamação em determinadas afirmações do autor, que sugerem alguma ironia ou até sarcasmo. Senão, vejamos algumas dessas afirmações:

*The Russians were suspicious, even afraid, of this new relationship between China and the USA. It made them even keener to reach an arms agreement with the US government. (This was probably one reason why the Americans became more friendly with China in the first place!)*

Os Manuais italianos abordam os lados mais negativos de cada uma das facções intervenientes na Guerra Fria, falando na «psicose anticomunista» dos EUA com a caça às bruxas e, para o bloco soviético, na repressão às dissidências soviéticas. Atendamos ao Manual de 1982<sup>46</sup>:

*Da colaboração efetiva das duas superpotências podiam derivar resultados grandiosos, suficientes para resgatar o mundo inteiro da miséria e da fome: se pensarmos apenas no imenso capital que poderia ter sido empregue no investimento produtivo, em vez de no armamento sempre mais terrificante. Mas na realidade a coexistência pacífica foi determinada não tanto pela vontade de unir os recursos técnico-científicos das duas superpotências para colocar ao serviço da humanidade, mas para estabelecer um «equilíbrio pelo terror».*

Os Manuais holandeses também procuram apresentar as perspetivas de cada uma das facções, neles encontrando um apelo ao desenvolvimento de uma consciência histórica crítica com base num trabalho da multiperspetiva em História. Por exemplo, o Manual de 1994<sup>47</sup> dedica páginas à «Imagem do inimigo na Guerra Fria» com «visão da União Soviética»

---

<sup>42</sup> FERNÁNDEZ, A., *et al.*, 1986.

<sup>43</sup> FERNÁNDEZ, A., *et al.*, 1989: 229.

<sup>44</sup> MILLS, 1987.

<sup>45</sup> SCOTT-BAUMANN, *et al.*, 1989: 165.

<sup>46</sup> CAMERA, A., 1982: 337.

<sup>47</sup> DALHUISEN, *et al.*, 1994: 35; 39.

tica» e outras páginas com diferentes opiniões do Mundo Ocidental sobre a Guerra Fria. Também no Manual de 1986<sup>48</sup>, o autor selecionou um conjunto de fontes iconográficas, caricaturas, BDs e notícias de jornais russos, que satirizam o Ocidente neste contexto de Guerra Fria, assumindo no texto informativo, que nem por isso significava que pretendesse apresentar uma representação marxista-leninista da História, mas tão simplesmente a intenção de possibilitar uma visão multiperspetiva da realidade histórica.

Por sua vez, igualmente os Manuais suíços caracterizam-se por uma representação isenta dos acontecimentos e processos históricos da Guerra Fria, não privilegiando uma perspetiva americanista, chegando mesmo a afirmar num Manual de 1994<sup>49</sup>:

*Objetivos dos EUA: Um mundo em paz dentro do modelo americano. Em vez de «um mundo», dois blocos inimigos – assim começou a política americana de «contenção do perigo comunista».*

Na República Federal Alemã não parece haver uma tendência de qualquer endoutrinação, embora haja uma propensão para o estabelecimento de comparações entre a perspetiva Ocidental/Oriental, RFA/RDA e alguma intenção para o desenvolvimento de narrativas históricas críticas, que procuravam exercitar sobretudo a reflexão. A título de exemplo, transcrevemos do Manual de 1985<sup>50</sup>:

*Com isto, surgiu a primeira diferença oficial no tratamento das zonas; os soviéticos começaram a apelar para os seus privilégios com a transformação da sua zona, que, para além de se tornar economicamente mais forte do que as zonas ocidentais, adicionalmente se tornou uma democracia popular de base comunista.*

Na Alemanha dos anos de 1990, verificou-se uma preocupação em apresentar as representações e as posições assumidas por cada um dos blocos, sem preferência de salvaguardar uma perspetiva mais positiva para o lado ocidental. A citação que se segue é, mais uma vez, demonstrativa desta posição de imparcialidade e de mobilização da informação mais atual da investigação historiográfica, mesmo que tal não salvaguarde uma opinião mais positiva acerca do bloco ocidental. A seguinte afirmação do Manual de 1992<sup>51</sup> situa-se num contexto de apresentação da proposta soviética de a Alemanha ocupar uma posição neutra e as reações a essa proposta:

*Hoje, alguns escritores emitem a opinião de que se deixou passar a oportunidade de reunificação, porque se acreditava que a neutralização de uma Alemanha reunificada iria ameaçar a segurança na Europa Ocidental. Para a Áustria veio a revelar-se, três anos depois, a solução em direção a um Estado neutro livre.*

<sup>48</sup> DALHUISEN, *et al.*, 1986.

<sup>49</sup> MEYER & SCHNEEBELI, 1994.

<sup>50</sup> GOERLITZ & IMMISCH, 1985: 146; 154.

<sup>51</sup> BIRK, *et al.*, 1992: 220.

## Europa Nórdica

Todos os Manuais suecos e finlandeses analisados possuem uma característica comum: uma forte neutralidade dos autores face ao conflito Este-Oeste. Procura apresentar sempre as representações de ambas as fações do conflito. A afirmação que se segue, do Manual sueco de 1981<sup>52</sup>, é mais uma vez demonstrativa desta posição de isenção do autor sobre a Guerra Fria:

*As duas superpotências lutaram uma contra a outra de muitas maneiras. Elas conduziram uma intensa propaganda, desenvolveram pressão económica e ameaçaram mais ou menos explicitamente com a guerra.*

O autor não tem a preocupação em interpretar a realidade histórica, mas tão simplesmente de a descrever. Porque será que os Manuais revelam essa forte neutralidade face ao conflito Este-Oeste? Um estudo de Holmèn<sup>53</sup> sobre o efeito que as políticas de Negócios Estrangeiros tiveram na Noruega, na Suécia e na Finlândia durante a Guerra Fria revela-nos as causas desta forma de tratamento do conteúdo da Guerra Fria, confirmando, assim simultaneamente, as nossas conclusões para a área geográfica da Europa do Norte:

*All the Nordic countries were democracies with market economies, and culturally were part of the Western tradition. For geographical alliance and political reasons, however, their relations with the emerging system of blocs varied considerably. [...] In Sweden, textbooks altered in step with the vagaries of foreign policy during the Cold War. [...] The textbooks' sudden changes are linked to the Swedish policy of neutrality, with its ever-changing centre of balance that reflected alterations in the superpowers' relationship and Sweden's own need for help. Neutrality demanded that Sweden give an impression of neutrality while at the same time [...] attempting to win the USA's trust if they were to count on American help in a crisis. [...] This is most evident in cold-war Finland, where textbooks were strongly influenced by the country's efforts to win the Soviet Union's trust. Finnish foreign policy took it as read that they had to show goodwill to their eastern neighbour, and textbooks were one of the media in which this was on display. In order to combine friendliness towards the Soviet Union with the demands of neutrality, the Finns were forced to adopt an ever more uncritical approach towards the USA as well, reaching a nadir in the 1980s.*

## III. CONCLUSÃO

O nosso grande interesse foi a análise do «discurso» produzido pelos Manuais Escolares de História, uma vez que estes detêm um papel fulcral no ensino e na aprendizagem. Sem dúvida que os Manuais nos providenciam o contexto crucial para analisarmos a inter-relação de poder e cultura. A nossa análise sobre as representações da Guerra Fria, em

---

<sup>52</sup> (1981) – *Historia 3*. Estocolmo: Liber Läromedel, Parasoll: 157.

<sup>53</sup> HOLMÉN, 2006: 337; 341.

cada uma das áreas geográficas da Europa, trouxe-nos a oportunidade de confirmar a ideia de alteridade que o Manual Escolar de História pode conter e certamente este conceito não será alheio na formação da consciência histórica. Esta investigação revelou-nos um pouco de cada nação na medida em que verificamos um dos processos «through which states socially construct images of themselves for national and international consumption by re-negotiating and re-inventing their pasts»<sup>54</sup>.

Assim, verificamos que o desenvolvimento dos conteúdos sobre a Guerra Fria foi-se modificando entre as décadas de 1980 e 1990, sobretudo na Europa de Leste, facto que se encontra diretamente relacionado com a alteração de regime político que esta área geográfica da Europa sofreu a partir de 1989, mantendo-se de forma mais estável na Europa Ocidental e na Europa Nórdica.

Ora, o uso da História foi tido em conta de forma bem diferenciada: uma Europa Ocidental e uma Europa Nórdica que utilizou a História de uma maneira que consideramos «positiva» e uma Europa de Leste que fez um falso aproveitamento da História. Este falso aproveitamento foi realizado em proveito dos regimes autoritários dos países desta área geográfica, durante a década de 1980, aquilo que Lilletun<sup>55</sup> designa por «the massive misuse of history in communist eastern Europe».

Por tudo isto, podemos afirmar que a História, para além da sua vocação científica, também tem uma função *terapêutica* e até *militante*. Este último aspeto tem sido constatado sobretudo nas manipulações da história da Guerra Fria praticadas pelos países da Europa de Leste na década de 1980 e foi dominante para a formação da consciência histórica dos jovens desta área geográfica através do Manual Escolar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, L. A. M. (2002) – *História: da função social às competências individuais*. In *O Ensino da História*, Boletim (III série), n.ºs 21-22. Lisboa: A.P.H. – Associação de Professores de História, p. 44-46.
- APPLE, M.; CHRISTIAN-SMITH, L. (1991) – *The Politics of the Textbook*. Nova Iorque: Routledge.
- BARCA, I. (2001) – *A Educação Histórica na Sociedade de Informação*. «O Ensino da História», Boletim (III série), n.º 19-20. Lisboa: A.P.H. – Associação de Professores de História, p. 35-42.
- BLOCH, M. (s.d.) – *Introdução à História*. 4.ª ed. Lisboa: Pub. Europa-América.
- CABRAL, M. (2005) – *Como analisar Manuais Escolares*. Col. «Educação Hoje». Lisboa: Texto Editores.
- CAIRE-JABINET, M.-P. (2008) – *Introduction à l'Historiographie*. 2.ª ed. Paris: Armand Colin.
- CARVALHO, A.; FADIGAS, N. (2007) – *O Manual Escolar no Século XXI – Estudo Comparado da Realidade Portuguesa no Contexto de Alguns Países Europeus*. Porto: ORE – Observatório dos Recursos Educativos.
- CASPARD, P. (1995) – *International Guide for Research in the History of Education*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique.
- CHOPPIN, A. (1999) – *Les Manuels Scolaires de la Production aux modes de Consommation*. In CASTRO, Rui, Rodrigues, A., SILVA, J., SOUSA, Maria de Lourdes, org. – *Manuais Escolares – Estatuto, Funções, História*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, p. 3-17.
- (1992) – *Les Manuels Scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette Education.

<sup>54</sup> FOSTER & CRAWFORD, 1988: 6.

<sup>55</sup> LILLETUN, 2000: 107.

- DAGORN, R.-É. (2008) – *Big History et Histoire Environnementale*. In *Histoire Globale. Un autre regard sur le monde*. Auxerre Cedex: Éditions Sciences Humaines, p. 189-195.
- FOSTER, S. J.; CRAWFORD, K. A. (1988) – *What shall we tell the Children? International Perspectives on School History Textbooks*. Nova Iorque: MacMillan.
- FONTAINE, A. (2004) – *La guerre froide 1917-1991*. Paris: Éditions de La Martinière.
- FOUCAULT, M. (1997) – *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- GAGO, M. (2007) – *Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de professores*. Dissertação de Doutoramento em Educação – Área de Conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- GÉRARD, F.; ROEGIERS, X. (1998) – *Conceber e Avaliar Manuais Escolares*. Porto: Porto Editora.
- GRATALOUP, C. (2008) – *Des Mondes au Monde: la Géohistoire*. In *Histoire Globale. Un autre regard sur le monde*. Auxerre Cedex: Éditions Sciences Humaines, p. 197-205.
- HOLMÈN, J. (2006) – *Political textbooks: the depiction of the USA and the Soviet Union in Norwegian, Swedish, and Finnish schoolbooks during the Cold War*. In *Studia Historica Upsaliensia* 221. Uppsala Universitet, Estocolmo: Elanders Gotab, p. 337-347.
- HUSBAND, W. B. (1991) – *Secondary School History Texts in the USSR: Revising the Soviet Past, 1985-1989*. In *Russian Review*. vol. 50. Ithaca Harbors, Inc.: The Ohio State University Press, p. 458-480.
- HUSBANDS, C. (1996) – *What is History Teaching? Language, ideas and meaning in learning about the past*. Buckingham-Filadélfia: Open University Press.
- IDRISSI, M. H. (2005) – *Pensée Historienne et apprentissage de l'Histoire*. Paris: L'Harmattan.
- LAUTIER, N. (1997) – *À la Rencontre de l'Histoire*. Paris: Éducation et Didactiques, Septentrion Presses Universitaires.
- LILLETUN, J. (2000) – *The role of history in school: a Norwegian perspective*. In *The misuses of History*. Symposium on «Facing misuses of History» in Oslo 28-30 June 1999: Council of Europe Publishing, p. 105-110.
- LOW-BEER, A. (1997) – *The Council of Europe and School History*. Strasbourg: Council of Europe CC-ED/HIST (98)47.
- MAGALHÃES, J. (1999) – Um apontamento para a história do manual escolar entre a produção e a representação. In CASTRO, R.; RODRIGUES, A.; SILVA, J.; SOUSA, Maria Lourdes, org. – *Manuais Escolares – Estatuto, Funções, História*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, p. 279-301.
- (2007) – *O Manual Escolar no Quadro da História Cultural – Para uma historiografia do manual escolar em Portugal*. Disponível em <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=1&p=10>>. [Consulta realizada em 21/04/2007].
- MAGALHÃES, O. (2002) – *Concepções de História e de Ensino da História. Um estudo no Alentejo*. Col. «Biblioteca – Estudos & Colóquios», n.º 5. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – Universidade de Évora.
- MATOZZI, Ivo (1998) – *A história ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva*. In «Revista O Estudo da História», n.º 3. Actas do Congresso. O Ensino da História: problemas da didáctica e do saber histórico. Braga.
- MIKK, J. (2000) – *Textbook: Research and Writing*. Frankfurt. Peter Lang Europäischer Verlag der Wissenschaften.
- MONIOT, H. (1993) – *Didactique de l'Histoire*. Col. «Perspectives Didactiques». Paris: Éditions Nathan.
- MORAND, B. (2008) – *La guerre froide dans les manuels scolaires français des années soixante à nos jours: une recomposition douloureuse de l'histoire de l'Europe et du monde*, In *Revista Tréma – Guerres et conflits dans les manuels et dans l'enseignement: interprétations, représentations*. n.º 29. IUFM de l'Académie de Montpellier, p. 49-62.
- NICHOLLS, J. (2006) – *School History Textbooks across Cultures, International Debates and Perspectives*. Oxford: Oxford Studies in Comparative Education, Symposium Books.
- PAIS, José Machado (1999) – *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu*, Secretaria de Estado da Juventude, Estudos sobre a Juventude/2, Observatório Permanente da Juventude Portuguesa. Oeiras: Celta Editora, 1999.



- PINGEL, F. (1999) – *UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision*. Georg Eckert Institut/United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- PINTASSILGO, J.; ALVES, L.; CORREIA, L.; FELGUEIRAS, M., org. (2007) – *A História da Educação em Portugal – Balanço e perspectivas*. Porto: Edições ASA.
- RAUDSEPP, A.; HIHEMA, K. (2013) – *The image of the Other: The example of the Russians and the Germans on the basis of the analysis of Estonian History Textbooks*. In *Yearbook Annales International Society for History Didactics*. WOCHENSCHAU Verlag, p. 45-55.
- SANTO, E. (2006) – *Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores*. In «Revista Lusófona de Educação», n.º 8, p. 103-115.
- SEGUIN, R. (1989) – *L'élaboration des manuels scolaires*. UNESCO – Division des Sciences de l'Éducation, Contenus et Méthodes de l'Éducation.
- SOUTOU, G.-H. (2001) – *La Guerre de Cinquante ans. Les relations Est-Ouest 1943-1990*. Paris: Fayard.
- TORMENTA, J. R. (1996) – *Manuais Escolares: Inovação e Tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- VIAL, J.; MIALARET, G. (1987) – *História Mundial da Educação*. Porto: Rés-Editora.
- WEINBRENNER, P. (1992) – *Methodologies of Textbook Analysis used to date*. In *History and Social Studies – Methodologies of Textbook Analysis*. Report of the Educational Research Workshop held in Braunschweig, 1990. Amesterdão, Conselho da Europa: Swets & Zeitlinger B.V., p. 21-34.
- WIRTH, L. (2000) – *Facing misuses of history*. In *The misuses of History*. Symposium on «Facing misuses of History» in Oslo 28-30 June 1999. Council of Europe Publishing, p. 23-56.
- ZÜCKERT, U. (1992) – *The soft Revolution in the GDR and Revolutionary Changes in History Teaching*. In *History and Social Studies – Methodologies of Textbook Analysis*. Report of the Educational Research Workshop held in Braunschweig, 1990. Amesterdão, Conselho da Europa: Swets & Zeitlinger B.V., p. 130-132.

## FONTES

- (1970) – *Der Lehrplan Geschichte*, Klasse 9. RDA.
- (1981) – *Historia 3*. Estocolmo: Liber Läromedel, Parasol.
- (1988) – *Lerplan Geschichte*, Klassen 5 bis 10. Berlin: Ministerrat der Deutschen Demokratischen Republik Ministerium für Volksbildung, Volk und Wissen.
- (1997) – *Enseigneur au Collège. Histoire-Géographie. Éducation Civique. Programmes et Accompagnement*. Paris: Centre National de Documentation Pédagogique, Ministère de l'Éducation Nationale, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche, Direction de l'Enseignement Scolaire.
- (1999) – *The National Curriculum, Handbook for primary teachers in England*, Key Stages 1 and 2. Londres: Department for Education and Employment, Qualifications and Curriculum Authority, HMSO.
- (1999) – *Curriculum National. Programe Scolare Pentru Clasele a V-a a VIII-a, Aria Curriculura Om si Societate*, Bucareste, Ministerul Educatiei Nationale, Consiliul National pentru Curriculum.
- ALMAS, Dumitru; NICOARA, Ion; VIANU, Alexandru (1980) – *Istorie Universala Moderna Si Contemporana*, Clasa Vlla. Bucareste: Editura Didactica si Pedagogica.
- ALMGREN, Hans; ALMGREN, Birgitta, et al. (1996) – *Historia*. Gleerups.
- BARREIRA, Aníbal; MOREIRA, Mendes (1989) – *História Activa 3. Da Guerra de 1914/ 1918 aos Nossos Dias*, 9.º ano de escolaridade. Porto: Ed. ASA.
- BIRK, Giselher, et al. (1992) – *Geschichte und Geschen 10*. Erns Klett Schulbuchverlag.
- BÍRÓ, Ferencné (1984) – *Történelem és állampolgári ismeretek 8*. Budapeste: Lehrbuchverlag.
- BLEYER, Wolfgang; GOTSCHLICH, Helga; HASS, Gerhart; HÜBNER, Peter (1988) – *Geschichte 9*. Berlin: Volk und Wissen Volkseigener Verlag.
- BRIGNON, Jean, et al. (1980) – *Histoire Géographie 3º*. Paris: Hatier.
- CAMERA, A. (1982) – *Umanità e Sviluppò 3*. Mailand: Principato.
- DALHUISEN, et al. (1986) – *Sprekend Verleden. Een geschiedenis van de wereld*, Deel 3 – basis. Rijswijk: Njgh & Van Ditmar Educatief.

- (1994) – *Sprekend Verleden*, Bovenbouw HAVO/VWO. Rijswijk: Njigh & Van Ditmar Educatief.
- DINIZ, Maria Emília, et al. (1996) – *História* 9. Lisboa: Editorial O Livro.
- EKOMNEM, Jouni; KULJU, Vilho, et al. (1999) – *Ihmisen Tiet, Kansainväliiset suhteet*. Helsinki: Otava.
- FERNÁNDEZ, A., et al. (1986) – *Ciencias Sociales. Nuevo País* 8. Galicia. 1.ª ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.
- (1989) – *Ciencias Sociales* 8. Galicia. 1.ª ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.
- FOURNIER, Christian, et al. (1984) – *Histoire Géographie* 3<sup>e</sup>. Col. «Jeannine Guigue». Paris: Bordas.
- GOERLITZ, Herausgegeben von Erich; IMMISCH, Joachim (1985) – *Zeiten und Menschen*, Band 4. Schöningh: Schroedel.
- HOFFMANN, Von Joachim; HUG, Wolfgang (1991) – *Geschichtliche Weltkunde Klasse 10*. Frankfurt am Main: Verlag Moritz Diesterweg.
- IVERNEL, Martin, dir. (1999) – *Histoire Géographie* 3<sup>e</sup>. Hatier.
- KRAUSE, Anne-Dore; KRUPPA, Reinhold; SEIDEL, Inge (1989) – Erläuterung des Lerplanes Geschichte. Berlin: Akademie der Pädagogischen Wissenschaften der Deutschen Demokratischen Republik, Volk und Wissen, Volkseigener Verlag.
- MARSEILLE, Jacques; SCHEIBLING, Jacques, dir. (1999) – *Histoire Géographie* 3<sup>e</sup>. Nathan.
- MÁTYÁS, Helméczy (1990) – *Történelem* 8. Budapest: Lehrbuchverlag.
- (1998) – *Történelem* 8. Budapest: Nemzeti Tankönyvk.
- MEYER, Helmut; SCHNEEBELL, Peter (1994) – *Durch Geschichte zur Gegenwart* 4. Zürich: Lehrmittelverlag des Kantons.
- MILLS, Harry (1987) – *Twentieth Century World History in Focus*. Macmillan Education.
- OANE, Sorin; OCHESCU, Maria (1999) – *Istorie*, Clasa VIIa. Bucureste: Humanitas Educational, Ministerul Educatiei Nationale.
- PÁL, Fekete (1992) – *Történelem* 8. Budapest: Tankönyvkiadó.
- SCOTT-BAUMANN, Michael; PLATT, David (1989) – *Our Changing World, Modern World History from 1919 to the Present*. Hodder & Stoughton.
- SZCZESNIAK, Andrzej Leszek (1984) – *Historia* 8. *Polska i świat naszego wieku*. Varsóvia: Wydawnictwa Szkolne i Pedagogiczne.
- (1997) – *Historia* 8. *Polska i świat naszego wieku, 1914-1989*. Varsóvia: Wydawn Bellona.

# OS «OUTROS» NO ENSINO DE HISTÓRIA: A PLURALIDADE CULTURAL COMO REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NOS CURRÍCULOS ESCRITOS DE HISTÓRIA NO BRASIL

TATYANA MAIA\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender o conceito de identidade cultural brasileira nos currículos escritos nas últimas décadas, em especial aqueles dedicados ao ensino de História do Brasil. A definição da pluralidade cultural como elemento formador da nacionalidade apoia-se nos debates multiculturalistas que propõem a valorização e o respeito do Outro e de suas diferenças. No entanto, pesquisadores dedicados à questão das identidades no ensino apontam para o caráter liberal do multiculturalismo proposto pelos currículos oficiais. Assim, buscaremos compreender através dos currículos escritos às propostas do Estado para configuração de uma nova identidade, marcada pela pluralidade cultural, seus avanços e limites, compreendendo a construção social do currículo, a partir das teorias críticas e pós-críticas, sobretudo, apoiado nos Estudos Culturais.

**Palavras-chave:** Identidade; currículo; pluralidade cultural; relações de poder.

**Abstract:** The objective of this paper is understanding the conceptual of the Brazilian cultural identity in the school curricula recently, especially those dedicated to teaching the history of Brazil. The definition of cultural plurality as a trainer of nationality element builds on the multiculturalist debates that propose the appreciation and respect of the Other and their differences. However, researchers devoted to the issue of identity in teaching point to the liberal character of multiculturalism proposed by the official curriculum. So, we will seek to understand through the curriculum written to state proposals for setting up a new identity, marked by cultural plurality, its advances and limits, including the social construction of curriculum, as of critical theories and post-critical, above all, supported in Cultural Studies.

**Keywords:** Identity; curriculum; cultural diversity; power relationship.

A partir dos anos de 1980, a Didática enquanto campo dedicado ao ensino das diferentes disciplinas escolares passou por profundas transformações, consequência da renovação epistemológica no campo do currículo e da história das disciplinas escolares produzidas pelas literaturas francesa, inglesa e alemã. A Didática renovada propôs refletir sobre o ensino enquanto campo de pesquisa, afastando-se das perspectivas pragmáticas que reduziam a didática à aplicação de técnicas e métodos de ensino. Essa viragem epistemológica, oriunda do currículo, da sociologia da educação e da história das disciplinas escolares, influenciou profundamente o ensino de História, que se renovou em diálogo com

---

\* Investigadora do CITCEM e bolsista CAPES.

as teorias pós-estruturalistas e pós-modernistas, inserindo as relações de poder, a produção das narrativas e a força da cultura como partes integrantes dos discursos produzidos pela ciência<sup>1</sup>.

O ensino de História ocupa tradicionalmente um papel central na construção da cidadania, produzindo narrativas históricas que possibilitam a circulação social do conhecimento e engendram projetos identitários para o Estado-nação. O lugar de destaque reservado ao ensino de História na promoção da identidade nacional torna-o um espaço altamente disputado pelos grupos sociais na defesa dos seus respectivos projetos de sociedade. Assim, o ensino de História é a disciplina onde o passado é acionado no presente com perspectivas a construção de projetos políticos para o futuro, construindo e reforçando sentimentos de pertencimento e de identidade coletiva.

O objetivo deste artigo é o de compreender o lugar do(s) Outro(s) na construção da(s) identidade(s) brasileira através dos currículos escritos nas últimas décadas e em vigor no país. O currículo escrito expressa as concepções e diretrizes oficiais que se supõe serão formadoras da identidade nacional. Dessa forma, busca-se analisar a requalificação da identidade nacional com a definição da pluralidade cultural como eixo estruturante da formação sócio-cultural brasileira, por um lado, e as críticas e a permanência da visão essencialista da identidade cultural, por outro. A historiografia dedicada à «construção social do currículo», influenciada pelas teorias críticas e pós-críticas do currículo, destaca a importância da perspectiva da longa duração para compreensão das relações entre inovações e permanências no campo do currículo. Algumas inovações podem ocorrer, inclusive, para a manutenção do quadro de representação intelectual e cultural vigentes no currículo, ao invés de mudanças estruturais no quadro de significações que configuram o mundo social<sup>2</sup>.

## 1. CURRÍCULO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE NA LONGA DURAÇÃO

As primeiras teorias do currículo, surgidas nos anos de 1920, nos EUA, dentro do processo de expansão de matrículas e massificação da educação, consideravam que o currículo era uma seleção científica objetiva, desprovida de historicidade, ou seja, de disputas ideológicas, fundamentado na racionalidade de procedimentos e técnicas. Para Silva, em oposição às teorias norte-americanas do currículo, as teorias crítica e a pós-crítica em diálogo com as análises pós-estruturalistas e com o multiculturalismo, propuseram que currículo é uma construção histórica, marcado por disputas de poder pela hegemonia das representações culturais e intelectuais no mundo social<sup>3</sup>. Desse modo, todo o currículo traz consigo as marcas do tempo histórico de sua produção. Afinal, ele é produto da dinâmica dos sujeitos históricos (individuais e coletivos) envolvidos na sua elaboração em

---

<sup>1</sup> BERGMANN, 1990: 33; FORQUIN, 1992: 32; MONTEIRO, 2003: 12; RUSEN, 2006: 8; VINAIO, 2008: 187.

<sup>2</sup> TORRES & FERREIRA, 2014: 84; GOODSON, 1997: 28.

<sup>3</sup> SILVA, 2013: 16.

determinado tempo-espço. Assim, os conteúdos que se pretende transmitir através do ensino estão relacionados com os objetivos políticos e sociais que envolvem projetos de formação de cidadãos e perspectivas de sociedade. Logo, as teorias críticas e pós-críticas dedicaram-se aos processos de seleção e sistematização dos conhecimentos, investigando quais conhecimentos foram reconhecidos como socialmente legítimos e relevantes em detrimento de outros, esquecidos e rejeitados<sup>4</sup>. Neste quadro teórico, a formação de identidades é marcada pelo processo de seleção e sistematização dos conhecimentos a serem transmitidos, pois em última instância tais conhecimentos elaboram as representações que temos do mundo social. A ênfase em determinados conhecimentos diz diretamente respeito ao conjunto de representações culturais e intelectuais que se pretende transmitir à coletividade. Por fim, o currículo, ao organizar os saberes que serão ensinados com objetivo de orientar projetos de sociedade, interferindo na construção de identidades, é também um «lugar» que engendra relações de poder, um território de disputa de projetos a serem viabilizados, de construção de hegemonia, ou seja, um «território contestado»<sup>5</sup>. Assim, as relações entre escola, cultura e sociedade passaram a orientar os novos estudos sobre o currículo, em diálogo com as teorias pós-modernistas e pós-estruturalistas, trazendo para o campo os debates sobre as relações entre linguagem, poder e conhecimento.

No Brasil, as pesquisas dedicadas à trajetória do ensino de História no país têm-se debruçado, sobretudo, na investigação dos processos de construção do currículo, articulando-os com o papel regulatório exercido pelo Estado, as relações entre os saberes acadêmicos e os saberes escolares e a relação entre ensino de História e cidadania, com centralidade para a construção da identidade nacional<sup>6</sup>.

Uma das funções consideradas prioritárias no ensino de História no país é a necessidade de construção da identidade nacional. A questão das identidades tem ocupado a centralidade da elaboração dos currículos, programas, métodos e práticas escolares desde sua constituição da disciplina no Brasil em meados do século XIX. No caso do ensino de História no Brasil, a criação da disciplina está fortemente marcada pela influência europeia, notadamente francesa, marcando o código curricular que fixou a disciplina no Brasil. Assim, o código disciplinar da História ensinada no Brasil esteve fundamentado numa pedagogia da pátria que priorizou durante longos períodos o modelo do «cidadão-súdito» através da construção e da afirmação do Estado-Nação nos séculos XIX e XX que legitimassem a ordem política e social vigente, reforçando projetos de poder oriundos das elites políticas e econômicas brasileiras<sup>7</sup>.

Kelmer Mathias, em artigo dedicado à historiografia sobre a história do ensino de História no Brasil, propõe cinco recortes temporais para a compreensão da trajetória da disciplina história escolar brasileira, relacionando os currículos aos contextos de construção do Estado ou redefinição das relações entre Estado e sociedade civil: o primeiro, cir-

---

<sup>4</sup> Para uma discussão detalhada sobre as teorias críticas e pós-críticas do currículo ver: SILVA, 2013: 11.

<sup>5</sup> GOODSON, 1997: 27; GABRIEL & MONTEIRO, 2014: 24.

<sup>6</sup> NADAI, 1992: 152; FONSECA, 2011: 30; MATHIAS, 2011: 41.

<sup>7</sup> FONSECA, 2011: 37.

cunscrito ao século XIX, notadamente marcado pela construção do Estado e formação da elite da corte no Rio de Janeiro; o segundo período ocupa a primeira metade do século XX, com a introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos escolares e duas importantes reformas educacionais na década de 1930; o terceiro, marcado pela emergência da ditadura militar (1964-1985) e as reformas de 1969 e 1971, com a criação de disciplinas marcadas pela Doutrina de Segurança Nacional, a valorização do civismo e do discurso anticomunista; o quarto período, na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização, com propostas curriculares concorrentes, cujas emblemáticas foram implementadas nos estados de Minas Gerais (marxista) e de São Paulo (Nova História); e os anos de 1990, com os Parâmetros Curriculares Nacionais e demais normatizações dentro de um programa político com características neoliberais, sobretudo, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1997 e 1998-2002)<sup>8</sup>. A análise na longa duração permite compreender que a visão essencialista da formação cultural brasileira atravessou os diversos períodos históricos, ainda que com nuances e ênfases distintas.

A consolidação de um código disciplinar da História ensinada associada à história política tradicional, linear e cronológica, foi dominante no Brasil até os anos de 1970. O processo de redemocratização nos anos de 1980 traria no bojo das discussões políticas a necessidade de formação cidadão-participativo. Os conteúdos, métodos, objetivos e finalidades, organização curricular do ensino de História sofreram profundas alterações, rompendo com os legados autoritários da ditadura, ainda que a manutenção de certas tradições oriundas do código curricular da História ensinada dentro da «pedagogia da nação» persista nos currículos, planejamentos, materiais didáticos, formação de professores e práticas escolares<sup>9</sup>.

A modernidade trouxe consigo a defesa da universalidade de direitos inalienáveis dos indivíduos, opondo-se a qualquer privilégio de nascimento. Contudo, promoveu também a ideia de superioridade dos europeus, seu caráter expansionista e civilizatório, sustentado pela fé na ciência e suas inovações tecnológicas. A concepção linear do tempo histórico moderno, sustentado na representação cultural de que estaríamos vivendo um tempo histórico novo e qualitativamente melhor graças à produção do conhecimento científico, fomentou racismos, preconceitos e ideais expansionistas marcando o pensamento ocidental moderno. Conforme propõe Said, é no século XIX que se observa o desenvolvimento de uma estética cultural imperialista que persiste no pensamento ocidental até os dias atuais, desconsiderando as representações culturais produzidas pelos homens não-europeus<sup>10</sup>. Nos anos de 1960, diante da crise das ideologias, do estruturalismo, da Guerra do Vietnã, da desilusão com o socialismo real, emerge nos diversos campos do conhecimento o discurso «pós» (pós-moderno, pós-industrial, pós-colonialista, pós-estruturalista) em oposição ao universalismo eurocêntrico que marcou a modernidade. O multiculturalismo surge no pós-guerra associado ao processo de luta pela inde-

---

<sup>8</sup> MATHIAS, 2011: 41.

<sup>9</sup> NADAI, 2001: 24.

<sup>10</sup> SAID, 1993: 96.

pendência dos países da África e da Ásia e à necessidade de autodeterminação dos povos e dos direitos das minorias étnicas que passaram a exigir a valorização das suas práticas culturais, heranças étnicas, memórias e trajetórias históricas.

No Brasil, no contexto da redemocratização do país, após 21 anos de ditadura militar, travou-se uma intensa luta dos profissionais da educação para a valorização do magistério e do ensino, dentro do contexto da redemocratização, possibilitando a adoção de novos currículos e ampliando o debate sobre o papel da educação e, em especial, do ensino de história na construção da cidadania. Soma-se, a esse quadro específico, a intensificação dos movimentos sociais há muito constituídos que exigiam a superação dos preconceitos raciais e da discriminação social. As demandas políticas dos grupos minoritários, sobretudo, a histórica luta do movimento negro pela superação do racismo e da discriminação social, exigiram políticas de posituação da contribuição negra na sociedade brasileira e de inclusão social, demandas que passaram a ser incorporadas na agenda política nacional.

O racismo no Brasil é um tema doloroso. As políticas afirmativas a favor das populações afro-brasileiras e indígenas recentemente implementadas pelo Estado brasileiro também são alvo de inúmeros debates acirrados. Os conflitos que marcam as relações étnico-raciais no Brasil são muitas vezes confundidos com a desigualdade sócio-econômica. No imaginário social coletivo persiste a noção de democracia racial e de que o fim da pobreza levaria automaticamente ao fim das discriminações sociais. No entanto, observa-se que a persistência do racismo ocorre na vida cotidiana, na intimidade das relações, no silêncio que reproduz práticas excludentes e que hierarquizam os indivíduos a partir de suas características étnicas<sup>11</sup>. Nos anos de 1930, em contraposição ao pensamento racista de autores, a mestiçagem emerge como elemento de valorização cultural e especificidade da cultura brasileira, tal como proposto por Gilberto Freyre<sup>12</sup>, tornando-se predominante no pensamento social brasileiro. O encontro entre as três raças promovido pelo processo de colonização portuguesa gerava uma sociedade mestiça, definindo sua especificidade cultural diante das demais nações. Permanecia, no código curricular da disciplina História, a centralidade da História da Europa Ocidental e a preocupação com a afirmação da memória e identidade nacionais – nos termos da coesão social, da pátria, da moral e do pensamento cívico. A nação e a pátria legitimadas na escola eram harmoniosas, sem conflitos ou violência, onde as três raças haviam-se amalgamado pelo processo de mestiçagem. Um povo pacífico que vivera a construção de um Estado sem rupturas, ao contrário das experiências vivenciadas nos processos de independência dos países da América Espanhola. Para Nadai, tratava-se de uma história narrada a partir de uma evolução política linear, pelo tempo cronológico, tempo uniforme, sucessivo, regular, onde as rupturas só existem no nível do político e protagonizadas por ações individuais, pelos heróis nacionais e grandes homens do Estado<sup>13</sup>.

11 PEREIRA, 2012: 306.

12 FREYRE, 1963: 17.

13 NADAI, 2001: 25.



A perspectiva multicultural irá trazer para o centro das discussões os conflitos que envolvem as relações étnico-raciais no Brasil e passa a ser incorporada pelo Estado brasileiro, sendo associado a um conjunto de políticas afirmativas (fortemente influenciadas pelas experiências norte-americanas) de valorização das diferenças étnico-raciais na formação da sociedade brasileira. O direito à proteção, valorização e acesso ao patrimônio material e imaterial (através de instrumentos como tombamento e registro) de grupos afro-descendentes e indígenas, as políticas de reconhecimento da propriedade da terra aos quilombolas, o Programa Nacional de Ações Afirmativas compõem esse quadro de luta pela valorização da diversidade étnica na formação da sociedade brasileira e na inclusão social dessas populações através de política de promoção da igualdade não-homogeneizadora, ou seja, na diferença.

### 1.1. REQUALIFICANDO A IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA: A PLURALIDADE CULTURAL NO CURRÍCULO ESCRITO

A legislação, parâmetros e diretrizes curriculares a partir de 1990 no Brasil consagraram as novas tendências da historiografia; dialogaram com as novas perspectivas da Didática da História; ocuparam-se dos processos de aprendizagem histórica; reconheceram em alguma medida a legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais; buscaram a configuração de uma nova cidadania, marcada por pressupostos democráticos e no desenvolvimento de habilidades e competências alinhadas ao processo de globalização em curso. A perspectiva adotada pelo Estado brasileiro é de descentralização na organização dos conteúdos, considerando as múltiplas realidades escolares, numa discussão ainda em aberto sobre as potencialidades e limites de uma base curricular comum.

O currículo escrito oficial brasileiro possui um caráter flexível, ou seja, propõe uma base nacional comum sem desconsiderar as diferentes realidades locais de um país de dimensões físicas continentais com vinte seis estados e mais de cinco mil municípios. Compõem os principais documentos estruturantes da Educação Básica nacional e norteadora do currículo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; e as Diretrizes Curriculares Nacionais (incluindo Educação das relações étnico-raciais como tema transversal); além de uma série de publicações para uma educação anti-racista. Abdias do Nascimento, intelectual engajado no movimento negro, insistia na reprodução da discriminação racial no sistema educacional brasileiro, tornando-se uma liderança intelectual no debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil:

*O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o*

*desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros<sup>14</sup>.*

Na tentativa de superar esse quadro no sistema educacional brasileiro, lentamente se foram construindo propostas de valorização das diferenças dentro da perspectiva multiculturalista que caminharam do reconhecimento das contribuições dos diversos grupos étnicos até a obrigatoriedade do ensino e valorização da história e cultura dos povos africanos, das populações afro-brasileiras e indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 atribuiu ao ensino de História do Brasil a função de considerar as contribuições das matrizes africana, europeia e indígena na formação da sociedade brasileira sem, no entanto, enfrentar claramente os debates em curso sobre as relações étnico-raciais no Brasil<sup>15</sup>. A legislação reconheceu a importância dos diversos grupos étnicos, mas não tornava obrigatório o ensino da História Afro-Brasileira, da História da África e da história e cultura indígenas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados no final dos anos de 1990 ampliaram a definição da identidade, incorporando a pluralidade cultural como tema transversal a todas as disciplinas. Em sua apresentação geral, a identidade nacional era associada à valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e a construção da cidadania como um conjunto de direitos e deveres políticos e civis compartilhados por todos os membros da nação. A Educação básica brasileira é formada por doze anos de ensino divididos em duas etapas: o ensino Fundamental, com nove anos; e o ensino Médio, com três anos. Os licenciados em História atuam nos últimos quatro anos do ensino Fundamental e nos três anos do ensino Médio. Os Parâmetros Curriculares estabeleceram temas transversais que atravessassem todas as disciplinas, com destaque para o ensino da pluralidade cultural como característica da identidade nacional.

*A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.*

Assim, a pluralidade cultural passou a integrar os currículos em substituição à ideia de mestiçagem, que sustentou o discurso da democracia racial como característica da formação histórica brasileira.

---

<sup>14</sup> NASCIMENTO, 1978: 95 *apud*; CAVALLEIRO, 2005: 23.

<sup>15</sup> BRASIL, 2010: 24.

A lei 10.639 de 2003 e sua lei complementar 11.645 de 2008 tornaram obrigatória a educação étnico-racial, através do ensino da História da África, da História e da cultura afro-brasileira e indígena. Ambas as leis estão inseridas num conjunto de políticas de identidade promovidas pelo Estado brasileiro desde a promulgação da Constituição de 1988. A Constituição reconheceu a pluralidade cultural na formação da sociedade brasileira, com destaque para as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras no processo civilizatório nacional. No setor educacional, os PCNs e as diretrizes curriculares já indicavam a necessidade de incorporar aos currículos, a partir da transversalidade e da interdisciplinaridade, a pluralidade cultural. Mas são essas últimas leis aquelas consideradas como uma conquista por professores e lideranças dos movimentos negro e indígena ao tornarem obrigatório o ensino das questões étnico-raciais no currículo, incluindo a História da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas. A obrigatoriedade da lei trouxe no seu bojo uma série de publicações, medidas complementares, investimentos públicos, inclusão de disciplinas nas licenciaturas, buscando incorporar efetivamente a construção da identidade a questão das diferenças étnico-raciais, valorizando-as. Trata-se de uma política de reparação de danos, de combate ao racismo e de construção de uma identidade onde o Outro encontra um espaço de reconhecimento.

Na obra *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003*, publicada pelo Ministério da Educação e Cultural, em 2005, permanece a preocupação com as representações racistas dos afro-brasileiros e dos povos africanos nos materiais didáticos:

*Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano<sup>16</sup>.*

A questão da construção da identidade através do ensino de História apareceu no currículo como relação construída na alteridade, com ênfase no desenvolvimento de características psicossociais como tolerância e respeito às diferenças (classe, gênero, etnia, culturas, nações, povos) propondo a superação das atitudes discriminatórias e excludentes. O objetivo do ensino de História, nesta perspectiva, seria fortalecer os laços de coesão social, formando identidades agregadoras, que ultrapassem pelas relações tolerância, diálogo e reciprocidade, os conflitos provocados pelas diferenças das múltiplas identidades dos indivíduos no mundo contemporâneo. Essa perspectiva multicultural amparada nos debates sobre a construção das identidades abriu o debate entre os pesquisadores sobre as diversas leituras multiculturalistas e seus artifícios na construção de identidades.

Assim, alguns pesquisadores brasileiros dedicados aos currículos escritos, apesar de reconhecerem a importância da legislação e da incorporação das relações étnico-raciais

---

<sup>16</sup> CAVALLEIRO, 2005: 13.

no Brasil, trazem para o debate uma análise crítica às perspectivas essencialistas<sup>17</sup> sobre a formação da identidade que marcam o currículo escrito no Brasil. E propõem a adoção de um multiculturalismo intercultural, apoiado nas análises produzidas pelos estudos culturais ingleses e pelos autores latino-americanos dedicados à análise da hibridizações culturais. Destaco os trabalhos de Vera Candau<sup>18</sup> e Tomaz da Silva<sup>19</sup>, que trazem os conceitos de hibridização e interculturalidade como possibilidade para uma reflexão crítica sobre a identidade e a diferença, numa perspectiva construtivista da cultura.

Na proposta dos Estudos Culturais, tal como apresentada por Tomaz da Silva, a identidade só é produzida em diálogo com a diferença, ou seja, a criação da identidade ocorre através de um processo que simultaneamente elabora o processo de diferenciação, ambos estruturados pela linguagem, através de relações hierarquizadas de poder onde o «Outro» ocupa um lugar menor em relação ao «Nós». A identidade e a diferença são historicamente constituídos pelas relações entre os sujeitos históricos num determinado tempo e espaço, e não uma entidade fixa e atemporal. Ao contrário, é através da linguagem, dos atos de fala, realizados no presente, que são criados sistemas de significação que dão sentido à identidade/diferença. Ou seja, identidade e diferença são frutos de um processo de produção simbólica e discursiva que ocorre a partir de dinâmicas societárias concretas. Assim, a identidade é uma construção social, apropriando-se de certas leituras do passado para elaborar no presente identidades comuns. Essa concepção da identidade, centrada no sistema de representações que elabora práticas de significação que dão sentido à experiência dos homens no tempo e no espaço, tem na linguagem seu eixo central de análise. Assim, a identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora da linguagem, dos «sistemas de significação» que as produzem<sup>20</sup>. Isso indica que há espaços de intervenção na elaboração do «sistema de significação» produzidos pela linguagem. Por sua vez, o discurso de valorização das diferenças, ainda que apareçam como elemento importante no combate à discriminação social do «Outro», cada vez mais diluído em múltiplas identidades (gênero, classe, etnia, religião), não é suficiente para romper com os estereótipos e preconceitos historicamente construídos. É preciso, dentro da proposta de Silva, investigar os mecanismos de poder que engendram a construção das identidades e diferenças. São esses mecanismos que estruturam o sistema de significação que dão sentido às identidades. Para Silva,

*Nessa abordagem, a pedagogia e o currículo trataria a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção. A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da dife-*

<sup>17</sup> A definição da cultura dentro das teorias essencialistas seria o resultado de uma série de determinantes objetivos como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A cultura seria resultado da essência formadora de um determinado grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusor dessa identidade, pela investigação dos elementos formadores da cultura. CUCHE, 1999: 178.

<sup>18</sup> CANDAU, 2014: 35.

<sup>19</sup> SILVA, 2013: 145; SILVA, 2014: 78.

<sup>20</sup> SILVA, 2014: 78.

*rença seria: como a identidade e a diferença são produzidas. Quais os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e da sua fixação?*<sup>21</sup>

Para Candau, considerando a hibridização cultural que forjou as identidades latino-americanas, é preciso promover o diálogo entre os diferentes grupos que convivem na sociedade contemporânea<sup>22</sup>. Isso só é possível reconhecendo os conflitos engendrados pelas relações de poder que se constituíram historicamente na formação da sociedade brasileira. A construção de uma identidade cultural que incorpore a dimensão do conflito e busque superá-lo depende de uma política educativa que pretenda romper com a visão monocultural recorrente nos saberes escolares; com a valorização das memórias em disputa na sociedade; com o convívio diário com o «Outro», evitando processos de silenciamento ou exclusão. Essa pedagogia da interculturalidade busca romper com a noção essencialista da cultura, da busca incessante de elementos estáveis, fixos e imutáveis, reconhecendo que as identidades são complexos culturais forjados no presente que buscam uma continuidade artificial com o passado, inventando mitos, tradições e costumes.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que nos currículos escritos no Brasil prevalece ainda uma representação essencialista da cultura. A substituição da leitura monocultural que homogeneizava os grupos societários sob o signo da mestiçagem cultural pela leitura multiculturalista do convívio na diversidade, apesar do avanço produzido, não trouxe para o debate o processo de construção das identidades e tem reforçado a noção das identidades fixas, binárias, impermeáveis ao tempo e às relações sociais, ou seja, a despeito das inovações no currículo, permanece uma visão essencialista da identidade. O debate precisa ultrapassar a questão dos comportamentos societários considerados adequados e explicitar os projetos de sociedade em disputa, as relações de poder existentes, a reprodução das desigualdades a partir de um jogo político e econômico definido como agenda de futuro nas sociedades neoliberais.

Na prática, todo o currículo escrito funciona a partir das apropriações que professores, alunos e demais sujeitos que compõe e interferem no universo escolar fazem dele, ou seja, do currículo em ação. No entanto, não se pode desconsiderar sua importância ao orientar planejamentos, definir obrigatoriedades, nortear processos avaliativos. É em diálogo com os currículos prescritos que os currículos em ação são construídos, ainda que processos complexos de apropriação (através de aproximações e distanciamentos) entre professores e alunos. Por fim, a análise na longa duração possibilita acompanhar a configuração do código disciplinar da História; as relações de poder assimétricas que o constitui; as negociações de sentidos que irá produzir, requalificando e hierarquizando as identidades culturais; os projetos de sociedade que desejamos para o futuro e que orien-

---

<sup>21</sup> SILVA, 2014: 99.

<sup>22</sup> CANDAU, 2014: 40.

tam a seleção dos conhecimentos a serem ensinados nas salas de aula. Nessa perspectiva, a construção do currículo é fruto de opções políticas e éticas historicamente constituídos, e como tal, deve ser espaço de diálogo entre os diversos setores sociais, reconhecendo a importância do ensino na promoção da cidadania.

## BIBLIOGRAFIA

- BERGMANN, Klaus (1990) – *A História na reflexão didática*. «Revista Brasileira de História». V. 9, n. 19. São Paulo: ANPUH, p. 29-42.
- BRASIL (1997) – *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.
- (2010) – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. «Série Legislação». Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 5.<sup>a</sup> edição.
- CANDAUI, Vera (2014) – *Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas*. «Educação». V. 37, n.º 1. Porto Alegre: PUCRS, p. 33-41.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (2005) – *Introdução*. In SANTOS, Sales Augusto dos, coord. – *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 11-20.
- CUCHE, Denys (1999) – *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima (2011) – *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 3.<sup>a</sup> edição.
- FORQUIN, Jean-Claude (1992) – *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais*. «Revista Teoria e Educação», n.º 5. Porto Alegre: URGs, p. 28-49.
- FREYRE, Gilberto (1963) – *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças: conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Lisboa: [s.n.].
- GABRIEL, Carmem Teresa; MONTEIRO, Ana Maria (2014) – *Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas*. In MONTEIRO, Ana Maria, et al. – *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, p. 23-40.
- GOODSON, Ivor (1997) – *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa.
- MATHIAS, Kelmer (2011) – *O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica*. «História Unisinos», V. 1, n.º 15, Porto Alegre: Unisinos, p. 40-49.
- MONTEIRO, Ana Maria (2003) – *A história ensinada: algumas configurações do saber escolar*. «História e Ensino», V. 9. Londrina: UEL, p. 37-62.
- NADAI, Elza (1992) – *O ensino de história e a «pedagogia do cidadão»*. In PINSKY, Jaime, et al. – *O Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, p. 23-30.
- NASCIMENTO, Abdias do (1978) – *O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. *Apud.* SANTOS, Sales Augusto. *A lei 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro*. In SANTOS, Sales Augusto dos Santos, coord. – *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 21-38.
- PEREIRA, Júnia Sales (2012) – *Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa*. In GONÇALVES, Márcia, et al. – *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, p. 306-322.
- RUSEN, Jorn (2006) – *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. «Praxis Educativa». V. 1, n.º 2. Ponta Grossa: UEPG, p. 7-16.
- SAID, Edward (1993) – *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (2013) – *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

- (2014) – *A produção social da identidade e da diferença*. In SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn – *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 15.ª edição, p. 73-102.
- TORRES, Marcele; FERREIRA, Marcia (2014). *Currículo de História: reflexões sobre a problemática da mudança a partir da lei 10.639/2003*. In MONTEIRO, Ana Maria, et al. – *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, p. 83-99.
- VINAO, Antonio (2008) – *A história das disciplinas escolares*. «Revista Brasileira de História da Educação», n.º 18, Maringá: UEM, p. 173-204.



# O LUGAR DO «OUTRO» NA ESCOLA PÚBLICA: UMA PERSPETIVA INCLUSIVA

JOSÉ FIRMINO\*

**Resumo:** Este artigo pretende alcançar um ponto de vista diacrónico sobre a problemática da diferença no que à educação diz respeito, tendo em conta as cinco etapas base da evolução da educação especial, a saber, a separação, a proteção, a emancipação, a integração e, por fim, a recentíssima inclusão, a qual resultou, de forma mais visível e programática, da reunião ocorrida na cidade de Salamanca, entre os dias 7 a 10 de junho de 1994, onde foi proclamado um acordo de princípios, no âmbito de uma efetiva educação para todos, assinado por 92 governos e 25 organizações internacionais.

Pretende-se construir uma ponte entre o paradigma da escola enquanto *praxis* educativa e socializadora e os postulados teórico-normativos. A utopia – o «não lugar» – é, cada vez mais, o lugar para onde caminhamos, mas conhecendo sempre, iniludivelmente, o lugar onde estamos.

**Palavras-chave:** Inclusão; educação especial; educação; escola.

**Abstract:** This essay allows us to look upon the field of special needs and inclusive education, from a diachronic approach, bearing in mind the five main stages in the evolution of special needs. These stages consist of separation, protection, emancipation, integration and the more recent stage, inclusion. This most recent stage was the visible outcome of a meeting held in Salamanca, between the 7th and 10th June, 1994, where an international agreement for the implementation of a sustainable and effective inclusive education system for all pupils, was declared and signed by 92 governments and 25 international organizations.

Our main focus is upon inclusive education within its widest interpretation – that is dealing with learner difference and diversity in all educational *praxis* as a quality issue. The utopia – «the non-place» – is more and more the place where we head for, but always inescapably knowing, the place where we belong.

**Keywords:** Inclusion; special needs; education; school.

## INTRODUÇÃO

*Se você disser que eu desafino, amor  
Saiba que isto em mim provoca imensa dor  
Só privilegiados têm o ouvido igual ao seu  
Eu possuo apenas o que Deus me deu [...]*

*O que você não sabe nem sequer pressente  
É que os desafinados também têm um coração [...]*

*Você com a sua música esqueceu o principal  
Que no peito dos desafinados  
No fundo do peito bate calado  
Que no peito dos desafinados também bate um coração<sup>1</sup>.*

---

\* CITCEM.

<sup>1</sup> António Carlos Jobim/Newton Mendonça.

Falar de Inclusão e Diversidade é um pouco reproduzir as palavras musicadas de António Carlos Jobim e de Newton Mendonça. Na verdade, os dotes musicais do interlocutor presente (e desafiador, ao que parece, consciente ou inconscientemente) no poema em epígrafe não podem (não devem) servir como um castelo fortificado e inacessível para quem não tem as competências musicais necessárias. Para quem desafina e quer alcançar o equilíbrio toante das notas musicais, a aprendizagem revela-se o único caminho. Este é, por definição, longo e árduo. Mas no final – feliz, como se espera de qualquer processo de ensino-aprendizagem – haverá sempre uma certeza: a felicidade de não destoar pode ser alcançada.

Inclusão é uma palavra que entrou, pacificamente, no léxico educativo e social. Todavia, no que diz respeito à educação de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), deparamo-nos com constrangimentos vários. Na verdade, a escola nem sempre se mostra preparada para pôr em prática as políticas educativas inclusivas. A falta de formação dos professores, bem como alguma desorganização que existe nas escolas, transformadas em unidades orgânicas de grandes dimensões, impedem, muitas vezes, a aplicação destes princípios. Do mesmo modo, famílias desestruturadas, um contexto económico desfavorável e os constrangimentos financeiros agravados pela crise económica também se revelam obstáculos à concretização da escola inclusiva.

O aspeto financeiro é, aliás, abordado por vários especialistas da educação especial como um dos principais fatores da inclusão, enquanto paradigma educativo, por se revelar, na prática, como um potenciador da exclusão. Encontramo-lo, por exemplo, em Bénard da Costa *et al.*, quando sublinha que «[...] a partir dos anos 90 teria sido fundamental que as dotações financeiras tivessem acompanhado a evolução da política educativa que então se desenhou, no sentido da abertura das escolas regulares a todas as crianças»<sup>2</sup>. Ou seja: seria importante que se alcançasse uma uniformidade entre as políticas de financiamento e as políticas educativas inclusivas. Com efeito, os obstáculos de carácter macroeconómico acabam, inexoravelmente, por afetar a aplicação de alguns princípios educativos inclusivos.

Pode dar-se o exemplo muito concreto das escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão, em que alunos com estas características não ficam na sua área de residência, pois tornar-se-ia incomportável equipar uma escola com todo o material técnico e pessoal especializado para dar resposta às necessidades destes alunos. Assim, estes têm de se deslocar para as escolas de referência e unidades de apoio especializado, o que cria um problema de desenraizamento do seu meio, porquanto ficam longe dos amigos, limitando a sua vida académica ao contacto com outros cegos. O mesmo acontece com os alunos surdos, com perturbações do espectro do autismo ou ainda com multideficiência ou surdo-cegueira congénita. Ao contrário do que é defendido pelo princípio da inclusão, estes alunos ficam privados das experiências da sala de aula, junto dos seus colegas. Frequentemente, são mantidos em «isolamento» numa sala, segregados, principalmente por constrangimentos económicos.

---

<sup>2</sup> BÉNARD DA COSTA, *et al.*, 2006: 49.

Outro dos entraves à aplicação das práticas inclusivas na escola é a falta de formação dos professores, que frequentemente não estão preparados para a educação de alunos com NEE. No seu quotidiano pedagógico-didático, o professor deverá estar sensibilizado para a importância de afastar o preconceito e explorar as capacidades do aluno, independentemente das suas dificuldades. A sua perspetiva deve, portanto, centrar-se naquilo que o aluno consegue fazer e não nas suas incapacidades. Assim, o professor do ensino regular tem de encontrar, diariamente, soluções adequadas para que a promoção da educação inclusiva seja uma realidade na sua prática letiva. Todavia,

*A formação especializada dos professores não está organizada de forma a proporcionar diferentes níveis de qualificação, relacionados com diferentes tipos de apoio, nomeadamente, os de carácter generalista (visando as situações de grande incidência) e os de carácter especializado (visando as situações de pequena incidência). Não se encara a formação como um processo contínuo e diversificado que englobe diversos patamares e que possa responder a diferentes exigências da actividade profissional. Assim, um professor formado em determinada área não pode, com a frequência de algumas disciplinas aceder a outras áreas de especialização que correspondam às exigências das acções em que está envolvido.*

*No contexto atual, nota-se um crescente investimento e interesse de muitos docentes na sua formação especializada no domínio da Educação Especial, tentando desta forma dar uma resposta mais eficaz aos desafios colocados por turmas cada vez mais heterogénea<sup>3</sup>.*

Neste âmbito, torna-se, pois, imperioso alterar significativamente o enquadramento da prática docente relativamente ao paradigma da escola inclusiva. Independentemente das estratégias e metodologias adotadas, urge alcançar uma prática mais reflexiva e corroborativa entre os vários intervenientes no processo educativo.

## DA SEPARAÇÃO À INCLUSÃO

*Joane: Hou daquesta!*

*Diabo: Quem é?*

*Joane: Eu só.*

*É esta a naviarra nossa?*

*Diabo: De quem?*

*Joane: Dos tolos<sup>4</sup>.*

*O deficiente mental deve gozar, na medida do possível, dos mesmos direitos que todos os outros seres humanos<sup>5</sup>.*

O homem ajusta-se aos tempos. Na maioria das vezes, é ele, qual Chronos, que acelera o que deveria ser pausado, ou, pelo contrário, mitiga aquilo que deveria andar mais

<sup>3</sup> BÉNARD DA COSTA, *et al.*, 2006: 38.

<sup>4</sup> Gil Vicente, *Auto da Barca do Inferno*.

<sup>5</sup> Art.º 1.º da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental.

depressa. No caso particular da educação, esse julgamento encontra-se de mãos dadas com os valores enquanto produtos de consciência social. Na verdade, os valores, enquanto processos meramente teóricos, podem vincular os mais diversos agentes sociais, entre os quais, os educativos. No entanto, de um ponto de vista objetivo,

[...] o valor [...] condensa em si, de forma direta ou indireta, de um modo consciente ou não, todo um leque de interesses, de aspirações, de representações do mundo e da vida, que, de modo algum, se podem desligar da situação existencial concreta que um determinado sistema de relações sociais define<sup>6</sup>.

Com efeito, é através do agir – o qual pode surgir, segundo Cardia<sup>7</sup>, tanto através da ação como da omissão – que o homem, enquanto ser dotado de moralidade<sup>8</sup>, tece o normativo judicativo social, tendo em conta todos os parâmetros que o podem delimitar: económico, jurídico, científico, metafísico... Deste modo, importa relevar a relação entre os ideais e os momentos históricos, isto é, da capacidade que a própria realidade social possui para tornar efetiva determinadas assunções idealistas. Do mesmo modo, é premente a existência de homens capazes de pôr em prática o que, muitas vezes, a estrutura social exige<sup>9</sup>.

Na verdade, bastaria encararmos a fala do Parvo Joane, personagem ímpar na dramaturgia de Gil Vicente, para denotarmos, no seu diálogo inicial com o Diabo, a sua apriorística condenação, isto é, a abertura das sôfregas portas do Inferno. Tudo porque ele era, de facto, alguém portador de uma deficiência mental. Não fosse Gil Vicente um inconcusso humanista, já com os dois pés no Renascimento, e Joane arderia eternamente nos caldeirões infernais. Tendo em conta que no tempo do autor de *O Auto da Índia* (o texto de Gil Vicente foi representado, pela primeira vez, em 1517) eram frequentes as cenas de apedrejamento dos deficientes mentais, do mesmo modo que milhares deles morriam nas fogueiras da Inquisição, parece-nos indubitável o oportuno lastro de homem novo que emergia no dramaturgo português.

Adrede, torna-se incontornável sublinhar, neste contexto *avant la lettre*, o nome de Coménio (1592-1670), com a sua *Didáctica Magna* (1627-1657), «o primeiro tratado sistemático de pedagogia, de didática, e até de sociologia escolar»<sup>10</sup>. Com efeito, Coménio tinha como escopo primeiro mostrar como é possível «ensinar tudo a todos»<sup>11</sup>, antecipando-se três séculos ao pedagogo francês Pierre Faure, na premissa de que todo o ser humano é educável. Coménio era um defensor da escola, a qual deveria ser povoada por

<sup>6</sup> MOURA, 1982: 40-41.

<sup>7</sup> Cf. CARDIA, 1991: 53.

<sup>8</sup> Sottomayor Cardia faz a separação entre moral prática e vivencial: aquela ocupa-se de ações, de intenções e de motivações de agir; a moral vivencial ocupa-se de questões do ser ou não ser.

<sup>9</sup> Lembrando ainda a mitologia grega, ao Cronos, isto é, ao tempo em quantidade, contrapõe-se o tempo da oportunidade, ou seja, «Kairos». É, pois, nesta categoria de índole mais qualitativa que podemos perspetivar este tempo presente da educação especial.

<sup>10</sup> GOMES, 2006: 32, 33.

<sup>11</sup> GOMES, 2006: 33.

todos os jovens, não só «os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas»<sup>12</sup>. De facto, o bispo protestante nascido na Morávia (hoje parte integrante da República Checa) foi o primeiro democratizador do ensino no ocidente, ao proclamar também os direitos da mulher à educação:

*Não pode aduzir-se nem sequer um motivo válido, pelo qual o sexo fraco [...] deva ser excluído dos estudos [...] as mulheres são igualmente [...] dotadas de uma mente ágil e capaz de aprender a sabedoria (e muitas vezes até mais que o nosso sexo), igualmente para elas está aberto o caminho dos ofícios elevados*<sup>13</sup>.

Esta democratização (relevada através do quantificador «todos») alarga-se mesmo aos deficientes mentais, também estes com direito à educação:

*Não deve fazer-nos obstáculo o facto de termos que alguns são rudes e estúpidos por natureza, pois isso ainda mais recomenda e torna mais urgente esta universal cultura dos espíritos. Com efeito, quanto mais alguém é de natureza lenta ou rude, tanto mais tem necessidade de ser ajudado, para que, quanto possível, se liberte da sua debilidade e da sua estupidez brutal. Não é possível encontrar um espírito tão infeliz, a que a cultura não possa trazer alguma melhoria*<sup>14</sup>.

Foram variadas as atitudes assumidas pela sociedade para com as pessoas com deficiência, ao longo da história<sup>15</sup>. Desde serem considerados um estorvo pelos povos nómadas, sacrificados aos deuses pelos gauleses, seres divinizados e protegidos pelos deuses e portadores de uma visão sobrenatural no antigo Egípcio, castigo divino na Idade Média (de onde também resultava a contribuição dos corcundas e dos anões para divertimento da Corte), os portadores de deficiência foram sempre um alvo de fácil manejo social. Na Grécia Antiga, por exemplo, berço da civilização ocidental, a aniquilação das crianças com deficiência era considerada, em algumas cidades, um ato perfeitamente ajustável, sendo mesmo validada por filósofos como Platão<sup>16</sup> e Aristóteles<sup>17</sup>, apesar de Hefesto, o próprio filho de Zeus, deus ferreiro, do fogo e dos artífices, ser, ele próprio, coxo das duas pernas<sup>18</sup>. Com a república romana, este paradigma não se alterou substancialmente.

<sup>12</sup> COMÉNIUS, 2006: 139.

<sup>13</sup> COMÉNIUS, 2006: 141.

<sup>14</sup> COMÉNIUS, 2006: 140.

<sup>15</sup> Do mesmo modo, as escolas, enquanto subproduto social, em concomitante harmonia com a sociedade, imbuem-se deste «espírito da época» (*zeitgeist*) (cf. AINSCOW, 1995).

<sup>16</sup> Em *A República*, livro III, Sócrates responde afirmativamente ao seu interlocutor, quando este o questiona sobre o destino que a cidade deve dar aos cidadãos desconformes:

– [...] *dentre os cidadãos, os que forem constituídos de corpo e alma, [os médicos e juizes] deixarão morrer os que fisicamente não estiverem nessas condições, e mandarão matar os que forem mal conformados e incuráveis espiritualmente?*

– *Parece-me que é o melhor, quer para os próprios pacientes quer para a cidade.* (PLATÃO, 2012: 409e, 410a).

<sup>17</sup> «Sobre a sorte das crianças recém-nascidas, deve haver uma lei que decida quais se abandonarão e quais serão criadas; que não seja permitido criar nenhum daqueles que nasçam mutilados, ou seja, privado de qualquer dos seus membros [...] que se faça abortar as mães antes que o seu fruto tenha vida e sentimento». (ARISTÓTELES, s/d: Livro VII, 1335b19).

<sup>18</sup> Na verdade, a história de Hefestos não podia ser mais vinculativa da importância das singularidades aptidunais de cada indivíduo: Hera, envergonhada de ter dado à luz um filho tão disforme (coxo e de aspeto gnómico), precipitou-o no mar

Séneca, em pleno período fulgente da história romana (o século de Augusto), defende a prática incomplacente da eliminação dos deficientes tendo, no entanto, numa fase mais adaptativa da sua existência, refeito o seu pensamento quando, em carta ao seu amigo Lucílio, reconhece as aptidões daqueles que são, congenitamente, diferentes. Vale a pena, a este propósito, transcrever a citação de Séneca, pois ela oferece-nos, de certo modo, uma noção deveras premente quando lidamos com questões da deficiência, seja ela física ou intelectual, que é a questão do preconceito:

*A virtude, de facto, passa bem sem ornamentos, antes tem em si mesma a sua beleza, além de dar formosura ao corpo em que reside. O certo é que comecei a ver com outros olhos o meu amigo Clarano: até me pareceu belo [...]. De uma choupana pode sair um grande homem, num pobre corpo disforme e franzino pode morar uma alma grande e bela. Creio mesmo que a natureza se compraz em produzir homens assim como prova de que a virtude pode nascer em qualquer lugar [...] [A natureza] cria homens fisicamente deficientes mas nem por isso menos capazes de vencer todos os obstáculos<sup>19</sup>.*

Vivia-se, portanto, até meados da Idade Média, um tempo de separação, isto é, um tempo de negação (exclusão), eugenista, onde as pessoas portadoras de deficiência não tinham lugar na sociedade, enquanto indivíduos com direitos iguais aos outros.

O Renascimento (e a alta Idade Média) traz, de facto, novos mundos ao mundo. Um desses mundos tem a ver com o interesse científico sobre o próprio homem, através, por exemplo, da valorização do corpo. A igreja (sobretudo as religiões monoteístas, entre as quais o cristianismo) assume aqui um papel fundamental, com um sentido fortemente assistencialista (e de compaixão), o qual perdura, aliás, até aos nossos dias. Pouco a pouco, o infanticídio era já relegado para um plano antinatural, desconforme com o pregação cristão. Consequentemente, o infanticídio vai saindo aos poucos da legislação, embora estejamos ainda muito longe da assunção plena dos direitos das pessoas com deficiência. Digamos que, a partir deste tempo, o deficiente tinha o direito de não morrer às imprudentes e alucinadas mãos dos outros, os considerados cidadãos normais<sup>20</sup>.

O tempo era, agora, de proteção, isto é, de benevolência e caridade – embora esta realidade protetora fosse, fundamentalmente, um exclusivo das famílias aristocráticas –, o qual se manteve até meados do século da Revolução Francesa e do Iluminismo.

O conceito de educação especial, ou melhor, a pré-história deste conceito, surge, verdadeiramente, com Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), médico francês que dedicou grande parte da sua vida ao estudo dos problemas e necessidades das pessoas com deficiências auditivas, quando se interessou por um rapaz de 12 anos – Vítor – que foi encontrado em estado selvagem num bosque no sul da França, província de Averyron. Comba-

---

para que ficasse eternamente escondido nos abismos. Ele foi, contudo, recolhido pelas filhas de Oceano, Tétis e Eurínome, que o levaram para a ilha de Lemos, onde ele, durante vários anos, trabalhou como artesão. Fabricava os mais belos objetos em ferro, bronze e metais preciosos.

<sup>19</sup> SÉNECA, 1991: 66, 1-4.

<sup>20</sup> A título de exemplo, um deficiente não tinha o direito à herança ou a exercer cargos.

tendo o normativo médico dos seus colegas parisienses (que prognosticava uma incapacidade de aprendizagem de Vítor devido à sua deficiência mental), Itard abraçou um ponto de partida verdadeira e pedagogicamente revolucionário, em que acreditava que seria possível alterar, através da educação (com uma base metodológica que se sustentava num verdadeiro programa educativo individual), o comportamento selvagem (deseducado) de Vítor. O *modus operandi* passava por fases que percorriam diversas áreas: a integração social, a estimulação sensorial, o aumento dos seus conhecimentos através do estímulo cerebral a partir de novas ideias, o uso da linguagem de acordo com as suas necessidades e a consciencialização de si próprio. Passados cinco anos, a evolução de Vítor era evidente, tanto ao nível cognitivo (conseguia ler algumas palavras), como também ao nível psicossocial (interrelacionava-se afetuosa e especialmente com Guérin, a governanta de Itard, e realizava algumas ordens simples). Itard, não plenamente satisfeito com os progressos alcançados (a comunicação oral nunca foi alcançada, por exemplo), afirmava que, se tivesse trabalhado Vítor precocemente, os resultados seriam, indubitavelmente, melhores. Não obstante, este trabalho do médico francês veio provar da importância de situações de aprendizagem em qualquer ser humano, seja ele deficiente ou «normal»<sup>21</sup>. Do mesmo modo, Itard antevê, em pleno século XVIII, aquilo que viria a ser uma área disciplinar no âmbito da educação especial: a intervenção precoce. Deve-se, a este propósito, relevar, segundo o seu encaminhamento metodológico, a importância de um bom ambiente pedagógico para que todo o processo de ensino-aprendizagem se efetue tendo em conta um verdadeiro reforço positivo.

Todo este caminho percorrido por Itard, as ideias iluministas de figuras como Diderot e Rousseau, a industrialização emergente, o aparecimento de deficientes ilustres, como, por exemplo, o matemático inglês Nicholas Sanderson (1682-1739) e a compositora austríaca Maria Teresa Von Paradis (1759-1824), os postulados legislativos sobre o ensino de pessoas portadoras de deficiências através de um estatuto de protegidos da sociedade, ajudaram a materializar uma euforia que marcou esta terceira fase da educação especial – a emancipação. Importa ainda realçar que o fim da exclusão social a que os deficientes estavam sujeitos resultou numa aposta em instituições como hospitais e escolas para cegos e surdos. Destas, é incontornável referir a do abade Charles M. Eppée, que criou o «método de sinais», tendo publicado, em 1776, a obra *A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos*, adiantando, no fundo, os estudos precursores de Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), primeiro professor de surdos-mudos em França. Do mesmo modo, e no que concerne às pessoas com deficiência visual, surge o incontornável nome de Valentin Haüy (1745-1822), que fundou, em Paris, em 1784, o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, onde, quarenta e cinco anos depois, Louis Braille adapta o código militar de escrita noturna para a compreensão de textos para cegos.

<sup>21</sup> Utilizo propositadamente o termo «normal» entre aspas seguindo o postulado de Tony Booth e Mel Ainscow sobre a «tirania das ideias de normalidade» (BOOTH & AINSCOW, 2011: 96). Na verdade, esta «tirania da normalidade» afigura-se como um dos principais fatores de discriminação e segregação de crianças e adultos com deficiências.



Por sua vez, as conquistas sociais vão alargando o seu âmbito de ação, seja através das lutas dos trabalhadores (direito à greve, sindicalização, horário de trabalho), do aparecimento do feminismo (direito à instrução, autonomia civil...) ou através do reconhecimento do direito à educação pelas diversas constituições internacionais. Assim, o início do século XX traz-nos uma cultura educativa com preocupações mais humanistas, a qual havia já sido, de certo modo, posta em prática na fase anterior. Neste sentido, importa relevar que as cinco fases tradicionais da educação especial (separação, proteção, emancipação, integração e inclusão) não podem nunca ser vistas como estanques ou marcadamente periodizáveis. Não haveria, na verdade, emancipação se, antes desta, não tivesse tido lugar um *ethos* predominantemente protetório. Do mesmo modo, o paradigma inclusivo atual jamais existiria nestes moldes sem o precedente da integração.

Esta valorização dos direitos humanos obrigam a uma espécie de regularização institucional dos mesmos, a qual invoca princípios tão amplamente aceites, hoje em dia, como a igualdade de oportunidades, o direito à diferença, a solidariedade, a justiça social, entre outros. É, pois, neste espaço de abertura (no aparecimento de uma nova mentalidade) ao direito à plenitude da vida enquanto valor fundamental, que emergem documentos de grande significado filosófico e vinculativo. Porventura o mais significativo e direcionado – até porque é elaborado no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, em 1948 – é a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, que, no seu artigo primeiro, declara, tão simplesmente, o que se pode considerar todo um programa: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade». No que diz respeito à educação enquanto espaço inclusivo (ou, ainda, de integração ou compreensão), ressaltamos o postulado emanado pelo artigo 26.º do mesmo documento, que assegura o direito à educação elementar gratuita e obrigatória para todas as crianças; a *Declaração dos Direitos do Deficiente Mental* (resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1971), que advoga, primeiramente, os mesmos direitos, para a pessoa deficiente mental, que usufruem os demais cidadãos; a *Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente* (resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1975), que proclama os direitos da pessoa com deficiência; o *Programa de Ação Mundial Relativo às Pessoas Deficientes* (aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1982), que atesta a promoção de medidas eficazes para a prevenção da deficiência, assim como para a reabilitação e a realização dos objetivos de «igualdade» e «participação plena» das pessoas deficientes na vida social; a *Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança* (1989), a qual assevera os direitos de todas as crianças à educação sem qualquer discriminação e a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* (Joitien, Tailândia, 1990), que proclama, nos seus dez artigos, a necessidade efetiva do direito de todos à educação. Neste âmbito, convém sempre relevar o significado simbólico e pragmático do ano de 1981, institucionalizado, pelas Nações Unidas, como «International Year of Disabled Persons», o que originou uma indubitável aceleração das reivindicações oriundas dos diversos movimentos das pessoas portadoras de deficiências. O *Programa de Ação Mundial Relativo às Pessoas Deficientes* (aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 3 de Dezembro de 1982) é, clara-

mente, fruto do pendor reivindicativo do ano que o precedeu, assim como a institucionalização, pelas Nações Unidas, da «United Nations Decade of Disabled Persons».

Ora, todo este acervo documental, produzido durante décadas, resultou em avanços significativos para a democratização do ensino, isto é, permitir o acesso à escola de todas as crianças e jovens. Assim, os alunos com dificuldades de aprendizagem são naturalmente enquadráveis neste conceito de educação para todos, fundamento primeiro desta quarta fase da educação especial, a integração. Importa, antes disso, entender que o conceito de Dificuldades de Aprendizagem (DA) tem sofrido, ao longo dos tempos, alterações significativas de sentido, o que tem permitido diferentes olhares no que diz respeito à abordagem da educação especial. Assim, de uma perspetiva orgânica passou-se, em 1962, para a primazia de uma matriz educacional, o que originou, desde logo, o afastamento de um certo estigma clínico que caracterizava estes alunos. Autores como S. A. Kirk e Barbara Bateman foram pioneiros na abordagem pedagógica dos alunos com DA. Na verdade, foi esta contextualização educativa que esteve na base da definição, hoje comumente aceite, de DA preconizada pela *Public Law 94-142* e pelo *National Joint Committee on Learning Disabilities (NJCLD)*<sup>22</sup>.

É, pois, através da integração que a Escola assumiu as práticas da educação especial, até então marcadas por condutas separatistas, as quais não traziam qualquer benefício/eficácia ao aluno, ao mesmo tempo que colidiam, objetivamente, com a perspetiva dos direitos humanos. Assim, conquistou-se o direito dos alunos com deficiência serem educados num meio o menos restritivo possível, bem como a obrigatoriedade das escolas os aceitarem no seu seio.

A este propósito, importa salientar o enquadramento legal e pioneiro da *Public Law 94-142*, de 1975, nos Estados Unidos, mas também o *Warnock Report* que, em 1978, em Inglaterra, introduziu o conceito de «special educational needs» (necessidades educativas especiais), valorizando, definitivamente, os critérios pedagógicos em detrimento da avaliação exclusivamente clínica. Do mesmo modo, em Inglaterra, em 1981, o *Education Act* definia que uma criança «has special educational needs if he has a learning difficulty which calls for special educational provision to be made for him»<sup>23</sup>. Este relatório salientava também a importância dos psicólogos serem cada vez mais envolvidos em todo o processo educativo, acentuando, portanto, a importância duma dinâmica multidisciplinar para responder às potencialidades dos alunos com necessidades educativas especiais. Esta dinâmica passava, indubitavelmente, não só pelos professores e encarregados de educação, mas também por um conjunto de técnicos e processos que potencializam a interação que subsiste a qualquer processo de ensino-aprendizagem. Estas medidas poderiam passar, por exemplo, pela simplificação de instruções que dizem respeito às tarefas escolares, alteração de propostas de avaliação, ajustamento de horários, modificação dos textos e horários escolares, entre outras medidas.

<sup>22</sup> Cf. CORREIA & MARTINS, 1999: 7.

<sup>23</sup> *Education Act*, disponível em <<http://www.educationengland.org.uk/documents/pdfs/1981-education-act.pdf>> [consulta realizada em 30/12/2014].

Existe, com efeito, uma tentativa de potencializar uma dimensão socializadora da educação, através de uma ampla vertente formativa, em detrimento da simples transmissão-assimilação de conhecimentos. Em Portugal, tanto a *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº 46/86), na sua posição relativamente à educação das pessoas com deficiência, como o *Decreto-Lei nº 319/91*, de 23 de agosto, preenchem cabalmente este paradigma que enforma a natureza formativa e socializadora da educação destes alunos. Releva-se, assim, o conceito de normalização (legislado na Dinamarca), ou seja, a «possibilidade do deficiente mental desenvolver um tipo de vida tão normal quanto possível»<sup>24</sup>, através da potencialização de um plano individual para a inserção no coletivo.

Foi inserido neste paradigma que Soder (1981) definiu quatro graus de integração: física (partilha de espaços), funcional (espaços e recursos), social (integração na classe regular) e comunitária (focados no prosseguimento da vida na comunidade)<sup>25</sup>. Neste sentido, compartilhamos o ponto de vista de Isabel Sanches e António Teodoro, segundo o qual

*[...] a integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular). As práticas pedagógicas foram também transportadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno, desenhado e desenvolvido, essencialmente, pelo professor de educação especial*<sup>26</sup>.

No entanto, como a própria UNESCO reconheceu, num relatório publicado em 2005, a passagem para o ensino regular, preconizada pela integração, não foi acompanhada por uma efetiva alteração organizacional nas escolas, não só ao nível dos espaços físicos, mas também no que diz respeito aos currículos e estratégias de ensino-aprendizagem.

É precisamente este escopo de transformação que a *Declaração de Salamanca* (1994) visiona, ao proclamar os fundamentos de uma verdadeira escola inclusiva, onde o princípio maior da socialização é aqui posto, objetiva e definitivamente, em prática. Adrede, merecem refulgência as primeiras sete linhas do prefácio do documento resultante desta conferência, visto constituírem, no seu todo, um verdadeiro programa educativo-político:

*Reuniram-se em Salamanca, de 7 a 10 de junho de 1994, mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais*<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> SANCHES & TEODORO, 2006: 65.

<sup>25</sup> SODER, 1981.

<sup>26</sup> SANCHES & TEODORO, 2006: 66.

<sup>27</sup> UNESCO, 1994: iii.

De notar que a socialização, neste contexto, revela-se um forte pendor motivacional para os alunos, sejam eles «especiais» ou «normais». Com efeito, o completo desenvolvimento da personalidade humana só se adquire na sua plenitude quando conseguimos coexistir com o outro, nas suas semelhanças e, principalmente, nas suas diferenças ou dissemelhanças. Deste modo, esta socialização deverá, desde logo, começar por uma maior harmonização, a qual só se pode concretizar, no que à escola diz respeito, com uma plena inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais (incluindo os alunos com deficiências) em ambientes de salas de aula regulares, «apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais»<sup>28</sup>. Neste contexto, importa atender às evidentes mudanças que a escola inclusiva acarreta, as quais são transversais e holísticas, ao desenhar um enquadramento que passa pela organização e gestão da escola, pela formação dos professores e de outros intervenientes, pelo apoio (individual) aos alunos, pela natureza do currículo e por uma mudança jurídico-legislativo.

Neste sentido, o *Decreto-Lei 3/2008*, de 7 de janeiro, pode ser, desassombradamente, considerado como um grande passo, do ponto de vista legislativo, para uma verdadeira escola inclusiva. Com efeito, não é por falta de legislação coerente e progressista que a carta não chega a Garcia.

A resposta da escola inclusiva deve ser encarada como uma oportunidade de enriquecer a aprendizagem e combater a discriminação, pois tem como premissa a qualidade do ensino orientada para o sucesso de todos os alunos, tendo sempre em conta a diversidade de características das crianças e jovens, as diferentes necessidades e também, em perfeita correlação, a diferenciação de medidas.

## CONCLUSÃO

A inclusão é o caminho mais apropriado para um verdadeiro paradigma democrático, visto que abre um espaço visível e relevante para uma igual participação de todos os alunos no processo de aprendizagem, sem nunca descurar aquele outro trilho que passa pela opção individual e também pelo acompanhamento, através de medidas especiais para os que delas precisarem.

Não podemos, de facto, perspetivar a construção de uma sociedade assente em valores humanistas sem uma educação de qualidade. Do mesmo modo, esta não pode existir sem termos em conta que o ser humano não é uma linha de montagem de automóveis. Por isso é que na unidade (humana) subsiste a diversidade.

Trabalhar na e com a educação é encarar diariamente um sentido de porvir, isto é, uma ideia a alcançar, diariamente. É, no fundo, o sentido utópico da escola enquanto paradigma utilitário: as utopias são úteis porque nos fazem trabalhar mais e melhor.

Não nos iludamos: o tempo em que vivemos é adverso a um investimento sustentável na educação, nos recursos e financiamento. Com efeito, «[...] a partir dos anos 90

<sup>28</sup> PORTER *apud* JESUS & MARTINS, 2000: 12.

teria sido fundamental que as dotações financeiras tivessem acompanhado a evolução da política educativa que então se desenhou, no sentido da abertura das escolas regulares a todas as crianças»<sup>29</sup>. O mesmo sentido crítico é realçado pela UNESCO em 2003 ao relevar que «obstáculos de carácter macroeconómico» acabam por afetar a aplicação de alguns princípios educativos inclusivos.

Para além disso, alguns autores apresentam uma perspetiva muito crítica face ao conceito de inclusão, como Correia que afirma:

*O conceito de inclusão tem sido alvo de equívocos constantes, ou seja, tem sido muito maltratado, incompreendido, mutilado de tal forma, fruto de uma retórica pós-moderna, romântica, exacerbada com frases idílicas, que, no fim de contas, quem acaba por pagar a factura é um elevado número de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais (NEE), particularmente se elas forem significativas*<sup>30</sup>.

De facto, não obstante todo o edifício teórico da nossa legislação, convém ter em conta que uma inclusão tubularmente atracada aos seus postulados normativos pode gerar um enviesamento que se projeta no sentido oximorístico da exclusão dentro da inclusão.

Assim, trabalhar a escola inclusiva para que o «outro» tenha, cada vez mais, um lugar que é seu de direito, é um caminho que só se pode fazer caminhando, num projeto para todos e para cada um, onde a criatividade deve constituir-se como um pilar fundamental do edifício educativo.

Lewis Carrol, em *Alice no país das maravilhas*, coloca a protagonista perante o dilema do caminho a seguir. A resposta do seu interlocutor é clara e entendível, tendo em conta este preceito educativo, o qual fundamenta, de certo modo, a redação deste artigo:

– *Podias fazer o favor de me dizer para onde devo ir a partir de agora?*  
– *Isso depende muito de para onde é que queres ir – disse o Gato.*  
– *Não me importa muito onde... – respondeu Alice.*  
– *Então também não importa por onde vás – disse o Gato.*  
– *... desde que chegue a algum lado – explicou Alice.*  
– *Oh, com certeza que chegas – disse o Gato – se andares o suficiente.*  
[...]  
– *Que tipo de pessoas é que aqui vive?*  
[...]  
– *Nesta direção – informou um Gato [...] vive um Chapeleiro. E naquela [...] mora uma Lebre de Março. Podes visitar aquele que quiseses, são ambos loucos.*  
– *Mas eu não quero andar com gente louca – protestou Alice.*  
– *Oh, não há nada a fazer – disse o Gato. – Aqui somos todos loucos. Eu sou doido e tu também*<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> BÉNARD DA COSTA, *et al.*, 2006: 49.

<sup>30</sup> CORREIA, 2012: 12.

<sup>31</sup> CARROLL, 2000: 72.

## BIBLIOGRAFIA

- AINSCOW, M. (1995) – *Special needs through school improvement; school improvement through special needs*. In CLARK, C.; DYSON, A.; MILLWARD, A., eds. – *Towards Inclusion Schools*. London: Fulton.
- ARISTÓTELES (s/d) – *Tratado de Política*. 2.ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América. Coleção Livros de Bolso Europa-América 158.
- BÉNARD DA COSTA, Ana Maria; LEITÃO, Francisco Ramos; MORGADO, José; PINTO, José Vaz (2006) – *Promoção da Educação Inclusiva em Portugal – Fundamentos e Sugestões*. Disponível em <[http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_45.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_45.pdf)> [Consulta realizada em 3/10/2014].
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. (2011) – *Index para a inclusão. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. Bristol: CSIE.
- CARDIA, Mário Augusto Sottomayor Leal (1991) – *Da Estrutura da Moralidade*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CARROLL, Lewis (2000) – *As aventuras de Alice no país das maravilhas e Alice do outro lado do espelho*, Lisboa: Relógio d'Água.
- COMÊNIO, João Amós (2006) – *Didáctica Magna*. 5.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORREIA, Luís de Miranda; MARTINS, Ana Paula (1999) – *Dificuldades de aprendizagem. Que são? Como entendê-las?* Porto: Porto Editora.
- CORREIA, Luís de Miranda (2010) – *O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão*. In CORREIA, Luís de Miranda, coord. – *Educação Especial e Inclusão – Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora, p. 11-40.
- (2012) – *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora.
- GOMES, Joaquim Ferreira (2006) – *Prefácio*. In COMÊNIO, João Amós – *Didáctica Magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 33.
- JESUS, Saul Neves de; MARTINS, Maria Helena (2000) – *Escola Inclusiva e apoios educativos*. Porto: Asa Editores II.
- MOURA, José Barata (1982) – *Para uma crítica da «Filosofia dos Valores»*. Lisboa: Livros Horizonte. Coleção Razão e Diálogo 6, p. 13-72.
- PLATÃO (2012) – *A República*. 13.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANCHES, I.; TEODORO, A. (2006) – *Da integração à Inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos*. «Revista Lusófona de Educação», p. 63-83.
- SÉNECA (1991) – *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 221-262.
- SODER, M. (1981) – *Devolver o deficiente à comunidade de onde foi excluído*. «Correio da Unesco», 9, n.º 8, p. 20-23.
- UNESCO (1994) – *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e Ministério da Educação e Ciência de Espanha.





# O «OUTRO» NO CINEMA FICCIONAL E NARRATIVO: SIGNIFICADO E VITALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DO REAL

PEDRO MIGUEL BARBOSA ALVES\*

**Resumo:** O presente artigo incide sobre a relevância do cinema ficcional e narrativo como instrumento para aproximar-nos da realidade e do «Outro». Recorrendo a bibliografia interdisciplinar e relevante, estabelecemos uma análise teórica dividida em duas direções essenciais. Por um lado, verificamos como cinema, ficção e narrativa se conjugam em representações significativas do real e do «Outro». Por outro lado, comprovamos como o cinema ficcional e narrativo permite aos seus espectadores experimentações implicadas e ressonantes das suas histórias e dos seus universos, promovendo uma utilização e um aproveitamento do que é representado e do «Outro» em diferentes âmbitos cognitivos, afetivos ou empíricos das suas vidas.

**Palavras-chave:** Cinema ficcional e narrativo, espectador, realidade, «outro».

**Abstract:** This article incurs on the importance of fictional and narrative cinema as an instrument for approaching us to reality and to the «Other». By using an interdisciplinary and relevant bibliography, we establish a theoretical analysis divided in two major directions. On one hand, in which ways film, fiction and narrative conjugate in significant representations of reality and the «Other», allowing its spectators implied and resonant experimentations of the stories and universes of narrative and fictional cinema. On the other hand, how the latter promotes spectators' utilization and profiting from what is represented and from the «Other», in different cognitive, affective and empirical fields of their lives.

**Keywords:** Fictional and narrative cinema, spectator, reality, «other».

## 1. INTRODUÇÃO

*Ao delegar ao Outro aquilo que há de mais profundo em mim, inclusive meus sonhos e ânsias, abro um espaço onde posso ter a liberdade de respirar [...]¹.*

O que somos e como vivemos depende consideravelmente das relações significativas que estabelecemos com o «Outro», ou seja, com os elementos humanos, naturais, sociais ou culturais que escapam ao âmbito do nosso quotidiano e do nosso *self* individual e coletivo. A ideia de «Outro» incorpora tudo o que nos aparece na realidade como estranho, original ou diferente, requerendo a nossa capacidade de o perceber, de o compreender, de o interpretar, e de assimilar ou rejeitar as influências que pode exercer sobre a nossa identidade e sobre o nosso comportamento.

O contacto com e a criação de sentido e significado sobre o «Outro» pode partir de diversas ferramentas que procuram compreendê-lo e enquadrá-lo no modo como somos,

---

\* CITCEM – pedrobmvalves@gmail.com.

¹ ŽIŽEK, 2006: 23.

agimos, entendemos e sentimos, e estendem-se desde procedimentos científicos e racionais até aproximações de índole sensível, artística ou cultural. A necessidade de instrumentos complementares nesta procura de sentido sobre o «Outro» relaciona-se intimamente com a extrema complexidade e variedade da realidade nas suas várias vertentes, a qual apenas pode ser entendida e integrada na vida individual e coletiva dos seres humanos através da implicação de várias perspectivas, de várias ideias e de várias sensibilidades numa lógica de interação constante entre fatores adquiridos e fatores originais.

Neste contexto, o cinema ficcional e narrativo assume-se como um dos meios à nossa disposição para contactar com o que é diferente e inovador para a nossa experiência vital, trazendo estruturas narrativas e universos simulados de expressão audiovisual que apelam a uma receção espectral capaz de integrar novas perspectivas nos prismas vitais que definem a identidade e a atuação dos espectadores. Uma consideração atenta sobre os processos de construção e de receção de cinema ficcional e narrativo servirão, então, para averiguar de que forma a sua representação da realidade serve para criar sentido e significado nos contextos vitais humanos, permitindo uma aplicação narrativa, ficcional e fílmica da complexidade do «Outro» (sob a forma de novas figuras, situações, universos e experiências), e ao mesmo tempo uma utilização do cinema ficcional e narrativo para compreender, interpretar e assimilar o «Outro» no nosso entendimento, na nossa sensibilidade e na nossa existência e atuação vitais.

## 2. O CINEMA FICCIONAL E NARRATIVO COMO EXPRESSÃO SIGNIFICATIVA DO «OUTRO» E DO REAL

As conexões entre o cinema ficcional e narrativo e a realidade não surgem de modo óbvio e imediato, mas implicam-se e explicam-se dentro de influências bidirecionais exercidas por cada um dos polos sobre o outro. Se o cinema, a narrativa e a ficção permitem, conjuntamente, construir e expressar uma representação da realidade com validade e utilidade para os seus recetores, isso advém de um conjunto de fundamentos e equivalências entre cinema ficcional e narrativo e a própria realidade, os quais instauram condições essenciais e justificativas para a utilização dos filmes ficcionais e narrativos como ferramentas pertinentes e importantes para definir e assimilar o real e o «Outro».

Antes de mais, devemos enquadrar brevemente o papel do cinema como arte e como fenómeno cultural, profundamente implicado na necessidade humana de construir sentido e significado sobre a realidade. Habitualmente, concedemos à Ciência um papel privilegiado no referido processo, mas tal significa, muitas vezes, negligenciar que a vida humana compõe-se de elementos que escapam aos procedimentos científicos. E aí surge a pertinência da arte e da cultura. Afirma Vargas Llosa<sup>2</sup> que «o conhecimento tem a ver com a evolução da técnica e das ciências, e a cultura é algo anterior ao conhecimento, uma propensão do espírito, uma sensibilidade e um cultivo da forma que dá sentido e

---

<sup>2</sup> VARGAS LLOSA, 2012: 14.

orientação aos conhecimentos». Por outro lado, Lakoff e Johnson<sup>3</sup> defendem que uma aproximação meramente científica à realidade «deixa fora aspetos humanos da realidade, em particular as percepções reais, conceptualizações, motivações e ações que constituem a maior parte do que experimentamos»<sup>4</sup>.

Nesse sentido, a experiência artística de eventos e elementos procedentes ou referentes ao real revela-se importante e adequada para a construção de conhecimentos e criação de significados sobre variados aspetos da vida humana. Staiger<sup>5</sup> sustenta que, entre os vários conjuntos de conhecimentos que providenciam a aquisição das nossas noções do real, aparecem os discursos científicos, os conhecimentos populares, as crenças religiosas, mas também as perspectivas inerentes a várias artes, entre as quais o cinema. Lakoff e Johnson<sup>6</sup> confirmam a mesma ideia, mencionando que «as obras de arte proporcionam novas *gestalts* experienciais e consequentemente novas coerências»<sup>7</sup>, impondo-se, por isso, como «uma questão de racionalidade imaginativa e um meio de criar novas realidades»<sup>8</sup>.

É nesse contexto que o cinema aparece como possível metáfora da realidade. Afirma Quintana<sup>9</sup> que «o cinema, em vez de ser um simples meio de registo de um pedaço em bruto da realidade, é um meio de expressão que renova a construção de formas mediante a figuração, ou seja, mediante o trabalho com os materiais que oferece a própria realidade»<sup>10</sup>. Como metáfora do real, os filmes permitem, assim, reconfigurar eventos e elementos da realidade nos ecrãs, disponibilizando universos e histórias passíveis de expressar o real de um modo original e significante. Por outro lado, «tudo o que consideramos como real podia ser uma interacção entre energias às quais acedemos mediante uma interpretação, uma projeção da mente no ecrã da consciência»<sup>11</sup>, pelo que o cinema ficcional e narrativo incorpora também a necessidade de interpretarmos o que assimilamos do real e de plasmarmos essas informações em constructos mentais significativos que nos possibilitam desenvolver uma noção coerente e um forte sentido vital sobre o real e sobre o «Outro».

Dessa forma, o cinema permite problematizar a realidade dentro de representações que a perspetivam de modos inovadores, instaurando-se como «única arte [...] suscetível de fazer concordar razão e emoção, chegando a uma pela outra numa interdependência em que a reciprocidade permanece constante»<sup>12</sup>. Um dos fatores decisivos para a conju-

3 LAKOFF & JOHNSON, 2005: 188.

4 Texto original: «Deja fuera aspectos humanos de la realidad, en particular percepciones reales, conceptualizaciones, motivaciones y acciones que constituyen la mayor parte de lo que experimentamos».

5 STAIGER, 2000: 193.

6 LAKOFF & JOHNSON, 2005: 280-281.

7 Texto original: «Las obras de arte proporcionan nuevas *gestalts* experienciais y en consecuencia nuevas coherencias».

8 Texto original: «Una cuestión de racionalidad imaginativa y un medio de crear nuevas realidades».

9 QUINTANA, 2003: 59.

10 Texto original: «El cine, en lugar de ser un simple medio de registro de un pedazo en bruto de realidad, es un medio de expresión que renueva la construcción de formas mediante la figuración, es decir, mediante el trabajo con los materiales que ofrece la propia realidad».

11 Texto original: «Todo lo que consideramos como real podría ser una interacción entre energías a la que acedemos mediante una interpretación, una proyección de la mente en la pantalla de la conciencia». (PORTILLO, 2011: 106-107).

12 Texto original: «Único arte [...] susceptible de hacer concordar razón y emoción, llegando a una por medio de la otra en una interdependencia en la que la reciprocidad permanece constante». (Mityr, 2002a: 113).

gação de razão e emoção na percepção e compreensão do «Outro» e do real através da representação fílmica é o envolvimento de elementos sensitivos familiares e utilizados pelo ser humano no acesso à própria realidade, entre os quais se destaca claramente a relevância da imagem.

Afirma Hillman<sup>13</sup> que «a imagem é espontânea, primordial, dada com a própria psique, um «poema essencial no coração das coisas». O dado primário é a imagem, e esta é a alma se apresentando diretamente». Também Mitry<sup>14</sup> sustenta que qualquer pensamento surgirá, inevitavelmente, de uma percepção e conceção das informações procedentes do real intimamente ligadas à componente visual da experiência humana, e ainda que as mesmas se organizem com recursos da linguagem, serão incontornavelmente pensadas e formuladas com imagens. Nesse sentido, e tal como refere Kittler<sup>15</sup>, o cinema permite replicar aos seus espectadores os seus próprios processos de percepção, com uma precisão audiovisual que escapa às possibilidades proporcionadas tanto pela consciência como pela linguagem.

Além destes e doutros fundamentos e equivalências entre cinema e realidade, alguns contrastes entre as duas áreas contribuem igualmente para o impacto verificado na percepção e na compreensão metafóricas inerentes à vivência fílmica. Por um lado, o cinema aplica a percepção visual sobre elementos e eventos ausentes do contexto físico do recetor, mas a concordância entre as formas vistas no ecrã e aquelas próprias das coisas e dos aspetos do real permitem a construção de sentido dentro de processos comuns de compreensão e interpretação do real. Por outro lado, e contrariamente à qualidade e duração dos eventos reais, o cinema permite escolher as figuras, situações, pontos de vista e momentos mais relevantes na representação que estabelece, densificando e intensificando, com isso, a experiência recetiva. É assim, nesse contexto, que a configuração narrativa do cinema adquire sentido, significado e importância na representação do «Outro» e do real.

*Contar histórias é um fenómeno inerente ao ser humano. [...] Além da sua função comunicativa ou da sua relevância como expressão estética, a narrativa configurou, em grande medida, o nosso próprio pensamento. Os relatos são parte essencial da nossa existência. Precisamos deles para conhecer, compreender, explicar, em última instância, inclusive, para tentar dar sentido, às múltiplas e mutáveis realidades humanas que, esquivas, inapreensíveis, pretendem escapar inexoravelmente ao entendimento<sup>16</sup>.*

A narrativa, como dispositivo comunicacional, não se remete simplesmente à expressão fílmica baseada no real, mas aparece como estruturação intimamente relacio-

<sup>13</sup> HILLMAN, 2010: 118.

<sup>14</sup> MITRY, 2002a: 79.

<sup>15</sup> KITTLER, 1997: 99-100.

<sup>16</sup> Texto original: «Contar historias es un fenómeno inherente al ser humano. [...] Más allá de su función comunicativa o su relevancia como expresión estética, la narrativa ha configurado, en gran medida, nuestro propio pensamiento. Los relatos son parte esencial de nuestra existencia. Los necesitamos para conocer, comprender, explicar, en última instancia, incluso, para intentar dar sentido, a las múltiples y cambiantes realidades humanas que, esquivas, inaprensibles, pretenden escapar inexorablemente al entendimiento». (GARCÍA GARCÍA & RAJAS, 2011: 9).

nada com diversos campos da vida humana e de acesso ao «Outro». Defende Graesser<sup>17</sup> que os elementos e eventos narrativos apresentam relações próximas com as experiências quotidianas do ser humano, ativando mecanismos de compreensão recorrentes noutras tipologias de discursos e relatos, tais como as argumentações científicas e abstratas. Noutro âmbito, Lule<sup>18</sup> afirma que também o entendimento e a comunicação jornalística sobre os acontecimentos da realidade constroem-se utilizando a narrativa como ferramenta incontornável, uma vez que «compreendemos as nossas vidas e o nosso mundo através das histórias»<sup>19</sup> e que «precisamos de histórias porque somos histórias»<sup>20</sup>.

Da ciência e do jornalismo poderíamos estender a nossa análise para campos como a política, a publicidade ou outras áreas da existência humana que configuram narrativa-mente a realidade ou o «Outro». No entanto, a importância e transversalidade vitais da narrativa advêm do facto de constituir um instrumento inerente à própria compreensão e estruturação da vida cognitiva, afetiva e empírica dos indivíduos. Parente<sup>21</sup> defende que «a narrativa é uma função pela qual é criado o que contamos e tudo aquilo que é preciso para contá-lo», enquanto Jiménez<sup>22</sup> sustenta que «a narração – seja fictícia ou verdadeira – ocorre sempre dentro da realidade e em virtude desta»<sup>23</sup>. E García García<sup>24</sup> sublinha a mesma ideia: «Ao narrar narramo-nos. Narrar é viver, mas como poderíamos viver e relatar-nos, de uma maneira explícita ou implícita»<sup>25</sup>.

Nestes moldes, verificamos que a narrativa está no cerne da compreensão e da comunicação humana, o que justifica e valoriza a sua participação também na expressão fílmica. No entanto, os relatos e as narrações apresentam importantes características e contributos igualmente ao nível do impacto exercido sobre os espectadores. Com a narrativa, criam-se condições para expressarmos-nos de forma mais familiar e global, mas também para entender de forma mais próxima e acertada o «Outro», chegado até nós dentro de estruturas e configurações disseminados nos discursos que produzimos e recebemos quotidianamente. Por isso mesmo, Schank e Berman<sup>26</sup> referem que a razão pela qual construímos histórias é, em grande medida, para ensinar-nos a nós o que pensamos e o que sabemos, para expressar o que somos ao «Outro», mas também para enquadrar as experiências do «Outro» dentro das nossas configurações identitárias, cognitivas, afetivas e empíricas. Isso significa que as nossas estruturas de crenças e conhecimentos adaptam-se aos dados que a realidade exterior nos proporciona sob configurações narrativas, enquadrando essas informações no que pensamos, no que sentimos e na forma como agimos.

---

<sup>17</sup> GRAESSER, 2002: 229.

<sup>18</sup> LULE, 2001: 4.

<sup>19</sup> Texto original: «We understand our lives and our world through story».

<sup>20</sup> Texto original: «We need stories because we are stories».

<sup>21</sup> PARENTE, 2004: 259.

<sup>22</sup> JIMÉNEZ, 2011: 213.

<sup>23</sup> Texto original: «La narración – ya sea ficticia o verdadera – ocurre siempre dentro de la realidad y en virtud de esta».

<sup>24</sup> GARCÍA GARCÍA & RAJAS, 2011: 16.

<sup>25</sup> Texto original: «Al narrar nos narramos. Narrar es vivir, pero cómo podríamos vivir y relatarlos, de una manera explícita o implícita».

<sup>26</sup> SCHANK & BERMAN, 2002: 294.

O contacto com o «Outro» e a construção de sentidos vitais sobre o que o mesmo traz de novo e original encontram assim, no cinema e na narrativa, um modo de percepção sensorial similar àquele utilizado habitualmente na realidade e formas estruturantes e configuradoras que são válidas para múltiplos dados e campos do real, atribuindo familiaridade e permitindo uma compreensão mais direta de vários tipos de fenómenos. Mas o cinema ficcional e narrativo junta à equação da expressão artística e cultural da realidade e do «Outro» uma outra possibilidade – a ficcional –, com características e direções muito próprias.

*A ficção não é a criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É antes o trabalho que opera dissentimentos, que modifica os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, alterando os quadros, as escalas ou os ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e a sua significação. Este trabalho muda as coordenadas do representável; altera a nossa percepção dos acontecimentos sensíveis, a nossa maneira de os pôr em relação com os sujeitos, o modo segundo o qual o nosso mundo está povoado de acontecimentos e figuras<sup>27</sup>.*

Falar de ficção não significa um afastamento da realidade nem a produção de uma mentira, mas sim um meio para representar o real de modo verosímil e referencial, sem exercer sobre o mesmo qualquer tipo de consequências ou de transformações diretas. A ficção permite transportar elementos da realidade para mundos onde estes são reconfigurados, rerepresentados e renovados, sob a égide de uma atualização representativa que pode ir desde o passado real até futuros imaginados, ampliando com isso a realidade, tanto em quantidade (mais universos, possíveis e impossíveis), como em qualidade (diferentes variáveis representativas e referenciais do real).

Ryan<sup>28</sup> refere que os mundos possíveis (aqueles que não contradizem a realidade) e os mundos impossíveis (os que propõem alternativas discordantes daquilo que a realidade é ou foi) aproximam a ficção da realidade e do pluralismo perspectivista com que a entendemos, sendo o real o centro inspirador de um conjunto de universos-satélites ficcionais que definem, delimitam e expressam as possibilidades, oportunidades e variantes inerentes à realidade e à sua diversidade. Por isso refere García García<sup>29</sup> que «as narrações ficcionais representam o mundo, o que foi, ou podia ter sido, sem obrigações de restringir-se às amarras do real, mas produzindo universos do real que estão escondidos para a lógica da realidade bruta»<sup>30</sup>.

A ficção assume uma natural relação e dependência face à narrativa, tendo em conta a necessidade de configurar e estruturar os universos ficcionais com as situações, as figuras e os acontecimentos que lhes dão direção e significado. E a proximidade e implicação entre ambas surge de modo muito semelhante à participação da narrativa no contexto do

<sup>27</sup> RANCIÈRE, 2010: 97.

<sup>28</sup> RYAN, 2004: 130.

<sup>29</sup> GARCÍA GARCÍA & RAJAS, 2011: 32.

<sup>30</sup> Texto original: «Las narraciones ficcionales representan el mundo, lo que fue, o pudo haber sido, sin obligaciones de atenerse a la atadura de lo real, sino produciendo universos de lo real que están escondidos para la lógica de la realidad mostrenca».

real, nomeadamente nas oportunidades por ela criadas para compreender o «Outro». Sustenta Oatley<sup>31</sup> que «a narrativa ficcional é aquele modo de pensar sobre, e compreender, pessoas que são de certa forma como nós, que atuam. [...] Tal como outras simulações, um objetivo principal é compreender assuntos complexos, neste caso pessoas, as suas ações, as suas interações, expressadas sob a forma narrativa»<sup>32</sup>.

Nesse sentido, as reconfigurações ficcionais de elementos da realidade permitem ao recetor encontrar com «Outros» intervenientes, tempos e espaços, estabelecendo figuras, ações e situações que expandem os nossos contentores empíricos (individuais e coletivos) e promovem, assim, um conhecimento mais amplo e mais profundo sobre a realidade (na sua possibilidade ou impossibilidade). De acordo com Strange<sup>33</sup>, a ficção serve precisamente para uma reconceptualização do presente, do passado e do futuro, criando perspectivas reais e vitais alternativas dentro de estruturas e propostas narrativas que potenciam ressonâncias (individuais e coletivas) nos inventários mentais da nossa experiência, assim como nos comportamentos, pontos de vista e decisões que deles advêm.

Além da importância e do papel potencial das ficções narrativas na compreensão e interpretação da realidade e do «Outro», a sua conjugação com a expressão fílmica permite uma experimentação imersiva e de forte ressonância vital dos universos ficcionais e narrativos. Ao mesmo tempo que a vivacidade e a presença «ausente» das figuras, dos contextos e dos acontecimentos transporta-nos cognitivamente e afetivamente para dentro dos mundos e das histórias representados no ecrã, a consciência de uma ontologia ficcional na receção fílmica possibilita um maior relaxamento do espectador e uma consequente maior abertura – racional e emocional – aos conteúdos propostos pelos filmes. Por isso mesmo, Schaeffer<sup>34</sup> refere que a ficção autoriza abordar a realidade com uma menor tensão psicológica, libertando a experiência recetiva de qualquer tipo de consequências reais diretas, o que permite aos espectadores testemunhar histórias e eventos de grande intensidade emocional e/ou cognitiva (a morte de um personagem, por exemplo) sem sofrer com efeitos reais do que testemunha (sabe que não é uma morte real, o que aumenta a sua predisposição para a experiência e diminui qualquer tipo de angústia com aquilo que vivencia).

Todo este potencial de averiguação da realidade através do cinema ficcional e narrativo permite, assim, uma aproximação ao e do «Outro» com sentidos e significados amplos e vitais, implicando os espectadores na compreensão de múltiplos e complexos aspetos do mundo real que ressoam nos seus esquemas cognitivos, afetivos e empíricos. Nesse sentido, promove um encontro dos sujeitos com uma diversidade ampla, estruturada e intensa de referências reais, problematizadas na sua composição, na sua perspetivação e na sua vivência narrativa e ficcional, e conduzindo a experimentação fílmica para implicações profundas e profícuas entre os seus receptores e o «Outro» representado.

---

31 OATLEY, 2002: 40.

32 Texto original: «Fictional narrative is that mode of thinking about, and understanding, people who are somewhat like ourselves, who act. [...] As with other simulations, a principal purpose is to understand complex matters, in this case people, their actions, and their interactions, expressed in narrative form».

33 STRANGE, 2002: 270.

34 SCHAEFFER, 2002: 308-309.



### 3. O «OUTRO» REALIZADO: OPORTUNIDADES VITAIS COM O CINEMA FICCIONAL E NARRATIVO

As características imputadas ao cinema ficcional e narrativo, nas suas várias vertentes e na averiguação significativa do real e do «Outro», instauram um potencial de representação da vida e da experiência humanas que extravasa a sua mera reprodução, problematizando o quotidiano real e aventurando novas direções e possibilidades para o mesmo. Mas o referido potencial apenas obtém completo sentido e significado no momento da experimentação e da valorização espetatorial dos dados proporcionados pelas propostas narrativas, ficcionais e filmicas. Tal como sustenta Mitry<sup>35</sup>, a imagem não é um fim em si mesmo, mas um «começo».

O cinema ficcional e narrativo instaura uma proposta de contacto simulado (mas referencial) com a realidade e com o «Outro», permitindo o acesso a informações que atuam sobre os contentores empíricos de cada um dos seus espectadores. Ainda que a experiência filmica obedeça ao contacto com um universo ficcional e narrativo pré-estabelecido, essa vivência não se limita ao cumprimento de uma experiência pré-determinada do «Outro», mas permite a cada espectador trazer para o filme e para a sua experimentação muito do que o define individual e socialmente.

Ao contrário da vida real, que surge por vezes de forma caótica e desorganizada, o cinema ficcional e narrativo delimita precisamente as figuras, as situações, os contextos, os acontecimentos e as direções da história, o que intensifica e densifica quer a constituição quer a experimentação dos seus mundos. Por isso, o espectador filmico acede a um tipo de experiência que o impele de um modo mais concreto e intenso do que a realidade, retirando-lhe um pouco do seu livre-arbítrio na seleção das informações que considera, mas delimitando uma vivência mais direcionada para certas afetações vitais.

Desse modo, o cinema ficcional e narrativo demanda por perceções, compreensões e interpretações dos seus mundos dentro de expectativas e de contextos vitais que cada espectador transporta consigo para o encontro filmico com o «Outro». Cada recetor parte com determinadas expectativas externas e internas (relativas a âmbitos socioculturais e institucionais ou a contextos pessoais e subjetivos), as quais servem para posicionar-se antes da e durante a experiência filmica. Por outro lado, o próprio filme vai criando um conjunto de expectativas e antecipações que alimentam o jogo instaurado entre a proposta filmica e os seus espectadores, que tentam decifrar a trama narrativa e criar sentido e significado na evolução da mesma. E daí resulta a riqueza da vivência deste novo mundo, campo inesgotável de interações onde o «Outro» nos atinge no que somos, sentimos e fazemos. Tal como refere Ricoeur<sup>36</sup>, «esse processo movente de modificações de expectativas [...] consiste em viajar ao longo do texto, em deixar “afundar” na memória, abreviando-as, todas as modificações efetuadas, e em se abrir para novas expectativas tendo em vista as modificações».

---

<sup>35</sup> MITRY, 2002a: 155.

<sup>36</sup> RICOEUR, 2010: 287.

A adaptação e transformação espectral na interação com o cinema ficcional e narrativo envolve também o *background* individual e coletivo que nos define. Afirma Tripero<sup>37</sup> que cada recetor fílmico é afetado pelo filme mediante a implicação de recordações e vivências vitais próprias, comprometendo a sua experiência, o seu contexto, as suas perspetivas e as suas intenções na dinâmica filme-espectador, como ferramentas ativas nos processos de decifrar e assimilar o «Outro». Além do mais, a referida implicação pessoal revela-se noutros aspetos como o grau de maturidade, as condições vitais do espectador no momento da receção, ou em fatores socioculturais como a familiaridade com a linguagem cinematográfica, com a estruturação narrativa ou com o «faz-de-conta» ficcional. Todos eles constituem exemplos de condições extra-fílmicas profundamente relacionados com a história e com o ambiente da vida de cada recetor, sendo por isso decisivos para a qualidade e para a intensidade da experiência e das ressonâncias desenvolvidas entre espectadores e filmes.

Dentro do referido contexto de implicação vital, estabelecem-se assim condições profícuas para a projeção de necessidades, desejos e frustrações dos indivíduos nos filmes vivenciados, procurando satisfazer ou resolver o que a vida real não lhes permite. Mitry<sup>38</sup> sustenta que «o espectador ante o ecrã “realiza” no imaginário as situações que deseja conhecer ou experimentar»<sup>39</sup>, aproveitando o cinema ficcional e narrativo como campo para satisfazer lacunas, conscientes ou inconscientes, da sua vida e da sua realidade. No entanto, o recetor fílmico efetua o movimento projetivo intimamente ligado ao que o filme lhe oferece, uma vez que, tal como refere Ricoeur<sup>40</sup>, este não se projeta primeiro a si mesmo, mas «é antes alargado na sua capacidade de autoprojeção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser». A instauração fílmica de um contacto com o «Outro» é, nesse sentido, o catalisador fundamental para a possibilidade de projetar e satisfazer aspetos por cumprir ou resolver no contexto real dos espectadores.

Além da oportunidade projetiva, o cinema ficcional e narrativo promove também a identificação entre recetores e elementos do filme que experimentam. Numa vertente «primária», a identificação estabelece-se entre o ponto de vista do sujeito e aquele instaurado pelo discurso fílmico, promovendo coincidências perceptivas e afetivas entre o olhar autoral e o olhar espectral sobre a história representada. Por outro lado, a identificação «secundária» remete a aproximação entre recetor e filme para os elementos narrativos representados, nomeadamente os personagens e as ações e situações que os mesmos protagonizam. Bermejo Berros e Soto Sanfiel<sup>41</sup> defendem que a referida identificação secundária conduz o espectador no sentido de assumir «emoções, atitudes, pensamentos ou formas de conduta dos personagens», o que confirma o potencial do cinema ficcional e narrativo para influir cognitiva, afetiva e empiricamente nos espectadores.

---

<sup>37</sup> TRIPERO, 2011: 39.

<sup>38</sup> MITRY, 2002b: 61.

<sup>39</sup> Texto original: «El espectador ante la pantalla “realiza” en lo imaginario las situaciones que desea conocer o experimentar».

<sup>40</sup> RICOEUR, 2011: 132.

<sup>41</sup> BERROS & SANFIEL, 2011: 193.

Ambos os movimentos – projetivo e identificativo – demonstram a capacidade do cinema ficcional e narrativo para proporcionar um conjunto de ressonâncias e de aplicações vitais nas experimentações filmicas, narrativas e ficcionais desenvolvidas pelos seus recetores. Estas, tal como referimos, permitem a cada espectador um contacto proficuo e bidirecional com o «Outro»; ao mesmo tempo que possibilita a atualização e a problematização da história e do contexto vital do espectador no campo ficcional e narrativo do filme vivenciado, obtém igualmente informações procedentes do universo filmico que incorporam o «Outro» em entendimentos, sentimentos e comportamentos espectatoriais renovados e modificados.

No entanto, as implicações e afetações mencionadas não se remetem exclusivamente ao tempo de duração do filme, mas extravasam o momento de receção para importâncias e relevâncias no regresso do espectador à sua vida real. A instauração de novas possibilidades percetivas, compreensivas e interpretativas sobre elementos e eventos coincidentes com ou simulados a partir da realidade permite aos espectadores retocar os seus perfis identitários (individual e coletivo), extravasar os limites da sua experiência ou condição vital, bem como resolver lacunas e necessidades pessoais e/ou sociais que não encontram auxílio nem cura no contexto real dos indivíduos.

Sobre uma utilidade catártica e psicoterapêutica do cinema ficcional e narrativo, Metz<sup>42</sup> refere que as narrativas filmicas, ao contribuírem para que o espectador lide com os seus «fantasmas» e irrigue as figuras do seu desejo, instauram uma prática de saciedade afetiva, a qual se pode entender como catártica no sentido de exteriorização (projetiva) ou interiorização (identificativa) de componentes em falta na identidade ou na situação vital do espectador. Significa isso também, de acordo com Mitry<sup>43</sup>, uma verdadeira «libertação» dos sentimentos e das características mais nobres ou vis que temos dentro de nós, aplicadas em universos que não interferem diretamente na vida e na realidade à qual o espectador regressa, mas que indiretamente permitem expelir ou incorporar, com sentido e significado, componentes individuais e/ou coletivas que necessitam desse tipo de resolução simulada e narrativa.

Por outro lado, e numa perspetiva mais racional e empírica, o contacto com o «Outro» proporcionado pelo cinema ficcional e narrativo permite também assimilar novas formas de experiência – transmitidas pelos personagens, pelas suas ações e pelos contextos vividos –, bem como refletir sobre e aprender o que eles significam e o sentido que podem assumir nas vidas e nas realidades dos espectadores. Tal como referem García Amilburu e Lenderos Cervantes<sup>44</sup>, o cinema ficcional e narrativo ajuda-nos a entender a realidade por analogia, permitindo aos recetores identificar, nos filmes, elementos similares aos que compõem ou poderão compor a sua vida e o seu mundo real. Essa avaliação, compreensiva e interpretativa, enquadra uma análise crítica de valores, de condutas e de contextos (observados nos personagens e na sequência de ações narrativas) que, ao

---

<sup>42</sup> METZ, 2001: 109.

<sup>43</sup> MITRY, 2002a: 220.

<sup>44</sup> AMILBURU & CERVANTES, 2011: 21-22.

serem vividos e questionados pelos espectadores, obtêm sentidos e significados próprios, adequados à situação vital de cada um.

Nesse sentido, são várias as valências positivas que encontramos na relação potenciada pelo cinema ficcional e narrativo junto dos seus espectadores, que vão desde a resolução de tensões e pulsões pessoais e sociais, até à capacidade de aprender, refletir e incorporar novas direções identitárias, novos valores, novas posturas, ou novas ações. O contacto com o «Outro» fílmico, ficcional e narrativo revela-se, por isso, uma oportunidade para aplicarmos o que levamos dentro de nós e transformarmo-nos em seres mais completos e resolvidos.

#### 4. CONCLUSÕES

Os sentidos e significados vitais potenciados pelo cinema ficcional e narrativo constituem, tal como vimos, potenciais fatores de melhoramento e de desenvolvimento dos espectadores nas capacidades e nas características, individuais e socioculturais, que moldam a sua identidade e a sua participação na vida e na realidade humanas. Trazendo o «Outro» sob a forma de novas histórias, novos universos e novas perspetivas, o cinema ficcional e narrativo permite nele reconhecer o que nos define e o que nos falta, aplicar o que somos e o que queremos ser, bem como obter recompensas cognitivas, afetivas e empíricas que possibilitam um avanço na forma como entendemos o real e como nos situamos e atuamos sobre ele.

Portillo<sup>45</sup> refere que «aprender não tem por que referir-se sempre à assimilação de experiências racionais do externo, mas sobretudo à compreensão da nossa própria natureza»<sup>46</sup>. Significa isso que, na aprendizagem e na educação humana da realidade e da especificidade diferente e distante do «Outro», devemos considerar seriamente a relevância do cinema ficcional e narrativo como forma de aquisição e compreensão, subjetivas ou programadas, de variados fenómenos que a realidade oferece para nos definirmos como seres instruídos, saudáveis e integrados. Experimentado com propósitos de entretenimento ou com objetivos pedagógicos, o cinema ficcional e narrativo guardará sempre lugar para a implicação das particularidades de cada espectador nos universos que referenciam ou reconfiguram o real, disponibilizando novas perspetivas, sensibilidades e entendimentos para uma assimilação de ou interação profícuas com o «Outro».

Nesse sentido, o cinema ficcional e narrativo assume-se como campo privilegiado para aprender a diferença, a distância e a individualidade, dentro de pressupostos que harmonizam a relação entre o pessoal e o coletivo, entre o próprio e o alheio, e que envolvem valores importantes como a tolerância, o respeito ou a empatia. O cinema ficcional e narrativo apresenta características suficientes e relevantes para fomentar aprendizagens e resoluções psicossociais nos indivíduos, contribuindo para uma vida e existência sau-

<sup>45</sup> PORTILLO, 2011: 129.

<sup>46</sup> Texto original: «Aprender no tiene por qué referirse siempre a la asimilación de explicaciones racionales de lo externo, sino más bien a la comprensión de nuestra propia naturaleza».

dáreis, instruídas e completas. Com os filmes ficcionais e narrativos, podemos tornar o «Outro» familiar e revermo-nos nele, descobrindo, com isso, que os nossos horizontes podem chegar mais longe e mais fundo do que alguma vez supuséramos.

## BIBLIOGRAFIA

- BERMEJO BERROS, Jesús; SOTO SANFIEL, María Teresa (2011) – *Avances conceptuales en la dimensión pragmática de la narrativa audiovisual en el contexto multimedia*. In GARCÍA GARCÍA, Francisco; RAJAS, Mario, coord. (2011) – *Narrativas audiovisuales – Vol. 1: El relato*. Madrid: ICONO 14, p. 177-198.
- GARCÍA AMILBURU, María; LENDEROS CERVANTES, Bárbara (2011) – *Teoría y práctica del análisis pedagógico del cine*. Madrid: UNED.
- GARCÍA GARCÍA, Francisco (2011) – *Ética y narración audiovisual*. In GARCÍA GARCÍA, Francisco; RAJAS, Mario, coord. (2011) – *Narrativas audiovisuales – Vol. 1: El relato*. Madrid: ICONO 14, p. 13-34.
- GARCÍA GARCÍA, Francisco; RAJAS, Mario (2011) – *El relato: una aproximación interdisciplinar*. In GARCÍA GARCÍA, Francisco; RAJAS, Mario, coord. – *Narrativas audiovisuales – Vol. 1: El relato*. Madrid: ICONO 14, p. 9-12.
- GRAESSER, Arthur C. (2002) – *How does the mind construct and represent stories?*. In GREEN, Melanie C.; STRANGE, Jeffrey J.; BROCK, Timothy C., eds. – *Narrative Impact: Social and Cognitive Foundations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 229-262.
- HILLMAN, James (2010) – *Ficções que curam: Psicoterapia e imaginação em Freud, Jung e Adler*. Campinas: Veros Editora.
- JIMÉNEZ, Gabriel (2011) – *Las propiedades persuasivas de las narraciones: análisis de la propuesta antibélica Las Flores de Harrison*. In SÁNCHEZ, Javier Sierra; ORMAECHEA, Sheila Liberal, coord. – *Reflexiones científicas sobre cine, publicidad y género desde la óptica audiovisual*. Madrid: Editorial Fragua, p. 159-180.
- KITTLER, Friedrich Adolf (1997) – *Trespassing in scientific narrative: Grafton Elliot Smith and the Temple of Doom*. In JOHNSTON, John, ed. – *Literature, Media, Information Systems: Essays*. Amesterdão: G+B Arts International, p. 85-100.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark (2005) – *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid, Cátedra.
- LULE, Jack (2001) – *Daily News, Eternal Stories*. Nova Iorque: The Guilford Press.
- METZ, Christian (2001) – *El significativo imaginario: psicoanálisis y cine*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- MITRY, Jean (2002a) – *Estética y psicología del cine – 1. Las Estructuras*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- (2002b) – *Estética y psicología del cine – 2. Las Formas*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- OATLEY, Keith (2002) – *Emotions and the Story Worlds of Fiction*. In GREEN, Melanie C.; STRANGE, Jeffrey J.; BROCK, Timothy C., eds. – *Narrative Impact: Social and Cognitive Foundations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 39-69.
- PARENTE, André (2004) – *Deleuze e as virtualidades da narrativa cinematográfica*. In RAMOS, Fernão Pessoa, org. – *Teoria Contemporânea do Cinema – Vol. 1: Pós-estruturalismos e filosofia analítica*. São Paulo: Editora Senac, p. 253-279.
- PORTILLO, Aurelio del (2011) – *Ilusión audiovisual: transfiguración del concepto de realidad ante los discursos cinematográficos*. In GARCÍA GARCÍA, Francisco; RAJAS, Mario, coord. – *Narrativas audiovisuales – Vol. 1: El relato*. Madrid: ICONO14, p. 105-133.
- QUINTANA, Ángel (2003) – *Fábulas de lo visible: el cine como creador de realidades*. Barcelona: Acantilado, Quaderns Crema.
- RANCIÈRE, Jacques (2010) – *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.
- RICOEUR, Paul (2010) – *Tempo e narrativa, Vol. 3: O tempo narrado*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes.
- (2011) – *Teoria da Interpretação: o Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa: Edições 70.

- RYAN, Marie-Laure (2004) – *La narración como realidad virtual: la inmersión y la interactividad en la literatura y en los medios electrónicos*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- SCHAEFFER, Jean-Marie (2002) – *¿Por qué la ficción?* Espanha: Ediciones Lengua de Trapo.
- SCHANK, Roger C.; BERMAN, Tamara R. (2002) – *The Pervasive Role of Stories in Knowledge and Action*. In GREEN, Melanie C.; STRANGE, Jeffrey J.; BROCK, Timothy C., eds. – *Narrative Impact: Social and Cognitive Foundations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 287-313.
- STAIGER, Janet (2000) – *Perverse spectators: the practices of film reception*. Nova Iorque: New York University Press.
- STRANGE, Jeffrey J. (2002) – *How Fictional Tales Wag Real-World Beliefs. Models and Mechanisms of Narrative Influence*. In GREEN, Melanie C.; STRANGE, Jeffrey J.; BROCK, Timothy C., eds. – *Narrative Impact: Social and Cognitive Foundations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 263-286.
- TRIPERO, Tomás de Andrés (2011) – «Análisis de la narrativa audiovisual desde nuevos presupuestos interpretativos de la psicología de la Gestalt». In GARCÍA GARCÍA, Francisco & RAJAS, Mario, coord. – *Narrativas audiovisuales – Vol. 1: El relato*. Madrid: ICONO14, p. 35-59.
- VARGAS LLOSA, Mario (2012) – *A Civilização do Espetáculo*. Lisboa: Quetzal Editores.
- ŽIŽEK, Slavoj (2006) – *A Subjetividade por vir: Ensaios Críticos sobre a Voz Obscena*. Lisboa: Relógio D'Água.





# TENSÕES E CRUZAMENTOS EM PÚBLICO OU PRIVADO – O «OUTRO» EM JÚLIO DINIS E ALGUNS ESCRITORES INGLESES

CARMEN MATOS ABREU\*

**Resumo:** *É consabido que o «outro lado do saber» sempre fará parte de qualquer processo investigativo, e seja qual for a matéria equacionada para objeto de estudo, na espiral evolutiva de cada projeto o investigador confronta-se, e por vezes surpreende-se, com «o outro», seu par na mesma ou noutras matérias, mas sempre de capital importância na produção do conhecimento. E só após a consciente interpenetração de saberes, regidos embora por contextualizações e conceptualizações segundo quadros epistemológicos de cada época, se chega ao ato da palavra escrita. Transferindo-nos entretanto dos rigores do trabalho académico para a liberdade do trabalho literário ficcional, de facto também estes autores se debatem com processos de interação. O esforço por contrariar a centralidade no «eu» a que se tem vindo a assistir nos últimos tempos fora já, afinal, uma preocupação de outros momentos, dos escritores romântico-realistas, por exemplo, cuja plasticidade de recursos literários se procurará demonstrar através de alguns romances de Júlio Dinis, com clara intervenção do pensamento de Jane Austen e Charles Dickens. Na criação das personagens destes escritores denota-se o respeito, individual ou coletivo, à presença do «outro», ainda que pela afirmação andrógina dos caracteres ou pelo recurso à expressividade mimética da arte pictórica.*

**Palavras-chave:** *O «outro» na trama; a construção de identidade; defesa da honra; personagem andrógina.*

**Abstract:** *That «the other side of knowledge» will always be part of the investigative work is a fact, and whatever is the selected matter, during the development of each project, the researcher is confronted, and sometimes surprised, with «the other» identity, perhaps his equal in the same path of knowledge, but always of great importance in the production of his work. The interpenetration of different knowledge assumes such an important role in the research process that a diverse epistemological frame has always to be reflected in the moment the text is written. And when moving from the inflexibilities of the academic work to the freedom of the fictional literary work, it is a truth that all these authors face contrasting interaction processes in their texts. The most recent efforts to deny the centrality of the «self» has already been, after all, a concern of other literary periods, such as the romantic-realist writers, for example, whose plasticity of literary strategies will be demonstrated in this paper through some novels by Júlio Dinis, Jane Austen, Oliver Goldsmith, Henry Fielding and Charles Dickens. In all their novels, the presence of the «other» always searches for the purpose of self or collective respect and honor, sometimes supported by the androgynous character and the mimetic expressiveness of pictorial art.*

**Keywords:** *The «other» in the plot; construction of the identity; defense of the honor; androgynous character.*

A instância do «outro» ocupa, no contexto social dos romances desta abordagem, um lugar de suscitada motivação narrativa. Uma consequência provável da sensibilidade com que estas personagens atuam, quer em público quer em privado, é o cuidado que nelas se

---

\* CITCEM, FLUP | carmen.m.abreu@gmail.com.

denota relativamente àqueles com quem se relacionam, tendo para tal a prudência de que um gesto, uma ação ou um comentário não possam receber preponderância que os prejudique. Não afirmaremos que neste princípio de decoro social, cultivado a partir da identidade singular, não se reconheçam exceções; não obstante, a disposição imperante é para se manter o máximo respeito pelo «outro», extraindo-lhe potencialidades e conhecimentos de pontual utilidade na relação desse «outro» com o «eu», e vice-versa, posicionamento que, finalmente, resulta da cosmovisão social da estética romântica. E então verificar-se-á que, no romance oitocentista, «o outro lado do saber» decorre de um cultivado e engenhoso processo de urdidura relativamente à integração do «outro» para harmonização da trama, e segundo as ambições e expectativas autorais. Entretanto, e antes de se avançar, cumpre-nos sublinhar uma questão de capital importância nesta abordagem. Referimo-nos a outra harmonização, agora a do perfil deste trabalho com o conteúdo temático sugerido para este escopo de publicações na perspetiva, tão atual, da «neutralização das diferenças» e «naturalização das desigualdades» num «cenário mundializado e globalizado». De facto, a leitura que este texto oferece tornará rapidamente claro que o seu conteúdo se subtrai à periodologia proposta, já que em cada percurso narrativo do século XIX longe estava a dita «preocupação moderna ou pós-moderna, mas inquestionável, de ‘olhar para o outro lado do(s) saber(es)’». Ainda assim, e não se podendo aludir ao atual «‘sujeito único’, com direitos universais», poder-se-á contudo referir o sujeito que afirma a sua identidade em profunda consciência da importância do «outro» na construção e enriquecimento individual, não só o integrando na tensão das igualdades e diferenças que os caracteriza como na imposição das obrigações e deveres a que estão socialmente submetidos, sendo tantas vezes desse mesmo «outro» que a personagem recolhe o exemplo pelo saber demonstrado, e geralmente a partir da sabedoria do ancião. Sempre orientado pelo forte sentido de honra, este sujeito oitocentista emancipa-se numa construção individual de moralidades que, por sua vez, se superlativa e conjuga na almejada ordem do *corpus* social, que assim se vai homogeneizando. José Augusto-França refere que Júlio Dinis é o «romancista da boa moral burguesa»<sup>1</sup>. De notar, porém, que as ações de exemplaridade que nas páginas se pulverizam pelas várias classes sociais são frequentemente recolhidas junto do povo, que na sua simplicidade de trato social se sabe libertar de condicionalismos e molduras de convenção, transparecendo nas suas decisões e opiniões de maneira mais espontânea, logo, mais autêntica. Bastará reter o exemplo da personagem Ana do Vedor junto do aristocrata D. Luis, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

Na obra *The Critique of Reason in English Literature*, J. Shaw é claro quando refere que, desde a Idade Média, o único momento da história intelectual da Europa que aceitou, com fixidez ideológica, as categorias subjetivo/objetivo, racional/irracional e eu/outro foi o gigante crítico chamado Romantismo<sup>2</sup>, coordenadas de bipolarização pelas quais estes textos, mais românticos ou mais realistas, de facto se regem. E é nessa precisa

---

<sup>1</sup> FRANÇA, 1999: 431.

<sup>2</sup> SHAW, 1995: 36.

consciência de duelo de contrários que a maioria das personagens revela respeito pelas diferenças, e se porventura pretendem penetrar na área anímica do «outro», que antecipadamente admitem de difícil acesso, vão cuidadosamente adiantando pistas de reflexão até que o visado as descubra por alcance heurístico. Torna-se porém manifesto que as personagens que demonstram esta consistência nos seus contactos com as demais, a evidenciam essencialmente na família, assumindo o *locus* de bisetrix preferencial para interação com outras personagens distribuídas pelos vários cenários sociais. De notar ainda que quer a periodologia que ocupa a produção dos textos dinisianos, quer a de alguns dos autores ingleses chamados à colação, coincide já com o período vitoriano no qual, sobretudo em Inglaterra, as transformações culturais eram, de facto, acentuadas, e, por tal, geradoras de forte tensão na afirmação da identidade. Referindo-se à poesia deste período, Maria João Pires alude à «redefinição das relações que se estabelecem no seio da própria representação: entre o eu e a sociedade, o eu e o trabalho, o eu e a linguagem e, acima de tudo, o eu e o amor»<sup>3</sup>, tensão e cruzamentos em que o «eu» é colocado diante do «outro» na consideração e defesa da identidade, ora extraindo ora fornecendo os necessários saberes num cruzamento não raras vezes interposto pela voz coadjuvante de terceiros a partir dos desígnios da ação romanesca. Mas perguntar-se-á, talvez, porquê este tipo de cuidado nos desenvolvimentos narrativos no que concerne às relações interpessoais? Sabe-se que foi neste período que o público se iniciou na aproximação à leitura de romances, público que, não tendo ainda grande preparação literária, ignorava convenções e padrões clássicos dando preferência à emoção a partir de episódios de «simples intensidade e diversidade de impressões»<sup>4</sup>. E então, a partir deste quadro de referências, estes escritores evidenciavam nas páginas propósitos educacionais através de peripécias moralizantes tecidas nos enredos, nunca prescindindo de recorrer a manifestações de carácter onde se exalta a preocupação com o «outro», em frequente relação de vantagem bilateral e proveitosa troca de conhecimentos, empíricos ou teóricos. São personagens geralmente despidas de afirmações egocêntricas, que sabem abalar códigos e fronteiras sociais e que, pelo contrário, se revelam filantropas na maneira como se entregam às causas alheias, quer estas, direta ou indiretamente, se incluam nos seus grupos de pertença ou não. Mas como todas estas considerações no seu processo evolutivo suscitam a necessária confirmação a partir dos textos, passemos à atividade interpretativa.

Neste enquadramento, um dos grandes exemplos que se poderá recolher do trabalho literário de Júlio Dinis expõe-se nos relacionamentos dos conhecidos episódios sentimentais de Pedro e Clara e de Daniel e Margarida, em *As Pupilas do Senhor Reitor*. Já numa fase de adiantado relacionamento narrativo destes casais, o facto de Daniel se deixar entusiasmar pelos encantos da namorada do irmão Pedro incitava o jovem, sempre que podia, a fazer-se encontrado com Clara. E na medida em que Daniel também não era de todo indiferente a Clara, tal circunstância acabava por gerar algumas situações embaraçosas, sobretudo para a reputação da jovem. Apesar das súplicas de Clara no sentido de

<sup>3</sup> PIRES, 1996: 154.

<sup>4</sup> SARAIVA & LOPES, 2000: 657.

Daniel não a procurar, surpreendidos pela presença de João Semana num desses momentos de encontro junto à fonte, a reação dos jovens – ela que foge e ele que se esconde – alimenta razões de curiosidade no velho clínico da aldeia. Localizado o jovem Daniel, as duas personagens médicas trocam frases de pontual ambiguidade em torno da poesia daquele local e das qualidades medicinais da água daquela fonte. Mas quando João Semana lhe insinua que, momentos antes, tinha visto uma jovem que tentou escapar à sua observação, o reitor, que do alto de um tronco de árvore intencionalmente espiava todo o percurso daquele encontro, quebra o anonimato da escuta e dirige a palavra a João Semana, nestes termos: «Tens boa vista, João, mas não tão boa que te não passe por alto um amigo velho»<sup>5</sup>; e segundo o narrador, o diálogo continua nestes termos:

– *Pois é verdade – continuava o pároco, apoiando-se na bengala, e descendo, com vagar e cautelosamente, os pouco suaves degraus, cavados no saibro do monte – pois é verdade; estávamos nós aqui, eu com o Daniel e a Clarita, a conversar...*

– *Ah!, bem me pareceu que era ela.*

– *Era ela, sim. Então que dúvida? Olha que sempre fizeste uma descoberta!*

– *Mas para que diabo fugia a rapariga, então?*

– *Dize antes porque diacho não fugimos nós? Mas o meu reumatismo é que me não deixou*<sup>6</sup>.

Perante a insistência das perguntas colocadas por João Semana para indagar dos motivos que reuniram o triunvirato, e sem que ao reitor lhe ocorresse uma justificação plausível que o convencesse, Daniel acrescentou a dado momento:

– *Olhe, Sr. João Semana, basta que saiba, e depois não pergunte mais nada, que estávamos preparando uma surpresa a meu irmão Pedro, para o dia do casamento dele*<sup>7</sup>.

A frieza de Daniel na resposta devolvida, sem deixar resvalar qualquer estado de agitação ou até constrangimento, foi conferida pelo reitor ao acrescentar:

– *Casamento que, se Deus quiser, hei-de brevemente abençoar. Estás agora satisfeito, João Semana? Pois é verdade, Daniel meditava grandes novidades para o dia do casamento do irmão, grandes festas por casa dele e da noiva, et caetera, et caetera. Mas o seu projecto não mereceu, nem merece, a minha aprovação*<sup>8</sup>.

Obviamente que nesta última fala há um duplo sentido implícito, que se reconhece na desaprovação do pseudoprojeto: para João Semana, e aceitando-se a tese de que acreditou no que lhe foi dito, as frases não terão tido outro sentido para além daquele que as palavras imediatamente ali representavam; todavia, para Daniel, fizeram ressoar os pri-

---

<sup>5</sup> DINIS, 1992a (1867): 268.

<sup>6</sup> DINIS, 1992a (1867): 269.

<sup>7</sup> DINIS, 1992a (1867): 270.

<sup>8</sup> DINIS, 1992a (1867): 270-271.

meiros ardores de reprovação por parte do pároco em relação ao encontro com Clara. Tornando-se de grande préstimo na defesa do compromisso da honra de uma das personagens, nesta estratégia ficcional a respeitabilidade do reitor assume claramente o desejado «outro lado do saber», cuja afirmação da palavra impõe a necessária autoridade para trazer de volta a ordem social e familiar naquele pequeno núcleo da aldeia. Só que na verdade tratou-se de um falso-saber, da chamada mentira-bondosa arrancada a um conhecimento pontualmente conjeturado, e para refolgo de uma reputação que, no quadro da verdade dos factos, sairia necessariamente maculada. Mas, entretanto, a defesa da exemplaridade moral de Clara – e considere-se esta personagem como o único alvo consequencial da transgressão – não se ficou por este episódio narrativo. Um posterior encontro, desta vez quando Clara conversava de novo com Daniel no quintal de sua casa, foi gerador da intervenção da irmã Margarida que, numa atitude voluntária e espontânea, se fez substituir a Clara para a afastar da ira de Pedro, que considerando-a traidora à fidelidade mutuamente prometida se arriscava a cometer crime de ciúme e vingança. Perante este sombrio cenário de grande tensão, que no primeiro plano seria familiar e no seguinte social, Margarida, para resguardar a dignidade e honra da irmã diante de quantos escutavam a contenda no exterior da habitação, voluntaria-se a correr o risco de que o vexame – familiar e social – recaísse sobre si própria, gesto de tão grande cumplicidade e tão profunda dignidade só possível pelos laços de sincero amor fraternal que as cingia. Ultrapassado o paroxismo da situação, o episódio cede à tensão emocional e o capítulo encerra com um breve diálogo entre o reitor e Margarida:

- *Foi um sacrifício heróico, Margarida, para o qual poucas teriam fortaleza.*
- *Um sacrifício?!...*
- *Sim, não é a mim que iludiste, filha, que te conheço bem e há muito. Vai ter com a verdadeira culpada...*
- *Não a [Clara] condene, Sr. Reitor; o seu anjo bom não a abandonou ainda desta vez.*
- *Bem sei – respondeu o reitor. – Pois não te vejo eu aqui? Mas vai, e acaba a tua obra abençoada, confortando-a e chamando-a ao caminho do arrependimento. Eu também tenho a minha tarefa. E dou graças a Deus por ter permitido que os meus deveres paroquiais me conservassem por fora até estas horas. Até amanhã, minha filha<sup>9</sup>.*

Uma vez mais o «outro» – o reitor – intervém no momento certo para a devida defesa e proteção da personagem, arvorando a solução necessária para suprimir desinteligências que poderiam levar longe a (des)honra destes seus paroquianos. Observe-se que nestes incidentes narrativos, em que a presença protetora do «outro» vai afastando a probabilidade de a personagem-alvo ser publicamente humilhada, assiste-se sempre à diluição do erro para dar lugar à sensatez.

O mesmo tipo de compromisso narrativo é reconhecido pela crença na bondade do ser humano que o enredo do romance *The Vicar of Wakefield* oferece, o qual se poderá ler

<sup>9</sup> DINIS, 1992a (1867): 283-284.

a partir da representação de uma personagem de contornos regeneradores criada por Oliver Goldsmith – Mr. Burchell. Para confirmar esta opinião contribui o facto de, no final da intriga, Mr. Burchell aparecer quase em jeito de *deus ex machina* para resolver todas as conflitualidades romanescas. Mr. Burchell, que no capítulo treze do romance é considerado inimigo da família de Dr. Primrose ao ter aconselhado Deborah a que as filhas Olivia e Sophia não fossem para Londres e permanecessem na aldeia – o que contrariou fortemente os ânimos de ascensão social a que o casal tanto aspirava a opinião vê-se agravada quando, mais tarde, se vem a descobrir que Mr. Burchell tivera sido o mentor de uma carta escrita às presumíveis anfitriãs, pedindo-lhes para «seriously reflect on the consequences of introducing infamy and vice into retreats where peace and innocence have hitherto resided»<sup>10</sup>. Tais entraves tecidos por Mr. Burchell, se por bondade sincera, ou ardiloso propósito no interesse afetivo por alguma das duas jovens, é uma questão que, até àquele momento da narrativa, o romance não resolve com clareza, deixando-a em aberto à intuição exegética de cada leitor. Certo é o facto de posteriormente Sophia ter sido raptada, e de Olivia ter desaparecido e ter sido considerada morta, embora recuperada com vida ao fim de algum tempo. Entretanto, é no final do romance que o conhecimento acerca dos factos trazido por Mr. Burchell acaba por resgatar a família Primrose de várias desventuras às quais sucessivamente sucumbia, assumindo então, com extraordinária utilidade, o papel regenerador conferido pelo «outro» àquela saga familiar. Isto acontece quando o Dr. Primrose já se encontrava na prisão (por incumprimento para com o senhorio), e na companhia do filho Moses (por duelo com Mr. Thornhill, o raptor de Sophia). As falas de profunda gratidão são descritas pelo narrador aquando do encontro de Sophia com o pai Dr. Primrose:

*«Here, pappa», cried the charming girl, «here is the brave man to whom I owe my delivery; to this gentleman's intrepidity I am indebted for my happiness and safety». A kiss from Mr. Burchell, whose pleasure seemed even greater than hers, interrupted what she was going to add<sup>11</sup>.*

Só que a interrupção às palavras esclarecedoras de Sophia por um gesto carinhoso de Mr. Burchell, obrigando a que ficassem em suspenso, torna-se motivo para que o leitor perceba que, de facto, algum entendimento afetivo haveria entre o jovem casal. E continuando-se neste clima de euforia, e reconhecimento, percebamos agora como o vigário Dr. Primrose se dirige ao casal:

*«Welcome then», cried I, «my child, and thou her gallant deliverer, a thousand welcomes. Though our cheer is but wretched, yet our hearts are ready to receive you. And now, Mr. Burchell, as you have delivered my girl, if you think her a recompense she is yours, if you can stoop to an alliance with a family so poor as mine, take her, obtain her consent, as I know you have her heart,*

<sup>10</sup> GOLDSMITH, 2004 (1766): 46.

<sup>11</sup> GOLDSMITH, 2004 (1766): 111.

*and you have mine. And let me tell you, Sir, that I give you no small treasure, she has been celebrated for beauty it is true, but that is not my meaning, I give you up a treasure in her mind*<sup>12</sup>.

Recuperada Sophia, surge entretanto o verdadeiro acontecimento narrativo de recobro do ânimo familiar. Ainda Mr. Burchell, homem de débeis recursos económicos mas de enorme dignidade, a quem Dr. Primrose ofereceu a filha em casamento conforme se leu, viu-se a dado momento desmascarado na sua representação, quando surge outra personagem, Sir William Thornhill, que foi de imediato reconhecido pelo tio Mr. Burchell. E então aclara-se que Mr. Burchell não era Mr. Burchell, mas sim Mr. Thornhill, o qual confessa a Moses: «I have long been a disguised spectator of thy father's benevolence»<sup>13</sup>. Após Mr Burchell ter confessado, em jeito de conclusão, que o seu sobrinho Mr. Thornhill «had often declared to him that he was in love with both sisters at the same time»<sup>14</sup>, a transferência de identidade para o verdadeiro «outro», o elemento salvífico do infortúnio, tornou-se afinal na necessária roupagem para que Mr. Thornhill pudesse abeirar-se da família do vigário em atitude de remissão, (re)consideração e (re)instalação da ordem, também da social. Quer neste enovelado exemplo do texto de Oliver Goldsmith, quer no que anteriormente foi apontado da caneta de Júlio Dinis, a situação coloca-se num plano em que o leitor percebe a gravidade do momento e a concomitante utilidade do «outro» para defesa da honra e recondução do estatuto moral das personagens incriminadas, na circunstância, Clara e Mr. Burchell. Daí que, se a necessidade narrativa não tivesse ainda substituído as personagens que efetivamente cometeram a transgressão pelo «outro», calcula-se que seria com enorme e indesejável complexidade da própria intriga que os desenvolvimentos romanescos pudessem vir a regular a boa imagem de todos os envolvidos.

O texto de Jane Austen *Pride and Prejudice* convida-nos a similar reflexão. Para tal centremos a atenção num episódio romanesco em torno de outro conhecido rapto literário – o da jovem Lydia levado a cabo pelo militar Mr. Wickham. Mas antes de se avançar para a análise de como o «outro» – que na circunstância tanto virá a ser Mr. Darcy como Mr. Gardiner – foi importante na resolução da problemática familiar, leia-se um pequeno parágrafo no qual se acentua a preocupação das personagens de não perturbar a sensibilidade de todas as restantes com quem se relacionavam. Após uma estadia do *pater familias* Mr. Bennet em Londres para indagação do paradeiro da filha Lydia, e apesar da ânsia e avidez de informação com que era aguardado no regresso a casa, segundo o narrador foi com refletida e delicada sobriedade que os primeiros diálogos se travaram:

*When Mr. Bennet arrived, he had all the appearance of his usual philosophic composure. He said as little as he had ever been in the habit of saying; made no mention of the business that had taken him away, and it was some time before his daughters had courage to speak of it.*

<sup>12</sup> GOLDSMITH, 2004 (1766): 112.

<sup>13</sup> GOLDSMITH, 2004 (1766): 114.

<sup>14</sup> GOLDSMITH, 2004 (1766): 117.



*It was not till the afternoon, when he had joined them at tea, that Elizabeth ventured to introduce the subject; and then, on her briefly expressing her sorrow for what he must have endured, he replied, «Say nothing of that. Who should suffer but myself? It has been my own doing, and I ought to feel it».*

*«You must not be too severe upon yourself», replied Elizabeth<sup>15</sup>.*

Pese embora o caráter de Mr. Bennet ser dado a poucas expansões, ainda assim percebe-se que terá sido pelo cuidado em não massacrar a família com respostas que não iriam ao encontro das suas ansiedades que, à chegada, se terá absterido de tecer comentários imediatos. E quando mais tarde, reunida a família à hora do chá, Elizabeth abordou a questão fulcral que a todos preocupava, fê-lo cuidadosamente, e sendo que a primeira resposta do pai exibiu o mesmo cuidado em não sobrecarregar os «outros» elementos familiares, logo reclamou as culpas do infortúnio para si próprio. Sem dúvida que nesta estratégia romanesca Jane Austen criou uma articulada tecitura para resolução de toda a problemática. Num primeiro momento, todo o agradecimento da família recai sobre Mr. Gardiner, irmão de Mr. Bennet, que através de troca de correspondência tinha conseguido localizar o casal evadido em Londres. E no âmago de toda a euforia, quando seguidamente Mr. Gardiner lhes comunica as exigências de Mr. Wickham relativamente ao dote de Miss Lydia Bennet – «one hundred a year during my [Mr. Bennet] life, and fifty after I am gone»<sup>16</sup>, o montante do dote, considerado moderado, mais contribuiu para enorme alegria familiar. Sem se poder questionar que, imediatamente, toda a glória da resolução desta desventura familiar recai sobre a ação de Mr. Gardiner, acrescentada ainda, dadas as dificuldades económicas do momento que a família atravessava, por ter substituído Mr. Bennet no cumprimento da solicitação pecuniária de Mr. Wickham, finalmente vem-se a constatar que não tinha sido bem assim, pois fora afinal Mr. Darcy o grande mentor do final feliz deste imbricado episódio. Ao tomar conhecimento do rapto, e suspeitando que o casal se poderia encontrar em casa de Mrs. Younge, «who was some time ago governess to Miss Darcy [...] [and who] took a large house in Edward Street, and has since maintained herself by letting lodgings»<sup>17</sup>, Mr. Darcy dirige-se a Londres e, obedecendo a esta pista que intuiu, também não lhe foi difícil encontrar o refúgio do jovem casal Lydia e Mr. Wickham. Após um levantamento da situação, e ao verificar a pouca inclinação do amigo Wickham para o casamento e a resolução de Lydia em se manter naquele estado civil de transgressão social, Mr. Darcy entendeu que

*Since such were her feelings, it only remained, he thought, to secure and expedite a marriage, which, in his very first conversation with Wickham, he easily learnt, had never been his design<sup>18</sup>.*

<sup>15</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 200.

<sup>16</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 203.

<sup>17</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 215.

<sup>18</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 216.

Chegados aqui, esta questão suscita outra ponta do emaranhado: Mr. Darcy, tendo-se proposto a resgatar a difícil situação da família Bennet, reclama para si a culpabilidade da situação ao referir que tinha sido

*his conviction [...] that Wickham's worthlessness had not been so well known, as to make it impossible for any young woman of character to love or confide in him. He generously imputed the whole to his mistaken pride, and confessed that he had before thought it beneath him, to lay his private actions open to the world<sup>19</sup>.*

E surge o momento em que o texto, embora com razoável hermetismo, sugere que o dito benefício financeiro concedido por Mr. Gardiner como dote da sobrinha tinha sido, enfim, efetuado por Mr. Darcy. Leiam-se algumas frases da carta de Mrs. Gardiner a Elizabeth:

*Nothing was to be done he did not do himself; though I am sure (and I do not speak it to be thanked, therefore say nothing about it) your uncle would most readily have settled the whole. [...] But at last your uncle was forced to yield, and instead of being allowed to be of use to his niece, was forced to put up with only having the probably credit of it, which went sorely against the grain<sup>20</sup>.*

Conclui-se, pois, que fora Mr. Darcy a personagem de grande utilidade narrativa na conservação da boa conduta moral de Lydia Bennet, assumindo no romance a representação do «outro» que, em perfeito anonimato, mas com o conhecimento dos factos, defendeu a honra e reputação de outra personagem. Todavia, será sem total candura que neste episódio se reconhecerá a gratuidade absoluta no gesto altruísta de Mr. Darcy. O afeto que Mr. Darcy sentia por Miss Elizabeth Bennet, com quem vem a casar no epílogo da ficção, não lhe conviria que o escândalo social de Wickham e Lydia ocorresse, e na medida em que estaria nas suas intenções poder vir a pertencer à mesma família. Daí que, para Mr. Darcy, defender a honra da família Bennet equivaleria a defender a sua própria honra. E assim este romance reclama duplamente a indispensabilidade do «outro lado do saber»: num primeiro momento, conhecedor do que se estava a passar com o jovem casal em Londres, é Mr. Darcy quem se faz substituir ainda por «outro» (Mr. Gardiner) para se manter em anonimato; na fase seguinte, percebe-se que o gesto altruísta de Mr. Darcy em salvar a reputação da família Bennet reside no resguardo e defesa do seu próprio nome – ambos os momentos de profunda utilidade narrativa não só ao nível da identidade singular, como do coletivo familiar.

Esta tendência mantém-se em *Tom Jones*, o longo romance de Henry Fielding em que o «outro» é também de fundamental importância na condução da trama romanesca, e neste contexto destaque-se uma estratégia em que prevalece a permanente disputa entre

<sup>19</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 215.

<sup>20</sup> AUSTEN, 1999 (1813): 217.

duas personagens – trata-se do relacionamento de Mr. Square e Mr. Thwackum<sup>21</sup>, considerado por alguns críticos como a grande controvérsia humanista da literatura do século XVIII inglês. Para aclarar a compreensão, será entretanto necessário focalizarmo-nos no percurso inicial e na ascendência de Tom Jones, o herói do romance. Regressado de Londres, após um razoável período de ausência, o juiz de paz Mr. Allworthy é surpreendido com um bebé deixado no seu quarto, e ao chamar a governanta Miss Deborah Wilkins para que cuidasse dele naquela noite, esta alerta-o acerca de possíveis comentários incriminatórios que a presença do bebé naquela casa poderia vir a causar a partir da vizinhança:

*I don't know what is worse, [...] than for such wicked strumpets to lay their sins at honest men's doors; and though your worship knows your own innocence, yet the world is censorious; and it hath been many an honest man's hap to pass for the father of children he never begot; and if your worship should provide for the child, it may make the people the apter to believe<sup>22</sup>.*

A perspicácia associada à ciumenta e até perversa fidelidade da governanta, de resto, característica comum no corpo de serviços deste romance, logo antevê a caluniosa possibilidade de Mr. Allworthy vir a ser socialmente considerado o progenitor do bebé Tom. E quando no dia seguinte, ao pequeno-almoço, Mr. Allworthy se encontra com a irmã, Miss Bridget, e lhe conta o sucedido, o narrador informa que

*Miss Bridget had always express so great a regard for what the ladies are pleased to call virtue, and had herself maintained such a severity of character, that it was expected, especially by Wilkins, that she would have vented much bitterness on this occasion, and would have voted for sending the child, as a kind of noxious animal, immediately out of the house; but, on the contrary, she rather took the good-natured side of the question, intimated some compassion for the helpless little creature, and commended her brother's charity in what he had done<sup>23</sup>.*

Após várias peripécias em torno desta questão, nas quais se inclui o ousado cuidado de Mrs. Wilkins visitar todas as habitações da aldeia para encontrar a mãe da criança, tal pertença foi de imediato atribuída à jovem Jenny Jones. Esta personagem tornou-se no alvo apetecível pelos membros daquela família, pois tratando-se de uma rapariga de grande beleza moral e refinada inteligência<sup>24</sup>, e dado ainda que «she obtained a competent skill in the Latin language, and was, perhaps, as good a scholar as most of the young men of quality of the age»<sup>25</sup>, segundo a narrativa a inveja não se fez esperar e atacou-a como pôde. Estava pois desenhado o quadro romanesco que, se por um lado pretendia defender a virtude e a honra de Mr. Allworthy e família, por outro lado foi também a defesa da honra, a da palavra, que levou Jenny Jones a assumir, pacificamente, a maternidade do bebé

<sup>21</sup> O título do capítulo III, o Livro III, é bastante elucidativo em relação ao conteúdo: «The character of Mr. Square the philosopher, and of Mr. Thwackum the divine; with a dispute concerning.» (vide FIELDING, 2007 [1746]: 82-84.

<sup>22</sup> FIELDING, 2007 (1746): 9.

<sup>23</sup> FIELDING, 2007 (1746): 9.

<sup>24</sup> FIELDING, 2007 (1746): 16 *passim*.

<sup>25</sup> FIELDING, 2007 (1746): 16.

Thomas que não lhe pertencia. E é já quase no final do romance que as palavras de Mrs. Waters (Jenny Jones) dirigidas a Mr. Allworthy são esclarecedoras deste ambiente de valores morais, desta vez também colocados ao serviço de conveniências sociais:

*So far what I confest [sic]», said she, «was true, that these hands conveyed the infant to your bed; conveyed it thither at the command of its mother [Mrs. Bridget]; at her commands I afterwards owned it, and thought myself, by her generosity, nobly rewarded, both for my secrecy and my shame<sup>26</sup>.*

Graças à retidão de caráter de Jenny, a honra e memória de Mrs. Bridget manteve-se incólume até este momento da narrativa – tratava-se da irmã de Mr. Allworthy falecida quase no início do romance, e após a morte do marido Capitain Blifil, a qual, após ter preparado a ausência da governanta, confiou o segredo da sua gravidez a Jenny Jones e sua mãe. E é a própria Jenny Jones quem faz este relato no final do enredo:

*Then the child was born, in the presence only of myself and my mother, and was by my mother conveyed to her own house, where it was privately kept by her till the evening of your return, when I, by the command of Miss Bridget, conveyed it into the bed where you found it. And all suspicions were afterwards laid asleep by the artful conduct of your sister, in pretending ill-will to the boy, and that any regard she shewed him was out of meer complacence to you<sup>27</sup>.*

Desvendado que Thomas Jones era afinal filho de Miss Bridget, mais se fica a saber acerca da paternidade, ainda pela voz narrativa de Jenny Jones em diálogo com Mr. Allworthy:

*... that Mr. Summer, the son of your friend, educated at your expense, who, after living a year in the house as if he had been your own son, died there of the small-pox, was tenderly lamented by you, and buried as if he had been your own; that Summer, sir, was the father of this child<sup>28</sup>.*

Finalmente, desvela-se que Tom Jones era irmão do seu figadal inimigo Mr. Blifil, circunstância que uma carta escrita por Mrs. Blifil no leito de morte vem a confirmar, mas que só neste momento de denodo do enredo o leitor passa a conhecer.

Henry Fielding tece uma maquinada teia de episódios narrativos em que o «outro» – Jenny Jones – foi de extrema importância para neutralizar infrações e defender cruzamentos e tensões sobre valores éticos, de que as classes sociais mais bem estabelecidas tanto se orgulhavam. Mas se repararmos, o escritor também defende, e admiravelmente, a honra das classes mais humildes. Jenny Jones, pese embora ter recebido alguma recompensa de ordem material no momento em que assume a maternidade do bebê, submete a sua honestidade moral à inteira fidelidade do pedido que lhe tinha sido feito pela patroa da mãe, tendo para tal, inclusivamente, de abandonar a terra onde até então sempre tinha

<sup>26</sup> FIELDING, 2007 (1746): 816.

<sup>27</sup> FIELDING, 2007 (1746): 817-818.

<sup>28</sup> FIELDING, 2007 (1746): 816.

vivido, conservando o segredo até ao derradeiro momento da intriga. Cumprindo-se os propósitos romanescos do desenlace, para que não ficassem dúvidas ou suspeitas indevidas num momento em que a verdade se impunha sem prejuízos, e que neste momento até se apresentavam com vantagem para qualquer das partes envolvidas, Jenny Jones aclara o quadro em que ela era a figura central, alegando que se tinha assumido no «outro» para defesa da honra de Miss Bridget. Mas não só. É que noutros desenvolvimentos narrativos, fica-se ainda a saber que num encontro tardio com Tom Jones em Londres, que Jenny tão-pouco reconheceu, a jovem foi alvo de falsa inculpação de crime de incesto, responsabilizações que urgiam ser esclarecidas.

Neste quadro de alusões, mudando-se a nossa observação para Charles Dickens, este escritor assume um posicionamento de enorme originalidade em relação às estratégias criadas nos textos anteriores. Em total obediência ao requisito do «outro» para suportar os desenvolvimentos romanescos construídos, Dickens, em vez de chamar esse mesmo «outro» ao cenário narrativo, antes o afasta dele. Referimo-nos exatamente a Paul Dombey (filho), que cedo se encontrando com a morte aos cinco anos de idade, favorece todo o entretecimento romanesco que virá a trair o próprio título da obra – *Dombey and Son*. Esta exigência obriga Mr. Paul Dombey a confrontar-se com um percurso de progressiva clivagem da sua implementação social, pelo que a narrativa se articula na exibição do penoso movimento de cedência do protagonista ao seu profundo orgulho, sentimento que ditava todas as orientações comportamentais, onde quer que estivesse inserido. Ao longo das imensas páginas deste romance a personagem vai paulatinamente enfraquecendo em importância social, embora robustecendo em termos de valores humanos, conforme o leitor percebe no final da obra. Neste romance, e apesar do realismo literário de Charles Dickens, cria-se uma tensão, ainda algo romântica, que conduz à vitória do homem natural e à derrota do homem artificial. Mas perceba-se um pouco deste engendrado dickensiano.

Em diálogo com a irmã Florence Dombey, nos últimos momentos de vida de Paul Dombey, este coloca-lhe uma questão que servirá de suporte axial a toda a problematização da narrativa: «[...] Floy, are we *all* dead, except you?<sup>29</sup>». De facto a família Dombey conhecia um tal esvaziamento em matéria de laços afetivos, que Florence era o único elemento familiar que dava mostras de estar viva – a sua extrema afetividade opunha-se diametralmente ao pai, que se apresentava insensível a qualquer gesto de afeição. Mr. Dombey vivia apenas para o poder que exercia com enorme altivez em todas as frentes da sua vida, sem em momento algum o omitir no ambiente familiar, e que socialmente ostentava com a inverdade de profunda hipocrisia. Porém, a tessitura narrativa vai-lhe proporcionar um percurso em total oposição ao dos seus abrilhantados projetos. Rejeitando por completo a filha, era no filho que residia a esperança contida entre o alfa e o ómega de toda a sua ambição, vaidade e orgulho de Mr. Dombey jorradadas por pura satisfação individual e para reflexo da importância social que daí lhe adviria. E esta noção ofereceu-se com franca nitidez nas primeiras páginas do romance quando Dr. Peps, relem-

---

<sup>29</sup> DICKENS, 2002 (1848): 251.

brando a Mr. Dombey o nascimento da filha Florence, lhe motiva a seguinte resposta, ainda acompanhada dos comentários do narrador:

*«Ay, ay, ay», said Mr Dombey, bending over the basket bedstead, and slightly bending his brows at the same time. «Miss Florence was all very well, but this is another matter. This young gentleman has to accomplish a destiny. A destiny, little fellow!» As he thus apostrophized the infant he raised one of his hands to his lips, and kissed it; then, seeming to fear that the action involved some compromise of his dignity, went, awkwardly enough, away<sup>30</sup>.*

A morte de Paul impediu por completo que Mr. Dombey avançasse com os planos futuros que tinha traçado para os destinos comerciais da Casa Dombey and Son – constatação que a lucidez da governanta Miss Tox deixou registada numa frase lapidar quando Paul perde a vida: «Dear me, dear me! To think [...] that Dombey and Son should be a Daughter after all!<sup>31</sup>». Não obstante, vem a ser no epílogo do romance que as vicissitudes narrativas da representação do «outro» se transferem de Paul Dombey para a irmã Florence Dombey. Neste episódio Dickens gerou uma representação para Mr. Dombey que não prescindiu de recorrer duplamente à figura do «outro», de maneira a poder entretecer toda a problemática em torno da identidade do protagonista. E isto ocorre quando, constrangido já pelas contingências da vida, nada mais irá restar a Mr. Dombey, física e socialmente arruinado, do que ceder à generosidade e amor filial de Florence Dombey, gestos que ambos nunca anteriormente tinham conhecido. Assiste-se à metamorfose sentimental da personagem, somente conseguida após o desabamento do homem social solidamente edificado – de resto, o grande filão crítico neste extraordinário trabalho literário de caneta inglesa. Esta narrativa encontra-se então com dois grandes momentos em que o «outro» assume uma preponderância indispensável, não pelo conhecimento, mas pela presença que ora esvazia, ora preenche. Logo no início do romance, o afastamento de Paul Dombey, de tenra idade, torna-se indispensável para a narrativa moldar o caráter arrogante, cínico e obstinado de Mr. Dombey. No final do romance, a reintegração de Florence Dombey na trama, já afastada da tutela parental há vários anos, torna-se indispensável para a narrativa exibir o homem psicologicamente reorganizado, familiarmente afetuoso e já sensível ao mundo que o rodeia.

O limitado espaço deste ensaio não permite ir além da ilustração de um breve exemplo de cada autor. Mas não se poderá encerrar sem abordar uma circunstância que, no contexto da importância do «outro» na construção da identidade de determinada personagem, foi de reconhecida importância no pensamento destes escritores. Trata-se da criação da personagem andrógina, (quase) sempre construída no feminino, preocupação sustentada pelos textos românticos ingleses, pois tal como Diane L. Hoeveler refere relativamente à poesia, os escritores deste período «called for a radical reformulation of not only social roles for women, but attitudes toward them as well»<sup>32</sup>, não se podendo ainda esque-

<sup>30</sup> DICKENS, 2002 (1848): 14.

<sup>31</sup> DICKENS, 2002 (1848): 253.

<sup>32</sup> HOEVELER, 1990: 5.

cer que, na época, «woman as “Other” is a familiar theoretical concept within the French tradition»<sup>33</sup>. A supremacia dos comportamentos femininos perante o «outro» advém-lhe da firmeza de carácter estruturada numa energia psicológica onde se combinam o traço feminino da harmonia sentimental e o da racionalidade masculina. E então, muito resumidamente, concorde-se com essas presenças nos romances de Júlio Dinis na representação de Jenny Whitestone em *Uma Família Inglesa*, de Margarida e Joana em *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Madalena em *A Morgadinha dos Canaviais*, ou de Gabriela e Ana do Vedor em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Mas concorde-se ainda que neste esforço literário não poderá deixar de se identificar o subsídio destes escritores ingleses. E para tal aponte-se o desempenho narrativo de Florence Dombey em *Dombey and Son* – de enorme equivalência ao de Jenny Whitestone em *Uma Família Inglesa*<sup>34</sup> –, de Miss Western em *Tom Jones*, ou do Dr. Primrose em *The Vicar of Wakefield*. Mas de notar que neste último caso, a androginia está de facto entregue a uma personagem masculina, pois em todos os momentos narrativos este vigário congrega e exerce a combinação da energia feminina com a masculina, indispensáveis ao alimento psicológico de toda a família na luta incessante contra tamanha e tão variada adversidade. Ainda nesta matéria, poder-se-á entender que Jane Austen é um caso de exceção, circunstância que a própria crítica literária atribui a dois factos: tratar-se de uma escritora e colocar todas as personagens em paridade de representação, atribuindo-lhes igualdade de responsabilidade moral e social<sup>35</sup>. Ainda assim, entendemos que o carácter de Elizabeth Bennet se revela francamente andrógino, pois, sobretudo perante Mr. Darcy, apresenta-se com determinação e racionalidade, e, não deixando de afirmar a docilidade feminina, esta é frequentemente esmagada por traços de virilidade psicológica incomuns ao género. Nestes textos em que assistimos à representação de uma personagem andrógina, o «outro» sobressai do próprio carácter dual de um «eu» que, no dizer de Adalberto Dias de Carvalho, será «a presença originária do outro em mim»<sup>36</sup>, o qual exige recuperar a ordem perante algo, ou alguém. Mas nestes romances a presença do «outro» impõe-se ainda, e com curiosa expressividade, através da recuperação mimética da arte pictórica. E então telas pintadas ou retratos são frequentes coadjuvantes das exigências da identidade que as observa. Quer pela influência que exercem no plano de perpetuação da autoridade moral na estrutura familiar, e neste caso aponte-se a relação de D. Margarida com o retrato pintado do marido no conto dinisiano «As Apreensões de uma Mãe», quer pela perscrutação melancólica e silenciosa do retrato para resolução de problemas do quotidiano, efeito emocional buscado por Jenny Whitestone em *Uma Família Inglesa*, quer no ato contemplativo exercido por Florence Dombey junto ao retrato da mãe, do qual retira a ascendência psicológica de protecção e recuperação dos afetos. Mas ainda em *Dombey and Son*, pela observação quase meta-empírica de algumas gravuras do colégio, o jovem Paul conclui acerca das pareências da irmã com a mãe através de diálogos miméticos em busca de recompensa afetiva, reconforto e per-

---

<sup>33</sup> HOEVELER, 1990: 2.

<sup>34</sup> ABREU, 2015.

<sup>35</sup> HEILBRUN, 1973: 74.

<sup>36</sup> CARVALHO, 2007: 12.



feição moral. Extraordinário é ainda o desempenho de uma tela pintada no solar de Pemberley, em *Pride and Prejudice*. Após Elizabeth Bennet ter contemplado a representação pictórica de Mr. Fitzwilliam Darcy durante alguns minutos, mudou de opinião acerca da personagem ao perceber que passou a conhecer o verdadeiro Mr. Darcy através da pintura exposta na parede. Mas não só. É que foi neste ato de fulgor de presença e ausência pela observação do «outro» que Miss Bennet conseguiu ainda momentos de autodescoberta, após se despojar da aura de preconceitos de que sempre se investia. Em todas estas estratégias narrativas, que se alimentam da observação da arte pictórica, existe uma clara vivificação do ser visualmente representado, capaz de interagir com a personagem em demanda de resposta às suas perplexidades, permitindo similarmente aludir-se à «pictorial vividness»<sup>37</sup> de que fala Christopher Worth ao referir-se às descrições ecrásticas no romance inglês dos séculos XVIII e XIX. Nestas estratégias, o «outro» não é uma personagem, mas a representação de uma personagem, estaticismo pictórico ou fotográfico que nos textos se dinamiza pela leitura de mensagens recuperadas pelo observador.

Nestas sumariadas abordagens pretendeu-se colocar em evidência que a criatividade ficcional destes escritores não dispensou a representação do «outro», sobretudo na problematização e desenlace das tramas. O «outro», ainda que pela estranheza do desdobramento psicológico da personagem andrógina, que a distingue do restante elenco da ação narrativa, emerge geralmente da imperatividade de defender ou promover um determinado conjunto de valores morais, num inexorável quadro em que as incorreções cedem sempre lugar não à punição, mas à dignidade. E quando a representação do «outro» provém de um objeto, o pictórico, o autor cria a desejada e necessária «*enargeia*» ainda referida por Christopher Worth<sup>38</sup>, através da qual a personagem se metamorfoseia pelo afeto, regras de conduta, de proteção, de reconforto ou pelo reconhecimento da verdade que dele extrai. Nestes textos dos séculos XVIII e XIX, favorecedores da organização de um virtuoso cenário que quase se pretende aproximar do messiânico, se na representação do «outro» se arvora a grandeza de sentimentos em todas as tensões e cruzamentos em público ou privado de que determinada personagem carece, recaindo sobre ele o grande exemplo a reter, os escritores foram sobretudo sensíveis à interpenetração e imposição de marcas de personalidade favorecedoras do esbatimento de diferenças, delas extraindo especificidades de sentido ético que denotam a importância e o respeito, individual ou coletivo, pela presença do «outro» nas várias ações narrativas.

É consabido que a literatura da periodologia romântica, mergulhada em quiméricas emoções e sentimentos exacerbados, numa fase ulterior deixou-se atravessar por códigos civilizacionais criticamente impostos às suas personagens, em regra pelo contraste do meio em que elas representavam com o de uma nova mundivisão que se queria ver instalada. Estávamos já numa transição para o Realismo literário. E cremos ter-se percebido que estes romances de que aqui nos ocupamos quebram exatamente essas fronteiras do sujeito romântico em nostálgica atitude que o ensimesma, quase sem soluções para além

<sup>37</sup> WORTH, 1981: 14.

<sup>38</sup> ABREU, 2015: 57-62.

da morte, para, pelo contrário, se revelar disposto à superação, sabendo ultrapassar-se tantas vezes pela ajuda do «outro», de quem recolhe o exemplo demonstrado. Mas estas opções romanescas decorrem afinal da perspicácia observadora de cada autor no mundo que os rodeava, já alheia de normativas literárias que ainda iam cruzando as páginas do romantismo literário – de resto, foi esta a determinação de Júlio Dinis<sup>39</sup>. Este escritor, e os pares ingleses chamados a debate, ansiavam por uma sociedade requalificada, reformada, informada, moderna, na qual o sujeito fosse uma respeitada e esclarecida célula dessa unicidade em que se integrava. E não se podendo descurar o enquadramento epistemológico e conceptual da época que lhes corresponde, percebe-se que nestes enredos o sujeito é chamado a representar em cenários de relações interpessoais eivadas pela ânsia da utopia social, na qual o fenómeno da alteridade sempre se teria de se assumir como o «outro lado do saber» – propósitos que, quem sabe?!..., tantas vezes poderão ter surpreendido o próprio escritor, muitas vezes também o leitor, sem excluir, afiançadamente!..., o investigador que o estuda e analisa.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carmen M. (2015) – *Júlio Dinis: o romance português de raiz inglesa*. Brasil, Salvador da Bahia: EDUFBA.
- AUSTEN, Jane (1999 [1813]) – *Pride and Prejudice*. Ian Littlewood, *intr. e notas*. Londres: Wordsworth.
- CARVALHO, Adalberto D. (2007) – *O outro como eu*. In BIZARRO, Roza, *org.* – *Eu e o outro: Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Perafita: Areal Editores.
- DICKENS, Charles (2002 [1848]) – *Dombey and Son*. Andrew Sanders, *ed., intr. e notas*. Londres: Penguin.
- DINIS, Júlio (1992a [1867]) – *As Pupilas do Senhor Reitor*. Obras Completas de Júlio Dinis. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.
- DINIS, Júlio (1992b [1868]) – *A Morgadinha dos Canaviais*. Obras Completas de Júlio Dinis. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3.
- DINIS, Júlio (1992c [1868]) – *Uma Família Inglesa*. Obras Completas de Júlio Dinis. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2.
- DINIS, Júlio (1992d [1872]) – *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Obras Completas de Júlio Dinis. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4.
- FIELDING, Henry (2007 [1746]) – *The History of Tom Jones, a Foundling*. Londres: Vintage Books.
- FRANÇA, José-Augusto (1999 [1974]) – *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GOLDSMITH, Oliver (2004 [1766]) – *The Vicar of Wakefield*. Mineola, Nova Iorque: Dover Publications.
- HEILBRUN, G. Carolyn (1973) – *Towards Androgyny: Aspects of Male and Female in Literature*. London: Victor Gollancz Ltd.
- HOVELER, Diane Long (1990) – *Introduction: Women, Androgynes, Poets, and Critics*. In *Romantic Androgyny: the women within*. EUA: The Pennsylvania State University.
- PIRES, Maria João (1996) – *Intertextualidade e Poder na Poesia de Christina Rossetti*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», vol. XIII, p. 147-155.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, O. (2000) – *História da Literatura Portuguesa*. 17.ª ed. Porto: Porto Editora.
- SHAW, Jeremy (1995) – *The Critique of Reason in English Literature*. Londres: European Institute Press.
- WORTH, Christopher G. (1981) – *Techniques and Uses of Landscape Description in the British Novel (1700-1830), with Special Reference to Scott*. Londres: University of London, Birkbeck College. PhD.

---

38 ABREU, 2015: 57-62.

# DOS DOCUMENTOS AOS FORMULÁRIOS, NO NORTE DE PORTUGAL: ANÁLISE TIPOLOGICA NO CONTEXTO HISTORICO E CULTURAL DOS SÉCULOS XI-XIII

JOSÉ MARQUES\*

**Resumo:** O texto que a seguir se apresenta foi elaborado para um Congresso Internacional, subordinado ao tema geral – Os formulários –, que nos propusemos estudar, no Norte de Portugal.

Nesse sentido, após a introdução, em que definimos os objectivos, mencionámos as fontes a utilizar e indicámos a metodologia a seguir, procedemos à análise dos dois grupos de formulários, que, de acordo com as respectivas estruturas, foi possível detectar, e classificámos como simples e mais complexos, conceitos, oportunamente, explicitados. Esta primeira distinção obrigou-nos a análises de âmbitos diferentes, donde surgiram também algumas conclusões inesperadas. Assim, em relação aos formulários simples, o mais característico é o utilizado na prestação de obediência ao arcebispo de Braga pelos prelados das dioceses portuguesas e de além-fronteiras, suas sufragâneas; por sua vez, os classificados como mais complexos, através das numerosas e ricas invocações, arengas e cláusulas cominatórias permitiram análises comparativas, conducentes a resultados até agora insuspeitados. Prosseguindo esse método, foi possível observar e concluir que algumas das fórmulas utilizadas na documentação do Norte de Portugal se encontravam, há muito, em actos de monarcas asturianos e leoneses e de instituições privadas.

Embora não seja possível determinar os caminhos seguidos por estas fórmulas para chegarem até nós, pode-se, agora, afirmar com segurança, a clara influência das práticas diplomáticas dos reinos de Oviedo e de Leão na documentação do Norte de Portugal, abrindo-se, assim, novas perspectivas de investigação, neste domínio.

**Palavras-chave:** Carta de Alforria; Agnição; Arenga; Preâmbulo.

**Abstract:** The text below was elaborated for an International Congress under the general theme – Formularies – which we decided to study in Northern Portugal.

Accordingly, after the introduction, in which we define the objectives, mention the sources to be used and indicate the methodology to be followed, we make an analysis of the two groups of formularies, which, according to their respective structures, it was possible to detect, and we classify as simple and more complex concepts, in due course explained. This first distinction has forced us to analyses of different scopes, where also some unexpected conclusions have emerged. Thus, in relation to simple formularies, the most characteristic of them is used in rendering obedience to the Archbishop of Braga by prelates of the dioceses of Portugal and from across the border, its suffragans; on their turn, the ones classified as more complex, through the many rich invocations, harangues and comminatory clauses, allowed comparative analyses and led to results so far unsuspected. Pursuing this method, it was possible to observe and conclude that some of the formularies used in the documentation of Northern Portugal had been long in acts of Asturian and Leonese monarchs as well as of private institutions.

Although it is not possible to determine the paths followed by these formularies until the present day, we can now safely say that there was clear influence of diplomatic practices of the kingdoms of Oviedo and León on documentation issued in Northern Portugal, thus opening up new prospects for research in this area.

**Keywords:** manumission certificate; Agnition; Arangue; Preamble.

\* FLUP/CEPESE.

## 1. INTRODUÇÃO

Este congresso, essencialmente, centrado no estudo dos *formulários*, cujas acepções, consagradas no *Vocabulário Internacional de Diplomática*, se impõe ter sempre presentes, de acordo com as sugestões e expectativas dos seus organizadores, proporcionará uma visão e um amplo debate sobre esta temática, que permitirão um conhecimento da realidade diplomática concreta nos diversos países e regiões abordados.

Se é certo que a temática dos *formulários* concita a atenção geral para os modelos dos mais variados actos diplomáticos, nas suas tipologias específicas, matizadas por eventuais práticas das chancelarias ou dos locais da sua produção, na maior parte dos casos, embora seja patente a influência de algum modelo, não é possível detectá-lo, obrigando-nos a permanecer limitados a considerações genéricas, indefinidas. A situação, no caso português, é mais grave ainda, dado o desconhecimento quase absoluto da existência de *formulários*, no sentido estrito, expresso pelo *Vocabulário*: « un recueil de formules destinées à servir de modèles aux rédacteurs des actes »<sup>1</sup>, impondo-se esclarecer que a única excepção neste contexto é um pequeno *formulário*, destinado a orientar a prática redaccional de documentos no âmbito do Mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, incluindo, contudo, os casos de eventuais relações com autoridades eclesiásticas – diocesanas e pontificia – e régias. Trata-se do Códice n.º 47, do *Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa*<sup>2</sup>, não havendo provas evidentes da sua divulgação e presença noutros *scriptoria* cistercienses portugueses.

Além deste *formulário*, cujos 48 modelos, em comparação com o elevado número de outros de além-fronteiras<sup>3</sup>, obriga a classificá-lo como muito reduzido, nada mais temos que nos possa orientar, com segurança, na análise da multiforme tipologia documental patente nos códices diplomáticos, cartulários e meras recolhas documentais do Norte de Portugal, que nos propomos analisar. Percorrendo estas fontes documentais, depara-se com uma grande diversidade quanto à natureza documental, cujos espécimes, sendo concordes no essencial, conducente à sua classificação jurídica e tipológica, mesmo apresentando alguma regularidade estrutural, é difícil relacionar com algum modelo original. Nestas circunstâncias, tendo sempre presente, como objectivo primordial, a detecção ou, no mínimo, a aproximação dos modelos originais, será oportuno, a partir das espécies existentes nas diversas fontes documentais disponíveis, tentar estabelecer algumas relações e confrontos entre elas, na tentativa de detectar possíveis influências, particularmente de origem externa, com incidência especial, de procedência astur-leonesa. A apresentação desta hipótese de trabalho radica na observação de que os territórios do norte de Portugal, sobretudo, após o avanço da Reconquista cristã, primeiro, até ao Douro, em 868, e depois até ao Mondego, em 1064, não obstante se poderem considerar marginais em relação à sede do poder, sucessivamente, deslocada de Oviedo para León, estavam integrados

---

<sup>1</sup> CÁRCEL ORTÍ, 1994: 37.

<sup>2</sup> GOMES, 1999.

<sup>3</sup> A título de exemplo, veja-se: *FORMULARIUM diversorum*, 1986, que, apesar de estar truncado, ainda apresenta 273 formulários.

no regime jurídico que emanava da capital do reino em que estavam integrados. Em abono desta hipótese começamos por invocar a existência de actos diplomáticos, comprovativos da intervenção administrativa e judicial de soberanos astur-leoneses, não obstante a compreensível distância física da sede do poder. Assim, foi neste contexto que o rei Afonso II, em 27 de Março de 832, doou as cidades de Braga e de Orense à Igreja de Santa Maria de Lugo<sup>4</sup>, doação que Afonso III, em 6 de Julho de 899, confirmou ao bispo Recaredo, de Lugo<sup>5</sup>; o mesmo monarca, Afonso III, em [905-910], mandou delimitar o termo da antiga cidade de Braga, cuja posse confirmou ao metropolitano bracarense, residente em Lugo<sup>6</sup>; e, no mesmo sentido, podemos acrescentar que, em 28 de Setembro de 911, encontrando-se em Aliobrio, Ordonho II, a pedido do bispo Savarigo, ordenou que se delimitasse a minúscula diocese de Dume, nos subúrbios da antiga capital da Galécia – Braga<sup>7</sup>.

Além destas intervenções de âmbito interno do reino astur-leonês, não deveremos perder de vista o complexo cruzamento de influências histórico-culturais, procedentes de além-Pirenéus, em que, além dos apoios prestados à progressão da Reconquista, urge ter presente a expansão do monaquismo beneditino, mormente, a partir do último quartel do século XI, perfeitamente integrada no contexto e ao serviço da *Reforma gregoriana*, sem esquecermos as repercussões da *questão das investiduras*, cujas marcas negativas também ficaram registadas entre nós, ciclo de mudanças, coroado, no segundo quartel do século XII, pela chegada da versão beneditina cisterciense, que tanto êxito teve, a sul do rio Douro.

Na tentativa de verificação da hipótese de trabalho acima enunciada e de outras que será necessário acrescentar, teremos de seleccionar alguns dos elementos mais expressivos do teor documental de actos jurídicos de natureza idêntica, a fim de procedermos à respectiva análise comparativa, através das colecções documentais disponíveis, oriundas do Norte de Portugal, mencionado no título desta comunicação, com as procedentes de outras regiões de além-fronteiras ou mesmo da zona Centro de Portugal, que passamos a enumerar.

## 2. FONTES DOCUMENTAIS

Dentro do objectivo enunciado e da metodologia esboçada, mencionamos, de seguida, as grandes colecções documentais a utilizar, ocupando, a diversos títulos, o primeiro lugar o *Liber Fidei (LF)*<sup>8</sup>, seguido das recolhas documentais: *Vimarani Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum iussu Vimaraniensis Senatus edita (VMH)*<sup>9</sup>, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250) (MCG)*<sup>10</sup>, *O Mosteiro de S. Simão*

<sup>4</sup> LF, I, n.º 12. Cf. também n.º 141, embora com data de 11 de Março de 830.

<sup>5</sup> LF, I, n.º 13.

<sup>6</sup> LF, I, n.ºs 17 e 18.

<sup>7</sup> LF, I, n.º 19.

<sup>8</sup> JESUS DA COSTA, 1965/1978/1990.

<sup>9</sup> Pars I, Vimarane, 1908; II, 1929.

<sup>10</sup> RAMOS, 1991.

da Junqueira – II (Colecção Documental) (MSSJ)<sup>11</sup>, *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI-XIII)* (CBFG)<sup>12</sup> e o *Cartulário do Mosteiro de Fiães* (CMF)<sup>13</sup>, podendo-se recorrer, ainda, à recente colectânea *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071.1325)* (TEP)<sup>14</sup>, para o acesso aos testamentos dos arcebispos de Braga e dos bispos do Porto, bem como dos capitulares destes duas dioceses nortenhas. Dispensamo-nos de proceder às descrições codicológicas das obras citadas, porque essa tarefa esgotaria o tempo e o espaço que nos são concedidos. Apesar disso, cremos oportuno deixar uma ideia do volume documental recolhido nestas obras, bastando recordar que o *Liber Fidei*, que, além de *cartularium* é também um verdadeiro *codex diplomaticus*<sup>15</sup>, ostenta 954 documentos; os *Vimaranis Monumenta Historica* 353; o *Baio-Ferrado de Grijó* 314; a *Colecção Documental* do Mosteiro de S. Simão da Junqueira 333; a do Mosteiro e Colegiada de Guimarães permite o acesso a 400, ultrapassando as quatro centenas os que integram o *Cartulário de Fiães*.

Neste conjunto de mais de 2750 documentos, só poderemos aplicar a metodologia acima enunciada seleccionando algumas das partes do discurso diplomático, mais susceptíveis de oscilação e de receberem e manifestarem influências internas ou externas, próximas ou mais remotas, e tentando o respectivo processo comparativo.

Entretanto, recordamos que o nosso objectivo primário se orienta à possível detecção ou simples aproximação de eventuais modelos de estruturas dos diversos documentos, segundo a sua natureza jurídico-diplomática, e, na impossibilidade de concretizarmos este desiderato, ao melhor conhecimento dos formulários dos próprios actos, no conjunto das suas cláusulas ou fórmulas documentais<sup>16</sup>, distribuídas, como é habitual, pelo *protocolo, texto e escatocolo*.

### 3. ANÁLISE TIPOLOGICA

Como ficou sugerido, fixar-nos-emos nos documentos reveladores de formulários mais completos, existentes nas diversas colecções documentais identificadas, centrando a nossa atenção, especialmente, nas *invocações, arengas e cláusulas cominatórias* ou *sanções*, conscientes de que os elementos e cláusulas da parte dispositiva, por natureza mais concretos, não são propícios a este exercício comparativo. Além disso, convém observar que no elevado volume dos documentos inventariados, não faltam, em número significativo, os que não preenchem os requisitos mais genéricos, habitualmente patentes na estrutura documental, sendo possível, no entanto, com base na repetida similitude dos casos detectados, admitir a existência de algum modelo gráfico, no essencial, reproduzido nos actos em causa, como oportunamente se demonstrará.

<sup>11</sup> LIRA, 2002.

<sup>12</sup> DURAND, 1971.

<sup>13</sup> Ou *Livro das datas*, A. D. B., em fase de preparação para republicação integral, porque, na 1.ª edição, a maior parte dos documentos foi truncada. ADB, *Registo Geral*, n.º 314.

<sup>14</sup> MORUJÃO, 2010.

<sup>15</sup> MARQUES, 2010.

<sup>16</sup> CÁRCEL ORTÍ, 1994: 37.



A nossa investigação, através dos formulários da vasta documentação disponível, privilegiará os documentos seleccionados entre aqueles que, pela sua natureza jurídica e importância social, exigiam também um enquadramento e solenidade redactorial que, a vários títulos, traduzissem e vincassem o valor do acto realizado e garantissem a sua perpetuidade. São, com efeito, esses, cuja variedade e riqueza doutrinal das suas invocações, arengas, motivações específicas e sanções de ordem espiritual, mais facilmente poderão proporcionar elementos de comparação ou do simples esforço redactorial dos centros de produção.

Mas, além destes actos, que prenderão a nossa atenção, deveremos observar que há muitos outros documentos, de real alcance económico, administrativo e social imediato, apresentados em formulários relativamente simples, que cumpriram também a sua função jurídica e que deveremos assinalar.

Nestas circunstâncias, cremos oportuno dividir a análise a que vamos proceder em duas partes: a primeira, destinada a apresentar alguns exemplos de formulários mais simples, acompanhados das variantes que foi possível detectar, e a segunda, em que se dará conta da complexidade da variedade redactorial de certas partes do formulário utilizado, que dificultam a detecção do modelo sistematicamente seguido.

### 3.1. FORMULÁRIOS SIMPLES

A título de exemplo, referimo-nos aos documentos de prestação de obediência pelos prelados sufragâneos ao arcebispo de Braga, como seu metropolitano, sendo notórias as ligeiras variantes, reveladoras do momento em que esse gesto de submissão se concretizava – antes<sup>17</sup> ou depois da ordenação ou sagração episcopal –, tendo lugar, normalmente, de forma presencial, como decorre da menção expressa na própria fórmula, nos seguintes termos: «et super sanctum altare propria manu firmo»<sup>18</sup>.

Trata-se de um formulário bracarense, muito breve, frequentemente repetido, quer pelos novos prelados portugueses e de além-fronteiras, quer por outros, já confirmados nas respectivas dioceses, detectando-se, por vezes, uma ou outra alteração, que, não obstante o enriquecimento literário do texto, respeita as exigências jurídicas, subjacentes ao objectivo fulcral da declaração de obediência e aos seus fundamentos jurídicos e tradicionais. Apesar dessas eventuais alterações e, *mutatis mutandis*, dos nomes dos signatários e das dioceses que lhes estavam confiadas, a fórmula tradicional era do teor seguinte:

*Ego Fernandus sancte Asturiensis ecclesie vocatus episcopus subiectionem et reverentiam et obedientiam a sanctis patribus constitutam, more predecessorum in Austuriensi ecclesia presidentium, secundum precepta canonum ecclesie Bracarensi rectoribusque eius in presentia domni Iohannis eiusdem ecclesie archiepiscopi perpetuo me exhibiturum promitto et super sanctum altare propria manu firmo*<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> LF, II, n.º 515: «Ego Iohannes Lucensis ecclesie nunc ordinandus episcopus...»; LF, II, n.º 516: «Ego Vermudus Colimbriensis ecclesie nunc ordinandus episcopus...».

<sup>18</sup> LF, III, n.ºs 583-587, 589, 590<sup>a</sup>, 591, etc.

<sup>19</sup> LF, II, n.º 511.



Note-se que algumas das numerosas prestações de obediência, de que temos conhecimento<sup>20</sup>, não foram espontâneas, pois concretizaram-se na sequência de imposições da Sé Apostólica, a que os metropolitas bracarenses tinham recorrido, face à recusa de alguns prelados, quer portugueses, quer das dioceses do reino de Leão e Castela, em cumprirem a obrigação canónica, que sobre eles impendia. Se entre os nacionais, se contam os bispos de Coimbra D. Gonçalo<sup>21</sup>, D. Bernardo<sup>22</sup> e D. João de Anaia<sup>23</sup>, da parte das dioceses de além-fronteiras podemos mencionar o caso do próprio bispo Fernando, de Astorga, mencionado na fórmula acima transcrita<sup>24</sup>. Em sentido inverso, podemos registar a posição do bispo de Lugo, D. João, que, tendo enviado ao metropolitano bracarense uma delegação, a fim de lhe expor a perturbação causada no mosteiro beneditino de Samos pelo abade intruso, que pretendia ser nomeado bispo, encontrou no arcebispo de Braga, D. João Peculiar, o apoio de que carecia, nesta delicada situação, tendo-lhe agradecido, também, o acolhimento dispensado aos seus delegados<sup>25</sup>.

Prestadas sem qualquer relutância, registem-se, entre outras, também as obediências dos bispos de Lamego, D. Mendo<sup>26</sup> e D. Godinho Afonso<sup>27</sup>, e do primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto<sup>28</sup>.

Em contraste com a repetição deste formulário, reduzido aos elementos essenciais, sem quaisquer adornos diplomáticos, sobressaem os das obediências que os mosteiros de Santa Marinha da Costa, em 1213, e o de S. Torcato, em 1214, com os respectivos conventos, da terra de Guimarães, foram obrigados a prestar ao arcebispo D. Estêvão Soares da Silva, uma vez resolvidos, por decisão pontifícia, os diferendos entre as referidas partes, cujos teores permitem conhecer, no essencial, os motivos e a tramitação desses processos judiciais<sup>29</sup>.

A amplitude da difusão deste modelo de formulário bracarense para as prestações de obediências episcopais poderia ser recortada, em pormenor, conjugando as datas dos documentos das obediências com os nomes dos prelados e das dioceses confiadas a cada um deles, tanto em Portugal como nos reinos de Leão e de Castela.

Ainda de Braga e com a data crítica de [1118-1137], há o formulário de uma carta de alforria ou liberdade, que, não tendo sido reproduzida, constituiu um excelente exemplo e poderoso estímulo à libertação e promoção social dos servos, concedendo-lhes a liberdade plena. O protagonista principal neste documento foi o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, que procedeu à libertação do seu servo Pedro *Suaridem*, numa cerimó-

<sup>20</sup> Entre outras, podemos anotar as seguintes: *LF*, I, n.ºs 212, 213, 214, 216, 217; *LF*, II, 371, 511, 512, 513, 515, 516, 548, 549, 550, 563, 564, 565, 571; *LF*, III, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 583, 584, 585, 586, 587, 589, 591, 713, 714.

<sup>21</sup> *LF*, I, n.º 162.

<sup>22</sup> *LF*, II, n.º 548.

<sup>23</sup> *LF*, I, n.º 216.

<sup>24</sup> *LF*, II, n.º 511.

<sup>25</sup> *LF*, II, n.º 342.

<sup>26</sup> *LF*, II, n.º 418.

<sup>27</sup> *LF*, II, n.º 513.

<sup>28</sup> *LF*, I, n.º 217.

<sup>29</sup> Cf. *LF*, III, n.ºs 883 e 882; *VMH*, n.ºs 171 e 174. Trata-se de formulários de obediência diferentes, porque as matérias que fundamentam estes e os actos precedentes são também diferentes.

nia solene, realizada na Sé de Braga, na presença dos capitulares e de nobres leigos, como se verifica pela simples leitura do documento, que a seguir se transcreve:

*CARTA INGENUITATIS C[UI]USDAM SERVI. «[Q]ui debitum sibi nexum atque competentem relaxat servitium premium in futuro apud Dominum sibi provenire non dubitet. Quapropter ego in Dei nomine Pelagium Bracarenis archiepiscopus pro remedio anime mee et pro remedio anime fratris mei Suerii Menendi vel eterna retributione in ecclesia Sancte Marie et sub presentia canonicorum ibi consistentium ac nobiliorum laicorum ante cornu altaris istius ecclesie absolvo servum meum vel fratris mei illum Petrum Suaridem per hanc kartam absolutionis et ingenuitatis ab omni vinculo servitutis ita ut ab hac die et deinceps ingenuus sit et ingenuus permaneat tanquam si ab ingenuis parentibus fuisset natus vel procreatus...»<sup>30</sup>.*

Interrompemos a transcrição de outras cláusulas de segurança com que era habilitado e das sanções cominadas contra quem atentasse contra a plena liberdade que lhe tinha sido concedida, não faltando o registo das testemunhas presentes, que viram e ouviram tudo o que aí se passou.

Trata-se de um documento de extraordinária importância sociológica, mas, sob o ponto de vista diplomático, bastante simples, iniciando-se por uma arenga, de sabor bíblico, em que se garante a recompensa divina a quem concede a liberdade a um seu dependente: servo ou, mesmo, escravo. Foi nessa certeza e esperando o perdão para si e para seu irmão, que, num ambiente solene, procedeu à libertação do referido servo.

Esta e outras cartas de alforria, neste momento, interessam-nos, essencialmente, pelo seu formulário diplomático, que, neste caso, temos de o reconhecer, é único, pois, as cartas de liberdade da colecção documental do Mosteiro de S. Simão da Junqueira apresentam um teor documental muito diferente. Assim, na outorgada por Feuva Soares, em 22 de Agosto de [1128], a Nuno Ramires e a toda a sua descendência, após uma breve invocação de Jesus Cristo, sobressai a dupla arenga, constituída pelo convite de Cristo aos bem-aventurados, no juízo final: «Venite benedicti Patris mei percipite regnum quod vobis prepatum est ab origine mundi», seguindo-se, quase de imediato, a recomendação do Profeta: «Dissolve colligationes impietatis dissolve faciculos deprimentes dimite eos qui confracti sunt liberos et omne onus eorum dirumpe.»

A sanção espiritual implica a excomunhão, privação da comunhão eucarística e a companhia eterna de Judas traidor<sup>31</sup>. Por sua vez, a concedida por Fenando Pais e esposa, Urraca Mendes, a Pedro Fernandes, em 4 de Julho de 1170<sup>32</sup>, e por Martinho Lourenço de Cunha, juntamente com a esposa, Sancha Garcia, e seus filhos a Sancha Lourenço, que designam por «minha criada e de minha mulher» – «mee criate et uxoris mee», em Setembro de 1267, são muito mais pobres, limitando-se a invocação ao nome de Deus e a sanção espiritual à maldição e à companhia eterna de Judas traidor<sup>33</sup>. Apesar das limi-

<sup>30</sup> LF, III, n.º 748.

<sup>31</sup> MSSJ, II, n.º 81.

<sup>32</sup> MSSJ, II, n.º 114.

<sup>33</sup> MSSJ, II, n.º 236.

tações no formulário diplomático, que agora nos interessa, e serem muito distanciadas no tempo, revelam a lenta caminhada histórica na senda da libertação dos servos, realidade, que não podemos desenvolver, neste momento. A dificuldade de ultrapassar certa resistência mental neste domínio, é patente no facto de a moura forra, Mariame, não obstante ter sofrido a experiência da servitude, em 4 de Dezembro de 1277, aparecer como vendedora de outra moura também chamada Mariame, que tinha na sua dependência<sup>34</sup>.

Antes de encerrarmos este ponto da nossa exposição, devemos esclarecer que o primeiro modelo apresentado no *Formulário Monástico Português Medieval*<sup>35</sup>, já mencionado, destinava-se à elaboração de cartas de alforria ou de liberdade de algum sarraceno ou de qualquer outro servo. Cotejado, porém, com os documentos de que nos ocupámos, não encontramos a mínima convergência redactorial entre eles, acrescentando, além disso, que todos eles são muito anteriores à data estabelecida para o citado *Formulário Monástico*: finais do século XIII-XIV.

Neste contexto e embora sendo bastante anteriores, deveremos chamar a atenção para duas importantes cartas de *agnição* ou de reconhecimento colectivo de dependência dos servos da igreja de Braga, em datas e circunstâncias diferentes. A primeira é de 30 de Agosto de 1025 e encerra o diferendo com o metropolitano de Braga, D. Pedro, residente em Lugo, que apresentou queixa ao rei de Leão, D. Afonso V, contra os servos da igreja de Braga, que se recusavam aceitar tal condição. Tendo-se procedido à pormenorizada investigação judicial, comprovou-se que, efectivamente, descendiam dos antigos povoadores trazidos para Braga por Odoário. Conhecido o resultado da investigação, reconheceram a sua condição de servos e assinaram a respectiva carta, cuja invocação se restringia à palavra «CHRISTUS», passando, de imediato, à proclamação de cariz jurídico:

*Ambiguum quidem esse non potest sed plerisque cognitum manet eo quod fuit sedem Bracarensem magna metropolitensis in partibus Spanie dum multis temporibus stante et permanente in ordine suo procul post agens Sarracenorum fuit destructa atque desolata.*

Sem qualquer invocação, pois tratava-se de um acto de natureza jurídica, e feita a devida descrição dos factos, reconheceram a sua condição de servos, aceitaram as sanções materiais e físicas a suportar no caso de infracção deste extenso documento, que todos aceitaram<sup>36</sup>.

Trinta e sete anos depois, em 5 de Setembro de 1062, foi a vez de os moradores de várias localidades de Braga, que tinham entrado em litígio com o bispo Vistrario, residente em Lugo, reconhecerem o senhorio de Braga sobre eles e as terras de *Columns*, *Gonderiz*, *Subcolina* e *Torneiros*, tendo aceitado também a respectiva carta de agnição, iniciada nestes termos:

*Dubium quidem non est sed multis manet [cognitum] eo quod in Era C.<sup>a</sup> post milésima tempore domni Fredenandi regis facta fuit altercatio inter episcopo domno Vistrario Lucensi et homines Bracarenses.*

<sup>34</sup> MSSJ, II, n.º 269.

<sup>35</sup> GOMES, 1999: 159.

<sup>36</sup> LF, I, n.º 22.

Após a imediata apresentação da súmula do processo e aceites as sanções previstas para os infractores, a carta foi validada pelas testemunhas presentes e pelos confirmantes<sup>37</sup>.

Um pouco mais tarde, em 26 de Agosto de 1073, Sesnando Alvites, seus irmãos e irmãs, no reinado de Afonso VI e no episcopado de D. Pedro, primeiro bispo da diocese de Braga, restaurada dois anos antes, reconhecem ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo o direito de propriedade sobre uma herdade sita na paróquia de S. Julião da Lage, no actual concelho de Vila Verde. Na carta de *agnição* que lhe fizeram, com a estrutura idêntica às precedentes, além das indispensáveis subscrições finais, impõe-se assinalar a ausência de qualquer invocação, iniciando-se, tal como as anteriores, pela declaração do conhecimento geral do facto que eles reconheciam e aceitavam: «[I]n plerisque mane[t] eoque notissimo quod in tempore domni adefonsus rex Petrus episcopus sedis Bracare»<sup>38</sup>. Embora tratando-se de três documentos da mesma natureza, apresentam significativas diferenças, na parte inicial e, sobretudo, nas subscrições finais, de algum modo correspondentes à importância social e económica inerente a cada um deles.

Para terminar esta primeira parte, referimo-nos, ainda, a um formulário específico, devido ao arcebispo de Braga, D. João Peculiar, que governou esta arquidiocese durante trinta e oito anos (1137-1175), tendo sido também um dos auxiliares mais activos do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, na concretização do projecto da independência de Portugal. Trata-se de uma sentença de maldição e excomunhão contra Pedro Fernandes, que se tinha apoderado das albergarias de Fonte Fria, Paradela, Peredo e de outra situada no sopé do monte Aurélio, criadas pelo referido prelado para apoio da sua acção pastoral e para socorro dos pobres e peregrinos, as quais tinha dotada de bens fundiários, indispensáveis à sua gestão. O documento, cuja data crítica se situa entre 1145 e 1175, reveste-se de um forte cariz judicial, não dispõe, por isso, de qualquer invocação e inicia-se com este enunciado geral: «Omnes illi qui inpediunt hereditates vel res Bracarensis ecclesie sint maledicti et excommunicati donec condigne satisfaciant et emendent Bracarensi ecclesie amen amen amen»<sup>39</sup>; passando, de imediato, à subscrição «Ego Iohannes Bracarensis archiepiscopus» e à exposição dos factos caídos sob a alçada da sentença inicial.

Antes de encerrarmos esta primeira parte do percurso que estamos a realizar, especialmente através do *Liber Fidei*, procurando detectar as eventuais semelhanças com fórmulas de outras regiões, sobretudo de além-fronteiras, deveremos esclarecer que a fórmula «Ambiguum quidem non est...» com que se inicia a carta de *agnição*, constante do *Liber Fidei*, n.º 22, datada de 30 de Agosto de 1025, já aparece no *Tumbo de Samos*, no documento outorgado por Vermudo II ao mosteiro e ao abade de Samos, em 14 de Maio de 997<sup>40</sup>. Se a repetição desta fórmula, nestas datas, relativamente próximas, não é de estranhar, pois surgem em documentos de dois monarcas leoneses, confirma a nossa hipótese inicial quanto à influência diplomática astur-leonesa na região que viria a constituir o Norte de Portugal.

<sup>37</sup> LF, I, n.º 23.

<sup>38</sup> LF, III, n.º 621.

<sup>39</sup> LF, II, n.º 419.

<sup>40</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 72 (n.º 6).

## 3.2. FORMULÁRIOS MAIS COMPLEXOS

Após os exemplos apresentados na primeira parte, por natureza, pouco aptos à sua generalização e traduzidos em formulários muito simples, ocupar-nos-emos, agora, de outros documentos, diplomaticamente, mais complexos. Como, acima, foi sugerido, integram-se no contexto histórico evocado, bastando recordar que muitos deles são constituídos por doações à Sé de Braga, na pessoa do prelado diocesano e do cabido bracarense, a igrejas e mosteiros, não faltando também testamentos, cartas de compra-venda e tantas outras situações que é inviável enumerar. Com mais ou menos elementos, integram todos as três partes dos documentos diplomáticos e, nessa perspectiva, reflectiremos sobre os aspectos formularios mais expressivos, dispensando-nos, por isso, da análise dos respectivos conteúdos.

### 3.2.1. Invocações

Iniciando a nossa observação pelo *protocolo*, em qualquer das colecções documentais inventariadas, sobressai a diversidade de que se reveste a *invocação*, que, se, em numerosos casos, se restringe à breve evocação do nome de Deus, de Jesus Cristo, por vezes, figurado por um simples CRISMON, ou da Santíssima Trindade, em muitos outros a invocação trinitária surge de forma desenvolvida, não faltando, inclusive, as preocupações verdadeiramente expositivas, de tudo havendo numerosos testemunhos escritos.

Dado o elevado número e diversidade de invocações trinitárias mais ampliadas, existentes no *Liber Fidei*, nelas nos concentraremos, de preferência, confrontando-as com as de outras colecções documentais, quando parecer útil. Como ponto de partida para as nossas observações, transcrevemos algumas para se poder observar a facilidade com que se introduziam variações redactoriais, destinadas a salientar os diversos aspectos da riqueza doutrinária dos seus conteúdos:

– 830, Março, 11 – Afonso II – *In Dei omnipotentis nomine Patris ingeniti Filii unigeniti ac Spiritus almi clementi ac perpetue benignitatis munere vegetatis seu sanctorum omnium auxilium fretus Dei videlicet Matris alme Virginis Marie munimine protectus*<sup>41</sup>;

– 899, Julho, 6 – Afonso III – *In nomine Dei Omnipotentis vivi et increati, Patris et Filii et Spiritus Sancti cuius divinitas et ineffabilis deitas, honor et gloria perennis cuncta precellit sublimia angelorum agmina, intuetur celorum alta et omnium corda penetrat interiora*<sup>42</sup>;

– 915, Setembro, 1 – Ordonho II – *In nomine Dei Patris genitoris genitique Filii simul et Spiritus procedens qui unus idemque Deus permanet in Trinitate perfecta sive in honore et veneratione alme Virginis Marie cuius ecclesie seu sedis venerabilissima dinoscitur esse fundata in urbe Lucensis provintie Gallecie, ab inicio predicationis apostolice pri[mi]tive ecclesie*<sup>43</sup>.

Embora os limites cronológicos da nossa análise se restrinjam aos séculos XI-XIII, considerámos útil apresentar também estas três invocações: as duas primeiras, patentes

<sup>41</sup> LF, I, n.º 141.

<sup>42</sup> LF, I, n.º 13.

<sup>43</sup> LF, I, n.º 14.

em documentos régios asturienses, respectivamente, de Afonso II e Afonso III, e a terceira, do monarca leonês, Ordonho II, todas em documentos relativos à Sé de Lugo, que, então, estava no centro da cristandade peninsular, livre da pressão muçulmana, e onde pontificaram os arcebispos de Braga, aí refugiados. Pela sua antiguidade e pela forma como procuram esclarecer as relações entre as três pessoas divinas, como Deus vivo, onnipotente, uno e trino, nelas se proclamando o Pai como incriado, o Filho como unigénito e o Espírito Santo como procedente do amor inefável do Pai e do Filho, não poderão deixar de ser consideradas, com outras similares, como dos mais remotos modelos destas invocações, na área em que nos situámos, nos séculos seguintes.

A partir de 1071, com a restauração da antiga diocese de Braga – outrora metrópole de toda a Galécia – e o início da construção da respectiva Sé, deparámos com numerosas doações que lhe eram feitas, marcadas pelas mais diversas motivações e cláusulas, onde não faltam invocações trinitárias, como esta, de 1 de Agosto de 1101, que abre a carta de doação de Paio Bermudes e Elvira Alvites à Sé de Braga, nestes termos: « In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti Trinitatis individue que nunquam est fi[ni]enda per cuncta secula seculorum amen»<sup>44</sup>. Pouco depois, em 18 de Outubro de 1101, na doação de Elvira *Fafilaz* à mesma Sé de Braga, embora respeitando o mesmo sentido geral, há ligeiras alterações na ordem e até de termos com valor equivalente<sup>45</sup>. Por sua vez, em 10 de Abril de 1140, a que inicia a carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques à ermida de Santa Marinha de Vilarinho de Parada<sup>46</sup>, no actual concelho de Sabrosa, com excepção da deslocação dos termos *et individue Trinitatis* e o acréscimo de *Trinitas indivisa*, reproduz fielmente a de 1 de Agosto de 1101.

Em vez de insistirmos nas variantes das inúmeras repetições desta invocação trinitária, na tentativa de encontrarmos uma mais remota que pudéssemos apontar como seu modelo, deparámos com a do testamento dos bispos Severino e Ariulfo, de 22 de Abril de 817, pelo qual doam à catedral de Oviedo o mosteiro de Santa Maria de Yermo, na Cantábria, que não será difícil considerar como a matriz das que acabámos de apresentar, uma vez expurgadas das mencionadas variações: «In nomine sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritu Sancti cuius regnum permanet in secula seculorum amen»<sup>47</sup>, textualmente repetida no testamento do rei Ordonho I, de 20 de Abril de 857<sup>48</sup>.

As variações sobre o essencial das invocações trinitárias, pondo em relevo os mais variados aspectos doutrinários, surgem em todas as colecções documentais referidas. Não sendo possível inventariá-las, neste momento, apraz-nos registar esta interessante amostra: «Sub imperio opificis rerum qui trinus in unitate extat colendus et adorandus atque glorificandus necnon in nomine sancte et individue trinitatis patris et filii et spiritu

<sup>44</sup> LF, I, n.º 159.

<sup>45</sup> LF, I, n.º 160: «In nomine Sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti cuius honor et gloria regnum manet per infinita tempora in Domino eterna salute amen».

<sup>46</sup> LF, I, n.º 520: «In nomine Sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti Trinitas indivisa que nunquam erit finienda per cuncta seculorum secula».

<sup>47</sup> VV. AA., 1995: 488 (n.º 13).

<sup>48</sup> VV. AA., 1995: 472 (n.º 10).

sancti», que remonta ao ano de 986<sup>49</sup>. Um pouco mais tardia, o cartulário do Bispo D. Paio, de Oviedo, oferece-nos esta invocação trinitária, profundamente elaborada e enriquecida, na doação que, em 11 de Março de 1006, o conde Fáfila *Spasandiz* e a condessa Urraca, sua mulher, fizeram do mosteiro de Santa Maria de Tol e outros bens à catedral de Oviedo:

*In nomine Domini Dei misericors et pii qui trinus in unitate et unus in Deitate extas colendus; laus tibi iugiter Salvator omnium Deus, qui facis mirabilia magna solus, qui descendisti de celo et illuminasti Mariam de Spiritu Sancto*<sup>50</sup>.

Do reino leonês, mas da região de Samos, o *Tumbo* deste mosteiro, com data de 1 de Junho de 933, apresenta-nos um interessante caso de dupla invocação, sendo constituída a primeira por uma fórmula trinitária e a segunda, nela perfeitamente integrada, por esta que bem conhecemos: «*Domnis invictissimis ac triumphatoribus...*»<sup>51</sup>.

Além das invocações trinitárias, abundam também as centradas na pessoa de Jesus, quer na forma simples e mais generalizada – *In Christi nomine* ou *In nomine Christi* –, quer mais desenvolvidas, que colocam o acto diplomático sob a protecção colectiva dos santos mártires, de Cristo Redentor, da Virgem Maria e de outros santos, cujos cultos pretendem introduzir ou intensificar em determinadas igrejas diocesanas ou monásticas e enriquecer os seus patrimónios. Como exemplo, veja-se a doação do presbítero Anagildo a igrejas da região de Guimarães e ao próprio bispo D. Pedro, datada de 31 de Março de 1072:

*Domnis invictissimis ac triumphatoribus sanctisque martiribus ac gloriosissimis martirum Sancti Salvatoris et Sanctae Marie sempre Virginis, Sancti Michaeli Arcangeli, Sanctorum Apostolorum Petri et Pauli, Sancti Antonini et illos sanctos qui ibi sunt reconditos in cenovio Vimaranes, cuius basilica fundata esse dignoscitur quia sic dicit in Evangelio «date et dabitur vobis, querite et invenietis, pulsate et aperietur vobis»*<sup>52</sup>.

Note-se que esta invocação integrou também elementos típicos da arenga, situação frequente em numerosas fórmulas dispersas nas colectâneas documentais percorridas.

Quanto ao elevado número de invocações iniciadas por este mesmo formulário, mas, logo alteradas segundo os santos, mártires, apóstolos ou outros protectores celestes, cujos auxílios pretendiam convocar, tal como aconteceu com as invocações trinitárias, de preferência ao seu estudo específico, orientámos a nossa investigação no sentido de encontrarmos fórmulas modelares, fora do âmbito das colectâneas disponíveis, como fontes de investigação sobre os formulários na área inicialmente definida. Neste sentido, o *Liber Testamentorum Ecclesie Ovetensis*, que nos tinha sido muito útil, não proporcionou,

<sup>49</sup> VMH, I, n.º 18.

<sup>50</sup> VV. AA., 1995: 546 (n.º 29).

<sup>51</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 96 (n.º 18).

<sup>52</sup> LF, I, n.º 63.



agora, qualquer contributo positivo; mas, por sua vez, *El Tumbo de San Julian de Samos* (*Siglos VIII-XII*), cuja edição ficámos a dever ao excelente trabalho de Manuel Lucas Alvarez, brindou-nos com a invocação do documento relativo à edificação e dotação da igreja de Santiago de Toldaos, datado de 849, que não hesitámos considerar como o modelo matricial de quantas foram iniciadas com esses mesmos termos, tanto no *Tumbo de Samos*, como nos documentos que integram as mencionadas colectâneas ao nosso dispor. A única diferença, perfeitamente aceitável até pela sua antiguidade, é o uso do adjectivo *gloriosis* na forma normal e não no superlativo *gloriosissimis*. Apesar de desconhecermos os canais da sua difusão, para futura análise dos interessados, aqui a transcrevemos:

*Domnis invictissimis ac triumphatoribus ac sanctis martiribus gloriosis sancti Iacobi apostoli, sanctorum Petri et Pauli et sancti Christofori, et sanctorum Georgii, sancti Laurentii, Sisti episcopi, et Ipoli<ti> ducis*<sup>53</sup>.

Estas e outras fórmulas foram-se elaborando, progressivamente, nem sempre sendo possível conhecer as fases por que passaram. Quanto a esta que acabámos de transcrever, não será difícil observar que os seus primórdios poderão remontar, em pleno reino asturiano, pelo menos, a 24 de Abril de 785, pois a carta do presbítero Adilano, preocupado com a fundação de um mosteiro, começa precisamente com estes termos: «Domnis invictissimis ac post Deum mihi fortissimis patronibus sancti Stephani et martiris primi...»<sup>54</sup>.

### 3.2.2. Arengas

Tal como fizemos em relação ao *protocolo*, quanto às invocações, também, agora, a propósito do *texto*, que é, verdadeiramente, a parte nuclear da estrutura documental, seleccionaremos, apenas, alguns *preâmbulos* ou *arengas* e cláusulas cominatórias, susceptíveis de análises comparativas, sempre com os olhos postos em eventuais modelos mais remotos, que nos permitam ultrapassar os limites cronológicos da nossa documentação.

Optando por preâmbulos ou arengas, entrámos em contacto directo com partes do formulário do documento que nos revela a justificação teórica, genérica, em que a parte outorgante pretende fundamentar o acto jurídico a realizar, por vezes, acrescentando-lhe outros motivos mais concretos e até de ordem particular. O estudo das arengas, embora a sua repetição, ao nível dos locais de produção documental, possa, de certo modo, se não esvaziá-las, pelo menos, enfraquece-las no seu valor e significado, contribuirá para o conhecimento das mentalidades vigentes, no plano religioso, mas, sobretudo, jurídico. Note-se, desde já, que, embora o lugar da arenga seja na parte do texto, muitas vezes, surge imediatamente a seguir à invocação, em particular em actos jurídicos com uma componente religiosa muito acentuada, como doações à Catedral, a algum mosteiro ou igreja, não faltando também os casos em que o documento se inicia pela arenga.

<sup>53</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 280 (n.º 128).

<sup>54</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 287 (n.º 137).

Como ponto de partida para uma breve reflexão, apresentamos alguns preâmbulos, seleccionados entre os numerosos formulários conhecidos:

– 1090, Março 24 – *Magnum est enim titulus donationis in quo nemo potest actum largitatis inrumpere nec foris legis proicere sed quicquid homo ingenuus vir atque femina qui filios vel nepotes non relinquerit de omni sua re faciat quod voluerit*<sup>55</sup>;

– 1101, Maio, 8 (?) – *Mos quippe extat felicitium servientibus Deo aliquid unde sibi comoda celestia conquirunt qua propterea concedo vobis domno Geraldo archiepiscopo Bracarensis sedis vel omnibus clericis qui tecum in Dei servitio permanente et Sancte Marie Virginis...*<sup>56</sup>;

– 1102, Novembro, 29 – *Nullius quoque gentis imperio nec suadentes articulo sed sano animo integroque consilio non per metum nec per vim sed expontanea nostra voluntate et in nostro robore ita ut faceremus vobis domno Geraldo...*<sup>57</sup>.

Em todos estes casos, sobressai a preocupação de acentuar a validade das doações, proclamando, no primeiro caso, o direito de as pessoas livres, sem descendência, poderem dispor dos seus bens, como quizerem; afirmando-se no segundo, o valor jurídico do conhecido costume das doações feitas à Sé, na pessoa do arcebispo D. Geraldo e respectivo Cabido; e, finalmente, a plena liberdade com que faziam a sua doação conjunta à mesma Catedral.

Estes modelos de arengas podem sofrer alterações, destinadas a exprimirem uma fundamentação mais explícita do direito que se pretende garantir, como se verifica na doação da condessa D. Urraca Ansures, feita ao seu capelão e mestre, Soeiro Atães, e à Sé de Braga, e 23 de Maio de 1107, invocando também as leis visigóticas:

*Magnum est enim titulus donationis in quo nemo potest actum largitatis inrumpere nec extra legem iura proicere et in Gotorum legibus continetur quatinus valeat donatio sicut et venditio*<sup>58</sup>.

Esta fórmula volta a ser utilizada, na íntegra, numa doação feita, em 14 de Abril de 1152, pelo arcebispo D. João Peculiar, com consentimento do Cabido, a dois dos seus homens, em recompensa de serviços prestados<sup>59</sup>.

Todos estes preâmbulos ou arengas, que acabámos de analisar são bastante tardios, inclusive o primeiro – «Magnum est enim titulus donationis» –, datado do ano 1090. Independentemente de na documentação portuguesa podermos deparar com esta fórmula de tempos anteriores, consideramos oportuno observar que a mesma já se encontra, em 14 de Janeiro de 946, no *Tumbo de Samos*<sup>60</sup>, facto digno de menção na perspectiva comparativa, subjacente a este estudo.

---

<sup>55</sup> LF, I, n.º 130.

<sup>56</sup> LF, I, n.º 165.

<sup>57</sup> LF, I, n.º 166.

<sup>58</sup> LF, I, n.º 143.

<sup>59</sup> LF, III, n.º 805.

<sup>60</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 208 (n.º 78).

No *Liber Fidei*, que é a principal colectânea utilizada, podendo, mesmo, ser considerada como obra de referência, deparámos também com uma arenga, que, ao contrário das antecedentes, fundamenta a validade da doação na promessa da vida eterna, constante de muitos estudos sobre a religião cristã e no preceito da caridade e na obrigação de prestar auxílio aos pobres, aspectos consolidados com a citação de passagem evangélica nela transcrita. Trata-se de uma doação do arcebispo de Braga e do Cabido metropolitano à Ordem do Hospital e surge na carta de doação, de 9 de Fevereiro de 1150, a seguir a uma invocação trinitária muito breve, aqui omitida:

*Quamquam christiane religionis multa sint studia quibus eterna promereri posse creditur vita, precipium tamen est pietatis officium quod ad eiusdem vite potest perducere questum et Christi pauperibus ob eius amorem prestare solacium. Dicente enim Evangelio: «Quod uni ex minimis meis facitis Mihi fecisti» ipse sibi procul dubio Christum debitorem eterne vite constituit qui minimis eius solatia necessitatis impertit»<sup>61</sup>.*

De carácter religioso é, igualmente, a arenga da carta de doação de Guterre Sarracins e sua mulher à Sé de Braga, em 1 de Junho de 1150, começando por chamar a primeiro plano o exemplo de obediência de Jesus Cristo ao Pai eterno e prosseguindo com duas citações evangélicas<sup>62</sup>.

Não é possível apresentar a multiplicidade de arengas dispersas na documentação disponível, mas gostaríamos de observar que numerosos actos jurídicos se iniciam por preâmbulos que, não obstante as ligeiras ou mais acentuadas alterações de redacção, pretendem sempre salientar o conhecimento generalizado dos factos expostos nos documentos que os ostentam, como revelam os seguintes exemplos: «Dubium quidem non est sed multis plebs manet cognitum atque notissimum...», na carta de transferência de uma propriedade para a Sé de Braga, datada de 8 de Julho de 1101<sup>63</sup>, fórmula utilizada, anteriormente, em 5 de Setembro de 1062, na carta de agnição de alguns moradores de Braga, que acabaram por reconhecer que eram súbditos do senhorio desta cidade<sup>64</sup>. Nesse sentido, seleccionámos mais estas fórmulas: «Ut in cunctis notum permaneat eo quod intrauit Iohannes in casa de Nogaria cum sua muliere Tiudili pro servientes de illa comitissa Tuda domna ad tuendum eius ganatum, pan et bivere...»<sup>65</sup>, na abertura de um processo de divisão de bens; e «Ut scitum est et cunctis et divulgatum ad universis et cunctis ut in cunctis omnibus notum pro hac et in cunctis temporibus Adefonsi principis intencio horitur inter episcopos nominatos Petrus Bracarensis et Edronius Auriense ...», na decisão que, em 18 de 1078, pôs termo ao litígio existente entre os prelados de Braga e Orense, tendo o bispo Ederónio reconhecido que o território de Baronceli pertencia à diocese de Braga, carta de agnição que o rei Afonso V confirmou: «Adefonsus rex in ista agnitio placiti manum meam conf»<sup>66</sup>.

<sup>61</sup> LF, III, n.º 770.

<sup>62</sup> LF, III, n.º 802.

<sup>63</sup> LF, I, n.º 158.

<sup>64</sup> LF, I, n.º 23.

<sup>65</sup> LF, I, n.º 176.

<sup>66</sup> LF, III, n.º 619.

Estes preâmbulos reveladores do conhecimento generalizado dos factos constantes dos documentos em que se encontram, entre nós, são relativamente tardios. Mesmo podendo haver, no *Liber Fidei*, outros mais antigos, nenhum remontará além do século X. Apraz-nos, por isso, registar que a fórmula iniciada pelos termos «Dubium quidem non est» já surge, em 17 de Abri de [857], no documento n.º 1 do *Tumbo de Samos*<sup>67</sup>, informação que reputamos do maior interesse, dentro da perspectiva que tem norteado a nossa investigação, rumo aos formulários.

### 3.2.3. Cláusulas cominatórias

Após estas amostras da variedade de preâmbulos ou arengas, cuja exposição se impõe suspender, conservando-nos, contudo, no âmbito das fórmulas que, na estrutura documental, marcam e enriquecem o *texto*, para além dos aspectos dispositivos, segundo a natureza jurídica dos actos e das cláusulas que os enquadram, prestaremos alguma atenção às consideradas *cominatórias*, na dimensão espiritual, porque são as que proporcionam maiores possibilidades de confronto no plano internacional. Conforme o disposto em cada acto jurídico: doação, testamento, venda-compra, permuta, sentença, partilha de bens, contrato enfiteutico, etc. etc., é compreensível que se estabeleçam sanções de ordem material – que nos dispensamos de especificar –, de forma a criar quadros dissuasórios de hipotéticos atentados contra o disposto nos actos celebrados. Nesse sentido, estas medidas são ainda agravadas pela manifesta vontade de que doenças terríveis, como a cegueira<sup>68</sup> e a lepra atingissem os eventuais transgressores, especificando-se, em relação à lepra, que os cobrisse do alto da cabeça até à planta dos pés<sup>69</sup>.

Mesmo assim, poderiam surgir tentativas de violação do estipulado nos contratos celebrados. Em tais casos, os transgressores, além das penalidades de ordem material, consignadas nos referidos documentos, ficariam também sujeitos a sanções de ordem espiritual, que, no contexto da mentalidade religiosa, então vigente, constituiriam factores verdadeiramente dissuasores de atentados contra as disposições de cada um desses actos.

Enunciaremos, apenas, as mais frequentes na documentação do Norte de Portugal, região a que, intencionalmente, restringimos a nossa investigação, mesmo assim, muito expressiva neste domínio, onde abundam as afirmações de que os eventuais transgressores do disposto no conteúdo dos actos em causa sejam malditos e excomungados<sup>70</sup>, que no fim da vida sejam privados da comunhão eucarística<sup>71</sup>, que a sua memória seja apagada do

<sup>67</sup> LUCAS ALVAREZ, 1986: 62.

<sup>68</sup> *LF*, I, n.º 14: «...et amborum oculorum privetur luminibus»; *LF*, n.º 136: «et insuper careat lucerna amborum frontium».

<sup>69</sup> *LF*, I, n.º 68: «et scaturientibus ad summa capitis usque ad vestigia pedum lepra subcunbeat provolutus»; e, no doc. n.º 136, lê-se: «et a vertice usque ad pranta pedis lepra percutiatur».

<sup>70</sup> *LF*, I, n.º 143: «quicumque venerit ad inrumpendum sit maledictus et excommunicatus et a limine Sancte Ecclesie segregatus»; no doc. n.º 63: «Et si aliquis venerit contra hunc factum nostrum ad inrumpendum vel infringendum temptare voluerit in primum sedeat excommunicatus et ad sancta ecclesia mater sedeat [s]eparatus et cum Iuda Domini traditore habeat participationem in eterna dampnatione pena nunquam finiendam».

<sup>71</sup> *LF*, I, 68: «et nec in finem communionem accipiat», (1, Novembro 1018). No *Tumbo de Samos*, em 18 de Março de 907, diz-se: «et a sancta communionem sit extraneus», cf. LUCAS ALVAREZ, 1986: 391.

livro da vida<sup>72</sup> – naturalmente, pensando na vida eterna –, e, mais ainda, que sofram a mesma pena de Judas traidor<sup>73</sup> e de Datão e Abirão, engolidos pela terra<sup>74</sup>, etc., elenco, total ou parcialmente, repetido inúmeras vezes, na documentação de que dispomos.

Por mais interessantes que sejam estas fórmulas e o relacionamento tentado entre elas, que nos permitiu projectar alguma luz no âmbito da temática em análise, neste Congresso, impõe-se suspender a apresentação de novas fórmulas e, conseqüentemente, a nossa exposição. O vasto elenco de fórmulas dispersas pelas partes da estrutura do teor documental, a que limitámos a nossa análise, apesar da sua reiteração e, precisamente, por isso, pode contribuir também para o melhor conhecimento de alguns aspectos da mentalidade medieval, estudo que não se integra no nosso objectivo. Por isso, mais importante do que prosseguir as considerações sobre estas e outras sínteses de cláusulas cominatórias espirituais, elaboradas ao longo dos séculos, será procurar determinar as suas datas mais remotas e o contexto em que nos apareceram. Mesmo não sendo possível alcançar este objectivo em relação a todas elas, as que nos foram dadas a conhecer ficarão como contributo positivo para a intensificação desta investigação, no plano internacional, como melhor se verá na conclusão que passamos a apresentar.

#### 4. CONCLUSÃO

No termo da nossa exposição, deveremos fazer um breve resumo do caminho percorrido e dos principais aspectos que prenderam a nossa atenção, no quadro do tema proposto.

Como observámos, de início, a análise do tema global do Congresso, não obstante as múltiplas perspectivas sugeridas pelos seus organizadores, para quem se situava e movimentava no contexto medieval português, revestia-se de um elevado grau de dificuldade, dada a inexistência de formulários que respondessem às diversas necessidades dos «notários» ou outros redactores dos actos jurídicos que as circunstâncias da vida real lhes exigiam. Percorrendo a abundante documentação recolhida nas colectâneas seleccionadas para a nossa investigação, foi necessário restringir o campo de observação aos documentos mais susceptíveis de responderem aos nossos propósitos iniciais, analisando, quer alguns formulários extremamente simples, quer outros mais complexos e frequentes nos processos emergentes na vida quotidiana. Nessa análise, como ficou devidamente assinalado, não esquecemos, segundo as situações, os respectivos enquadramentos nas realidades administrativas eclesiásticas, políticas e sociais.

Assim, sem pretendermos repetir quanto ficou exarado no texto precedente a propósito dos formulários mais simples, em que avulta a fórmula de prestação de obediência ao arcebispo de Braga por parte dos prelados, então considerados seus sufragâneos – situação posteriormente redefinida na sequência das disputas com Santiago de Compos-

72 *LF*, I, n.º 68: «auferat Dominus memoriam illius de terra; n.º 114: «aufert Dominus memoriam eius de libro vite et cum iustis non scribantur sed cum luda proditore parem patiatur penam».

73 *LF*, I, n.º 121: «et cum luda traditore Domini habeat participium in eterna dannatione penam nunquam finiendam».

74 *LF*, I, n.º 68: «et cum Datan et Abiran latus terre absorbeat».

tela e com Toledo –, foi possível detectar e isolar a fórmula específica, geralmente subscrita por bispos portugueses do Porto, Coimbra, Viseu e Lamego e das dióceses situadas além da fronteira nacional, como Mondonhede, Tui, Orense, Lugo e Astorga.

No plano social, é necessário evidenciar a fórmula de libertação de um servo do arcebispo de Braga, D. Paio Mendes (1118-1137), não só pela especificidade e qualidade da fórmula – única, pois não foi repetida –, mas também pelo contexto solene em que a libertação teve lugar e a carta de alforria foi outorgada, num claro propósito de que servisse de estímulo à libertação de muitos outros indivíduos e até de família inteiras.

Quanto aos formulários mais complexos, os elementos de que dispomos, apesar de analisados em número muito restrito, inclinaram-nos para a confirmação da hipótese inicial da influência diplomática de procedência astur-leonesa na região, posteriormente, incluída no Norte de Portugal. Com efeito, além das invocações trinitárias, veiculadas pela documentação dos reis: Afonso II, em 832<sup>75</sup>, Afonso III, em 899<sup>76</sup> e Ordonho II, em 915<sup>77</sup>, em relação a outras fórmulas de arengas e de cláusulas cominatórias, foi possível inventariar alguns exemplos muito anteriores, quer no *Liber testamentorum Ecclesie Ovetensis*, quer no *Tumbo de San Julian de Samos (Siglos VIII-XII)*, como ficou devidamente documentado, ao longo da nossa exposição, que consolidaram a nossa convicção, acerca da hipótese inicial.

E a prova da existência destas fórmulas, eventualmente modelares, na documentação leonesa, poderia ampliar-se com uma minuciosa investigação sobre os motivos de ordem pessoal, acrescentados às arengas ou apresentados de forma mais simples e isolada, como justificativos dos actos outorgados. A título de mero exemplo, correspondente aos numerosos casos similares, patentes na documentação portuguesa, permitimo-nos recolher a justificação de uma doação ao mosteiro de Samos, feita por uma tal Gontina (*Goncina*), em 1 de Junho de 933, a isso movida pelo peso dos pecados e animada pela esperança e confiança de que, pelos méritos e intercessão dos santos aí referidos – S. Julião, Sta. Eufémia e os santos mártires –, alcançaria o respectivo perdão: «Cum peccatorum mole depressa in spe fidutiaque sanctorum meritis non usquequaque desperatione deicimur»<sup>78</sup>. Em relação a este e outros motivos invocados em actos jurídicos concretos, poder-se-iam multiplicar os casos de correspondência similar.

Encerramos aqui este nosso percurso pelas encruzilhadas da Diplomática, no Norte de Portugal, na convicção da notória influência astur-leonesa, aqui, parcialmente, verificada e documentada quanto aos séculos que precederam a independência de Portugal, reconhecida por Afonso VII, em Zamora, em 1143 e, depois, reconhecida pelo Papa Alexandre III, pela bula *Manifestis probatum est*, de 23 de Maio de 1179, processo diplomático que, durante este período e nos tempos seguintes, se foi esbatendo.

---

<sup>75</sup> LF, I, n.º 12.

<sup>76</sup> LF, n.º 13.

<sup>77</sup> LF, n.º 14.

<sup>78</sup> LUCAS ALVAREZ, M., O. c., n.º 18, p. 96.

## BIBLIOGRAFIA

- CÁRCEL ORTÍ, M.<sup>a</sup> Milagros, *ed.* (1994) – *Vocabulaire International de la Diplomatie*. València : Generalitat Valenciana. Conselleria de Cultura. Universitat de València. Servei de Publicaciones, 1.<sup>a</sup> ed.
- GOMES, Saul António (1999) – *Um formulário monástico português medieval: O manuscrito alcobacense 47 da BNL*. «Humanitas». Lisboa.
- MARQUES, José (2010) – *Le Liber Fidei de la Cathédrale de Braga et le nord du Portugal*. «Regionalae Urkundenbücher. Die Vorträge der 12 Tagung der Commission Internationale de Diplomatie», Nöla. Mitteilungen aus dem Niederösterreichischen Landesarchiv 14 (2010), p. 259-296.

## FONTES DOCUMENTAIS

- Cartulário do Mosteiro de Fiães (ou Livro das datas)*, ADB, *Registo Geral*, n.º 314.
- CORTÈS, Josepa, *ed.* (1986) – *FORMULARIUM diversorum instrumentorum. Un formulari notarial velencià del segle XV*. Sueca: [s.e.]. Edição do manuscrito conservado no Arxiu Municipal de Sueca.
- COSTA, P.<sup>c</sup> Avelino de Jesus, *ed.* (1965/1978/1990) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital de Braga. 3 tomos.
- DURAND, Robert (1971) – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português.
- LIRA, Sérgio (2002) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vol. 2: Coleção documental. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde
- LUCAS ALVAREZ, Manuel, *ed.* (1986) – *El Tumbo de San Julian de Samos (Siglos VIII-XII)*. Santiago de Compostela: [s.e.].
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *coord.* (2010) – *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva (1991) – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Vol. II, Coleção documental. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- Vimaranis Monumenta Historica: A saeculo nono post Christum usque ad Vicesimum / Iussu Vimaranensis Senatus edita, Pars I (1908); Pars II (1929)*. Guimarães: António Ludovico da Silva Dantas.
- VV. AA. (1995) – *Liber Testamentorum Ecclesiae Ovetensis*. Barcelona: M. Moleiro Editor, S. A.





# «HOME IS WHERE YOUR HEART IS». EXPERIÊNCIAS MIGRATORIAS FAMILIARES DE TOPOFILIA E DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO\*

**Resumo:** A noção de pertença geográfica refere-se aos laços afectivos que o indivíduo estabelece com o território. A construção da noção de topofilia baseia-se por isso em concepções pessoais e colectivas, na relação com o território. Em caso de experiências de mobilidade, a dinâmica migratória implicará a (re)construção da identidade numa lógica de resiliência. Então onde é de facto a nossa casa? Como é que a capacidade de resiliência dos sujeitos determina a escolha e permanência em determinados locais e em contexto migratório? Estas e outras questões serão abordadas a partir da discussão de duas obras filmicas. A primeira – *A Gaiola Dourada*, de Ruben Alves (2013); a segunda – *O Caminho das Nuvens*, de Vicente Amorim (2003). Ambas as histórias se cruzam, apresentando dilemas familiares relativamente ao território de pertença e à busca de lugar entre a casa que deixaram e a nova casa.

**Palavras-chave:** Casa; resiliência; topofilia; cinema; geografia.

**Abstract:** The notion of geographic belonging is referred to the affective bonds the individual establishes with the territory. The construction of topophilia is, therefore, based in personal and collective conceptions regarding the territory. In case of experiences with mobility, the migration dynamics will imply the (re)build of the identity in a logic of resilience. So, where is, in fact, our home? How does the subjects' capacity for resilience determine the choice and permanence in certain locations and in the migration context?

These and other questions will be approached from the discussion of two films. The first – *A Gaiola Dourada* (*The Golden Cage*) by Ruben Alves (2013); the second – *O Caminho das Nuvens* (*The Way of the Clouds*) by Vicente Amorim (2003). Both stories cross, presenting family dilemmas regarding the territory of belonging and the quest for a place between the home they left and their new home.

**Keywords:** Home; resilience; topophilia; cinema; geography.

## 1. TOPOFILIA, RESILIÊNCIA TERRITORIAL E MIGRAÇÕES: EM BUSCA DA «CASA»

A noção de pertença geográfica em muito se deve aos laços afectivos que o indivíduo estabelece com o território. A construção da noção de topofilia baseia-se por isso em concepções pessoais, numa íntima relação com as características dos indivíduos. Lima e Rosa<sup>1</sup> corroboram esta ideia ao referir que, ao viver num determinado lugar, os sujeitos desenvolvem relações de pertença no que diz respeito ao ambiente vivido. Segundo os autores, tal facto depende das capacidades de percepção, que têm como resultado interpretações e experiências singulares, o que irá gerar leituras diferenciadas das paisagens e de lugares, sobretudo em termos de configuração, sentimento e manifestação sobre os mesmos.

---

\* Departamento de Geografia/CEGOT, Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> LIMA & ROSA, 2013.

A afinidade desenvolvida para com o território também se constrói com base na conexão estabelecida entre cada um, enquanto ser individual, com a comunidade local, assim como na vivência da cultura nativa. Yi-Fu Tuan deixa esta ideia bem clara em dois momentos da sua obra<sup>2</sup>, acrescentando à importância da cultura e da experiência de vida, o factor ambiente. Tendo em conta as informações e as interpretações resultantes das interacção entre os vários elementos até agora enunciados, o indivíduo estará apto a construir um sistema simbólico associado aos espaços vividos e até mesmo aos espaços não vividos do ponto de vista presencial. Refere o autor que os seres humanos possuem a capacidade de desenvolver comportamentos e uma comunicação baseada numa linguagem de símbolos, pois é a forma mais pragmática de conseguir estabelecer uma relação com os outros e com os espaços em que habita. Trimer<sup>3</sup>, baseando-se na obra de Yi-Fu Tuan, atribui ao «lugar» toda a importância possível para a estruturação identificativa das comunidades e das populações, sendo resultado de uma construção baseada na experiência tanto ao nível individual, como comunitário. Tal facto justifica os cambiantes e a diversidade de relações entre os dois pólos – indivíduo/lugar.

No caso de grupos relativamente sedentários, à primeira vista, a relação topofílica entre o indivíduo/comunidade com o território parece ser algo linear, estável e provável. Caso não se verifiquem alterações estruturais ao nível das experiências de vida, estética e uso da paisagem, do ambiente próximo e do sistema de valores simbólicos e culturais, espera-se uma certa constância de laços e de entendimento afectivo para com o espaço de vida quotidiana.

Porém, em caso de experiências de mobilidade, a dinâmica migratória implicará a (re)construção da identidade íntima/social/territorial. Em contexto migratório, como se (re)constrói a noção de pertença a um lugar? Onde é de facto a nossa casa? Qual o espaço a que pertencemos?

Há um conceito central que auxilia na análise das questões enunciadas, pois clarifica a relação entre o(s) indivíduo(s) e o(s) território(s), assim como justifica as respostas diferenciadas resultantes desta interacção – a resiliência. Segundo Sousa e Cerveny<sup>4</sup>, este conceito refere-se à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade, qualidades estas atribuídas a sujeitos com capacidade de se recuperar de doenças, catástrofes, guerras, e outras situações traumáticas abruptas ou duradouras. Pode, segundo Miller *et al.*<sup>5</sup>, ser entendido como uma resposta a situações de vulnerabilidade, ou seja, decisões face experiências privação de recursos ou de *stress*/pressão. Em contexto de mobilidade, as autoras invocam os estudos de Heller<sup>6</sup>, que analisou a capacidade de adaptação de filhos de sobreviventes do Holocausto e de Hiroshima, emigrados nos Estados Unidos da América. Embora considerem os resultados prematuros, foi notória a evidência de traços de resiliência individual e cultural dessas populações face a dois cenários extremos de *stress*.

---

<sup>2</sup> TUAN, 1974; TUAN, 2008.

<sup>3</sup> TRIMER, 1983.

<sup>4</sup> SOUZA & CERVENY, 2006.

<sup>5</sup> MILLER, *et al.*, 2010.

<sup>6</sup> HELLER, 1982.

Identificam ainda outros dois grupos de factores que podem condicionar a resiliência, nomeadamente as condições de vida (sociofamiliares, económicas, ambientais, etc., que definem situações de vulnerabilidade) e os traços de personalidade dos indivíduos, nomeadamente a capacidade de adaptação e a competência. A «adaptação» resulta da interacção entre os sujeitos e o ambiente, da qual resultam respostas a vários momentos e situações, pelas quais se consegue atingir um grau de equilíbrio que permite a manutenção da vida; a «competência» é entendida como um padrão de adaptação efectivo ao ambiente, que se modifica de acordo com as fases da vida e do contexto vivido. Folke<sup>7</sup> sublinha que a capacidade dos sujeitos se adaptarem às situações e aos territórios, numa lógica resiliente, cria oportunidades proporcionadas pela modificação das estruturas e dos processos.

Todavia tal não se verifica de forma generalizada. Os estudos que Lee realizou nos anos 60 do século XX, com o objectivo crítico de completar a teoria da atracção-repulsão de Ravenstein, estão de acordo com o definido, já que o autor tenta explicar por que é que, face a determinados contextos sócio-territoriais semelhantes, indivíduos com as mesmas características apresentam respostas diferenciadas de mobilidade<sup>8</sup>. Comprova-se que em parte são as particularidades de cada um que justificam as respostas diferenciadas. Machado<sup>9</sup> não enfatiza apenas os indivíduos, mas também as comunidades que, apesar de estarem expostas a situações e ambientes adversos e hostis, conseguem resistir e ultrapassar as dificuldades experienciadas em situações extremas, permanecendo ou saindo desse espaço, na busca pela segurança ontológica<sup>10</sup>. Regressando aos estudos de Heller<sup>11</sup>, confirma-se o papel da cultura de grupo, ao se defender que a individualidade actua sob a influência das directrizes grupais (tanto as formais como as informais). Neste caso, a cultura migratória de certas populações, que se traduz numa propensão facilitadora da mobilidade coletiva, actua como adjuvante na criação de elementos – dos traços de personalidade (por exemplo, estimulando a confiança) às condições de viagem (por exemplo, promovendo contactos que permitam a instalação no país de destino migratórios) – que possam determinar a resiliência de sujeitos/grupos a territórios de partida e de chegada.

Há uma forte componente territorial integrada no conceito, pois a definição parte, por um lado, das características pessoais, assumindo-se também o colectivo; por outro de factores externos. Autores como Soria, Blandtt e Ribeiro<sup>12</sup> dão essa perspectiva ao definir a resiliência como sendo a capacidade (física, biológica, social, política e psicológica) para enfrentar, vencer e se fortalecer/transformar face a situações de adversidade. Mas também afirmam que a complexidade do conceito deve-se não só às características físicas e psicológicas dos sujeitos, mas também ao ambiente envolvente, ao meio. Identificam por isso

---

7 FOLKE, 2006.

8 VELEZ DE CASTRO, 2011/2013.

9 MACHADO, 2012.

10 GIDDENS, 1990.

11 HELLER, 1982.

12 SORIA, *et al.*, 2007.

formas específicas de resiliência, associadas a contextos espaciais particulares de vulnerabilidade, como por exemplo em meios rurais pobres («resiliência sistémica social-ecologia»), em contexto de riscos naturais ou de violência («resiliência comunitária»). Relativamente ao espaço urbano, Freitas e Estevens<sup>13</sup> defendem que o conceito vai mais longe e se complexifica, integrando outros como «reconversão», «constância», «persistência», «robustez», viabilizando a própria interconexão com a expressão de «inovação social». Embora surja ligado à oportunidade de mudança, causada por uma situação de impacto disruptivo, não bastará apenas a busca do equilíbrio ou da manutenção do sistema anterior.

Acrescente-se, é necessária criatividade na interação dos indivíduos com o território. Sobre esta questão, Santos<sup>14</sup> refere que a essência do conceito se revela na expressão de Charles Darwin, ao afirmar que espécies sobreviventes não são as mais fortes nem as mais inteligentes, mas sim as que melhor se adaptam às mudanças. Considera a resiliência numa dupla perspectiva: por um lado refere-se à capacidade de um sistema absorver perturbações e ainda assim se organizar, mantendo o essencial da sua estrutura; por outro integra várias perspectivas disciplinares e científicas, referindo-se à capacidade para gerar processos de desenvolvimento social e territorial.

Mais do que um mero conceito, este autor sustenta que se trata de uma forma de pensar, muito útil à gestão de territórios. Identifica então as «regiões resilientes» numa base criativa, ou seja, aquelas que se adaptam melhor à mudança, com maior capacidade de aprender e inovar, menos vulneráveis perante a turbulência e os choques externos, tendo maior capacidade de gerir perturbações e de persistir. Num limite ideal, conseguirão eventualmente beneficiar de contextos de crise, evitando disrupções e colapsos. Por isso são regiões mais sustentáveis, em comparação com outras de características semelhantes, mas sem o espírito de resiliência. Nesta linha de ideias, Folke<sup>15</sup> corrobora que a resiliência é uma abordagem, uma forma de pensar, a qual apresenta formas de guiar e organizar estratégias, fornecendo um valioso contexto para análise de diversos sistemas, numa relação entre o sujeito e o território. Assim sendo, e em contexto migratório, como é que a resiliência determina a escolha e a permanência em locais específicos? Até que ponto ajuda a definir projectos migratórios?

Fernandes<sup>16</sup> aborda ambas as questões ao estudar o tema dos «deslocados ambientais» e cita Kliot<sup>17</sup>, comprovando que as deslocações se desenvolvem numa complexa relação de causa-efeito, a qual integra os níveis de desenvolvimento, o grau de resiliência e a vulnerabilidade dos grupos humanos. Uma população resiliente pode adaptar-se às mudanças *in loco*, ou deslocar-se para outros referenciais geográficos *ex loco*, pelo que se pressupõe que estão aptos a criar ou têm mesmo «capital de mobilidade» disponível. A disponibilidade deste recurso, do ponto de vista material e imaterial, assegura-se de grande importância na fase de reterritorialização, pois concorre para o êxito deste processo.

---

<sup>13</sup> FREITAS E ESTEVENS, 2012.

<sup>14</sup> SANTOS, 2009.

<sup>15</sup> FOLKE, *et al.*, 2002.

<sup>16</sup> FERNANDES, 2008.

<sup>17</sup> KLIOT, 2001.

## 2. A RETERRITORIALIZAÇÃO COMO PRODUTO DE CRIAÇÃO DA CASA

Haesbaert e Limonad<sup>18</sup> afirmam que a construção do território resulta da articulação da dimensão material (esfera político-económica) com a dimensão imaterial (esfera simbólica, cultural e de valores), partilhada por um grupo social. E se antes estas «velhas territorialidades» pareciam mais nítidas e mais fáceis de serem identificadas, actualmente, com a intensificação do fluxo de indivíduos de diferentes classes, línguas e religiões, ocorreu uma complexificação dos fenómenos. Além disso, tem-se vindo a intensificar o fluxo de mercadorias, capital, informações, a par da relativização das fronteiras territoriais tradicionais como forma de controlo. Com base na evolução da mobilidade e da globalização, irão gerar-se novas relações entre os indivíduos e os territórios, pelo que será inevitável o processo de reterritorialização<sup>19</sup>.

Haesbaert e Bruce<sup>20</sup>, referindo-se à obra de Deleuze e Guattari<sup>21</sup>, explicam que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, de forma voluntária ou involuntária. Num primeiro momento ocorre uma desterritorialização, ou seja, uma perda de território que não é apenas do ponto de vista físico, também dos referenciais sociais, simbólicos, culturais, entre outros. Mas os sujeitos não ficarão para sempre no limbo, pelo que num segundo momento se reterritorializam, ao ganhar um novo território – o de chegada – com referenciais próprios. Hernández i Martí<sup>22</sup> chama a atenção para o facto de, mesmo sem haver deslocação efectiva, o contexto de globalização que se vive no dia-a-dia ser propício à desterritorialização *in loco*, pois em determinados contextos cada vez mais se torna difícil a manutenção da identidade cultural dos territórios, tanto à escala local como à nacional. Tal deve-se, em parte, ao facto de haver uma exposição contínua diária a experiências diversas com origem em lugares remotos (por exemplo, através da comunicação social, pela Internet, etc.), que geram a construção de imagens territoriais sobre «o outro», e que podem ser transferidas para o território quotidiano.

Todavia, a reterritorialização parece ser sempre inevitável. Por um lado, num contexto sedentário ou de mobilidade, quando se empreende um processo de desterritorialização, não quer dizer que este ocorra sempre com carga negativa, conotada com a «perda do local de partida». E mesmo estando presente essa negatividade, os indivíduos tenderão a gerar acções compensatórias, quer no sentido de sobrevivência e adaptação, quer na perspectiva de encontrar o equilíbrio entre o território, a comunidade e a individualidade própria e familiar. É nessa perspectiva que os autores já citados<sup>23</sup> entendem a capacidade de resiliência. Esta característica dos indivíduos e dos territórios dá o contributo decisivo para a estabilidade do processo de reterritorialização, a qual pode ser materializada, entre outros aspectos, pela «construção da casa», entendida neste caso tanto no sentido real –

---

18 HAESBAERT & LIMONAD, 2007.

19 NOJIMA & ALMEIDA JUNIOR, 2007.

20 HAESBAERT & BRUCE, 2002.

21 DELEUZE & GUATTARI, 1997.

22 HERNÁNDEZ I MARTÍ, 2006.

23 FERNANDES, 2008; MACHADO, 2012; FREITAS & ESTEVENS, 2012.

edifício, local de residência estabelecido pela morada – como no figurativo – noção de pertença ou de afinidade com um local ou região, neste caso onde se reside ou pretende residir, onde os laços de afinidade territoriais são mais intensos, segundo Cresswell<sup>24</sup>.

Nesse sentido, será pertinente proceder à análise fílmica de duas obras onde estas questões são retratadas. Orueta<sup>25</sup> destaca o papel do cinema no tratamento, apresentação e modificação das paisagens. Azevedo<sup>26</sup> defende que o filme pode produzir ou desafiar representações colectivas estereotipadas sobre os lugares, uma vez que cada obra cinematográfica enfatiza um determinado olhar sobre o espaço.

A primeira obra – *A Gaiola Dourada*, de Ruben Alves (2013) – diz respeito à história de uma família de emigrantes portugueses em França (pais e um casal de filhos), que empreenderam a sua migração no contexto sócio-político pós-24 de Abril de 1974. A vivência de três décadas no estrangeiro resulta numa reterritorialização e adaptação ao território francês (Paris) em todos os aspectos da vida. Mas um dia, cerca de trinta anos depois de emigrarem, recebem a notícia de que são herdeiros de uma produtiva quinta no Douro, porém na condição de regressarem ao país onde nasceram para continuar o negócio. Após o entusiasmo inicial coloca-se a dúvida do retorno ao país onde nasceram, do qual continuam a ter e a viver referências identitárias, mas que já não é «a casa» onde querem viver.

A segunda – *O Caminho das Nuvens*, de Vicente Amorim (2003) – baseia-se numa história verídica. Apresenta uma família do nordeste brasileiro (pais e cinco filhos) que, de bicicleta, percorre 3200 km até à cidade do Rio de Janeiro. O patriarca pretende arranjar um emprego onde possa ganhar 1000 reais por mês, pois é o valor que considera adequado para sustentar o agregado. A viagem, embora plena de incertezas, violência, fome e cansaço, termina no destino migratório esperado, o que demonstra o forte espírito de resiliência da família. Todavia, permanece a dúvida se é no Rio de Janeiro que irão (re)construir a «sua casa».

Embora tenham como denominador comum a questão migratória, ambos os filmes focam aspectos diferenciados: enquanto n' *O Caminho das Nuvens* se destaca o processo de desterritorialização de um agregado, n' *A Gaiola Dourada* evidencia-se um processo de reterritorialização consolidado, também, de um agregado familiar. Em ambas as obras a centralidade temática está relacionada com a questão da resiliência das personagens, como se relacionam com o(s) território(s) vivenciado(s) nas histórias, assim como a materialização da «casa real» – n' *A Gaiola Dourada*, a necessidade de retorno à quinta no Douro, Portugal; e da «casa figurada» – n' *O Caminho das Nuvens*, onde o final deixa em suspenso a possibilidade de o Rio de Janeiro poder não proporcionar a casa desejada.

---

<sup>24</sup> CRESSWELL, 2009.

<sup>25</sup> ORUETA, 2013.

<sup>26</sup> AZEVEDO, 2006.



### 3. ONDE É A NOSSA CASA? DUAS HISTÓRIAS DE (E)MIGRAÇÃO

#### 3.1. DO NORDESTE BRASILEIRO PARA O RIO DE JANEIRO: EM BUSCA DA «NOVA CASA»

A cena inicial d'O *Caminho das Nuvens* é sibilitica: as personagens encontram-se na «praça do meio do mundo». Em redor a paisagem é plana, árida, de vegetação rarefeita, plena de poeira e desprovida de sinais humanos. Rose, mãe de cinco filhos menores, pergunta ao seu marido Romão, pai das crianças/jovens, se ali é de facto o meio do mundo. Ele não sabe, pois a sua determinação está apenas numa grande certeza, a de que no Rio de Janeiro irá conseguir realizar o projecto migratório a que se propôs. É por isso fundamental deixar a casa modesta no local de origem, desterritorializar-se, efectuar uma deslocação efectiva, para construir a nova casa no local de destino migratório<sup>27</sup>. Câmara<sup>28</sup> refere que neste filme a migração constitui-se como o sonho urbano do protagonista, o qual definiu de forma arbitrária que precisa de 1000 reais para sustentar a família. A deslocação não decorre propriamente das necessidades materiais mais urgentes, pois estas até poderiam ser satisfeitas em várias paragens do filme, mas do apelo por um mundo muito melhor. Os autores constataam que a obra se afasta por isso das condições concretas da vida do nordestino, o qual migra sem tal definição de salário.

Romão deixa bem claro o objectivo da deslocação desde o primeiro momento. O que se segue são dois outros momentos bem definidos: a migração propriamente dita, retratando todas as dificuldades decorrentes; a chegada ao destino e a constatação da possibilidade de ficar ou de estrategicamente continuar.

No que diz respeito à viagem, é notório que a procura da «casa» e a sua localização definitiva – Rio de Janeiro –, mais do que um objectivo, é uma obsessão para o protagonista. Só neste lugar é que Romão concebe a possibilidade de ingressar num emprego que lhe permita ganhar o salário que definiu. Esta ideia, que não é compartilhada de forma definitiva pela mulher e pelos filhos, sobretudo pelo mais velho, é objecto de reflexão e por várias vezes se apresentam elementos/momentos contra e a favor de uma estruturação tão rígida do projecto migratório e da «(re)construção da casa» na cidade.

Destacam-se algumas cenas discordantes do(s) sentido(s) da viagem. No começo do filme, a família priva com um camionista que os adverte da distância e da dureza do percurso, referindo que «é muito chão até ao Rio de Janeiro, cerca de 3000 km», ao que Romão se defende, dizendo que «não tem medo de chão». A uma advertência, o protagonista responde com motivação. Também numa cena posterior a esta, é referido que para se ganhar 1000 reais no Rio tem de se ser «filho da puta» (criminoso). Romão é honesto e não está nos seus planos realizar actividades ilícitas. Até mesmo na paragem de Juazeiro do Norte, quando os filhos António e Ródnei acedem à caixa das esmolas e com elas pagam bilhetes de autocarro para realizarem a viagem para o Rio, o pai recrimina-os severamente, pois apesar de serem pobres e até terem «direito moral» de usarem a verba,

27 HAESBAERT & BRUCE, 2002; FERNANDES, 2008.

28 CÂMARA, *et al.*, 2006.

esta não é especificamente destinada a eles. As passagens acabam por ser destruídas e a viagem continua como até aí: de bicicleta.

De qualquer forma, com a continuação do enredo, e face às condições precárias da viagem, o espectador pergunta-se se valerá a pena continuar ou se haverá mesmo condições para continuarem. É Rose e as crianças que vão «angariando» dinheiro para sobreviver, realizando tarefas precárias (por exemplo, através de espectáculos de rua improvisados, lavando carros nas áreas de serviço), através da recolção (numa das paragens encontram perdido um leitão, que lhes servirá para alimentação; noutra paragem aproveitam a água da chuva para beber e, presume-se, para fazer a higiene), ou até mesmo mendigando (fazem-no em Juazeiro do Norte). Romão manifesta uma atitude contraditória, pois se por um lado não trabalha durante a deslocação, por outro refere que «o homem tem que trabalhar para dar uma boa vida à mulher e aos filhos».

Nenhum tipo de trabalho lhe parece adequado, dando a ideia que se está a preservar para quando chegar ao Rio de Janeiro a sua esposa ficar em casa a cuidar dos filhos, enquanto ele trabalha para sustentar a família e ter uma vida digna (não para enriquecer, como chega a afirmar). Mas esta família tem oportunidade de «reconstruir a sua casa» em dois momentos da migração que não na grande cidade.

O primeiro é quando conhecem o vereador camarário Severino Salgado, que lhe proporciona a integração no território local (Paraíba), ajudando-os a criar algumas relações topofílicas, na perspectiva de Tuan<sup>29</sup>. Rose trabalha como tecedeira e, revelando-se uma óptima artesã, consegue ganhar algum dinheiro; Romão como camionista nem sempre tem trabalho. Os filhos, sobretudo o mais velho, começam a estabelecer relações de amizade com os locais. Mas face a uma situação em que não é o homem quem tem maior rendimento, este decide continuar a viagem.

O segundo momento é quando, na feira de Santana, Romão e três dos filhos são recrutados para trabalhar como figurantes de um espectáculo no *resort* «Parque Caminho das Nuvens» em Porto Seguro. Neste caso a família sente-se estranha e até humilhada neste não-lugar, sem qualquer afinidade territorial, a desempenhar este tipo de actividade e prossegue com a migração. Nem todos concordam com a decisão.

O filho mais velho – António – tenta fixar-se nestes dois lugares. É na sua personagem que é mais visível a importância da estabilidade e da fixação da «casa». Manifesta uma capacidade de resiliência territorial efectiva face ao pai, na perspectiva de Machado<sup>30</sup>, pois o jovem adapta-se com facilidade a espaços/sociedades/funções e trabalhos diferenciados, enquanto o progenitor rejeita sempre estes elementos, não se conseguindo adaptar à realidade imediata. Acaba por deixar os progenitores e ficar «à porta de casa», imediatamente antes de chegar ao Rio de Janeiro, trabalhando na construção civil. Antevê-se o que poderia ser uma boa opção para toda a família, com ganhos razoáveis, porém o pai continua irredutível. A incapacidade de resiliência a esse território, nas imediações do destino migratório, demonstra que Romão não possui capacidade de pensamento diver-

---

<sup>29</sup> TUAN, 2008.

<sup>30</sup> MACHADO, 2012.

gente, tão-pouco um projecto flexível de migração, pelo menos até chegar ao destino e constatar com certa desolação, por fim, que talvez essa possa não ter sido a melhor escolha estratégica do ponto de vista territorial.

Todavia há elementos que compelem a continuação da viagem, apesar de todas as dificuldades. Neste contexto, o papel da fé é decisivo, já que integra um conjunto de sinais que corroboram uma ideia inicial e profética apresentada no início do filme: a de que Romão é um homem predestinado. No centro religioso de Juazeiro do Norte, a família passa uma das piores fases da viagem. Enfraquecidos pela fome, mendigam por entre os peregrinos que nada lhes dão, que lhes recusam esmola ou comida. À beira da exaustão, Romão consegue a proeza de levantar uma mesa «milagrosa» exposta no centro religioso, associada ao Padre Cícero, de quem a família é devota. Esta cena, assim como outra análoga onde visitam a estátua do Padim, constituem-se como elementos divinos que os compelem a continuar para o destino, como se fosse um indício de que tudo irá correr como o previsto.

Além disso, e apesar da reticência do filho mais velho, a esposa e os outros filhos menores acabam por seguir Romão. O encontro com a personagem de Gideão é um momento importante onde se reflecte sobre o facto de se ter optado por uma migração de carácter familiar. Aos aspectos positivos (apoio afectivo) é sobreposta a questão aparentemente negativa do «atraso» provocado pela vulnerabilidade física feminina e infantil, que não permite o avanço diário pretendido (recorde-se que a viagem é feita de bicicleta). Mas ao longo da história percebe-se que a capacidade de resiliência, não tanto quanto aos espaços onde passam mas referente ao processo de deslocação, em muito se deve ao trabalho de equipa («comunitário»), tal como Soria, Blandtt e Ribeiro<sup>31</sup> identificam.

Por fim, o Rio de Janeiro. O filho mais velho «cresce» ao longo da viagem e fica para trás, melhor dizendo, escolhe um destino migratório diferente, tornando-se autónomo dos pais. Já na cidade, Rose e os filhos, num comportamento resiliente, adaptam-se ao novo território desenvolvendo actividades capazes de prover o sustento da família através da interacção com os turistas que visitam o Cristo Redentor (cantando, vendendo objectos para recordação). Romão não faz o mesmo, mas também não consegue arranjar um emprego em que ganhe 1000 reais. Não se revê na cidade, na sua dinâmica, nas actividades, nos indivíduos. Percebe-se, por um lado, que a imagem territorial construída em torno do projecto migratório se afastou da realidade encontrada. Por outro, que a incapacidade de adaptação e a ausência de resiliência individual condiciona as escolhas familiares, projetando no final uma «migração sem fim». Assim sendo, equaciona prosseguir para Brasília, plano com o qual a esposa não concorda. Fica a questão em aberto: se a «nova casa» não se encontra no Rio de Janeiro (aí não é o «meio do mundo»), como na referência inicial do filme), onde faz sentido edificá-la?

---

31 SORIA, *et al.*, 2007.

### 3.2. DE PARIS PARA O DOURO PORTUGUÊS: O «REGRESSO A CASA»

Se n' *O Caminho das Nuvens* a direcção do fluxo migratório é o de ida, com toda a dinâmica que tal implica e que se pode sintetizar na «busca da casa», no que diz respeito ao filme *A Gaiola Dourada*, o movimento é inverso. De uma família de sete elementos, que se desterritorializa do Nordeste do Brasil para tentar a reterritorialização no Rio de Janeiro, passa-se à história de uma família de quatro elementos, que, depois de reterritorializados na cidade de Paris, têm oportunidade de regressar ao lugar da sua territorialidade inicial: o Douro em Portugal.

Maria e José partem em 1979 com Paula, a filha pequena, para França, tal como muitos portugueses o tinham feito nos anos 60 e 70 do século XX. Procuravam como fim último um melhor nível de vida para si e para os seus descendentes, sendo que se percebe que a migração terá sido impulsionada também por uma desavença com o irmão de José, relacionada com a posse de bens imobiliários e negócios enológicos análogos. O casal consegue emprego, ele como encarregado da construção civil, ela como porteira de um luxuoso prédio. E são trabalhadores exemplares, sérios, esforçados, competentes, com uma óptima reputação tanto para os patrões franceses como para a comunidade de conterrâneos a residir em Paris. Também os filhos estão bem integrados, a mais velha – Paula – como advogada num escritório da capital, o mais novo – Pedro Henrique – ainda estudante. O início do filme mostra que o processo de reterritorialização parece estar concluído com sucesso.

Sousa<sup>32</sup> refere que nesta obra o realizador mostra uma realidade contemporânea em que se esbateram os complexos de «portugalidade», entendida como a ideia de pertença a Portugal, porém sem nunca se terem perdido símbolos, tradições e rituais lusitanos, os quais foram sendo integrados no quotidiano do país de destino migratório. Ao longo do filme, são visíveis as referências a Portugal: a alusão gastronómica ao bacalhau (almoço de domingo em família) e ao pastel de nata (lanche de Maria com a irmã Lurdes e a amiga Rosa); a banda sonora com a música «A casa portuguesa»; decoração da casa de José e Maria com vários elementos nacionais (um quadro com os três Pastorinhos, um quadro de crochet com o busto de Amália Rodrigues, um cartaz com Laura Alves, o cachecol de Portugal no táxi do marido de Lurdes, etc.), o uso de expressões em língua portuguesa, entre outros aspectos.

E também a ideia da casa em Portugal. José tem no seu cacifo do trabalho uma velha fotografia de uma habitação antiga, no seu país natal. Não refere directamente os planos de voltar ou não, sendo inclusive acusado pelos colegas de durante todos os anos de migração, não ter investido numa casa onde possa regressar em férias ou definitivamente (reforma). Não são claros os planos, porém o espectador fica com a ideia de que ele pensa na casa que deixou ou que gostaria de ter em Portugal. Também a amiga Rosa, empregada doméstica na casa do patrão de José, um empresário da construção civil, folheia numa das cenas da primeira parte do filme uma revista sobre imobiliário à venda no país de origem.

---

32 SOUSA, 2014.

Entende-se as vivências das personagens numa perspectiva multiterritorial, segundo Haesbaert<sup>33</sup>, na medida em que foram realizadas mudanças quantitativas – acesso físico e simbólico a dois territórios – mas também qualitativa, já que têm a capacidade de combinar a vivência concomitante entre vários lugares.

Contudo, o quotidiano rotineiro desta família vai ser alterado com uma notícia inesperada: a morte do irmão de José permite que lhe seja deixada em herança a casa da fotografia do cacifo, assim como a quinta vinhateira pertencente, a qual gera um rendimento anual bastante elevado. Mas há um ponto contratual que é necessário cumprir: o casal deve fixar novamente residência em Portugal. Com os filhos independentes e muitos anos de trabalho em Paris, que conduziu à estabilidade económica e social da família, estão reunidas as condições de regresso. Após o entusiasmo inicial coloca-se a dúvida: queremos de facto «regressar a casa»? Onde está de facto a nossa casa?

As dúvidas dos pais derivam, segundo a perspectiva de Lima e Rosa<sup>34</sup>, do desenvolvimento de relações de pertença para com o ambiente vivido, que certamente resultaram de experiências positivas do processo migratórios. Por sua vez, isso reflectiu-se numa apropriação singular do(s) lugar(es), ou seja, concretizou-se num quotidiano estável, onde foi possível atingir os objectivos propostos no projecto migratório. Não se sabe porém se um dos mesmos seria o retorno mas, perante a reacção dos protagonistas, se alguma vez essa hipótese se colocou. Perante a iminência do regresso, verificaram que a deslocação do objecto-espaco afectivo, resultou numa materialização topofílica para com França, Paris, o bairro de residência, a sua rua, enfim, a sua pequena casa de portaria.

Os filhos não pretendem regressar, deixando isso bem claro. Paula, ainda muito pequena, acompanhou os pais na migração, sendo que as referências topofílicas iniciais não estão no país onde nasceu mas antes para o qual emigrou. Além disso, mais adiante no filme, irá revelar que está grávida e pretende casar com Charles, o seu namorado francês (filho do patrão de José). Também Pedro Henrique não se mostra disponível para regressar, por estar a estudar e querer continuar a fazê-lo em França, assim como pela (possível) relação afectiva com a colega Cassiopée.

E se a posição dos filhos e as próprias reticências quanto ao retorno poderiam causar a dúvida, eis que a tomada de posição pela rede de conterrâneos e de autóctones acaba por estimular a ambiguidade da decisão. Lurdes, a irmã de Maria, simula uma grave doença do marido para que a irmã permaneça em Paris e a ajude a edificar o seu sonho – ser proprietária de um restaurante de comida portuguesa; Francis Caillaux, patrão de José, atribui-lhe a construção de uma obra importante para a continuação da empresa, assim como lhe aumenta o salário; a senhora Reichert, moradora e responsável pelo condomínio onde Maria trabalha, alivia-a do trabalho de limpeza do prédio, assim como desbloqueia verba para as obras no pequeno apartamento que o casal e os dois filhos habitam no rés-do-chão do imóvel.

---

<sup>33</sup> HAESBAERT, 2007.

<sup>34</sup> LIMA E ROSA, 2013.

De referir que no ponto em que a história é contada (processo de reterritorialização concluído), não há referências evidentes à capacidade de resiliência das personagens. No entanto, e uma vez que são evidentemente úteis, aliás, indispensáveis aos padrões franceses e à comunidade portuguesa, e dado o sucesso do seu projecto migratório, pode-se extrapolar que Maria e José tenham uma capacidade de resiliência que os fez ultrapassar as dificuldades próprias de uma migração, adaptando-se convenientemente às circunstâncias sociais e laborais<sup>35</sup>. Esta visão é corroborada pela filha Paula, que por várias vezes no filme critica o facto de os pais serem demasiado dedicados quanto ao trabalho, assim como muito vigilantes no que diz respeito às normas morais da comunidade portuguesa. Esta postura pode ser considerada uma forma de resiliência sócio-territorial.

Por fim, o casal toma uma decisão. Não são eles que «retornam a casa», mas sim a filha mais velha e o marido, grávida, que irá ter o bebé em Portugal, como que num movimento inverso ao que a sua mãe/avós fizeram há três décadas atrás. A herança pertence-lhes, mas a administração da propriedade é deixada ao jovem casal. Esta não é uma situação exclusiva da ficção, já que o retorno de jovens luso-descendentes a Portugal, isto é, a procura de residência e trabalho de filhos de emigrantes portugueses nascidos no estrangeiro, é uma realidade actual<sup>36</sup>.

A cena final apresenta Maria, José e Pedro Henrique a chegarem ao país de origem para fazer férias na sua quinta do Douro, onde já estão instalados Paula e Charles. A eles junta-se a família e os amigos franceses, assim como algumas «pessoas da terra», num lauto almoço. Apesar de disporem de uma vida confortável do ponto de vista económico, continuam com os seus trabalhos e residência em França, assim como com hábitos quotidianos normais, os quais poderiam ser realizados por terceiros (por exemplo, isso é evidente quando lavam à mão alguma loiça do almoço, sendo que é referido que eles não teriam necessidade de fazer isso). Viverão a partir daí uma experiência multiterritorial intensa, «divididos» entre dois territórios, o de partida que se tornou novo destino migratório, entre «duas casas» edificadas de facto.

#### 4. CONCLUSÃO

O Cinema como área e a produção fílmica como instrumento, têm vindo a ganhar grande importância não só para a interpretação como para a construção de paisagens. Além de produzir, o filme pode desafiar a representação topológica do ponto de vista do realizador e do espectador.

Tendo em conta a pertinência cinematográfica para a abordagem de fenómenos geográficos, os filmes analisados permitem discutir como é que os diferentes momentos das experiências migratórias podem gerar diferentes dinâmicas relacionais entre os indivíduos e os territórios, no que diz respeito aos processos de topofilia e de resiliência sobre a noção locativa da «casa».

---

<sup>35</sup> MACHADO, 2012.

<sup>36</sup> TORRADO, 2012.

N' *O Caminho das Nuvens*, os protagonistas resistem resilientemente às agruras de uma viagem de bicicleta de 3200 km, do Nordeste para o Sul do Brasil; n' *A Gaiola Dou-rada*, a estabilidade topofílica de uma família de emigrantes portugueses em França é ameaçada pelo retorno coagido em torno de uma herança. Enquanto no primeiro caso, o final aberto deixa antever a possibilidade da continuação da viagem e do projecto migratório, em busca da localização da casa, no segundo caso, em que o final encerra o enredo, há a resolução da dúvida, sendo que o casal permanecerá entre as duas casas. Não obstante da necessidade física da estrutura habitacional, estão em causa sobretudo as relações afectivas que as personagens estabelecem com os locais, tanto com aqueles que já viveram e conhecem (exemplo de José e Maria), como com aqueles onde gostariam de viver mais desconhecem (exemplo de Romão e Rose). Pois a localização ideal da casa pode estar apenas *where your heart is*.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Ana F. (2006) – *Geografia e Cinema*. In: SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F.; PIMENTA, J. R. – *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Editora Figueirinhas: p. 59-70.
- CÂMARA, António S., et al. (2006) – *O Caminho das Nuvens: representação da vida no Nordeste ou saga urbana?* «O Olho da História», n.º 9, ano 12, p. 1-7.
- CRESSWELL, Tim (2009) – *Place: a short introduction*. Londres: Wiley Blackwell.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1997) – *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FERNANDES, João Luís J. (2008) – *Insegurança ambiental e migrações. Contributo para uma sistematização de conceitos*. «Quinto Encuentro: Migraciones, causas y consecuencias». Málaga: Eumed.Net, Universidade de Málaga.
- FOLKE, Carl, et al. (2002) – *Resilience and sustainable development: building adaptive capacity in a world of transformations*. Suécia: Environmental Advisor Council to the Swedish Government. Artigo científico.
- FOLKE, Carl (2006) – *Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses*. «Global Environmental Change», 16, p. 253-267.
- FREITAS, Maria João; ESTEVENS, Ana (2012) – *Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo*. «VII Congresso Português de Sociologia». Porto: FLUP.
- GIDDENS, Anthony (1996) – *The consequences of modernity*. Oxford: Stanford University Press.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco (2002) – *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. «GEOgraphia», vol. 4, n.º 7, p. 7-22.
- HAESBAERT, Rogério (2007) – *Território e multiterritorialidade: um debate*. «GEOgraphia», ano IX, n.º 17, p. 19-45.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester (2007) – *O território em tempos de globalização*. «ETC-Espaço, Tempo e Crítica, Revista Electrónica de Ciências Sociais Aplicadas», n.º 2(4), p. 30-52.
- HELLER, D. (1982) – *Themes of culture and ancestry among children of concentration camp survivors*. «Psychiatry», vol. 45, n.º 3, p. 247-261.
- HERNÁNDEZ I MARTÍ, Gil-Manuel (2006) – *The deterritorialization of cultural heritage in a globalized modernity*. «Journal of Contemporary Culture», n.º 1, p. 92-107.
- KLIOT, Nurit (2001) – *Environment, migration and conflict: a critical review*. «International Workshop: Environmental change: implications for population migrations». Wengen: [s.e.].



- LIMA, Ozanir R. de; ROSA, Odelfa (2013) – *Percepção e topofilia: relações e sentimentos sobre a paisagem da cidade de Catalão (GO)*. «II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço». Brasil: SEURB, Paraná-Campo Mourão.
- MACHADO, André B. M. L. M. (2012) – *Percepção do risco e implementação de uma cultura de segurança: construindo comunidades educativas resilientes*. Lisboa: IGOT, Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- MILLER, Fiona, et al. (2010) – *Resilience and vulnerability: complementary or conflicting concepts?* «Ecology and Society», 15(3): 11, p. 1-25.
- NOJIMA, Vera L. M. S.; ALMEIDA JUNIOR, L. N. (2007) – *Globalização e desterritorialização: reflexões preliminares sobre uma ideologia*. «ALCEU», vol. 7, n.º 14, p. 96-116.
- ORUETA, Agustín G. (2013) – *Producindo lugares: industria cinematográfica e imaginario espacial*. «Anales de Geografía», vol. 33, n.º 1, p. 33-61.
- SANTOS, Fernando T. (2009) – *Resiliência estratégica para um desenvolvimento sustentável*. «Estudos Regionais», n.º 20, p. 29-40.
- SORIA, Heliana B. E.; BANDTT, Lucinaldo S.; RIBEIRO, Jorgeane C. (2007) – *Resiliência: a capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais*. «III Jornada Internacional de Políticas Públicas», S. Luís do Maranhão.
- SOUSA, Vítor (2014) – *O filme «A Gaiola Dourada»: reflexões sobre o regresso em força da emigração portuguesa e a «portugalidade» de uma gaiola (cada vez menos) dourada*. «Observatório Journal», vol. 8, n.º 3, p. 39-74.
- SOUZA, Marilza T. S.; CERVENY, Ceneide M. O. (2006) – *Resiliência: uma introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia*. «Revista de Ciências Humanas», vol. 12, n.º 2.
- TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, António M. C.; BAENINGER, Rosana, org. (2012) – *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. S. Paulo: Editora UNESP.
- TORRADO, Meirelle H. (2012) – *Os descendentes de emigrantes portugueses em França: o reencontro com as suas raízes*. Lisboa: Universidade Aberta. Tese de Mestrado.
- TRIMER, Joseph F. (1983) – *Yi-Fu Tuan: the composing of worlds*. «Journal of Teaching Writing», vol. 2, n.º 2, p. 181-191.
- TUAN, Yi-Fu (1974) – *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel.
- (2008) – *Space and place. The perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2011/2013) – *Imigração e territórios em mudança. Teorias e prática(s) do modelo de atracção-repulsão numa região de baixas densidades*. «Cadernos de Geografia», 30/31, p. 203-213.

## FILMOGRAFIA

- ALVES, Ruben, *real*. (2013) – *A Gaiola Dourada*. França.
- AMORIM, Vicente, *real*. (2003) – *O Caminho das Nuvens*. Brasil.

# REPÚBLICA E REPUBLICANISMO NA REGIÃO DURIENSE, 1910-1926: CONTRIBUTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA

CARLA SEQUEIRA\*

**Resumo:** *A republicanização da Região Duriense confrontou-se com as dificuldades inerentes às zonas rurais, de acordo com o quadro teórico formulado por Oliveira Marques e Romero Magalhães.*

*Com base em bibliografia especializada e em imprensa da época, procuramos caracterizar a evolução política e partidária do Alto Douro ao longo da Primeira República, identificando as estratégias e as redes políticas e clientelares do Partido Republicano Português nos diversos concelhos da Região, em confronto com a prevalência de redes caciquistas. Pretendemos ainda quantificar o grau de implantação e crescimento do PRP através do número de comissões e centros republicanos e, por fim, reconhecer as estratégias dos líderes republicanos perante os desafios colocados à manutenção do predomínio do PRP a partir da cisão de 1912 e surgimento de novas forças partidárias.*

**Palavras-chave:** Alto Douro; Republicanismo; Primeira República; Partidos políticos.

**Abstract:** *The republicanization of the Douro Demarcated Region was confronted with the difficulties inherent in rural areas, according to the theoretical framework formulated by Oliveira Marques and Romero Magalhães. Based on specialized bibliography and coeval press, we tried to characterize the political and partisan evolution in Alto Douro along the First Republic, identifying the strategies and political connections of the Portuguese Republican Party in the different municipalities of the Douro Region in comparison with the prevalence of monarchical networks. We intend to quantify the degree of implementation and PRP growth by the number of committees and Republicans centers. Finally, we intend to recognize the strategies of Republican leaders to meet the challenges to maintain the dominance of the PRP from the 1912 split and the emergence of new party forces.*

**Keywords:** Alto Douro; Republicanism; First Republic; Political parties.

## INTRODUÇÃO

Segundo afirma Alice Samara, o republicanismo português «registou uma dinâmica de crescimento assinalável sobretudo nos anos imediatamente anteriores à República»<sup>1</sup>. Contudo, e como assinala A. H. de Oliveira Marques<sup>2</sup>, o processo de republicanização caracterizou-se por acrescidas dificuldades de penetração nas zonas rurais, mormente no interior do país.

Sendo um «fenómeno essencialmente das classes médias, de pequenos funcionários, comerciantes, oficialidade menor, profissões liberais»<sup>3</sup>, a implantação do Partido Republi-

---

\* CITCEM/Bolseira FCT – carla.m.sequeira@sapo.pt.

<sup>1</sup> SAMARA, 2009: 74.

<sup>2</sup> MARQUES, 1978: 582.

<sup>3</sup> SAMARA, 2009: 74.

cano Português (PRP) na Região Duriense ficaria a dever-se à acção de notáveis locais e proprietários vitícolas, alguns dos quais pertencentes à «geração do *Ultimatum*» (como, por exemplo, Antão de Carvalho e Vítor Macedo Pinto), que se revelariam de importância fundamental, não apenas na fase da propaganda, mas também na obra de consolidação da República, através da realização de conferências e fundação de Centros Republicanos.

## PRIMÓRDIOS DA ESTRUTURA REPUBLICANA NA REGIÃO DURIENSE. O TEMPO DA PROPAGANDA

O esforço de organização partidária republicana no Alto Douro remonta ao último quartel do século XIX. A par da publicação de alguns periódicos de cariz republicano (por exemplo, no Peso da Régua, Vila Real e Alijó), assistia-se à fundação do Centro Republicano de Vila Real (1876) e à constituição das primeiras comissões municipais republicanas, formadas por profissionais liberais, comerciantes e proprietários. Até inícios do século XX seriam fundadas comissões municipais nos concelhos de Peso da Régua, Freixo de Espada à Cinta, Chaves, Mirandela e Vila Real (concelho onde foi ainda organizada comissão paroquial em Folhadela).

Por outro lado, a imprensa republicana dava conta de diversas acções tendentes à organização de comissões republicanas em Valpaços (com o apoio de republicanos de Chaves, e Adelino Samardã, de Vila Real), Boticas, Montalegre e Murça. Anunciava-se, igualmente, a criação de um Centro Republicano em Torre de Moncorvo, com adesões em Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo e Vila Flor<sup>4</sup>. A este esforço fundacional correspondia um progressivo enraizamento do republicanismo, como testemunha a notícia de *O Povo do Norte*<sup>5</sup>, segundo a qual um jornal monárquico de Bragança anunciava que, nas eleições gerais de Novembro de 1895, a lista republicana ganhara contra a lista governamental em Carrazeda de Ansiães.

Nos anos finais da Monarquia, intensificaram-se os esforços de organização partidária, procurando fazer crescer a rede de influências do Partido no Alto Douro. Angariavam-se correligionários, elegiam-se comissões municipais republicanas (Alijó, Sabrosa, Lamego, S. João da Pesqueira e Tabuaço, por exemplo), e fundavam-se novos centros (por exemplo, em Freixo de Espada à Cinta).

Em diversos concelhos do Alto Douro, obedecendo à indicação emanada do Directório do PRP, elegeram-se também comissões paroquiais, como sucedeu em Chaves (Comissão Paroquial de Bustelo), Alfândega da Fé (Comissão Paroquial de Santa Justa) e Lamego (comissões paroquiais de Almacave e Sé). Também em Alijó foi deliberado organizar comissões paroquiais em Sanfins, Favaios (freguesia onde tinha grande preponderância política Raul dos Santos Ribeiro de Sampaio, da confiança de Teixeira de Sousa), Carlão, S. Mamede, Casal de Loivos, Santa Eugénia e Pegarinhos, bem como acertar o

<sup>4</sup> *Partido Republicano*. «A Voz Pública». 7 Junho 1896: 1. Em 1893, «O Povo do Norte» noticiara a fundação do Centro Republicano Lamecense (*Centro republicano*. «O Povo do Norte». 14 Maio 1893: 2).

<sup>5</sup> *Movimento republicano*. «O Povo do Norte». 15 Dezembro 1895: 1.

plano a seguir no sentido de fazer ressurgir aquela «desgraçada região que de há muito é ignobilmente ludibriada e explorada pelo caciquismo local»<sup>6</sup>. De facto, a partir de 1906, num momento de renovação partidária, a estratégia de afirmação do PRP no Alto Douro passaria, em grande medida, por uma aproximação à «questão duriense». Os primeiros resultados desta orientação manifestar-se-iam nas eleições municipais de Novembro de 1908, com a vitória, pelas minorias, no concelho de Peso da Régua. Nas eleições legislativas, ocorridas em Abril do mesmo ano, o Partido Republicano via aumentadas as suas votações, segundo a imprensa regional<sup>7</sup>; os vinte votos republicanos registados em Vila Nova de Foz Côa serviriam de motivação para constituir uma Comissão Municipal Republicana<sup>8</sup>.

## A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA E A REORGANIZAÇÃO DO PRP NO ALTO DOURO

Com a implantação da República aumentou o esforço de consolidação do regime. Seguindo a orientação do Directório do Partido, investia-se na fundação de Comissões e Centros Republicanos, acompanhada da realização de Conferências.

Em 1911, as agremiações republicanas reconhecidas pelo Directório do PRP<sup>9</sup> revelavam ainda uma diminuta cobertura territorial no Alto Douro.

No concelho de Murça, em inícios de 1911, procedeu-se à organização de um Centro Republicano. Na mesma data era eleita a Comissão Municipal Republicana e organizada a Comissão Paroquial de Vilares.

Em Alijó, além da Comissão Municipal, os republicanos elegeram diversas comissões paroquiais (Pegarinhos, Santa Eugénia, Vilar de Maçada). Em Sanfins do Douro, terra natal de Teixeira de Sousa, a instalação da Comissão Paroquial Republicana seria acompanhada de desacatos, renunciando a prevalência da influência caciquista<sup>10</sup>. Em Vilar de Maçada, foi também instalado o «Centro Republicano Adelino Samardã», somando-se ao que já fora inaugurado no Pinhão, em finais de 1910, denominado «Centro António José de Almeida» e que reunia os republicanos de Casal de Loivos, Covas, Gouvães, Vale de Mendiz, Casais e Pinhão. Viriam ainda a ser inaugurados Centros republicanos em Castedo do Douro e Favaios («Centro Republicano Favaense», instalado em 1912, no âmbito das comemorações do 31 de Janeiro).

Em Vila Real, além da Comissão Municipal, foram fundados o «Centro Democrático Augusto César», localizado na sede do concelho, o «Centro Republicano António José de Almeida» (Lordelo), o «Centro Republicano Cândido dos Reis» e o «Centro Adelino Samardã» (ambos localizados em Aباças).

<sup>6</sup> *Comissão paroquial republicana*. «O Eco do Douro». 11 Abril 1909: 2.

<sup>7</sup> Cf. *Partido Republicano*. «O Povo do Norte». 12 Abril 1908: 2.

<sup>8</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 9-11.

<sup>9</sup> Cf. *Agremiações do Partido Republicano Português reconhecidas e registadas no arquivo do Directório até 27 de Outubro de 1911*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912: 139-144, 211-233, 405-442.

<sup>10</sup> Cf. *O caso de Sanfins*. «O Eco do Douro», 1 Janeiro 1911: 2.

No concelho de Sabrosa, além da Comissão Municipal, existente desde 1909, havia a registar a existência de um Centro Republicano Democrático.

Em Mesão Frio, a Comissão Municipal foi eleita em inícios de 1911. Na mesma data, foi proclamada a Comissão Paroquial de Barqueiros. E já em Setembro de 1912, foi fundado um Centro Democrático dedicado a Afonso Costa. Neste concelho continuaria a manifestar-se a influência de José de Alpoim, patente na adesão do Partido por si chefiado à República.

No concelho da Régua, a Comissão Municipal do PRP empreendeu, nos primeiros meses de 1911, diversas acções com vista à instalação de Comissões e Juntas Paroquiais nas freguesias de Poiares, Régua, Godim, Galafura, Vilarinho dos Freires e Fontelas. Cada fundação era acompanhada de um discurso de doutrinação de Antão de Carvalho. Em 1912 seria inaugurado o «Centro Democrático Antão de Carvalho», sediado em Vila Seca de Poiares.

Em Tabuaço, e em finais de 1910, foi inaugurado o «Centro Republicano Vítor Macedo Pinto». Já em Janeiro de 1911 seria eleita a respectiva Comissão Municipal Republicana e organizadas as comissões paroquiais.

No concelho de Armamar, a Comissão Municipal Republicana foi constituída também em 1911, em simultâneo com a organização das comissões paroquiais de Fontelo e S. Cosmado.

Lamego apresentava as mesmas estruturas assinaladas anteriormente – Comissão Municipal e comissões paroquiais em Almacave e Sé –, a que se juntava o Centro Instrutivo das Classes Trabalhadoras.

Em S. João da Pesqueira, além da Comissão Municipal, existia Comissão Municipal em Ervedosa, Riodades, Pesqueira, Valongo dos Azeites, Soutelo do Douro, Trevões, Vale de Figueira, Várzea de Trevões, Vilarouco, Espinhosa, Castanheiro do Sul e Pereiros.

Em Torre de Moncorvo, além da Comissão Municipal, existiam comissões paroquiais em Cardanha (eleita em 22 de Janeiro de 1911), Maçores (eleita em 20 de Março de 1911) e Carviçais. Esta última foi empossada em Janeiro de 1911, no âmbito de uma missão de propaganda empreendida por Alfredo dos Santos (que realizou uma conferência, a convite de João José Alves Hipólito), acompanhado por alguns elementos da Comissão Municipal de Moncorvo. Além disso, foi inaugurado, em Janeiro do mesmo ano, um Centro Republicano. Segundo a imprensa, preparava-se igualmente a fundação de um jornal «com o fim de pregar a ideia nova por todo o concelho»<sup>11</sup>.

Em Vila Flor, a Comissão Municipal foi instituída em 1911. Posteriormente, seria fundado o «Centro Republicano Democrático de Vila Flor».

No concelho de Carrazeda de Ansiães, a par da respectiva Comissão Municipal, estava também organizada a Comissão Paroquial em Castanheiro. Em finais de 1911, assistir-se-ia à fundação de um Centro Democrático, «com muitas dezenas de sócios de todas as classes sociais»<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> *República nas Províncias*. «A República Portuguesa». 7 Novembro 1910: 3.

<sup>12</sup> *De Carrazeda de Ansiães*. «A Montanha». 24 Novembro 1911: 4.

Em Alfândega da Fé, a Comissão Municipal foi eleita em 12 de Abril de 1911. Viria ainda a ser criado o «Centro Republicano Alfandeguense». Idêntica situação era patente no concelho de Freixo de Espada à Cinta: eleição da Comissão Municipal, a que se acrescentaria, posteriormente, a instituição do «Centro Democrático Freixenista».

Em Vila Nova de Foz Côa, foi constituído, em inícios de 1911, um Centro Republicano, com «um elevado número de sócios inscritos»<sup>13</sup>. A par desta agremiação constituíram-se, entre o final de 1910 e o início de 1911, comissões paroquiais em Senhora do Pranto, Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custóias, Horta, Mós, Murça e Santa Comba.

## ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO PRP. DA «POLÍTICA DE ATRACÇÃO» AO «ADESIVISMO»

O processo de consolidação da República no Alto Douro passaria por uma activa «política de atracção», promovida pelos Governadores Cívicos. Como refere A. H. de Oliveira Marques, o PRP «beneficiou da herança de estruturas e clientelas dos auto-dissolvidos partidos monárquicos que controlavam grande parte do mundo rural»<sup>14</sup>. No Alto Douro, seria particularmente notória a influência de teixeiristas, como, por exemplo, em Alijó ou Vila Nova de Foz Côa<sup>15</sup>, e alpoïnistas (em Mesão Frio, por exemplo, onde continuariam a dominar a política local, à semelhança dos teixeiristas em Alijó). Estava-se, assim, perante uma estratégia de republicanização que permitiu a expansão e consolidação de estruturas partidárias, ao mesmo tempo que servia os intuitos de manutenção do poder por parte dos antigos chefes monárquicos.

Conforme indica Vasco Pulido Valente, logo a seguir à instauração da República, assistiu-se à adesão e inscrição no PRP por parte de antigos militantes de partidos monárquicos, caciques e influentes. Se nalguns casos se tratava de oportunismo político, em outras situações os factos ocorriam com o conhecimento e consentimento dos dirigentes do PRP. O que levaria a que, no distrito de Vila Real, «a máquina do PRP» tivesse sido «posta de pé pelos caciques de Teixeira de Sousa»<sup>16</sup>. No entanto, a política de atracção viria a ser contestada por diversas comissões concelhias.

Os republicanos de Valpaços manifestavam grande descontentamento por causa da actuação do administrador do concelho, a quem acusavam de não conduzir convenientemente a política local, preterindo os republicanos históricos a favor dos «galopins da velha monarquia»<sup>17</sup> (franquistas, sousistas, progressistas e dissidentes). Também a eleição da Comissão Municipal Republicana de Moncorvo ficaria envolta em polémica com a tentativa, por parte de um grupo de caciques monárquicos, entre os quais o ex-adminis-

<sup>13</sup> *Agremiações do Partido Republicano Português reconhecidas e registadas no arquivo do Directório até 27 de Outubro de 1911.* «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912: 231; COIXÃO & TRABULO, 2010: 59.

<sup>14</sup> MARQUES, 1978: 584.

<sup>15</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 26.

<sup>16</sup> VALENTE, 2010: 170.

<sup>17</sup> *República nas Províncias.* «A República Portuguesa». 10 Novembro 1910: 3.

trador franquista e «adesivo» Eugénio Pontes, de impugnação da eleição, apresentando uma lista alternativa. Segundo refere Adília Fernandes, em Torre de Moncorvo ter-se-ia assistido à «adesivagem» de vários regeneradores (Partido mais forte no círculo eleitoral), a quem foi entregue a administração do concelho<sup>18</sup>.

Nalguns concelhos do distrito de Viseu, vivia-se certo descontentamento por causas análogas. Em Lamego, a política de republicanização empreendida pelo administrador do concelho provocou uma divisão entre os republicanos, alguns dos quais, por se sentirem indignados com a «protecção» dispensada aos caciques monárquicos, resolveram fundar o «Centro Democrático Lamecense» e o periódico *A Verdade*, para defesa do grupo «dissidente». Em Armamar (concelho considerado como um forte reduto republicano ainda no tempo da Monarquia), Amorim de Carvalho, administrador do concelho e republicano «histórico», era acusado de deixar colocar na presidência da Comissão Municipal um franquista e ex-chefe do partido franquista local. Afirmava-se ainda que os restantes elementos da Comissão eram «incolores», realçando-se a presença de Afonso Monteiro, que fora republicano no tempo de estudante em Coimbra e depois passara pelos progressistas e teixeiristas.

Por sua vez, os republicanos dos concelhos norte do distrito de Viseu promoveram uma reunião com o objectivo de discutir a orientação da política distrital. Convocada pelos republicanos de Lamego, teve lugar nessa cidade, em inícios de Fevereiro de 1911, com a presença de representantes das comissões municipais republicanas de Lamego, Cinfães, Resende, Tarouca, Castro Daire, Moimenta da Beira, Penedono, Armamar e Tabuaço. À semelhança dos republicanos de Vila Real, manifestou-se a ideia de que se devia exigir do Directório do Partido Republicano, do Governo Provisório e do Governador Civil «para que se não fizesse despacho algum, civil ou militar, para qualquer dos concelhos, sem o prévio acordo da respectiva comissão municipal política»<sup>19</sup>. No sentido de obstar à acção dos «adesivos» (em que se destacavam os antigos alpoïnistas), «que pretendam influir na política dos mesmos concelhos, pedindo ou protegendo despachos sem o acordo das comissões municipais e até contra a sua opinião»<sup>20</sup>, resolveram formar a «Comissão de defesa dos interesses dos concelhos do norte do distrito de Viseu», constituída pela Mesa<sup>21</sup> e pelos presidentes das comissões municipais políticas de todos os concelhos, e cuja comissão executiva seria formada por Francisco Lopes de Sousa Gama, Vítor Macedo Pinto, Alfredo Sousa, José Antunes da Silva e Castro e José Mendes Guerra. Por fim, foi aprovada uma moção em que era reafirmada a supremacia das comissões republicanas na vida política local e que, caso fossem desatendidas as suas orientações, se demitiriam todas as autoridades, comissões administrativas e políticas concelhias. Das deliberações tomadas, foi dado conhecimento ao Governador Civil do Distrito, à Comissão Distrital e às restantes comissões municipais republicanas do distrito.

<sup>18</sup> FERNANDES, 2010: 29.

<sup>19</sup> *Extraordinária reunião das comissões municipais republicanas do Norte do distrito de Viseu. Deliberações de largo alcance para a vida partidária da democracia portuguesa.* «A Fraternidade». 11 Fevereiro 1911: 1.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Francisco Lopes de Sousa Gama, Vítor José de Deus Macedo Pinto e Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa.



## A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA (1912-1926)

As cisões no PRP, a partir de 1912, viriam mudar o espectro político-partidário no Alto Douro. Embora os novos grupos partidários não se tenham conseguido implantar de forma estável, constituíram um desafio à preponderância do Partido Republicano obrigando a renovadas estratégias.

Dos partidos da oposição, o Partido Evolucionista foi aquele que registou maior implantação na Região Duriense. Entre 1913 e 1919, foram constituídas comissões municipais em Tabuaço, Lamego, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua<sup>22</sup>, Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real e Mesão Frio. Foram ainda fundadas comissões paroquiais em S. Mamede de Riba Tua (Alijó), em sete freguesias de Penaguião, duas freguesias de Lamego, duas freguesias de Moncorvo, bem como Centros Republicanos em Carrazeda de Ansiães, Vila Real e Riba Tua.

Quanto ao Partido Unionista, teria escassa presença na Região Demarcada do Douro. Em 1912, seria fundado o «Centro União Republicana» em Sabrosa, no âmbito de uma festa de homenagem a Adelino Samardã. A influência unionista no concelho seria bastante marcada, traduzindo-se na ocupação de cargos administrativos a partir de 1912. Viria também a ser criado um núcleo de unionistas em Armamar e um Centro Unionista no Peso da Régua, em 1913<sup>23</sup>.

O PRP continuaria a ser dominante em termos de estruturas partidárias, embora registando algumas perdas. Segundo o Boletim do Partido Republicano Português<sup>24</sup>, em Santa Marta de Penaguião deixou de existir Comissão Municipal uma vez que a sua elite política aderira ao Partido Evolucionista. Em Alijó, passava a contar-se apenas com uma Comissão Paroquial, em Pegarinhos, e com o «Centro Escolar Democrático». Contudo, em outros concelhos era visível um certo crescimento. Em Armamar e Lamego, o número de comissões paroquiais passou para três. No concelho da Meda, além da Comissão Paroquial em Fonte Longa, existia um Centro Republicano. O maior crescimento teria ocorrido em Vila Nova de Foz Côa, com a formação de comissões paroquiais em Sebadelhe, Muxagata, Numão, Freixo de Numão e Touça.

A análise dos resultados eleitorais traduz com mais precisão o grau de implantação dos partidos políticos na Região Duriense. Em termos de eleições legislativas, verifica-se que nas eleições suplementares realizadas em 1913 os democráticos ganharam as maiorias em Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Vila Flor, Foz Côa, Meda, Régua, Santa Marta de Penaguião, Armamar e Lamego<sup>25</sup>. Evolucionistas e unionistas saíram vitoriosos em Alfândega da Fé, Murça, Sabrosa, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, S. João da Pesqueira e Tabuaço. Noutros concelhos, como Alijó e Mesão Frio, ganharam listas de concentração, o que apontava para a prevalência da influência caciquista monár-

<sup>22</sup> Cf. SEQUEIRA, 2014: 127-129.

<sup>23</sup> Cf. SEQUEIRA, 2014: 129.

<sup>24</sup> Cf. *Os nossos organismos na metrópole e nas colónias, no Brasil e na China*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, de Manuel Lelo, 1915: 389, 396-397, 410-413.

<sup>25</sup> Cf. *A propósito das eleições realizadas em 1913*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, 1915: 416-459.

quica. Nas eleições de 1915 e 1919, o Partido Democrático obteve a maioria em Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Moncorvo e Carrazeda de Ansiães<sup>26</sup>. No círculo de Vila Real e Moncorvo, a segunda força política mais votada foi o Partido Evolucionista, mas a larga distância dos democráticos. Em 1921 e 1922, os democráticos conseguiram a maioria em Vila Flor, Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Alfândega da Fé<sup>27</sup>. Entre 1915 e 1925, os democráticos dominaram sempre no círculo de Lamego<sup>28</sup>.

No que diz respeito às eleições municipais, assistiu-se à luta partidária em diversos concelhos, entre democráticos e listas de coligação. Em 1913, as eleições em Vila Real foram ganhas por uma lista constituída por independentes, evolucionistas e unionistas. Em Santa Marta de Penaguião, apesar de os evolucionistas estarem em vantagem, acabariam por perder para os democráticos devido à estratégia posta em prática por Antão de Carvalho, líder dos democráticos da Régua.

No concelho de Peso da Régua, os democráticos concorreram sozinhos, uma vez que os partidos da oposição decidiram abster-se. Porém, na eleição das Juntas de Paróquia, a 4 de Dezembro, os democráticos tiveram de confrontar-se com a coligação de evolucionistas, unionistas e monárquicos, de modo particular nas freguesias de Godim, Loureiro e Mouramorta<sup>29</sup>, mas acabariam por obter a maioria e minoria<sup>30</sup> em oito das dez freguesias do concelho, a maioria noutra (Loureiro) e a minoria na restante (Godim).

Em Mesão Frio, a lista apresentada pelo PRP ganhou as eleições administrativas contra José de Alpoim (organizador e patrocinador da lista adversária), que conseguiu que a eleição viesse a ser anulada pelo Supremo Tribunal Administrativo. A luta entre democráticos e alpoimistas seria uma constante no sentido de dominarem as diversas corporações municipais. Neste processo ficaria bem patente a capacidade de influência por parte do antigo cacique monárquico José de Alpoim. Em 1914, a Câmara era presidida por Amâncio de Queirós (alpoimista) que, nessa data, resolveu aderir aos evolucionistas como sinal de protesto pela atitude dos democráticos do Porto na questão do aumento do imposto de consumo lançado sobre o vinho. Na mesma altura, também Artur de Magalhães Pinto Ribeiro aderiu ao Partido Evolucionista, o que passava a significar «eleitoralmente a maioria de 500 votos»<sup>31</sup>. José de Alpoim, que classificava a Câmara de democrática, aplaudia e incentivava a filiação dos seus correligionários políticos nos evolucionistas. Já em 1916, no contexto das eleições municipais (que seriam adiadas), Alpoim mostrava-se intransigente em que os seus «antigos amigos», agora evolucionistas, apre-

---

<sup>26</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 52.

<sup>27</sup> JACOB & ALVES, 2010: 71; COIXÃO & TRABULO, 2010: 52.

<sup>28</sup> MARQUES, 1978: 598.

<sup>29</sup> Nesta freguesia, a oposição acabaria por desistir no próprio dia das eleições.

<sup>30</sup> O Decreto-Lei n.º 158, de 6 de Outubro de 1913, estabeleceu, para os actos eleitorais, o princípio da representação das minorias, consagrado na Constituição de 1911. Seguindo a lei vigente, nas eleições municipais de 1913, o PRP de Peso da Régua, apresentou uma lista candidata pela maioria e, em simultâneo, patrocinou a lista pela minoria. A mesma estratégia foi aplicada ao nível das freguesias, acabando por conseguir a totalidade dos mandatos nas freguesias em que não se confrontou com oposição.

<sup>31</sup> *Política de Mesão Frio. Valiosas adesões ao Partido Evolucionista.* «A Evolução». 19 Outubro 1916: 1.

sentassem listas de coligação com os democráticos, porque teria «muito interesse em conservar a câmara actual ou eleger outra que lhe seja a viva imagem»<sup>32</sup>. Na imprensa era referido que os democráticos de Mesão Frio haviam feito muito em termos de saneamento político mas que a Câmara ainda podia ser classificada de «retintamente alpoimista». Corria também o boato de que Eduardo Frias, da confiança política de Alpoim, fizera um acordo com Pinto Ribeiro (representante dos evolucionistas) no sentido de fazer oposição aos democráticos nas eleições municipais desse ano, «fazendo uma extravagante ligação com unionistas e monárquicos – que mais não são, hoje e sempre, do que ferrenhos alpoimistas»<sup>33</sup>. Era uma atitude já esperada, pois Eduardo Frias, de acordo com *A Democracia*, tinha uma clientela política criada à custa de favores prestados em função do seu cargo de administrador do concelho. No entanto, os democráticos viam esta atitude como uma ingratidão: «não se compreende, porém, que, cumulado de favores pelo partido democrático, que o julgou de carácter bastante honesto, se lance, agora, num caminho pedregoso que pode ser a sua ruína»<sup>34</sup>. Em 1918, Eduardo Frias aderiria aos centristas, e com ele os antigos alpoimistas.

Em Torre de Moncorvo, o Partido Evolucionista era dominante mas o poder pertencia aos democráticos<sup>35</sup>. Para este resultado muito contribuíam os monárquicos do concelho que, em diversas eleições, manobraram no sentido de que muitos eleitores votassem em branco, tornando o resultado eleitoral favorável aos democráticos<sup>36</sup>.

Nas eleições de Novembro de 1917, assistir-se-ia à formação de alianças, algumas com o apoio de antigos caciques, na tentativa de anular o predomínio do Partido Democrático. Foi o que aconteceu em Mesão Frio, conforme já referido, onde evolucionistas se uniram a independentes (representados por Eduardo Frias) e unionistas e, em Sabrosa, onde foi apresentada uma lista de coligação entre unionistas e monárquicos.

Nalguns concelhos, esta estratégia revelar-se-ia eficaz. Em Sabrosa, venceu em todo o concelho a lista de coligação. Em Vila Real, as eleições foram ganhas pela coligação de democráticos e evolucionistas<sup>37</sup>. Em Armamar e S. João da Pesqueira, a maioria foi conquistada pelo Partido Evolucionista. Contudo, na maior parte dos concelhos, o poder local continuou nas mãos dos democráticos: na Régua, Santa Marta de Penaguião<sup>38</sup>, Mesão Frio, Armamar, Alijó, Tabuaço e Moncorvo, venceu a lista democrática.

O predomínio dos democráticos continuou a marcar a vida política e partidária no Alto Douro até a revolução de 5 de Dezembro de 1917. Com a instauração da «República Nova», assistiu-se ao afastamento dos titulares de cargos administrativos afectos ao Partido Democrático, substituídos por elementos unionistas. Na Régua, por exemplo, os unionis-

<sup>32</sup> *Do Distrito. Mesão Frio, 18 (Retardada)*. «A Democracia». 1 Outubro 1916: 3.

<sup>33</sup> *Do Distrito. Mesão Frio, 12 Retardada. O snr. Alpoim e as eleições*. «A Democracia». 22 Outubro 1916: 3.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> ANDRADE, 2010: 147.

<sup>36</sup> ANDRADE, 2010: 173.

<sup>37</sup> Segundo «O Povo do Norte», as eleições em Vila Real foram ganhas por uma lista composta de unionistas e independentes. Cf. *À urna pela lista neutral!*. «O Povo do Norte». 3. Novembro 1917: 1.

<sup>38</sup> Não terá chegado a haver disputa eleitoral em virtude de os evolucionistas se terem abstido. Cf. *Em Santa Marta de Penaguião. A próxima eleição*. «Cinco de Outubro». 31 Outubro 1917: 2.

tas, que existiam no concelho desde 1913, procuravam, dessa forma, usar a revolução sidonista para conquistar um espaço de poder concelhio que nunca haviam conseguido.

Após a restauração da República, em 1919, assistir-se-ia ao aparecimento de novos núcleos partidários. A sua implantação na Região Duriense resultaria, por vezes, da ambição de certos influentes locais em se conservarem no poder. Foi o que aconteceu em Sabrosa, onde se assistiu a uma guerra de influências<sup>39</sup>. Um dos influentes locais começou por conseguir a dissolução da Comissão Municipal por parte do Governador Civil de Vila Real (Adelino Samardã), conseguindo, dessa forma, manter-se à frente da Câmara até 1915. Nessa data, tentou uma aliança política com os democráticos no sentido da destituição do administrador do concelho, que se lhe opunha. Perante a recusa dos democráticos, filiou-se nos unionistas, ascendendo ao poder com o Sidonismo. Com o rompimento entre Sidónio e o Partido Unionista, e para não perder a Câmara, inscreveu-se no Partido sidonista mas acabaria por ser afastado do poder. Após a Monarquia do Norte foi administrador do concelho e, em 1923, estava ligado aos nacionalistas.

Nalguns concelhos, os novos núcleos partidários ganharam expressão, ameaçando o domínio dos democráticos. Por exemplo, em Vila Real, o Partido Nacionalista ganhou todas as freguesias do concelho nas eleições municipais de 1923, destronando o Partido Democrático<sup>40</sup>. Mas em 1925, uma lista alvarista-democrática reconquistava o poder ganhando as eleições municipais à lista adversária, formada por nacionalistas, radicais, independentes, católicos e monárquicos. Esta realidade seria extensiva a todo o distrito de Vila Real, à excepção de Sabrosa, cuja Câmara Municipal se mantinha nacionalista<sup>41</sup>.

## CONCLUSÕES

A consolidação do Partido Republicano Português no Alto Douro deveu-se, em grande medida, à estratégia de disseminação de comissões municipais e paroquiais, iniciada logo a seguir à implantação da República. Esta realidade foi perceptível, em particular, nos concelhos onde já se fazia notar a presença republicana.

Com vista a uma completa implantação do regime foram ensaiadas várias estratégias. A realização de Conferências Republicanas, quer na fase da propaganda quer após o 5 de Outubro, organizadas por diversas comissões municipais, revestiu-se de importância fundamental. Não sendo o republicanismo «uma ideia partilhada pela maioria da sociedade, como, aliás, reconheciam os próprios republicanos»<sup>42</sup>, tornava-se essencial o doutrinamento, principalmente numa região como o Alto Douro, ainda amplamente influenciada pelos caciques.

Por outro lado, foi posta em prática uma activa «política de atracção», o que aponta para aspectos relacionados com a recomposição das oligarquias locais na República. Por

<sup>39</sup> Cf. *Pelo Distrito, Sabrosa*. «A Democracia». 20 Maio 1923: 3.

<sup>40</sup> AIRES, 2010b: 44.

<sup>41</sup> Cf. *Eleições*. «O Povo do Norte». 29 Novembro 1925: 1.

<sup>42</sup> SAMARA, 2009: 74.

um lado, o fenómeno do «adesivismo», com a adesão e colagem das elites do poder local monárquico ao campo republicano vitorioso, constituiu uma forma de manutenção do poder nas mãos das oligarquias locais. Por outro lado, a permanência dos fenómenos de correligionismo e de caciquismo; não se tratou só de adesões «oportunistas» ao novo regime mas também do resultado da acção mobilizadora dos republicanos, visando alargar a sua base social de suporte político.

A articulação destes vectores com as fortes ligações de diversos notáveis locais às estruturas nacionais do PRP facilitou o progressivo fortalecimento do Partido ao longo da Primeira República no Alto Douro, principalmente no contexto da fragmentação partidária ocorrida a partir de 1912. A divisão do velho PRP em unionistas, evolucionistas e democráticos, com predominância destes últimos, a par do «adesivismo», facilitou a recomposição, mas também a divisão, das forças políticas locais no novo regime. Neste contexto, com vista à manutenção do seu predomínio, viria a ser ensaiada uma nova estratégia por parte do Partido Democrático, de coligação com outras forças políticas (por exemplo, com os evolucionistas, na Régua, após a restauração da República, em 1919). Além disso, mostrar-se ia fundamental o exercício de preponderância política dos influentes republicanos. Por exemplo, em Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião a escolha das autoridades administrativas continuava directamente dependente do líder dos democráticos da Régua, apesar de naqueles concelhos as elites políticas se terem tornado evolucionistas.

## BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Joaquim Ribeiro (1987) – *A Primeira República em Sabrosa (achegas para o seu estudo)*. Vila Real: Minerva Transmontana.
- (2010a) – *A República no distrito de Vila Real (1873-1933)*. Vila Real: Maronesa, Comunicação Social, Lda.
- (2010b) – *Vila Real: Roteiros republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- ANDRADE, António Júlio (2010) – *História política de Torre de Moncorvo, 1890-1926*. Lisboa: Âncora Editora.
- AZEVEDO, Manuel Roque (1984) – *Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)*. «Nova História», n.º 2. Lisboa: Editorial Estampa, p. 74-122.
- JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões (2010) – *Bragança: Roteiros republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues (2010) – *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. 2.ª edição. Foz Côa: Vila Nova de Foz Côa.
- FERNANDES, Adília (2010) – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo 1910-1926*. Coimbra: Palimage.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2009) – *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedina.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- SAMARA, Alice (2009) – *O republicanismo*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, p. 61-77.
- SEQUEIRA, Carla (2014) – *Antão de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.
- VALENTE, Vasco Pulido (2010) – *O poder e o povo*. Edição do Centenário da República. Lisboa: Aletheia Editores.

## FONTES

- «A Democracia» (Vila Real), 1916-1923.
- «A Evolução» (Vila Real), 1913-1919.
- «A Fraternidade» (Lamego), 1911.
- «A Montanha» (Porto), 1911.
- «A República Portuguesa» (Lisboa), 1910-1911.
- «A Voz Pública» (Porto), 1896-1909.
- «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912.
- «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, de Manuel Lelo, 1915.
- «Cinco de Outubro» (Peso da Régua), 1910-1917.
- «O Eco do Douro» (Alijó), 1909-1911.
- «O Povo de Murça» (Murça), 1911.
- «O Povo do Norte» (Vila Real), 1893-1925.

# MOVIMENTO DOS MARINHEIROS: EXPERIÊNCIAS E DEMANDAS DOS MARINHEIROS DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA (1962-1964)

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO\*  
EDGAR ÁVILA GÂNDRA\*\*

**Resumo:** *O presente artigo busca reconstruir a trajetória de um militar específico na Marinha do Brasil, através da memória reavivada, especialmente entre os anos de 1962-1964 na cidade do Rio de Janeiro. E a partir da análise de suas memórias busca-se um melhor entendimento acerca das experiências dos marinheiros na urbe fluminense, de suas demandas relativas a questões sociais atinentes à carreira e a atividade militar naval. Visto que as demandas desses militares encontravam barreiras de diversas ordens, principalmente pela negação da alta administração naval em abrir espaços de negociação referente aos direitos básicos dos praças menos graduados dessa força. Analisando ainda a escalada da crise entre o Conselho do Almirantado e a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, como parte integrante do processo que culminou com o golpe civil militar no ano de 1964.*

**Palavras-chave:** *Marinheiros; Memória; Radicalização; Demanda social.*

**Abstract:** *This article seeks to reconstruct the trajectory of a specific military in the Navy of Brazil, through the revived memory, especially between the years 1962-1964 in the city of Rio de Janeiro. And from the analysis of his memories seek a better understanding of the experiences of sailors in the state metropolis and its demands related to social issues and those relating to career and naval military activity. Since the demands of these military found several orders barriers, especially the denial of high naval administration in open trading areas related to basic rights of junior squares that force. Still analyzing the escalating crisis between the Admiralty Board and the Sailors and Marines Association of Brazil, as part of the process that culminated in the military coup civil in 1964.*

**Keywords:** *Sailors; Memory; Radicalization; Social demand.*

## INTRODUÇÃO

Em se tratando de um tema ainda tão «vivo» na história de nosso país; o golpe civil-militar de 1964 e os anos que o antecederam na década de 1960, caracterizados por intensa efervescência política e social; vem sendo, cada vez mais, objeto de estudo na área da historiografia. Neste sentido, o presente trabalho visa discutir as motivações da mobilização dos marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira, ocorrida no contexto turbulento dos anos iniciais da década de 1960, em especial, a radicalização do movimento no ano de 1964, suscitando, assim, um debate em torno da relação entre as reivindicações daqueles

---

\* UFF/UFPeL.

\*\* UFRGS/UFPe/CITCEM.



militares e o caráter político de seu movimento, em um contexto político-social tensionado do período em questão.

Sendo assim, optamos por utilizar a memória de um ex-marinheiro como instrumento para buscar uma melhor compreensão das experiências e da realidade vivenciada por aqueles militares enquanto integrantes de um segmento específico dentro da categoria militar, neste caso, na Marinha do Brasil. Ex-marinheiro este, doravante nominado «Entrevistado A»<sup>1</sup>, que tivera participação destacada na assembleia comemorativa do segundo aniversário de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 27 de março de 1964. Aparecendo ao lado do almirante Cândido Aragão<sup>2</sup> em algumas fotografias emblemáticas da supramencionada assembleia. Sendo, portanto, testemunha dos desdobramentos da mobilização dos marinheiros desde 1962, e especialmente da assembleia do dia 25 de março de 1964, ponto alto da radicalização do movimento.

Deste modo, a partir da análise das memórias de um ex-marinheiro, e em menor medida de outras fontes de memória relativas a outros ex-marinheiros, além de fontes oficiais e jornalísticas; este artigo tem como objetivo reconstruir a trajetória deste ex-militar na Marinha, em especial entre os anos de 1962 e 1964, e assim, contribuir para um melhor entendimento da relação entre antigas demandas sociais básicas inerentes aos praças das graduações iniciais<sup>3</sup> da Marinha do Brasil e a mobilização desses militares em um cenário político tensionado da história brasileira.

Neste sentido, a busca por fontes de memória relativas ao período histórico abordado no presente artigo se mostra muito instigante e desafiadora, sobretudo no que concerne às fontes orais, tendo em vista que os entrevistados ainda demonstram muito receio de represálias por parte das instituições envolvidas no golpe de 1964, especialmente das Forças Armadas. Por vezes, os mesmos utilizam-se do artifício do anonimato como condição para conceder as entrevistas de História Oral, e durante as mesmas, o silenciamento diante de alguns questionamentos também revela muito ao historiador, reafirmando a ideia de questão «mal resolvida», ou seja, de um tema ainda muito «vivo», como colocado anteriormente. Sendo assim, cabe ressaltar o posicionamento de Daniel Aarão Reis sobre a memória, onde ele afirma que «imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia»<sup>4</sup>. No caso dos marinheiros, este silenciamento e a tendência de fundamentar suas memórias a

<sup>1</sup> Entrevista realizada pelo autor em 21 de novembro de 2013. A mesma foi concedida sob a condição de anonimato perpétuo quanto à divulgação da identificação do entrevistado em artigos, dissertações ou quaisquer trabalhos que possam ser publicados.

<sup>2</sup> Vice-almirante Cândido da Costa Aragão, oficial general que ocupava o cargo de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e que sempre se mostrou simpático às reivindicações dos marinheiros, constituindo-se em um dos mais importantes apoiadores do movimento.

<sup>3</sup> Conforme Art. 3.º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as graduações iniciais na Marinha do Brasil são «taifeiros», «grumetes», «marinheiros» e «cabos». Sendo que de acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, em termos hierárquicos as graduações de «marinheiro» e «soldado fuzileiro naval» se equivalem, contando a antiguidade pelo tempo na referida graduação.

<sup>4</sup> REIS, 2004: 29.

partir de questões do presente e perspectivas de futuro, são aspetos muito presentes durante as entrevistas. Isto se deve ao facto de ser este tema ainda muito presente na vida desses ex-militares, tendo em vista que, após o golpe civil militar, muitos foram expulsos da Marinha e, além de temerem represálias por parte de segmentos das Forças Armadas, ainda lutam na justiça em ações de carácter indenizatório.

Num primeiro instante procuraremos analisar a memória, especialmente aquelas oriundas do discurso, e suas possibilidades enquanto fonte historiográfica, bem como sua relevância na reconstrução de uma trajetória específica, contribuindo, a partir de indícios em narrativas para uma melhor compreensão da trajetória de um segmento específico no recorte temporal em questão.

Em seguida, na medida em que «no primeiro plano da memória de um grupo, se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com grupos mais próximos»<sup>5</sup>, analisaremos a memória individual de «Entrevistado A» enquanto parte integrante da memória dos marinheiros que se mobilizaram entre os anos de 1962 e 1964, especialmente no que concerne às demandas daqueles militares junto à alta administração naval. E das relações estabelecidas com outros segmentos sociais, até mesmo com a própria oficialidade da Marinha, abordagem esta ainda pouco trabalhada historiograficamente. Sob a perspectiva da História Social, analisaremos a memória reavivada de «Entrevistado A» e em parte a própria mobilização dos marinheiros, no contexto do «conjunto das relações sociais»<sup>6</sup>, enquanto um movimento de cunho social e de carácter essencialmente reivindicatório.

Desta maneira, a luz do «paradigma indiciário» de Carlo Ginzburg, a partir da análise das memórias de um integrante do movimento dos marinheiros, buscaremos uma melhor compreensão acerca das demandas daqueles militares e da própria radicalização de seu movimento no contexto dos anos iniciais da década de 1960. Ou seja, fundamentados na teoria de Ginzburg<sup>7</sup>, na qual alguns indícios podem ser assumidos enquanto elementos reveladores de fenômenos mais gerais, buscaremos neste artigo, «a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente»<sup>8</sup>.

Por fim, serão apresentadas algumas demandas específicas dos marinheiros e o contexto político-social em que seu movimento estava inserido nos anos iniciais da década de 1960, analisando ainda os «ditos e não ditos» nas memórias do ex-marinheiro «Entrevistado A», bem como a própria radicalização do movimento dos marinheiros no ano de 1964 e a repressão sobre seus integrantes no instante posterior ao golpe.

Além de apresentar uma contribuição para o estudo sobre a relevância da questão social latente nas Forças Armadas brasileiras durante o recorte temporal aqui abordado,

<sup>5</sup> HALBWACHS, 2003: 51.

<sup>6</sup> THOMPSON, 2001: 248.

<sup>7</sup> GINZBURG, 1991: 178.

<sup>8</sup> GINZBURG, 1991: 152.

em especial na Marinha do Brasil, este artigo busca, também, contribuir para um melhor entendimento da vivência daqueles militares da Marinha, tanto em seu ambiente laboral quanto na própria sociedade do Rio de Janeiro. Uma vez que se tratava de militares com remunerações muito baixas, pouca instrução e em sua maioria, oriundos de outros estados do país, evidenciando, assim, as experiências desse segmento social em um período tensionado da história brasileira, sobretudo no tocante às suas reivindicações por direitos sociais, melhorias na carreira e nas condições de trabalho.

## A MEMÓRIA EM EVIDÊNCIA

Ao analisarmos o movimento dos marinheiros, inserido no contexto de efervescência político-social vivido pelo Brasil, sobretudo a partir da posse de João Goulart<sup>9</sup> na Presidência da República no ano de 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, podemos estabelecer um debate, no qual o presente artigo não pretende esgotar, acerca das motivações da mobilização daqueles militares e da radicalização de seu movimento no contexto tensionado em que a sociedade brasileira se encontrava no ano de 1964. Através da análise das narrativas do «Entrevistado A» poderemos perceber as reais demandas daqueles praças da Marinha, tanto no que concerne à atividade militar naval, quanto às questões relativas a direitos que lhes eram negados juntamente com a situação de fragilidade social a que ficavam expostos na cidade do Rio de Janeiro. Suscitando, assim, questionamentos sobre o caráter político do movimento dos marinheiros em detrimento de suas demandas, que compreendemos como fator que conferia unidade aquele segmento de militares, sem considerarmos aspectos de identidade<sup>10</sup> relativos à atividade marinheira.

Deste modo, nos deparamos com aquilo que Alessandro Portelli<sup>11</sup> chama de memória dividida, onde uma memória oficial procura afirmar o caráter essencialmente político da mobilização dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964, enquanto nas memórias dos integrantes do movimento, mesmo se tratando de «uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas»<sup>12</sup>, é possível perceber significativa relevância dos aspectos relacionados às suas demandas em detrimento de questões políticas do período em tela. Corroborando a ideia de que ao analisarmos as «memórias subterrâneas das mino-

---

<sup>9</sup> Vice-presidente de Jânio Quadros que não gozava da simpatia das elites brasileiras e de grande parte da oficialidade das Forças Armadas por sua proximidade com as esquerdas. Quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, João Goulart, que estava em visita à China comunista, legalmente deveria ser empossado presidente, mas parte das Forças Armadas se opôs à sua posse, gerando uma crise que só não culminou com um golpe civil militar ainda em 1961, devido a um movimento conhecido como «Campanha da Legalidade», liderada pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com apoio de significativo contingente do Exército Brasileiro sediado naquele estado. Esta resistência favoreceu um acordo político que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República naquele mesmo ano.

<sup>10</sup> Mesmo não sendo este o foco de análise do presente artigo, entendemos que a questão da identidade dos marinheiros, e aqui nos referimos especificamente aqueles praças que efetivamente exercem atividades a bordo das embarcações, passa necessariamente pelo entendimento de Thompson acerca do conceito de experiência. Acreditamos ser esta uma discussão que merece ser aprofundada.

<sup>11</sup> PORTELLI, 2006: 106.

<sup>12</sup> PORTELLI, 2006: 106.

rias, dos marginalizados e dos excluídos»<sup>13</sup>, torna-se possível compreender de modo mais aprofundado como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais. Nesta medida, de acordo com Tania Regina de Luca<sup>14</sup> citando Thompson, «ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados».

Considerando que a memória não se reduz ao simples ato de recordar, podemos observar diversas concepções sobre a mesma. Para Maurice Halbwachs<sup>15</sup>, a memória seria um fenômeno social, ou seja, construído de modo coletivo, possibilitando, assim, que as pessoas se lembrem de fatos específicos. Desta maneira, cria-se a ideia de uma memória coletiva que abarca toda uma influência da cultura social na sua formação. Faz sentido analisar o fato de que os indivíduos dialogam entre si, criando-se assim uma linha tênue entre diferença e identidade, formadores de memórias que só podem ser significadas e reconstruídas a partir da vivência de uma sociedade ou grupo social específicos.

Para Marilena Chauí, a memória «é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total»<sup>16</sup>. Já para Alessandro Portelli «a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico»<sup>17</sup>, ou seja, é um fenômeno essencialmente individual que se constrói a partir das relações sociais entre os indivíduos integrantes de um determinado grupo.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí<sup>18</sup>, e, portanto individual enquanto faculdade mental, faz-se necessário considerar que a memória constitui-se também em um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de identidades (culturais ou coletivas). Neste aspecto, segundo Halbwachs<sup>19</sup>, para que lembranças sejam reconstruídas sobre uma base comum, é necessário que existam muitos pontos de contato entre as memórias individuais. E que essas lembranças se distribuam individualmente «dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais [...], portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas»<sup>20</sup>.

Acerca da «memória coletiva» Joel Candau considera:

*[...] impossível admitir que essa expressão designe uma faculdade, pois, a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual [...] a expressão «memória coletiva» é uma representação, uma metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo»<sup>21</sup>.*

13 POLLAK, 1989: 4.

14 LUCA, 2011: 113.

15 HALBWACHS, 2003: 39.

16 CHAUÍ, 1995: 125.

17 PORTELLI, 1997: 16.

18 CHAUÍ, 1995: 125.

19 HALBWACHS, 2003: 39.

20 HALBWACHS, 2003: 71.

21 CANDAU, 2014: 24.

Mesmo não sendo a memória coletiva uma capacidade de memória, como afirma Candau, enquanto fenômeno de interação social dentro de um grupo ou segmento, onde lembranças individuais convergem em diversos pontos constituindo uma base comum, ela é um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de uma identidade e o estabelecimento de suas fronteiras. Na medida em que, segundo Kathryn Woodward<sup>22</sup>, a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades, também vincula-se a aspectos e condições sociais e materiais.

A memória, como instrumento de reconstrução da trajetória de determinados grupos não abarcados pela «memória oficial», está intimamente relacionada com a ideia de cultura política. Inserida no contexto da renovação da história política com René Rémond, a cultura política consiste em «um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos»<sup>23</sup>.

Assim, o trabalho de reconstrução da trajetória do ex-marinheiro «Entrevistado A», enquanto integrante de um segmento específico de militares durante os anos de 1962-1964, fundamentado principalmente na análise de fontes orais, como o que se propõe este artigo, não pode ser realizado sem considerarmos que, como os demais tipos de fontes com as quais o historiador trabalha por força de seu ofício, as fontes de memória são também dotadas de determinado grau de subjetividade, mas com a característica de ser «volátil» de acordo com as demandas do presente. Ou, nas palavras de Pierre Laborie, a memória «se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente»<sup>24</sup>. Esta característica não diminui sua relevância enquanto fonte a ser trabalhada pelos historiadores, mas no contexto de um passado «rejeitado» por grande parte da sociedade brasileira, como ao que nos remete o período analisado no presente artigo, devemos tomar o cuidado de não sobrepor a memória à história, entre as quais, no entender de Denise Rollemberg, existe um «abismo aprofundado com o tempo [...] num confronto em que os personagens e os testemunhos assumiram a missão de guardiães da memória, arautos da história»<sup>25</sup>. Cabe sim ao historiador analisar a memória enquanto fonte, sem tomá-la enquanto verdade cristalizada, e ainda, ciente de que «a memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos por não fazer»<sup>26</sup>. Deste modo, optamos por tomar como fonte principal neste artigo as memórias de um ex-marinheiro que conheceu algumas das principais lideranças da mobilização e teve destacada participação em um evento emblemático e revestido de significado no processo que culminou com o golpe civil militar em 1964 – a assembleia comemorativa pelo segundo aniversário de fundação da AMFNB realizada em 25 de março daquele mesmo ano – analisando-as não como verdades incontestas, mas como representações de um passado a partir da perspectiva de alguém que o vivenciou.

---

<sup>22</sup> WOODWARD, 2014: 13.

<sup>23</sup> BERSTEIN, 1998: 350.

<sup>24</sup> LABORIE, 2009: 80.

<sup>25</sup> ROLLEMBERG, 2009: 378.

<sup>26</sup> PORTELLI, 1997: 33.

## FRUTO DE SEU MEIO

Os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira constituem um segmento específico dentro das Forças Armadas, pois são militares que exercem uma atividade marinheira, da qual são depositários de suas tradições e costumes, ocupando espaços na sociedade, que são comumente relacionados a aspetos depreciativos da condição humana. Em parte, isto se deve às características muito comuns ao *locus* portuário, ambiente este onde atividades como a prostituição, o consumo excessivo de álcool e a violência estão muito presentes. Neste sentido, a historiografia apresenta poucas análises acerca das origens das mobilizações desses militares, as quais entendemos estarem fundamentadas em questões sociais e de direitos, se atendo mais especificamente aos desdobramentos políticos de suas mobilizações.

Nesse contexto, podemos considerar que, em sua gênese, a AMFNB tentava diminuir a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças na Marinha do Brasil. Tal tentativa se materializava em ações de caráter assistencial, empreendidas junto aos associados e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade), amparo aos soldados e grumetes «recém-embarcados»<sup>27</sup> na Marinha (principalmente aqueles oriundos de outros estados do país) e ajuda aos marinheiros que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Tal situação contrastava com a realidade dos oficiais, cujo condicionamento cultural e intelectual durante o curso de formação, visava prepará-lo para representar o Brasil no exterior por ocasião das constantes viagens que realizaria durante sua carreira naval. Esse cenário de contrastes se agudiza, tendo em vista a origem da maioria dos praças da força naval brasileira, oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Deste modo, evidenciava-se um conflito iminente, que no entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte, seria «originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão»<sup>28</sup>. No entendimento do ex-marinheiro Avelino Capitani<sup>29</sup>, o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

*A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade*<sup>30</sup>.

<sup>27</sup> Na Marinha do Brasil o termo «embarcar» refere-se a ingressar em alguma Organização Militar (OM), sendo quartéis ou navios. Deste modo, o termo «recém-embarcado» é utilizado para especificar aquele militar recém chegado na Marinha e/ou em uma OM da força naval.

<sup>28</sup> DUARTE, 2005: 93.

<sup>29</sup> CAPITANI, 1997: 17.

<sup>30</sup> CAPITANI, 1997: 17.

Antônio Duarte e Avelino Capitani foram membros da segunda diretoria da AMFNB. Com perfil combativo e politizado, ambos tiveram destacada participação no movimento dos marinheiros. Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Duarte quanto Capitani estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira. Esta aproximação entre duas realidades distintas está relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado no presente artigo. Os baixos salários, a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças, associados ao rigoroso regulamento disciplinar<sup>31</sup> que os impedia de contrair matrimônio<sup>32</sup> e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências<sup>33</sup>, nos confere um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares sobre suas experiências de vida na Marinha. Neste contexto, podemos analisar o início da trajetória de «Entrevistado A» na Marinha de Brasil a partir de sua narrativa:

*[...] Eu entrei pra Marinha em dezembro de cinquenta e nove, fui para a escola<sup>34</sup> em Santa Catarina, aí passei todo ano de sessenta lá e em dezembro de sessenta fui para o Rio<sup>35</sup>, onde embarquei no Cruzador Barroso<sup>36</sup> [Grifo meu] e a minha vida de Marinha foi toda ela embarcado no Cruzador Barroso. [...]*

Com sua sede no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, com a maioria dos quartéis e navios situados também naquela cidade, a maior parte dos militares, após concluírem seus cursos de formação, tinha como destino o Rio de Janeiro. Natural da cidade de Pelotas-RS, «Entrevistado A» teve destino semelhante. Em sua narrativa o ex-militar nos apresenta como se dava o processo de designação para os navios e deixa evidente uma relativa satisfação quanto à belonave na qual serviu durante os anos em que esteve na ativa da força naval.

*[...] agente escolhia três lugares pra servir, e aí a Marinha designava dos três qual lugar que agente iria, dentro da, como é que vou dizer, do número de vagas que tivesse pra embarque. E aí eu não me lembro se eu cheguei a escolher o Cruzador Barroso, que na época eu acho que eu não escolhi porque na época a turma falava muito que era ruim servir lá. Mas por sinal se hoje entrasse pra Marinha e tivesse o Cruzador Barroso eu gostaria de servir nele de novo, não era nada daquilo que a turma imaginava. [...]*

Ao observar as palavras de «Entrevistado A», é possível constatar que não havia qualquer intenção da administração naval em considerar os locais de origem dos mari-

<sup>31</sup> Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM).

<sup>32</sup> Item 52 do Art. 7.º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

<sup>33</sup> Item 39 do Art. 7.º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

<sup>34</sup> A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) constituía-se em um dos muitos centros de formação de marinheiros para o serviço ativo na Marinha espalhados pelo território brasileiro.

<sup>35</sup> Aqui o entrevistado se refere à cidade do Rio de Janeiro.

<sup>36</sup> Juntamente com o Cruzador Tamandaré, constituía-se na mais poderosa belonave da Marinha do Brasil.



nheiros na designação das organizações militares para onde os mesmos seriam enviados para servir, e ainda, que a escolha fosse feita com base nos comentários de outros militares. A designação final era determinada pela administração naval a partir das vagas disponíveis, sobretudo para os navios.

Ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, os marinheiros se deparavam com dificuldades de diversas ordens, especialmente aqueles oriundos de outros estados do país. Entre as principais dificuldades estavam aquelas que suscitaram as principais demandas do movimento dos marinheiros da AMFNB, isto é, aquelas relacionadas aos baixos salários e aos regulamentos internos da Marinha. Neste sentido, «Entrevistado A» nos apresenta algumas das dificuldades enfrentadas pelos marinheiros, que suscitariam demandas por parte da Associação e dos próprios marinheiros junto à alta administração naval:

*[...] Aí fomos embora pro Rio, cheguei no Rio... nós não podia casar. Aí também é outra parte que eu vou chegar. Nós não podia casar, marinheiro não podia casar. Até porque o dinheiro não tinha como casar. Bom, aí fui pro Rio... Aí morava a bordo<sup>37</sup>. Não tinha como pagar aluguel! Morava a bordo, no Barroso<sup>38</sup>.*

*E mas aí depois, passou um tempo, o meu irmão alugou um barraco lá no Santo Cristo<sup>39</sup> [Grifo meu], ali perto da Central<sup>40</sup>. Aí alugou, alugou um quarto lá. E aí, aí comecei, aí morava com ele. Ficava mais a bordo do que, do que no quarto. Bom, e aí por causa disso e de outras coisas mais, como por exemplo o salário. O salário que era, não chegava a salário mínimo, entende? Era o salário e outras coisas mais que eles prometeram que iam criar, foi fundada a associação pra reivindicar esse tipo de coisa. O salário, o casamento. Por que quando nós chegamos no Rio, marinheiro era marginalizado. Por quê? O cara com o que ganhava como é que ia procurar mulher? Não tinha condições! O que que o cara fazia? O cara vivia ali, na Central do Brasil. E ali tava sempre cheio de vagabunda. E o marinheiro ia ir aonde? Se metia sempre no meio das vagabunda ali entendeu!? O nosso meio social, de quem não era de lá, de quem não tinha família lá, era tá no meio das vagabunda ali. [...]*

O trecho da narrativa de «Entrevistado A» evidencia uma situação que se apresentava à época na cidade do Rio de Janeiro, onde a imagem do marinheiro era constantemente associada a do elemento relacionado à malandragem, vícios, brigas, farras e ao pouco desenvolvimento intelectual. Não diferindo da concepção popular acerca do *locus* portuário, como já mencionado anteriormente, e as atividades profissionais que tinham neste espaço o seu ambiente de trabalho, lazer e moradia. Considerando que, conforme o trecho da narrativa acima nos apresenta, muitos marinheiros moravam em bairros da zona portuária da urbe fluminense e outros a bordo dos navios em que eram lotados.

<sup>37</sup> Aqui o entrevistado refere-se à prática muito comum entre os praças das graduações iniciais na Marinha, que devido aos baixos salários residiam no próprio navio ou quartel em que trabalhavam.

<sup>38</sup> Aqui o entrevistado refere-se ao navio Cruzador Barroso.

<sup>39</sup> Bairro situado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da Estação Ferroviária Central do Brasil. Esta localidade se destacava pela significativa concentração de um contingente populacional de baixa renda.

<sup>40</sup> Estação Ferroviária Central do Brasil, situada na área central da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da região portuária, popularmente conhecida como «Central».

Deste modo, se construiu um preconceito em relação aos marinheiros, que ultrapassava os limites da força naval, como exposto pelo historiador Flávio Rodrigues:

*Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudassem de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem «confundidas»<sup>41</sup>.*

O posicionamento de Flávio Rodrigues corrobora o relato do «Entrevistado A» acerca do aspeto marginal conferido aos marinheiros no seio da sociedade, especificamente no Rio de Janeiro:

*[...] as famílias não aceitava marinheiro. Deus o livre que uma moça fosse namorar um marinheiro! De jeito nenhum! Eu tinha, eu arrumei uma namorada em Copacabana<sup>42</sup>, ela era empregadinha em Copacabana, o dia que eu disse pra ela que eu era marinheiro, terminou o namoro, na mesma hora, ela... nunca mais! Então agente, agente na realidade a gente era marginalizado. [...]*

Neste sentido, o movimento dos marinheiros em 1964 fora uma resposta destes militares às dificuldades que enfrentavam na Marinha, diante da indiferença e até mesmo da contrariedade de seus superiores em buscar soluções para antigas demandas. Assim, mesmo sendo fundada com objetivos assistencialistas, era praticamente inevitável que a AMFNB não procurasse, junto ao alto escalão da Marinha, mudar a difícil realidade de trabalho e de vida dos militares de menor graduação. A referida tendência às reivindicações ocorreu porque nesta associação marinheiros e fuzileiros discutiam questões ligadas à rotina a bordo, às suas necessidades e aos antagonismos em relação aos oficiais<sup>43</sup>.

Ao negar o reconhecimento e a pertinência das demandas do movimento dos marinheiros, e ao não estabelecer um canal de diálogo com estes, entendemos que a alta administração naval contribuiu sobremaneira para a radicalização do movimento dos marinheiros.

## A MOBILIZAÇÃO

A fim de propiciar um melhor entendimento acerca da mobilização dos marinheiros e soldados fuzileiros, sobretudo a partir do ano de 1963, historiaremos sobre os dois grupos que disputaram a diretoria da AMFNB. A primeira diretoria, cujo presidente era o cabo artilheiro<sup>44</sup> João Barbosa de Almeida, propunha uma aproximação com a administração

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, 2004: 60.

<sup>42</sup> Bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>43</sup> Seguindo o entendimento de E. P. Thompson no que concerne à definição de uma classe por suas relações com as demais, neste caso a relação entre oficiais e os praças nas graduações iniciais da Marinha.

<sup>44</sup> Especialidade militar naval referente à artilharia, isto é, aquele que é capacitado para operar, manter e reparar o armamento portátil e fixo nos navios e quartéis da Marinha.

naval a fim de obter facilidades e benefícios para a entidade, como o desconto das mensalidades em folha de pagamento, mas enfrentava oposição interna de um grupo mais combativo e politizado, composto basicamente por homens que serviam embarcados. Em abril de 1963 foram convocadas eleições antecipadas, devido às divergências internas à associação entre os dois grupos supramencionados. Com a vitória do grupo mais combativo a AMFNB seguiu o rumo traçado por sua nova diretoria, que apontava para a radicalização e a aproximação de grupos civis ligados a luta social. O presidente desta segunda diretoria era o marinheiro de 1.<sup>a</sup> classe José Anselmo dos Santos<sup>45</sup>, que indicava a tendência do combate na arena política para alcançar as mudanças desejadas, postura esta favorecida pelo cenário de efervescência política vigente no país durante o período em tela.

Com a ascensão do grupo mais combativo à direção da AMFNB o distanciamento entre o Conselho do Almirantado<sup>46</sup> e o movimento dos marinheiros tendeu a aumentar, pois aquele exigia que a associação alterasse seu estatuto, dele silenciando tudo que não dizia respeito a problemas de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva. Para que assim pudesse ser reconhecida pela alta administração naval e deste modo pudesse recolher as mensalidades de seus associados diretamente na folha de pagamento. Da mesma maneira como a Associação dos Taifeiros da Armada<sup>47</sup> (ATA) procedia junto ao seu quadro de associados. A diretoria da AMFNB por sua vez, rejeitava este discurso e cobrava em assembleias e manifestações em atos políticos a reformulação do Regulamento Disciplinar para a Marinha, melhores salários e condições de serviço, o reconhecimento de sua associação pela força naval, a estabilidade na carreira, direito ao voto e ao casamento, além de poder usar trajes civis nos horários de folga. Nas palavras do ex-integrante da AMFNB, Paulo Fernando<sup>48</sup>, as respostas da alta administração que os marinheiros esperavam para as suas demandas, encontravam na associação uma possibilidade de alcançá-las ou ao menos de obter apoio diante das dificuldades enfrentadas na Marinha. Como é possível observar no trecho da entrevista concedida pelo ex-militar:

[...] *Então a associação pra quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma... [frase incompleta] Só que as reivindicações, nós não podia andar civil<sup>49</sup> na rua, era umas das reivindicações era andar civil. Por que depois da meia noite, mesmo fardado, mesmo*

<sup>45</sup> Conhecido como «cabo» Anselmo, este militar teve papel preponderante no processo de radicalização do movimento dos marinheiros, pois, foi sob sua liderança que a AMFNB rompeu definitivamente com a alta administração naval em março de 1964, por ocasião da assembleia comemorativa do segundo aniversário de fundação da associação, apoiando publicamente em discursos inflamados o projeto reformista de João Goulart, bem como movimentos sindicais e estudantis que figuravam à esquerda na arena política.

<sup>46</sup> Órgão consultivo da administração naval, então composto por todos os oficiais gerais efetivos do Corpo da Armada, conforme o Regulamento do Conselho do Almirantado.

<sup>47</sup> Associação de praças dos quadros de taifeiros da Marinha (especialidades como: cozinheiro e arrumador), fundada em 2 de julho de 1959 e reconhecida desde então pela administração naval.

<sup>48</sup> Paulo Fernando Santos da Costa, natural do Rio Grande do Sul, ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) e foi membro da AMFNB até abril de 1964, quando esta teve suas atividades encerradas por ordem da alta administração naval. Neste mesmo ano Paulo Fernando foi expulso da Marinha e voltou a residir na cidade de Rio Grande-RS, onde, segundo ele, continuou a ser «observado» pelas forças repressoras.

<sup>49</sup> O entrevistado refere-se aqui aos trajes civis, ou seja, não estar trajando a farda da Marinha.

<sup>50</sup> Termo empregado na cidade do Rio de Janeiro para designar viatura policial dotada de compartimento para transporte de presos.

*fardado não podia estar depois da meia-noite na rua. Chega o camburão<sup>50</sup> e vinha com a escolta de fuzileiros e recolhia. Eu mesmo fui recolhido duas vezes pro presídio naval e depois no outro dia de manhã era liberado entendeu? Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia, servir, por exemplo em locais de origem. [...]*

Neste sentido, cabe ainda destacar o seguinte trecho da narrativa do «Entrevistado A»:

*[...] Essa associação foi fundada, então, o que é que eles faziam. Na época a Marinha não queria, não queria que fosse fundada a associação, só que no regulamento, não tinha regulamento dizendo que o marinheiro não podia ter uma associação, então eles se pegavam naquilo. E aí, aí fundaram. E o que que eles faziam? Descontar em folha não podia. O cara ir pagar era difícil o cara ir lá pagar... Então eles tinham, tinha uns caras lá que cobravam, tinha uns talão lá não sei como é que eles faziam, os cara cobravam, eu algumas vezes até cooperei. Algumas vezes porque eu andava sempre na pior, aí cooperei. Mas eu nunca fui, eu nunca entrei na associação. E o Anselmo, que era o presidente da associação, eu fui conhecer ele na época da revolução. [...] E aí, bom eu nunca cheguei a participar de reunião nenhuma na associação. [...]*

Nas palavras do «Entrevistado A», é possível observar a unidade e o sentimento de pertencimento daqueles militares em relação à AMFNB, pois, mesmo dispondo de poucos recursos devido aos baixos salários, muitos deles contribuía com doações financeiras e com o pagamento das mensalidades, mesmo diante da proibição de recolhimento diretamente em folha de pagamento. Diante do exposto, cabe problematizar este comprometimento dos marinheiros com a Associação, tendo em vista que a mesma não era reconhecida pela administração naval e, deste modo, estariam eles passíveis de punição ao contribuírem financeiramente ou se envolverem em suas atividades. Mesmo negando uma participação efetiva na AMFNB, «Entrevistado A», assim como muitos outros marinheiros e fuzileiros, contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da Associação, além de terem feito parte do seu processo de radicalização. Entendemos que a importância conferida por aqueles militares à AMFNB, se deve ao facto de esta associação representar um meio de aqueles homens se manifestarem enquanto grupo e, ainda, uma oportunidade de terem suas demandas atendidas pela administração naval. No que concerne às negações presentes no trecho de entrevista acima, quanto a ser membro da associação, conhecer o «cabo» Anselmo ou ainda quanto a ter participado de reunião na AMFNB, foram recorrentes durante toda a entrevista com «Entrevistado A». Esta recorrência em negar qualquer participação na mobilização dos marinheiros junto à associação, denota se tratar de tema ainda em aberto e em certa medida traumático para o ex-militar entrevistado. Tendo em vista sua trajetória na Marinha e, sobretudo, as consequências advindas de sua participação na assembleia comemorativa do segundo aniversário da associação, realizada em 25 de março de 1964, que abordaremos mais adiante. Estas negações e, sobretudo os «não ditos», ficam evidentes também no trecho a seguir, quando o entrevis-

tado é questionado sobre conhecer o «cabo» Anselmo e sobre sua participação na supra-mencionada assembleia. A ideia de Michael Pollak<sup>51</sup> de que o passado é incessantemente reinterpretado em função das batalhas do presente e do futuro, nos auxilia a analisar essas negações e os «não ditos» enquanto partes da representação de um passado fundamentada nas demandas do presente.

[...] *Conheci lá no dia da, da reunião lá, da reunião. Foi esse dia que conheci ele. Mas aí eu fui conhecer ele nessa reunião. Inclusive essa reunião que foi a primeira e a última que eu fui, eu até não ia ir a essa reunião. Porque eles não disseram que era uma reunião. Eles disseram que ia comemorar... ah é, foi em 63, que eles disseram que ia comemorar o primeiro aniversário da associação. É acho que foi em 31 de março de 63 que deve ter sido fundada. Aí um rapaz me convidou: «Ah vamo lá, vamo lá!» / «Não, não to afim de ir.» / «Não, vamo lá, porque vai ter comes e bebes, vai ter mulher, vai ter dança.» Bah, aí foi me entusiasmando aí acabei indo. Mas nem a essa reunião eu ia ir. E acabei indo, participei da reunião lá. Inclusive, saí de lá preso pro Exército, eu e muitos saíram preso de lá pro... parece que foi pro primeiro Exército, é ali perto em São Cristóvão<sup>52</sup>. Aí, aí saímos de lá preso pro primeiro Exército. [...] [Grifos meus]*

Mas, ainda sobre o gradual processo de mobilização dos marinheiros, considero que o não reconhecimento das reivindicações dos mesmos, por parte da alta administração naval, mais especificamente o Conselho do Almirantado. A negativa em abrir negociação em torno das reivindicações dos marinheiros e o «rótulo» de comunista, agitador, indisciplinado e subversivo, atribuídos ao movimento e a seus integrantes, contribuiu para uma acentuada radicalização dos mesmos. Distanciando-se do almirantado e travando uma «batalha» pública no cenário político nacional ao apoiar as propostas reformistas do presidente João Goulart e tratar publicamente de questões políticas<sup>53</sup> de amplitude nacional.

Os posicionamentos políticos das Forças Armadas, quando manifestados publicamente, eram realizados através de seus respectivos Clubes Militares, estes posicionamentos, sobretudo nos meses que antecederam o golpe em 1964, cada vez mais denotavam uma crise acentuada no seio da força naval, diante de manifestações públicas de caráter político dos marinheiros. Tal situação pode ser melhor evidenciada no artigo assinado pelo marinheiro Antônio Duarte dos Santos, intitulado «A responsabilidade do militar», publicado na edição do dia 12 de fevereiro de 1964 do jornal da AMFNB, no qual ele dizia:

[...] *em países como o nosso, subsiste uma acentuada e violenta discriminação, particularmente em nossas Forças Armadas. A própria natureza da sociedade neocolonialista proporciona este implacável método separativista. Tudo isso fundamentado na torpe mentira da fraternidade e equidade de direitos inexistentes. [...] Antes de mais nada queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do «militar disciplinado» e alheio aos problemas de*

<sup>51</sup> POLLAK, 1989: 9-10.

<sup>52</sup> Bairro próximo da região central da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> Conduta considerada como contravenção disciplinar de acordo com o item 70 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

*sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seu país e irmãos [...] o militar tem que estar atento a todos estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de repressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por este pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?*<sup>54</sup>

No trecho acima, considero importante ressaltar a demanda por igualdade de direitos dentro da categoria e a própria ampliação do movimento dos marinheiros, ao propor a modificação da figura do «militar disciplinado» e estranho aos «problemas de sua pátria». Estas colocações do marinheiro Antônio Duarte denotam uma gradual radicalização do movimento, bem como, a consciência do tipo de cidadania que lhes era apresentada e aquela a qual almejavam, com representatividade política e acesso a direitos como educação.

Neste sentido, mobilização política e a manifestação pública dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 descortinava a existência de um conflito social acentuado na Marinha, também desfazia a ideia de unidade dos militares junto à opinião pública. A divergência em termos de posicionamento político no interior da cúpula militar, por mais radical que fosse – como no episódio da sucessão de Jânio – não era vista como subversão ou quebra da hierarquia e da disciplina. Mas quando esta divergência partia dos praças, ainda que relacionada à questões sociais e às condições de trabalho, atentava aos princípios da disciplina e da hierarquia, evidenciados nos artigos 1.º e 4.º do Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM). Consideramos também este um aspeto relevante, uma vez que «a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores e outra para inferiores»<sup>55</sup> tendo em vista que os militares constituem uma única categoria e que, teoricamente, todos estariam sujeitos às mesmas normas e regulamentos disciplinares.

As punições disciplinares aplicadas aos militares eram contabilizadas em um documento chamado «caderneta de registros»<sup>56</sup>, cuja extinção era uma das reivindicações dos marinheiros. Pois, segundo eles, este documento, que é individual para cada militar, era um instrumento poderoso de dominação, já que os registros nele contabilizados ficavam a cargo dos oficiais, os quais muitas vezes, por interesses próprios, poderiam lançar punições por entenderem que o militar «estava com a barba grande» ou com o «sapato não condizente com a farda da Marinha», por exemplo. Ou seja, situações altamente subjetivas, que eram utilizadas de acordo com a simpatia de um oficial por um determinado militar ou de seus interesses pessoais. Esta subjetividade se evidenciava em diversas contravenções disciplinares elencadas no artigo 7.º do RDM, tais como: «responder de maneira desatenciosa ao superior», «portar-se sem compostura em lugar público», «ser

<sup>54</sup> *A Tribuna do Mar*, 12 fev. 1964. Cf. RODRIGUES, 2004: 93.

<sup>55</sup> SODRÉ, 2010: 470.

<sup>56</sup> Documento administrativo comum a todos os militares da Marinha (oficiais e praças) onde se realizava o acompanhamento da carreira do militar, registrando todas as ocorrências relativas ao mesmo, não somente as punições.

descuidado no asseio do corpo e da roupa», «estar fora do uniforme ou tê-lo em desalinhado» e «simular doença». De acordo com a contravenção o militar poderia ser punido por seu superior com penas que variavam desde a repreensão, passando pelo impedimento de ausentar-se do quartel ou navio, até a expulsão do serviço à Marinha<sup>57</sup>.

Considerando o fato de que para os militares das graduações inferiores à de terceiro-sargento pudessem continuar servindo à Marinha, estes não poderiam contabilizar, em suas cadernetas-registro, mais de trinta pontos perdidos com punições<sup>58</sup>. Deste modo, estes militares estavam constantemente expostos aos excessos de muitos superiores, que os coagiam ou aplicavam punições como «impedimento a bordo» ou «pagar uma faina<sup>59</sup> após o expediente», sem que estas fossem contabilizadas em suas cadernetas-registros.

O abismo social presente no seio da força naval brasileira estava no cerne da questão. Associado a isto, temos ainda a inflexibilidade do Conselho do Almirantado em dialogar com os marinheiros, no intuito de buscar respostas para as demandas apresentadas por aqueles militares, estabelecendo um canal de comunicação a fim de contribuir para o fim da crise que se apresentava.

Neste cenário, no dia 24 de março de 1964 o ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB, pela participação em debates sobre as reformas de base durante uma reunião no Sindicato dos Bancários. Já no dia seguinte, determinou a prisão de mais 40 marinheiros. Este facto não impediu a realização da assembleia do dia 25 de março em comemoração aos dois anos da Associação, porém mudou seu carácter. O que seria um ato festivo transformou-se em uma assembleia permanente diante das notícias de ordens de prisão, da divulgação de que «os militares que vão cumprir a terceira pena disciplinar serão licenciados<sup>60</sup> após a conclusão do castigo, conforme preceitua o Regulamento Disciplinar<sup>61</sup>. Diante dos acontecimentos e da possibilidade de punições em massa caso os marinheiros retornassem aos seus navios ou quartéis, estes iniciaram uma vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e declararam-se em assembleia permanente até que suas reivindicações fossem aceitas, começava uma «queda de braço» entre o ministério da Marinha e a Associação. Acerca desta assembleia destaco o seguinte trecho da narrativa de «Entrevistado A»:

*[...] Não tinha comes e bebes não tinha nada. A reunião, quando chegamos lá, aí a turma começou a falar, não me lembro a ordem, e como é que foi. Mas eu sei, esse Anselmo era muito bom de... era bom de papo, ele era um cara novo mas bom de papo. Aí ele começou a falar que a associação ia reivindicar e, e falar o que realmente era, dizia: «É porque nós aqui somos uns...» Como é que ele dizia? Que a sociedade não nos aceitava, entendeu? Porque nós levava uma vida, ali no Rio. Pode ver, até nos filmes, esses filmes brasileiro, sempre aparecia marinheiro, nos piores lugar aparecia marinheiro. Porque o cara não tinha dinheiro pra ir num ambiente social!*

<sup>57</sup> Somente aplicada para os praças das graduações de sargento até marinheiros e soldados, conforme o Art.º 13 do RDM.

<sup>58</sup> Conforme os Art.º 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

<sup>59</sup> Expressão marinheira que significa «determinar algum serviço».

<sup>60</sup> Excluídos do serviço na Marinha, conforme os Art. 28 do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

<sup>61</sup> Biblioteca Nacional – *Diário de Notícias*, 25 mar. 1964: 3.



*Então ele disse que ia reivindicar, que a associação ia reivindicar aumento e que ia reivindicar também pro marinheiro poder casar e mais uma série de reivindicação que eles iam fazer. Aquilo tudo ia ser uma boa pra nós, e aí agente foi se entusiasmando e ficando. Aí daqui a pouco, e isso aí sim foi um erro nosso. Começou a falar os políticos, entrou político. Acho que, não sei se foi o Anselmo que convidou como é que foi. Que não tava previsto, quer dizer, não tava previsto por nós, mas talvez o Anselmo tivesse previsto isso. E a turma levava uma fé tremenda nele sabe. Aí começou a político falar daqui, político falar dali. Aí virou numa política total, e a turma já tava tudo ali dentro.*

*Aí o clima começou a ficar tenso. E depois a turma tudo muito nova, eu mesmo naquela época tinha 22 anos. Era novo, nunca nem tinha nunca visto falar em política. E nem conhecia político nem coisa nenhuma [...] E aí começaram a falar, mas também eu não, sabe eu não me liguei muito no que eles tava falando, até porque eu não entendia nada de política, entende. [...]*

Estando presente à supramencionada assembleia, em sua narrativa o ex-marinheiro nos apresenta uma situação com acentuado grau de espontaneidade, onde sua participação, bem como a de outros marinheiros, estava relacionada com as reivindicações apresentadas pela AMFNB em nome dos seus representados, sem vínculo algum com as questões políticas. O modo como o «Entrevistado A» apresenta em sua narrativa a liderança de Anselmo durante a assembleia e as falas «não previstas» pelos integrantes da associação para aquele instante também denotam sua participação naquele evento. Mas ao analisarmos os desdobramentos que se seguiram ao dia 25 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, é possível perceber que mesmo após os pronunciamentos de políticos, como relata «Entrevistado A», e do próprio «cabo» Anselmo, os marinheiros continuaram presentes na assembleia, apoiando a postura de radicalização da AMFNB em relação à alta administração naval e, conseqüentemente, marcando sua aproximação do governo Goulart. Os trechos do discurso proferido pelo «cabo» José Anselmo dos Santos, então presidente da AMFNB, durante a assembleia no dia 26 de março de 1964, evidenciam a postura de radicalização assumida pela Associação naquele instante:

*[...] Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base<sup>62</sup>, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis [...]*

*[...] Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido<sup>63</sup>, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguíram a chibata da Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do*

<sup>62</sup> Conjunto de reformas propostas pelo presidente Goulart, entre as quais destacamos as reformas agrária e tributária, o controle dos aluguéis e o voto para analfabetos e praças das Forças Armadas.

<sup>63</sup> Marinheiro que liderou um movimento conhecido como «A Revolta da Chibata» no ano de 1910, quando marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira se organizaram e assumiram o controle de algumas belonaves, entre as quais o Encouraçado Minas Gerais, que era um dos mais modernos e poderosos vasos de guerra à época. Nesta revolta os marinheiros, liderados por João Cândido, reivindicavam principalmente o fim dos castigos corporais a que eram submetidos na força naval, com destaque para as chibatadas, mas também reivindicavam melhores condições de trabalho a bordo dos navios e quartéis, melhorias salariais e na carreira. Os marinheiros revoltosos ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro, capital da jovem República do Brasil, chegando a realizar disparos de canhão contra a mesma. Por sua liderança e destaque na Revolta da Chibata, João Cândido ficou conhecido pelo apelido de Almirante Negro.

*nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: «todos são iguais perante a lei». Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB [...]*

*[...] Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde nossos filhos possam aprender com orgulho a história de uma Pátria nova que começamos a construir [...]*<sup>64</sup>

A coesão de marinheiros e fuzileiros navais em torno das suas reivindicações junto à alta administração naval pode ser melhor observadas no relato do «Entrevistado A» acerca do modo como se encerrou a assembleia da AMFNB em março de 1964:

*[...] Aí foi ficando tenso, não, aí ficou tenso, aí os almirante mandaram um batalhão de fuzileiros naval pra nos tirar de lá. Eles, os políticos não sei quem, contrataram a reportagem, a reportagem já tava toda em cima, toda em cima. Aí mandaram um batalhão de fuzileiro naval nos tirar de lá. Aí a turma trancou o portão lá, «ninguém vai sair, ninguém vai sair» e a turma já tava também embalada, entendeu. Aí ficou, aí os fuzileiros chegaram lá, o Anselmo fez um falatório lá, o cara era bom de papo mesmo, fez um falatório lá. Sabe o que que aconteceu? Os fuzileiro naval largaram as armas no chão e aderiram à revolução<sup>65</sup> [Grifo meu], entraram pra dentro do sindicato também. [...] Muita gente entrou, muitos entraram. E aí, aí mandaram o Exército. Mas nesse meio tempo veio o general Assis Brasil, que parece que era assessor do presidente. Veio e falou com o Anselmo. Aí o Anselmo chegou e disse que era pra nós se entregar, por que ele já tinha resolvido tudo e que era pra nós se entregar. Aí começou a encostar viatura do Exército lá e a turma ia embarcando, embarcando e nos mandaram preso lá pro Exército<sup>66</sup>. [...]*

A questão da «quebra da hierarquia e da disciplina» fora amplamente explorada pelos golpistas em detrimento das reivindicações dos integrantes da AMFNB, que, conforme exposto nos trechos do discurso do «cabo» Anselmo, anteriormente transcrito, não mais se limitavam às questões afetas à carreira, condições de trabalho e direitos dos marinheiros.

A partir da efetivação do golpe civil-militar, ainda nos primeiros dias do mês de abril de 1964, fora desencadeada a chamada «operação limpeza», na qual foram «caçados» todos aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Enquanto no meio civil

<sup>64</sup> Arquivo pessoal do ex-fuzileiro Paulo Novaes Coutinho. Cf. RODRIGUES, 2004: 109-110.

<sup>65</sup> Aqui o entrevistado faz referência à mobilização dos marinheiros dentro do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro.

<sup>66</sup> Os marinheiros presos no sindicato dos metalúrgicos, após o término da assembleia da AMFNB, foram recolhidos ao Batalhão de Guardas, quartel do Exército Brasileiro situado no bairro de São Cristóvão, próximo à região central da cidade do Rio de Janeiro.

a operação limpeza foi conduzida de maneira implacável, na Marinha não fora diferente, ainda no dia 3 de abril o então empossado ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, determinava a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB do dia 25 de março. No dia 8 de abril comunicou a expulsão da diretoria da associação da Marinha. E, dois dias depois, o ministro expulsou 26 fuzileiros, que depuseram as suas armas por ocasião do cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro no dia 26 de março. Visto que, naquela ocasião, não haviam cumprido a ordem de debelar a assembleia permanente da AMFNB que lá se instaurara. As ordens de prisão de membros da diretoria foram encaminhadas às delegacias, incumbindo o DOPS<sup>67</sup> e o CENIMAR<sup>68</sup> de encontrá-los e aprisioná-los. A 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que no dia 23 de novembro fora julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação dos marinheiros.

O modo como se deu a repressão aqueles militares que de alguma maneira se envolveram com a AMFNB, bem como, o caráter pedagógico das punições para o restante dos marinheiros, fica evidente quando analisamos a narrativa do «Entrevistado A» acerca do modo como fora expulso da Marinha e a perseguição a que foi submetido anos depois, já em sua cidade natal, Pelotas no estado do Rio Grande do Sul (RS):

[...] *Aí voltei pro navio. Aí, não me lembro quanto tempo depois, sei que foi pouco tempo depois. Só sei que eles nos chamaram no Ministério da Marinha, que na época era no Rio ali na beira do cais. Nos chamaram aí nós fizemos nosso depoimento<sup>69</sup>, aí passou mais uma semana e depois nos mandaram pro quartel. Aliás mandaram a turma pro quartel. E eu eles não tinham me mandado pro quartel. Eu tinha pedido, tinha um desembarque para São Pedro da Aldeia<sup>70</sup> e eu pedi para desembarcar pra lá. Só que eu tinha que passar pelo quartel pra ir prá lá. Aí cheguei no quartel, a turma tava tudo lá e começaram a dizer, que a turma chamava o pessoal do rabo, o pessoal do rabo era o pessoal que tava pra ir pra rua por causa da política. Aí começaram a dizer: «Ó lá na turma do rabo quando faz a chamada, chama o teu nome também, vê o que você vai fazer». Aí eu disse, sabe de uma coisa, vou falar com eles. Fui falar com o oficial lá. Aí o meu nome tava lá, e eu não fui mais pra onde eu ia. E fui pra turma do rabo, e aí fui pra rua. Aí me mandaram embora, aí eu voltei pra Pelotas. Meu irmão também mandaram embora, que ele tava na assembleia também.*

*Aí depois, não sei quantos anos depois, eu estava trabalhando no Fonseca Júnior<sup>71</sup>, na oficina. Aí quando eu vi chegou a caminhonete da civil me prendendo, que eu tinha sido condenado a 5 anos e 3 meses, me condenaram a revelia. Assim como condenaram outros a revelia também. Quer dizer, fizeram a coisa tudo, acho que foi tudo errado. Primeiro lugar, eles pri-*

<sup>67</sup> Delegacia de Ordem Política e Social.

<sup>68</sup> Centro de Informações da Marinha.

<sup>69</sup> Referente ao Inquérito Policial Militar instaurado para apurar os fatos ocorridos no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro entre os dias 25 e 27 de março de 1964.

<sup>70</sup> Cidade litorânea do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>71</sup> Empresa de transporte rodoviário urbano da cidade de Pelotas-RS.

*meiro tinham que nos condenar para depois nos mandar embora. Eles fizeram o seguinte, nos mandaram embora e depois nos condenaram. Quer dizer, então quando eles nos mandaram embora nós já tava condenado. [...]*

Mesmo após a expulsão da Marinha, sem ser submetido a qualquer procedimento administrativo para julgar sua culpabilidade, o que ia de encontro às normas vigentes na força naval, «Entrevistado A» ainda foi preso na cidade de Pelotas sob a acusação de subversão. A situação vivenciada pelo «Entrevistado A», como desdobramento da mobilização dos marinheiros, nos indica o alcance e a forma como foi realizada a operação limpeza nos quadros da Marinha, especialmente no que concerne aos praças nas graduações iniciais que de algum modo se envolveram com a AMFNB e com suas reivindicações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de radicalização da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil acompanhou o grau de inflexão do Conselho do Almirantado em dialogar com os marinheiros a fim de reconhecer as suas demandas de ordem social. Acompanhou também o processo de acentuada politização de seus membros, o contexto político interno e externo, e, sobretudo, as perseguições implementadas pela alta administração naval ao movimento dos marinheiros, que levaram o mesmo a radicalizar-se junto às esquerdas em defesa do governo Goulart. Desse modo, é possível observar que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros a partir de 1962 não foram conduzidos pela vontade dos governantes ou dos comandantes navais, nem pelas ações e posicionamentos das lideranças da AMFNB, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico. Destacamos, ainda, as contradições da abordagem historiográfica tradicional sobre os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira e suas mobilizações, onde são trabalhadas apenas questões afetas à participação daqueles militares no cenário político nacional e os desdobramentos deste envolvimento, em detrimento de questões sociais ligadas a direitos e condições de vida, além de aspectos relativos à carreira e condições de trabalho. Ainda no que concerne à abordagem historiográfica tradicional sobre estes militares, consideramos que existe um silenciamento historiográfico acerca desse segmento social, especialmente durante os períodos em que os mesmos não figuram na cena política no Brasil. Este silenciamento tem contribuído para que as especificidades deste segmento militar ainda figurem no âmbito do imaginário popular.

Por fim, consideramos que as demandas sociais de um grupo submetido a séculos de preconceito, violência e cerceamento de direitos, os levaram a compreender as suas origens e o cenário do qual eram parte. Cientes de sua força, os marinheiros buscaram junto aos altos escalões do governo brasileiro as mudanças necessárias para que pudessem transformar aquela realidade a qual estavam submetidos. Por esta razão foram taxados de subversivos e indisciplinados, foram perseguidos e presos, alguns mortos, e seu movimento, bem como, suas demandas e capacidade de reflexão e mobilização política, foram submetidos a um relativo «esquecimento» histórico.

O presente artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão dos integrantes do movimento dos marinheiros de 1964 enquanto sujeitos do processo histórico, buscando ainda, através da memória reavivada de um de seus representantes, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Anderson da Silva (2010) – *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF. Dissertação de mestrado.
- BERSTEIN, Serge (1998) – *A cultura Política*. In RIOX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François, org. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa.
- CANDAU, Joel (2014) – *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- CHAUÍ, Marilena (1995) – *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (2006) – *História Oral – Memória, tempo identidades*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GINZBURG, Carlo (1991) – *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALBWACHS, Maurice (2003) – *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- JANOTTI, Maria de Lourdes (2011) – *O livro fontes históricas como fonte*. In PINSKY, Carla Bassanezi, org. – *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- LABORIE, Pierre (2009) – *Memória e opinião*. In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz, org. – *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- LUCA, Tania Regina de (2011) – *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In PINSKY, Carla Bassanezi, org. – *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- POLLAK, Michel (1989) – *Memória, Esquecimento, Silêncio*. «Estudos Históricos», vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro, p. 4.
- (1992) – *Memória e identidade social*. «Estudos Históricos», vol. 5, n.º 10. Rio de Janeiro, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro (1997) – *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. «Projeto História», vol. 15. São Paulo.
- (2006) – *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes, org. – *Usos e abusos da história oral*. 8.ª edição. Rio de Janeiro: FGV.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (2008) – *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad.
- REIS, Daniel Aarão (2004) – *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá, org. – *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC.
- RÉMOND, René (2003) – *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV.
- RODRIGUES, Flávio Luís (2004) – *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez.
- ROLLEMBERG, Denise (2009) – *Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes*. In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz, org. – *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- SODRÉ, Nelson Werneck (2010) – *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- THOMPSON, Edward P. (2001) – *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio, orgs. Campinas: Editora de Uncamp.
- WOODWARD, Kathryn (2014) – *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu, org. – *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

## ENTREVISTAS

«Entrevistado A» (ex-marinheiro) – Entrevista realizada pelo autor, em 21 de novembro de 2013, nas dependências do Núcleo de História Regional, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, no bairro Centro, cidade de Pelotas-RS.

Paulo Fernando da Costa (ex-marinheiro) – Entrevista realizada pelo autor, em 2 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

## LIVROS DE MEMÓRIA

CAPITANI, Avelino Biden (1997) – *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

DUARTE, Antônio (2005) – *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta.

## FONTES PERIÓDICAS

*Diário de Notícias*, 25 mar. 1964.

*O Globo*, 28 mar. 1964.

*A Tribuna do Mar*, 12 fevereiro de 1964 (AMFNB).

## WEBGRAFIA

Associação dos Taifeiros da Armada. Disponível em <<http://www.taifeirosdaarmada.org.br/estatuto.pdf>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto n.º 28.880, de 20 de Novembro de 1950. Aprova o regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 44.061, de 23 de Julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 38.010, de 13 de Dezembro de 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 95.480, de 13 de Outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 22.070, de 10 de Novembro de 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>. [Consulta realizada em 28/07/2014].





# IDENTIDADE DE CLASSE: UM OLHAR SOBRE OS ESTIVADORES DO PORTO DO RIO GRANDE/RS

THIAGO CEDREZ DA SILVA\*  
EDGAR ÁVILA GANDRA\*\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender a noção identitária que permeia a figura do trabalhador da estiva do Porto do Rio Grande/RS no seu universo de trabalho. Partindo do referencial teórico de identidade de classe e da reflexão de fontes documentais e orais, bem como da bibliografia existente sobre a temática, analisará-se o perfil do estivador rio-grandino, de 1931 a 1960.

**Palavras-chave:** Identidade; Classe; Estivador; Porto.

**Abstract:** This article aims to understand the identity notion that permeates the character of the docker of the Port of Rio Grande / RS in its work universe. Starting from the theoretical framework of class identity, the reflection of documental and oral sources, as well as the existing literature on this subject, the profile of the docker of Rio Grande, between 1931 and 1960, will be analyzed.

**Keywords:** Identity; Class; Docker; Port.

## INTRODUÇÃO

A arte de estivar, ou melhor, carregar e organizar cargas nos porões de navios e embarcações é decerto antiga. Desde o surgimento das primeiras embarcações, temos a presença de pessoas que se incumbiam dessa função. No Brasil, no entanto, os serviços da estiva de embarcações só foram efetivamente regulamentados em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, no decreto-lei n.º 5452, de 1.º de maio do referido ano<sup>1</sup>. Anterior a este momento, o obreiro podia exercer tanto a função de capatazia, ou seja, trabalhar carregando mercadorias dos armazéns portuários ao cais, quanto da estiva a bordo do navio, arrumando as cargas no porão.

Em geral, uma das categorias que predomina nas operações portuárias, desde sua regulamentação, corresponde à de estivador, trabalhadores de capatazia, conferentes e consertadores de carga e descarga e arrumadores. Sendo estes últimos a força complementar dos trabalhadores de capatazia. Mas, basicamente, o serviço de estiva, segundo o já referido decreto-lei, compreende o:

---

\* Graduado História (UFPeI) e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas/UFPeI. Bolsista FAPERGS. E-mail: thicedrez@hotmail.com.

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI). Bolsista de Estágio Sênior no Exterior – CAPES. Pós-Doutorando na Universidade do Porto-PT. Investigador do CITCEM. E-mail: edgar\_gandra@hotmail.com.

<sup>1</sup> Cf. Art. 257 da CLT, que estabelece o seguinte: «a mão de obra na estiva das embarcações [...] só poderá ser executado por operários estivadores ou por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferência sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitânias dos portos ou Agências».

[...] *trabalho braçal de manipulação das mercadorias, para sua movimentação ou descarga ou carregamento, ou para sua arrumação, para o transporte aquático, ou manejo de guindastes de bordo, e a cautelosa direção das operações que estes realizam, bem como a abertura e fechamento de escotilhas da embarcação principal e embarcações auxiliares e a cobertura de embarcações auxiliares*<sup>2</sup>.

Estes obreiros que compõem o contexto portuário estão imersos em uma logística de trabalho interligada e dependente uma da outra. Entretanto, a cada categoria compete uma atividade laboriosa específica que acaba os diferenciando, tanto no *fazer-se*<sup>3</sup> da profissão quanto nas formas de remuneração. Neste trabalho, buscaremos analisar a simbologia de trabalho que perpassa o estivador do porto. Mais especificamente, sobre os estivadores riograndinos, já que, historicamente, a «zona portuária» é vista como um ambiente «de espaços e sujeitos pouco admirados pela sociedade: traficantes, jogadores, biscateiros, prostitutas, além dos próprios portuários, historicamente vistos como brutos»<sup>4</sup>. Compreender e captar esse cenário em que o trabalhador do porto está inserido requer um olhar minucioso e uma ampla leitura, sobretudo no que se refere ao «modo de vida» e à práxis de trabalho desses sujeitos que habitam esse universo.

Conforme mencionamos acima, o porto possui um espaço de trabalho preenchido por diferentes categorias trabalhadoras que, embora dividam o mesmo ambiente de labor, se diferenciam entre si e possuem identidades próprias advindas das atividades que exercem. Por isso é importante entendermos a cultura operária portuária, sobretudo suas especificidades, aproximações e diferenciações presentes no cotidiano de trabalho.

Portanto, partindo desse olhar sobre os trabalhadores da estiva, faremos uma breve discussão sobre o conceito de identidade de classe, relacionando, posteriormente, ao nosso objeto de estudo, os estivadores do Porto do Rio Grande. O recorte cronológico justifica-se pelo fato desse período (1931-1960) constituir-se em um momento de luta por direitos e de emergência de uma regulamentação específica para a categoria de trabalhadores em apreço.

## IDENTIDADE DE CLASSE

Antes de estudarmos o conceito de identidade, entendemos ser necessário esclarecer nosso entendimento acerca do conceito de classe, já que a identidade se faz presente no processo de construção da classe trabalhadora. Para tanto, compartilharemos da definição que E. P. Thompson faz sobre a classe, sendo que:

---

<sup>2</sup> Decreto-lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943, Art. 255. CLT. In REIS, 1973: 125.

<sup>3</sup> A expressão é utilizada no sentido que é dado por E. P. Thompson (THOMPSON, 1987: 9). Nas palavras do autor, «[...] fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu como o Sol numa hora determinada». Toda vez que nos referirmos a «fazer-se» em nossa pesquisa, estaremos nos apropriando do conceito deste autor.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, 2007: 2.

*A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais<sup>5</sup>.*

Para Thompson, a classe constitui-se em uma «relação»<sup>6</sup> e não em uma «coisa»<sup>7</sup>. Sua formação ocorre tanto no aspecto cultural como no econômico, sendo que essa relação entre os sujeitos históricos que, mesmo estando imersos nas relações de produção com sua cultura e expectativas ancoradas em um tempo passado, na interação com seus pares e com o meio social, criam novas formas culturais. Sendo que estes podem surgir a partir de inúmeros fatores, dentre os quais: as tradições políticas, os costumes de trabalho, a formação religiosa, a divulgação de ideias através de textos de diferentes pensadores, a legislação ou o combate a ela. Para Thompson, «a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final esta é a única definição»<sup>8</sup>.

Desses pressupostos sobre classe trabalhadora, podemos fazer um esforço prévio de depuração conceitual do conceito de identidade. Esta pode emergir como sendo uma representação dos elementos adquiridos pela experiência histórica vivida. E neste caso, a memória surge como uma faculdade humana sempre presente ao longo da evolução humana, e que por isso viria antes da identidade<sup>9</sup>. Além disso, como afirma Candau, «a memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde sua emergência até sua inevitável dissolução». E que, por conseguinte, não existiria uma «busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente»<sup>10</sup>. Para chegarmos a essa compreensão, a análise da memória desses trabalhadores se encontra como uma fonte importante para entendermos os aspectos que somam à identidade do estivador riograndino.

Nesse sentido, poderemos compreender alguns aspectos identitários que compõem a percepção do «ser estivador» a partir da escolha e identificação pessoal como profissional, bem como poderia emergir de uma identificação memorialística coletiva, fruto de

<sup>5</sup> THOMPSON, 2011: 10.

<sup>6</sup> Beatriz Loner, ao discutir o conceito de classe, na perspectiva de Thompson, entende que a noção relacional da existência de classe perpassaria: uma relação com outras classes, no qual nenhuma classe surge sozinha, mas sim a partir de determinadas relações de produção; em uma relação com outros dentro da mesma classe, no qual esta seria um conjunto de pessoas, podendo reunir grupos diferenciados, profissões variadas, unidos por experiências e um modo de vida em comum; e, por fim, seria também uma relação histórica, pois uma classe se forma a partir de suas próprias vivências, modo de vida e trabalho (LONER, 2001: 29).

<sup>7</sup> Crítica que Thompson faz a textos marxistas contemporâneos que consideram a classe como sendo estática e preestabelecida.

<sup>8</sup> THOMPSON, 2001: 12.

<sup>9</sup> «Para David Lowenthal, identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais». (SILVA & SILVA, 2009: 204).

<sup>10</sup> CANDAU, 2012: 19.

sistemas simbólicos de representação de uma classe trabalhadora. Sobre esta questão, Kathryn Woodward chama a atenção para o fato de relacionar a identidade com a diferença, pois ambos se complementam, e assim, nesta perspectiva, a identidade seria marcada pela diferença. Para a autora, «a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas pelos quais são representadas»<sup>11</sup>. A partir desse entendimento, podemos compreender também que a identificação de sentir-se e ser um estivador se construiria através da sua linguagem simbólica, dos afazeres profissionais ligados à arte da estiva, de suas diferenças (hábitos, roupas, remuneração, saberes técnicos) perante os demais indivíduos obreiros do cais. Esses elementos significativos estariam enraizados nas relações sociais de poder e sociabilidade dessa categoria com outras dentro do porto.

A historiadora Isabel Bilhão contribui para nossa reflexão quando afirma que «as identidades coletivas não existem de forma isolada umas das outras». Para entendermos a identidade que perpassa o «ser estivador», poderemos pensar também «a partir da relação, convivência ou conflito com outras identidades que interagem em sua construção, contribuindo para uma constante e recíproca transformação e reelaboração»<sup>12</sup>. Ao afirmar que a identidade não ocorre de forma isolada e sim na sua relação com o outro e com o social, converge para as definições de Stuart Hall, no que tange a uma concepção de «identidade sociológica» atrelada a esse sujeito. No seu entendimento, Hall afirma que a identidade, nessa concepção sociológica:

*[...] preenche o espaço entre o «interior» e o «exterior» – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a «nós próprios» nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os «parte de nós», contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica «sutura») o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis»<sup>13</sup>.*

Neste caso, podemos afirmar que os elementos que compõem a identidade do estivador poderão ser encontrados dentro de uma rede de relações dos meios em que é produzida (o porto) e, ainda assim, podemos pensar que «as identidades são construídas dentro e não fora do discurso e que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas»<sup>14</sup>.

Beatriz Loner, corroborando com os demais pensadores, destaca que o meio em que os trabalhadores estão inseridos está intimamente ligado à identidade que floresce dos mesmos. E que, em muitos casos, no processo de *fazer-se* da classe operária, pode ocorrer o fracionamento de identidades individuais em prol da constituição de identidades cole-

<sup>11</sup> WOODWARD, 2014: 8.

<sup>12</sup> BILHÃO, 2008: 21.

<sup>13</sup> HALL, 2006: 12.

<sup>14</sup> HALL, 2006: 109.

tivas ou de sua própria classe, que neste caso, dar-se-ia em momentos de tensão, como em greves e paralizações, por exemplo. Além disso, considera que a identidade advém de um processo «lento e complexo», composto por uma «estrutura de escolhas e determinações», mantendo uma relação «móvel e fragmentária com a própria classe»<sup>15</sup>.

Portanto, o conceito de identidade de classe permitirá evidenciar o conjunto de práticas e saberes, comportamentos, valores e formas organizacionais desenvolvidas pelos estivadores riograndinos, já que estes partilham de uma essência comum (cultural, econômica e social) diante dos diferentes indivíduos e suas funções que compõem o cenário portuário.

Metodologicamente, utilizamos a história oral temática de entrevistas com perguntas de final aberto<sup>16</sup>, pelo aspecto de esse tipo de abordagem permitir uma maior dinâmica de exposição no processo de rememoração dos depoentes. Destaca-se que a escolha dos entrevistados deveu-se a disponibilidade de acesso- visto que devido ao recorte muitos já faleceram – e sua militância sindical – todos os depoentes se envolveram com militância política e sindical. Sendo representativos entre doqueiros e estivadores e, portanto, ricos filões de pesquisa para o que nos propomos nesse artigo. Apesar de acompanhar a discussão teórica referente à memória enquanto campo de pesquisa, não é o cerne desse trabalho e a utilizamos aqui como fonte privilegiada de pesquisa.

## O PORTO E O TRABALHADOR EM PESQUISAS ACADÊMICAS

A figura do obreiro em portos do Brasil foi trabalhada por diversos pesquisadores que buscaram elucidar e (re)construir a história dessas diferentes categorias portuárias. Dentre esses trabalhos, temos pesquisas sobre o Porto de Santos, de Maria Lúcia Caíra Githay, Ingrid Sarti, Fernando Teixeira Silva. Sobre o Porto do Rio de Janeiro, temos as de Maria Cecília Velasco e Cruz, M. Albuquerque e Luiz Gustavo Nascimento de Almeida. Já sobre os trabalhadores do Porto de Vitória/ES, temos a pesquisa de Marlene Monteiro André. Foram feitos também dois trabalhos, de Darcy Fléxa Di Paolo, sobre os trabalhadores do porto do Pará. E por fim, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, sobre os obreiros portuários de Manaus<sup>17</sup>.

No caso dos Portos dos Sulinos, existem também trabalhos acadêmicos que tratam sobre o porto, sendo um desses o do historiador Edgar Ávila Gandra. Através de duas pesquisas feitas em dois momentos distintos, numa investigação minuciosa, Gandra analisou o «fazer-se» dos trabalhadores portuários de capatazia durante os anos de 1959 a 1969 no Rio Grande do Sul. Em ambos os casos, seu foco foi a trajetória dos membros e líderes dos sindicatos desta categoria nos portos do Rio Grande e de Porto Alegre<sup>18</sup>. Em sua pesquisa sobre os trabalhadores portuários do Rio Grande, Gandra atentou-se ao processo de edificação do sindicato. E dentro desse ponto, o autor analisou a formação da catego-

<sup>15</sup> LONER, 2001: 41.

<sup>16</sup> MEIHY, 1980.

<sup>17</sup> A referência completa destes autores encontra-se na bibliografia deste artigo.

<sup>18</sup> GANDRA, 1999; GANDRA, 2009.

ria portuária a partir do seu cotidiano de trabalho, de sociabilidade e pela maneira de como lidavam com as adversidades históricas que se encontravam em seus caminhos. Além disso, buscou evidenciar os reflexos da ditadura civil-militar na vida desses trabalhadores e em seu sindicato.

Em sua pesquisa sobre os trabalhadores portuários de Porto Alegre, o autor permeou os mesmos aspectos da análise feita dos trabalhadores riograndinos<sup>19</sup>. Por outro lado, seu diferencial neste momento se desenvolveu através do estudo da cultura de luta por direitos que os portuários porto-alegrenses construíram ao longo do período abordado pelo autor, os anos de 1960 a 1970.

Outro autor que estudou a temática portuária em Rio Grande foi o historiador Carlos Alberto de Oliveira. Sua obra trata dos trabalhadores da estiva do Rio Grande entre os anos de 1945 a 1993<sup>20</sup>. Utilizando-se de suportes referenciais da História Oral e da História do Tempo Presente, Oliveira buscou entender a constituição da identidade do estivador através das relações de tradição de trabalho e cotidiano. Através de uma análise ampla, o autor conseguiu traçar os principais aspectos históricos que compõe a trajetória da categoria, sendo uma pesquisa significativa para a história da estiva riograndina.

Diego Luis Vivian, ao discutir a indústria portuária sul-rio-grandense, tratou da formação da categoria dos vigias de embarcações nos portos do Rio Grande e de Porto Alegre, nos anos de 1956 a 1964<sup>21</sup>. Além de estudar a trajetória dessa categoria, o autor trouxe dados importantes sobre a movimentação comercial portuária riograndina, contribuindo para entendermos a importância dos obreiros do porto para economia do sul do país.

Destacamos, ainda, a Dissertação de Mestrado «A importância do Porto de Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890 a 1930)», de Hugo Alberto Pereira Neves, que também abordou os aspectos econômicos do porto em questão e, também, o volume de mercadorias movimentadas através do cais riograndino<sup>22</sup>.

O trabalho do Sociólogo Ticiano Duarte Pedroso, sobre as narrativas do cotidiano no subúrbio operário em Rio Grande, no bairro Cidade Nova, na década de 1950, também aborda a questão portuária. Seu estudo contribuiu para entendermos algumas questões sobre as moradias dos obreiros e do cotidiano dos trabalhadores fabris e portuários da região<sup>23</sup>.

Por fim, temos a tese de Marcus Vinicius Spolle, intitulada «A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida»<sup>24</sup>. Em sua pesquisa, o autor busca evidenciar as peculiaridades da mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul, tendo como estudo de caso os trabalhadores portuários negros vinculados ao Sindicato dos Arrumadores do Município de Pelotas. Através de uma análise

---

<sup>19</sup> GANDRA, 2009.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, 2000.

<sup>21</sup> VIVIAN, 2008.

<sup>22</sup> NEVES, 1980.

<sup>23</sup> PEDROSO, 2012.

<sup>24</sup> SPOLLE, 2010.

em um recorte temporal longo, Spolle tornou-se percussor em seu estudo sobre a referida categoria e suas relações sociais no município.

Percebe-se o crescente interesse pela temática portuária, sobretudo no que tange ao trabalho no porto. Pesquisas de historiadores, sociólogos, de profissionais da área da saúde e serviço social vêm contribuindo para refletirmos sobre os aspectos que compõem a dinâmica portuária no Brasil.

## ESTIVADORES RIO-GRANDINOS EM TELA

Feitas nossas considerações sobre o aporte teórico e pesquisas recentes, pertinentes ao trabalho portuário, direcionaremos agora nossa atenção para o trabalhador da estiva. Durante meados do século XIX e início do século XX, o processo de carregamento e arrumação de cargas, tanto no cais portuário quanto no porão do navio, era prestado por trabalhadores vinculados a empresas de navegação e exportação marítima, os chamados armadores<sup>25</sup>. Estes, até 1940, não possuíam, juridicamente, a separação e delimitação em forma de categorias específicas de trabalho no porto (estivadores, portuários de capatazia, arrumadores, conferentes e assim por diante). Somente após a Consolidação das Leis de Trabalho, sobretudo com o decreto lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943, que as funções de trabalho no porto foram delimitadas e definidas.

Logo, no final do século XIX, em Rio Grande/RS, surgiram as organizações de estivadores, que eram primeiramente associadas à Sociedade União Operária<sup>26</sup> (SUO) do Rio Grande. Esta organização de perfil corporativo tinha como objetivo criar condições de amparo e sobrevivência para seus associados, que vivenciavam um cotidiano de trabalho precário marcado por longas jornadas, pouca segurança e vigilância constante por parte da guarda portuária.

Na medida em que os trabalhadores da estiva foram se organizando, por questões como controle de trabalho, de caráter sazonal<sup>27</sup> de contratação de mão de obra, somados às péssimas condições laboriosas, a entidade começou a ganhar força. Nessa época (1900-1930), os operários de «carga e descarga» dos navios mercantes eram escolhidos por

<sup>25</sup> GITHAY, 1992: 4.

<sup>26</sup> Fundada em 24/12/1893, e fechada pela ditadura em 1964. Segundo Beatriz Loner (LONER, 1999), em inícios de 1936, começou-se a organizar a União Sindical, tendo a participação de Carlos Santos, Deputado Classista e do inspetor do MTIC, Jacuy Magalhães (Evolução 2/2/1936). Criada em 20 de fevereiro com os sindicatos: dos carpinteiros, Estiva, Conferentes, Práticos, Maquinistas e Motoristas, Padeiro, Porto e Barra, Fiação e Tecelagem, Charuteiros, Magarefes, Gráficos, Comércio e SUO. (Evolução 80/3/1936). Ela congregava mais sindicatos do Porto que outras centrais, mas não conseguiu manter um funcionamento regular, existindo apenas intermitentemente. Um dos motivos mais evidentes dessa fraqueza organizativa foi o aumento do nível de repressão, depois da revolta da ANL. Em janeiro de 1937, fez-se nova tentativa de reorganização da União Sindical, pelos 18 sindicatos mais organizados (Evolução 10/1/1937), iniciando-se um trabalho um pouco menos intermitente, mas truncado pela decretação do Estado Novo.

<sup>27</sup> Para os tomadores de serviço, não seria interessante contratar trabalhadores permanentes, pois nem sempre seria necessário um número expressivo de mão de obra, principalmente nos períodos entressafra (COLARES, 2000: 28). Além disso, o caráter sazonal do trabalho não é uma especificidade das atividades desenvolvidas no porto do Rio Grande. Maria Lúcia Caíra Githay afirma que se trata de um fenômeno mundial. Segundo ela: «Este sistema apareceu historicamente como a resposta dada pelos empregadores às constantes flutuações da carga e descarga de mercadorias nos portos. O traço básico do sistema é uma extrema flexibilidade na contratação dos trabalhadores» (GITHAY, 1992: 105).



capatazes ligados às agências de navegação, ou firmas estivadoras. Além disso, com a conjuntura do trabalho ocasional deste período, vinculado à movimentação de mercadorias, que se processa também de forma sazonal, os obreiros da estiva se viam fragilizados.

Contudo essa situação se modifica, na medida em que a própria categoria se organiza e ganha força. Assim, diante de tais questões e anseios, organizou-se, no dia 7 de outubro de 1931, o Sindicato dos Operários da Estiva, para a luta pelos seus direitos e pela distribuição equitativa de serviço. Esta entidade tinha o papel de organizar o sistema de captação de mão de obra, fazendo a intermediação entre trabalhador e empregador. Esta organização sindical surge devido ao poder de força que esses trabalhadores tiveram ao longo de sua trajetória, se organizando sindicalmente, e assim estabelecendo estratégias para defesa dos interesses da categoria.

Destarte, a história da classe estivadora é marcada por lutas e reivindicações por direitos<sup>28</sup>, seja no próprio porto através de greves ou diminuições do ritmo de trabalho ou no âmbito jurídico, reivindicando ganhos outrora conquistados. Segundo Carlos Alberto de Oliveira, a trajetória da estiva riograndina teria dois momentos distintos:

*[...] os da «velha guarda», acostumados a resolver os conflitos de trabalho desembainhando sua «marinheira», vindos em grande número da campanha gaúcha. E a turma que ingressou judicialmente, a partir da década de 1960, num momento em que os regulamentos e estatutos buscavam disciplinar e pacificar o ambiente de trabalho<sup>29</sup>.*

No entanto, mesmo com o surgimento do sindicato em 1931, organizando a mão de obra da estiva, o excedente de mão de obra continuou existindo. Neste contexto da «velha guarda», surgem dois perfis de estivador: os «bagrinhos» e «tubarões». De 1931 a 1960, por exemplo, temos o ingresso de 563<sup>30</sup> estivadores vinculados ao sindicato como sócios profissionais. Estes trabalhavam por escalas em rodízios diários e/ou semanais, que dependendo do número de navios e movimentação no porto, havia a necessidade de um número maior de pessoas para compor as equipes de trabalho, os chamados «ternos». Com isso, no momento da chamada, durante a «roda da estiva», faziam-se presentes aqueles que eram sócios profissionais do sindicato e aqueles que, por hora, pretendiam conseguir uma oportunidade de trabalhar. Feita a chamada para iniciar a jornada de trabalho nos porões dos navios, faltando sócios para o trabalho, o fiscal geral aceitava o ingresso de outros trabalhadores na escala<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Engajado na contribuição para uma superação do determinismo da alocação de classes pelas relações de produção, Adam Przeworski reflete sobre a noção de classe colocando o embate de classes no centro de sua análise. Para o autor: «O modo correto de compreender a formação das classes é percebendo-as formadas no decorrer das lutas-estruturadas pelas condições objetivas (econômicas, políticas, ideológicas) as quais moldam prática de movimentos que procuram organizar os operários em classe» (PRZEWORSKI, 1989: 89).

<sup>29</sup> OLIVEIRA, 2000: 232.

<sup>30</sup> Dados coletados através da pesquisa feita no Sindicato dos Estivadores de Rio Grande, nas fichas de cadastro dos trabalhadores sócios.

<sup>31</sup> É importante salientar que, tanto para ingressar como sócio do sindicato quanto para labutar no porão dos navios, era necessário que o trabalhador tivesse sua matrícula na capitania dos portos conforme consta no Artigo 257 da CLT, que estabelece o seguinte: «a mão de obra na estiva das embarcações [...] só poderá ser executada por operários estivadores ou

Cabe destacar que antes de ingressar como sócio profissional do sindicato, o estivador primeiro precisa ingressar como trabalhador avulso (bagrinho), possuindo a sua matrícula na capitania dos portos. Passado algum tempo de experiência na estivagem de mercadorias, havendo a necessidade e oportunidade, o trabalhador poderia ser chamado para se associar, passando a sócio profissional. O que de fato lhe garantiria uma série de benefícios, como por exemplo: auxílio em doença e participação equitativa na escala de trabalho.

Deste modo, a denominação «bagrinhos» se referia àqueles que estavam na reserva, na espera por oportunidade de trabalhar nos ternos. Já os «tubarões» eram aqueles que possuíam o vínculo como sócio do sindicato e usufruíam o direito de participarem do rodízio de trabalho e, conseqüentemente, de ter uma melhor remuneração em relação aos bagrinhos, já que o estivador recebe por produção, em cima de taxas nas mercadorias carregadas e organizadas. No entanto, desse sistema de trabalho, gerava, em alguns casos, desavenças entre os estivadores sindicalizados e os não sindicalizados. Percebe-se que isso não se tratava de um fenômeno local da categoria riograndina, pois no Porto de Santos também era frequente esse tipo de situação no ambiente de trabalho, visto que:

*[...] privilégio concedido aos membros do sindicato estivador provoca uma discriminação ao elemento não sindicalizado e inclusive legítima a coexistência de dois setores de uma mesma categoria de classe operária, setores estes, hierarquizados exclusivamente em função de sua condição de sindicalizados ou não. Essa dicotomia constitutiva da regulamentação do trabalho estivador contribuiu para a manutenção do exército industrial de reserva no porto que, embora não sendo causado pela marginalização do trabalhador não sindicalizado, é por ela agravado. É no processo de recrutamento da mão de obra estivadora que se expressa diariamente à divisão hierarquizada do trabalho estivador em sua forma conflitante<sup>32</sup>.*

A autora ainda destaca que esse modelo de contratação de mão de obra que privilegia os sindicalizados nos serviços de melhores ganhos financeiros, e que no caso de desistência ou falta de pessoas para compor os ternos, concede aos trabalhadores avulsos a chance de trabalhar, legitima a dicotomia existente na relação entre os estivadores. Neste quadro de desqualificação e restrição, encontrara-se a raiz do termo «bagrinho», designando aquele que se alimenta dos restos dos «tubarões»<sup>33</sup>.

A questão da remuneração é importante, pois nos remete a outra análise. Este aspecto que difere socialmente, além da relação «bagrinhos» e «tubarões», diferencia também socialmente os estivadores dos trabalhadores portuários de capatazia, já que estes, neste período, recebem através do sistema de diárias, e os estivadores por produção.

No cotidiano de trabalho, os estivadores nas longas jornadas de labuta a bordo dos navios, devido ao fator recebimento por produção, aumentavam o ritmo de trabalho em

por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferência sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitânias dos portos».

<sup>32</sup> SARTI, 1981: 28-29.

<sup>33</sup> SARTI, 1981: 31.

cargas que proporcionassem ganhos vantajosos à categoria. Também em outros momentos, quando não havia recebimento financeiro por produção nas cargas, buscavam alongar o tempo de embarque para ganhar horas extras. Entretanto, isso gerava uma tensão com os trabalhadores portuários que estavam no cais carregando e descarregando as cargas, visto não terem os mesmos padrões de remuneração. Tal situação acarretava uma relativa oposição e desavença entre dois segmentos de trabalhadores em determinados momentos, como é possível perceber na fala do estivador Cristóbal Moraes<sup>34</sup>:

*[...] o trabalho da noite antes da meia noite, a estiva sempre foi por produção, então trabalhava, quatro mais quatro, mais duas [horas]. Nós ganhávamos [por] produção, se nós não tivesse produzindo bem né... pra nós sempre foi o objetivo nosso ganha produção, só que na época, por isso a diferença existia [entre estivadores e portuários], embora dentro do próprio segmento, os portuários ao chegar à meia noite ganhavam a diária do outro dia, do dia seguinte, então quando chegava onze e meia por aí as cargas que deveriam ser [...] de terra que faz parte dos portuários, empregados do Porto propriamente dito, eles começaram a diminuir a velocidade de carga pra justamente ultrapassar a meia noite, ou seja, o dia seguinte, pra ganhar a diária do dia seguinte! Com isso havia uma discordância conosco, porque nós passávamos a ganhar menos pela produção, diminuía a produção conseqüentemente, nós ganhávamos menos, então tinham essas divergências aí, são pequenas, mas justamente pela legislação diferenciada.*

No entendimento do trabalhador portuário José dos Santos Leal<sup>35</sup>, as divergências ocorriam essencialmente pela questão financeira, visto que os estivadores percebiam um rendimento superior ao das demais categorias. E isso gerava tensões e rivalidades entre as categorias. Segundo nosso depoente:

*O problema era entre o sindicato da estiva e o sindicato do porto, não as direções gerais [do sindicato da estiva e o portuário], o trabalhador. Lá porque um dependia do outro pra falar e desenvolver. E o que acontecia, quando tinha uma carga que era vantajosa pra os dois, aquilo [trabalho] ia rápido. E geralmente isso acontecia com o porto, a gente trabalhava num ritmo normal, quando dava produção que a gente ia ganhar mais, daí o cara trabalhava, e o outro não trabalhava normal. Ai, eles queriam que o portuário corresse ou vice-versa, isso é coisa de trabalhador, mas era uma coisa que não era pra existir entre o trabalhador, não era pra existir. [...] é aí que davam as divergências, e eram as divergências visando dinheiro, o diabo do dinheiro<sup>36</sup>.*

Desta rememoração, destacamos que ora nos relatam que as divergências ocorriam entre as entidades sindicais e não entre os trabalhadores no dia a dia. E em outros momentos, o contrário. Contudo, a questão financeira torna-se um fator preponderante nas divergências entre esses trabalhadores, pois os estivadores ganhavam por produção, e

<sup>34</sup> Cristóbal S. Moraes é membro do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral do Rio Grande, de Pelotas e São José do Norte. Trabalha nesta entidade desde a década de 1950 e atualmente exerce a função de secretário. Entrevista realizada pelo autor, em 14 de agosto de 2012.

<sup>35</sup> Trabalhador portuário aposentado. Foi presidente do sindicato dos trabalhadores portuários do Rio Grande em meados da década de 1960. Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de junho de 2013. Grifo do autor.

<sup>36</sup> Entrevista realizada por Edgar Gandra em 25 de fevereiro de 1997. Grifo do autor.

os portuários, por diárias. À vista disso, é possível perceber, na memória acima, que «ser estivador», nesta época, era poder usufruir de um *status* diante dos outros, o que gerava ressentimentos, tendo em vista que ambos exerciam funções complementares e seus ganhos eram diferentes.

Salientamos mais uma vez que estas relações não eram apenas um fenômeno do porto local, no porto de Santos também ocorriam divergências desta ordem, conforme lemos em Ingrid Sarti, em seu livro *O porto Vermelho*<sup>37</sup>. Além disso, ressaltamos que esse tipo de disputa era comum na rotina de trabalho do porto, além de rugas por diversas outras questões que envolviam o mundo do trabalho e aspectos privados, dentre os quais podemos destacar aspectos relacionados ao ambiente masculino, como: brigas de bar, disputas de futebol, prostitutas etc.

Além dos saberes técnicos da profissão entre as duas categorias, outro fator que pode ser elencado como diferenciador entre o trabalhador da estiva e do cais é a vestimenta. Era comum, entre os estivadores, o uso de calça *jeans* azul-escura e luvas de couro. Estas luvas, quando não se faziam necessárias, eram postas no bolso de trás das calças. E assim permaneciam, com este perfil de vestimenta, tanto no porto quanto em seus arredores, como, por exemplo, em boates e armazéns de vendas de mercadorias.

Sobre estes detalhes mencionados acima, o portuário de capatazia aposentado Ari Castro<sup>38</sup> nos relata sobre a relação da categoria com os estivadores neste período:

*Os estivadores naquele período de 58 [1958] eles estavam numa alta, numa boa, tinha um poder. Tinha muito cara estivador que era o capataz, estavam tudo por cima mesmo. Tinha um tal de Paulo Larram, ele falava direto com o Getúlio [Vargas], era famoso por isso, ele falava direto com o presidente Getúlio [Vargas]. Era diferente, eles na época ganhavam bem, tinha aquelas calças de brim coringa, aí eles usavam botina, os estivador, botina, calça de brim coringa e iam lá pro porto. Aquilo ali era moda e os portuários, o provisório da estiva que imitavam muito os estivadores botavam uma calça de brim coringa, nem era jeans que chamavam, era brim coringa mesmo e botina, que era a botina de estivador e botava as mãos no bolso e aquilo ali era moda para as boates, para esses negócios aí, isso aí aconteceu muito. [...] pegava às onze horas até a meia noite, e iam para as boates, beber, tinha muita boate ali perto do porto. Era isso aí, na época tinha liberdade, tinha rigorismo e liberdade. O próprio trabalhador fazia a liberdade.*

Sobre esse aspecto de exaltação dos estivadores da sua categoria, é esclarecedor a fala de José Leal<sup>39</sup>:

*[...] logo que fizemos o sindicato era curto o dinheiro, tinha uns, mais pela ignorância da própria pessoa, que a estiva ganhava mais que o porto. O cara que chegava onde tinha portuário, antigamente, se usava uma luva, era uma luva comprada, luva de trabalho, e esse cara não bebe água, só bebe cerveja.*

<sup>37</sup> SARTI, 1981.

<sup>38</sup> Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Edgar Gandra, no dia 28 de janeiro de 2014, na sede da Associação dos Trabalhadores Portuários Aposentados de Rio Grande/RS.

<sup>39</sup> Na entrevista referida em nota anterior.

É perceptível, nos relatos acima, o estereótipo de «estivador fanfarrão», que torra seus ganhos em boates e bebidas. No entanto, Oliveira evidencia em sua pesquisa que havia uma preocupação constante e acentuada com o sustento de suas famílias, em especial com aquisição do «arroz, feijão e açúcar»<sup>40</sup>. E neste aspecto, suas esposas tinham um papel fundamental no que tange à administração das finanças. Isto porque as flutuações do salário do trabalhador do porto tinha um óbvio impacto no orçamento da família<sup>41</sup>.

*As esposas, pelo seu envolvimento e conhecimento de aspectos característicos do ofício e do sistema de trabalho do estivador, demonstram um poder de compreensão muito grande. Elas assumiam, na medida em que aprendiam a lidar com o ganho irregular de seus maridos, na prática, a «chefia da casa», executando o papel de «Ministro das Finanças das famílias»<sup>42</sup>.*

No ambiente portuário, muitas vezes, a ajuda financeira entre os companheiros de ternos<sup>43</sup> era comum, já que a escala era por rodízio, e assim os mesmos trabalhadores se encontravam inúmeras vezes ao longo das jornadas de trabalho. Além de que o critério de forças pessoais consiste num antigo patrimônio dos operários, forjando a imagem da «família estivadora»<sup>44</sup>.

Outro fator de unificação da categoria e símbolo identitário está atrelado ao futebol. A categoria criou um time de futebol amador que representava os estivadores em campeonato internos do porto e fora, disputando com times locais e de outras cidades. Jogar e fazer parte do Estiva Futebol Clube representava uma válvula de escape das intensas jornadas de trabalho. Além disso, para muitos estivadores, era um meio de conseguir um espaço no rodízio de trabalho, justamente por possuírem habilidades diferenciadas em campo, que para o time, representava resultados positivos em partidas.

O futebol, como prática de sociabilidade, fortalecia os laços de companheirismo e solidariedade entre os estivadores, pois estabelecia um sentimento de orgulho na sua identidade cristalizada. Jogar no time era uma forma de ganhar notoriedade e reconhecimento dentro do meio. O desempenho no trabalho, no dia seguinte, recebia forte influência do resultado do jogo. Para Oliveira:

*[...] o comportamento dos jogadores, na verdade, reproduzia sua postura no ambiente de trabalho. Numa atividade onde se ganhava por produção, na composição dos ternos, se um integrante «miava», os demais eram prejudicados. Daí uns serem censores dos outros. Esta relação se transferia para o futebol»<sup>45</sup>.*

Percebe-se, na relação trabalho e lazer, que o futebol representava tanto um meio de distração e entretenimento quanto um meio de conquista de espaço no trabalho. Ser um

---

<sup>40</sup> OLIVEIRA, 2000.

<sup>41</sup> Conforme GITAHY, 1992: 121-122.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, 2000: 84.

<sup>43</sup> Equipes de trabalho para carregamento e arrumação de cargas nos porões dos navios.

<sup>44</sup> Conforme SILVA, 1995: 25.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, 2000: 173.

bom jogador, ou participar das festas e churrascos após as partidas, estabelecia um ambiente de integração, união e identidade.

## CONCLUSÃO

O «ser estivador», muito mais do que uma função profissional, é poder adquirir experiência de vida multifacetada. O ambiente de trabalho composto pela alteridade de indivíduos advindos de diferentes municípios e estados, com cultura e experiências individuais diversas, compõe uma realidade de rico de aprendizado, seja no processo de absorção dos saberes técnicos passados dos mais antigos aos mais novos, ou pela relação com outras categorias no dia a dia de trabalho. A imagem da categoria pode ser pensada através da arte de estivar, de organizar e arrumar as cargas nos porões, bem como da relação com as outras categorias, com suas diferentes atribuições profissionais. Homens robustos, castigados pelas incessantes jornadas de trabalho, com condições de segurança precárias e saúde prejudicada pelo esforço físico, esboçam a figura do trabalhador do porto.

O significado de ser estivador transcende o ambiente de trabalho e projeta-se como modo de vida. Impresso no relato do estivador Cristóbal Moraes, trabalhar na estiva «significa tudo, como profissional, digamos assim, empregado, pra mim, eu gosto demais, isso aqui faz parte da minha vida. Pra mim, serve como um todo, até porque eu já sou descendente praticamente, já está no DNA, meu pai era estivador». Outro relato importante que trata da questão do significado de pertencer à categoria estivadora é de seu irmão, Alcer Moraes<sup>46</sup>. Em suas palavras:

*[...] o sindicato era cachaça [vício]. Justamente por esta participação afetiva e de tantos anos na lida operária, então o campo de ação, da classe operária, principalmente desta atividade, que é a dos estivadores, é um campo extraordinário, e que a gente que lida com isso e vive com isso, torna-se até apaixonante.*

Por fim, conclui-se que o simbolismo que representa a figura do estivador está atrelado aos seus afazeres profissionais, com seu *status* social e financeiro, ou seja, na relação com o outro. O surgimento de uma identidade de classe estivadora ocorre tanto no conflito com outro, ou seja, com diferentes categorias profissionais portuárias, como também na união destes em prol de objetivos comuns. Neste caso, pode dar-se na luta por direitos, por exemplo. Além da questão da alteridade, a proximidade com o outro também pode ser um elemento unificador e transformador da identidade coletiva. Percebemos esse fenômeno ao observamos a cultura operária existente no cotidiano dos trabalhadores, sobretudo nas relações sociais de lazer presentes em dias de jogo representando o Estiva Futebol Clube ou nas confraternizações do sindicato.

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada por Carmen Helena Braz Mirco, em 8 de outubro de 1986. Grifo do autor.

A identidade individual e/ou coletiva do «ser estivador» nasce da experiência de vida desses trabalhadores com o meio de produção em que estão inseridos. Edifica-se, na luta do dia a dia, melhores condições de trabalho e remuneração. É no seu *fazer-se* enquanto classe que esta se transforma, unindo e criando pontos convergentes. Também na relação com o outro, com suas diferenças e aproximações, é que surge a imagem que o define e o representa diante do contexto sociocultural que está inserido.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE, Marli Brito Moreira de (1983) – *Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920) – um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de (2003) – *Estivadores do Rio de Janeiro. Um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS.
- ANDRÉ, Marlene Monteiro (1998) – *A consciência de periculosidade e as estratégias defensivas dos portuários avulsos no contexto portuário de Vitória/ES*. São Paulo: EDUFES.
- BILHÃO, Isabel Aparecida (2008) – *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL.
- CANDAUI, Joel (2012) – *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- COLARES, Leni Beatriz Correia (2000) – *Os conflitos de trabalho na construção do modelo de flexibilização gerida no porto do Rio Grande*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado.
- DI PAOLO, Darcy de Nazaré Fléxa (1981a) – *O trabalhador da Estiva – um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará*. Belém: CEPAS.
- (1981b) – *Os estivadores do Pará no movimento sindical brasileiro – um estudo sociológico*. Belém: CEJUP-CEPAS.
- GANDRA, Edgar Ávila (1999) – *O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969*. Cruz Alta: UNICRUZ.
- (2009) – *O porto dos Direitos – a trajetória do sindicato nos serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFPel.
- GITAHY, Maria Lucia Caíra (1992) – *Ventos do Mar – trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista.
- LONER, Beatriz Ana (1999) – *Centrais Operárias de Rio Grande*. In ALVES, Francisco das Neves. *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, p. 207-211.
- (2001) – *Construção da Classe – Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. UFPel.
- MEIHY, J. C. S. B. (1980) – *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola. 3.ª ed.
- NEVES, Hugo Alberto Pereira (1980) – *A importância do porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/UFPR. Dissertação de Mestrado.
- HALL, Stuart (2006) – *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução: Tomaz Tadeu Silva, Guacira Lopes Louro.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto de (2000) – *Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945- 1993)*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado.
- (2007) – *Imagens de Estivadores*. «Caetité/BA. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade». Caetité: MULTI-MEDIA.
- PEDROSO, Ticiano Duarte (2012) – *Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de Mestrado.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (1996) – *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. São Paulo: PUC/SP.



- PRZEWORKI, Adam (1989) – *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIS, Roberto Rangel (1973) – *Trabalho Marítimo – estivadores, conferentes, consertadores, arrumadores – comentários. Legislação específica, resoluções normativas do conselho superior do trabalho marítimo*. Rio de Janeiro: F. Aves.
- SARTI, Ingrid (1981) – *O porto Vermelho – os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVA, Fernando Teixeira da (1995) – *A carga e a culpa – Os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (2009) – *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto. 2.<sup>a</sup> ed., 2.<sup>a</sup> reimpressão.
- SPOLLE, Marcus Vinicius (2010) – *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, Edward P. (1987) – *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, A. L.; SILVA, S., org. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- (2001) – *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, A. L.; SILVA, S., org. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- (2011) – *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra.
- VIVIAN, Diego Luiz (2008) – *Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul.
- WOODWARD, Kathryn (2014) – *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu., org. – *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

## ENTREVISTAS

- Alcer Moraes (Estivador) – Entrevista realizada por Carmen Helena Braz Mirco, em 8 de outubro de 1986. NDH/ FURG.
- Ari Castro (Portuário) – Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Edgar Gandra, no dia 28 de janeiro de 2014, na sede da Associação dos Trabalhadores Portuários Aposentados de Rio Grande/RS.
- Cristóbal Moraes (Estivador) – Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva, em 14 de agosto de 2012, na sede do Sindicato dos Estivadores do Rio Grande/RS.
- José dos Santos Leal (Portuário) – Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Edgar Gandra, no dia 25 de junho de 2013, na sede da Associação dos Trabalhadores Portuários Aposentados de Rio Grande/RS.

## FONTES DOCUMENTAIS

- Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão Mineral de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte* – Fichas de cadastro dos trabalhadores.



# RELACÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOSOFIA OU A COMPLEXIDADE DA REFLEXÃO HISTÓRICO-FILOSOFICA EM *RAZÃO E HISTÓRIA* (1940), DE VITORINO MAGALHÃES GODINHO

NUNO MOREIRA\*

**Resumo:** *Uma reflexão sobre o outro revela-se estimulante. Este artigo divide-se em duas partes. Na primeira, estabelece-se um enquadramento teórico-conceitual genérico das relações entre a Filosofia e a História, sublinhando a importância de autores como Roger Chartier (que efectuou leituras parcialmente tributárias de Foucault e de Certeau).*

*Na segunda parte, analisa-se Razão e História (Introdução a um problema) de Magalhães Godinho. Esta dissertação de licenciatura (1940) tematiza o neopositivismo presente em trabalhos anteriores de Abel Salazar, Delfim Santos ou ensaios subsequentes, da autoria de Vasco Magalhães-Vilhena ou Egídio Namorado, parecendo configurar um racionalismo crítico.*

**Palavras-chave:** História; Filosofia; Razão e História; Magalhães Godinho.

**Abstract:** *A reflection about the other proves to be stimulating. This article is divided into two parts. At first, it establishes a generic theoretical and conceptual framework of the relations between philosophy and history, highlighting the importance of authors such as Roger Chartier (who has done readings of Foucault and Certeau).*

*In the second part this article analyzes Razão e História (Introdução a um problema) written by Magalhães Godinho. This degree thesis (1940) thematizes this neopositivism in previous works of Abel Salazar, Delfim Santos or subsequent essays, authored by Vasco Magalhães-Vilhena or Egídio Namorado, looking to set up a critical rationalism.*

**Keywords:** History; Philosophy; Razão e História; Magalhães Godinho.

## 1. HISTÓRIA E FILOSOFIA SOB O PRISMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Pode parecer inusitado ou, no mínimo, inesperado analisar o trabalho de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), eminente historiador português, numa perspectiva atenta a temas filosóficos. Todavia, em *Razão e História*, o autor cruza de modo muito claro Filosofia e História. No entanto, convirá esclarecer que este cultor de *Clio* se licenciou em Histórico-Filosóficas em 1940, situação que indicia a natureza da sua formação, vocacionada, desde cedo, para o diálogo entre duas áreas de saber distintas, mas complementares. Esta-

---

\* CITCEM.

belece-se, em seguida, um enquadramento teórico-conceptual genérico das relações entre a Filosofia e a História, pelo prisma da História da Historiografia, sublinhando a importância de intelectuais como Pascal Engel, Roger Chartier, e destacando uma polémica recente em torno do filósofo da História Chris Lorenz, de modo a problematizar lugares-comuns. Esta contextualização prepara o cerne desta investigação: a análise de *Razão e História (Introdução a um problema)*. O seu labor cruza a História da Ciência e da Filosofia com a Teoria do Conhecimento, a Lógica, a Matemática, a Física e a Psicologia.

Segundo a hipótese sugerida e esboçada por José Luís Brandão da Luz, no seu estudo intitulado *Introdução à Epistemologia...*, a obra de Magalhães Godinho em análise inscreve-se num contexto mais vasto, dado que tematiza o neopositivismo, a exemplo do que acontecera com estudos anteriores de Abel Salazar (publicados entre 1935 e 1940, dispersos por revistas e jornais), Delfim Santos (mormente em *Situação Valorativa do Positivismo*, de 1938) ou ensaios subsequentes, da autoria de Vasco Magalhães-Vilhena (que em 1941 deu à estampa *Unidade da Ciência. Introdução a um Problema*) ou Egídio Namorado (nomeadamente em *A Escola de Viena e alguns problemas de conhecimento*, de 1945)<sup>1</sup>. Importa comparar o trabalho de Magalhães Godinho com o dos outros estudiosos citados, sublinhando o cariz histórico-filosófico de *Razão e História*. Nesta obra, o autor recusa o *irracionalismo* e supera o *empirismo* e o *racionalismo clássicos*, sustentando que as fragilidades que lhes encontra derivam do facto de não explicarem, respectivamente, a experiência e a razão.

### 1.1. HISTÓRIA, FILOSOFIA OU A PERSISTÊNCIA DA INCOMUNICABILIDADE?

Em 1995 foi dada à estampa em França a obra colectiva *L'Histoire et le métier de l'historien*, sob a direcção de François Bédarida, num momento em que vigorava a questão da *crise da história*. O trabalho em consideração problematiza esta matéria em diversas ocasiões, convergindo para a necessidade de reafirmação da cientificidade do reduto próprio de *Clio*. Na secção intitulada *Méthodologie Historique*, Roger Chartier debruça-se sobre *philosophie et histoire: un dialogue*. Todavia, esse diálogo é muitas vezes sinuoso, decorrendo, não raro, sob o signo da incomunicabilidade.

No entender de Roger Chartier, historiadores como Lucien Febvre reagiram mal contra uma história intelectual desenraizada, exclusivamente sincrónica e fechada sobre si mesma. Exemplo desse modo de fazer a História da Filosofia, centrado apenas em *ideias puras* ou *abstracções*, é, alegadamente, o trabalho levado a cabo por Etienne Gilson, na sua *Philosophie du Moyen Age*, ou por Martial Geroult em diversas ocasiões, nomeadamente numa *Leçon Inaugurale* no Collège de France, a 4 de Dezembro de 1951. Richard Rorty, num artigo de 1984, intitulado *The historiography of philosophy: four genres*, descreve algumas formas protagonizadas pela História da Filosofia praticada por filósofos após 1945. Interessava o cânone das questões propriamente filosóficas, deixando o enraizamento e a contextualização espaço-temporal, económica, política, institucional e social

<sup>1</sup> LUZ, 1987: 183.

dessas temáticas para segundo plano. Roger Chartier elege um exemplo da História da Filosofia da Ciência que pode ser frutuoso, elogiando o trabalho de Alexandre Koyré, que não se limita a uma perspectiva *internalista* e/ou *externalista* da ciência. Os enunciados sem os contextos são estéreis, enquanto estes sem as articulações discursivas ou os aprofundamentos temático-conceituais resultam inúteis. Roger Chartier afirma que «le devenir historique est organisé comme une continuité idéale et nécessaire»<sup>2</sup>.

As estruturas devem ser dinâmicas, promovendo a irrupção singular e irredutível do evento, no seio de séries homogêneas e distintas construídas a partir de arquivos massivos (actos notariais, registos paroquiais, militares, arquivos portuários)<sup>3</sup>.

Roger Chartier segue o trilha proposto por Michel de Certeau, segundo o qual os cultores de *Clio* efectuam sempre um trabalho *à beira do abismo*, onde se cruzam e relacionam as condições institucionais de trabalho, os lugares nos quais se inscrevem e situam (estes são múltiplos e plurais, resultando conflituantes entre si), as práticas historiográficas, técnicas de pesquisa, mas também paradigmas, modelos e hipóteses a serem verificadas. Esta concepção de Certeau desnaturaliza as categorias de análise.

Na esteira de Foucault e de Certeau, Roger Chartier rejeita os perigos que associa a obras que recusam a cientificidade das práticas e dos discursos historiográficos. Cita, como exemplos dessa perspectiva que põe em causa, os estudos de Paul Veyne e de Hayden White, respectivamente *Comment on écrit l'histoire* e *Metahistory*<sup>4</sup>.

Pode haver filósofos que pensem que a História se reduz ao apuramento de factos positivos e historiadores que considerem que toda a Filosofia é *filosofia de matriz analítica*, desconhecendo dentro desta duas tradições: a anglo-saxónica e a continental<sup>5</sup>.

No mesmo ano em que foram publicadas as posições de Chartier em análise, em 1995, foi dado à estampa um balanço acerca da actualidade historiográfica e das suas relações com as outras ciências sociais e humanas, dirigido por Jean Boutier e Dominique Julia, intitulado *Passés Recomposés, champs et chantiers de l'histoire*, num momento em que se avaliava e problematizava uma suposta crise da História. A contribuição para esse volume que será destacada neste estudo intitula-se *La philosophie peut-elle échapper à l'histoire?* Foi escrita pelo filósofo Pascal Engel. Esta interrogação é significativa, lança retoricamente o debate. Percebe-se, desde logo, que o autor pode não defender a necessidade de articulação entre os dois saberes: «À mon sens, la philosophie peut s'accomplir sans qu'on fasse nécessairement histoire de la philosophie»<sup>6</sup>.

Engel opõe a *filosofia continental típica* à *filosofia analítica típica*, recusando ambas e propondo uma *filosofia analítica diversa*, situação que não o impede de, no debate iniciado em 1991, e continuado no ano seguinte, tomar partido pela leitura de Claude Panucci sobre Occam, contestando as acusações do historiador da Filosofia Medieval Alain de Libera ao filósofo analítico italiano. Ora, Engel rejeita o *relativismo* de Libera e

<sup>2</sup> CHARTIER, 1995: 154.

<sup>3</sup> CHARTIER, 1995: 154-160.

<sup>4</sup> CHARTIER, 1995: 164.

<sup>5</sup> CHARTIER, 1995: 166.

<sup>6</sup> ENGEL, 1995: 96.

apresenta um exemplo do senso comum; as visões, os argumentos e as metodologias acerca da Lua variam ao longo do tempo, é certo, mas esta foi, é e sempre será um astro. A referência é a mesma, ainda que sentidos e significações mudem<sup>7</sup>.

Bem diversa e distante da subscrição liminar dos pontos de vista da *filosofia analítica* de Engel é a abordagem do também filósofo e epistemólogo Chris Lorenz, que, na sua obra de 2009, *Bordercrossings: essays of philosophy of history and historiography*, demonstra, todavia, também, um interesse reduzido pela História da Filosofia, preferindo situar-se e inscrever-se nas áreas presentes neste título e no texto que lhe corresponde. Para o autor, os seus diferentes artigos então coligidos e possuem vários aspectos em comum<sup>8</sup>. Desde logo, a junção da epistemologia e da política na escrita da História, sem esquecer, igualmente, a necessidade da negação e da inversão de paradigmas na investigação (fornecendo, para tal, os exemplos da perspectiva de Marx face à de Hegel; de Braudel relativamente à *histoire événementielle*, ou da Micro-história em confronto com as *estruturas braudelianas*).

Para Chris Lorenz, a distância entre factos e valores deve ser amplamente matizada, advogando que Ankersmit inverte o *empirismo* e o *positivismo*, mantendo-os todavia, desde a sua tese de 1983, *Narrative Logics*, onde opõe os enunciados descritivos individuais e singulares às essências narrativas, posteriormente designadas *representações históricas*, como o *Feudalismo* ou o *Iluminismo*. Em resposta ao texto de Chris Lorenz, Hayden White não seguirá uma estratégia argumentativa assente na pressuposição do que os intelectuais querem dizer, centrando-se na análise dos textos, da respectiva superfície e do que neles se diz, nos planos retórico, linguístico e literário, evitando comentários, súmulas ou paráfrases, em nome de citações<sup>9</sup>.

O historiador Krzysztof Brzechczyn também entra na polémica suscitada pela obra de Lorenz publicada em 2009. Desde logo, discute a possibilidade das *Covering Laws de Hempel e da sua aplicação à história*, em seguida analisa a sua aceitação, ainda que crítica, pela escola de Poznam. Por outro lado, defende que o primado desta última pode ter atrasado a popularização do *narrativismo* na Polónia, que, devido também à falta de condições históricas até 1989, só ocorreu após esse ano emblemático<sup>10</sup>.

Por sua vez, Aviezer Tucker entra na polémica para analisar a perspectiva de Lorenz e propor uma Filosofia da Historiografia assente mais na escrita historiográfica do que na fase de pesquisa<sup>11</sup>.

Ewa Domanska considera que Chris Lorenz repercutiu os pontos de vista de Imre Lakatos na defesa comum da teoria de inversão como instrumento de análise dos programas científicos. Por outro lado, entende que, segundo o autor holandês, o *narrativismo* comparece como a inversão do *empirismo clássico*. Domanska critica esta visão e defende o *novo empirismo*, inspirado em Deleuze e baseado no reequacionamento das relações<sup>12</sup>.

<sup>7</sup> ENGEL, 1995: 107-109.

<sup>8</sup> LORENZ, 2014: 60-61.

<sup>9</sup> WHITE, 2014: 71-74.

<sup>10</sup> BRZECHCZYN, 2014: 75-87.

<sup>11</sup> TUCKER, 2014: 88-92.

<sup>12</sup> DOMANSKA, 2014: 93-94.

A derradeira interveniente desse debate em torno de Chris Lorenz, Monika Bobako<sup>13</sup>, discute e questiona um aspecto particular, a *Postcolonial theory and false dichotomies*, dado que, para a autora, a discussão epistemológica não deve plasmar-se conceptualmente numa lógica e numa chave dicotómicas, sejam de oposição ou de conciliação entre *positivismo* e *relativismo*. Bobako rejeita liminarmente esta ideia e considera que o respectivo prisma de análise deve deslocar-se para o âmbito da circunscrição histórica das relações de poder, situando-as. A terminar, Lorenz responde aos seus críticos, recusando, de novo, o *positivismo* e o *narrativismo* radicais<sup>14</sup>.

As revisões bibliográficas de trabalhos de Roger Chartier, Pascal Engel e o debate em torno do livro de Chris Lorenz *Bordercrossings: essays of philosophy of history and historiography* não pretenderam erigir estas obras como representativas de movimentos ou escolas, sinalizando, outrossim, através delas, algumas das posições possíveis na actualidade relativamente às relações entre a História e a Filosofia. Chartier analisa a História da Filosofia e a Filosofia da História, propondo uma perspectiva assente na tripla operação historiográfica de De Certeau: o lugar onde o historiador se situa; o trabalho de pesquisa, de teor metodológico e a escrita da História. Por outro lado, Lorenz, no âmbito da Filosofia da História, também promove, de modo diverso, a conciliação de questões epistemológicas com aspectos práticos, éticos e políticos, superando, no primeiro caso, a antinomia entre *positivismo* e *narrativismo*, em nome de um realismo interno. Impõe-se um recuo no tempo.

## 2. RAZÃO E HISTÓRIA (INTRODUÇÃO A UM PROBLEMA)

### 2.1. ENQUADRAMENTO

No final do ano lectivo de 1939-1940, Vitorino Magalhães Godinho licenciou-se em Histórico-Filosóficas com uma tese intitulada *Razão e História (Introdução a um problema)*. A Segunda Guerra Mundial tinha principiado naquele ano de 1939, trazendo um lastro de destruição e morte. Apesar de Portugal não ter entrado directamente neste conflito à escala mundial, era impossível a um estudante informado não tentar perceber a marcha da humanidade naquele momento.

Sobre o contexto epocal de *Razão e História*, José Manuel Guedes de Sousa faz referência explícita à Segunda Guerra Mundial e à forma como marcou os anos quarenta, notando igualmente que, antes da dissertação de licenciatura, Magalhães Godinho realizara pequenos artigos e algumas traduções:

*Os desenvolvimentos da II Guerra Mundial levaram a uma importante recomposição da oposição portuguesa [...]. Este decénio marcou ainda um período delimitado na vida de Magalhães Godinho. 1940 foi o último ano da sua licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, da qual resulta o primeiro trabalho de maior fôlego, Razão e História (introdução a um problema)*<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> BOBAKO, 2014: 95-97.

<sup>14</sup> LORENZ, 2014: 98-103.

<sup>15</sup> SOUSA, 2012: 11.



Antes de abordar mais detidamente a dissertação de licenciatura de Vitorino Magalhães Godinho, importa tentar sublinhar as suas inclinações para a Engenharia e a Matemática durante toda a formação prévia à Universidade<sup>16</sup>.

## 2.2. ANÁLISE DE *RAZÃO E HISTÓRIA*

Do ponto de vista da estrutura, a obra em análise apresenta uma introdução, não designada enquanto tal, que constitui, nos termos do investigador, uma *Breve Posição do Problema*, à qual se seguem três capítulos, respectivamente sobre *o mito dos dois mundos, a ciência e a lógica formal* e *o esquema da identificação e a lógica da razão*. Quanto à parte preambular, Magalhães Godinho escolhe um título relevante pelas possibilidades que perfila. Começa o seu labor intelectual pela descrição de um impasse. Subentende-se que até ao momento em que escreve, segundo a sua própria convicção:

*Pela evolução da ciência e da técnica no século XX o homem podia libertar-se dos velhos mitos que lhe velavam a compreensão do universo e resolver os problemas de organização social que lhe velavam a beleza da vida*<sup>17</sup>.

O historiador coloca instrumentalmente em funcionamento a recuperação dos temas da nova metafísica pela filosofia, cristalizando numa imagem forte, a de um ape-drejamento:

*Em Filosofia, como em política e em arte, o entusiasmo pelas conquistas da ciência, a confiança na razão e o equilíbrio do sentimento de humanidade profundíssimo foram apedrejados*<sup>18</sup>.

Magalhães Godinho exime-se a nomear os protagonistas das diversas orientações filosóficas contra as quais se coloca. Não distingue diversas formas de *irracionalismo*, que podem estibar-se no *niilismo nietzschiano*, no *vitalismo* de Bergson, no *idealismo* de Croce, nem procura as diversas cambiantes, características ou contradições no percurso destas personalidades, tomando a nova metafísica em bloco.

Ora, o historiador defende que a razão pode não ser apenas a razão universal herdada do *racionalismo histórico*, dado que esta mantinha a sua importância no momento em que o autor escreve, mas não era única nem exclusiva, importando, para perceber a importância da razão na História, não renunciar à História da razão.

*Todo o racional é real, todo o real é racional*. Magalhães Godinho termina esta *Breve posição do Problema* com uma frase de sentido semelhante, após ter deixado claro que convém examinar os fundamentos da lógica transcendente e da lógica formal: «O carácter histórico da razão e o carácter racional da história asseguram a unidade do género humano e [...] eliminam a inspiração irracionalista»<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> GODINHO, 1971: XVIII.

<sup>17</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 5.

<sup>18</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 5.

<sup>19</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 9.

No primeiro capítulo, Magalhães Godinho procura abordar diacronicamente a História da Geometria, da Matemática e da Física, de modo a comprovar que: «causa profunda do mal-entendido entre a razão e o devir reside nas circunstâncias históricas que por mais de uma vez provocaram as crises da física geométrica»<sup>20</sup>.

O intelectual reconhece que as civilizações orientais e helénica conheceram, à sua escala, um desenvolvimento prático apreciável, mas que nunca penetrou suficientemente nos pensadores, aspirantes à *protocientificidade*, dominando a visão platónica e aristotélica, convergentes na afirmação de que só era possível uma ciência do geral, impossibilitando a compreensão do mundo sensível. No entender do historiador em consideração, a Escolástica medieval também não logrou um conhecimento científico. Assimilou a herança clássica, mas não absorveu os indícios e as sugestões, esparsos embora, que esta desenvolvera, com vista a uma progressiva organização e afirmação, oscilando entre o realismo e o nominalismo, entre a dedução baseada na pura forma e a abstracção de generalidades a partir do trabalho empírico<sup>21</sup>.

No século XIV agitou-se e desagregou-se a sociedade senhorial, devido aos movimentos religiosos, aos motins da *arraia-miúda* e ao desenvolvimento da sociedade mercantil, prestes a lançar-se nos Descobrimentos, implicando-se mútua e reciprocamente a inteligência com a acção, corporizadas e simbolizadas na acção de Leonardo Da Vinci. Em resumo: «a antiguidade legara-nos constituído o mundo das cousas e das qualidades. A Idade Moderna empreenderá a constituição do mundo do movimento»<sup>22</sup>. A Física experimental dos séculos XVII e XVIII aliou Geometria analítica e Cálculo infinitesimal, cumprindo o programa esboçado por eleatas e atomistas e eliminando os escolhos com os quais estes se defrontaram na Antiguidade.

Vitorino Magalhães Godinho insiste sempre na contextualização histórica dos problemas filosóficos, sustentando que estes não são meras abstracções, necessitando de coordenadas espaço-temporais e de condições económicas, políticas e sociais para se desenvolverem, influenciando-as, por sua vez.

Assim, a consolidação científica nos séculos XVII e XVIII resultou das contradições epocais e condicionou-as, dado que a nobreza e o clero continuavam a deter as principais propriedades e os lugares nas Cortes europeias. Descartes e Galileu foram vítimas da intolerância religiosa mas, na obra do primeiro, onde persiste curiosamente a terminologia escolástica, como mais tarde em Newton, sente-se, no entender de Vitorino Magalhães Godinho, o cruzamento da Mecânica racional com uma Metafísica e a Teologia dogmática. Com Malebranche agudiza-se o *mito dos dois mundos*, não resistindo a sua análise aprofundada à irrupção das suas convicções religiosas. A *filosofia da imanência* de Spinoza e a *filosofia da transcendência* de Malebranche parecem constituir, de certo modo, leituras sobre Descartes. O racionalismo europeu em finais do século XVII sofre a influência da crise da metafísica e da ciência cartesianas.

<sup>20</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 9.

<sup>21</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 23.

<sup>22</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 29.

Magalhães Godinho defende uma perspectiva relacional, postergando a anterioridade ou superioridade do conhecimento inteligível e do sensível, sublinhando o papel decisivo e alegadamente *revolucionário* de Kant na consideração do problema da percepção e do juízo de relação no exercício da crítica:

*Kant deixa aperceber nitidamente que a crença no mundo inteligível nasce das dificuldades do ponto de vista prático. [...] A revolução Kantiana significa o golpe de morte no mito dos dois mundos*<sup>23</sup>.

O historiador advoga a importância da Lógica para o conhecimento científico, mas entende que a Lógica aristotélica deve ser analisada, mantendo relevância. Todavia, argumenta que a dita deve ser superada. Tal tarefa reveste-se de uma certa urgência nas primeiras décadas do século XX, dado que, no ponto de vista do futuro licenciado em Histórico-Filosóficas, Husserl retomara a intuição das essências platónico-aristotélicas. Contra esta perspectiva, o autor adverte: «Não podemos seguir as sinuosidades desta corrente doutrinária»<sup>24</sup>. Magalhães Godinho considera, pelo contrário, que a verdade se situa historicamente e resulta da relação entre razão e experiência, onde a coexistência oblitera quaisquer prevalências hierárquicas.

O historiador confere um lugar de tal modo central às operações na Matemática, no plano cognitivo e da experiência, que o leva a matizar uma sinonímia estrita e exclusiva com uma perspectiva axiomática, alargando horizontes e defendendo a necessidade de uma dinâmica construtiva:

*Um objecto não é definido independentemente das relações e operações. Para a psicologia empirista, decerto, um objecto é um feixe de imagens, um agregado de qualidades*<sup>25</sup>.

A construção do objecto pressupõe operações, mas também relações com o sujeito. Note-se a preocupação de Magalhães Godinho em colocar em causa um pensamento dualista, dicotómico, disjuntivo, propondo, em alternativa, a conjugação das diferenças, apostando numa Lógica e numa Epistemologia relacionais. Assim termina o segundo capítulo de *Razão e História*, na linha de Brunschvicg.

Num terceiro andamento, Magalhães Godinho analisa *o esquema da identificação e a História da razão*, defendendo a relação entre os dois elementos fundamentais deste enunciado.

Para o historiador, não só o irracional é parcialmente passível de racionalização, como também se deve evitar a sua radicalização por via do irracionalismo. Sublinhe-se a extrema relevância da problematização e da criação de redes, cruzamentos, emaranhados de ligações no pensamento de Magalhães Godinho.

<sup>23</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 39.

<sup>24</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 41.

<sup>25</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 73.

A meio de Oitocentos, a lei física que, até Newton e Helmholtz, era relação entre acções atractivas e repulsivas de elementos materiais numa linha recta, foi seriamente abalada pela descoberta das acções transversais em Electricidade, pela nova lei de Maxwell no electromagnetismo e pela acessibilidade do átomo à experimentação<sup>26</sup>.

Para além da continuidade e descontinuidade, Magalhães Godinho analisa as noções de espaço e de tempo, sobretudo o primeiro, sujeitando a perspectiva kantiana a uma crítica. No entender do historiador português, Kant opôs-se a Newton, que entendia as duas coordenadas exclusivamente enquanto realidades metafísicas, e a Leibniz, que via as noções referidas apenas como conceitos. Para o autor de *Razão e História*, «o espaço e o tempo não são cousas em si, não são absolutos, só existem pela conexão mútua e pelo sistema de relações de medida»<sup>27</sup>.

Nas conclusões de *Razão e História*, Vitorino Magalhães Godinho volta a apelar a uma ultrapassagem do empirismo e do racionalismo clássicos, em nome de uma conciliação entre razão e experiência, assente no devir histórico. Importa, neste momento, analisar outras propostas que parecem convergir para uma defesa anti-metafísica da ciência, anteriores e posteriores à obra analisada de Vitorino Magalhães Godinho, que, por seu turno, em 1943, escreveu *Esboços de Lógica*, de cariz pedagógico-didáctico, trabalho que não será alvo de atenção específica neste estudo.

### 2.3. RAZÃO E HISTÓRIA DE VITORINO MAGALHÃES GODINHO E OS OUTROS

No entender de José António Alves, a década de 40 do século XX correspondeu a um período de mudança, transformação e viragem na Filosofia em Portugal, arriscando mesmo a chamar-lhe *ressurgimento*: «a década de 1940, em Portugal, foi um tempo de viragem em termos científicos e filosóficos»<sup>28</sup>.

Quando Vitorino Magalhães Godinho apresentou a sua dissertação de licenciatura *Razão e História* em 1940, ainda a década se encontrava a dar os seus primeiros passos, pelo que o seu contributo é certamente, no plano cronológico, um dos primeiros a equacionar e a problematizar a referida viragem. Convém lembrar que, para a ciência em geral, no entender de Augusto Fitas, Marcial Rodrigues e Maria de Fátima Nunes, o Estado Novo ergueu vários obstáculos durante a sua vigência, situação que não o impediu de também expressar apoios, embora tenha manifestado também resistências fortes a agentes de mudança, como Magalhães Godinho, entre outros<sup>29</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho cita a *Introdução à Filosofia*, de Newton de Macedo, mas não faz o mesmo relativamente a duas conferências de Abel Salazar, que não deixam de ser importantes, sobre a *Posição actual da ciência, da filosofia e da religião*, realizadas a 3 de Fevereiro de 1933, na Faculdade de Medicina de Lisboa. Todavia, nota-se bem mais a presença em *Razão e História* de um quadro teórico e metodológico tributário de *Situa-*

<sup>26</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 97.

<sup>27</sup> GODINHO, 1971 [1940]: 115.

<sup>28</sup> ALVES, 2011.

<sup>29</sup> FITAS, *et al.*, 2003: 421

ção *Valorativa do Positivismo*, estudo escrito por Delfim Santos entre finais de 1936 e princípios de 1937, na sequência de investigações decorrentes de uma permanência de três anos em Viena<sup>30</sup>.

No entanto, Newton de Macedo limita-se a referenciar sem analisar a lógica, ao contrário do que faz, aprofundadamente, Magalhães Godinho. Por outro lado, Macedo, escrevendo nos *anos 20*, ainda se atém a categorias não desenvolvidas em *Razão e História*. Defende um prisma analítico baseado em categorias que Godinho reequacionará ou matizará, nuns casos, pondo-as de parte noutros. Macedo também defende o carácter histórico do exercício filosófico. Esses factores que Newton defende são o momento dialéctico, as individualidades e o meio<sup>31</sup>.

Quanto aos trabalhos de Abel Salazar, o primeiro parte da análise da actualidade e apenas recua até Galileu e Descartes, no que concerne ao pensamento científico, que apoia, em detrimento do metafísico<sup>32</sup>. Abel Salazar atenta em situações complexas ao longo da história, dado que em Descartes conflui um racionalismo que considera apenas dedutivo, e que convém ultrapassar, que denomina *absolutismo*, defendendo, em alternativa, o *abdicionismo*, que filia na dúvida metódica. Faz o mesmo exercício em relação a Kant, cujo apriorismo rejeita, pugnado pelo criticismo, filiando aquele na primeira tendência e este na segunda<sup>33</sup>.

Na época em que Abel Salazar escreve confundem-se ainda, em seu entender, a metafísica e a ciência. Compromete-se com a segunda, mas considera os perigos de um possível *absolutismo negativo* na rejeição da metafísica, que conduza à instauração de uma metafísica científica, por via da *totalização da experiência*<sup>34</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho também sustenta o enraizamento de um *racionalismo anti-metafísico* e *anti-dogmático*, mas parece afastar-se do *determinismo positivista* que, em nosso entender, é uma das perspectivas possíveis resultantes da leitura das conferências de Abel Salazar<sup>35</sup>.

No entender de Brandão da Luz, este trabalho, o de Magalhães Godinho e as obras *Filosofia e História*, de Magalhães-Vilhena, dada à estampa em 1941, e *A Escola de Viena e alguns problemas de conhecimento*, de Egídio Namorado, publicada em 1945, fazem parte de um conjunto que procede à crítica (cúmplice, relativa e parcial) do *neopositivismo* do *Círculo de Viena*, que o primeiro conheceu de perto, contactando com alguns dos seus vultos.

O *Círculo de Viena* dividiu-se, grosso modo, em duas correntes, a empirista, que considerava ser possível conhecer factos, e a analítica, muito centrada nos enunciados. Delfim Santos considera que os neopositivistas analisavam a verdade tendo em consideração dois caminhos distintos. No primeiro caso, o da correspondência com uma verdade exterior. No segundo, através da procura da coerência interna dos enunciados.

30 SANTOS, 1938: 5-23.

31 MACEDO, 1926: 275-994.

32 SALAZAR, 1989 [1933]: 11.

33 SALAZAR, 1989 [1933]: 11-18.

34 SALAZAR, 1989 [1933]: 28-30.

35 Sobre este autor, ver, entre outros trabalhos, a dissertação doutoral de Norberto Cunha (CUNHA, 1997).

No entanto, a atitude *anti-metafísica* partilhada pelas duas orientações, no entender do filósofo português, podia resvalar para o seu contrário, ou seja, a afirmação de uma metafísica peculiar. Ora, Delfim Santos manifesta reticências face a essa possibilidade e critica os *neopositivistas* pelo facto de, apesar das diferenças entre eles, tenderem para considerar a Lógica, simbólica ou clássica, ou o conhecimento empírico como absolutos, manifestando a insuficiência das duas perspectivas. O filósofo não rejeita liminarmente a Lógica clássica, mas apela à sua superação. Vitorino Magalhães Godinho cita a obra em questão de Delfim Santos na bibliografia de *Razão e História*. Nota-se que terá lido e absorvido estas posições expostas, concordando maioritariamente com elas, embora pareça mover-se mais circunstanciadamente no interior da análise de pendor lógico, postulando, igualmente, a insuficiência e fragilidade de um primado absoluto que lhe fosse conferido.

Três anos volvidos sobre a publicação de *Razão e História* de Vitorino Magalhães Godinho, Vasco Magalhães-Vilhena retomou o tópico das relações entre a História e a Filosofia, mas ateu-se menos a considerações sobre Lógica, dispensando largamente o aparato formal inerente, enveredando por uma linguagem menos especializada ou técnica. O seu estudo, intitulado, directamente e sem subterfúgios, *Filosofia e História*, começa por uma citação de David Hume, que, conforme o autor demonstra, se dedicou, em separado, aos dois âmbitos em consideração, sem nunca os cruzar através da História da Filosofia<sup>36</sup>. Nessa medida, a História da Filosofia não poderia ignorar esta base conceptual, aproximando-se dela e assimilando-a em alguns aspectos, relativos à necessidade de apuramento de factos ou à existência e utilização das regras metodológicas da crítica histórica. Magalhães-Vilhena, defensor do materialismo dialéctico, critica as interpretações mecanicistas e o fechamento no interior de um sistema a que se presta, alegadamente, Hegel, mas reconhece a necessidade de estabelecer a inteligibilidade e continuidade do processo histórico.

Por seu turno, Egídio Namorado publicou *A escola de Viena e alguns problemas de conhecimento em 1945*, cinco anos depois de *Razão e História*, de Vitorino Magalhães Godinho<sup>37</sup>. Egídio Namorado ensaia um exame da Escola de Viena, partindo da análise de um problema, que radica na indagação do cumprimento (ou não) do desiderato a que a referida Escola se propusera, avaliando as respectivas teses. Por outro lado, considera que a abordagem de um sistema pode pressupor três caminhos: a aceitação, a rejeição liminar, ou um compromisso entre ambas, parecendo, ao longo do texto, seguir essencialmente esta última via.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurámos analisar algumas das relações possíveis entre a História e a Filosofia, partindo de uma revisão bibliográfica assumidamente breve e lacunar, em torno de

<sup>36</sup> MAGALHÃES-VILHENA, 1943: p. 5.

<sup>37</sup> NAMORADO, 1945: 9, 13.

Roger Chartier, Pascal Engel e do debate sobre uma obra de Chris Lorenz, publicada em 2009.

Em relação ao primeiro, concordamos com a necessidade da tripla *operação historiográfica* que Certeau explicou em *L'écriture de l'histoire*, aplicável à História da Filosofia e à Filosofia da História, ao arrepio de uma visão *substancialista* desta última.

Por outro lado, consideramos útil a posição de Pascal Engel, situável no âmbito da Filosofia Analítica, defensora da possibilidade de a actividade filosófica dispensar teórica e metodologicamente a História da Filosofia. Todavia, *o realismo interno* de Lorenz, na linha de Hilary Putnam e Lakatos, parece, por vezes, demasiado *intangível*, faltando-lhe a historicidade de exemplos concretos.

Esse apelo à História e à historicidade, baseado no cruzamento da Filosofia com a História e num racionalismo não-metafísico nem dogmático, fora concretizado, no caso português, entre outros, por Vitorino Magalhães Godinho, na sua obra *Razão e História*, publicada em 1940, a cuja análise se procedeu neste estudo, comparando este trabalho com outros, anteriores e posteriores, todos *anti-metafísicos*, como o positivismo lógico da *Escola de Viena* pretendia ser, mas criticando, na maioria dos casos, o seu alegado anti-historicismo.

No que respeita à importância de Magalhães Godinho para a Lógica em Portugal, subscrevemos o papel relevante que lhe reconhece José Manuel Curado, que situa o historiador entre Vieira de Almeida, introdutor da Lógica simbólica em Portugal, que fora professor de Lógica de Godinho, e Edmundo Curvelo, dois vultos nestas matérias. Curado elogia a obra em análise, e considera o autor uma *promessa forte*, embora defenda que é excessivamente idealista no que concerne ao âmbito em discussão: «A teoria metodológica de Godinho enferma de um idealismo excessivo que faz da lógica formal»<sup>38</sup>. Neste estudo defende-se que a apetência de Godinho para a problematização e o carácter problemático do conhecimento possam ter tido influência de Vieira de Almeida.

Nesta investigação, em jeito de conclusão, concordamos com os pontos de vista de Augusto Fitas, Marcial Rodrigues e Maria de Fátima Nunes, a propósito de *Razão e História*<sup>39</sup>:

*Em Portugal, o trabalho de Vitorino Magalhães Godinho marca, de certo modo, o início nos meios filosófico-científicos do debate crítico em relação às teses defendidas pela Escola de Viena. O tom crítico acentuar-se-á com o tempo e vai colocar frente a frente duas opiniões: a defensora de uma Filosofia da Ciência a que só interessa o estudo das regras da lógica da elaboração do conhecimento científico; uma outra, partidária da filosofia da ciência, que estuda a ciência recorrendo também à história da elaboração das suas teorias.*

---

<sup>38</sup> CURADO, 2003: 339; 340; 341; 343.

<sup>39</sup> FITAS; RODRIGUES e NUNES 2003: 421.



## BIBLIOGRAFIA

- CHARTIER, Roger (1995) – *Philosophie et histoire: un dialogue*. In BÉDARIDA, François, coord. – *L'Histoire et le métier de l'historien en France, 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, p. 149-167.
- CUNHA; Norberto Ferreira da (1997) – *Génes e evolução do ideário de Abel Salazar*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CURADO, José Manuel (2003) – *Lógica em Portugal no século XX*. In CALAFATE, Pedro, coord. – *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo 2. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 327-419.
- ENGEL, Pascal (1995) – *La philosophie peut-t-elle échapper à l'histoire?* In BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, coord. – *Passés Recomposés. Champs et chantier de l'histoire*. Paris: Autrement, p. 96-111.
- FITAS; Augusto J. S.; RODRIGUES Marcial A. E.; NUNES, Maria de Fátima (2003) – *A Filosofia da Ciência no Portugal do século XX*. In CALAFATE, Pedro, coord. – *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo 2. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 421-582.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1943) – *Esboços sobre alguns problemas de Lógica*. Lisboa: Coimbra Editora.
- (1971) – *Ensaio IV. Humanismo Científico de reflexão filosófica*. Lisboa: Sá da Costa, p. XI-XXIV.
- (1971 [1940]) – *Razão e História (Introdução a um Problema)*. In *Ensaio IV. Humanismo Científico de reflexão filosófica*. Lisboa: Sá da Costa, p. 5-131.
- LUZ, José Luís Brandão da (1987) – *Introdução à epistemologia. Conhecimento, verdade de história*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MACEDO, Newton de (1926) – *Introdução à Filosofia seu significado e valor*. Porto: Renascença Portuguesa.
- MAGALHÃES-VILHENA, Vasco (1943) – *Filosofia e História*. Coimbra: Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra.
- NAMORADO, Egidio (1945) – *A Escola de Viena e alguns problemas de conhecimento*. Coimbra: Atlântida.
- SALAZAR, Abel (1989) – *Duas conferências sobre A Posição Actual da Ciência, da Filosofia e da Religião*. S. Mamede de Infesta: Casa Museu Abel Salazar.
- SANTOS, Delfim (1938) – *Situação valorativa do Positivismo*. Berlim: Instituto de Alta Cultura.
- SOUSA, José Manuel Guedes de (2012) – *Vitorino Magalhães Godinho, História e cidadania nos anos 40*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea.

## WEBGRAFIA

- ALVES J. António (2011) – *A correspondência filosófica de Edmundo Curvelo: a relevância da década de 1940 para a renovação da filosofia em Portugal*. «Krisis. Actas das III jornadas internacionais de jovens investigadores em filosofia», p. 33-46. Disponível em <[https://www.academia.edu/3993249/A\\_correspond%C3%Aancia\\_filos%C3%B3fica\\_de\\_Edmundo\\_Curvelo\\_a\\_relev%C3%A2ncia\\_da\\_d%C3%A9cada\\_de\\_1940\\_para\\_a\\_renova%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_filosofia\\_em\\_Portugal](https://www.academia.edu/3993249/A_correspond%C3%Aancia_filos%C3%B3fica_de_Edmundo_Curvelo_a_relev%C3%A2ncia_da_d%C3%A9cada_de_1940_para_a_renova%C3%A7%C3%A3o_da_filosofia_em_Portugal)>. [Consulta realizada em 15/03/2015].
- BRZECHCZYN, Krzysztof (2014) – *Between positivism and narrativism in Polish methodology of history*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 75-87. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/234/189>>. [Consulta realizada em 10/03/2015].
- BOBAKO, Monika (2015) – *Postcolonial theory and false dichotomies*. «Historein», 14.1 (2014): 95-97.
- DOMANSKA, Ewa (2014) – *Chris Lorenz's idea or conceptual inversion*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 93-94. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/214/191>>. [Consulta realizada em 10/03/2015].
- LORENZ, Chris (2014) – *Exporations between history and philosophy*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 59-70. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/217/187>>. [Consulta realizada em 10/03/2015].

- (2014) – *A reply to my critics*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 98-103. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/222/204>>. [Consulta realizada em: 10/03/2015].
- SANTOS, Filipe Delfim – *Arquivo Delfim Santos*. Disponível em <<http://www.delfimsantos.org/BIBLIOGRAFIA.htm>>. [Consulta realizada em 30/03/2015].
- TUCKER, Aviezer (2014) — *On the «Strudel and apples» theory of historiography: A reply to Chris Lorenz*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 88-92. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/226/190>> [Consulta realizada em 10/03/2015].
- WHITE, Hayden (2014) – *On the research and the writing fase of historian's work*. «Historein. A review of the past and other stories», vol. 1, p. 71-74. Disponível em <<http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/227/188><http://www.historeinonline.org/index.php/historein/article/view/227/188>>. [Consulta realizada em 10/03/2015].

# ESTUDIAR HISTORIA DESDE LA LITERATURA: LA BATALLA DE INGLATERRA

JUAN ESTEBAN RODRÍGUEZ GARRIDO\*

**Resumo:** A chamada «Batalha de Inglaterra» é um dos episódios-chave da II Guerra Mundial por ser a primeira vez que Hitler sofre um golpe importante nas suas ambições. A resistência de Churchill e, com ele, de toda a Inglaterra, supõe a primeira pedra num edifício de nações que se vão opor ao III Reich. Resulta, portanto, um tema de importância suficiente para levá-lo à sala de aula e estruturar estratégias de ensino que ajuda à sua compreensão. Nesse ponto a literatura demonstra ser um campo de ajuda exemplar à História. Devemos utilizá-la e temos a oportunidade de aproveitar textos literários de grande qualidade que analisam esses assuntos para ilustrar as explicações históricas. Isso é o que pretende este artigo, reflectir sobre a relação entre a História e a Literatura, explicar a Batalha de Inglaterra e ilustrá-la com textos literários que ajudem a entender as situações e acontecimentos que aqui se analisam.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Interdisciplinidade; Batalha de Inglaterra.

**Abstract:** The so-called «Battle of Britain» is one of the key episodes of the Second World War due to the fact that it marks the first time that Hitler's ambitions were slowed down in a severe way. Churchill's resistance, and with him England's, means the first stone of a building made of nations facing the III Reich. It is therefore a deeply significant issue to take into the classroom, and for structuring didactic strategies to help with its understanding. At this point, Literature is shown as an unbeatable area for supporting History. We should reach it, we have the possibility to take advantage from great quality literary texts which deal with these matters to illustrate historical explanations. That is the purpose of this article, to reflect about the relationship between History and Literature, to explain the «Battle of Britain» and to illustrate it providing literary texts that help us understand the situations and events in question.

**Keywords:** History; Literature; Interdisciplinary; Battle of Britain.

## LA BATALLA DE INGLATERRA

«Si es necesario, durante años. Si es necesario, solos». Esta frase de Winston Churchill resulta la manifestación más clara de la firme voluntad, de la inquebrantable tenacidad, del heroico carácter de un hombre al que Europa, y el mundo entero, deberá siempre el haber sostenido, contra la realidad de una situación catastrófica, la fe necesaria para llevar la lucha hasta sus últimas consecuencias pues, tras la caída de Francia, todos los ojos de Europa se dirigieron hacia Gran Bretaña y, quien más, quien menos, tenía claro que sólo era cuestión de tiempo que el *premier* británico arriase la bandera de la última resistencia a Adolf Hitler. Así respondió Churchill a aquella situación:

*Lo que el general Weygand<sup>1</sup> llamaba la batalla de Francia ha acabado. Supongo que está a punto de comenzar la batalla de Gran Bretaña, de la que depende la supervivencia de la civi-*

---

\* CITCEM/Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Educación. Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales – juanestebanrodriguez@edu.ucm.es.

<sup>1</sup> El general Maxime Weygand (1867-1965) era el comandante general del Ejército de Francia al comienzo de la II Guerra Mundial. Desde ese puesto aconsejó a su gobierno que pidiera el armisticio a Alemania, pues creía que no se podría ganar la guerra. Más adelante fue ministro de Defensa del gobierno de Vichy presidido por el general Pétain.

*lización cristiana. De ella depende nuestra propia vida como británicos y la continuidad de nuestras instituciones y de nuestro imperio. Toda la furia y el poder del enemigo se volverán muy pronto contra nosotros. Hitler sabe que tendrá que derrotarnos en esta isla o perder la guerra. Si podemos ponernos a su altura, toda Europa puede ser libre y la vida del mundo puede avanzar hacia amplios terrenos bañados por el sol. En cambio, si fallamos, todo el mundo, también Estados Unidos, incluido todo lo que hemos conocido y apreciado, se hundirá en el abismo de una nueva edad oscura, que parece más siniestra y tal vez más prolongada bajo las luces de la ciencia pervertida. Por tanto, preparémonos para cumplir nuestras obligaciones y tengamos en cuenta que, si el imperio británico y su Comunidad de Naciones duran mil años, los hombres dirán que «éste fue su mejor momento»<sup>2</sup>.*

Ese era Churchill. Un político de raza, un hombre comprometido, un patriota de visión larga. Hay personas para la gestión del día a día, excelentes en circunstancias normales, y hay otras que adquieren una luz propia en los grandes momentos, hechas para los más determinantes acontecimientos. Gran Bretaña se preparaba para resistir sola al Tercer Reich. Pero a su frente estaba Winston Churchill.

## LA OPERACIÓN «LEÓN MARINO». EL *BLITZ*

Sólo Gran Bretaña se interponía ya entre Hitler y la realización más completa y exitosa de sus planes. Pero el Führer sabía que invadir la isla no era una empresa fácil y menos viendo la determinación del gobierno británico para oponerse a su ejército. Así las cosas, decidió «simular» únicamente que estaban preparando una invasión contra Gran Bretaña, designada con la clave «León marino», en una gigantesca pantomima destinada a meter en vereda a los ingleses. Tanto Hitler como Göring<sup>3</sup> pensaban que los ataques aéreos contra las vitales comunicaciones marítimas británicas serían suficientes para hacer entrar en razón a Churchill y obligarlo a negociar una paz con Alemania. Göring dio orden a sus escuadrones de iniciar pequeñas incursiones aéreas sobre los puertos británicos, aunque, de momento, todo ataque contra las ciudades del interior estaba explícitamente prohibido.

En julio, Hitler habló con Göring acerca de su intención de hacer una magnánima oferta de paz a Gran Bretaña como parte de su gran discurso ante el Reichstag. Göring, no obstante, pensaba que los británicos sólo la aceptarían con la exigencia de una total retirada de las tropas alemanas de Noruega, Polonia y Europa occidental, permitiendo, tal vez, que Alemania conservase Alsacia, Lorena y el corredor polaco. En cualquier caso, Hitler no consideró en demasiado la opinión de Göring y, el 19 de julio de 1940, pronunció un discurso ante el Reichstag en el que ofrecía la paz a Gran Bretaña, pero lo hizo en semejantes términos que, tras oírlo, sólo se podía pensar que la guerra era, una vez más,

---

<sup>2</sup> CHURCHILL, 2004: 547.

<sup>3</sup> Hermann Wilhelm Göring (1893-1946) fue una figura prominente del Partido Nazi y comandante supremo de la Luftwaffe. En 1941 llegó a ser nombrado Reichsmarschall (Mariscal del Reich) y sucesor del Führer, siendo así la segunda figura más importante del Reich.

inevitable. Reproduzco, a continuación, algunas de las partes del discurso pronunciado por Hitler ese día:

*Diputados del Reichstag: En medio de la gigantesca lucha por la libertad y el futuro de la nación alemana, los he convocado a esta sesión. Los motivos están en la necesidad de proporcionar a nuestro propio pueblo una mirada de conjunto en estos acontecimientos históricos únicos, de expresar nuestros agradecimientos a los soldados esforzados e intentar una vez más y, por última, hacer un llamamiento a la sensatez general. [...] ¿Por qué Inglaterra instigó a Polonia hacia la guerra contra Alemania? Si Mr. Churchill y los otros instigadores a la guerra, hubiesen sentido en ello una parte siquiera de la responsabilidad que yo sentí frente a Europa, no habrían podido emprender su villano juego, porque sólo a éstos y a otros interesados en la guerra, europeos y no europeos hay que imputar que Polonia rechazase las proposiciones que no afectaban ni a su honor ni a su existencia en forma alguna, y que en lugar de ello apelasen al terror y a las armas. También en este caso fue verdaderamente sin ejemplo y sobrehumana la reserva que nos hizo buscar, durante meses enteros, todavía el pacífico camino de una inteligencia; a pesar de los continuos asesinatos contra la minoría alemana, y a pesar, por último, de la matanza de miles y miles de alemanes del Reich. Porque, así como era la situación, una de las creaciones más absurdas del dictado de Versalles, un espantajo inflando política y militarmente, ofende durante meses enteros a un Estado y le amenaza con derrotarle, con presentarle batalla ante Berlín, con destrozarse los ejércitos alemanes, con poner las fronteras en el Oder o en el Elba, y así sucesivamente; y en este estado, Alemania mira pacientemente durante meses y meses esta conducta, aunque le habría bastado hacer un solo movimiento con el brazo para terminar con esa ampolla hinchada de necedad y arrogancia. Después de la victoria sobre Polonia, Alemania ofreció la paz, pero los Aliados querían seguir sacrificando vidas inocentes, sólo para mantener la injusticia de Versalles. [...] Al proponer el Mariscal Pétain la rendición de armas de Francia, lo que hizo no fue rendir las que todavía le quedaban sino poner fin a una situación totalmente insostenible a la vista de todo soldado. Únicamente el sangriento diletantismo del señor Churchill es capaz de no comprender esto o de seguir mintiendo contra su propia convicción. [...] La esperanza de Inglaterra, de que mediante la producción de una nueva crisis europea, pueda lograr un alivio para su propia situación es, en cuanto se trata de las relaciones germano-rusas, un razonamiento falso. Esta hecatombe no era necesaria. Alemania no la pretendió. Como he dicho, nada de esto fue necesario que sucediera, ya que en octubre, ni de Francia ni de Inglaterra exigí otra cosa que la paz. Pero los señores interesados en la industria de armamento quisieron la continuación de la guerra a otro precio y ya la han tenido. [...] Oigo ahora una gritería procedente de Londres -no una gritería de las masas sino de los políticos- de que tiene que ser proseguida la lucha. No sé si estos políticos se han formado ya una idea clara de la futura continuación de esta lucha, en todo caso declaran de que continuarán la guerra, incluso desde el Canadá, en el caso de que sucumbiera Inglaterra. No creo que esto se haya de entender como si el pueblo inglés hubiese de ser trasladado al Canadá sino que allí se retirarán los señores interesados en la guerra. Yo creo que el pueblo tendrá que permanecer en Inglaterra y, seguramente, contemplará en Londres la guerra con otros ojos que los de los llamados Jefes, desde el Canadá. Creedme señores diputados; siento un asco moral ante esta especie de parlamentarios sin conciencia, destructores de pueblos y Estados. Casi me causa dolor el que el Destino me haya predestinado a tropezar, con lo que estos hombres han derribado, ya que mi intención no era hacer la guerra sino construir un nuevo estado social, exponente de la más alta cultura. Churchill, acaba de declarar otra*

*vez que quiere la guerra. Hace unas seis semanas la empezó en la zona que al parecer cree tener una fuerza especial, en la guerra aérea contra las poblaciones civiles, aunque alegando que se trata de instalaciones importantes de guerra. Estas instalaciones son desde Friburgo, ciudades abiertas, mercados y granjas, casas lazaretos, escuelas y jardines de la infancia, etc.; hasta ahora apenas he contestado a ello, pero esto no quiere decir que esa sea o vaya a ser la única respuesta. Me doy perfecta cuenta de que nuestra respuesta, que llegará un día, acarreará dolores y desventuras sin nombre sobre los hombres. Naturalmente que no sobre Mr. Churchill, porque él estará seguramente en Canadá, donde ha llegado ya el capital y los niños de los principales interesados en la guerra. Un gran dolor para otros millones de seres. Mr. Churchill puede creerme, tal vez esta vez por excepción, si le profetizo que se destruirá un gran Imperio; pero veo perfectamente que la prosecución de esta lucha no terminará más que con la destrucción de uno de los dos combatientes. Mr. Churchill creerá quizás que es Alemania; yo sé que será Inglaterra. HAGAMOS LA PAZ. No veo ningún motivo que pueda obligar a continuar esta lucha; lamento las víctimas que van a ser sacrificadas. En este momento me siento obligado ante mi conciencia a dirigirme otra vez un llamamiento a la razón en Inglaterra. También creo poder hacerlo porque no pido algo como vencido sino como que hablo en nombre de la razón como vencedor. No veo ningún motivo que pueda obligar a continuar esta lucha; lamento las víctimas que van a ser sacrificadas. También quisiera evitárselas a mi pueblo. Yo sé que millones de hombres y de jóvenes arden en deseos de poder medirse, por fin, con el enemigo que nos declaró sin razón la guerra por segunda vez; pero sé también que en sus casas quedan muchas mujeres y muchas madres que, a pesar de estar dispuestas a sacrificar lo último, tienen puesto en ello el corazón. Mr. Churchill puede desechar otra vez mi declaración, diciendo que es engendro de mi miedo y de mi duda en la victoria final. En todo caso yo he aligerado mi conciencia ante las cosas venideras.*

He ahí una mínima parte del discurso pronunciado aquel día por Hitler. Se pueden observar los términos en los que se refiere a Churchill, se puede percibir la constante provocación, la altanería. Esa era la oferta de paz de Hitler, así fue formulada. La respuesta de Gran Bretaña fue la evidente. La guerra estaba servida.

Así hablaba Churchill en sus memorias acerca de la oferta de paz de Hitler y de las inmediatas reacciones que suscitó en Italia:

*El diecinueve de julio Hitler pronunció un discurso triunfal en el Reichstag en el que, tras predecir que yo no tardaría en refugiarme en Canadá, realizó lo que se llamó su oferta de paz. Este gesto fue acompañado, durante los días siguientes, por delegaciones diplomáticas a Suecia, Estados Unidos y el Vaticano. Naturalmente, Hitler se habría quedado muy contento si, después de someter a Europa a su voluntad, hubiese podido acabar la guerra consiguiendo que Gran Bretaña aceptara lo que había hecho. En realidad, no era una oferta de paz sino un intento de lograr que Gran Bretaña renunciara a todo por lo que había entrado en guerra para mantenerlo. [...] Ciano<sup>4</sup> hace constar en su diario que «la noche del día diecinueve, al conocerse la frialdad de la primera reacción británica ante el discurso, se extendió entre los alemanes una sensación de desilusión mal disimulada». A Hitler le gustaría «llegar a un acuerdo con Gran Bretaña. Él sabe que*

<sup>4</sup> Gian Galeazzo Ciano (1903-1944) fue un político italiano y yerno de Benito Mussolini. Ejerció de ministro de Asuntos Exteriores del Reino de Italia de 1936 a 1943.

*la guerra con los británicos será dura y sangrienta, y sabe también que en todas partes la gente está en contra de los derramamientos de sangre». Mussolini, por el contrario «teme que los ingleses encuentren en el discurso demasiado ingenioso de Hitler un pretexto para iniciar las negociaciones». Señala Ciano que «eso sería una lástima para Mussolini que, ahora más que nunca, quiere la guerra. No hacía falta que se preocupara: tendría toda la guerra que quisiera»<sup>5</sup>.*

Lo cierto es que en Gran Bretaña se daba por hecho que, tras ocupar Francia, Hitler iba a intentar la inmediata invasión de su país. Sabían de lo desesperado de la situación, eran más que conscientes de su inferioridad armamentística y, sin embargo, decidieron resistir con la loca esperanza de ganar la última batalla. Las animosas palabras de Churchill les insuflaban los ánimos que la realidad de la situación les hubiera podido menoscarbar. Y creían. Aún contra la realidad, creían. A pesar de la carencia de armas y de vehículos blindados, creían. Ante la constatación de una inferioridad irrefutable, esperaban dignos la rúbrica de un final glorioso.

En cualquier caso, los súbditos de su Graciosa Majestad no se limitaban a esperar. Mientras la Luftwaffe<sup>6</sup> organizaba su ataque, en Gran Bretaña llegaron a fabricarse unos cuatrocientos setenta aviones al mes, se montaban escuelas de aviación y la RAF (fuerzas aéreas británicas) engrosaba sus filas con aviadores procedentes de otros países que intentaban así, en la medida de lo posible, compensar las constantes bajas que se iban produciendo. Especialmente significativo en este aspecto fue el contingente polaco que aportó en torno a ocho mil efectivos, los llamados por los británicos «locos polacos» por su innegociable intrepidez y arrojo. Esta convivencia entre los aviadores británicos y polacos llegó a generar, como es lógico, curiosas situaciones:

*La actitud, la comida y las maneras características de los británicos supusieron una verdadera conmoción para los polacos. Pocos pudieron borrar de su memoria los emparedados de pasta de pescado que les ofrecieron a su llegada, y los horrores de la cocina británica no hicieron más que aumentar su nostalgia de la patria: desde el cordero muy cocido con col, hasta las omnipresentes natillas (que también sorprendían a los ciudadanos de la Francia Libre). Sin embargo, la calurosa acogida que les dispensó la mayoría de los británicos, con sus gritos de «¡Larga vida a Polonia!», los dejó petrificados. Los pilotos polacos, considerados héroes gallardos, enseguida se vieron acosados por las jóvenes británicas que, haciendo gala por primera vez de un elevado grado de libertad, no dudaban en hacerles todo tipo de proposiciones<sup>7</sup>.*

En agosto de 1940 la situación empezó a cambiar de forma definitiva. El servicio secreto británico pudo confirmar que Hitler había dado órdenes definitivas para preparar activamente la operación «León marino». Gran cantidad de barcasas y motoras autopropulsadas comenzaron a atravesar por la noche el paso de Calais, congregándose en todos los puertos del canal de la Mancha, desde Calais hasta Brest. Así lo confirmaban las

<sup>5</sup> CHURCHILL, 2004: 565-567.

<sup>6</sup> Fuerza aérea de Alemania durante el III Reich.

<sup>7</sup> BEEVOR, 2012: 188



fotografías diarias que tomaban los británicos. La tensión era extrema porque, mientras se esperaba un intento de invasión alemana por el mar, la batalla también se libraba en el aire.

El 13 de agosto habían comenzado los primeros ataques aéreos, cuyo resultado no satisfizo a Göring ya que la RAF consiguió derribar cuarenta y siete aviones alemanes, mientras que perdió únicamente trece. Las batallas en el aire eran cruentas, a menudo los pilotos no sobrevivían a su primera misión pero, incluso en este ambiente, aparecía la anécdota pues varias veces los pilotos polacos y checos al servicio de la RAF eran confundidos (por su físico) con los alemanes. Esto ocurría cuando eran derribados y acababan cayendo en territorio inglés. Entonces podía llegar a ocurrir que se vieran linchados por las gentes de cualquier pueblo. Veamos, a modo anecdótico, el siguiente testimonio:

*El paracaídas de un piloto polaco, Czeslaw Tarkowski, quedó atrapado en un árbol. «La gente vino hacia mí corriendo empuñando horcas y estacas», recordaría más tarde. «Una de esas personas, armada con una escopeta, gritaba, “Hände hoch!” [“manos arriba”] “¡Anda y que te jodan!”, repliqué en el mejor inglés que pude. Los rostros hasta entonces tan amenazadores enseguida se iluminaron con una sonrisa. “¡Es uno de los nuestros!”, exclamaron al unísono. Una tarde, otro polaco aterrizó en los terrenos de un club de tenis muy exclusivo. Fue registrado como invitado, le dieron una raqueta, le prestaron el prescriptivo equipo de color blanco para jugar y lo invitaron a unirse a la partida. Cuando llegó un vehículo de la RAF a recogerlo, sus adversarios estaban completamente exhaustos por la contundente paliza que les había propinado»<sup>8</sup>.*

El primer bombardeo sobre Londres llegó en la noche del 24 de agosto, cuando más de un centenar de aviones alemanes dejaron caer sus bombas sobre varios barrios del centro y el este de Londres. Parece que fue un error de los bombarderos alemanes pues el veto de Hitler a bombardear Londres seguía vigente. Churchill respondió ordenando severo bombardeos contra Berlín. La locura creció y Hitler autorizó los bombardeos sobre la capital inglesa. Göring, en el fondo, tenía importantes escrúpulos sobre este asunto, consciente, como era, de que bombardear sistemáticamente Londres suponía una situación de no retorno.

La noche del 7 de septiembre fue especialmente dura. Trescientos ochenta londinenses murieron como resultado de un ataque que marcaría el inicio de una nueva y terrible forma de guerra aérea. Efectivamente, la situación ya era de no retorno.

El 15 de septiembre fue la fecha culminante. Ese día la Luftwaffe, después de dos intensos ataques el día 14, realizó su mayor esfuerzo concentrado en un ataque diurno contra Londres. Churchill siempre la consideró la batalla decisiva de la guerra en Inglaterra. Varias decenas de aviones alemanes volaron sobre Londres tras lograr sobrepasar todas las defensas. Todos los cazas británicos fueron movilizados para rechazar el ataque. El propio Churchill recordaba en sus memorias que «nos quedamos sin reservas». El combate fue terrible, los aviones ingleses regresaban una y otra vez a repostar y, mientras

---

<sup>8</sup> BEEVOR, 2012: 195.

esto sucedía, la inferioridad era palpable. Pero, finalmente, el ataque pudo ser rechazado y los bombarderos alemanes, cuando nadie lo esperaba, empezaron a retirarse. Así recordaba Churchill aquellos momentos:

*Aunque según la información que obtuvimos después de la guerra el enemigo sólo perdió cincuenta y seis aparatos ese día, el quince de septiembre fue el momento culminante de la batalla de Gran Bretaña. Esa misma noche, nuestro Mando de Cazas atacó con intensidad las embarcaciones que estaban en los puertos desde Boulogne hasta Amberes. Sobre todo en Amberes se infligieron graves pérdidas. Ahora sabemos que el diecisiete de septiembre el Führer decidió postergar el «León marino» de forma indefinida. Hasta el doce de octubre no se postergó formalmente la invasión hasta la primavera siguiente. En julio de 1941 Hitler la volvió a postergar hasta la primavera de 1942 «porque entonces habrá acabado la campaña de Rusia», una suposición tan vana como importante. El trece de febrero de 1942 el almirante Raeder tuvo su última entrevista sobre el «León marino» y consiguió que Hitler acordara una retirada total. Así acabó la operación «León marino» y el quince de septiembre se puede considerar la fecha de su finalización<sup>9</sup>.*

A finales de septiembre de 1940, los bombardeos alemanes habían causado la muerte de siete mil londinenses pero Göring seguía sin ver cercana la victoria y los bombardeos sobre Alemania hacían mella en su ánimo. Un día mantuvo el siguiente diálogo con el general Jeschonnek<sup>10</sup>, uno de los más insistentes partidarios de los bombardeos sobre Londres: «¿Cree que Alemania se doblegaría si Berlín fuese arrasada?» «¡Claro que no!», replicó muy serio Jeschonnek; luego sonrió al darse cuenta de lo que acababa de decir. «La moral inglesa es más frágil que la nuestra», intentó justificarse. «Ahí está su error», replicó Göring<sup>11</sup>.

El *Blitz* contra Londres y otras ciudades continuó durante todo el otoño y el invierno de 1940 pero lo cierto es que, a pesar de los muertos y la destrucción, las campañas de bombardeos nocturnos no consiguieron hundir la moral de los británicos. Ciertamente es que a finales de año el número de bajas civiles rondaba las 23 000 pero en muchos escaparates de tiendas destruidas por los bombardeos colgaban letreros que decían «Seguimos teniendo abierto» y los inquilinos de muchas casas destruidas colocaban banderas británicas ondeando sobre los escombros. Así escribía Churchill sobre la actitud de los londinenses aquellos funestos días:

*Cuando comenzaron los bombardeos la idea era tratarlos con desdén. En el West End todo el mundo se dedicaba a sus actividades comerciales y de ocio, y seguía comiendo y durmiendo igual que siempre. Los teatros estaban llenos y las calles oscurecidas estaban atestadas de un tráfico despreocupado. Es posible que esta fuera una reacción más sana que el chillido aterrador que lanzaron los elementos derrotistas en París después del primer ataque serio en mayo<sup>12</sup>.*

<sup>9</sup> CHURCHILL, 2004: 612-613.

<sup>10</sup> Hans Jeschonnek (9 de abril de 1899-18 de agosto de 1943) fue Jefe de Estado Mayor General de la Luftwaffe durante la Segunda Guerra Mundial.

<sup>11</sup> IRVING, 1989: 310.

<sup>12</sup> CHURCHILL, 2004: 618.

La noche del 3 de noviembre, por primera vez en casi dos meses, no sonó ninguna alarma en Londres. Muchos se extrañaron. La noche siguiente, Alemania dispersó sus ataques por toda la isla y así sería durante un tiempo. Desde luego que Londres se seguía considerando el objetivo principal pero Göring había decidido inutilizar los centros industriales de Gran Bretaña.

La primera ciudad en sufrir estas nuevas estrategias de bombardeo fue Coventry. Durante toda la noche del 14 de noviembre casi seiscientas toneladas de explosivos fueron arrojadas sobre la ciudad y el centro de Coventry quedó completamente destruido, muriendo, además, cuatrocientas personas. La radio alemana, en un intento de intimidación, difundió que el resto de ciudades recibirían el mismo trato.

Durante la última semana de noviembre y principios de diciembre el peso de la ofensiva se dirigió hacia los puertos. Bristol, Southampton y, especialmente, Liverpool fueron intensamente atacados durante estas fechas. Tras ellos sería el turno de Plymouth, Sheffield, Manchester, Leeds o Glasgow. Pero Gran Bretaña resistía.

En navidades, Hitler, sorprendentemente, tomó la iniciativa de ordenar una tregua en la mutua carnicería durante las fiestas y los británicos, para no ser menos, le imitaron. Incluso, el espíritu navideño inspiró a Göring a mandar libretas de ahorros con depósitos de mil marcos, procedentes de su cartera particular, a los hijos de los aviadores caídos en acción.

El sábado 10 de mayo de 1941, los aviones alemanes realizaron el más dañino de todos los ataques que habían llevado a cabo hasta ese momento, causando enormes daños en el centro de la ciudad y destruyendo el edificio del parlamento. Al día siguiente, Hitler, terriblemente agitado, convocó a Göring para anunciarle que Rudolf Hess<sup>13</sup> había volado a Gran Bretaña dejando una carta en la que anunciaba su firme determinación de negociar una paz con los ingleses. El lunes 12 de mayo, la BBC anunciaba que Rudolf Hess había aterrizado en Escocia. Ni Hitler ni Göring daban crédito a lo que acababa de hacer, por su cuenta y riesgo, el número tres del Reich. Por supuesto, Hess fue destituido y sustituido por Martin Bormann.

En cualquier caso, Gran Bretaña resistía y resistía. La paz no llegaba pero tampoco la victoria. La esperanza de Churchill era la entrada en guerra de los Estados Unidos y Hitler hacía ya meses que le daba forma a la llamada «Operación Barbarroja», es decir, la invasión de Rusia. Así, a finales de mayo de 1941 cesaron los ataques en gran escala de la Luftwaffe sobre Gran Bretaña. Evidentemente, Alemania no había conseguido sus objetivos, Gran Bretaña continuaba en la lucha, se había rearmado moralmente y su determinación era mayor que nunca. Por supuesto, la operación «León marino», el intento de invasión de Gran Bretaña, como ya sabemos, jamás se pudo llevar a cabo.

---

<sup>13</sup> Rudolf Walter Richard Hess (1894-1987), fue un militar y político alemán, figura clave de la Alemania nazi. Al ascender Hitler al poder, fue designado jefe del Partido Nazi y Ministro de Estado.

## PROPUESTAS LITERARIAS

Como se ha comentado al principio del artículo, se pretende ilustrar la situación histórica descrita con una serie de textos que sirvan al profesor para su mejor explicación y ayuden a la comprensión del alumno. Para eso he escogido un fragmento del libro *Fiesta bajo las bombas*, de Elías Canetti, el poema *A cierta sombra, 1940*, de Jorge Luis Borges, y un fragmento de los *Diaries*, de George Orwell.

En el primero, Canetti presenta una serie de notas autobiográficas con las que recuerda y describe los años de su vida en Inglaterra (1939-1988). La mayor parte de sus referencias se sitúan en los años de la guerra y la posguerra, por lo que este libro es un recurso de primer orden para ilustrar literariamente estos asuntos. Veamos el texto que vamos a utilizar:

*Henry Moore y Roland Penrose. Fiesta bajo las bombas*

*En una casa situada un poco más arriba en Downshire Hill, en la acera de enfrente, vivió durante un tiempo antes de la guerra Henry Moore. En el jardín delantero había una escultura suya que causaba escándalo general, incluso en esta calle de gente ilustrada y abierta a las artes. Moore se había trasladado a otro sitio y en la casa vivía –ya a principios de la guerra– Roland Penrose, conocido por su fortuna y como mecenas. Había frecuentado París y vivido entre los surrealistas, él mismo pasaba por ser también un surrealista, pero en este aspecto era completamente insignificante. Fue uno de los primeros en comprar sus cuadros, que ahora podían verse en su casa. Conocía bien a Picasso, sobre el que más adelante escribió un libro. Vivía con una antigua amiga de Picasso, una fotógrafa americana, Lee Miller, una mujer muy rubia con cara desencajada que parecía especialmente viciosa, pero que quizá no lo fuera, aunque hiciera todo lo posible por parecerlo.*

*En esta casa asistí a una «party» durante el Blitz. Fue después de la Batalla de Inglaterra. En aquellos días de septiembre de 1940 observábamos desde Hampstead Heath, donde residíamos entonces, los combates entre los aviadores británicos y alemanes. A plena luz del día mirábamos hacia el cielo y seguíamos la estela de los aviadores como si se tratara de un certamen deportivo. Era tan excitante que nunca pensábamos en los combates mismos. Quizá nos sentíamos bastante orgullosos de que los ingleses se batieran tan bien, al fin y al cabo ya había pasado lo de Dunquerque. Pero aquí en el aire parecía que los alemanes eran vencidos más a menudo que los ingleses. Sobre las consecuencias de estos combates se hacían pocas conjeturas, nadie sabía cuánto dependía de ellos. Si hubiéramos imaginado que Hitler renunciaría a su plan de desembarcar en Inglaterra gracias al resultado de estos combates, nos habríamos emocionado más. En aquella ocasión estábamos de visita en casa de una amiga que vivía en Vale of Health, en pleno Hampstead Heath; desde las ventanas de su apartamento en el último piso se podía seguir el combate con toda claridad. Era un hermoso día de otoño, el cielo estaba despejado y de un azul magnífico, y en él se dibujaban con nubecitas blancas las líneas en zigzag de los aviones. No pretendo describir lo que vi, pero me gustaría recuperar el sentimiento que me embargaba. Estaba muy excitado – ya dije que como en una competición deportiva–, pero me sentía totalmente inocente, como si no fuera cuestión de vida o muerte para unos seres humanos en concreto. Los aviones y los hombres en su interior formaban una unidad. Si la imagen no fuera tan diferente, se podría decir que eran modernos centauros del cielo. Las líneas eran lo más importante [...] Desaparecían del campo visual y volvían a surgir, creías reconocerlas – lo cual era*

*imposible – con la mirada, y cuando comprendías que uno había sido derribado, no pensabas en su suerte, porque allá arriba continuaban las líneas blancas luminosas y las velocidades vertiginosas. Durante aquellas horas, la mezcla de excitación y frialdad es para mí lo más incomprensible de este recuerdo<sup>14</sup>.*

Por su parte, la deliciosa poesía de Borges que utilizaríamos es *A cierta sombra*, 1940, publicado en *Elogio de la sombra* (1969):

*A cierta sombra, 1940*  
*Que no profanen tu sagrado suelo, Inglaterra,*  
*El jabalí alemán y la hiena italiana.*  
*Isla de Shakespeare, que tus hijos te salven*  
*Y también tus sombras gloriosas.*  
*En esta margen ulterior de los mares*  
*Las invoco y acuden*  
*Desde el innumerable pasado,*  
*Con altas mitras y coronas de hierro,*  
*Con Biblias, con espadas, con remos,*  
*Con anclas y con arcos.*  
*Se ciernen sobre mí en la alta noche*  
*Propicia a la retórica y a la magia*  
*Y busco la más tenue, la deleznable,*  
*Y le advierto: oh, amigo,*  
*El continente hostil se apresta con armas*  
*A invadir tu Inglaterra*  
*Como en los días que sufriste y cantaste.*  
*Por el mar, por la tierra y por el aire convergen los ejércitos.*  
*Vuelve a soñar, De Quincey.*  
*Teje para baluarte de tu isla*  
*Redes de pesadillas.*  
*Que por sus laberintos de tiempo*  
*Erren sin fin los que odian.*  
*Que su noche se mida por centurias, por eras, por pirámides,*  
*Que las armas sean polvo, polvo las caras,*  
*Que nos salven ahora las indescifrables arquitecturas*  
*Que dieron horror a tu sueño.*  
*Hermano de la noche, bebedor de opio,*  
*Padre de sinuosos períodos que ya son laberintos y torres,*  
*Padre de las palabras que no se olvidan,*  
*¿Me oyes, amigo no mirado, me oyes*  
*A través de esas cosas insondables*  
*Que son los mares y la muerte?<sup>15</sup>*

<sup>14</sup> CANETTI, 2005: 173-174.

<sup>15</sup> BORGES, 1985: 333-334.

Por último, el tercer texto que usaríamos como recurso para ilustrar aquellos angustiosos meses en Inglaterra, es un fragmento de los *Diaries*, de George Orwell. Usaremos concretamente las notas que tomó el 11 de mayo de 1941, domingo, un día después del más terrible bombardeo que efectuaron los alemanes sobre Londres. Bombardeo en el que llegaron, incluso, a dañar notablemente el Parlamento. Así lo recogió Orwell:

*The most important news of the last few days, which was tucked away on a back page of the newspapers, was the Russian announcement that they could no longer recognize the governments of Norway and Belgium. Ditto with Jugo-Slavia, according to yesterday's papers. This is the first diplomatic move since Stalin made himself premier, and amounts to an announcement that Russia will now acquiesce in any act of aggression whatever. It must have been done under German pressure, and coming together with Molotov's removal must indicate a definite orientation of Russian policy on the German side, which needs Stalin's personal authority to enforce it. Before long they must make some hostile move against Turkey or Iran, or both.*

*Heavy air-raid last night. A bomb slightly damaged this building, the first time this has happened to any house I have been in. About 2 a.m., in the middle of the usual gunfire and distant bombs, a devastating crash, which woke us up but did not break the windows or noticeably shake the room. Eileen got up and went to the window, where she heard someone shouting that it was this house that had been hit. A little later we went out into the passage and found much smoke and a smell of burning rubber. Going up on the roof, saw enormous fires at most points of the compass, one over to the west, several miles away, with huge leaping flames, which must have been a warehouse full of some inflammable material. Smoke was drifting over the roof, but we finally decided that it was not this block of flats that had been hit. Going downstairs again we were told that it was this block, but that everyone was to stay in his flat. By this time the smoke was thick enough to make it difficult to see down the passage. Presently we heard shouts of «Yes!».*

*Yes! There's still someone in Number III, and the wardens shouting to us to get out. We slipped on some clothes, grabbed up a few things and went out, at this time imagining that the house might be seriously on fire and it might be impossible to get back. At such times one takes what one feels to be important, and I noticed afterwards that what I had taken was not my typewriter or any documents but my firearms and a haversack containing food, etc., which was always kept ready. Actually all that had happened was that the bomb had set fire to the garage and burned out all the cars that were in it. We went in to the D.s. who gave us tea, and ate a slab of chocolate we had been saving for months. Later I remarked on Eileen's blackened face, and she said «What do you think your own is like?» I looked in the glass and saw that my face was quite black. It had not occurred to me till then that this would be so<sup>16</sup>.*

## APROVECHAMIENTO DIDÁCTICO DE LOS TEXTOS

Lo primero que tenemos que fijar son los objetivos que nos planteamos con los textos que hemos introducido. Éstos pasarían por:

---

<sup>16</sup> ORWELL, 2012: 346-347.

1. Trabajar todas las destrezas a través de un texto.
2. Fomentar la lectura en nuestros alumnos y tratar de crear un hábito.
3. Enriquecer el vocabulario de los alumnos.
4. Proporcionar un acercamiento al hecho histórico que resulte distinto y motivador.
5. Transmitir la importancia de la Literatura en el conocimiento de la Historia.
6. Practicar el hecho interdisciplinar en la enseñanza.

A partir de estos objetivos, el siguiente paso sería proponer algunas actividades que ayuden a estructurar el trabajo con los textos y colaboren al máximo aprovechamiento de los mismos.

La primera fase sería la lectura atenta del texto y constaría de tres actividades que complementarían esa lectura y nos darían la medida del aprovechamiento de la misma.

En primer lugar, pediríamos a los alumnos una lectura atenta del documento, en la que irían subrayando las palabras que no conozcan. Tras esto, haríamos una búsqueda de las mismas y elaboraríamos fichas de vocabulario de los términos desconocidos. Por ejemplo, en el texto de Elías Canetti se habla de los «surrealistas», ¿saben los alumnos qué era el Surrealismo o quiénes eran los surrealistas? Quizá muchos no, de manera que ahí tendríamos un término sobre el que investigar para incluirlo en la ficha. Ésta es una excelente manera de ampliar el vocabulario y el conocimiento del alumnado.

En segundo lugar, haríamos una nueva lectura en la que se subrayarían las ideas principales. Por ejemplo, en el poema de Borges, las ideas principales se muestran en el primer verso («Que no profanen tu sagrado suelo, Inglaterra») y en el decimoquinto y decimosexto («El continente hostil se apresta con armas/A invadir tu Inglaterra»). ¿De qué profanación habla Borges? ¿A quién se refiere cuando dice «el continente hostil»? ¿Qué armas son esas? Ese es el tipo de preguntas a las que tendrían que contestar los alumnos.

En tercer lugar, una vez trabajadas estas ideas principales les pediríamos que pongan ellos mismo un título a los textos. Un título que, lógicamente, tenga que ver con esas ideas, pues esa resulta una forma ideal de comprobar si, efectivamente, han captado la esencia del texto.

La segunda fase sería la denominaríamos «Información y clasificación del texto» pues, tras la lectura atenta, que era la esencia de la fase anterior, e implicaba la comprensión total de cada una de sus ideas, ahora pasaríamos a examinar detenidamente determinados aspectos del texto para lograr su singularización: la naturaleza, el autor, los destinatarios y las circunstancias espacio-temporales.

En primer lugar, pediríamos que respondan a la pregunta de ¿cómo es el texto? ¿Cómo llamar al texto? Con esto pretendemos aplicar al fragmento un nombre que lo singularice y ayude a su clasificación. Se pueden distinguir, como sabemos, distintas clases de textos: geográficos, demográficos, económicos, políticos, jurídicos, sociales, antropológicos, artísticos, literarios o historiográficos. Evidentemente, en este caso, hablamos siempre de textos literarios.

En segundo lugar, investigaríamos sobre el autor. ¿Es un autor individual o colectivo? ¿Quién es? ¿Qué sabemos de él? ¿Vivió en tiempo real los hechos que nos cuenta en



el texto? Por ejemplo, tanto Canetti como Orwell hablan de hechos vividos por ellos en tiempo real. Son los protagonistas de sus propios textos. El texto de Borges, sin embargo, está escrito muchos años después de los hechos que narra y él no los vive, no aparece en el centro de la acción, no es el protagonista. Estos matices dan mucha información sobre el texto y deben ser investigados y comprendidos por los alumnos.

En tercer lugar, hablaríamos de los destinatarios. Para responder a esta pregunta se señalará si el destinatario es una comunidad internacional, una comunidad nacional, una comunidad local, un grupo concreto de personas, una sola persona o, incluso, si el único destinatario es el propio autor, como pasa a veces con las reflexiones en los diarios. ¿Hablamos, por lo tanto, de un texto público o privado?

Por último, la cronología. ¿De cuándo data el texto? En este punto podemos realizar una serie de actividades destinadas, no sólo a datar el texto que se comenta, sino también a dominar el tiempo histórico, que es, evidentemente, el rasgo más característico de la historia. Por ejemplo, elaboraríamos una línea del tiempo con mojones cada cien años desde el año 500 a.C. hasta la actualidad y cada veinticinco para el siglo XX, ocupando, evidentemente, en este último caso, un espacio mucho menor de separación entre señal y señal, para que los alumnos entiendan gráficamente la diferencia entre cien años y veinticinco. Una vez elaborada les pediríamos que sitúen las siguientes afirmaciones en la línea del tiempo: 1. La data de los textos; 2. La consagración de Carlomagno (800 d.C.); 3. El Tratado de Verdún, por el que se reparte el Imperio de Occidente (843); 4. El descubrimiento de América (1492); 5. La Revolución Francesa (1789); 6. El comienzo de la Primera Guerra Mundial (1914). Tras esto, les pediríamos que contesten a la pregunta de cuántos años han transcurrido desde la elaboración del texto hasta el día de hoy, ¿y cuántos lustros? ¿Y décadas?

En una tercera fase, llevaríamos a cabo el comentario e interpretación del texto. Esta es la labor que realmente demuestra si los alumnos han comprendido bien y son capaces de interpretar los textos. Tendremos que analizarlo gradualmente desde los conceptos más sencillos hasta el tema profundo.

## CONCLUSIONES

Hemos partido en este artículo de la premisa de que Historia y Literatura están interrelacionadas y que ambas contribuyen a la comprensión de un momento histórico y de su sociedad particular, permitiendo así que los interesados en enseñar y aprender Historia puedan aprender más del pasado a través de la narración dramatizada del mismo que nos aporta la Literatura. ¿Cuánto de la sociedad refleja la Literatura? ¿Cómo moldea ésta la percepción de la Historia? Lógicamente, la respuesta a estas preguntas depende de la dimensión (y calidad) histórica de los textos literarios así como de la calidad literaria de los textos históricos (piezas como los diarios de Churchill son de gran calidad literaria y de un valor histórico máximo).

Debemos considerar, además, el impacto de la Literatura en el comportamiento y el pensamiento de diversos grupos sociales. Las lecturas, nuestras lecturas, moldean la

forma en que vemos el mundo y la creación literaria es, por lo tanto, un producto cultural, un evento histórico, digno de ser estudiado también por los historiadores pues aporta variables importantes para el conocimiento de una sociedad. En definitiva, el estudio de la Literatura es importante para la Historia con el objetivo de saber cómo se moldean los comportamientos e identidades colectivas e individuales.

En las últimas décadas del siglo XX, y a partir de nuevas aproximaciones teórico-metodológicas, muchos historiadores han intentado romper con las barreras existentes entre Literatura e Historia con el objetivo de mejorar y completar el entendimiento de las identidades, las memorias colectivas y, en definitiva, los hechos históricos. Eso es lo que, en definitiva, se ha defendido aquí, la incuestionable validez de la Literatura como instrumento para el conocimiento de la Historia, la estrechísima relación entre ambas disciplinas, y la necesidad de que el docente sea capaz de estructurar estrategias didácticas, en las que ambas disciplinas entren en juego, para lograr explicaciones más completas en ambos campos.

## BIBLIOGRAFÍA

- BARTH, J. (2013) – *El plantador de tabaco*. Madrid: Editorial Sexto Piso. Traducción de Eduardo Lago.
- BEEVOR, A. (2012) – *La Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Edit. Pasado y Presente.
- BORGES, J. L. (1985) – *A cierta sombra* (1940). In BORGES, J. L. – *Obra poética 1923/1977*. Madrid: Editorial Alianza 3 – MC.
- CANETTI, E. (2005) – *Fiesta bajo las bombas: los años ingleses*. Madrid: Galaxia Gutenberg.
- CASCÓN, A. (2006) – *Novela histórica e historiografía clásica*. «Revista de Estudios Latinos», n.º 6. Madrid: Facultad de Filología: Departamento de Filología Latina, Universidad Complutense de Madrid.
- CHURCHILL, W. S. (2004) – *La segunda guerra mundial. Vol. I*. Madrid: Edit. La esfera de los libros. Traducción de Alejandra Devoto.
- GUSDORF, G. (1982) – *Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria*. In APOSTEL, L., et al. – *Interdisciplinariedad y ciencias humanas*. Madrid: Editorial Tecnos – UNESCO.
- IRVING, David (1989) – *Görling*. Barcelona: Edit. Planeta.
- ORWELL, G. (2012) – *Diaries*. Nueva York: Edit. Peter Davidson.

# OUTROS HOMENS, OUTROS TEMPOS E OUTROS LUGARES: OS LIVROS DOS OUTROS E OS OUTROS NOS LIVROS

ISABEL LEITE\*

**Resumo:** *Entre nós e os outros começa por haver insuperáveis diferenças, já que não há duas pessoas iguais. Séculos de leituras repetidas provam bem que os mesmos livros atravessam os tempos e deixam marcas diversas em cada leitor, porque quem escreve e quem lê jamais viverá separado.*

*Esses outros, que não nós, viajaram noutros tempos e habitaram outros lugares que, apesar de não serem nossos, nossos se tornaram. Tal aconteceu, naturalmente, com Saint-John Perse, Italo Calvino, Roald Dahl, Nikos Kazantzákis e Victor Hugo, entre tantos outros.*

*O que podem ter de comum consagrados nomes da literatura, uns e outros em busca permanente, multiplicando-se em personagens? Procuram o quê? Talvez a razão da existência... O que é que Hermann Hesse e Romain Gary, por exemplo, entendiam poderem ser a felicidade e o amor?*

*O poder da palavra escrita, registada pela mão de todos esses outros a quem tanto devemos, encarregou-se de eliminar fronteiras e de fazer de cada um de nós um outro, se não mesmo o outro.*

*A ideia subjacente a este texto tem, sobretudo, como propósito suscitar uma reflexão sobre o alcance da imaginação criadora que nos faz penetrar em bibliotecas irreais, ora cativantes, ora assustadoras, porém inesquecíveis.*

**Palavras-chave:** *Biblioteca; Livro; Escrita; Leitura; Literatura; Alteridade.*

**Abstract:** *All human beings are different. Unique. Something always remains to prove that everyone is irreplaceable. Centuries of books, crossing worlds, have been touching mankind in both clear and unsuspected ways. One thing we can say for sure: writers and readers cannot live apart.*

*Those who traveled in time and lived in unbelievable places, coming right from the writer's imagination, can easily be part of our lives. It is absolutely true that for a large variety of reasons, many times we feel such a perfect identification with some characters, that their existence becomes «real». Saint-John Perse, Italo Calvino, Roald Dahl, Nikos Kazantzákis and Victor Hugo, among uncountable names, gave us much of what we are today.*

*But what do they search, undercover, multiplying themselves in characters, some of them living forever in our memory? What do they look for? Is there a reason for their existence? What did Hermann Hesse and Romain Gary, for instance, think about happiness and love?*

*Words, in our particular case written words, have been powerful enough to eliminate every obstacle, possessing our inner selves in ways far from consciousness. The reader becomes «the other». Inside and outside the book there are no differences. Who are we?*

*Amazing, fantastic, terrifying, although nonexistent libraries, from more than a dozen novels, are the main theme of the present reflection. Because we believe that all words, all books, all libraries can be eternal – it depends on us wanting to become «the other» – there is no place for oblivion.*

**Keywords:** *Library; Book; Writing; Reading; Literature; Alterity.*

---

\* CITCEM.

Borges, sempre incontornável, escreveu, em 1941, o seguinte:

*Talvez me enganem a velhice e o temor, mas tenho a suspeita de que a espécie humana – a única – está prestes a extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta. [...] A minha solidão alegra-se com esta elegante esperança<sup>1</sup>.*

Todos os registos do possível e do impossível, todas as perspectivas que o imaginário humano alguma vez tiver delineado, todos os projectos, realizações e concretizações, multiplicados sem fim previsível, embora sujeitos a inúmeros percalços tão antigos quanto a própria história da Terra e tão diversos quanto os insondáveis avatares futuros, tudo o que foi e será alcançado, a par do que não o tiver sido, será encontrado nessa imprecável Biblioteca que conterà o Mundo. Por que razão existimos, que sentido tem a vida, de onde vimos e para onde vamos são interrogações para as quais não haverá duas respostas absolutamente coincidentes. Mas todas lá estarão, representando-nos para sempre.

Mesmo que experimentar a felicidade não seja o máximo desígnio da «espécie humana», de algum modo, ainda que inconscientemente, é a felicidade que procuramos. Hermann Hesse, em 1949, escreve:

*Entre as palavras, existem para cada falante as que lhe são favoritas e as que são estranhas, as preferidas e as evitadas, as quotidianas, mil vezes utilizadas sem nelas recearmos um desgaste, e outras, festivas, que por muito que lhes tenhamos amor, apenas empregamos com grande ponderação e parcimónia, dizemo-las e escrevemo-las com a raridade e criteriosa selecção apropriadas ao seu carácter festivo. Entre estas conta-se, para mim, a palavra felicidade.<sup>2</sup> É uma das palavras que sempre amei e sempre apreciei escutar. Discuta-se e argumente-se o quanto se quiser acerca do seu significado, não deixa em todo o caso de designar algo belo, algo bom e desejável. Em conformidade, aliás, com a sonoridade da palavra<sup>3</sup>.*

Não têm as palavras que necessariamente rimar num poema, mas deparamos, felizmente, com um que desconhecíamos e que muito revela sobre o que Hesse pensava. Em boa verdade, atrevemo-nos, até, a afirmar que felicidade rima, nestes versos, com simplicidade:

*Enquanto a felicidade almejares  
Pronto para ser feliz não estarás,  
Mesmo que teu fosse tudo o que satisfaz.*

*Enquanto o que está perdido lastimares,  
Traçares objectivos e não tiveres descanso,  
Jamais saberás o que é afinal o remanso.*

<sup>1</sup> BORGES, 2000: 56-57.

<sup>2</sup> *Glück*, em língua alemã.

<sup>3</sup> HESSE, 2004: 12-13.

*Só quando a cada desejo renunciaries,  
Prescindires de qualquer meta ou ambição,  
De conhecer a felicidade como a palma da mão,*

*Só então a tua alma poderá descansar,  
Quando no teu íntimo o turbilhão cessar<sup>4</sup>.*

Romain Gary, cujo destino muito de comum teve com o de Hermann Hesse, uma vez que ambos escolheram pôr fim à própria vida, deixou-nos uma obra fantástica e multifacetada. No último romance que publica em vida, *Les Cerfs-Volants*, em 1980, o amor, entre a esperança e a coragem, está sempre presente:

*[...] Il y en a qui appellent ça grain de folie, d'autres parlent aussi d'étincelle sacrée. Il est parfois difficile de distinguer l'un de l'autre. Mais si tu aimes vraiment quelqu'un ou quelque chose, donne-lui tout ce que tu as et même tout ce que tu es, et ne t'occupe pas du reste<sup>5</sup>.*

A vida sem amor é uma vida difícil; diríamos impossível. Na senda da felicidade, se não existir amor, e o amor reveste-se de múltiplas formas, não se consegue ir longe. Hesse e Gary, em registos diversos, quiseram que soubéssemos que interrogações e que respostas, perceptíveis nas inúmeras alteridades que são as personagens das suas obras, pautaram as suas próprias vidas.

Mas, perguntamos nós, não de que mas de quem depende a felicidade, esse «estado de graça» alicerçado na efemeridade, como é comum afirmar-se? De nós? Dos outros? Dos outros que somos nós? Apesar de cada um ser único e insubstituível, nunca nos poderemos libertar de uma condição que em todos os momentos faz de nós o outro – é que excepto para nós próprios, para quem somos o eu, sempre seremos o outro. Não há como iludir tal facto. Somos, na verdade, aqueles que, mesmo conscientes da existência dos outros, mais únicos nos sentimos. Todavia, quem mais facilmente consegue entender que desde que nascemos para o Mundo passamos, invariavelmente, a ser um outro mais, diferente, sim, mas nem por isso menos um outro mais, será, como afirmava George Bernard Shaw, um ser que viverá, com certeza, mais sensatamente. Terá sempre presente que é preferível não fazer aos outros o que gostaria que lhe fizessem a si, uma vez que o gosto dos outros pode não ser o mesmo.

Muito bem é transmitida esta ideia por Arthur Schopenhauer, que aqui citamos numa tradução francesa do original de 1851:

*[...] quand on veut vivre parmi les hommes, il faut laisser chacun exister et l'accepter avec l'individualité, quelle qu'elle soit, qui lui a été départie; il faut se preoccuper uniquement de l'utiliser autant que sa qualité et son organisation le permettent, mais sans espérer la modifier et sans la condamner purement et simplement telle qu'elle est<sup>6</sup>.*

<sup>4</sup> HESSE, 2005: 67.

<sup>5</sup> GARY, 1983: 291.

<sup>6</sup> SCHOPENHAUER, 1914: 215-216.

Assim sendo, e voltando a Borges, não se nos assemelha difícil estabelecer uma ligação estreita entre os incomensuráveis registos-testemunhos de uns e de outros e esses espaços que são de todos: as Bibliotecas. Bem mais do que noutros lugares, é nelas que a cada passo encontramos aqueles que acompanharam o desenrolar dos tempos – o ontem e, premonitoriamente ou *avant la lettre*, o amanhã. O hoje, volátil como pouca coisa consegue ser, entre o ontem e o amanhã, revela-se, especialmente no contexto de uma Biblioteca, mais como passado.

Viajar no tempo, através das páginas dos livros, pode tornar-se numa aventura surpreendente. Realidade ou ficção, diante dos nossos olhos, vão assumindo contornos cativantes, intrigantes, repugnantes, porque espelham mundos habitados por outros seres que foram criados por quem não quis ser esquecido e nos deixou o que escreveu. Tomando de uma prateleira um livro já gasto, por ter passado por tantas mãos, ou um outro de lombada incólume, ali recém-chegado, aprendemos o Mundo. Não só o aprendemos, como também passamos a saber transmiti-lo. Quanto mais o fizermos, mais nos aperceberemos de quão longe poderemos ir, porque as bibliotecas se multiplicam.

Bibliotecas onde, mesmo em total silêncio, se prestarmos atenção, as vezes se sobre põem, em mil e um tons, agudos e graves, sem limites. Podemos deixar-nos interpelar por essas vozes, às vezes apenas murmuradas, que vêm de há séculos e se fazem escutar. Ou não. Só depende de cada um. Os sentidos são convocados ao sabor da essência que transportamos em nós. Não deixa de ser prodigioso que, dentro de tantos e tantos livros, haja bibliotecas frequentadas por leitores que sabemos que nunca existiram realmente – bibliotecas provincianas; bibliotecas colossais; bibliotecas fantásticas; bibliotecas atraentes; bibliotecas assustadoras; bibliotecas transbordantes de vida; bibliotecas onde a ninguém agradaria permanecer. Todas elas provindas de experiências minuciosamente relatadas ou de divagações oníricas, porém mundos que despertam sensações e pensamentos de que logo nos apropriamos. É o génio de alguns que nos faz entrar nesses lugares de prazer e perdição. Lugares que jamais conheceríamos, se as suas portas não nos tivessem sido franqueadas pela imaginação criadora dos outros.

Avancemos e recordemos algumas das mais arrebatadoras bibliotecas que, pela pena de grandes nomes, desta feita estrangeiros, mesmo que nelas jamais tenhamos podido, sequer, entrar, se transformaram em extraordinárias cidadelas que hoje fazem parte da memória que guardamos das nossas viagens.

Comecemos, por exemplo, com Saint-John Perse, Nobel da Literatura em 1960:

*Un homme s'en vint rire aux galeries de pierre des Bibliothécaires – Basilique du Livre!...*  
 [...]

*Et les murs sont d'agate où se lustrent les lampes, l'homme tête nue et les mains lisses dans les carrières de marbre jaune – où sont les livres au sérail, où sont les livres dans leurs niches, comme jadis, sous bandeletes, [...] aux chambres closes des grands Temples – les livres tristes, innombrables, par hautes couchés crétaées portant créance et sédiment dans la montée du temps...*

[...]

*Haut murs polis par le silence et par la science, et par la nuit des lampes. Silence et silencieux office. Prêtres et prêtrise. Sérapéum!*<sup>7</sup>

O excerto é de *Vents*, de 1946.

Não deixa de ser curioso o que acabámos de citar, porque é certo que Saint-John Perse, em conversa com Aristide Briand, durante um passeio no rio Potomac, aquando de uma missão diplomática em Washington, em 1921, defendendo o seu proverbial amor pela natureza e explicando a sua conhecida aversão ao papel impresso, pronuncia a célebre frase «Um livro é a morte de uma árvore», ambiguidade existencial de que nunca, como o confessará, se livrou. Tal não o tinha, aliás, impedido, em 1914, de ser conselheiro literário da Biblioteca do Congresso. Mas, na altura, era, ainda, Alexis Léger. São assim, os homens de génio: seres complexos...

Há, também, na simplicidade das crianças, rasgos que nos deixam, quantas vezes, desconcertados. Neste curiosíssimo excerto de William Saroyan, retirado de *A Comédia Humana*, romance de 1943, dois amigos, Lionel e Ulisses, visitam a Biblioteca do bairro:

«*Está procurando alguma coisa, menino?*», disse Mrs. Gallagher para Lionel.  
«*Livros*», disse Lionel baixinho.  
«*Quais são os livros que procura?*», disse a bibliotecária.  
«*Todos eles*», disse Lionel.  
«*Todos eles?*», disse a bibliotecária. «*Que quer dizer? Não se pode levar mais que quatro livros de cada vez.*»  
«*Não quero levar nenhum*», disse Lionel  
«*Bem, que pretende, então, fazer com eles?*», disse a bibliotecária.  
«*Quero só olhar para eles*», disse Lionel.  
«*Olhar para eles?*», disse a bibliotecária. «*Não é para isso que existe a biblioteca pública. Pode-se olhar o livro por dentro, pode-se olhar as figuras que há neles, mas por que diabo quer você olhar as capas?*»  
«*Gosto de olhar*», disse Lionel. «*Não posso?*»  
«*Bem*», disse a bibliotecária, «*não há uma lei contra isso.*» Olhou para Ulisses. «*E quem é esse?*», disse ela.  
«*Este aqui é Ulisses*», disse Lionel. «*Ele não sabe ler.*»  
«*E você, sabe?*», disse a bibliotecária para Lionel.  
«*Não*», disse Lionel, «*mas ele também não sabe. É por isso que somos amigos. Ele é o único homem que conheço que não sabe ler*»<sup>8</sup>.

Talvez pela sua extraordinária originalidade, recorrentemente nos venha à memória este diálogo. Abarcar o Mundo num olhar; mirar os outros. Ali juntos. Simplesmente. E dentro de uma Biblioteca.

Exactamente o contrário do que se passa com o General Stumm, de Robert Musil, em *O Homem Sem Qualidades*, escrito entre os anos 30 e 40 do século passado:

<sup>7</sup> PERSE, 1986: 186.

<sup>8</sup> SAROYAN, s.d: 198-199.



*E assim penetrei no santo-dos-santos da biblioteca. Juro-te que tive a impressão de estar a penetrar no interior de um crânio. Não havia nada à minha volta senão prateleiras e prateleiras de livros, escadas de mão e, sobre as mesas e secretárias, apenas catálogos e bibliografias, toda a quinta-essência do saber. Não se via um único livro capaz de ser lido, só livros acerca de livros: tudo aquilo cheirava a massa cinzenta e não me estou a gabar se disser que julguei ter conseguido qualquer coisa! Mas tenho de confessar que, logo que o tipo me quis deixar ali sozinho, comecei a sentir-me esquisito, pouco à vontade, é o termo; recolhido e pouco à vontade. O homem trepa-me por uma escada acima, como um macaco, agarra num volume a que deitara o olho cá de baixo, entrega-mo e diz: «Ora aí tem, meu General, uma bibliografia.» (estás a ver?) ou seja, a lista alfabética dos títulos de todos os livros e trabalhos que foram consagrados nos últimos cinco anos aos progressos das ciências éticas, com exclusão da teologia moral e das belas-letas... Pelo menos foi isso o que ele me explicou, e no fim preparava-se para fugir. Mal tive tempo de o agarrar, deitando-lhe a mão ao casaco. «Senhor Bibliotecário», exclamei, «não pode abandonar-me assim sem me explicar como é que consegue entender-se no meio de toda esta... (sim, empreguei levianamente a palavra maluqueira, porque foi a impressão que eu tive) desta maluqueira de livros<sup>9</sup>».*

Não duvidamos do à-vontade com que o General se sentiria no campo de batalha. Mas duvidamos do gosto com que permaneceria, horas a fio, naquela Biblioteca.

Muitas vezes deparamos com associações bem interessantes. Jean Guichard-Meili, em *La Bibliothéque de Borges*, de 1985, escreve o seguinte:

*[...] un livre déclassé est un livre perdu, c'est-à-dire condamné, comme une goutte d'eau dans la mer. Oui, dans l'océan quadrillé de nos millions de livres, selon les perspectives interminables des kilomètres de nos rayonnages, une goutte de savoir mal replacée parmi ses semblables est une goutte évaporée, dissipée dans une brume d'où elle peut ne ressurgir que des années plus tard, par chance, ou peut-être jamais<sup>10</sup>.*

Guichard-Meili convoca o oceano e a gota de água para nos fazer vislumbrar um vasto espaço onde algo está deslocado, fora do seu lugar, o que faz toda a diferença. É, deveras, interessante.

Já que assim é, pelo menos na nossa opinião, recorramos, de imediato a Italo Calvino e a *Se Numa Noite de Inverno um Viajante* (1979):

*Leitor, já é tempo de a tua inquieta navegação lançar a âncora. Que porto pode receber-te com maior segurança do que uma grande biblioteca? Certamente há uma na cidade donde partiste e aonde regressaste após a tua volta ao mundo, de um livro para outro. Resta-te ainda uma esperança: que os dez romances que se volatilizaram nas tuas mãos mal começaste a sua leitura se encontrem nesta biblioteca.*

*Depara-se-te finalmente um dia livre e descansado; vais à biblioteca, consultas o ficheiro; reténs-te a custo de soltar um grito de júbilo, aliás, dez gritos: todos os autores e títulos que procuras figuram no ficheiro, diligentemente registados.*

<sup>9</sup> MUSIL, s.d.: 181.

<sup>10</sup> GUICHARD-MEILI, 1985: 5.

[...]

*O olhar do leitor à tua frente, em vez de pousar no livro aberto que tem nas mãos, vagueia pelo ar. Contudo, não são olhos distraídos, os seus: uma fixidez intensa acompanha os movimentos das íris azuis. De vez em quando os vossos olhares encontram-se. A certa altura dirige-te a palavra, ou melhor, fala como que no vazio, mas sem dúvida dirigindo-se a ti:*

*«Não se admire de me ver sempre a vaguear com os olhos. De facto é esta a minha maneira de ler e só assim a leitura me é proveitosa. Se um livro me interessar realmente, não consigo segui-lo mais de poucas linhas porque a minha mente, captando um pensamento que o texto lhe propõe, ou um sentimento, ou uma interrogação, ou uma imagem, faz-lhe uma tangente e salta de pensamento em pensamento, de imagem em imagem, num itinerário de raciocínios e fantasias que precisa de percorrer até ao fim, afastando-me do livro até perdê-lo de vista. É-me indispensável o estímulo da leitura, e de uma leitura succulenta, embora só consiga ler de cada livro poucas páginas. Mas essas poucas páginas para mim já encerram o universo inteiro, de que não consigo ver o fundo».*

[...]

*É através destas espirais que, em relâmpagos que mal se distinguem, se manifesta a verdade que o livro pode conter, a sua substância última<sup>11</sup>.*

O Mundo somos nós, sendo que nós somos o Mundo. Nós e os outros. Os outros e nós. E se a Biblioteca é o espelho do Mundo, será, então, ela própria a mais detalhada, verdadeira, imperecível de todas as representações desse Mundo-Criação?

*Este pensador observou que todos os livros, por muito diferentes que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também acrescentou um facto que todos os viajantes têm confirmado: não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos<sup>12</sup>.*

Nesta citação de Jorge Luis Borges, «o homem, o imperfeito bibliotecário», parece ater-se a um alfabeto. Porém, quantos são eles? Na verdade, tantos quantos forem os seus decifradores, multiplicados pelas infinitas galerias hexagonais dessa Biblioteca-Universo. É certo que não há um livro que possa ser a chave e o resumo perfeito de todos os outros. Não é em Babel que está «O Homem do Livro».

*Afirmam os ímpios que o disparate é normal na Biblioteca e que o razoável (e até a humilde e pura coerência) é uma quase milagrosa excepção. Falam (eu sei-o) da biblioteca febril, cujos furtivos volumes correm o incessante risco de se transformarem noutros e que tudo afirmam, negam e confundem como uma divindade que delira. Estas palavras, que não só denunciam a desordem mas também a exemplificam, provam de maneira notória o seu péssimo gosto e a sua desesperada ignorância<sup>13</sup>.*

<sup>11</sup> CALVINO, 2000: 293-295.

<sup>12</sup> BORGES, 2000: 53.

<sup>13</sup> BORGES, 2000: 55.

Podemos nós mesmos imaginar Atena e Ares no Olimpo, confrontando-se como se a Biblioteca dos deuses fosse um campo de batalha. A sabedoria, a estratégia, a pertinência e o juízo enfrentando a confusão, o improviso, o descontrolo e a falta de senso. A protecção de Atena, guardiã da civilização, zelando pela cultura e pelas artes, de muito valeu, certamente, aos papiros, pergaminhos, manuscritos, incunábulo e livros que ainda hoje existem. A questão, no entanto, é que apesar da sua protecção, o mundo não pode fazer sempre sentido. Porque existimos nós e existem os outros, ambos com e sem razão.

Mais do que a propósito vem Primo Levi que, em *O Sistema Periódico*, de 1975, nos oferece o seguinte retrato:

*Logo que me foi possível, meti-me na biblioteca, quero dizer, na venerável biblioteca do Instituto Químico da Universidade de Turim, naquele tempo impenetrável aos infiéis como Meca, dificilmente também aos fiéis como eu. Pensa-se que a Direcção seguisse o sábio princípio segundo o qual é bom desencorajar as artes e as ciências: só quem tinha uma necessidade absoluta ou uma paixão subversiva é que se submetia de ânimo leve às provas de abnegação que eram exigidas para consultar os volumes. O horário era curto e irracional; a iluminação escassa; os índices estavam em desordem; no Inverno não havia qualquer aquecimento; não havia cadeiras, mas apenas escabelos metálicos incómodos e barulhentos; e, finalmente, o bibliotecário era um labrego incompetente, insolente e de uma fealdade descarada, espetado à porta para assustar com o seu aspecto e com os seus latidos os que pretendiam entrar<sup>14</sup>.*

Embora sejamos capazes de sentir a beleza, de a apreciar, mesmo à *vol d'oiseau*, por conhecermos tantas e tantas bibliotecas por esses continentes fora – infelizmente, ficámo-nos, a Oriente, pela Bibliotheca Alexandrina – devemos reconhecer tanto o belo como o horrível, mesmo que um e outro sejam subjectivos.

Tom Sharpe, em *Vícios Ancestrais*, que publicou em 1980, descreve-nos algo de irremediavelmente assustador:

*Construída em cimento reforçado e protendido, um labirinto de condutas metálicas e colunas de fibra de carbono, cada uma delas sustentando nada mais nada menos do que um acre de vidro, a biblioteca conseguia quebrar todas as regras do manual de conservação de energia. No Verão, o calor húmido que irradiava era de tal maneira intenso, que os elevadores só não ficavam presos entre os pisos graças à instalação de um sistema de ar condicionado complicadíssimo e extremamente caro.*

*Durante os meses de Inverno, passava a temperaturas glaciais e a queda de temperatura era de tal maneira abrupta que era frequente ter de se usar fogões de microondas para que os livros, que no Verão sofriam uma humidade excessiva, pudessem ser descongelados e abertos. Para remediar estes efeitos negativos, fora essencial reforçar o sistema de ar condicionado através de aquecimento central utilizando, para isso, as ditas condutas de metal que finalmente serviam para alguma coisa. Mesmo assim, graças à obsessão do arquitecto pelas tecnologias avançadas e o seu completo desconhecimento sobre que utilização dar-lhes na prática, uma pequena*

---

<sup>14</sup> LEVI, 2013: 223.

*aberta de sol podia ameaçar os estudantes, que entretanto tinham estado a bronzear-se, de logo a seguir ficarem enregelados*<sup>15</sup>.

Há uma especialíssima Biblioteca, que Steven Millhauser descreve em *Le Royaume de Morphée*, precisamente no mesmo ano de 1980, Biblioteca que aqui citamos a partir de uma versão francesa. Perigosamente aliciante, pelo menos na nossa opinião, será que, um dia, se tornará realidade?

*Je me trouvai dans ce qui paraissait être une bibliothèque mal éclairée s'étendant dans toutes les directions, à perte de vue. C'était un lieu qui ne ressemblait à aucune des bibliothèques que j'avais eu l'occasion de voir. Les rayonnages en bois ne dessinaient pas des perspectives en lignes droites, mais couraient en de paresseux meandres, formant de trompeuses ailes sinueuses qui s'évanouissaient soudain comme des sentiers forestiers. Les planches étaient disposées à des hauteurs irrégulières, pouvant aller de dix à quinze pieds, voire se perdre parfois dans les ténèbres supérieures. Les ailes étaient éclairées chichement par de petites flammes enfermées dans un cylindre de verre, fixé à des patères de bois qui ressortaient sur les montants verticaux fractionnant les rayonnages. Çà et là, entre les livres, existaient des vides de presque six pieds, et dans la plupart de ces espaces quelqu'un était étendu, lisant, ou dormant, la tête appuyée sur un oreiller. L'air était empli du léger bruit des respirations et des pages tournées doucement. Les occupants des étagères étaient allongés sur le dos, les bras croisés sur les yeux ou bien tenant le livre ouvert au-dessus de leur poitrine. Parfois ils étaient appuyés sur un coude pour lire à la lueur vacillante des lampes fixées aux rayonnages, ou bien encore ils étaient à plat ventre, un bras ballant dans le vide. Et puis çà et là, entre les livres, un couple gisait enlacé dans une langoureuse étreinte*<sup>16</sup>.

Bem antes, em 1869, *Cartas do Meu Moinho*, de Alphonse Daudet, vêem a luz do dia. Em *A Mula do Papa*, surge uma breve descrição que, pessoalmente, faz as nossas delícias:

*Quinze léguas em redor do moinho, quando se fala de um homem rancoroso, vingativo, diz-se: «Desconfiai deste homem... é como a mula do Papa, que guarda sete anos o seu coice.»*

*Procurei durante muito tempo a origem de tal provérbio, qual vinha a ser essa mula papal e esse coice guardado durante sete anos.*

[...]

*«O senhor não encontrará isso senão na biblioteca das Cigarras», disse-me, a rir, o velho Mamal.*

*A ideia pareceu-me excelente e, como a biblioteca das Cigarras está à minha porta, fui-me lá encerrar durante oito dias.*

*É uma biblioteca maravilhosa, admiravelmente montada, aberta aos poetas dia e noite, servida por pequenos bibliotecários que estão constantemente a tocar címbalo. Passei lá uns dias deliciosos e, depois de uma semana de investigações – estendido de ventre para o ar – acabei por descobrir o que queria, isto é, a história da minha mula e desse famoso coice guardado durante sete anos. O conto é bonito, ainda que um pouco ingénua, e vou tentar narrar-vo-lo tal qual o*

<sup>15</sup> SHARPE, 1990: 114.

<sup>16</sup> MILLHAUSER, 1991: 139.

*li ontem num manuscrito cor do tempo que cheirava bem a alfazema e tinha fios da Virgem por sinetes*<sup>17</sup>.

A música vem sempre a propósito. Podemos falar de bibliotecas musicais; de música em bibliotecas; de como o puro abstraccionismo que cada nota numa pauta representa logo nos suscita as maiores emoções quando essas mesmas notas se espraíam no papel e juntas nos despertam até memórias esquecidas... Talvez Mussorgsky pudesse sentir-se inspirado por alguma biblioteca que frequentasse, já que em 1874 compôs *Quadros Numa Exposição*. Por que não *Livros Numa Biblioteca*?

Divagando, vem-nos à memória *Matilda*, de Roald Dahl (1988), uma menina de cerca de 4 anos, sobredotada, que o que mais quer na vida é ler o que os adultos lêem, embora muitas vezes não compreenda o que lê. Passa imenso tempo sozinha e acaba por fazer da Biblioteca da aldeia o seu mundo. É aí que ouve um precioso conselho da bibliotecária: «Não te inquietes com o que te escapa. Lê tranquilamente e deixa que as palavras te embalem como uma música».

Entretanto, não nos esqueçamos de Aris Fakinos e de *A Cidadela da Memória*, de 1992. Há uma passagem na obra em que Mélétiós, o bibliotecário do Mosteiro do Profeta Elias, situado em frente à ilha de Paliokastro, último bastião livre da Grécia ocupada pelos otomanos dois séculos antes, filosofa com um leitor que, enquanto o ouve falar, tem a impressão de que os pergaminhos e manuscritos guardados nos armários têm boca e o dom da fala. Mélétiós, que encara a realidade à luz da experiência que lhe advém da leitura aturada de textos antigos, não se mostra muito optimista relativamente ao futuro da Humanidade. Os museólogos de Atenas que vieram, usando as mais recentes tecnologias, inventariar o património artístico dos mosteiros, não lhe inspiram grande confiança. Séculos antes, o comandante das forças otomanas, um homem culto, compreendera que os gregos iam buscar a sua força à memória do passado transmitida pelos livros, e viera, incógnito, à Biblioteca do Mosteiro, no seu enalço, antes do cerco, para os ler com atenção. Fora assim que conseguira dominar a rebelião dos habitantes de Paliokastro, destruindo o cipreste da aldeia, símbolo da sua liberdade.

Entre os *Sonetos* de Shakespeare, há um, em particular (o 53.º), que nos ocorre quando pensamos no infinito universo contido nos livros:

*Qual a substância de que és feito  
que alheias sombras aos milhões convocas?  
Se cada um tem uma, uma, de jeito  
que tu só uma, e em todas te colocas. [...]*<sup>18</sup>

Sem tempo, nem espaço de permeio, eis que Valery Larbaud, por exemplo, em *Europe*, longo e belíssimo poema que faz parte de *Les Poesies de A. O. Barnabooth*, de 1948, nos dá a sua resposta, nestes versos:

<sup>17</sup> DAUDET, s.d.: 48-49.

<sup>18</sup> MOURA, 2002: 117.

*Car lá, dans le brouillard, sont les bibliothèques! [...]  
Sentir qu'on est si haut qu'on est pris de vertige,  
Comme si quelqu'un vous murmurait les mots:  
«Je te donnerai tout cela», sur la montagne!<sup>19</sup>*

Mas respostas? Que respostas? O melhor será guardar tudo no cérebro, onde ninguém irá procurar (Ray Bradbury *dixit*, em *Fahrenheit 451*, de 1953). Ou não.

Assim sendo, deixar escrito. Porque é para o infinito que o fazemos. Para o que existirá depois de nós. Para a memória do Mundo.

Victor Hugo, em Junho de 1871, em *L'Année Terrible*, expõe esta condição de uma forma magistral:

*À Qui La Faute?  
Tu viens d'incendier la Bibliothèque?  
- Oui. J'ai mis le feu là.  
- Mais c'est un crime inouï,  
Crime commis par toi contre toi-même, infâme!  
Mais tu viens de tuer le rayon de ton âme! [...]<sup>20</sup>*

A Alma do Mundo não tem tamanho, porque, essencialmente, não tem a ver com questões de espaço e de tempo. Por isso mesmo ninguém é Senhor do Mundo. Cumpre-nos, sem dúvida, olhá-lo como o dom que é: um legado; um legado em permanente construção; um legado que, para sempre, as bibliotecas continuarão a reflectir.

Terminemos com Schopenhauer, escrevendo, em 1851, sobre os livros e a escrita:

*Os autores podem ser divididos em meteoros, planetas e estrelas fixas. [...] Só os terceiros são imutáveis, mantêm-se firmes no firmamento, brilham com luz própria e influenciam todas as eras por igual, pois o seu aspecto não se altera quando se altera o nosso ponto de vista, dado que não têm paralaxe: [...] pertencem ao Universo<sup>21</sup>.*

## BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Jorge Luis (2000) – *Ficções*. Lisboa: A/CJ.  
CALVINO, Italo (2000) – *Se Numa Noite de Inverno um Viajante*. Lisboa: Teorema.  
DAHL, Roald (2006) – *Matilda*. Paris: Gallimard.  
DAUDET, Alphonse (s.d.) – *Cartas do Meu Moinho*. Porto: Livraria Chardron.  
FAKINOS, Aris (1992) – *La Citadelle de la Mémoire*. Paris: Fayard.  
GARY, Romain (1983) – *Les Cerfs-Volants*. Paris: Gallimard.  
GUICHARD-MEILI, Jean (1985) – *La Bibliothèque de Borges*. Paris: Éditions Porte du Sud.  
HESSE, Hermann (2004) – *Da Felicidade*. Lisboa: Difel.  
—— (2005) – *Ainda Da Felicidade*. Lisboa: Difel.

<sup>19</sup> LARBAUD, 1966: 76-77.

<sup>20</sup> HUGO, 1985: 172.

<sup>21</sup> SCHOPENHAUER, 1998: 86.

- HUGO, Victor (1985) – *L'Année Terrible*. Paris: Gallimard.
- LARBAUD, Valery (1966) – *Les Poésies de A. O. Barnabooth*. Paris: Gallimard.
- LEVI, Primo (2013) – *O Sistema Periódico*. Lisboa: Teorema.
- MANGUEL, Alberto (1998) – *Uma História da Leitura*. Lisboa: Editorial Presença.
- MILLHAUSER, Steven (1991) – *Le Royaume de Morphée*. Paris: Rivages.
- MONTAIGNE, Michel de (1999) – *Dos Livros*. Lisboa: Teorema.
- MOURA, Vasco Graça (2002) – *Os Sonetos de Shakespeare: versão integral*. Lisboa: Bertrand Editora.
- MUSIL, Robert (s.d.) – *O Homem sem Qualidades. Vol. II*. Lisboa. Livros do Brasil.
- PERSE, Saint-John (1986) – *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard.
- SAROYAN, William (s.d.) – *A Comédia Humana*. Rio de Janeiro. Editora Pan-Americana.
- SCHOPENHAUER, Arthur (1914) – *Aphorismes Sur la Sagesse Dans la Vie*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- (1998) – *Aforismos*. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- SHARPE, Tom (1990) – *Vícios Ancestrais*. Lisboa: Teorema.



# RECENSÕES

## APRENDER DEL CINE: NARRATIVA Y DIDÁCTICA.

LUÍS ALBERTO ALVES, FRANCISCO GARCÍA GARCÍA & PEDRO ALVES (COORD.)  
MADRID: CITCEM/ÍCONO14, 2015

A obra *Aprender del cine: narrativa y didáctica* (Alves, García & Alves [coords.], 2015), publicada pela editorial da associação científica «Ícono 14», na sua colecção «Estudios de Narrativa», congrega, em si mesma, um importante conjunto de estudos académicos relacionando os aspectos de produção e gramática cinematográficas com a recepção filmica, a sua pragmática e o estudo da sua aplicação em contexto escolar. Reunindo académicos portugueses e espanhóis, a investigação, desdobrada em trabalho teórico e empírico transdisciplinar, delimita e fixa o objecto de estudo, bem como perspectiva o seu desenvolvimento futuro.

Em concreto, este programa investigativo internacional incide sobre as possibilidades e os cuidados relativos ao uso do cinema na escola, como ferramenta de ensino/aprendizagem, sendo impulsionado a partir da Unidade de Investigação CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e da já referida Associação Científica espanhola, ÍCONO 14.

### O livro

Poder-se-ia dividir em três grandes blocos os seis artigos que configuram o núcleo da obra: os que estudam a produção cinematográfica pelo prisma do seu *pathos* (produção, narrativa e impactos – García García; Mario Rajas); os que privilegiam reflexões teóricas sobre as problemáticas da recepção (Rajas; Alves) e, por fim, os que dão conta, de modo teórico e empírico, de experiências de aplicação didáctica do cinema e respectiva história

no século XX nomeadamente em Portugal (García & Ruíz; Ribeiro & Alves; e Reigada), no campo específico da disciplina de História. Uma palavra ainda para os textos que se ocupam da explicação e contextualização da obra e do projecto científico e para as reflexões de âmbito mais geral (L. A. Alves e P. Alves) para além, e como que a «abrir o plano» – para usar uma linguagem de raiz cinematográfica –, das «Notas conclusivas», de João Teixeira Lopes, que fornece um olhar próprio a partir da sociologia da arte.

«Primeira pedra» impressa do projecto «Cinema, Didáctica e Cultura», lançado (ainda que sob uma designação diferente) em 2012, a obra coroa a fase inicial de estudos, pautada pela realização de seminários de reflexão, pela produção de artigos científicos, teses de doutoramento e acções de formação de professores. Desdobrando-se nestes diferentes âmbitos, um tal conjunto de acções constitui, mais do que um mero projecto investigativo específico, todo um programa científico no qual, como assinala Pedro Alves, um dos investigadores envolvidos, «sempre acreditámos [que] tinha e tem muitos caminhos a percorrer» (p. 11).

Oscilando entre o particular e o geral, a teoria e a prática e entre autor e espectador enquanto figuras construtoras do objecto fílmico, os investigadores não se limitam a reiterar o quase truísmo de que a produção artística é sempre um labor mútuo de cada autor e de cada receptor. Explicitam, pelo contrário, as modalidades e razões pelas quais assim é; no caso do cinema, as tácticas discursivas, a gramática, as estratégias, técnicas e recursos pelos quais a «sétima arte» se impõe como a mais impressiva e pregnante de todas as formas artísticas.

No plano teórico, o conjunto bibliográfico convocado pelo conjunto destes investigadores é um repositório actualíssimo do «estado da arte» neste campo de investigação. Se só isso bastaria para tornar esta desprezível obra uma referência para os investigadores (pelo menos de língua portuguesa e espanhola) interessados nestes temas (quer digam respeito ao cinema, quer a narratologia, à semiose da imagem ou à didáctica aplicada), a sua relevância, porém, não se esgota aqui. Fragmentos de investigações doutorais em conclusão ou repositórios de longas experiências de investigação académica sobre o tema, consoante os respectivos autores, cada artigo constitui um campo denso de problematização que, como em qualquer programa científico, desdobra cada resposta que encontra num novo nicho de perguntas e questões que se ergue.

Ao privilegiar o carácter pragmático da recepção, os autores não abandonam, como se disse, as questões de produção. Mas, mais do que isso, as diferentes reflexões a que procedem não perdem nunca de vista essa produção enquanto *techné* que tanto preside à produção do objecto filmico quanto garante a eficácia da sua penetração. E aqui encontrará o leitor não especializado uma excelente razão para aprender com este «Aprender del cine...».

Sublinha-se, ainda, um outro aspecto da maior relevância que esta obra e, mais do que ela, o programa científico em que se filia, representam. A saber, o seu significado (pelo menos) para a comunidade científica portuguesa na «luta contra o estigma da marginalização das investigações no domínio das ciências humanas e sociais [...] contra os muros de natureza financeira que são erguidos de forma (in)esperada» (Alves, p. 13). Uma importância tanto maior, quanto crescente tem vindo a tornar-se, entre nós, o peso da ideologia cientifista tendente a reduzir a concepção e o investimento dominantes de e em «ciência» aos campos das chamadas «tecnociências». Por seu lado, o carácter interdisciplinar e internacional do programa reforça a importância e a solidez dos

problemas que sabe levantar e das conclusões a que consiga chegar.

Um dos pontos nucleares do programa teórico-académico (e concretamente de vários dos artigos deste livro) consiste na sua ligação à prática, através da discussão do cinema enquanto ferramenta didáctica. Discussão teórica (García & Ruíz), discussão histórica (Ribeiro & Alves, que traçam uma concisa mas densa e informativa «história social do objecto»<sup>1</sup> cinematográfico na escola e como escola) e discussão prática (Reigada, que sintetiza um estudo de caso, no âmbito da disciplina de História). Se os resultados empíricos se afiguram estimulantes, se o cinema enquanto objecto artístico se reveste de um enorme potencial enquanto instrumento didáctico, a reflexão dos autores causa, sem excepção, entusiasmo com prudência.

### Das virtudes e dos problemas

É genericamente conhecido o poder da imagem enquanto imagem do poder. Como sublinha Moisés Martins<sup>2</sup>, «por muita força e poder que a imagem tecnológica tenha, ela não é o poder. [...] Nos anos sessenta, também McLuhan [...] insistiu neste ponto: não é ao nível das ideias e dos conceitos que a tecnologia tem os seus efeitos; são as relações dos sentidos e os modelos de percepção que ela transforma a pouco e pouco, e sem encontrar a menor resistência». Para este investigador da Universidade do Minho, as «novas tecnologias da comunicação e da informação, especificamente a fotografia, o cinema, a televisão, o multimédia, as redes cibernéticas e os ambientes virtuais, funcionam para nós como próteses de produção de emoções, como maquinetas que modelam em nós uma sensibilidade puxada à manivela»<sup>3</sup>.

Com um lugar de ponta entre as «indústrias da consciência»<sup>4</sup>, o cinema não pode, pois,

<sup>1</sup> BOURDIEU, 1989 [1987].

<sup>2</sup> MARTINS, 2006: 4 e 6.

<sup>3</sup> MARTINS, 2002: 4.

<sup>4</sup> ROMANO, 2006.

deixar de vincular ao seu uso formativo, o seu carácter performativo. O que lhe confere, de resto, uma posição destacada na história da propaganda ao longo de todo o século XX, conforme na obra aqui em análise destacam, estudando o caso português, Cláudia Ribeiro e Luís Alberto Alves.

Todavia, seria uma ilusão limitar o pensamento sobre o lado menos luminoso dos usos do cinema na formação das consciências a ditaduras como a hitleriana (e Leni Riefenstahl seria disto o paradigma) ou mesmo o Estado Novo que, no seu estudo, descrevem os dois últimos autores referidos. O pensamento e o agir político das modernas oligarquias liberais não só não esquece como reconhece o poder de penetração do audiovisual e do cinema nos públicos a que se destina. Citado por Valle<sup>5</sup>, o antigo Conselheiro Nacional norte-americano de Segurança, Zbigniew Brzezinski (1977-1981), sublinhava como o «domínio cultural dos Estados Unidos foi até agora um aspecto subestimado da sua potência global. [...] a cultura de massa americana exerce, particularmente sobre a juventude, uma irresistível sedução. Os programas americanos alimentam três quartos do mercado mundial de televisão e de cinema. A América retira um prestígio político e uma margem de manobra inigualáveis» [...] os Estados Unidos detêm um poder «de um alcance incalculável permitindo-lhes modelar o pensamento de vários biliões de indivíduos. É uma maneira de conceber a cultura, os costumes, a informação, a política, o uso da força, que os Americanos fazem entrar nas cabeças».

Na mesma linha, o investigador francês Jean-Michel Valantin<sup>6</sup>, ao examinar as ligações entre Washington, Hollywood e o Pentágono, salientava como a «produção estratégica representa uma actividade colectiva dominante que mobiliza tanto o Estado quanto a indústria, não apenas a militar mas também civil, o sector científico, a universidade, os media e largas

franjas da sociedade civil». O filme, acrescenta este autor, «fornece à virtualidade do pensamento estratégico ou à evanescência da memória colectiva, a densidade, a impressão de realidade afectiva da imagem cinematográfica, criando uma História alternativa imaginada e transformada em espectáculo colectivo que constitui um universo mental onde a actualidade estratégica é jogada ou rejogada de forma a ser debatida ou ‘aperfeiçoada’»<sup>7</sup>.

Os riscos de manipulação político-ideológica através do que parecem ser apenas produções estéticas e ficcionais de uma determinada forma artística, em especial no cinema *mainstream*, mas não apenas (fenómenos da mesma natureza embora de graus diferentes ocorrem com as cinematografias ditas independentes ou alternativas), não são contudo os únicos elementos cautelares em relação ao uso das imagens e concretamente dos filmes nas salas de aula. Do outro lado da equação, encontram-se ainda não apenas os professores (mulheres e homens concretos) como a figura mesma do professor, acerca da qual Bertrand Russell<sup>8</sup> observava há mais já de meio século como «os governos perceberam quão fácil é, no decurso da instrução, inculcar crenças sobre matérias controversas e promover hábitos mentais que podem ou não ser inconvenientes para a sua autoridade. [...] nos países civilizados, a defesa do Estado está tanto nas mãos dos professores quanto das forças armadas».

A atenção requerida é tanto maior caso se tenha em conta as advertências de Guy Debord, provenientes do já longínquo final dos anos 1980. O que mudou na passagem do «espectáculo concentrado» (simplificando: a propaganda ideológica das vetustas ditaduras da primeira metade de novecentos) ao «espectáculo integrado» (que satura as sociedades contemporâneas) não foi a criação de tecnologias mais poderosas ou acessíveis, mas sim a produção de toda «uma geração submetida às suas leis»<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> VALLE, 2001: 203.

<sup>6</sup> VALANTIN, 2004: 9.

<sup>7</sup> VALANTIN, 2004: 9.

<sup>8</sup> RUSSELL, 2000 [1950]: 76.

<sup>9</sup> DEBORD, 1995 [1988]: 22.

O actual «espectáculo» já não é, sequer, e continuando a usar a grelha de Debord, o tempo do «espectacular difuso», pautado pelo generalizado incitamento publicitário ao consumo enquanto metáfora geral da liberdade de escolha. O que se joga nas actuais articulações espectaculares de núcleo elidido é o pautar das condutas sociais, a delimitação e estruturação do pensável enquanto já pensado, do sentir enquanto já sentido<sup>10</sup> toda uma configuração geral das subjectividades aceitáveis, em suma, como nas palavras de Žižek, a redução do possível ao existente<sup>11</sup>.

*Quando o espectacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica escapava-lhe; quando era apenas difuso, apenas uma parte diminuta. Hoje nada lhe escapa. O espectáculo misturou-se com toda a realidade, irradiando-a. [...] O governo do espectáculo, que presentemente detém todos os meios de falsificar o conjunto da produção assim como da percepção é senhor absoluto das recordações tal como é senhor incontratado dos projectos que modelam o mais longínquo futuro<sup>12</sup>.*

### As perspectivas

Percebe-se, por estes apontamentos críticos, a sensibilidade extrema do problema da inclusão do cinema nas salas de aula e, por conseguinte, a importância do seu estudo científico. Mas, uma outra questão final emerge. Esta, relativa à didáctica que abrange não apenas, nem especialmente o cinema, mas sim o conflito central no nosso tempo entre imagem e palavra, de há muito abordado pelo pensamento pedagógico. Neil Postman<sup>13</sup> observava como por um lado «há o mundo da palavra impressa, com a sua ênfase na lógica, na sequência histórica, exposição, objectividade, liberdade de espírito e disciplina». Mas como, por outro lado,

*há o mundo da televisão, com a sua ênfase na imagística, narrativa, actualidade, simultaneidade, intimidade, gratificação imediata e rápida resposta emocional. As crianças vão para a escola profundamente condicionadas pelos preconceitos da televisão e, ali, encontram o mundo da palavra escrita. Ocorre uma espécie de batalha física e há muito feridos – crianças que não conseguem organizar o seu pensamento numa estrutura lógica, mesmo num simples parágrafo, crianças que não conseguem aguentar uma exposição ou uma explicação oral durante mais do que alguns minutos seguidos.*

Se a empiria constata como a introdução do cinema na escola parece proporcionar resultados positivos no plano, por exemplo, da «Comunicação em História» (CeH), uma das «competências essenciais» da disciplina, segundo os enunciados programáticos ministeriais para a disciplina (cf. o artigo de Tiago Reigada neste livro, especialmente p. 195 e ss.); se as virtualidades do filme por sobre as do manual no questionamento das fontes históricas pelos alunos e dos argumentos de autoridade também foi notada pela investigação (*ibid.*); se o cinema constitui uma fonte porventura inexcedível de agendamento e tematização do debate (a *Agora* de que fala Francisco García, no livro), o tópico assinalado por Postman, à semelhança do demais aqui referidos e dos discutidos na obra em apreciação, não poderá ser descurado. Por outras palavras, apesar de necessários, o critério de escolha do filme e o da preparação crítica da sua introdução em aula, os cuidados com a formação dos professores, não são os únicos elementos a ponderar em relação aos usos do cinema enquanto ferramenta didáctica. Para além deles perfilam-se ainda os feixes problemáticos levantados pela difícil equação em torno dos sérios problemas pedagógicos de uma escola de palavras numa época de imagens. Saber se o cinema constitui uma parte do problema ou da solução há-de ser uma das tarefas maiores que espera este programa científico e o seu corpo de investigadores.

<sup>10</sup> PERNIOLA, 1993 [1991].

<sup>11</sup> Cf. SOUSA DIAS, 2014: 15-34.

<sup>12</sup> DEBORD, 1995 [1988]: 22.

<sup>13</sup> POSTMAN, 1994 [1992]: 22.

Um tal universo de problemas requer, pois, uma utensilagem teórica, uma multiplicação de pesquisa empírica, uma interdisciplinaridade e uma supranacionalidade no estudo que garantem a um programa científico deste tipo mais do que um futuro potencialmente relevante, um imprescindível presente. Desde logo nas acções de formação de professores aderentes ao programa. Segundo os seus responsáveis, a articulação do projecto com o Plano Nacional de Cinema (PNC) que, tendo partido dos tempos de Francisco José Viegas na Secretaria de Estado da Cultura, começa a chegar ao terreno, afigura-se estimulante também nesta dimensão.

Escreve, aliás, um dos coordenadores do projecto, Luís Alberto Alves (p. 225-226) a fechar a obra, e sintetizando tudo o acima observado, que o programa científico em curso

*continua hoje a fazer sentido embora seja mais possível dar-lhe um cunho mais utilitário, construindo instrumentos de operacionalização da recepção, acentuando a formação junto dos agentes que estão no terreno do espaço educativo ou social, utilizando técnicas de recolha de informações úteis, não apenas para os investigadores, mas também para os que continuarão a lidar com os destinatários, permitindo constituir um «espólio» investigativo laboratorial que permitirá garantir uma consistência epistemológica mais inquestionável. Daí que na nova versão que pretendemos enunciar – e anunciar – ele tomará uma designa-*

*ção que procurará apontar para esses novos caminhos – Cinema, Didática e Cultura.*

RUI PEREIRA  
(CECS – ICS)

## Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1989 [1987]) – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- DEBORD, Guy (1995 [1988]) – *Comentários sobre a sociedade do espectáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile.
- MARTINS, Moisés de Lemos (2002) – *De animais de promessa a animais em sofrimento de finalidade*. In *O Escritor*, n. 18/19/20, Associação Portuguesa de Escritores, p. 351-354. Disponível em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1676/1/mmartins\\_AnimaisdePromessa\\_2002.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1676/1/mmartins_AnimaisdePromessa_2002.pdf).
- (2003) – *O poder das imagens e as imagens do poder*. In *A Tirania da Imagem*, Cadernos do ISTA, n.º 15. Lisboa: Instituto São Tomás de Aquino, p. 127-134. Disponível em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1674/1/mmartins\\_PoderImagens\\_2003.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1674/1/mmartins_PoderImagens_2003.pdf).
- PERNIOLA, Mario (1993 [1991]) – *Do sentir*. Lisboa: Ed. Presença.
- POSTMAN, Neil (1994 [1992]) – *Tecnopolia – Quando a cultura se rende à tecnologia*. Lisboa: Difusão Cultural
- ROMANO, Vicente (2006) – *A formação da mentalidade submissa*. Porto: Ed. Deriva.
- RUSSELL, Bertrand (2000 [1950]) – *As funções de um professor*. In POMBO, Olga, org. – *Quatro textos excêntricos – Filosofia da Educação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- SOUSA DIAS (2014) – *Žižek, Marx & Beckett e a democracia por vir*. Lisboa: Sistema Solar (Documenta).
- VALANTIN, Jean-Michel (2003) – *Hollywood, le Pentagone et Washington – Les trois acteurs d'une stratégie globale*. Paris: Autrement.
- VALLE, Alexandre del (2001) – *Guerras contra a Europa*. Lisboa: Hugin Ed.

## LA HISTORIA RECIENTE EN LA ESCUELA: SABERES Y PRÁCTICAS DOCENTES EN TORNO A LA ÚLTIMA DICTADURA.

MARÍA PAULA GONZÁLEZ

BUENOS AIRES, ARGENTINA: UNIVERSIDADE NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO, 2014

O livro *La historia reciente en la escuela: saberes y practicas docentes en torno a la ultima dictadura*, da historiadora argentina María Paula González, investiga as práticas e saberes mobilizados pelos docentes no ensino da última ditadura militar na Argentina (1976-1983), considerada uma das mais violentas ditaduras da América do Sul. A obra é fruto da sua tese de doutoramento em Didática das Ciências Sociais defendida na Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha, em 2008. Atualmente, González é professora adjunta de História na Universidade Nacional de General Sarmiento, província de Buenos Aires.

Dialogando com a recente produção historiográfica sobre o ensino da história da última ditadura na Argentina, González concentra sua investigação no professor, analisando seus discursos sobre os passados dolorosos no Ensino de História; suas reflexões sobre os objetivos do ensino de história; as estratégias e materiais adotados nas salas de aulas; as relações estabelecidas entre professores e os demais atores educativos e instituições escolares. A historiadora trabalhou com duas hipóteses investigativas: 1) as práticas e saberes docentes são forjados por múltiplas referências informativas ao invés de serem linearmente resultados de uma simplificação da ciência de referência que alimenta o saber escolar; 2) no caso argentino, a narrativa do *Nunca Más*<sup>1</sup> tornou-se predomi-

nante no ensino de história do passado recente, expondo as relações entre história e memória.

O principal corpo documental da pesquisa é um conjunto de entrevistas realizadas pela própria historiadora entre os anos de 2004 e 2012 com professores de história do nível secundário de escolas públicas e privadas. Também são utilizadas como fontes as normatizações oficiais vigentes entre 1993 e 2012, período marcado pela reforma educativa argentina. A esse respeito, a própria autora reconhece as potencialidades e também os limites do uso prioritário de fontes orais no desenvolvimento da pesquisa. Para os historiadores dedicados ao Tempo Presente, os depoimentos se tornaram fonte preciosa na compreensão das sensibilidades, das autocensuras e das subjetividades que forjam os posicionamentos e ações individuais e coletivos no tempo.

As graves violações dos direitos humanos cometidas pelas ditaduras militares da América do Sul nos anos de 1960 e 1970 tornaram-se tema recorrente no espaço público a partir do final dos anos de 1980 e 1990, décadas marcadas pelos diferentes processos de redemocratização nos países do Cone Sul. As maneiras de lidar com este passado doloroso – sensível pela dor que não cessa; pelos restos mortais não localizados; pelos traumas da tortura; pelos arquivos fechados; pelas colaborações e silêncios – ainda é um desafio para a reconciliação nacional e para a construção de um futuro

<sup>1</sup> O relatório *Nunca Más* é o resultado das investigações oficiais realizadas pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), criada na administração do então presidente Raúl Affonsin (1983-1989). O relatório foi publicado em 1984, tornando-se um *best-seller* na Argentina. A função da Comissão era a busca da verdade através do registro de testemunhos e a busca de informa-

ções que identificassem o número de mortos e desaparecidos políticos nos anos da última ditadura (1976-1983), além de identificar os centros de detenção clandestinos e as práticas de tortura e desaparecimento forçados utilizadas pelos agentes da repressão.



democrático nos países sul-americanos. Se nos espaços públicos, nas universidades, nos meios de comunicação e nos tribunais o tema ainda gera inúmeros debates e controvérsias, evidenciando as batalhas pela memória, na escola, lugar tradicionalmente marcado pelo ensino do conhecimento consensual, seu tratamento se torna ainda mais difícil. Afinal, o ensino dos passados dolorosos rompe com a tradicional função da história ensinada, ou seja, a valorização dos episódios fundacionais da história nacional – com seus heróis e momentos épicos. Neste caso, trata-se de uma história envergonhada, marcada pelo arbítrio, pelo horror, pela violência e clandestinidade como forma de ação política.

Ora, quais e como os conteúdos são abordados pelos docentes nas suas aulas? Quais saberes e práticas são acionados para tratar de uma história recente marcada por tamanha violência? Como a memória e a história se entrelaçam nas salas de aula? Que referências são acionadas para narrar essa história? A autora propõe responder essas questões organizando sua pesquisa a partir de eixos temáticos que dividem o livro em quatro capítulos: a relação entre a memória e a história nas normatizações oficiais sobre o ensino de história recente na Argentina; o professor e suas memórias sobre o passado recente vivido; o passado recente e as escolas; o passado recente nas aulas. Para González, o discurso produzido pelo *Nunca Más* atravessa o ensino da história recente em detrimento de outras memórias e análises mais recentes produzidas pela historiografia argentina.

A autora incorpora ao seu trabalho conceitos caros à antropologia, à sociologia, à história, à didática e à pedagogia, propondo que os conteúdos escolares ensinados não são fruto de uma transposição didática linear; ao contrário, são marcados por embates sociais e forças políticas nos quais os professores também são protagonistas – com suas experiências pessoais, seus posicionamentos políticos, autocensuras e relações estabelecidas com os espaços onde

atuam. Tensões sociais expressas pelo posicionamento dos diretores, pais, alunos, normas oficiais e também pelos próprios professores, produzem silêncios, nuances e sombras no tratamento dos conteúdos escolares. Assim, as escolas também são espaços sociais marcados pelas batalhas da memória, vendo-se invadidas constantemente pelas tensões coletivas.

González faz um importante e difícil movimento analítico ao articular as disputas políticas e sociais engendradas em uma sociedade ao ensino da disciplina escolar, neste caso, ao ensino dos passados dolorosos em História. As práticas docentes, assim como seus saberes, são elaboradas a partir de uma multiplicidade de referências (legislações, produções culturais, investigações científicas de diversas áreas, trajetórias biográficas e memórias individuais, posicionamentos éticos e políticos, cultura escolar, pressões societárias) que interferem no processo de ensino e aprendizagem histórica. Também não há uma homogeneidade no exercício da prática docente, ainda que alguns materiais didáticos e fontes sejam recorrentemente usados por uma parcela majoritária dos professores (no caso argentino, o relatório *Nunca Más* e películas como *La noche de los lápices* e *La Historia oficial*), com apropriações e objetivos distintos pelos professores no uso desses documentos na sala de aula (muitas vezes, como demonstrou González, sem a contextualização necessária à formação crítica do jovem educando).

Em certo sentido, sua pesquisa contribui para a reflexão da história das disciplinas escolares, das práticas docentes e dos múltiplos fatores que interferem na produção do conhecimento escolar, para além da suposta transmissão linear existente entre a ciência de referência e o saber escolar. Sem dúvida, sua pesquisa ultrapassa as barreiras de uma análise de caso vinculado a uma experiência nacional específica, contribuindo para aprofundar as reflexões no campo da Educação histórica, ainda que restrinja suas análises às práticas docentes no ensino de história. Aliás, nesta pes-



quiza, os professores são apresentados como protagonistas, por excelência, do ato de ensinar – rompendo com perspectivas que nos reduzem a simples mediadores do conhecimento.

Para além dos problemas que marcam o ensino dos passados dolorosos, González apresenta as possibilidades no tratamento desse passado. Ao invés de evitá-lo, afirma a autora, é preciso que professores se apropriem dele, ampliando as discussões sobre a responsabilidade ética e política das sociedades no alvorecer do século XXI; favorecendo a construção de uma autonomia crítica entre os jovens, tornando-os cidadãos críticos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Diante das inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas vividas pelos países oci-

dentais nas últimas décadas, cujas consequências incluem o reforço do fundamentalismo religioso, do conservadorismo político e da maximização do lucro, o outro se torna cada vez mais objeto de intolerância. Neste quadro, torna-se imperativo no presente, conhecer criticamente o passado e seus momentos traumáticos; enfatizar os diferentes níveis de responsabilidade dos atores sociais (individuais e coletivos); fortalecer a defesa da democracia, da justiça social e dos direitos humanos como valores inegociáveis no nosso horizonte de expectativas. O ato de lembrar tornar-se-á então um ato de reflexão contínua.

TATYANA MAIA  
(INVESTIGADORA DO CITCEM  
E BOLSEIRA CAPES)

## INFÂNCIA MARGINALIZADA E DELINQUENTE NA 1.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1910-1926) – DE PERDIDOS A PROTEGIDOS... E EDUCADOS

ERNESTO CANDEIAS MARTINS  
COIMBRA: PALIMAGE, 2014

Passeando-se pelos pouco delimitados campos da História da Educação, História Social da Infância e História da Assistência à Infância, Ernesto Candéias Martins procura, na obra *Infância Marginalizada e Delinquente na 1.<sup>a</sup> República (1910-1926) – De Perdidos a Protegidos... e educados*, preencher um espaço que demora em ver-se alvo da devoção dos investigadores destas áreas temáticas. De facto, esse é o postulado enunciado desde logo numa introdução demorada, que procura clarificar princípios, conceitos, questões de partida e objetivos. Ficam também evidentes as fontes e documentos arquivísticos consultados, assim como a estrutura deste livro que, em mais de quatrocentas páginas, se distribui por três capítulos que procuram manter uma coerência em torno da utilização de um termo que pode ser controverso, mas que não deixa de ser intitulado: «dispositivo».

*Escasseiam, pois, os estudos historiográficos da História da Infância, da educação, da assistência e proteção, principalmente no referente à «OUTRA» infância, a «sem voz» e «sem vez» nessa época.*

Assim, num primeiro capítulo, procura-se traçar um breve panorama sobre os paradigmas da delinquência, espelhados nas diversas escolas e enfoques que se desenvolveram ao longo dos tempos; o sistema jurídico para a infância, no que se refere em particular à «Lei de Proteção à Infância» de 1911; e sobre os mecanismos e instrumentos criados na esteira deste novo quadro legal que prevê a indispensabilidade de tribunais (tutorias) próprios para julgar os delinquentes infantis – colocando Portugal, acompanhado da Bélgica, na van-

guarda da Europa no que a esta matéria se refere.

O segundo capítulo discorre em torno de duas perspetivas relacionadas com a proteção assistencial e socioeducativa da infância: a perspetiva assistencial e a perspetiva jurídico-social. Na primeira, atende-se às situações de intervenção preventiva da mendicidade, do abandono e do desvio social, às políticas sociais e assistenciais e aos contributos do desenvolvimento das novas ciências emergentes nos princípios do século XX. Na segunda, como o título indica, é à letra da lei que se lança um olhar mais atento, procurando compreender no âmbito jurídico o que se entende por menoridade, imputabilidade, discernimento e responsabilidade; e quais os serviços e instituições protecionais criados pela legislação.

A terceira parte deste trabalho faz um *zoom* a diversas instituições tutelares de menores desfavorecidos, em regime de internato ou semi-internato, de tipologia variável (detenção, recolhimento, assistência, educação, correção ou reeducação), dirigido a públicos diversos (órfãs, mendigas, abandonadas, anormais, delinquentes) mas com as mesmas intenções: (re)educar, amparar e proteger os «resíduos» da sociedade. Dá ainda um *lami*ré aos métodos educacionais no internato, que, com mais propriedade, devem ser entendidos como áreas disciplinares (instrução elementar, educação musical e canto, educação física e «ginástica pedagógica», trabalhos manuais pedagógicos e o desenho, etc.).

Mantendo a coerência estrutural que lhe é reconhecida pelo prefaciador Justino de Magalhães, os três capítulos terminam sempre com um corpo de anexos inéditos relacionados com as instituições tutelares estudadas. Quadros e

fotografias fornecem dados relevantes sobre os menores que frequentavam estes estabelecimentos, completando de forma numérica e visual o que as palavras deixaram menos claro.

Nas reflexões a reter, o autor enumera em cinco pontos o essencial deste trabalho, traçando um breve panorama sobre as práticas educativas circunscritas nas instituições correccionais e de assistência. Aqui, aproveita ainda para chamar a lume os nomes de diversos historiadores da educação, salientando a ausência de estudos sobre esta temática, lateral na investigação destes. Todavia, e apesar de mencionar que «academicamente surgiram vários estudos de investigação histórica sobre ‘expostos’, crianças abandonadas em zonas específicas do País, monografia sobre asilos, sociedades protetoras, acolhimentos, instituições assistenciais, tutorias, reformatórios e/ou educadores que dedicaram a sua vida em prol daquela infância»,

nota-se a ausência de referência e consulta de bibliografia recente, de âmbito académico ou extrauniversitário, que permitisse compreender que, apesar de «os marginais serem marginalizados», muito se percorreu nos últimos anos neste campo temático. Ignorar este esforço investigativo contribui para o isolamento efetivo de que esta área é vítima.

Obra de grande fôlego de investigação e pesquisa documental, a *Infância Marginalizada...* oferece ao leitor um ponto de chegada no que se refere à sistematização de legislação, à identificação de referências bibliográficas (anuários, imprensa, estudos) que constituem importantes fontes históricas e à contextualização evolutiva de conceitos basilares para a compreensão histórica da «outra infância».

CLÁUDIA RIBEIRO  
(CITCEM/FLUP)

## LUUANDA HÁ 50 ANOS: CRÍTICAS, PRÉMIOS, PROTESTOS E SILENCIAMENTO

FRANCISCO TOPA (INTR., REC. E ED.)  
[S. L.]: SOMBRA PELA CINTURA, 2014

Assinalando o cinquentenário da publicação de *Luuanda*, de José Luandino Vieira, este livro insere-se no vasto conjunto de iniciativas que em 2014 foram dinamizadas por Francisco Topa, em torno de um escritor incontornável da Lusofonia e «um dos processos mais nefandos da nossa – lusa e angolana – moderna história literária» (p. 5).

Impresso pela primeira vez em outubro de 1964, o volume de *estórias* intitulado *Luuanda* (com dois *uu*, para angolanizar o topónimo) logo foi identificado por muitos como a obra fundadora da literatura angolana (p. 32, 45) ou, segundo os mais cautelosos, o primeiro passo para a sua criação (p. 50). Isso mesmo demonstram as treze recensões que o investigador compendia na primeira parte do seu livro, a partir da imprensa da altura, e que «constituirão o essencial da receção crítica de que *Luuanda* foi objeto aquando da sua publicação» (p. 6). De um modo geral, os críticos que assinaram essas primeiras resenhas rendem-se «à qualidade [...] e à novidade de *Luuanda*» (p. 6), ressaltando a fineza da análise social, empreendida em torno de segmentos da população até aí ignorados (p. 31), e «uma possibilidade excepcional de recriação artística» da realidade dos musseques (p. 46), que colocava o livro nas estantes do Neorrealismo (p. 22). Enalteciam sobretudo ainda a criação de uma linguagem nova, inspirada por essa realidade social, com «as tropelias fonéticas, sintácticas e semânticas sofridas pelo português em contacto com os linguajares tradicionais autóctones» (p. 24), que imediatamente suscitou a comparação de Luandino a um nome maior da literatura brasileira: Guimarães Rosa (p. 24, 28, 29, 38).

Segundo os materiais agora compilados, a primeira etapa da receção de *Luuanda* mereceu

portanto o generalizado aplauso da crítica, que vinha aliás corroborar a aclamação entretanto consumada por dois galardões literários, cuja cronologia Francisco Topa reconstitui na segunda parte do livro (p. 51-66): o prémio Mota Veiga de 1963 (outorgado ao manuscrito inédito) e o Prémio de Novelística, atribuído em maio de 1965 pela Sociedade Portuguesa de Escritores.

Aparentemente, nada faria pois adivinhar a reviravolta que se sucedeu. Como documenta a terceira parte do volume (p. 67-315), a atribuição do prémio da SPE foi imediatamente seguida de uma campanha orquestrada pelo Regime, visando o autor (já então preso, por se envolver na luta pela independência) e os elementos do júri, que acabariam detidos para interrogatório, culminando os acontecimentos com a extinção da SPE, pelo Ministro Galvão Teles.

Ao longo de 250 páginas, Francisco Topa compendia assim grande parte das matérias incluídas, após a atribuição do prémio, em dois diários da metrópole que lideraram o processo (*Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*), nos dois maiores jornais de Angola (*Diário de Luanda* e *ABC*) e num outro de Moçambique (*Notícias*). Sem pretender ser exaustivo, o levantamento apresentado é suficientemente amplo, para se perceber que «parte do material publicado é fornecido pela agência de notícias Lusitânia, o que explica, por um lado, as repetições e, por outro, a circularidade das citações» (p. 71).

Entre os materiais compilados a partir da imprensa periódica, encontram-se aqui alguns dignos de destaque: a notícia da atribuição do Prémio de Novelística, acompanhada de uma nota, encenadamente enviada de Londres,

revelando ser Luandino Vieira um condenado «por atividades subversivas» (p. 77-78); uma declaração da Fundação Gulbenkian – que patrocinava o Prémio – demarcando-se do incidente (p. 79, 125); um comunicado da SPE, esclarecendo desconhecer a identidade do autor e justificando a atribuição do prémio exclusivamente com o valor literário de *Luuanda* (p. 84-85); idênticos depoimentos, por parte do júri do Prémio Mota Veiga e da ANANGOLA – que já antes haviam distinguido a obra do escritor (p. 222, 235); ou ainda uma extensa matéria sobre o opúsculo em que Joaquim Paço d’Arcos esmiuçava razões para a sua rotura com a SPE, quando esta se encontrava debaixo de fogo (p. 264-273). Curioso será ainda cotejar, por exemplo, uma notícia que Francisco Topa transcreve a partir do *New York Times* (p. 319) e os ecos que a esse respeito foram publicados no *Diário da Manhã* (p. 183). A manipulação que o jornal português faz da notícia estrangeira, apresentando um texto condenatório como se de apoio ao governo português se tratasse, vem testemunhar, mais uma vez, o incómodo das autoridades, perante o «escândalo internacional sobre assuntos que só a nós, cá dentro, dizem respeito» (p. 206).

Quanto ao mais, o que prepondera na última parte da antologia é uma volumosa massa de textos mais ou menos inflamados, por parte dos apoiantes do Regime, que se insurgem, primeiro que tudo, contra a premiação de «um terrorista» (p. 80), e em segundo plano contestam o valor literário de *Luuanda*, considerado um «atentado contra a língua portuguesa» (p. 92), por recriar literariamente uma linguagem próxima à oralidade dos musiques (p. 122).

Talvez mais interessante do que esta recolha sistemática, a partir dos periódicos, será contudo uma segunda valência documental que o investigador do CITCEM disponibiliza, ao publicar elementos inéditos e até agora inacessíveis ao público. Assim, por exemplo, encontramos na p. 64 a ata da reunião do júri do

Grande Prémio da SPE. Já na p. 12 reproduz-se uma série de ofícios pertencentes ao arquivo da Torre do Tombo, que mostram como, apesar da campanha pública de 1965, a circulação do livro não foi interdita até 1973 (o que permite explicar a edição contrafeita, entretanto empreendida em Braga por dois agentes da PIDE, à procura de lucros fáceis). Finalmente, nas páginas 281-315 e 321-324 disponibilizam-se dois relatórios da Polícia Internacional de Defesa do Estado, um dos quais apurando responsabilidades pela atribuição do Prémio Mota Veiga, ao mesmo tempo que filia a obra de Luandino Vieira no Movimento dos Novos Intelectuais de Angola e na corrente neorrealista – insistentemente identificada com os ideais comunistas (p. 293), por promover «uma literatura angolana cultural e linguisticamente autónoma» (p. 289), que cortava com a ««vasalagem» à cultura metropolitana e europeia» (p. 285).

Ao trazer *os outros* – neste caso, o homem e a mulher de Angola – para o seio da cultura hegemónica, apresentando numa língua nova situações ou dramas universais, Luandino suscitava assim preconceitos e hostilidades ainda hoje não completamente ultrapassados (tanto por portugueses, como por angolanos), e as reações contraditórias que suscitou são precisamente o testemunho vivo da sua originalidade. Neste sentido, o trabalho de Francisco Topa, em torno das críticas, dos prémios e da rep(r)ecução política de que *Luuanda* foi objeto há meio século, dá-nos um contributo importante para compreender os meandros desta acidentada receção, que vem caracterizando uma das obras marcantes do século XX português.

Tanto pela variedade dos materiais disponibilizados, como pela análise a que estes são submetidos, *Luuanda Há 50 Anos* entra assim para a bibliografia fundamental sobre a obra luandiniiana e o contexto mais vasto do Estado Novo.

## AS PALAVRAS DA HISTÓRIA: ENSAIO DE POÉTICA DO SABER.

JACQUES RANCIÈRE\*

LISBOA, EDIÇÕES UNIPOP, 2014.

Na obra *As palavras da História: Ensaio de poética do saber*, escrita por Jacques Rancière e publicada pela primeira vez em França no ano de 1992, pelas Éditions du Seuil, o seu autor parece operar um «deslocamento», não apenas temático mas também semântico no seu percurso bibliográfico, abordando um assunto bem diverso dos arquivos e da imaginação dos operários, que até então o ocupavam, para se focar em questões epistemológicas do foro da História, substituindo uma análise de dimensões político-literárias da acção revolucionária dos aparentemente destituídos de poder por um trabalho de natureza linguística, eventualmente situável na órbita problemática e difusa do Pós-Estruturalismo e do *Linguistic Turn*. Rancière recusa uma metodologia hermenêutica, em favor da abordagem das práticas discursivas. Importa observar alguns momentos do trajecto do autor para perceber que o *deslocamento* (palavra tão cara ao filósofo) plasmado por *As palavras da História* terá consubstanciado um reequacionamento temático-metodológico, em detrimento de uma ruptura face ao caminho percorrido. Desde pelo menos 1968, nas investigações do pensador, a superfície dos eventos possui uma identidade própria, associada à valorização dos «jogos de linguagem», na linha de Wittgenstein, e dos «actos de fala» (na esteira de Austin e Searle), entendendo estes não como emanações superestruturais de causas ausentes ou profundas, afirmando-se como gestos de natureza política em si mesmos. Jacques Rancière (n. Argel, 1940) cursou Filosofia na École Normale Supérieure, onde foi aluno de Louis Althusser. Viveu intensamente o Maio de 1968, potenciando uma pulsão igualitária, afastando-se do marxismo ortodoxo, dado que este evidenciava uma con-

centração porventura excessiva numa «concepção científica do processo histórico e experimentava um profundo desprezo pelo individualismo e pela subjectividade» (Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Lisboa: Angelus Novus, 2003, p. 62).

Em *As palavras da História: Ensaio de poética do saber*, o seu autor procura avaliar criticamente os *Annales*, colocando em consideração o seu carácter revolucionário. A obra em análise terá sido influenciada em parte pelo *Discours de l'histoire* de Barthes, pela abordagem de Foucault em *As Palavras e as Coisas* e em *A Arqueologia do Saber*, ou pela narrativa dos factos verosímeis, defendida por Paul Veyne, em 1971, na obra *Comment on écrit l'histoire*. O objecto desta recensão partilha com White o interesse pela narrativa histórica. Rancière não cita explicitamente uma parte dos intelectuais referidos, mas nota-se a influência maior ou menor deles ao longo da obra, dividida em sete capítulos. O primeiro intitula-se *Uma Batalha Secular* e constitui uma panorâmica da temática em agenda, das teorias e metodologias utilizadas pelo autor, que analisa os sentidos da palavra «história», que, em francês, designa simultaneamente uma série de eventos mas também a narrativa sobre ela empreendida. Enunciada a problemática a tratar, o autor procura centrar-se, no segundo «andamento», denominado *Rei Morto*, num discurso específico da Nova História, abordando o historiador Fernand Braudel. No terceiro capítulo, Rancière foca a irrupção de acontecimentos revolucionários, comparando um texto da Antiguidade, os *Anais* de Tácito, com um trabalho de um comentador da Revolução Francesa, Alfred Cobban, considerado pelo filósofo francês um

«real-empirista», e criticado pelo seu alegado revisionismo. No quarto capítulo, Rancière procura a genealogia da Nova História e encontra um precursor que esta assume com reservas, mas que marca a forma «annaliste» de se posicionar. Trata-se de Michelet. No entender de Rancière, com Michelet a narrativa do acontecimento revolucionário torna-se narrativa do seu sentido. O discurso faz-se narrativa para que esta se possa fazer discurso. Em seguida, no quinto capítulo, o pensamento do historiador romântico ajuda a perceber e situar «o lugar da fala dos Annales» e, sobretudo, de Braudel. No sexto capítulo, depois de se debruçar sobre a importância de Michelet para os *Annales* e para Braudel em particular, Rancière procura entender o *espaço do livro* braudeliiano interpenetrando-se a «historialidade e a literariedade» do Mediterrâneo através dele e por seu intermédio. No derradeiro capítulo, Jacques Rancière parece defender que a História, sendo ciência, literatura e política, deve centrar-se nos acontecimentos, muitas vezes «heréticos», solidarizando-se com essas «heresias», na medida em que configuram uma voz própria, resistente aos poderes dominantes.

Efectivamente, a atitude de desmontagem e desmistificação crítica e informada de alguns preceitos e certas actuações dos *Annales* fora prodigalizada por J. H. Hexter (no artigo denominado *Fernand Braudel and The Monde Braudellien*), e por Hervé Coutau-Bégarie, na sua dissertação doutoral, publicada em 1983 e intitulada *Le Phénomène «Nouvelle Histoire»: Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*.

Do nosso ponto de vista, Rancière consegue demonstrar em *As palavras da História* que o discurso historiográfico é construído pela realidade histórica e dela construtor. O autor relaciona, de modo proveitoso, três domínios do saber: a Literatura, a Filosofia e a História. Acresce que Rancière comprova que os *Annales* comportam dimensões narrativas. Todavia, o filósofo francês centra-se talvez em demasia na segunda geração *Annaliste*, afunilando-a em

torno de Braudel. Poderia ter desenvolvido uma perspetiva mais abrangente.

Existem alguns trabalhos sobre *As palavras da História*. Desde logo, em 1993, Sophie Wahnich, numa recensão, considera que o autor não se detém exaustivamente a apresentar alternativas sistemáticas e sistematizadas aos *Annales*, embora se percebam determinadas diferenças fundamentais. Por outro lado, Gérard Noiriel, em 1994, dedica significativamente uma atenção escassa à obra. No mesmo ano, o labor de Rancière no texto em análise foi ampliado por Philippe Carrard, no seu estudo *Poetics of the New History: French Historical Discourse from Braudel to Chartier*. Por seu turno, em 2002, Pierre Champion, num estudo mais aprofundado, analisa o ensaio de Rancière, problematizando foucaultianamente a respectiva *Ordem do Discurso*. Em 2010, Phillip Wats desenvolve uma intuição certa desde o título do seu artigo, considerando que o ensaio de Rancière configura, de certo modo, uma *Heretical History and the Poetics of Knowledge*. Fora do âmbito mais restrito da análise de *As palavras da História*, convém assinalar a existência de um número da revista *Labyrinthe*, publicado em 2004, sobre Jacques Rancière, ou as biografias intelectuais acerca do autor escritas por Oliver Davies (2010) e Joseph Tankeray (2011), ou a colectânea de artigos coordenada por Jean Phillippe Deranty: *Jacques Rancière: Key Concepts*. Em Portugal, realizou-se, no ano de 2014, um encontro para discutir a obra de Jacques Rancière. Os organizadores da iniciativa publicaram, igualmente, uma antologia genérica do *Pensamento crítico contemporâneo*. O artigo sobre o pensador francês é da autoria de Manuel Deniz da Silva, que acentua, acertadamente, a complexidade do trabalho analisado.

NUNO BESSA MOREIRA\*  
(CITCEM/FLUP)

\* E-mail: knunocliomail@gmail.com.



# NOTÍCIAS

## AMERICAN CORNERS PORTUGAL

ISABEL PEREIRA LEITE (FLUP/ACP/CITCEM), CÉLIA ZITA GONÇALVES DA CRUZ (FCUP), ANA CAROLINA AVILEZ (FLUP/CITCEM)



A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto acolheu, há cerca de cinco anos, uma prestigante proposta da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa: o programa American Corners Portugal (ACP), que está inserido num projeto global, o American Spaces - <https://americanspaces.state.gov/home/home?period=2015-06> Este programa é administrado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, através da Embaixada dos EUA e visa, fundamentalmente, divulgar a cultura americana e a informação técnico-científica produzida nos EUA e no mundo (bases de dados), apoiando atividades de ensino, investigação e divulgação ao nível universitário.

Os American Spaces, espalhados por todos os continentes (mais de 700 em 169 países), funcionam como plataformas, fomentando o diálogo intercultural, ajudando a construir pontes de entendimento e promovendo o livre acesso à informação.

No nosso país, os American Corners estão todos instalados em bibliotecas universitárias, sendo coordenados por bibliotecários: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Técnico de Lisboa, Universidade dos Açores, Universidade de Aveiro e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo um dos seus propósitos a interação, sobretudo com a comuni-

dade académica e as escolas, e o desenvolvimento de iniciativas que envolvam parcerias interessantes.

Na FLUP, está situado no Piso 0 da Biblioteca Central. Abrangendo 2 espaços contíguos – uma sala e uma parte da ala poente – foi-se tornando, por via do investimento que o Departamento de Estado nele foi fazendo, extremamente agradável e facilmente acessível a quem visita a Biblioteca. O conceito de multifuncionalidade que lhe está subjacente insere-se num plano de ação diplomática que permite proporcionar, sem custos para a instituição com a qual é assinado o protocolo de criação do AC, o acesso a importantes bases de dados científicas e a uma interessante coleção de livros sobre a atualidade política, económica e cultural dos EUA, bem como a uma singular coleção de cerca de 300 CDs de música americana e a vários *kindles* contendo milhares de títulos de autores americanos.

O acesso às referidas bases de dados pluri-disciplinares é feito através da eLibraryUSA - <http://elibraryusa.state.gov/resources.html> Explorando este *site*, são de salientar algumas bases de dados de interesse não só para as ciências sociais e humanas, mas também para as artes e as letras, com destaque especial para o ensino da língua inglesa, e ainda para as ciências exatas e aplicadas, as tecnologias, o jornalismo, etc. Por serem importantes como recurso primordial para a investigação, a for-

mação para a sua exploração é feita de modo contínuo, ao longo de cada ano.

Seguem-se alguns exemplos de bases de dados a que é possível ter acesso localmente, no AC da FLUP, ou remotamente, utilizando um *login* e uma *password* pessoais, solicitados à Embaixada, a pedido dos interessados:

Academic OneFile – mais de 40 milhões de artigos sobre ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e humanas, arte, teologia e literatura, de 1980 à presente data (texto integral).

A to Z Guide to eLibraryUSA Journals – lista completa de todos os periódicos existentes no catálogo da eLibraryUSA, resultando em milhões de artigos que cobrem todos os temas (parte em texto integral)

Business Source Premier – artigos de mais de 2300 periódicos relacionados com economia e negócios, de 1886 à presente data (texto integral).

CQ Research Online – destinada a quem investiga e analisa temas políticos e sociais, inclui relatórios de temas controversos, de 1923 à presente data (texto integral).

Digital Literacy – preconizando uma «navegação» segura no mundo digital, cobre tópicos relevantes como, por exemplo, *social networking*, *cyberbullying*, privacidade, etc.

Ebrary (inclui e-Livro e e-Libro) – mais de 50000 livros em inglês, português e espanhol, cobrindo áreas como história, literatura, ciência e tecnologia (texto integral).

Education in Video – trata-se de uma vasta série de vídeos *online*, especialmente concebidos para a formação de professores.

English Language Learner Reference Center – mais de 1000 artigos destinados ao ensino do inglês como segunda língua, a par de inúmeros testes de avaliação e de informação atualizada baseada em estudos sobre o ensino do inglês (texto integral).

Filmakers Library Online – mais de 1000 documentários em vídeo relacionados com direitos humanos, saúde, racismo, acontecimentos com impacto, etc.

Fuente Academica – mais de 500 publicações de 18 países, especialmente ligadas com Portugal, a Espanha e a América Latina (texto integral).

Gale Directory Library – coleção que contém diretórios de âmbito mundial, sobretudo no domínio da economia, dos negócios, das instituições governamentais e profissionais, possibilitando acesso direto a inúmeras associações.

Gale Science in Context – para além de centenas de artigos, inclui demonstrações de experiências, inúmeras imagens e vídeos relacionados com centenas de tópicos científicos (texto integral).

Gale Virtual Reference Library – mais de 65 obras de referência, cobrindo áreas como as ciências, a economia, os negócios e as humanidades (texto integral).

Global Issues in Context – constituída por artigos publicados em 190 países, cobre mais de 250 tópicos, entre os quais se destacam política, estudos de género, direitos humanos e ciência (texto integral).

GREENR – contem informação de referência global sobre temas ligados ao ambiente, à energia e aos recursos naturais.

JSTOR (I, II e VII) – cobre um enorme conjunto de periódicos de nível académico publicados no mundo inteiro. Estas 3 coleções focam-se especialmente em história, filosofia, ciência política, arte, arqueologia, estudos clássicos, linguística, literatura e estudos asiáticos (texto integral).

Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text – mais de 330 periódicos e livros relacionados com biblioteconomia e ciência da informação (texto integral).

Literature Resource Center – sobretudo direcionada para investigadores, é constituída por artigos académicos sobre literatura e inúmeras resenhas críticas (texto integral).

National Geographic Virtual Library – sendo um «arquivo» completo da *National Geographic*, tem um carácter muito transversal: vai da cultura e da história à ciência e à tecno-

logia, passando pelo que envolve o meio ambiente e a natureza (texto integral).

ProQuest Dissertations & Theses Global – cobre as mais diversas áreas abordadas em teses e dissertações defendidas em mais de 700 instituições do ensino superior no mundo inteiro (texto integral).

Smithsonian – contém os arquivos completos da Smithsonian Magazine e da Air & Space Magazine, o que resulta em incontáveis artigos sobre cultura, história, ciências sociais e humanas, arte, ciência, natureza, tecnologia, inovação, etc. (texto integral).

Teacher Reference Center – coleção de periódicos e livros relacionados com pedagogia e ensino, frequência dos vários níveis de ensino, ensino superior, educação contínua, etc. (texto integral).

Teen Health and Wellness – especialmente destinada a adolescentes e jovens, aborda a doença, a toxicod dependência, a nutrição, entre diversíssimos tópicos ligados à saúde e ao bem-estar (texto integral).

Para além destas bases de dados, a Embaixada dos EUA possui um serviço de referência próprio – *Information Resource Center* – que fornece gratuitamente, via *e-mail*, outros documentos que não estejam diretamente disponíveis na eLibraryUSA. Tais pedidos deverão ser feitos à Biblioteca Central da FLUP, através do seu serviço de Empréstimo Interbibliotecas.

Por via, ainda, de uma verba anualmente concedida pelo Departamento de Estado, o programa ACP apoia também outras iniciativas, tais como congressos, colóquios, exposições e conferências, mormente de personalidades americanas de reconhecido prestígio que se deslocam a Portugal e de portugueses que, tra-

balhando nos EUA, se distinguem pelo seu sucesso.

Importância têm, igualmente, os Alumni, isto é, os bolsiros estrangeiros que se deslocam aos EUA em missão, investigação e estudo com o patrocínio institucional americano. São frequentemente convidados a partilhar as suas experiências, uma vez regressados, com o apoio do programa ACP.

Cada American Corner é, naturalmente, alvo de avaliação por parte do Departamento de Estado. Da última avaliação ao AC da FLUP resultou a concessão de uma verba que já foi investida na reorganização e alargamento do espaço, presentemente dotado de mobiliário versátil, confortável e esteticamente agradável, de acordo com as normas aplicadas a portadores de deficiência, sendo, ainda, de realçar que a sua decoração apelativa alude ao espírito americano. Está em curso o processo de aquisição de novo equipamento tecnológico, pelo que brevemente serão instalados e disponibilizados vários *iMacs* e *MacBooksAir*, alguns *iPads Mini*, um projetor, uma impressora 3D e um *scanner* 3D. O American Corner passará, também, a ser um laboratório de inovação tecnológica.

Este novo ciclo do programa ACP vai, com certeza, ser uma mais-valia para a Universidade do Porto, especialmente para o Pólo do Campo Alegre. Perante o investimento e empenho nesta interessante e nova fase, que vai beneficiar toda a comunidade académica, o importante é que se venha a tirar o máximo partido dos recursos disponíveis na Biblioteca Central da FLUP, já que a equipa trabalha para todos os utilizadores. Desde já, aliás, se inclui a hipótese de organizar programas que venham a ser integrados na Universidade Júnior.

## INTERNATIONAL CONGRESS LIGHTS ON... CULTURAL HERITAGE AND MUSEUMS!

PAULA MENINO HOMEM (FLUP/CITCEM)

De 20 a 22 de julho, decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) o congresso internacional Lights On... Cultural Heritage and Museums! (<https://lightsonchm.wordpress.com/>), uma iniciativa do Laboratório de Conservação e Restauro (LabCR) que agregou a co-organização do Centro de Investigação Interdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), todos da FLUP, da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e da New York Conservation Foundation (NYCF). Na sua Comissão de Honra e Comissão Científica, envolveu personalidades de diferentes quadrantes e de relevo internacional e, na sua Comissão Organizadora e Executiva, entre outros elementos, diversos alunos e recém-graduados de 1.º, 2.º e 3.º ciclo do DCTP. Nestes contextos, participaram 5 investigadores do CITCEM.

O congresso associou-se às iniciativas internacionais relativas às comemorações do Ano Internacional da Luz 2015 (<http://www.light2015.org/>; <http://ail2015.org/>), proclamado pela UNESCO, sendo o século XXI visto como o Século da Luz, reconhecidas que são a luz e as suas tecnologias como principais motores económicos com potencial para o revolucionar e adotando o conceito de luz na sua aceção mais abrangente; isto é, não apenas a forma de energia associada à parte visível do espetro eletromagnético, mas também a todas as outras radiações invisíveis, como a radiação X, ultravioleta, infravermelho, entre muitas. Objetivou promover a consciência para o potencial de tais tecnologias no acesso, investigação, comunicação e conservação do património cultural, em especial, em contexto museológico inclusivo. Revestiu-se de um carácter pluri e interdisciplinar e pretendeu fortalecer os laços de cooperação entre as comunidades profissionais, cientí-

ficas e educacionais, fornecendo uma plataforma para a partilha de experiências e conhecimentos sobre importantes avanços científicos e tecnológicos no setor. Organizou-se em 8 sessões temáticas, que incluíram oradores convidados e comunicações orais, sessão de *posters* e 6 *workshops* em paralelo, articulando-se com enfoque nas seguintes áreas: Ciência da visão. A percepção da cor em função da iluminação; Sistemas de iluminação em museus/edifícios históricos/monumentos. Requisitos e evolução científica e tecnológica; Ambiente construído. Soluções. Recursos energéticos e sustentabilidade; Estudo e salvaguarda de património associado à produção de energia e de iluminação elétricas; Exame científico de património e aplicações analíticas com recurso a diferentes radiações; Caracterização material, tecnológica, artística e funcional; Estudo de processos de alteração e diagnóstico; Tecnologias de comunicação e mediação; Conservação curativa e restauro de património; Gestão integrada de risco. Conservação preventiva. Valorizou-se o modelo de período de perguntas e respostas/ debate no final de cada sessão, com a moderação de especialistas, o que, muito proveitosamente, dinamizou as sessões.

O programa desenvolveu-se conforme previsto e o número de participantes inscritos atingiu o total de 114. Deles, 51 participaram como (co)autores, com apresentações orais, *posters* e *workshops*, provindos de diversos países, podendo identificar-se 14: Áustria, Bélgica, Brasil, Suíça, Alemanha, Espanha, Itália, Holanda, Polónia, Portugal, Suécia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. Integrados nesse grupo, diversos estudantes de 2.º e 3.º ciclo de diferentes áreas científicas tiveram oportunidade de apresentar e discutir os resultados das suas investigações, em contexto oral e de *poster*. Em conjunto com os restantes

(co)autores, foram representadas 21 universidades, para além de múltiplas instituições culturais e entidades públicas e privadas de reconhecida importância internacional estratégica para a temática. Para além do programa científico, desenvolveu-se um programa sociocultural durante os dias 19, 20 e 21, em colaboração com diferentes entidades, potenciando recursos da U. Porto e da cidade.

O universo dos participantes regulares nas sessões temáticas e nos *workshops* integrou,

maioritariamente, estudantes, para além de docentes, investigadores, profissionais de organismos de tutela do património e empresas privadas com investigação e intervenção nas várias áreas do setor, podendo afirmar-se que o congresso alcançou os seus objetivos.

De acordo com o previsto, está a ser preparado um volume eletrónico relativo às Atas do congresso, a ser publicado no primeiro semestre de 2016.

FLUP, 20-22 JULHO 2015

## (RE)ENCONTROS SOBRE E COM O CINEMA

PEDRO ALVES (CITCEM)

O trabalho de investigação que tenho desenvolvido nos últimos anos divide-se, fundamentalmente, em dois âmbitos distintos e complementares. Por um lado, o meu trabalho de doutoramento (que será defendido em outubro deste ano na Universidad Complutense de Madrid) estuda as influências e transferências entre ficção e realidade no cinema narrativo, explorando teórica e empiricamente aprendizagens informais de espectadores abstratos e concretos. Por outro lado, o projeto «Cinema, Didática e Cultura» reúne (desde 2012) investigadores do CITCEM e da Associação Científica ICONO14 (Espanha) numa investigação ligada à Narrativa Audiovisual, ao Cinema, à Recepção, à Pragmática e à Didática fílmicas, com particular incidência na Didática da História. Este projeto, em 2014, deu origem ao livro «Aprender del cine: narrativa y didáctica»<sup>1</sup>, com artigos dos vários investigadores participantes no pro-

jeto e os resultados de vários seminários e de dois anos de reflexão teórica e prática empírica nas áreas referidas. Ao mesmo tempo, enquadra-se também na participação formadora do CITCEM no âmbito do Plano Nacional de Cinema (DGE-MEC), analisando o trabalho efetuado e produzindo recursos para o desenvolvimento do próprio PNC.

Deste modo, a investigação sobre a aprendizagem formal e informal através do cinema justificaram a minha participação em alguns eventos de divulgação científica em 2015. Entre eles destaco, em primeiro lugar, a participação no «CINECRI'15 – Film Studies and Cinematic Arts Conference» (realizada nos dias 10 e 11 de Junho no Centro Cultural Nazim Hikmet em Istambul, Turquia) com uma comunicação intitulada «Informal learning through narrative and fictional films: a study on film reception in the Iberian Peninsula» (em co-autoria com Francisco García García), onde falámos sobre o impacto dos filmes ficcionais e narrativos no espectador e analisámos dados relativos ao aproveitamento das narrativas fílmicas para a vida e realidade de receptores de Portugal e Espanha. Em segundo lugar, fiz parte do Coló-

<sup>1</sup> O livro «Aprender del cine: narrativa y didáctica», coordenado por Luís Alberto Alves (IR do projeto), Francisco García García (presidente da ICONO14) e por mim, pode ser baixado gratuitamente (PDF) ou comprado (versão impressa) em [www.bubok.es](http://www.bubok.es). Há uma resenha a este livro nesta Revista.

quiu «Narrativa, Media e Cognição» (organizado pelo CITAR e realizado no dia 14 de Julho de 2015 no polo da Foz-Porto da Universidade Católica Portuguesa) com a comunicação «Da proposta filmica ao impacto vital: análise narrativa e pragmática do filme *The Shawshank Redemption* (1994)», onde apresentei dados teóricos e empíricos relativos à aprendizagem informal e aos contributos identificados por estudantes espanhóis após o visionamento do filme referido. Finalmente, ressalvo a participação na «Conferência Internacional de Avanca 2015» (realizada entre os dias 22 e 26 de Julho, em Avanca) com uma comunicação intitulada «O cinema de ficção como instrumento de aprendizagem» (em co-autoria com Francisco García García), onde abordámos conjuntamente o âmbito formal e informal de aprendizagem através do cinema ficcional e narrativo, destacando naturalmente quer os resultados do

meu trabalho doutoral quer o espectro teórico e empírico do projeto «Cinema, Didática e Cultura» e as suas ligações ao PNC.

Os três eventos referidos foram importantes, não apenas para apresentar resultados de toda a investigação desenvolvida sobre o âmbito didático e educacional do cinema, mas também para receber *feedback* e testar a pertinência dos dados junto de um público científico mais amplo, heterogéneo e internacional. A partilha de testemunhos, os debates e as conversas informais que surgiram revelaram-se importantes indicadores, por um lado, para a validação da relevância da investigação até agora desenvolvida, e por outro lado, para alargar as nossas perspetivas e a nossa rede científica de contactos, de modo que as linhas temáticas seguidas possam expandir-se para novas direções, para novas abordagens ou, até mesmo, para novos projetos.

## IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da Investigação (2005-2014)

LISBOA 16 E 17 DE JULHO DE 2015  
LUÍS ALBERTO ALVES (CITCEM/FLUP)

De 14 a 16 de outubro de 1987, o Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian promoveu o 1.º Encontro de História da Educação em Portugal, em colaboração com o Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

O 2.º Encontro realizado em Braga a 8 e 9 de novembro de 1996, sob o lema «Fazer e Ensinar História da Educação» foi uma iniciativa acolhida pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho.

O 3.º Encontro de História da Educação realizou-se no Porto, organizado pela Secção de História da Educação da SPCE, entre 31 de março e 2 de abril de 2005, tendo por base um

conjunto de «conferências encomendadas» e visando proporcionar «o tempo e espaço adequados à reflexão e debate do balanço e perspetivas da investigação histórico-educativa realizada nos últimos anos em Portugal, assim como à análise prospetiva das pesquisas a promover».

Este IV Encontro de que se dá a notícia, vem assim no prolongamento de um esforço continuado de, periodicamente, os investigadores desta área, refletirem sobre os trabalhos, sobretudo teses académicas, que têm sido desenvolvidas e concluídas nos períodos em análise. Pela primeira vez o CITCEM aparece associado a esta iniciativa, não apenas como entidade organizadora do evento realizado em

Lisboa, como será coeditor das conferências proferidas. A representação da nossa unidade de investigação, contemplou 2 conferencistas, 1 moderador e 4 investigadores que se inscreveram para assistir.

Pelo interesse que tem para os múltiplos investigadores desta área, referem-se os temas e conferencistas e moderadores que participaram: Justino Magalhães realizou uma conferência sobre «O estudo das organizações educativas: novas perspectivas» e teve o comentário de Áurea Adão; Luis Alberto Alves interveio sobre «O tempo presente e a História da Educação», tendo o comentário ficado sob a responsabilidade de Luís Mota; Joaquim Pintasilgo lançou «Novos olhares sobre as abordagens biográficas» comentados por Ana Maria Pessoa; a investigadora do CITCEM Cláudia Sofia Pinto Ribeiro abordou «Uma nova preocupação com os outros», tendo a sua interven-

ção sido comentada por José António Afonso; «Os estudos sobre a História da Educação Colonial e Pós-Colonial» foi o tema abordado por Ana Isabel Madeira e comentado por José Brás; Carlos Manique abordou «O estudo dos espaços escolares» e teve o comentário de Margarida Felgueiras; «Os testemunhos orais na investigação histórico-educativa» foi o tema da comunicação de Maria João Mogarro e o comentário de Raquel Henriques; «As imagens como fonte histórica» ficou entregue a Helena Cabeleira e o comentário ao investigador do CITCEM, Rodrigo Azevedo. A publicação que o CITCEM procurará editar ainda em 2015, em colaboração com a Unidade de I&D de Ciências da Educação de Lisboa (área de História da Educação) servirá para acessibilizar o excelente conteúdo das comunicações a um público ainda mais vasto, visando passar a constituir um livro de referência na área.

## ECER – BUDAPESTE – SETEMBRO DE 2015

PEDRO ALVES (CITCEM)

Entre os dias 8 e 11 de Setembro tive a oportunidade de me deslocar a Budapeste para participar na ECER 2015, conferência internacional sobre investigação educativa (<http://www.eera-ecer.de/ecer-2015-budapest/>). Além de ter assistido a algumas das sessões de comunicações e palestras aí realizadas (versando distintas áreas científicas ligadas à educação, como a psicologia, a sociologia, a arte, a cultura, a política ou a economia), a minha participação prendeu-se sobretudo com a apresentação de uma comunicação, redigida em co-autoria por mim e por Luís Alberto Alves e intitulada «Tensions in arts teaching in Portugal». Esta investigação resultou do envolvimento do CITCEM e de alguns dos seus investigadores num projeto de avaliação do Programa de Educação Estética e Artística (PEEA) entre 2014 e 2015, realizado em parceria com o

centro de investigação I2ADS da FBAUP. Com os dados compilados e analisados durante o processo avaliativo (entrevistas, focus-groups, inquéritos, entre outros), criámos condições privilegiadas para refletir sobre possíveis tensões no ensino das artes em Portugal: tensões entre a teoria e a prática, entre formação inicial e especializada (sobretudo no contexto do PEEA), ou ainda entre os objetivos de partida e a realidade das escolas e da rotina educativa em Portugal. A apresentação de algumas conclusões sobre este tema foi um passo importante para (re)lançar a discussão sobre o papel da arte nas escolas e junto das comunidades escolares, procurando salientar a importância da mesma e identificar um conjunto de constrangimentos e melhorias possíveis para a eficácia e relevância de programas como o PEEA.



## IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES EM HISTÓRIA MODERNA

PORTO, 4 A 6 DE JUNHO DE 2015

LUÍS SILVA (CITCEM)

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi palco, entre os dias 4 e 6 de Junho de 2015, do *IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, organizado por um grupo de alunos e ex-alunos de Pós-Graduação da FLUP, em colaboração com o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Trata-se de um evento bienal, na sua quarta edição, que chegou à Universidade do Porto depois de ter passado pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade do Minho e Universidade de Évora.

Este evento permitiu aprofundar, problematizar, inovar e divulgar diferentes temáticas ligadas à História Moderna de Portugal e territórios Ultramarinos, reunindo mais de oitenta investigadores de diversas universidades e instituições portuguesas, espanholas, francesas, brasileiras e norte-americanas, agrupados nos seguintes painéis temáticos: Ciência, Natureza e Cultura; Redes Económicas; Cultura(s) material(ais); Escravatura: Comércio, Sociabilidade e Devoção; Brasil Colonial I e II: Representações e Poderes; Arte e Património; Sociedade e Família: Género, Religião e Património; Misericórdias e Assistência; Diplomacia e Poder; Coroa e Corte na Monarquia Hispânica; Práticas Administrativas; Espiritualidade, Teologia e Cronística; Poder, Instituições e Assistência na Igreja Diocesana; Fiscalidade e Crédito; Cultura das Luzes; Saberes e Saúde: doença e cura; Heterodoxia, Repressão e Inquisição. A moderação dos painéis ficou a cargo de Professores

Universitários e Investigadores Doutorados de várias universidades e centros de investigação.

A Sessão de Abertura contou com a presença da Directora da FLUP (Professora Doutora Fernanda Ribeiro) e da Professora Doutora Cristina Cunha, Coordenadora do CITCEM. A conferência da Sessão de Abertura ficou a cargo da Professora Doutora Helena Osswald, com a comunicação «As famílias, as comunidades e as normativas religiosas na Época Moderna».

No segundo dia, teve lugar a realização de uma Mesa-Redonda subordinada ao tema «Projectos de Investigação em História Moderna».

No final do Encontro, os conferencistas tiveram ainda a oportunidade de disfrutar de uma visita guiada à cidade do Porto, orientada por Joel Cleto (Historiador, Porto Canal).

Página web do IV EJIHM: <http://ejihm2015.weebly.com/>

Comissão Científica: Professora Doutora Amélia Polónia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ CITCEM); Professor Doutor José Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa); Professora Doutora Fernanda Olival (Universidade de Évora/ CIDEHUS); Professora Doutora Marta Lobo (Universidade do Minho); Professora Doutora Margarida Sobral Neto (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Comissão Organizadora: Luís Silva (FLUP/CITCEM); Marlene Abreu Pinto (FLUP/CEAUP); Nuno de Pinho Falcão (FLUP/CEAUP); Patrícia Costa (FLUP).

## THE ANNUAL SUMMIT ON YOUTH IN THE UNITED NATIONS «The 70th Anniversary of the Establishment of the UN: Developing Youth Initiatives to Promote Sustainable Economies, Cultural Understanding, and Global Human Rights»

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO (FLUP/CITCEM)

Realizou-se em Nova Iorque, de 21 a 26 de setembro, o «*Annual Summit on Youth in the United Nations*», subordinado ao tema «*The 70th Anniversary of the Establishment of the UN: Developing Youth Initiatives to Promote Sustainable Economies, Cultural Understanding, and Global Human Rights*». Ao longo destes dias, o Encontro visitou vários espaços da cidade, como o edifício-sede das Nações Unidas, o Consulado da Bulgária em Nova Iorque e a Schermerhorn Hall, na Universidade de Columbia.

O Congresso, organizado pelo *Institute for Cultural Diplomacy*, foi organizado em torno de diversas sessões plenárias que contaram com a participação de altos representantes da Nações Unidas, de embaixadores, de artistas e diretores de instituições culturais.

A abertura do Summit foi subordinada ao tema «*The 70th Anniversary of the United Nations: Working together Towards Peace, Security and Human Rights by Building Trust and Understanding*» e contou com as intervenções de Katalin Bogyay, Cristina Gallach, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, István Íjgyártó, José Luis Rodríguez Zapatero, Heiko Thoms e Mark C. Donfried, na qualidade de Diretor do *Institute for Cultural Diplomacy*.

As sessões plenárias seguiram-se ao longo dos dias, com temas que se focavam em: «*Building Trust and Understanding Through Intercultural Dialogue*», «*The Role of Culture in Sustainable Development*», «*The 70th Anniversary of the Establishment of the UN: Deve-*

*loping Initiatives to Promote Cultural Understanding, Global Human Rights & World Peace*» e «*Best Intentions: The Impact of Aid and Development Support to Countries in Crisis*».

Destacamos a comunicação proferida por Linda Stein, intitulada «*Holocaust Heroes: Fierce Females – How Art is a Catalyst for Gender Justice Against Bullying and Bigotry*», que num registo muito visual e afetivo chamou a atenção da audiência para as mulheres anónimas que fizeram a diferença durante a Segunda Guerra Mundial, decidindo mostrar como simples atos do quotidiano podem mudar a vida das pessoas.

Em representação da FLUP/CITCEM, Cláudia Pinto Ribeiro apresentou uma comunicação intitulada «*The United Nations in the Portuguese Textbooks*», na qual procurou fazer uma abordagem do modo como o Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico (7.º, 8.º e 9.º anos), as Metas Curriculares e os Manuais Escolares portugueses explicam aos alunos os aspetos relacionados com a criação, objetivos, funcionamento, instituições e ação da Organização das Nações Unidas, acreditando que a análise dos manuais da última década poder-nos-ia dar uma perspetiva clara das ideias que se pretendem veicular e do modo como são apresentadas nos compêndios escolares.

Prevê-se que os textos venham a ser publicados por iniciativa da entidade organizadora, numa coletânea que, à semelhança das edições anteriores, ficará disponível em linha no sítio da internet do *Institute for Cultural Diplomacy*.

## INTERNATIONAL STANDING CONFERENCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION 37 «Culture and Education»

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO (FLUP/CITCEM)

Foi a cidade de Istambul, na Turquia, que recebeu o 37.º Encontro da International Standing Conference for the History of Education, subordinado ao título «Culture and Education», que decorreu entre os dias 24 e 27 de junho de 2015. Os eixos temáticos desta grande conferência que contou com mais de três centenas de participantes foram:

*a. Cultural paradigms and education: Different purpose, importance and value of education according to culture; individualist or collectivist cultural values and effect of these values on education through the centuries;*

*b. Agents of intercultural interaction: pioneer educators of cultural exchange; educational organizations and institutions, teachers' associations, educational journals, the media, international organizations, etc.*

*c. Language and education: Language of instruction in Ancient-Medieval-Modern Age; effects of instruction language on various cultures; instruction language and culturing; etc.*

*d. Religion and education: process of transition to lay education; perception of secular education in different cultures; cultural change and laity, secular education, etc.*

*e. Symbols, heroes, stories, and myths: From the historical perspective, power symbols such as the administrator's or teachers' room; school and classroom design; meaning of using symbols in the education environment; use of symbols, myths and stories about people and events conveying a message about what is valued in the culture; etc.*

*f. Rituals and routines: ceremonies; national holidays and special day celebrations; how educational rituals and routines occurred throughout the centuries, and how rituals and routines constructed culture and values through education, etc.*

No programa do evento destacou-se o debate em torno de grandes questões, tais como: «The Concept of the Transnational», «Turkish Education System from Islamic Civilization to Western Civilization», «Heroes of education» e «Learning Femininity in Colonial India, 1820-1932». Todavia, a maior diversidade temática foi apresentada nas mais de duas dezenas de sessões paralelas que decorreram entre os dias 25 e 27 de junho.

Em representação da FLUP/CITCEM, Cláudia Pinto Ribeiro apresentou uma comunicação intitulada «The Others. The Casa Pia de Lisboa as a space of inclusion of the difference», na qual apresentou as ideias fundamentais relacionadas com este espaço educativo, no que se refere às linhas mestras da criação do ensino especial em Portugal. A sua comunicação inseria-se na mesa redonda intitulada «The Others», que contou também com a participação de Ana Diamant, da Universidad de Buenos Aires, Argentina, com a comunicação «Memories of the Holocaust. Testimonies by today's children interacting with children who lived the Shoah», e Kyle Jones, da Sacred Heart Academy, Estados Unidos da América, que apresentou «Vernacular(s) for racism in the American classroom post-1964».

Durante os dias do evento também se realizaram reuniões entre os diversos elementos da organização e as instituições nacionais dos vários países presentes. No caso português, a HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal fez-se representar na reunião com o Presidente do ISCHE pelo elemento da Direção Cláudia Pinto Ribeiro. Também foi divulgada a abertura do «Early Career Researchers ISCHE PRIZE» e realizou-se a Assembleia Geral ISCHE que resultou na eleição de um novo presidente: Rebecca Rogers.

## TESES 2014

## MESTRADOS

- Rafaela Adriana Marques de Sousa – «A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão (1962-1989)». Mestrado em História, Universidade do Minho. Orientador: Margarida Durães.
- Vitor Emanuel Mendes de Oliveira – «PG n.º 17675, No encaço da quadrilha do ‘Papa Assúcar’, Guimarães cerca de 1880-1890: um estudo de caso sobre criminalidade organizada e suas representações em finais de Oitocentos». Mestrado em História, Universidade do Minho. Orientador: Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira.
- Vítor Manuel Fontes Silva – «A estação arqueológica da Idade do Ferro de Frijão (Braga, Norte de Portugal)». Mestrado em Arqueologia, Universidade do Minho. Orientador: Ana Maria dos Santos Bettencourt.

## DOUTORAMENTOS

- Ana Cecília Machado da Costa – «A influência de S. Francisco de Sales na vida devota em Portugal». Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas, FLUP. Orientador: Zulmira Santos.
- António Francisco Dantas Barbosa – «Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)». Doutoramento em História, Universidade do Minho. Orientador: Maria Marta Lobo de Araújo.
- António Manuel Torres da Ponte – «O Papel dos Museus do Norte de Portugal numa dinamização do Turismo Cultural». Doutoramento em Museologia, FLUP. Orientador: Rui Centeno.
- Helena Isabel Almeida Vieira – «A disciplina de História no Ensino Técnico (1923-1973). Percursos entre a Teoria e a Prática. Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Luís Alberto Marques Alves.
- Hugo Teotónio Aluai Gonçalves de Pinho Sampaio – «A Idade do Bronze na bacia do Ave (Noroeste de Portugal)». Doutoramento em Arqueologia, Universidade do Minho. Orientador: Ana Maria dos Santos Bettencourt.
- José Alfredo Paulo Faustino – «A população da vila de Chaves entre 1780 e 1880». Doutoramento em História, Universidade do Minho. Orientador: Carlota dos Santos e Maria Norberta Amorim.
- Maria Odete Neto Ramos – «A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)». Doutoramento em História, Universidade do Minho. Orientador: Maria Marta Lobo de Araújo.
- Marta Miriam Ramos Dias – «A arte funerária medieval em Portugal: uma relação com a liturgia dos defuntos». Doutoramento em História da Arte Portuguesa, FLUP. Orientador: Lúcia Rosas.
- Norberto Tiago Gonçalves Ferraz – «Salvar a alma na Braga Setecentista». Doutoramento em História, Universidade do Minho. Orientador: Maria Marta Lobo de Araújo.
- Paulo Bernardo de Magalhães Pacheco – «Os discursos e as práticas no ensino e aprendizagem da História: Representações de professores e alunos do Ensino Secundário». Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade do Minho. Orientador: Maria do Céu Melo.
- Pedro Abrunhosa de Carvalho Martins Pereira – «Économie et production du vin dans l’Antiquité tardive dans la Lusitane romaine». Doutoramento em Histoire, Langues et Archéologie des Mondes Anciens, Université Lumière Lyon II. Orientador: Mathieu Poux.
- Sérgio Carlos Moreira Matos Ferreira – «Preços, Salários e Níveis de Vida em Portugal na Baixa Idade Média». Doutoramento em

História, FLUP. Orientador: Luís Miguel Duarte.

Sofia Catarina Soares de Figueiredo – «A arte esquemática do nordeste transmontano: contextos e linguagens». Doutoramento em Arqueologia, Universidade do Minho. Orientador: José Luís Meireles Baptista.

Thais Jerônimo Duarte – «Aspectos comunicativos da criação artística: o universo das imagens de Vik Muniz». Doutoramento em Estudos de linguagem, Universidade Estadual Londrina. Orientador: Edina Regina Pugas Panichi.

Tiago dos Santos Reigada – «Ensinar pela Sétima Arte». Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Luís Alberto Marques Alves.

#### PÓS-DOCTORAMENTOS

Carla Maria Braz Martins – «Consequências paleoambientais da exploração mineira e da metalurgia em época romana no convento bracarense». Universidade do Minho. Supervisão: Manuela Reis Martins.

# PUBLICAÇÕES DO CITCEM

## REVISTAS

### CEM

«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 1 (2010). Dossier temático «Viagens e viajantes».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 2 (2011). Dossier temático «Memória material e materiais de memória».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 3 (2012). Dossier temático «Religião e liberdade».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 4 (2013). Dossier temático «Paisagem».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 5 (2014). Dossier temático «População e Saúde».



### Via Spiritus

«'Via Spiritus'. Pregação e Espaços Penitenciais». Porto: CITCEM, n.º 16 (2009).



«'Via Spiritus'. A infância de Cristo». Porto: CITCEM, n.º 17 (2010).



«'Via Spiritus'. A educação feminina nos sécs. XVI-XIX: entre a aia e a mestra de noviças». Porto: CITCEM, n.º 18 (2011).



«'Via Spiritus'. Revisitação das correntes de espiritualidade (sécs. XVI-XVIII): obras e autores». Porto: CITCEM, n.º 19 (2012).



«'Via Spiritus'. Guerra e Paz: da espiritualidade à 'política' (sécs. XVI-XVIII)». Porto: CITCEM, n.º 20 (2013).



«'Via Spiritus'. Epistolografias em contextos peninsulares». Porto: CITCEM, n.º 21 (2014).



## MONOGRAFIAS

### 2009

BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (ed.) – «Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade». [S. l.]: CITCEM/APEQ-Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.



MORAIS, Rui; DELGADO, Manuela – «Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta». Braga: CITCEM, 2009.



SERÉN, Maria do Carmo – «Uma espada de brilhantes para o General Silveira». [S. l.]: Governo Civil do Distrito de Vila Real/CITCEM, 2009.



### 2010

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XVIII)». Braga: CITCEM, 2010.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (org.) – «Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)». [Braga]: CITCEM, 2010.



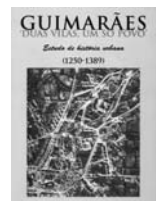
ESTRADA, Rui – «On rorty and other ethical issues». Munique: Martin Meidenbauer, 2010. (CITCEM – Studies in Literature, 9).



FERREIRA, Fátima Moura – «BRAGA nos tempos da I República: ressonâncias sócio-culturais» (catálogo). [S. l.]: Câmara Municipal de Braga / CITCEM, 2010.



FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – «Guimarães: 'Duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: CITCEM/ICS – Universidade do Minho, 2010.



MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – «Mineração e povoamento na Antiguidade e no Alto Trás-os-Montes Ocidental». Porto: CITCEM, 2010.



TOPA, Francisco; MARQUES, Marco de Oliveira (org.) – «'E agora sei que oiço as coisas devagar'. Evocação e escuta de Daniel Faria». Porto: CITCEM/Sombra pela cintura, 2010.





## 2011

AAVV – «Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina/Actes du IV colloque d' Histoire Maroco-Lusitannienne». Lisboa/Braga: CHAM/CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – «Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)». Braga: CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2011.



BETTENCOURT, Ana M.S.; FONSECA, Jorge – «O Povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos: Contributos para o estudo do Bronze Médio no Litoral Norte». Braga: Junta de Freguesia de Lavra/Câmara Municipal de Matosinhos/CITCEM, 2011.



CAPELA, José Viriato; MATOS, Henriques – «As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património». Braga: José Viriato Capela/CITCEM, 2011. (Coleção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758»).



CONDE, Manuel Sílvio Alves – «Construir, habitar: a casa medieval». Braga: CITCEM, 2011.



DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – «Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



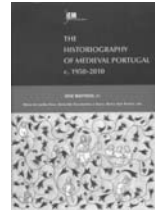
FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – «Justiça na Res Publica (séc. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade». Braga: CITCEM, 2011, vol. II.



MARTINS, Carla Maria Braz; BETTENCOURT, Ana M. S.; MARTINS, José Inácio F. P.; CARVALHO, Jorge (coord.) – «Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental». Braga: CITCEM/APEQ, 2011.



MATTOSE, José (dir.) – «The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010». Lisboa: IEM, CEC, CEHR, CESEM, CHSC, CH-UL, CIDÉHUS, CITCEM, CL-UL, CPS, IF-UP, 2011.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os construtores». Braga: CITCEM, 2011.



MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (ed.) – «Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



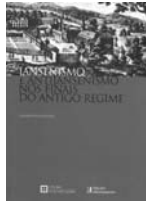
NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato – «O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)». Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho/CITCEM, 2011.



PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa Peixoto – «Do corporativismo ao modelo interprofissional. O Instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do vinho do Porto (1933-1995)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



SANTOS, Cândido dos – «Janse-nismo e antijansenismo nos finais do antigo regime». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



SANTOS, Carlota (coord.) – «Família, Espaço e Património». Braga: CITCEM, 2011.



## 2012

«Cadernos de História e Memória Local». Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso/CEHR/CITCEM, n.º 1 (2012).



ALMEIDA, A. Campar Almeida; BETTENCOURT, Ana M. S. Betten-court; MOURA, D.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ALVES, Maria Isabel Caetano (Coord) – «Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic Edge». Coimbra: APEQ/CITCEM/CEGOT/CGUP/CT, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Ponte de Lima. Sociedade, economia e instituições». Braga: CITCEM, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; LÁZARO, António; RAMOS, Anabela; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo». Braga: CITCEM, 2012.



COSTA, Leonor Freira; DUARTE, Luís Miguel; GARRIDO, Álvaro (coord.) – «Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães - Economia, Instituições e Império». Edições Almedina, 2012 (Coleção «Estudos de Homenagem»).



GONÇALVES, Iria – «Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel Vaz de; DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel – «Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração». Braga: CITCEM, 2012.



MARTINS, Manuela; MEIRELES, José; FONTES, Luís; RIBEIRO, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina – «Água. Um Património de Braga». Braga: CITCEM; UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2012.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os materiais». Braga: CITCEM, 2012.



MELO, Arnaldo Sousa; Ribeiro, Maria do Carmo (coord.) – História da Construção: Arquiteturas e Técnicas Construtivas. Braga: CITCEM e LAMOP, 2013.



OSSWALD, Cristina – «Written In Stone: Jesuit buildings in Goa and their artistic features». Goa: CITCEM/«Goa,1556», 2012.



PAULINO, Maria Clara – «Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia». Braga: CITCEM, 2012.



RIBEIRO, Jorge – Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias. Porto: CITCEM, 2013 (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



**2013**

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; COELHO, José Abílio; FRANCO, Renato (coord.) – «Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência». Póvoa de Lanhoso: CITCEM e Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 2013.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos». Braga: CITCEM/IEM, 2013.



BETTENCOURT, Ana M. S. – «A Pré-História do Noroeste Português». Braga: CITCEM/CEIPAR, 2013.



SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de – «A demografia das sociedades insulares Portuguesas (Séculos XV a XXI)». Braga: CITCEM, 2013.



LIMA, João Torres – «MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)». Porto: CITCEM, 2013.



SILVA, Maria João Oliveira – «A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média». Lisboa: CEHR-UCP; CITCEM, 2013.



SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAG, Mona; RODRIGUES; Nuno Simões (coords.) – «Alexandria ad Aegyptum. The legacy of multiculturalism in Antiquity». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra/Universidade de Alexandria (Egipto), 2013.



ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – «Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano». Porto: CITCEM, 2014.



**2014**

ALVES, Luís Alberto; GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Pedro (org.) – «Aprender del cine: narrativa y didáctica». Madrid: ICONO14/CITCEM, 2014.



SARAIVA, Arnaldo – «Dar a ver e a se ver no extremo. O poeta e a poesia de João Cabral de Melo Neto». Porto: CITCEM, 2014.



ALVES, Jorge; ALVES, Luís Alberto M.; PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Maria Conceição Meireles (coord.) – «A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações». Porto: CITCEM, 2014.



SEQUEIRA, Carla – «Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro». Porto: CITCEM, 2014.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; SILVA, Ricardo; COELHO, José Abílio – «Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2014.



SOUSA, Armindo – «O parlamento medieval português e outros estudos». DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista (Org.). Porto, Fios da história, 2014.



BOURA, Ana Isabel; TOPA, Francisco; RIBEIRO, Jorge Martins (eds.) – «Construção de Identidade(s). Globalização e Fronteiras». Frankfurt: CITCEM/Peter Lang, 2014.



**2015**

PORTUGAL, D. Francisco de – «Epistolário a D. Rodrigo da Cunha (1616-1631)». Porto: CITCEM, 2015.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Cidade e Periferia». Braga: CITCEM/IEM, 2014.



**Colecção FONTES:**

BARROS, Amândio Jorge Morais – «Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 1).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «A Aurora da Quinta Monarquia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Fontes», n.º 2).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «Um diálogo epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Fontes», n.º 3).



CARVALHO, José Adriano Freitas de (ed., introd. e notas) – «Outavas à Jornada pelo Douro acima com uns amigos», de Tomé Tavares Carneiro. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Fontes», n.º 4).



LAGE, Otilia (org.) – «Correspondência Jorge de Sena e Mécia de Sena “Vita Nuova” (Brasil, 1959-1965)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 5).



PEREIRA, Gaspar Martins (org.) – «Alves Redol e o Douro. Correspondência para Francisco Tavares Teles». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Dir. Reg. Cultura Norte, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 6).



BERGONZINI, Massimo – «Compendio de las vidas de los Padres...». Porto: CITCEM, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 7).



CONDE, Antónia Fialho; MORUJÃO, Isabel; MORJÃO, Maria do Rosário Milagres – «Em treze cantos: epopeia feminina em recinto monástico. O memorial dos Milagres de Cristo de Maria de Mesquita Pimentel». Porto: CITCEM/CHSC/CIDEHUS, 2014. (Coleção «Fontes», n.º 8).



## Coleção TESES UNIVERSITÁRIAS

SEQUEIRA, Carla – «O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 1).



COSTA, Rui Manuel Pinto – «Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 2).



MARQUES, Ana Maria dos Santos – «O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 3).



RIBEIRO, Ana Sofia Vieira – «Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 4).



RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto – «Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



MARQUES, André Evangelista –  
«Paisagem e povoamento: da repre-  
sentação documental à materiali-  
dade do espaço no território da dio-  
cese de Braga (séculos IX-XI)».  
Porto: CITCEM/Edições Afronta-  
mento, 2014. (Colecção «Teses Uni-  
versitárias», n.º 6).



# *CEM/cultura, espaço & memória*

Assinante individual (15€/ano)

Nome: _____	
Morada: _____	
Código Postal: _____ - _____	Localidade/País: _____
Tel.: _____	Email: _____
Profissão: _____	Instituição: _____
N.º de contribuinte: _____	

Nota: Uma **assinatura** inclui um exemplar da revista e os portes de envio por correio registado.

✂.....

Junto envio o cheque n.º ..... do Banco .....  
no valor de ....., à ordem da Faculdade de Letras da Universidade  
do Porto (CITCEM), para assinatura da revista CEM relativa ao(s) ano(s).....

Boletim de assinatura a enviar a CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica,  
s/n | 4150-564 PORTO.





## NORMAS DE PUBLICAÇÃO REVISTA CEM

Os trabalhos devem ser enviados num único ficheiro (excepto se previrem a inclusão de imagens), em Word ou compatível. Caso sejam utilizadas fontes ou símbolos especiais, estes devem ser identificados e enviados anexos ao artigo.

No caso do artigo prever a publicação de figuras ou mapas, estes elementos deverão ser numerados e enviados em ficheiros separados, devendo constar no texto a indicação dos locais onde tais imagens deverão ser inseridas, bem como as respectivas legendas.

Cada artigo não deverá exceder 30 mil caracteres, com espaços incluídos (nesta contagem devem ser consideradas as notas, a bibliografia, os quadros e anexos).

O artigo deverá ser acompanhado, independentemente do idioma em que for submetido, por *resumos*, em Português e Inglês, com cerca de 750 caracteres, pela indicação de 4 palavras-chave do artigo e pela identificação do autor (instituição, categoria e, caso seja pretendido, elementos de contacto, nomeadamente, telemóvel e email).

### A. Estilo:

1. O **corpo do texto** deverá ser em letra Times New Roman, corpo 12, a espaço e meio de entrelinha, com margens de 2,5 cm. Não são aceites sublinhados.
2. O **título** do artigo deve ser alinhado à esquerda, em tamanho 14, negrito, e ocupar a primeira linha.
3. O **nome** do(s) autor(es) deve figurar na linha imediatamente a seguir ao título, alinhado à direita, em tamanho 12, seguida da instituição a que pertence e do correio electrónico institucional ou pessoal.
4. As **notas de rodapé** (em letra Times New Roman, corpo 10, com espaço simples de entrelinha) deverão ser reduzidas ao essencial. Desaconselha-se, igualmente, a utilização de um número excessivo de quadros e imagens. A bibliografia deverá conter as obras referenciadas no texto ou em notas e ordenadas alfabeticamente.

### B. Citações

#### 1. Citações de excertos de textos:

a) Caso se trate de citações de pequena dimensão, integradas no corpo do texto, devem ficar entre aspas, sem itálicos.

Ex:

texto proposto, texto proposto «texto citado, texto citado» texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto

b) Caso se trate de excertos de maiores dimensões, deverão ser citados em parágrafo(s) distintos, sem aspas, com entrada de 1 cm do lado esquerdo, de tamanho e entrelinhamento iguais aos das notas de rodapé (corpo de letra 10), em itálico.

Ex:

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto, *texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado*, texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto, tex

2. Na citação e referenciação documental e bibliográfica, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) Citações em texto:

- i) **citação de documentos:** as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT – *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.).
- ii) **citações bibliográficas:** as referências bibliográficas, em notas de rodapé, deverão indicar, qualquer que seja a natureza da publicação (livro, artigo, etc.), o apelido do(s) autor(es) (em maiúsculas), o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que corresponde a citação (ex: PIRES, 2009: 319). Se se tratar de obras de dois autores, deverão indicar os apelidos de ambos, separados por & (ex: ROSAS & MÁIZ, 2008: 338). Se se tratar de diversos autores, ao apelido do primeiro autor deve seguir-se a expressão «et alii», abreviada, em itálico (ex: RAMOS *et al.*, 2009: 622). Se se tratar de autor com mais do que uma obra referida na bibliografia e publicada no mesmo ano, deve acrescentar-se ao ano de publicação uma letra correspondente à ordenação alfabética da bibliografia (ex: SARAIVA, 2009a: 11).

b) Citações em bibliografia final (obrigatória):

i) **Monografias:**

- Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2 vols.
- SARAIVA, Arnaldo, *org. e introd.* (2009a) – *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras.
- SARAIVA, Arnaldo (2009b) – *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp.
- TORRES, Carlos Manitto (1936) – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].

ii) **Publicações periódicas:**

- Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón (2008) – *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 337-356.

iii) **Capítulos de obras colectivas:**

- Ex: PIRES, Ana Paula (2009) – *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *coord.* – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 319-347.

iv) **Teses:**

- Ex: BARROS, Amândio (2004) – *Porto: A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

vi) **Monografias em suporte electrónico:**

- Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Disponível em <<http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) **Analíticos em suporte electrónico:**

Ex: DIAS, Lino Tavares (2013) – Contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da Bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montenuro, Sousa, Tâmega e Douro. «Revista CEM», nº 4, p. 177-190. Disponível em <<http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/12833.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2015].

**3. Citação de fontes:**

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: IAN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Iv. 15, fl. 89.

**D. Recensões:**

As recensões de livros não devem ultrapassar 7.500 caracteres. De modo geral, devem adoptar a seguinte estrutura: i) descrever, de forma clara e breve, o conteúdo e os objectivos da obra; ii) relacionar a obra com bibliografia de referência sobre o tema e apontar seus os principais contributos nesse domínio; iii) avaliar a adequação das fontes de informação, da metodologia seguida e da estrutura da obra, face aos objectivos do autor; iv) o autor da recensão deve emitir uma crítica imparcial e objectiva sobre a obra, não sendo aceitáveis juízos pessoais demonstrativos de antipatia ou simpatia pelo autor; v) o autor da recensão deve evitar análises de pormenor (listas de erros tipográficos ou de omissões bibliográficas, a menos que comprometam, de forma decisiva, os objectivos da obra), notas de rodapé e referências finais; vi) as referências consideradas necessárias deverão ser incluídas no texto, entre parênteses [ex: «Segundo Hancock (*Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Taste and Trade*. New Haven/London: Yale University Press, 2009), o comércio interimperial ajudou a configurar um mundo atlântico integrado, ancorado em redes que facilitaram movimentos de pessoas, mercadorias e ideias, quebrando as fronteiras dos impérios e criando uma ‘cultura atlântica transimperial’»]; vii) o cabeçalho da recensão deverá conter os seguintes elementos: título (em negrito); nome do autor (em maiúsculas); local de edição: editor, data; páginas (no formato ‘xxix + 632 p.’), indicação, se for o caso, que o livro contém ilustrações e/ou mapas e ISBN.

Ex. de cabeçalho de recensão:

**Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste**

DAVID HANCOCK

New Haven/London: Yale University Press, 2009

xxix + 632 p., il., mapas, índices, bib., ISBN 978 0 300 13605 0

# REFEREES 2014

Ana Paula Coutinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
André Luís Cavazanni (Universidade Federal do Paraná/UNINTER)  
António Camões Gouveia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL)  
Carlos Manique da Silva (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)  
Conceição Meireles Pereira (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Francisco Ribeiro da Silva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Gonçalo Vasconcelos e Sousa (Universidade Católica Portuguesa)  
Helena Vilaça (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Henrique Manuel Pereira (Universidade Católica Portuguesa)  
Irene Vaquinhas (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Isabel Pires de Lima (Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa)  
Joaquim Pintassilgo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)  
João Cosme (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)  
José Manuel Lopes Cordeiro (Universidade do Minho)  
Laura Soares (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Luis Arranz Márquez (Universidade Complutense de Madrid)  
Manuel Sílvio Alves Conde (Universidade dos Açores)  
Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora/IHC-CEHFCi)  
Maria José Goulão (Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)  
Maria Teresa Santos (Universidade de Évora)  
Paula Pinto Costa (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Raquel Pereira Henriques (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL)  
Susana Matos Abreu (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)



